



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CFCH – CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
IP - INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA EICOS - PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E
ECOLOGIA SOCIAL
(LINHA 1 – Ecologia Social, Comunidades e Sustentabilidade)

MARCELO AUGUSTO GURGEL DE LIMA

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM MAGÉ (RJ/Brasil): tecendo conexões entre turismos, naturezas e culturas nos *Caminhos da Serra do Mar*.

RIO DE JANEIRO
2019

Marcelo Augusto Gurgel de Lima

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM MAGÉ (RJ/Brasil): tecendo conexões entre turismos, naturezas e culturas nos *Caminhos da Serra do Mar*.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Programa EICOS), do Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor.

Orientadora: Prof. Dra. Marta de Azevedo Irving

Rio de Janeiro
2019

CIP - Catalogação na Publicação

L732t Lima, Marcelo Augusto Gurgel de TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA EM MAGÉ (RJ/Brasil):
tecendo conexões entre turismos, naturezas e
culturas nos Caminhos da Serra do Mar. / Marcelo
Augusto Gurgel de Lima. -- Rio de Janeiro, 2019.
453 f.

Orientadora: Marta de Azevedo Irving. Tese
(doutorado) - Universidade Federal do Rio de
Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós
Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social, 2019.

1. Turismo de Base Comunitária . 2. Turismo .
3. Natureza . 4. Cultura . 5. Magé. I. Irving,
Marta de Azevedo, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Instituto de Psicologia

Programa EICOS – Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Ata de Defesa de Doutorado

Às 09:00 hs do dia **26/04/2019** no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o(a) aluno(a) **MARCELO AUGUSTO GURGEL DE LIMA** (registro nº. 115002686), se submeteu à banca examinadora composta pelos Professores Doutores: Marta de Azevedo Irving (orientadora e presidente da banca) CPF nº 627.646.247-00, Tania Maria de Freitas Barros Maciel, CPF nº 129.740.307-00, Maria Elizabeth de Oliveira, CPF nº 307.930.174-91, Lilia dos Santos Seabra, CPF nº 707.688.547-68, e Helena Catão Henriques Ferreira, CPF nº 496.128.597-87. O trabalho do(a) aluno(a), intitulado **“Turismo de base comunitária em Magé (RJ/Brasil) – tecendo conexões entre turismos, naturezas e culturas nos caminhos da Serra do Mar”** foi: (X) aprovado, devendo entregar a versão final encadernada no prazo de 60 dias; () aprovado condicionalmente, devendo apresentar os ajustes exigidos pela banca, no prazo máximo de 90 dias*; () reprovado. O(A) aluno(a) faz jus ao título de **Doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social**. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata que é abaixo assinada pelos membros da banca e pelo(a) aluno(a).

Banca:

Orientador:

Marta de Azevedo Irving
Tania Maria de Freitas Barros Maciel
Maria Elizabeth de Oliveira
Lilia dos Santos Seabra

Helena Catão H. Ferreira

Aluno:

Marcelo Augusto Gurgel de Lima

Observações:

A banca enfatizou a importância da tese para as políticas públicas do Rio de Janeiro, mencionou que a tese deve ser transformada em livros e artigos e que o processo deve continuar como pós doutorado

Atestado de cumprimento das exigências*

O(A) aluno(a) cumpriu as exigências e a partir desta data tem _____ dias para entregar a versão final encadernada.

Marta de Azevedo Irving
Assinatura do Orientador

Data:

26/04/2019

Esse trabalho é dedicado às mulheres e aos homens de Magé.

É dedicado também à Sr^a. *Limase Gurgel de Lima* (mãe) e ao Sr. *João B. de Lima* (pai).

À Sr^a. *Teresa Maria* e

ao Sr. *Arlindo de Paiva* (*In memoriam*)

À Sr^a. *Amélia Souza* e ao Sr. *Luiz Honório* (*In memoriam*)

À Sr^a. *Isabel Gurgel* e

ao Sr. *Expedito Gurgel* (*In memoriam*)

e *Andre de Paiva*.

À *Mirindiba*, a “*índia encantada*”.

AGRADECIMENTOS

A metáfora da tecelagem de fios para a confecção dessa tese pode ser utilizada, também, para descrever os encontros que foram sendo tecidos, fortalecidos e consolidados, enquanto outros foram sendo ressignificados, assim como as etapas de elaboração desse trabalho acadêmico, ao longo de quatro anos.

Inicialmente, gostaria de agradecer à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Ministério da Educação) que possibilitou a bolsa de incentivo à pesquisa, assim como à coordenação do Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) pela oportunidade de intercâmbio na *Universidad de Santiago de Compostela* (USC), na Espanha. À coordenação e amigos do CEDERJ - Pólo CEFET/RJ pela compreensão e apoio durante toda a construção dessa tese.

Agradecer à Prof^a. Dr^a. Marta de Azevedo Irving por mais esta parceria e por todo o crescimento acadêmico proporcionado. Aproveitando para agradecer também ao Prof. Dr. Xosé Manuel Santos Solla, Departamento de Geografia da USC pelo acolhimento.

Aos membros do Programa Eicos/UFRJ, em especial, ao Ricardo Fernandes.

Para fortalecer essa teia, é importante também agradecer aos amigos e amigas do GAPIS e Núcleo Sinergia/UFRJ que dividiram esforços, angústias, alegrias, realizações e, principalmente, apoiaram na execução da tese. São eles: Beth Oliveira, Claudia Fragelli, Graciella Faico, Nadson de Souza, Thiane, Edilaine, Cristiane, Yasmin, Dayana, Joana, Lucas, Mariana, Hugo e Fernando, e aos demais pesquisadores.

À amiga Frances Vivian por todo o apoio concedido.

À Ana Paraense, professora e amiga que despertou e inspirou novos conhecimentos.

À Beth Oliveira, jornalista, amiga e parceira, pelo aprendizado e generosidade sem fim.

À Claudia Fragelli, turismóloga, amiga, exemplo de inspiração para e pela vida.

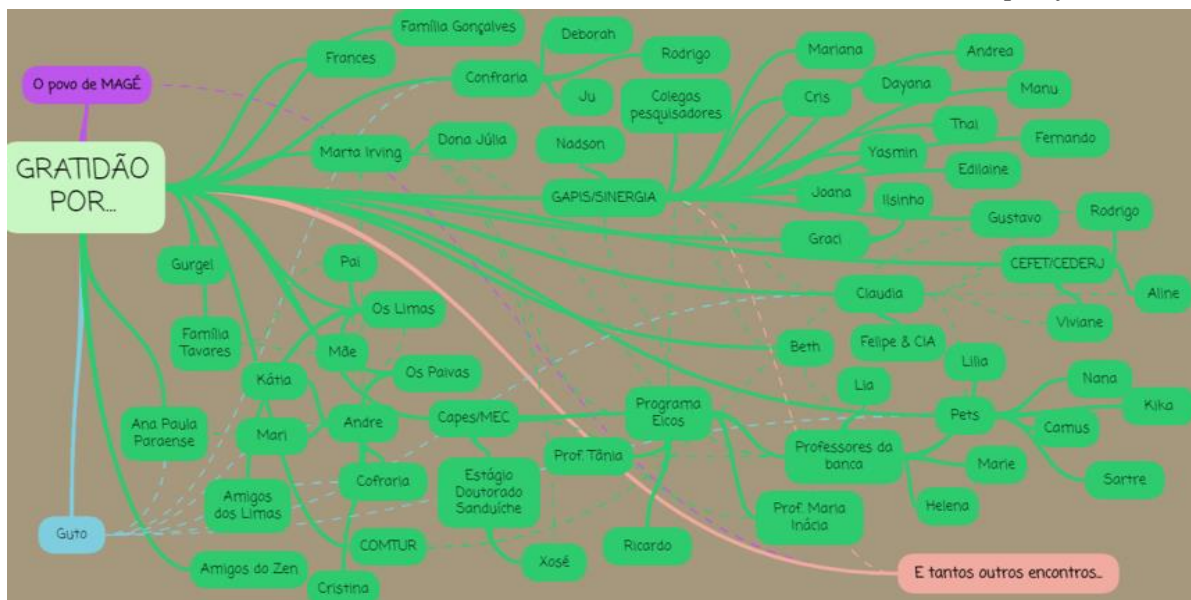
Agradecer também ao amigo, mageense e guia de turismo, Rodrigo Cesar pelas aulas sobre esse município, apoio e contribuição na pesquisa.

Aos demais amigos e familiares pela compreensão (ou tentativa dessa) de perceber o momento de construção dessa tese como um momento singular e inquietante.

Ao historiador e amigo, Andre de Paiva pelas ajudas e inspirações.

E, contribuindo para fortalecer essa teia de conhecimentos, encontros, vivências e inspirações, agradecer ao (re)encontro de uma amiga de alma-velha, Marta...

Em momentos tão turvos e acinzentados, que os turismos, as naturezas e as culturas possam ainda coexistir harmoniosamente, com suas diversidades e especificidades...



“A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferísse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender. Com simples sinais e sons, poderiam comunicar suas necessidades imediatas e idênticas.

Ser diferente não equivale a ser outro – ou seja, não equivale a possuir essa curiosa qualidade de «alteridade», comum a tudo o que existe e que, para a filosofia medieval, é uma das quatro características básicas e universais que transcendem todas as qualidades particulares. A alteridade é, sem dúvida, um aspecto importante da pluralidade; é a razão pela qual todas as nossas definições são distinções e o motivo pelo qual não podemos dizer o que uma coisa é sem a distinguir de outra.

Na sua forma mais abstrata, a alteridade está apenas presente na mera multiplicação de objetos inorgânicos, ao passo que toda a vida orgânica já exhibe variações e diferenças, inclusive entre indivíduos da mesma espécie. Só o homem, porém, é capaz de exprimir essa diferença e distinguir-se; só ele é capaz de se comunicar a si próprio e não apenas comunicar alguma coisa – como sede, fome, afeto, hostilidade ou medo. No homem, a alteridade, que ele tem em comum com tudo o que existe, e a distinção, que ele partilha com tudo o que vive, tornam-se singularidades e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade dos seres singulares.”

ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*, 1989.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM MAGÉ (RJ/Brasil): tecendo conexões entre
turismos, naturezas e culturas nos *Caminhos da Serra do Mar*.

RESUMO

O turismo na perspectiva contemporânea vem transcendendo o escopo de uma leitura de viés predominantemente econômico para sua compreensão enquanto fenômeno atual interpretado com base em uma visão interdisciplinar e também se desenvolvendo em sintonia com as inúmeras transformações sociais, culturais, econômicas, políticas e naturais que influenciam as motivações e expectativas de viajantes e anfitriões.

Com essa perspectiva, esse fenômeno vem sendo cada vez mais investigado a partir dos comportamentos que mediam a vida dos indivíduos em sociedade e, nesse caso específico, dos turistas e da população que reside em localidades turísticas. Portanto, as condutas concretas dos indivíduos e grupos, no quadro da vida cotidiana, se constituem em objeto de pesquisa e reflexão pela perspectiva analítica da Psicossociologia, campo de ancoragem dessa tese.

Sob essa ótica, e reconhecendo o turismo como um fenômeno contemporâneo de alcance global mas com evidentes e, frequentemente, graves implicações nas dinâmicas locais, o *Turismo de Base Comunitária* (TBC) constitui o cerne da investigação desenvolvida. Isso porque, o TBC pode representar uma via para a conexão entre os atores das localidades turísticas e os próprios turistas, se configurando, ainda, em uma alternativa local para o enfrentamento das dinâmicas associadas aos processos de globalização e seus efeitos nessas localidades.

Partindo dessas reflexões, essa tese tem por objetivo interpretar os desafios para a construção do *Turismo de Base Comunitária* nos *Caminhos da Serra do Mar*, com foco no município de Magé (RJ), localidade identificada como potencialmente estratégica para a articulação de turismo, natureza e cultura. Para tal, o percurso metodológico de construção da tese foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental e pesquisa de campo, no município de Magé.

Os resultados indicam que, no âmbito do planejamento do turismo do município de Magé, o circuito *Caminhos da Serra do Mar* representa, em sua construção, uma visão integrada entre os turismos, as naturezas e as culturas locais. Além disso, foi possível identificar que essa articulação se configura, com base no referencial teórico adotado, como uma proposta de TBC fundamentada no compromisso do protagonismo local, da inclusão social, de conservação da natureza e da valorização das culturas locais, no município de Magé (RJ).

Palavras-chaves: *Turismo de Base Comunitária* – Turismo – Natureza – Cultura – Magé – *Caminhos da Serra do Mar*.

COMMUNITY-BASED TOURISM IN MAGÉ (Rio de Janeiro State/Brazil): weaving connections between tourism, nature, and culture in the *Caminhos da Serra do Mar* (Serra do Mar Paths)

ABSTRACT

Tourism in the contemporary perspective has been transcending the scope of a predominantly economic bias reading for its understanding as a current phenomenon interpreted on the basis of an interdisciplinary view and also developing in tune with the numerous social, cultural, economic, political, and natural transformations that influence the motivations and expectations of travelers and hosts.

With this perspective, this phenomenon has been increasingly investigated from the behaviors that mediate the lives of individuals in society and, in this specific case, tourists and the population residing in tourist locations. Therefore, the concrete behaviors of individuals and groups, in the context of daily life, constitute the object of research and reflection by the analytical perspective of Psychosociology, the anchor field of this thesis.

From this point of view, and recognizing tourism as a contemporary phenomenon of global reach but with evident and often serious implications for local dynamics, *Community-Based Tourism* (CBT) is the core of the research developed. This is because CBT can represent a way for the connection between the actors of the tourist localities and the tourists themselves, also constituting a local alternative for facing the dynamics associated with the processes of globalization and their effects on these localities.

Based on these reflections, this thesis aims to interpret the challenges for the construction of *Community-Based Tourism* in the *Caminhos da Serra do Mar* (Serra do Mar Paths), focusing on the municipality of Magé (Rio de Janeiro State), a location identified as potentially strategic for the articulation of tourism, nature, and culture. To this end, the methodological course of the thesis construction was developed through bibliographic and documentary research and field research, in the municipality of Magé.

The results indicate that, in the context of tourism planning in the municipality of Magé, the *Caminhos da Serra do Mar* circuit represents, in its construction, an integrated view between local tourism, nature, and cultures. In addition, it was possible to identify that this articulation is configured, based on the adopted theoretical framework, as a proposal of CBT based on the commitment of local protagonism, social inclusion, nature conservation, and valorization of local cultures, in the municipality of Magé. (RJ).

Keywords: *Community-Based Tourism* – Tourism - Nature – Culture – Magé – *Caminhos da Serra do Mar*.

TURISMO COMUNITARIO EN MAGÉ (Rio de Janeiro/Brasil): tejiendo conexiones entre turismos, naturalezas y culturas en los *Caminhos da Serra do Mar* (Senderos de la Serra do Mar).

RESUMEN

El turismo en la perspectiva contemporánea ha trascendido el alcance de una lectura de bias predominantemente económico para su comprensión como un fenómeno actual interpretado sobre la base de una visión interdisciplinaria y también en sintonía con las numerosas transformaciones sociales, culturales, económicas, políticas y naturales que influyen las motivaciones y expectativas de los viajeros y anfitriones.

Con esta perspectiva, este fenómeno se ha investigado cada vez más a partir de los comportamientos que median la vida de las personas en la sociedad y, en este caso específico, los turistas y la población que reside en lugares turísticos. Por lo tanto, los comportamientos concretos de los individuos y grupos, en el contexto de la vida cotidiana, constituyen el objeto de investigación y reflexión desde la perspectiva analítica de la psicología, el campo de anclaje de esta tesis.

Desde este punto de vista, y reconociendo el turismo como un fenómeno contemporáneo de alcance global pero con implicaciones evidentes y a menudo serias para la dinámica local, el *Turismo Comunitario* (TC) es el núcleo de la investigación desarrollada. Esto se debe a que el TC puede representar una forma de conexión entre los actores de las localidades turísticas y los propios turistas, y también constituye una alternativa local para enfrentar la dinámica asociada con los procesos de globalización y sus efectos en estas localidades.

Sobre la base de estas reflexiones, esta tesis tiene como objetivo interpretar los desafíos para la construcción del *Turismo Comunitario* en los *Caminhos da Serra do Mar* (Senderos de la Serra do Mar), centrándose en el municipio de Magé (Rio de Janeiro), un lugar identificado como potencialmente estratégico para la articulación del turismo, la naturaleza y la cultura. Con este fin, el curso metodológico de la construcción de la tesis se desarrolló a través de la investigación bibliográfica y documental y la investigación de campo, en el municipio de Magé.

Los resultados indican que, en el contexto de la planificación turística en el municipio de Magé, el circuito *Caminhos da Serra do Mar* representa, en su construcción, una visión integrada entre los turismos, las naturalezas y las culturas locales. Además, fue posible identificar que esta articulación está configurada, en base al marco teórico adoptado, como una propuesta de TBC basada en el compromiso del protagonismo local, la inclusión social, la conservación de la naturaleza y la valorización de las culturas locales, en el municipio de Magé. (RJ).

Palabras clave: Turismo comunitario – Turismo – Naturaleza – Cultura – Magé – *Caminhos da Serra do Mar*.

TOURISME COMMUNAUTAIRE À MAGÉ (État de Rio de Janeiro/Brésil): en tissant des liens entre tourisme, nature et culture sur les *Caminhos da Serra do Mar* (Sentiers de la Serra do Mar).

RÉSUMÉ

Le tourisme, dans la perspective contemporaine, a dépassé le cadre d'une lecture à prédominance économique pour être compris comme un phénomène actuel interprété sur la base d'une vision interdisciplinaire, tout en évoluant parallèlement aux nombreuses transformations sociales, culturelles, économiques, politiques et naturelles qui influencent les motivations et les attentes des voyageurs et des hôtes.

Dans cette perspective, le phénomène a été de plus en plus étudié à partir des comportements qui moyennent la vie des individus dans la société et, dans ce cas précis, des touristes et de la population résidant dans des lieux touristiques. Ainsi, les comportements concrets des individus et des groupes, dans le contexte de la vie quotidienne, constituent l'objet de recherches et de réflexions selon la perspective analytique de la psychosociologie, champ d'application de cette thèse.

De ce point de vue, et reconnaissant le tourisme comme un phénomène contemporain de portée mondiale mais ayant des implications évidentes et souvent graves pour les dynamiques locales, le Tourisme Communautaire (TC) est au cœur de la recherche développée. En effet, le TC peut représenter un moyen de créer un lien entre les acteurs des localités touristiques et les touristes eux-mêmes, constituant également une alternative locale pour faire face aux dynamiques associées aux processus de mondialisation et à leurs effets dans ces localités.

Sur la base de ces réflexions, cette thèse vise à interpréter les défis de la construction du *Tourisme Communautaire* dans les *Caminhos da Serra do Mar* (Sentiers de la Serra do Mar), en se concentrant sur la municipalité de Magé (État de Rio de Janeiro), un lieu identifié comme potentiellement stratégique pour l'articulation du tourisme, de la nature et de la culture. À cette fin, le cours méthodologique de la construction de la thèse a été développé au moyen de recherches bibliographiques et documentaires et de recherches sur le terrain, dans la municipalité de Magé.

Les résultats indiquent que, dans le contexte de la planification du tourisme dans la municipalité de Magé, le circuit *Caminhos da Serra do Mar* représente, dans sa construction, une vision intégrée des tourisms, des natures et des cultures locales. En outre, il a été possible d'identifier que cette articulation est configurée, sur la base du cadre théorique adopté, comme une proposition de TC basée sur l'engagement du protagonisme local, de l'inclusion sociale, de la conservation de la nature et de la valorisation des cultures locales, dans la municipalité de Magé. (RJ).

Mots-clés: *Tourisme communautaire* – Tourisme – Nature – Culture – Magé – *Caminhos da Serra do Mar*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 1	Principais motivações para as viagens internacionais em 2017	37
FIGURA 2	Motivação do turista estrangeiro ao visitar o Brasil (2017)	173
FIGURA 3	Diagrama sobre as principais premissas do TBC no Brasil	195
FIGURA 4	Principais impactos positivos do TBC no Brasil	197
FIGURA 5	Principais obstáculos do TBC no Brasil	198
FIGURA 6	Representação dos <i>Caminhos da Serra do Mar</i> no PARNASO	202
FIGURA 7	Marco inicial do <i>Caminho do Ouro</i>	204
FIGURA 8	Detalhe nas pedras do <i>Caminho do Ouro</i> erguido por escravos, em Vila Inhomirim/Magé	205
FIGURA 9	Registro de residências ao longo do <i>Caminho do Ouro</i>	206
FIGURA 10	Comércio local no início do <i>Caminho do Ouro</i>	206
FIGURA 11	Imagem do trecho inicial do <i>Caminho do Ouro</i>	207
FIGURA 12	Imagem do <i>Caminho do Ouro</i>	207
FIGURA 13	Imagem do Alto da Ventania	208
FIGURA 14	Imagem do Morro do Cobiçado	208
FIGURA 15	Imagem da Trilha Uricanal (Petrópolis/RJ)	209
FIGURA 16	Início do terceiro trecho (Trilha Uricanal), no sentido Caxambu x Bonfim (Petrópolis/RJ)	209
FIGURA 17	Imagem do Trecho do Morro do Açú (Petrópolis/RJ)	210
FIGURA 18	Imagem da Travessia Petrópolis-Teresópolis	211
FIGURA 19	Imagem da Pedra do Sino entre os municípios de Guapimirim e Teresópolis	211
FIGURA 20	Representação geográfica do PARNASO	213
FIGURA 21	Imagem do Rio Inhomirim no município de Magé (RJ)	216
FIGURA 22	Imagem da Estrada da Serra da Estrela (Vila Inhomirim)	217
FIGURA 23	Imagem de um dos acessos da Estrada Velha (Vila Inhomirim)	217
FIGURA 24	Imagem da Estação Guia de Pacobaíba (Magé/RJ)	218
FIGURA 25	Imagem da Estação Guia de Pacobaíba e da réplica da locomotiva (Magé/RJ)	219
FIGURA 26	Imagem da placa informativa do IPHAN na antiga Estação Guia de Pacobaíba (Magé/RJ)	220
FIGURA 27	Imagem das ruínas do Porto da Estrela, em Magé (RJ)	221
FIGURA 28	Imagem de placa de sinalização da Estrada de Ferro Mauá	222
FIGURA 29	Imagem do monumento em uma das praças públicas de Magé	223
FIGURA 30	Imagem da Parada Santa Dalila – Linha Saracuruna/Visconde de Itaboraí	224
FIGURA 31	Imagem da Estação Saracuruna no município de Duque de Caxias (RJ)	225
FIGURA 32	Imagem da Estação final Vila de Inhomirim/Raiz da Serra	226
FIGURA 33	Imagem da Bica da Rainha	227
FIGURA 34	Imagem de uma das passagens de trem Fragoso-Piabetá	228
FIGURA 35	Imagem da Vila Operária IMBEL	229
FIGURA 36	Imagem da Capela de Sant’Ana, em Pau Grande, no município de Magé	230

FIGURA 37	Imagem da Igreja de Nossa Senhora da Piedade (Magé, RJ)	231
FIGURA 38	Imagem da casa onde teria morado Mané Garrincha (Pau Grande, Magé/RJ)	232
FIGURA 39	Vista panorâmica do PARNASO no município de Magé (RJ)	233
FIGURA 40	Representação dos significados de turismo pela perspectiva local	242
FIGURA 41	Representação esquemática com relação à percepção sobre natureza pela perspectiva local	245
FIGURA 42	Representação esquemática dos significados de cultura pela perspectiva local	247
FIGURA 43	Síntese dos assuntos abordados no COMTUR (Mai/2017 a Mar/2019)	359

QUADROS

QUADRO 1	Síntese das contribuições das principais áreas de conhecimento para a pesquisa do turismo	29
QUADRO 2	Relação dos documentos norteadores internacionais analisados na tese (1945/2015)	49
QUADRO 3	Relação dos documentos norteadores nacionais de turismo, proteção da natureza e cultura (1975/2018)	50
QUADRO 4	Datas e temas descritos nas atas do COMTUR (Mai/2017-Mar/2019)	51
QUADRO 5	O perfil dos mageenses entrevistados	56
QUADRO 6	O perfil dos interlocutores da gestão pública municipal de Magé e do PARNASO	58
QUADRO 7	Síntese cronológica sobre a base conceitual relativa ao turismo	63
QUADRO 8	Síntese dos documentos internacionais (1945/2015)	100
QUADRO 9	Síntese dos documentos norteadores nacionais de turismo, proteção da natureza e cultura (1975/2018)	140
QUADRO 10	Síntese das principais noções de TBC no plano internacional	180
QUADRO 11	Síntese dos objetivos do TBC entre as décadas de 1980 e 2010	185
QUADRO 12	Síntese das noções de TBC no Brasil	192
QUADRO 13	Classificação do MTur dos municípios da <i>Baixada Verde</i>	235
QUADRO 14	Dados básicos da dinâmica socioeconômica de Magé	237
QUADRO 15	Formação atual do COMTUR – Magé (Jan/2019)	353
QUADRO 16	Segmentos/Entidades representadas durante as reuniões do COMTUR (Mai/2017 a Mar/2019)	353
QUADRO 17	Datas e temas descritos nas atas do COMTUR (Mai/2017-Mar/2019)	357
QUADRO 18	Síntese da interface turismo, natureza e cultura tratados no COMTUR (Mai/2017 a Mar/2019)	361
QUADRO 19	Representação do número de participantes dos GPs no Brasil (1993-2016)	425
QUADRO 20	Relação numérica dos GPs registrados no DGP sobre o tema turismo, natureza ou cultura	426
QUADRO 21	Quadro esquemático com o resultado dos GPs levantados durante a pesquisa	427
QUADRO 22	Síntese da descrição dos GPs e das linhas de pesquisa	430

GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Número de chegadas internacionais de turistas 1950/2017	33
GRÁFICO 2	Receita cambial do turismo no mundo (em bilhões de US\$)	34
GRÁFICO 3	Chegadas de turistas internacionais por grupo	35
GRÁFICO 4	<i>Ranking</i> dos países mais visitados no mundo em 2017	38
GRÁFICO 5	<i>Ranking</i> das receitas internacionais do turismo em 2017	39
GRÁFICO 6	<i>Ranking</i> dos países sul-americanos mais visitados e das receitas em 2017	41
GRÁFICO 7	Número de chegada de turistas estrangeiros no Brasil	171
GRÁFICO 8	<i>Ranking</i> da receita cambial do turismo nacional	172
GRÁFICO 9	<i>Ranking</i> de chegada de turistas por Unidade da Federação do país	174
GRÁFICO 10	Nº. de chegadas internacionais no Estado do Rio de Janeiro	175
GRÁFICO 11	Número de grupos de pesquisa registrados no <i>DGP no Brasil/Lattes</i> (1993-2016)	423
GRÁFICO 12	Evolução das linhas de pesquisa registradas no <i>DGP no Brasil/Lattes</i> (1993-2016)	424

LISTA DE SIGLAS

AFRICACULT	Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais na África
AIEST	Association Internationale d'Experts Scientifiques du Tourisme
AIT	Ano Internacional do Turismo
AMOSADA	Associação de Moradores Santa Dalila
AMOVISA	Associação de Moradores do Vilar Santo Aleixo
APL	Arranjo Produtivo Local
ASIACULT	Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais na Ásia
ATLAS	Archivfuer Technik, Lebenswelt und Alltagsprache
BAS	British Antarctic Survey
CADASTUR	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAQDAS	Computer-Assisted/Aided Qualitative Data Analysis Software
CauC	Cadastro Único de Convênios
CBT	Community-Based Tourism
CCBB	Confederação Nacional de Bispos do Brasil
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFC	Conselho Federal de Cultura
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CGTS	Crítérios Globais para o Turismo Sustentável
CNC	Conselho Nacional de Cultura
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNtur	Conselho Nacional de Turismo
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COMBRATUR	Comissão Brasileira de Turismo
COMTUR Magé	Conselho Municipal de Turismo de Magé
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico
CONPARNASO	Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos
CONTUR	Conselho Consultivo de Turismo
COP	Conferência das Partes
DGP	Diretório dos Grupos de Pesquisa/Lattes no Brasil
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EUROCULT	Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais Europeias
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FEMAMEIA	Federação de Associações de Moradores e Afins de Magé
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FISET	Fundo de Investimento Setorial de Turismo
FMI	Fundo Monetário internacional
FUNGETUR	Fundo Geral do Turismo

GAPIS	Grupo de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade
GSTC	Partnership for Global Sustainable Tourism Criteria
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituições do Ensino Superior/MEC
INEA	Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro
IUCN	International Union for Conservation of Nature
MaB	Programa do Homem e a Biosfera
MCF	Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MINC	Ministério da Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MONDIACULT	Conferência Mundial sobre Políticas Culturais
MTUR	Ministério do Turismo
NEPC	Nordic Environmental Protection Convention
NEPET	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Turismo
NÚCLEO	
SINERGIA	Subjetividades, Turismo, Natureza e Cultura
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PARNASO	Parque Nacional da Serra dos Órgãos
PDMAFO	Protetores e Defensores do Meio Ambiente Fonte da Onça
PECS	Parque Estadual da Costa do Sol
PETP	Parque Estadual dos Três Picos
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo (1992)
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNC	Política Nacional de Cultura (1975)
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais (Ministério da Economia)
REDUC	Refinaria Duque de Caxias

REVISEST	Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Serra da Estrela
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
SIG-PARNASO	Sistema de Informações Geográficas PARNASO
SMASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Magé
SMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Magé
SMETULTI	Secretaria Municipal de Esporte, Turismo, Lazer e Terceira Idade de Magé
SMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Magé
SMPO	Secretaria Municipal de Ordem Pública de Magé
SNIIC	Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TBC	Turismo de Base Comunitária
TBL	Turismo de Base Local
TURISRIO	Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro
UC	Unidade de Conservação
UEMS	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UICN	União Internacional para Conservação da Natureza
UIOOT	União Internacional dos Organismos Oficiais do Turismo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNWTO	World Tourism Organization
WCS	World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development
WTO	World Trade Organization
WWF	World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
2. O TURISMO COMO FENÔMENO CONTEMPORÂNEO	27
2.1 O TURISMO NO MUNDO PARA SE PENSAR O TBC	32
3. O PERCURSO METODOLÓGICO PARA INICIAR A TRAMA	42
3.1 ETAPAS METODOLÓGICAS	45
3.1.1 A pesquisa bibliográfica	45
3.1.2 A pesquisa documental	49
3.1.3 Planejamento de campo, elaboração e balizamento de instrumentos de pesquisa, seleção de interlocutores entrevistados	53
3.1.4 Procedimentos éticos da pesquisa	54
3.1.5 Estágio Doutorado Sanduíche	55
3.1.6 Pesquisa de campo	55
3.1.7 Sistematização e análise das informações obtidas	59
4. TURISMOS, NATUREZAS E CULTURAS: OS FIOS CONDUTORES PARA A CONFECÇÃO DA TRAMA	62
4.1 O PRIMEIRO FIO CONDUTOR: OS TURISMOS	62
4.2 O SEGUNDO FIO CONDUTOR: AS NATUREZAS	73
4.2.1 O <i>religare</i> e os fios necessários para formar o tecido de reconexão com a natureza	80
4.3 O TERCEIRO FIO CONDUTOR: AS CULTURAS	86
5. TENDÊNCIAS GLOBAIS PARA INTERPRETAR O TBC NA ATUALIDADE	99
6. AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UMA LEITURA CRÍTICA NA INTERFACE TURISMO, NATUREZA E CULTURA	139
6.1 O TURISMO NO BRASIL PARA SE PENSAR O TBC	170
7. O CONTEXTO DO TBC DO PLANO GLOBAL AOS CAMINHOS DA SERRA DO MAR	177
7.1 OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS PARA SE COMPREENDER O TBC NO	177

MUNDO	
7.1.1 A origem do <i>Turismo de Base Comunitária</i> no plano internacional	179
7.1.2 Sobre potencialidades e obstáculos ao TBC no plano internacional	186
7.2 O CONTEXTO DO <i>TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA</i> NO BRASIL	191
7.2.1 O aporte teórico sobre TBC no Brasil	191
7.2.2 O “estado da arte” dos projetos de TBC no Brasil	196
8. ESTUDO DE CASO: OS CAMINHOS DA SERRA DO MAR –	200
DECODIFICANDO AS TEIAS DO TBC EM MAGÉ	
8.1 OS CONTEXTOS HISTÓRICO-CULTURAL E AMBIENTAL DE MAGÉ E A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO	215
9. TECENDO A REDE DE CONEXÕES: O TBC EM MAGÉ	240
9.1 O SIGNIFICADO DE TURISMO, NATUREZA E CULTURA PELA PERSPECTIVA DOS MORADORES DE MAGÉ	240
9.2 O SIGNIFICADO DE TURISMO, NATUREZA E CULTURA PELA PERSPECTIVA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	287
9.3 O SIGNIFICADO DE TURISMO, NATUREZA E CULTURA PELA PERSPECTIVA DA GESTÃO DO PARNASO	327
9.4 ANÁLISE SINTÉTICA DAS ATAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO, O COMTUR - MAGÉ	353
CONSIDERAÇÕES FINAIS	369
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	381
APÊNDICES	421

INTRODUÇÃO

Em seu alcance global e também pelas questões complexas que envolve, o turismo vem sendo reafirmado pela literatura especializada, pelas narrativas de políticas públicas, e também, em planejamento turístico, como uma importante alternativa para o desenvolvimento socioeconômico das localidades turísticas e, em sentido mais amplo, para os países que abrigam um patrimônio natural e cultural de grande relevância para a sociedade contemporânea, como é o caso do Brasil.

Mas nessa tese, particularmente, se pretende ampliar a lente interpretativa sobre o tema e, nesse sentido, propõe-se investigar o fenômeno do turismo por uma outra via analítica, inspirada nos aportes advindos do campo das Ciências Humanas e Sociais. Isso porque, o turismo representa um fenômeno complexo que envolve, além da dimensão econômica, as dimensões social, ambiental, cultural e política e, como tal, precisa ser interpretado a partir de uma leitura interdisciplinar. Nessa perspectiva, o turismo pode ser interpretado como um fenômeno social, dinâmico e, também, de alcance global mas que se desenvolve localmente. E, sendo assim, tende a influenciar a dinâmica social, econômica, política, cultural e ambiental das localidades onde se desenvolve.

Com essa perspectiva, esse fenômeno vem sendo, cada vez mais investigado a partir dos comportamentos que mediam a vida dos indivíduos em sociedade e, nesse caso específico, dos turistas e da população que reside nas localidades turísticas. Portanto, as condutas concretas dos indivíduos e grupos, no quadro da vida cotidiana constituem o objeto de pesquisa, que induzem também a reflexão pela perspectiva analítica da Psicossociologia, campo de ancoragem dessa tese. A Psicossociologia interpreta o comportamento em todas as atividades humanas, abordando também o tempo livre de turistas, o tempo dedicado ao ócio, assim como, as inúmeras dimensões do turismo, esse entendido como fenômeno social complexo, conforme Montejano (2002). E de acordo com o mesmo autor, a psicossociologia do turismo investiga, em tese, o comportamento do turista em relação às suas motivações individuais, bem como as relações interpessoais que transcendem a perspectiva meramente econômica que caracteriza a abordagem convencional sobre o turismo.

Nessa perspectiva, ignorar a importância da interdisciplinaridade como caminho investigativo essencial para o estudo do turismo pode significar ignorar a realidade estudada e tende a contribuir para distorcer os resultados de pesquisas e/ou ocultar aspectos chave para

definir a real experiência e o comportamento turístico. No entanto, apesar da complexidade que o fenômeno expressa, os estudos sobre turismo, enquanto campo de pesquisa na academia, ainda enfrentam inúmeros obstáculos, como a tendência reducionista em relação à sua episteme, ou, ainda, a tendência à banalização de algumas das noções a ele associadas que o traduzem como indústria, atividade econômica e/ou setor, conforme discute Moesch (2016). Esses problemas decorrem da carência de “diálogo” entre as diversas áreas de conhecimento e, para alguns autores, da limitação com relação a um método científico próprio, o que termina gerando polêmicas entre visões divergentes quanto à cientificidade envolvida nesse campo de estudos (Cruz; Berberi; Guzela, 2008).

Assim, a reflexão sobre o tema, em novas bases, tende a ser fundamental para que se possa conjugar as diferentes áreas do conhecimento para abordar o fenômeno do turismo, o que, por sua vez, poderia ainda contribuir para viabilizar o desenvolvimento de novas perspectivas teóricas e metodológicas a ele associadas.

Esse debate, embora esteja no cerne da pesquisa em turismo na atualidade, é ainda incipiente, o que demanda, portanto, a realização de pesquisas que possam contribuir para o aprofundamento no plano acadêmico sobre esse objeto complexo de estudos, que tende a ser decodificado de maneira simplista e equivocada, apenas como atividade econômica em expansão em todo o mundo, pela ótica do mercado.

Nessa perspectiva e, apesar de inúmeros obstáculos a serem transpostos com esse objetivo, nos últimos anos, tem sido iniciado um movimento para se investigar o fenômeno do turismo à luz da Psicossociologia, o campo de ancoragem da tese. Sob essa ótica e, reconhecendo o turismo como um fenômeno contemporâneo de alcance global mas com evidentes e, frequentemente, graves implicações nas dinâmicas locais, o *Turismo de Base Comunitária* (TBC) está no cerne da investigação.

Isso porque, o TBC representa, em tese, uma via para a conexão entre os atores das localidades turísticas e os próprios turistas, representando, ainda, uma alternativa local para o enfrentamento da dinâmica da globalização e seus efeitos nessas localidades. Assim, tendo essa leitura como inspiração, muitos projetos com esse enfoque vêm sendo desenvolvidos em todo o mundo mas, foi somente na década de 1990 que iniciativas com esse direcionamento passaram a ser implementadas, de fato, em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

No contexto nacional e, mais especificamente, no Estado do Rio de Janeiro, é importante mencionar que Magé, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, compõe os *Caminhos da Serra do Mar* e tem uma importante área nos limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), uma unidade de conservação conhecida por sua relevante sociobiodiversidade, o que, em tese, está associada a um importante potencial para o turismo em bases sustentáveis e, mais particularmente, para o *Turismo de Base Comunitária*, nos próximos anos.

O projeto *Caminhos da Serra do Mar* foi lançado em 2012 pelo *Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade* (ICMBio) e está ainda em fase de concepção mas deverá envolver uma trilha de longa duração, com mais de 170 km, que percorrerá algumas das unidades de conservação do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense¹ (MCF), localizado nas regiões turísticas da *Baixada Verde* e da *Serra Verde Imperial* no Estado do Rio de Janeiro. A criação desse circuito teve como motivações iniciais a própria necessidade de valorização da região da serra fluminense e, de ordenamento das áreas protegidas fluminenses, buscando-se integrar ao processo algumas das unidades de conservação do mosaico, a partir do fomento ao público dessas áreas protegidas como estratégia para a conservação da biodiversidade. E, se espera no futuro, a conexão desse segmento de Mata Atlântica com a zona costeira do Estado do Rio de Janeiro, conectando-se, assim, a diversidade natural às dinâmicas socioculturais dessas regiões pulsantes de serra e mar, para o planejamento turístico no Estado do Rio de Janeiro.

Assim, o uso público ordenado desse trajeto com fins turísticos passaria a representar, progressivamente, no plano de políticas públicas fluminenses, uma estratégia prioritária para a conservação da biodiversidade no Rio de Janeiro e poderia inspirar iniciativas semelhantes em outras regiões do país. No âmbito do turismo, mais especificamente, o projeto *Caminhos da Serra do Mar* poderá, também, ser estratégico para o Rio de Janeiro, uma vez que tenderá a contribuir para uma maior visibilidade da dinâmica socioambiental fluminense, em virtude da diversidade de paisagens naturais e culturais que caracteriza o território do Estado na articulação entre a serra e o mar.

¹ Atualmente, o MCF é composto por vinte e nove unidades de conservação, abrangendo catorze municípios fluminenses (Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Macaé, Magé, Miguel Pereira, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Rio Bonito, São Gonçalo, São José do Vale do Rio Preto, Silva Jardim, Teresópolis e Tanguá. O Mosaico foi oficialmente reconhecido pela Portaria do Ministério do Meio Ambiente, n.º. 350, de 11 de dezembro de 2006 (WIKIPARQUES, 2019).

Com base nesses antecedentes, a presente tese teve como inspiração a seguinte questão norteadora:

- Quais os principais desafios para o desenvolvimento do *Turismo de Base Comunitária*, no município de Magé (RJ) no contexto dos *Caminhos da Serra do Mar*?

Com base nessa questão, o objetivo da tese foi investigar o contexto regional e interpretar os desafios para a construção do *Turismo de Base Comunitária* nos *Caminhos da Serra do Mar*, com foco no município de Magé (RJ). Para tal, o eixo conceitual prioritário foi o *Turismo de Base Comunitária*, que parte de premissas como a valorização da cultura local, a proteção da natureza e o protagonismo local para a sua concretização, ao mesmo tempo em que se vincula ao compromisso de bem-estar e empoderamento das populações locais.

A partir desse objetivo central, essa tese se construiu ainda a partir de alguns objetivos específicos:

- a)** Contribuir para a sistematização das informações sobre os *Caminhos da Serra do Mar* e, mais detalhadamente, sobre o município de Magé, para se pensar o planejamento turístico regional;
- b)** Interpretar, pela lógica dos moradores locais, como são traduzidas as noções de turismo, natureza e cultura;
- c)** Interpretar as noções de turismo, natureza e cultura que orientam os discursos da gestão pública municipal;
- d)** Investigar como a interface entre turismo, natureza e cultura vem sendo abordada nas instâncias participativas relacionadas ao turismo, em Magé;
- e)** Diagnosticar o contexto do desenvolvimento turístico no município de Magé para que se possa pensar o TBC, no futuro;
- f)** Desenvolver um arcabouço metodológico inovador que possa subsidiar as políticas públicas de turismo, em âmbito local;
- g)** Contribuir com subsídios analíticos para a integração de políticas públicas setoriais de turismo, proteção da natureza e cultura, no município de Magé;
- h)** Contribuir para o desenvolvimento do TBC nos *Caminhos da Serra do Mar*.

Com base no contexto apresentado, a presente tese está estruturada em nove capítulos, além da presente introdução, o primeiro capítulo, de acordo com o *Manual para Elaboração e Normalização de Dissertações e Teses* que orienta os trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2017).

No plano da estrutura lógica sequencial, o segundo capítulo da tese buscou interpretar o fenômeno do turismo pela perspectiva contemporânea, através da leitura das Ciências Humanas e Sociais e, não apenas esse entendido como uma “indústria” de alcance global que traduz, operacionalmente, o fluxo de pessoas que viajam, diariamente, ao redor do mundo. Isso porque o turismo na perspectiva contemporânea, transcende o escopo dessa descrição operacional e enquanto fenômeno complexo, se desenvolve em sintonia com as transformações sociais, culturais, econômicas e que influenciam as motivações e expectativas de viajantes e anfitriões nas localidades turísticas. Com base nesse contexto, o turismo vem sendo ressignificado, também, em função das tendências internacionais, do empoderamento dos movimentos sociais e, em especial do movimento ambientalista, globalmente. Essa tendência vem se concretizando em função de inúmeros debates contemporâneos que vem sendo, de alguma maneira, internalizados, nos dispositivos globais que orientam as políticas públicas de turismo, de proteção da natureza e de cultura, em todo o mundo.

No terceiro capítulo se pretendeu descrever a metodologia adotada para responder aos objetivos propostos. A investigação desenvolvida no âmbito da tese foi baseada em abordagem qualitativa, de caráter exploratório. As etapas metodológicas para o desenvolvimento da tese envolveram, inicialmente, a pesquisa bibliográfica, que correspondeu à consulta ao material bibliográfico impresso e em bases de dados digitais. Em seguida, foi realizada a pesquisa documental, conduzida através do levantamento do arcabouço legal relevante e das informações disponíveis em sítios públicos oficiais disponibilizados em ambiente *web*. Complementarmente, foi efetuada a pesquisa de campo, no município de Magé, e, posteriormente, a sistematização e a análise das informações obtidas.

No quarto capítulo, buscou-se contextualizar o turismo no Brasil e no mundo, para se pensar o TBC nos *Caminhos da Serra do Mar*, abordando as principais tendências que vem ocorrendo no plano do desenvolvimento turístico global, com relação aos fluxos turísticos em todo o mundo. Além disso e, ainda nessa perspectiva, pretendeu-se, também, problematizar como o turismo vem sendo interpretado, nas últimas décadas, segundo a leitura de

democratização do acesso e do aumento do tempo livre associado à valorização do lazer, o que tende a fomentar, cada vez mais, as viagens que transcendem os territórios nacionais. Paralelamente, pretendeu-se ilustrar como o turismo vem se constituindo como fenômeno global na contemporaneidade e como vem adquirindo um papel central para o desenvolvimento socioeconômico de alguns países, entre estes, o Brasil.

No plano da reflexão teórica, as diversas nuances interpretativas sobre turismo, natureza e cultura foram abordadas e, ressignificadas no quinto capítulo da tese. Nesse sentido, buscou-se interpretar os fios que se entrelaçam na configuração da “trama” de significados que traduzem o turismo, em suas interfaces com as noções de natureza e de cultura.

O sexto capítulo buscou descrever como vem sendo construída a base conceitual sobre o *Turismo de Base Comunitária*, no plano internacional e no Brasil, em particular, a partir das percepções de alguns autores de referência. Ao mesmo tempo, buscou-se trazer para esta discussão, os principais objetivos, desafios e obstáculos das primeiras iniciativas de TBC no Brasil e no mundo.

No capítulo destinado ao Estudo de Caso se pretendeu contextualizar o município de Magé, no âmbito dos *Caminhos da Serra do Mar*. Isso porque, conforme mencionado anteriormente, esse município se destaca pela importância do patrimônio natural e cultural, ainda desconhecido por muitos turistas, mas de grande relevância para o turismo no Estado do Rio de Janeiro.

O oitavo capítulo buscou traduzir as análises realizadas, a partir da pesquisa de campo, visando interpretar a leitura sobre turismo, natureza e cultura, pela perspectiva dos mageenses, dos interlocutores da gestão pública municipal e da gestão do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Além disso, buscou-se sintetizar como a interface entre turismo, natureza e cultura vem sendo abordada no Conselho Municipal de Turismo, o COMTUR – Magé.

Partindo dessa estrutura, pretendeu-se refletir sobre os desafios para a construção do *Turismo de Base Comunitária* nos *Caminhos da Serra do Mar* e, também, contribuir com os subsídios decorrentes da pesquisa, para o planejamento turístico do município de Magé.

E espera-se, com essa investigação acadêmica, delinear caminhos que possam orientar políticas públicas na conexão entre as ações setoriais de turismo, de proteção da natureza e de cultura em iniciativas futuras de *Turismo de Base Comunitária*, no município de Magé.

Na tentativa de se buscar atingir os objetivos mencionados, a inspiração inicial para a confecção dessa tese surgiu da imagem dos fios que compõem uma trama que, inicialmente, embaraçados, são aos poucos identificados e interpretados para desvendar o tema investigado na tessitura de um tecido ressignificado. E assim, a metáfora utilizada da tecelagem de fios para a construção de uma obra foi idealizada para se buscar um entendimento plural que possa expressar os turismos, as naturezas e as culturas imbricados na realidade de Magé para a partir daí, interpretar os desafios para a construção do *Turismo de Base Comunitária* nos *Caminhos da Serra do Mar*, no Estado do Rio de Janeiro.

2. O TURISMO COMO FENÔMENO CONTEMPORÂNEO

O alcance dos fluxos de pessoas que viajam, diariamente, ao redor do mundo faz com que o turismo seja descrito, por alguns, frequentemente, como uma das maiores “indústrias” no plano global. No entanto, o turismo na perspectiva contemporânea transcende o escopo dessa descrição. Isso porque se desenvolve em sintonia com as inúmeras transformações sociais, culturais, econômicas, políticas e naturais que influenciam as motivações e expectativas de viajantes e anfitriões. Por essa razão, para Barretto (2009),

O turismo tem sido tratado, ao longo do século XX, ora como um fator econômico gerador de divisas e outros impactos positivos nas finanças dos núcleos receptores, ora como um fato social gerador de impactos negativos na cultura e no meio ambiente. Raramente encontra-se um intelectual que consiga reunir de forma imparcial os dois olhares, numa síntese em que não há preto ou branco, mas uma rica gama de cinzas que condensa os benefícios que o turismo traz, assim como seus inconvenientes, como aliás, é próprio de todo fato social (BARRETO, 2009, p. 9)

Esse debate, reafirmado pela autora, está no cerne do campo de estudos sobre o turismo, principalmente, nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. Nessa última, vem se destacando, nos últimos anos, os estudos sobre o fenômeno do turismo à luz da Psicologia e, mais precisamente da Psicossociologia, campo onde se ancora essa tese. E, à luz da Psicossociologia, o debate sobre o turismo está ainda em construção, principalmente quando consultada a literatura especializada nacional. Assim, inúmeros estudos são ainda necessários para que se possa aprofundar o conhecimento a respeito dessa temática, importante objeto de estudos acadêmicos mas, também, como foco de interesse do mercado, uma vez que o turismo está em expansão em todo o mundo.

No cenário internacional, algumas pesquisas acadêmicas já estão sendo desenvolvidas sobre o turismo à luz da Psicossociologia, principalmente quando relacionados ao ecoturismo. Segundo Tokar (2009), um dos principais desafios para o desenvolvimento do turismo é interpretar que esse termina por modificar a dinâmica local, afetando áreas naturais, assim como os modos de vidas das populações locais. Assim, para se abordar o turismo, a partir da perspectiva da Psicossociologia, seria fundamental se abordar o turismo a partir de perspectivas analíticas que, necessariamente, considerassem as necessidades genuínas e os modos de vida dos moradores locais, como defendido por Tokar (2009), a seguir,

Os visitantes participariam de atividades comunitárias em andamento, atuando também como voluntários para seus anfitriões. As instalações seriam necessariamente de propriedade e gerenciadas pelas pessoas locais e refletiriam, genuinamente, os modos de vida da comunidade, em vez de algumas versões idealizadas ou reembaladas. O problema, é claro, é que em um contexto capitalista competitivo e em um mundo sobrecarregado por grandes discrepâncias em riqueza e privilégio, as comunidades que oferecem aos visitantes sua realidade vivida podem ter dificuldade em competir com os locais que oferecem aos visitantes um fantasia mais idealizada de sua existência (TOKAR, 2009, s/p).

No entanto, apesar da complexidade que o fenômeno expressa, os estudos sobre o turismo, enquanto campo de pesquisa na academia, ainda enfrentam inúmeros obstáculos como a redução do turismo a uma leitura de viés predominantemente econômico com relação aos possíveis impactos na geração de emprego e renda ou aos eventuais impactos socioambientais que tendem a gerar (HØYER, 2010, HØYER; NÆSS, 2001).

Mas, ao contrário dessa leitura simplista sobre o fenômeno, para Santana (2009), o turismo é interpretado como um

terreno que atravessa transversalmente os campos disciplinares (...), sua compreensão realiza-se com o esforço conjunto de antropólogos, sociólogos, geógrafos, economistas e outros cientistas sociais e naturais, carecendo, desde seu início, das amarras impostas pelas tradicionais barreiras disciplinares (Ibidem, p. 22).

Reforçando essa ideia, Panosso Netto (2005) menciona que “o campo dos estudos em turismo é extremamente abrangente e carece de pesquisas que analisem o turismo não apenas como um fato gerador de renda mas também como um fenômeno que envolve inúmeras facetas do existir humano” (p. 45).

Assim, é possível reafirmar a importância não apenas de se aprofundar os estudos sobre o tema mas, também, da necessidade de se construir um corpo de pesquisa científica no qual seja possível conjugar as diferentes áreas de conhecimento, o que poderá contribuir para viabilizar também o desenvolvimento de novas teorias, conceitos e arcabouços metodológicos para se buscar interpretar o fenômeno do turismo. Com isso, prescindir da abordagem interdisciplinar no estudo do turismo pode significar ignorar a realidade estudada e distorcer os resultados de pesquisa e/ou ocultar aspectos chave para definir a real experiência e o comportamento turístico.

Considerando essa premissa como ponto de partida, Boullón (2002) reafirma ser o turismo um fenômeno socioeconômico que precisa ser interpretado com base em uma visão interdisciplinar, envolvendo, para a sua decodificação, inúmeras disciplinas como a Psicologia, Geografia, Economia, a Engenharia, a Arquitetura, o Urbanismo, o Marketing, a Administração de Recursos Humanos, a Matemática, a Estatística, as Ciências da Comunicação, a Contabilidade, a Administração Pública e Comercial, apenas para citar algumas com interfaces mais evidentes nesse campo investigativo.

Neste sentido, autores como C. Michael Hall (2014) e Montejano (2002) realizaram um esforço de sistematização com relação as principais contribuições das diversas áreas de conhecimento para os estudos turísticos, conforme apresentado no Quadro 1, a seguir:

QUADRO 1 – Síntese das contribuições das principais áreas de conhecimento para a pesquisa do turismo

Disciplina	Áreas de contribuição
Antropologia	A relação entre o anfitrião e o visitante; A análise das mudanças social, cultural e natural.
Sociologia e estudos culturais	O turismo como fenômeno da sociedade contemporânea; Turismo e pós-modernismo; O desempenho do turismo.
A política e as análises de políticas públicas	A compreensão do processo de formulação de políticas e tomada de decisões no turismo; O papel dos atores estratégicos; As relações internacionais; Os aspectos políticos e econômicos e do exercício do poder.
Planejamento urbano regional	Estudos sobre o desenvolvimento do turismo, o desenvolvimento regional e o planejamento turístico; O desenvolvimento do turismo urbano.
Geografia	A análise espacial do turismo, conhecer lugares turísticos, deslocamento de populações, gestão de parques nacionais e atividades recreativas ao ar livre, avaliar os impactos sociais e ambientais.
Ecologia	O impacto do turismo sobre o ambiente físico; Os parques nacionais; O turismo de flora e fauna silvestre; O ecoturismo.
Estudos do ócio	A compreensão da natureza do lazer, as políticas, as atividades e as suas motivações.
Estudos de transporte	O fornecimento e a utilização de serviços de transporte de turismo e infraestruturas conexas.
Arquitetura e desenho	A concepção e o desenvolvimento da infraestrutura turística, a criação de complexos hoteleiros (resorts), a conservação do patrimônio.
Hotelaria, restauração e gestão de	O fornecimento de alojamento, serviços para reuniões e hospitalidade para os turistas;

restaurante	Os cassinos e a gestão dos clubes; A gestão do departamento de alimentos e bebidas; A gastronomia.
Finanças e contabilidade	A gestão dos negócios turísticos, a análise de viabilidade, o desenvolvimento imobiliário no âmbito do turismo.
Marketing	O marketing das atrações, os produtos, os negócios ou empresas e os destinos turísticos; O comportamento do consumidor; A publicidade e a promoção do turismo.
Direito	Os marcos legais e reguladores do turismo (setor privado e gestão pública)
Economia	A contribuição econômica do turismo para as economias nacionais, regionais e locais; A avaliação econômica dos custos e benefícios do turismo.
Psicologia	As motivações que levam as pessoas a viajarem; O comportamento dos turistas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2017) a partir de Hall (2014) e Montejano (2002).

A partir dessa matriz organizada com base nos autores mencionados anteriormente, é possível afirmar que o campo de investigação sobre o turismo está articulado às leituras sobre o fenômeno, de múltiplas áreas do conhecimento. Dessa maneira, a perspectiva interdisciplinar se constituiria em um possível e desejável caminho para a sua análise. Isto porque é necessário que sejam transpostos os limites de cada disciplina ou de um único campo do saber para interpretá-lo (BOULLÓN, 2002).

Panosso Neto (2005) reafirma esse argumento ao afirmar ser o turismo um fenômeno de experiências vividas pelo homem, como descrito a seguir:

[...] sabemos que experiência é vivência e também história. Essa experiência é fenômeno, então é correto dizer que o turismo é um fenômeno. A pergunta que se faz é: Que tipo de fenômeno é o turismo? [...] Então podemos dizer que o turismo é um fenômeno de experiências vividas de maneiras e desejos diferentes por parte dos seres envolvidos, tanto pelos ditos turistas quanto pelos empreendedores do setor (PANOSSO NETTO, 2005, p. 30).

E, embora alguns pesquisadores considerem o turismo apenas como uma atividade econômica outros o interpretam como um fenômeno social, conforme ainda comenta o autor:

[...] falar do fenômeno turístico significa dizer de uma ação que está acontecendo, que pode ser apreendida pela consciência e que tem uma essência em si [...] Mais especificamente, falar do fenômeno turístico é falar de algo que se mostra a si mesmo, tal como é, do modo que é (PANOSSO NETTO, 2005, p. 104).

Sendo assim, como fenômeno contemporâneo complexo, o turismo se desenvolve em sintonia com as transformações sociais, econômicas e naturais, que influenciam as motivações e as expectativas do viajante. Por esta leitura, o turismo é entendido como um fenômeno social, de origem relativamente recente e, que poderia ser balizado a partir da definição de De La Torre (1994), para o qual,

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, se transferem do seu lugar de residência habitual a outro, em que não exerçam nenhuma atividade lucrativa, nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. [...] Ao sujeito chamado de turista, [...] entende-se pela pessoa que pratica o Turismo, o que faz com que essa atividade alcance uma projeção eminentemente humana, acima de suas consequências econômicas e comerciais, razão pela qual deve ser aceito como um meio idôneo e eficaz na busca da compreensão e amizade entre as pessoas e entre os povos (DE LA TORRE, 1994, p. 19).

E assim como De La Torre, Gastal (2002) comenta que antes de ser o turismo uma atividade econômica, este constitui em uma experiência social que envolve pessoas “que se deslocam no tempo e no espaço em busca de prazer e diversão que atendam não apenas as suas necessidades físicas imediatas, mas também os seus imaginários” (GASTAL, 2002, p. 08).

Assim, o turismo como fenômeno social só poderia ser interpretado quando discutido em sua complexidade ou em suas complexidades. Por esta razão, busca-se, nessa tese, interpretá-lo à luz das Ciências Humanas e, em particular, a partir da ótica da Psicossociologia.

Por esta via, o turismo pode ser assimilado também como um “fenômeno de experiências vividas de maneiras e desejos diferentes por parte dos seres envolvidos, tanto pelos ditos turistas quanto pelos empreendedores do setor” (PANOSSO NETO, 2011, págs. 36-37). Assim, segundo o autor, seria também fundamental incluir nessa leitura os locais (autóctones) como “seres” que também vivem essa experiência e história.

Na perspectiva do turismo enquanto um fenômeno social e complexo, novas percepções estão sendo delineadas, na contemporaneidade, como o *Turismo de Base Comunitária*. Esse vem sendo compreendido como uma proposta que pode representar uma via possível para a articulação entre turismos, naturezas e culturas, essencial para o

desenvolvimento do turismo, em bases sustentáveis, argumento que se pretende defender ao longo dessa tese.

E, assim, o turismo analisado enquanto um fenômeno social complexo tem passado por um significativo crescimento, espalhando-se progressivamente em várias regiões do mundo, conforme poderá ser observado, a seguir, quando serão analisados os dados do movimento turístico mundial.

2.1 O TURISMO NO MUNDO PARA SE PENSAR O TBC

Para se ter uma ideia do alcance desse fenômeno, no mundo, alguns dados atualizados ilustram a importância do turismo não apenas nos tempos atuais mas como um fenômeno que vai afetar todo o contexto global nos próximos anos.

Assim, considerando o turismo como fenômeno global, importantes mudanças podem ser observadas a partir dos anos 1950, com relação à direção dos fluxos turísticos em todo o mundo (COOPER et al, 2001). Isto, em virtude do crescimento econômico nos Estados Unidos e na Europa, observado logo após a Segunda Guerra Mundial, momento em que “praticamente todas as classes sociais passaram a praticar o turismo” (SANTANA, 2009, p. 30-31). E assim, o final da década de 1950 foi marcado pela expansão do turismo, principalmente do denominado turismo de “sol e praia” (MOLINA, 2003), quando um grande número de pessoas passou a deixar o Hemisfério Norte, durante os rigorosos invernos, se deslocando em direção aos balneários localizados ao sul, multiplicando, assim, o número de viagens realizadas e, a descoberta de novos “destinos”.

Uma outra mudança que merece ser comentada e que influenciou o turismo como se conhece atualmente, ocorreu posteriormente a década de 1980, conhecida por alguns autores, entre eles Molina (2003), como a fase do turismo pós-industrial. Este período ficou marcado pela segmentação do setor, pelo aumento da procura das viagens personalizadas e pelo ecologismo, que tem como marca as demandas pelos valores de desenvolvimento sustentável (LIMA, 2014). E, sendo assim, a noção de hospitalidade passou a ser considerada relevante pela lógica estratégica do mercado, assim como pelos movimentos culturais e sociais que contribuíram para alavancar o turismo desde então.

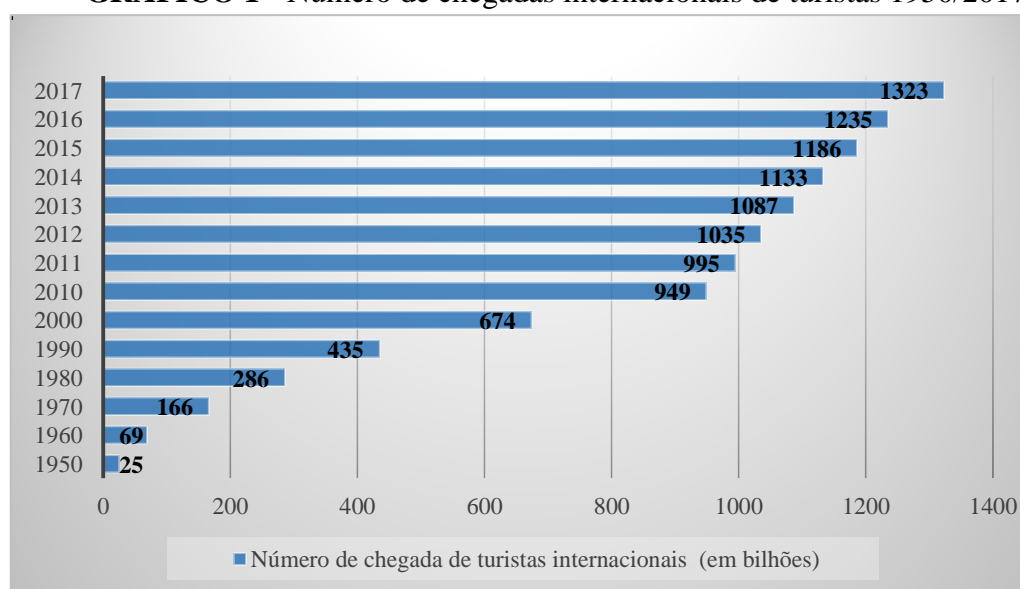
Importante destacar que o turismo passou a ser também interpretado, nas últimas décadas, segundo uma perspectiva de democratização do acesso, com o aumento do tempo livre associado à valorização do lazer, o que tende a fomentar as viagens para além dos

territórios nacionais (BOYER, 2002). Mas, gradualmente, ocorreu no processo, uma tendência à massificação do turismo ou para o processo conhecido como turistificação² a partir de ofertas padronizadas à imagem ocidental e europeizada. Neste caso, o objetivo passou a ser tornar os destinos turísticos mais acessíveis a um número crescente de pessoas e sem a preocupação, por exemplo, com a conservação ambiental e/ou cultural das populações receptoras. Paralelamente a essas tendências, passou a ocorrer, globalmente, a banalização das férias pagas, através dos subsídios financeiros que possibilitam à maioria das pessoas aceder a padrões de vida e consumo até então inimagináveis (LIMA, 2014).

E, mais recentemente, nas últimas três décadas, observa-se então a expansão contínua e diversificada do turismo. E, mesmo com alguns recuos, a chegada de turistas internacionais vem se associando a uma tendência de crescimento quase ininterrupto nos últimos anos, como pode ser observado nos dados mais recentes sobre o turismo.

E se em 1950, o número de turistas internacionais era de 25 milhões, este valor ultrapassou os 700 milhões, em 2000, e alcançou 1.323 bilhão de chegadas de turistas internacionais no mundo, em 2017, representando uma receita turística de US\$ 1.340 trilhão (UNWTO, 2018), conforme pode ser conferido no Gráfico 1, a seguir:

GRÁFICO 1 - Número de chegadas internacionais de turistas 1950/2017



Fonte: UNWTO 2018

² A “turistificação” pode ser compreendida como o processo de implantação, implementação e/ou suplementação da atividade turística em espaços turísticos ou com potencialidade turística. O planejamento turístico dá início ao processo de turistificação, que ocorre quando um espaço é apropriado pelo turismo, fazendo com que haja um direcionamento das atividades para o atendimento dos que vêm de fora, alterando a configuração em função de interesses mercadológicos (ISSA; DENCKER, 2006).

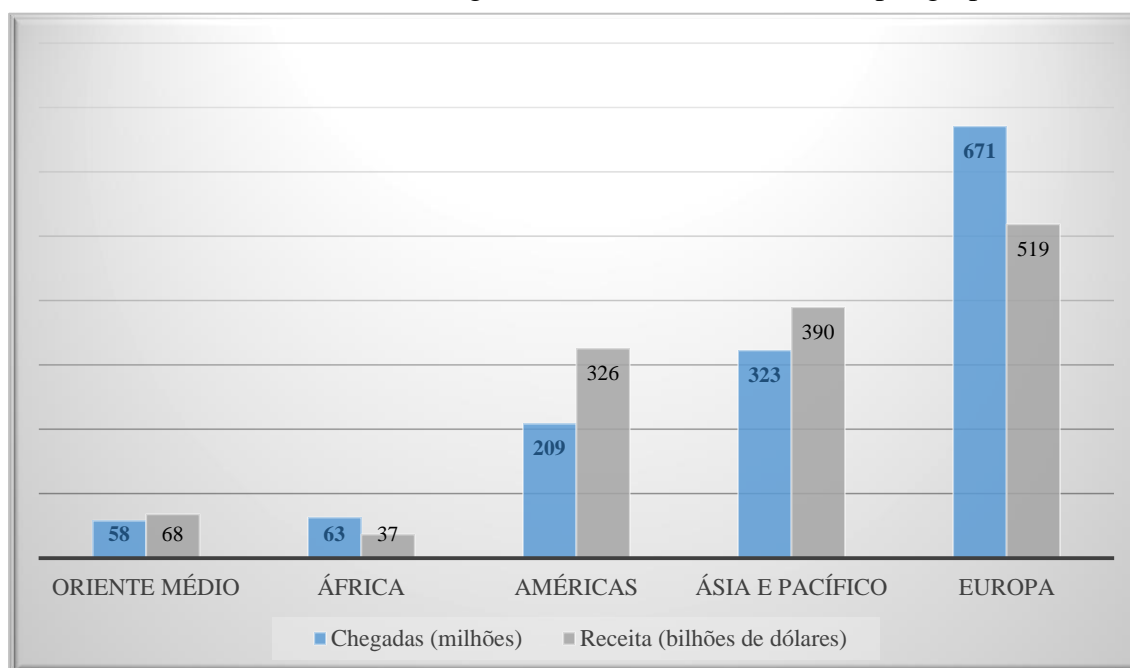
De acordo com a última edição da *World Tourism Organization* (UNWTO), por meio da publicação *Tourism Highlights - 2018 Edition* (UNWTO, 2018), estes números demonstram o crescimento no número das chegadas de turistas internacionais, com ênfase, nos últimos sete anos, desde 2010, como pode ser observado o crescimento. Da mesma maneira, é possível perceber a evolução nos números equivalentes da receita cambial do turismo no mundo, conforme o Gráfico 2, a seguir:



Fonte: UNWTO 2018

Ainda com base nestas informações, a chegada de turistas internacionais, por continente, pode ser conferida no Gráfico 3, a seguir:

GRÁFICO 3 – Chegadas de turistas internacionais por grupo



Fonte: Elaborado pelo autor (2019) com base no UNWTO, 2018.

Com base no gráfico anterior percebe-se que a Europa foi o continente que recebeu o maior número de visitantes estrangeiros, 671 milhões (ou 51%), correspondendo a mais da metade das viagens internacionais realizadas no ano de 2017. O mesmo se observa em relação ao número da receita gerada com o turismo internacional relacionado a este grupo, que ultrapassou os 500 bilhões no mesmo ano (ou 39% da receita total). Assim, o continente europeu vem se destacando como a região mais visitada do mundo pelo oitavo ano consecutivo. Isto em virtude do aumento de mais de 52 milhões de chegadas internacionais em relação ao ano anterior, apresentando um crescimento de 8%, o mesmo observado em relação à receita total para o mesmo período. Aqui, destacam-se as viagens para o sul da Europa Mediterrânea, impulsionadas, principalmente, pela Turquia, além dos destinos já consagrados como Itália e Espanha, que registraram um aumento de seis milhões a mais de chegadas internacionais, em cada no mesmo período consultado. França, Bélgica, na Europa Ocidental, e os países do norte da Europa, incluindo o Reino Unido registraram também crescimento em relação ao ano anterior (2016), mesmo após os incidentes de terrorismo ocorridos nos últimos anos.

Após o grupo dos países europeus, encontra-se o conjunto formado pelos países da Ásia e do Pacífico com 323 milhões de chegadas (ou 24%), grupo de países que vem se destacando por um crescimento contínuo, em relação a demanda de viagens internacionais,

principalmente entre a China, a Coreia do Sul e a Austrália. Isto devido ao crescente poder econômico destes países, do aumento da conectividade aérea e da maior facilidade de vistos, fatores que impulsionam o turismo dentro e fora desta região (UNWTO, 2018).

Em terceiro lugar ficou o grupo dos países americanos, com um crescimento mais modesto que os dois grupos analisados anteriormente, 209 milhões de chegadas internacionais (16%). Neste grupo, a leitura dos dados indica um crescimento contínuo entre os países da América do Sul e da América Central. Por sua vez, a América do Norte, que responde a dois terços das chegadas internacionais e da receita do turismo, registrou um crescimento mais lento no mesmo ano (UNWTO, 2018).

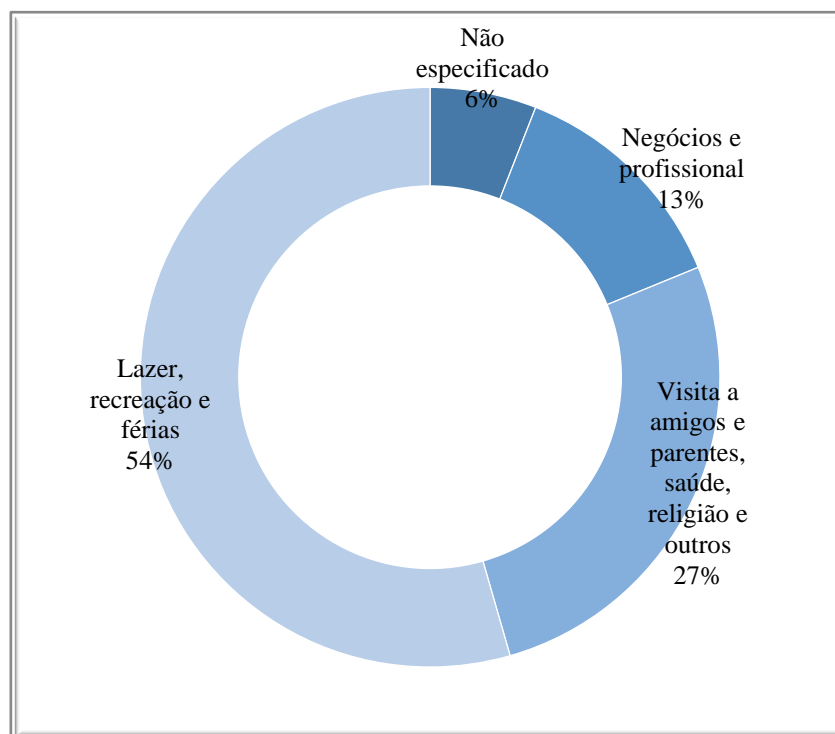
O grupo de países africanos ficou com a quarta posição em relação ao número de chegadas de turistas estrangeiros, em 2017, com o equivalente a 5% do número total de chegadas (63 milhões), um número ainda limitado mas que vem evoluindo, ao longo dos anos, muito devido ao impulso no setor dos países do norte da África, como a Tunísia e o Marrocos e, em menor projeção, dos países da África Subsaariana como o Quênia, a Costa do Marfim, Maurício e Zimbábue (UNWTO, 2018).

O grupo com o menor número de chegadas internacionais, registrado em 2017, é composto pelos países do Oriente Médio, com 4% do número total de chegadas (58 milhões). Apesar de um resultado também modesto, em relação aos demais grupos, a região vem mostrando sinais de recuperação do setor, desde 2016. Estratégias de marketing turístico e a recuperação gradual da sensação de segurança, em alguns países do Oriente Médio, foram ressaltados como motivos possíveis para a recuperação do setor, nesta região, destacando a Jordânia, a Palestina e o Bahrein.

Ainda segundo o *Tourism Highlights - 2018 Edition*, as estatísticas do setor turístico continuaram em expansão pelo sétimo ano seguido, mesmo apesar das crises geopolíticas em alguns países, dos efeitos da crise financeira mundial, da recessão econômica do final dos anos 2008 e 2009 e, de outros problemas graves e desastres naturais ocorridos em algumas regiões do planeta. E esta é uma tendência que deverá continuar no futuro. Segundo o caderno especial da UNWTO, *Tourism Towards 2030* (UNWTO, 2011), a participação do setor turístico nas economias emergentes aumentou de 30%, em 1980, para 45%, em 2014, e deverá atingir 57% até 2030, ou o equivalente a mais de 1,8 bilhão de chegadas de turistas internacionais (UNWTO, 2011).

Considerando essa mesma publicação, é relevante destacar as principais motivações para a realização das viagens internacionais no ano de 2017, notadamente ao se considerar a importância destas informações para a elaboração de políticas públicas de turismo, em âmbito nacional e internacional. Estes dados estão expressos na Figura 1, a seguir:

FIGURA 1 – Principais motivações para as viagens internacionais em 2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base no UNWTO (2018).

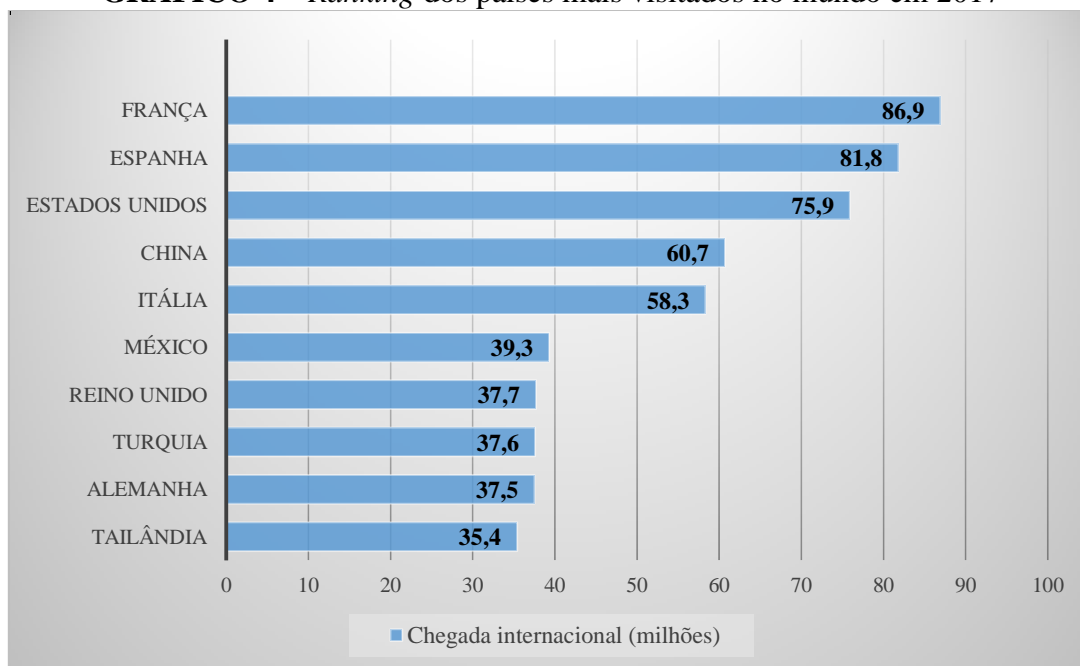
Nesse aspecto, de acordo com a figura anterior, mais da metade das viagens internacionais, em todo o mundo, continua apresentando como principal motivação o lazer, a recreação e/ou as férias. Esse é um cenário que vem se mantendo ao longo dos últimos anos em relação as viagens internacionais, segundo a UNWTO (2018).

Este termina sendo um dado relevante para as pesquisas sobre o turismo, visto que a motivação da viagem constitui uma das principais informações para a caracterização dos fluxos turísticos, contribuindo para a formulação de políticas e ações para o incremento do setor, seja no âmbito global ou local.

Além de conhecer as principais motivações, outra informação interessante para o fomento e a gestão do turismo nacional trata do número de visitantes que cada país recebe por

ano. Neste aspecto, cabe à Organização Mundial do Turismo (OMT, em português) sistematizar os dados estatísticos enviados pelos países signatários das Nações Unidas (ONU) e disponibiliza-los em boletins anuais. Assim, considerando os dados do último boletim (2017), a relação dos países mais visitados por turistas estrangeiros, neste período, pode ser observada no Gráfico 4, seguinte:

GRÁFICO 4 – *Ranking* dos países mais visitados no mundo em 2017



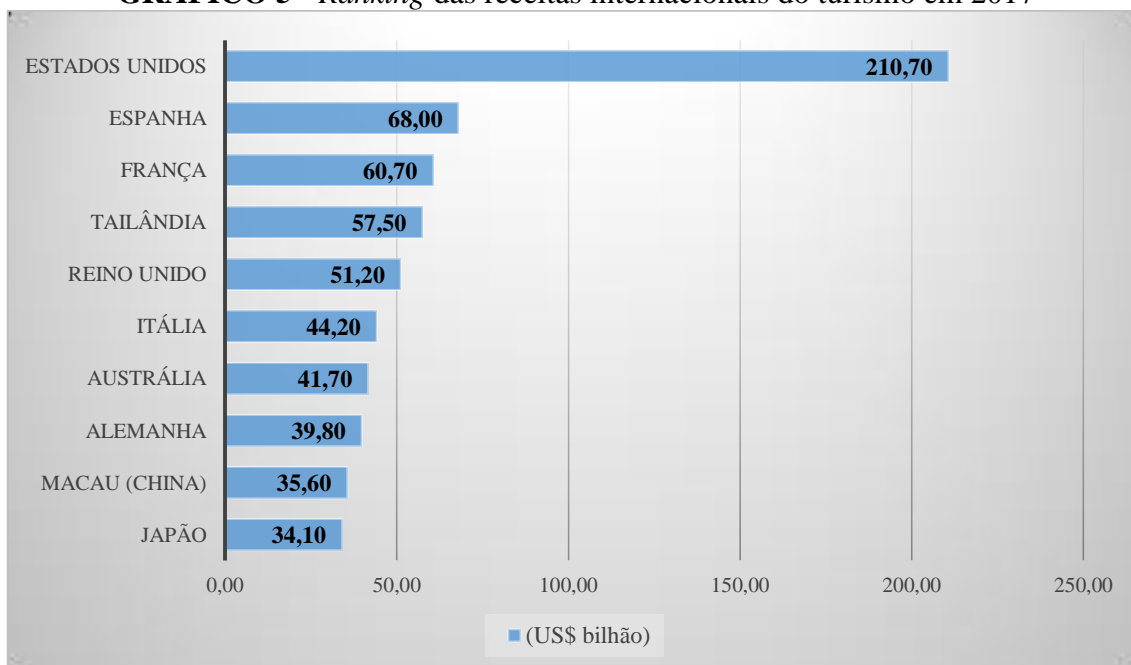
Fonte: Elaborado pelo autor com base no UNWTO (2018)

Segundo a figura anterior, a França continua sendo o país mais visitado com quase 87 milhões de chegadas internacionais, em 2017, seguido pela Espanha e pelos Estados Unidos. Essa classificação considerou tanto as chegadas de turistas estrangeiros como as receitas geradas pelo turismo internacional. É interessante ressaltar que o Brasil ficou com a 44ª posição nesse mesmo *ranking*, o que sugere que ainda há muito a ser feito no plano das políticas públicas para atingir as metas desejadas para o turismo nacional, como poderá ser observado mais adiante.

Retomando para a lista dos dez países com o maior fluxo turístico internacional, no que se refere à receita gerada por esse turismo, é interessante mencionar que essa receita irá oscilar de acordo com a duração média de permanência, pernoite e dos gastos por viagem.

Assim, a ordenação entre os países mais visitados difere entre os de maior receita internacional, conforme observado no Gráfico 5, a seguir:

GRÁFICO 5 - Ranking das receitas internacionais do turismo em 2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base no UNWTO (2018).

Assim, com base nos dois gráficos anteriores (Gráficos 4 e 5), observa-se que sete dos dez principais países aparecem em ambos os *rankings*, apesar de possuírem diferentes posições quanto à ordenação. A França, por exemplo, foi país mais visitado do mundo, em 2017, mas aparece em terceira colocação quando avaliada a receita do turismo internacional. Por sua vez, os Estados Unidos, terceiro país mais visitado no mesmo ano, foi o mais bem colocado no *ranking* das maiores receitas, ultrapassando mais de três vezes o valor do segundo lugar, a Espanha.

Ainda em relação aos dois últimos gráficos (Gráficos 4 e 5), o México e a Turquia não se destacaram entre as maiores receitas, apesar do número de visitantes estrangeiros, enquanto que o Japão se destacou entre as maiores receitas do turismo internacional mas ainda não pontuando entre os países com o maior número de visitantes.

Em 2017, com o número de chegadas de turistas, a receita global alcançou o maior valor já registrado com o turismo internacional envolvendo cerca de 1,340 bilhão de dólares

americanos, confirmando as estatísticas mais otimistas do setor para a economia mundial³. O aumento na receita do turismo, ao longo dos anos, pode ser parcialmente atribuído à despesa dos viajantes norte-americanos. Da mesma forma, o número de viajantes chineses vem evoluindo ao longo dos anos. Entre 2006 e 2015, o número de embarques naquele país mais do que triplicou. Ainda em 2014, a China respondeu por 13,2% do total das despesas do turismo internacional. Entre os principais emissores do mundo, a China, com crescimento de dois dígitos nos gastos a cada ano, desde 2004, vem se destacando no *ranking* global. Em 2017, a posição da China sofreu uma redução em virtude de uma mudança na metodologia adotada pela UNWTO que dividiu o país de acordo com as regiões administrativas especiais (Macau e Hong Kong).

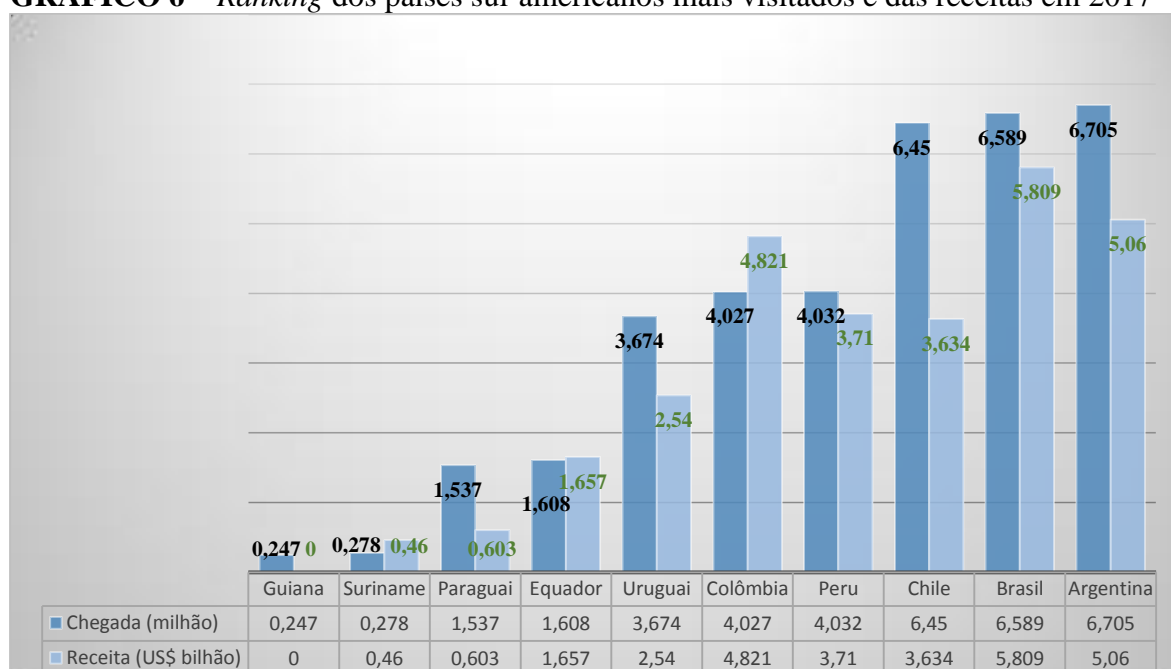
Consequentemente, o desenvolvimento turístico vem adquirindo posição estratégica na economia de vários países devido ao seu potencial gerador de renda, ao crescente número de viajantes e ao elevado volume de recursos financeiros que movimenta.

Embora esses dados ilustrem um elevado crescimento do setor, principalmente no plano internacional, não há sinais de que a distribuição da receita global do turismo irá mudar no futuro próximo. De tal modo que alguns pesquisadores argumentam ser essencial avaliar, cuidadosamente, as interações entre o que ocorre no plano global e os resultados do processo para o desenvolvimento local. Resumindo, o turismo ao mesmo tempo em que é acionado como prioridade global e como atividade econômica, deve também ser planejado com base na complexidade do local, onde os inúmeros interesses interagem para que o processo seja efetivamente mais inclusivo.

Em relação ao continente sul-americano, percebe-se que não há registro de países entre o *ranking* dos mais visitados, muito menos, entre as maiores receitas. Isto porque as estatísticas demonstram que o número de chegadas internacionais de turistas nesses países é ainda muito inferior, como pode ser observado no Gráfico 6, seguinte:

³ Para outras informações, acessar: <http://www.statista.com>. Acessado em 15 de maio de 2016.

GRÁFICO 6 – *Ranking* dos países sul-americanos mais visitados e das receitas em 2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base no UNWTO (2018)

Mesmo sendo observado um crescimento gradual entre os países da América do Sul, conforme já relatado aqui, os últimos números sobre essa região são, no entanto, ainda inferiores quando comparados aos dos países que mais receberam turistas estrangeiros em 2017. Argentina e Brasil, por exemplo, ambos com mais de seis milhões de visitantes, receberam, cada um, quase seis vezes menos estrangeiros quando comparados a países como a Tailândia, décimo país no *ranking* dos mais visitados (Gráfico 6).

Mas a extensão do turismo enquanto atividade e o número de pessoas que viajam, diariamente, fazem com que esse fenômeno, frequentemente, seja descrito como uma das maiores indústrias do mundo e, talvez, uma das que estejam sujeitas a mais mudanças nos últimos anos. No entanto, o desenvolvimento turístico, na perspectiva contemporânea, se materializa em respostas às transformações sociais, culturais, econômicas e naturais, que influenciam as motivações e expectativas do viajante e dos anfitriões. E, para a melhor compreensão da relação entre turismo, natureza e cultura, foco da tese, é preciso interpretar, teoricamente, as próprias noções de turismos, naturezas e culturas. Mas antes de se avançar nessa discussão, é preciso descrever os percursos metodológicos que orientarão a confecção dessa trama.

3. O PERCURSO METODOLÓGICO PARA INICIAR A TRAMA

A ideia inicial desse capítulo surgiu da inspiração da imagem dos fios como os temas (ainda embaraçados) que vão sendo tecidos nos distintos momentos da investigação, na tentativa de se buscar atingir ao objetivo proposto. Com isto, a metáfora utilizada dos fios para a confecção de um entendimento plural de turismos, naturezas e culturas serviu de inspiração para este caminho analítico dirigido a investigar o contexto regional e interpretar os desafios para a construção do *Turismo de Base Comunitária* nos *Caminhos da Serra do Mar*, com foco no município de Magé (RJ).

Com essa perspectiva, a presente tese visou alcançar os seguintes objetivos específicos:

- a) Contribuir para a sistematização das informações sobre os *Caminhos da Serra do Mar* e, mais detalhadamente, sobre o município de Magé, para se pensar o planejamento turístico regional;
- b) Interpretar, pela lógica dos moradores locais, como são traduzidas as noções de turismo, natureza e cultura;
- c) Interpretar as noções de turismo, natureza e cultura que orientam os discursos da gestão pública municipal;
- d) Investigar como a interface entre turismo, natureza e cultura vem sendo abordada nas instâncias participativas relacionadas ao turismo, em Magé;
- e) Diagnosticar o contexto do desenvolvimento turístico no município de Magé para que se possa pensar o TBC, no futuro;
- f) Desenvolver um arcabouço metodológico inovador que possa subsidiar as políticas públicas de turismo, em âmbito local;
- g) Contribuir com subsídios analíticos para a integração de políticas públicas setoriais de turismo, proteção da natureza e cultura, no município de Magé;
- h) Contribuir para o desenvolvimento do TBC nos *Caminhos da Serra do Mar*.

No campo teórico vinculado ao *Turismo de Base Comunitária*, a presente tese tem como inspiração a seguinte questão norteadora:

- Quais os principais desafios para o desenvolvimento do *Turismo de Base Comunitária*, no município de Magé (RJ) no contexto dos *Caminhos da Serra do Mar*?

Essa questão parte da pesquisa desenvolvida no âmbito do mestrado⁴ que buscou investigar as interfaces possíveis entre turismo e cultura nos projetos de TBC no Estado do Rio de Janeiro.

Sob essa abordagem, a pesquisa de campo foi desenvolvida com base nos *Caminhos da Serra do Mar*, iniciada no município de Magé, na região turística da Baixada Verde e nos limites da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Apesar de não ser a primeira trilha de longo percurso no Brasil⁵, ainda não há estudos que considerem as dimensões sociocultural, ambiental, econômica e turística desse projeto.

Com o intuito de responder ao objetivo proposto, a investigação foi baseada na abordagem qualitativa, de caráter exploratório, envolvendo um estudo de caso, no município de Magé. Dessa maneira, o trabalho de campo torna-se tangível para o pesquisador e passível de investigação por intervenção de procedimentos sistematizados, de acordo com Gil (2008).

Com referência à pesquisa qualitativa, segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajer (2004), as investigações qualitativas, por sua diversidade e flexibilidade, não estão sujeitas a regras precisas e são aplicáveis a uma ampla gama de casos. Além disto, ainda segundo os autores citados,

Essas pesquisas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado. Dessa posição decorrem as três características essenciais aos estudos qualitativos: visão holística, abordagem intuitiva e investigação naturalística. A visão holística parte do princípio de que a compreensão do significado de um comportamento ou evento só é possível em função da compreensão das inter-relações que emergem de um dado contexto. A abordagem indutiva pode ser definida como aquela em que

⁴ Ver LIMA (2014).

⁵ A primeira trilha de longo percurso no Estado do Rio de Janeiro é a *Trilha Transcarioca* que recorta a cidade do Rio de Janeiro por um percurso de aproximadamente 170 km, saindo da Barra de Guaratiba até o Morro da Urca, bairros da Zona Oeste e Sul, respectivamente.

o pesquisador parte de observações mais livres, deixando que dimensões e categorias de interesse emergjam progressivamente durante os processos de coleta e análise de dados. Finalmente, investigação naturalística é aquela em que a intervenção do pesquisador no contexto observado é reduzida ao mínimo (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJER, 2004, p. 131).

MARTINS (2010, p. 50) comenta que a escolha do método na pesquisa “significa que o pesquisador visite o objeto pesquisado, fazendo observações e, sempre que possível, coletando evidências”. Ainda de acordo com o autor, na abordagem qualitativa, a realidade subjetiva dos indivíduos envolvidos na pesquisa é considerada relevante e contribui para o seu aprimoramento. Essa realidade subjetiva pode “interferir, no bom sentido, no desenvolvimento da pesquisa, na construção de uma realidade objetiva, um dos marcos da ciência” (MARTINS, 2010, p. 50). O autor defende ainda que a abordagem em pesquisa qualitativa deve ser muito estruturada para que se possa capturar a complexidade das informações dos atores em seu próprio ambiente.

Pesquisas qualitativas costumam ser multimetodológicas, isto é, se utilizam de uma variedade de procedimentos e instrumentos metodológicos para a obtenção de dados. Desta maneira, ainda de acordo com Alves-Mazzotti e Gewandsnajder (2004), a observação (participante ou não), a entrevista em profundidade e a análise de documentos são as alternativas mais utilizadas, muito embora possam ser complementadas também por outras técnicas. Assim, pretende-se encontrar resposta(s) para questionamentos particulares da realidade social que não poderão ser quantificados (MINAYO, 2010).

No que se refere à pesquisa sobre o fenômeno do turismo propriamente dito, o tema focal dessa tese, nas últimas duas décadas, a aplicação das técnicas qualitativas vem se consolidando, principalmente para a elaboração de políticas públicas e sua avaliação. Assim, as pesquisas qualitativas vêm se destacando, nesta temática de pesquisa, por, entre outros motivos, fornecer conhecimentos mais detalhados e aprofundados a partir de múltiplos pontos de vista, especialmente por responderem ao “como” e ao “por quê” com relação ao estudo do fenômeno turístico.

Na opinião de Dwyer (2014), considerar os progressos alcançados em relação ao avanço do conhecimento relativo ao fenômeno turístico, nos últimos anos, “e a sua crescente relevância para a formulação de políticas, deve-se em grande parte ao uso de metodologias de pesquisa mais sofisticadas por parte dos pesquisadores e analistas”.

Ainda considerando a proposta da presente tese, as etapas metodológicas utilizadas estão descritas, a seguir.

3.1 ETAPAS METODOLÓGICAS

As etapas metodológicas para o desenvolvimento da tese envolvem sete momentos do processo: a) a pesquisa bibliográfica; b) a pesquisa documental; c) a mobilização e o planejamento de campo, a elaboração e o balizamento de instrumentos de pesquisa de campo e seleção de interlocutores a serem entrevistados para compor o universo da pesquisa; d) os procedimentos éticos da pesquisa; e) o estágio Doutorado Sanduíche, na Espanha (de abril a outubro de 2017); f) a realização da pesquisa de campo propriamente dita; e, g) a análise dos dados obtidos. Essas etapas serão, a seguir, detalhadas.

3.1.1) A pesquisa bibliográfica

Essa representou a primeira etapa de pesquisa e correspondeu a base de consulta ao material impresso e em bases de dados digitais disponíveis com relação ao *Turismo de Base Comunitária*. A pesquisa bibliográfica foi iniciada em março de 2015 sendo conduzida até março de 2016, tendo continuidade durante todo o período de elaboração e construção da tese.

O referencial bibliográfico consultado nesse período foi analisado a partir da busca pelas seguintes palavras-chave: turismo, natureza, cultura, políticas públicas e Turismo de Base Comunitária no Brasil e no mundo.

O resultado dessa pesquisa inicial possibilitou, em um primeiro momento, além da construção do arcabouço teórico dessa tese, a confecção de quadros-sínteses e diagramas sobre o contexto do *Turismo de Base Comunitária* no Brasil e no plano internacional, conforme os seguintes temas:

- Cronologia sobre a base conceitual relativa ao turismo;
- Síntese das principais noções envolvidas na leitura do TBC no plano internacional;
- Síntese dos objetivos do TBC entre as décadas de 1980 e 2010, no plano internacional;
- Síntese relativa às noções de TBC no Brasil;
- Síntese sobre as principais premissas do TBC no Brasil;
- Síntese sobre os principais impactos positivos do TBC no Brasil;
- Síntese sobre os principais obstáculos do TBC no país.

Posteriormente, foram mapeados e sistematizados os principais Grupos de Pesquisa no Brasil, segundo a descrição disponível no *Diretório de Grupos de Pesquisas da CAPES*, considerando aqueles (certificados e não certificados), em âmbito nacional, que expressassem em seus enunciados as seguintes palavras-chaves: turismo, natureza (meio ambiente) e cultura, termos essenciais para a construção do referencial bibliográfico dessa tese. O mapeamento destes grupos de pesquisa teve como objetivo avaliar a produção do conhecimento aplicado sobre o tema em foco e quais os principais recortes na pesquisa acadêmica sobre a interface entre turismo, natureza e cultura no país. Essa etapa objetivou ainda avaliar o conhecimento científico gerado nessa interface assim como as linhas de pesquisa que mais se destacam nessa discussão teórica (APÊNDICE A).

Importante mencionar que, ao longo das últimas décadas, a produção científica vem contribuindo para a evolução do conhecimento científico no Brasil e no mundo. Esse crescimento (qualitativo e quantitativo) na produção do saber científico vem sendo importante para o desenvolvimento dos mais diversos campos, isso quando considerados os avanços e as inovações obtidas a partir de estudos e pesquisas científicas (MENA-CHALCO et al. 2014; SEIDL, 2011).

Nesse movimento, autores como Moreira et al. (2015) reforçam que esse avanço na produção científica se deve, em parte, à colaboração entre pesquisadores e trabalhos científicos organizados em grupos de pesquisa, como vem sendo percebido, mais notadamente, no caso brasileiro, nas últimas quatro décadas.

Segundo as definições do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), um grupo de pesquisa pode ser configurado como um conjunto,

de indivíduos organizados hierarquicamente cujo fundamento organizador da hierarquia é a experiência, o destaque e a liderança no terreno científico ou tecnológico; em que há envolvimento profissional e permanente com atividades de pesquisa; no qual o trabalho se organiza em torno de linhas comuns de pesquisa; e que, em algum grau, compartilha instalações e equipamentos (CNPq, s/d).

Ainda mencionando o caso brasileiro, o *Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil/Lattes* passou a servir como referência para a produção do conhecimento no país, em nível de pós-graduação, auxiliando a construção de uma postura mais reflexiva dos pesquisadores nacionais que, por sua vez, passaram a se reunir em grupos de pesquisa, em diferentes instituições nacionais e internacionais, ampliando e diversificando as contribuições

decorrentes das produções acadêmicas, dos resultados e desafios ainda enfrentados pela pesquisa nacional.

As informações acerca dos Grupos de Pesquisa no Brasil são registradas e mensuradas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por intermédio da plataforma Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP), na qual são realizados Censos que congregam sínteses das informações registradas.

Essas informações são disponibilizadas na ferramenta Painel DGP, permitindo a visualização quantitativamente do perfil da pesquisa no Brasil. Em termos de ancoragem, os grupos de pesquisa estão localizados, principalmente, em universidades, instituições de ensino superior com cursos de pós-graduação *stricto sensu*, institutos de pesquisa científica e institutos tecnológicos.

E, de acordo com a metodologia adotada para a tese, foram considerados todos os grupos de pesquisa (certificados ou não atualizados), associados a instituições de pesquisa em todo território nacional e que estão cadastrados na *Plataforma Lattes/CNPq*. É relevante mencionar ainda que foram considerados, nesse levantamento, os grupos de pesquisas que ainda não foram atualizados (certificados) nos últimos doze meses pelos respectivos coordenadores institucionais. Isso porque, mesmo sem estarem atualizados, a produção acadêmica por eles gerada foi também considerada relevante para a construção da base teórica da tese.

Com isso, os dados de todos os grupos de pesquisa, cadastrados na plataforma do *DRP do Brasil/Lattes*, utilizando os termos de busca: turismo, natureza e cultura e, posteriormente, turismo, meio ambiente e cultura foram considerados na busca. E, para a melhor compreensão do levantamento realizado dos GPs, a seguir, são apresentados os passos que orientaram essa pesquisa:

- Acesso ao site <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>;
- Base corrente → Busca grupos → Consulta parametrizada;
- Consultar – Base corrente;
- Termo de busca: turis – natur⁶ – cultura (todas as palavras);
- Consultar por: grupo – linha de pesquisa;

⁶ Foi realizada também pesquisa com as palavra-chaves: turis, ambiente e cultura. O resultado obtido foi de apenas 1 grupo de pesquisa que também já registrado na pesquisa com as terminologias turis, natur e cultura.

- Aplicar a busca nos campos: nome do grupo; nome da linha de pesquisa; palavra-chave da linha de pesquisa;
- Situação: certificado; não-atualizado;
- Pesquisar.

Esses passos possibilitaram a identificação e, posterior, sistematização dos grupos de pesquisa associados à interface turismo, natureza e cultura, no Brasil, cadastrados na plataforma, tendo como base o último censo realizado, em 2016.

A partir do resultado obtido buscou-se responder aos seguintes tópicos:

- a) Total e descrição dos grupos de pesquisa levantados, na sequência cronológica de criação desses grupos, sempre do mais recente para o mais antigo;
- b) Total das linhas de pesquisa dos grupos de pesquisas sistematizados, com os seus objetivos principais;
- c) Perfil dominante dos grupos de pesquisa;
- d) Relação dos pesquisadores/coordenadores dos grupos de pesquisa que mais se destacam na produção de conhecimento sobre turismo, natureza e cultura;
- e) Foco prioritário das pesquisas interdisciplinares.

Além disso, foram realizadas pesquisas em publicações especializadas e periódicos científicos nacionais, consultas ao metabuscador *Portal de Periódicos CAPES/MEC*⁷, bem como outras bases de dados como *SciELO.ORG* e demais sítios oficiais na Internet. Foram pesquisados também os artigos científicos publicados e revisados por pares (*peer review*). Além disto, foi realizado um levantamento bibliográfico em anais de congressos, a produção de dissertações e teses do Programa EICOS/UFRJ e do Banco de Teses & Dissertações - CAPES⁸. Um dos resultados desta fase foi a construção de um banco de dados sobre os temas abordados para, a seguir, ser iniciada a construção do corpo teórico dessa tese.

⁷ Acessar www.periodicos.capes.gov.br/

⁸ Acessar <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>

3.1.2) A pesquisa documental

Para a investigação proposta, foi realizada também a pesquisa documental através do levantamento dos dados secundários sobre os temas em foco e sobre a área estudada, arcabouço legal relevante, os sítios públicos oficiais disponibilizados em ambiente *web*, bem como os demais documentos oficiais relativos às políticas públicas de turismo, natureza e cultura.

Foram ainda levantadas as políticas públicas e diretrizes nacionais e internacionais vinculadas à interface entre turismo, natureza e cultura. Essa fase teve o objetivo de identificar quais são as possíveis conexões e lacunas no âmbito das políticas públicas internacionais e nacionais, buscando identificar os desafios para o desenvolvimento turístico sob essa perspectiva.

Os documentos internacionais analisados na tese estão sintetizados, a seguir:

QUADRO 2 – Relação dos documentos norteadores internacionais analisados na tese (1945/2015)

Carta das Nações Unidas	ONU, 1945
Declaração Universal dos Direitos Humanos	ONU, 1948
Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	ONU, 1966a
Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o PIDESC	ONU, 1966b
Relatório Founex para o Meio Ambiente e Desenvolvimento	FOUNEX, 1971
Limites do Crescimento	MEADOWS; MEADOWS; RANDERS, 1972
Declaração de Estocolmo	ONU, 1972
Protocolo The Nordic Environmental Protection Convention	STOCKHOLM, 1974
Recomendação sobre a Participação dos Povos na Vida Cultural	UNESCO, 1976
Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial	WTO, 1980
Estratégia Mundial de Conservação	IUCN, 1980
Documento Acapulco sobre os Direitos de Férias	WTO, 1982
Declaração de Sofia	WTO, 1985
Relatório Brundtland	Comissão Brundtland, 1987
Declaração de Tamanrasset	WTO, 1989
Declaração de Haia sobre Turismo	OMT, 1989

Conferência de Ottawa	WTO, 1991
Agenda 21	ONU, 1992
Declaração de Lanzarote	OMT, 1995
Código de Ética Mundial para o Turismo	OMT, 1999
Declaração do Milênio	ONU, 2000
Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural	UNESCO, 2002
Declaração de Ecoturismo de Quebec	PNUMA, OMT, 2002
Crítérios Globais para o Turismo Sustentável	CGTS, 2008
O Futuro que Queremos	UN, 2012
Relatório Mundial da UNESCO: Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural	UNESCO, 2013
Declaração de Hangzhou	UNESCO, 2013
Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015	ONU, 2015

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Os documentos nacionais analisados nessa tese estão descritos no Quadro 3, a seguir:

QUADRO 3 – Relação dos documentos norteadores nacionais de turismo, proteção da natureza e cultura (1975/2018)

Política Nacional de Cultura	(BRASIL, 1975)
Lei nº. 6.513 – criação de <i>Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico</i>	(BRASIL, 1977)
Decreto 448 que dispõe sobre a criação do PLANTUR	(BRASIL, 1992b)
Lei nº. 9.985 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)	(SNUC, 2000)
Plano Nacional de Turismo 2003-2007	(BRASIL, 2003)
Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas	(BRASIL, 2006).
Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	(BRASIL, 2007)
Plano Nacional de Turismo 2007-2010: Uma Viagem de inclusão	(BRASIL, 2007)
Plano Nacional de Cultura (PNC)	(BRASIL, 2010)
Plano Nacional de Turismo: O turismo fazendo muito mais pelo Brasil 2013-2016	(BRASIL, 2013)
Plano Nacional de Turismo 2018-2022	(BRASIL, 2018)

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Além dos documentos internacionais e nacionais analisados, conforme mencionado anteriormente, foi realizado também o levantamento e sistematização das atas das reuniões do Conselho Municipal de Turismo de Magé, o COMTUR, referentes ao período compreendido entre maio de 2017 (início das reuniões) a março de 2019, momento de conclusão dessa etapa metodológica. O objetivo dessa etapa foi investigar como a interface entre turismo, natureza e cultura vem sendo discutida nessa instância de debate sobre o turismo no município. As atas das reuniões do COMTUR foram sistematizadas no Quadro 4, a seguir:

QUADRO 4 – Datas e temas descritos nas atas do COMTUR (Mai/2017-Mar/2019)

Data e n.º da ata	Descrição das pautas
001/2017 (25/05/17)	Apresentação do Presidente e Conselheiros do COMTUR; Eleição da Mesa Diretora; Leitura da Proposta de Regimento Interno; Leitura da Proposta de reeleitura da Lei Nº 2058/2010; Leitura de Documentos Recebidos; Considerações Finais.
002/2017 (22/06/17)	Aprovação da Ata Nº 001/2017; Entrega do Regimento Interno aprovado; Leitura da Proposta de reeleitura da Lei Nº 2058/2010; Leitura de Documentos Recebidos; Considerações Finais.
003/2017 (27/07/17)	Aprovação da Ata Nº 002/2017; Leitura da Proposta de Reeleitura da Lei Nº 2058/2010; Leitura de Documentos Recebidos; Considerações Finais.
004/2017 (24/08/17)	Leitura e aprovação da Ata Nº 003/2017; Propostas de Fomento ao Turismo (Plano Diretor); Leitura de Documentos Recebidos; Considerações Finais.
005/2017 (24/09/17)	Aprovação da Ata Nº 004/2017; Propostas PPA (Plano Plurianual); Proposta de PET 2018/2020 (Plano Estratégico de Turismo); Leitura de Documentos Recebidos; Assuntos Gerais.
006/2017 (26/10/17)	Aprovação da Ata Nº 005/2017; Proposta de PET 2018/2020 (Plano Estratégico de Turismo); Leitura de Documentos Recebidos; Assuntos Gerais.
007/2017 (23/11/17)	Reunião cancelada por falta de quórum
008/2018 (25/01/18)	Aprovação da Ata Nº 006/2017 e Ata Nº007/2017; Aprovação do Calendário das Reuniões; Reunião Ampliada de Turismo e Eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil; Leitura de Documentos Recebidos; Assuntos Gerais.
009/2018 (22/02/18)	Reunião cancelada por falta de quórum
010/2018 (22/03/18)	Reunião cancelada por falta de quórum
011/2018 (26/04/18)	Leitura e aprovação das Atas 008/2018, 009/2018 e 010/2018; Recondição dos conselheiros titulares e suplentes; Leitura de Documentos Recebidos; Leitura de Documentos Recebidos; Assuntos Gerais.
012/2018 (24/05/18)	Credenciamento; Abertura da Reunião; Plenária Setorial; Apresentação dos Eleitos; Avisos e Assuntos Gerais.
013/2018 (28/06/18)	Reunião cancelada por falta de quórum
014/2018 (26/07/18)	Reunião cancelada por falta de quórum
015/2018 (23/08/18)	Aprovação das Atas nº 012/2018, nº 013/2018 e nº 014/2018; Eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil; Apresentação dos Eleitos; Avisos e assuntos

	gerais; Documentos Recebidos.
016/2018 (27/09/18)	Reunião cancelada por falta de quórum
017/2018 (25/10/18)	Aprovação das Atas nº 010/2018, nº 015/2018 e nº 016/2018; Assinatura do Termo de Posse - Biênio 2018-2020; Eleição da Mesa Diretora; Documentos Recebidos; Avisos e assuntos gerais.
018/2018 (22/11/18)	Aprovação da Ata nº 017/2018; Eleição da Mesa Diretora; Proposta de Programa de Incentivo ao Turismo Sustentável; Documentos Recebidos; Avisos e assuntos gerais.
019/2019 (24/01/19)	Aprovação da Ata nº 018/2018; Apresentação do Calendário das Reuniões Ordinárias; Avisos e assuntos gerais.

Fonte: Organizado pelo autor (2019)

A partir da análise preliminar das atas do COMTUR buscou-se contextualizar, mesmo que brevemente, os principais temas de pauta abordados nesse conselho e complementarmente, nessa etapa metodológica foi utilizado também o registro das impressões de pesquisa, através do caderno de campo e dos temas discutidos no grupo do *WhatsApp*⁹ do COMTUR, criado para divulgar reuniões, eventos e assuntos diversos que tenham relação direta e/ou indireta com o turismo no município.

Com isso, buscou-se obter subsídios para interpretar, posteriormente, como essa interface vem sendo interpretada nessa instância e quais os principais problemas identificados para o desenvolvimento do turismo em Magé, em interface com as políticas públicas setoriais de cultura e proteção da natureza.

Para essas duas primeiras etapas da metodologia foram utilizados o *software Zotero*¹⁰ (versão 3.0.11) e o aplicativo compatível para os Sistemas *iOS* e *Android*, *RefMe* (versão 6.1.9) como ferramentas para elaboração *online* das referências bibliográficas e sistematização dos artigos disponíveis na literatura especializada.

O *Zotero* é um gerenciador de referência bibliográfica de código aberto, arquivador de documentos, gerenciador de citações e uma ferramenta de colaboração. A versão *Zotero Web* é um complemento do navegador *Mozilla Firefox*.

Por sua vez, o *RefMe* é um aplicativo de referências em diversas normas acadêmicas que consegue fazer a referência completa de páginas da web, artigos, livros e vídeos

⁹ Esse grupo é disponibilizado apenas para membros (titular e suplente) do *Conselho Municipal de Turismo* de Magé, sendo criado em 07 de abril de 2017 por representantes da SMETULTI.

¹⁰ O *Zotero* foi desenvolvido pela Universidade de George Mason e lançado em 2006 numa versão *Web*. Assim como o *Mendeley* e *EndNote*, o *Zotero* pode pesquisar, armazenar e organizar as referências bibliográficas obtidas em bases de dados credenciadas. O aplicativo não possui custo de aquisição. Mais informações: <https://www.zotero.org/>

diretamente do aparelho de *Smartphone*. O aplicativo identifica a obra, salva e sincroniza com o *Word*, *Google Docs*, entre outras possibilidades de armazenamento, fazendo o gerenciamento ou criando novas notas e editando as referências. O aplicativo também já se encontra disponível em ambiente *web*.

3.1.3) Planejamento de campo, elaboração e balizamento de instrumentos de pesquisa, seleção de interlocutores entrevistados

Nesta etapa foram elaborados os instrumentos de pesquisa envolvendo o modelo de roteiro de entrevista para os moradores locais de Magé (APÊNDICE B) circunvizinhos aos *Caminhos da Serra do Mar* no Estado do Rio de Janeiro. Foi também elaborado e testado um modelo de roteiro de entrevista dirigido ao gestor do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (APÊNDICE C) e, ainda, um modelo de roteiro de entrevista direcionado aos interlocutores institucionais da gestão municipal (APÊNDICE D, E e F) com relação às políticas públicas setoriais (turismo, ambiente e cultura) do município de Magé.

Para atender às diretrizes éticas em pesquisas sociais durante essa etapa, foram elaborados também o formulário de *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (APÊNDICE G) e o *Termo de Autorização do Uso de Imagem* (APÊNDICE H).

A construção desses roteiros de entrevistas foi orientada pelos objetivos geral e específicos dessa tese. E assim, envolveram como questões-chaves norteadoras os seguintes temas: turismo, natureza, cultura, *Turismo de Base Comunitária* e políticas públicas.

Nessa etapa de mobilização para o campo foram realizados os primeiros contatos com representantes da administração do PARNASO, durante as reuniões do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra Dos Órgãos (CONPARNASO) e apresentação (pôster) da proposta da tese durante o *XIII Encontro de Pesquisadores e VII Encontro de Educação Ambiental* do Parque¹¹.

É importante destacar, ainda, que o número de entrevistas partiu do pressuposto de uma dinâmica de campo flexível que depende da evolução da compreensão crítica do tema e do desenvolvimento da própria pesquisa (GODOI, 1995, 2006; GUEDES, 2005; GODOI; MATTOS, 2006). Assim, e com base nessa argumentação, foi utilizada a técnica conhecida como *snowball sampling* (*bola de neve*) para identificar os principais interlocutores da

¹¹ Realizado na sede do PARNASO de Teresópolis (RJ) entre os dias 30/11 e 03/12/2015.

pesquisa. Segundo Baldin e Munhoz (2011), a técnica da *Bola de Neve* representa uma maneira de amostragem não probabilística comum nas pesquisas sociais na qual, durante a fase de observação do campo e das entrevistas, os interlocutores indicam novos entrevistados que, por sua vez, sugerem outros entrevistados, e assim sucessivamente. A abordagem se encerra após o objetivo ser alcançado ou até que se chegue ao ponto de saturação, momento em que novos entrevistados começam a repetir informações, sem adicionar dados novos ao conteúdo já relevante à pesquisa.

3.1.4) Procedimentos éticos da pesquisa

O desenvolvimento da tese seguiu todos os procedimentos éticos de pesquisa no campo social, segundo os procedimentos adequados e descritos na literatura e não implicando em qualquer risco físico, psicológico ou moral ou prejuízo aos indivíduos participantes da pesquisa.

Dessa forma, as entrevistas foram precedidas pelo *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* e pelo *Termo de Autorização do Uso de Imagem*, procedimento este importante para que o sujeito da pesquisa ou seu representante legal receba as explicações de maneira objetiva e completa, de tal maneira que possa compreender ao que realmente vai ser submetido. O *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* deve ser redigido em linguagem simples e acessível, compreensível pelas pessoas pesquisadas (KIPPER et al, 2012, OLIVEIRA, 1988, KIPPER et al, 2003). Além disso, no referido documento, deve-se assegurar que o participante tenha liberdade de se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo algum.

E ainda segundo recomendações éticas da pesquisa acadêmica, após a qualificação, a proposta da tese foi encaminhada ao *Comitê de Ética em Pesquisa* (CEP), no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFRJ, pré-requisito para que a pesquisa seja realizada. Apenas a fase inicial de coleta de dados pode ser realizada antes da referida autorização.

Após o término da pesquisa, os resultados serão, também, disponibilizados para a sociedade através da divulgação da tese, em *ambiente web*, no sítio do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/EICOS/UFRJ, através do endereço www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/ e no site do Grupo de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade - GAPIS -, no endereço

www.gapis.psicologia.ufrj.br/. Este procedimento visa assegurar a restituição dos dados da pesquisa à sociedade e também aos sujeitos da pesquisa.

3.1.5) Estágio Doutorado Sanduíche

Esta etapa teve como objetivo complementar informações acerca das questões em foco ao contexto ibero-americano, considerando que a Espanha é referência internacional para o desenvolvimento do turismo de base local (TBL) e, também porque poderá fornecer subsídios básicos para compreender o *Turismo de Base Comunitária*, no plano internacional.

Para a realização desta etapa foram pesquisadas informações junto aos órgãos governamentais espanhóis e outras fontes oficiais sobre turismo de base local, além de consultados livros, artigos científicos e sítios espanhóis e internacionais especializados nesta temática, disponíveis na internet.

Neste momento foi possível identificar algumas iniciativas de turismo com esta proposta, identificando, sobretudo, em relação aos resultados e desafios para a implementação destas iniciativas no Brasil e no mundo. O resultado dessa experiência será a produção de um artigo científico intitulado *Turismo e Sustentabilidade na Espanha e no Brasil: Um olhar entrecruzado sobre contradições e desafios de políticas públicas*, em fase de redação.

3.1.6) Pesquisa de campo

A partir desta etapa foi iniciada a observação do campo, o contato direto com os entrevistados, a realização das entrevistas, das conversas informais e do registro das observações obtidas em caderno de campo. Esta fase buscou um maior aprofundamento na compreensão da relação entre turismo, natureza e cultura, a partir da percepção dos atores locais tendo como campo privilegiado, o município de Magé nos *Caminhos da Serra do Mar*.

Durante a pesquisa de campo, as informações obtidas por meio de entrevistas foram transcritas na íntegra, e o processo foi consolidado por meio de registro fotográfico nas localidades visitadas em Magé e nos *Caminhos da Serra do Mar*, no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO).

As entrevistas com os atores selecionados foram realizadas entre maio de 2016 a junho de 2018, envolvendo a ida do pesquisador aos municípios de Magé, na região turística da *Baixada Verde*, respectivamente.

Os perfis detalhados dos entrevistados (moradores locais, interlocutores da gestão pública municipal e da gestão do Parque Nacional da Serra dos Órgãos), nessa etapa da pesquisa, estão apresentados nos Quadros 5 e 6, a seguir:

QUADRO 5 – O perfil dos mageenses entrevistados

Perfil do entrevistado	Código
Sexo: Masculino Idade: Entre 18 e 29 anos Grau de escolaridade: Ensino médio Ocupação atual: operador de caixa Vínculo com o turismo: Não trabalha com turismo mas tem projeto para criação de um local de hospedagem/lazer no município.	A1
Sexo: Masculino Faixa etária: Entre 30 e 45 anos Grau de escolaridade: Ensino médio Ocupação atual: Condutor do PARNASO, guia local Vínculo com o turismo: Sim	A2
Sexo: Feminino Faixa etária: Entre 30 e 45 anos Grau de escolaridade: Ensino médio Ocupação atual: Comerciante Vínculo com o turismo: Não	A3
Sexo: Masculino Faixa etária: Entre 30 e 45 anos Grau de escolaridade: Ensino superior Ocupação atual: Educação/professor Vínculo com o turismo: Sim (Condutor do PARNASO, guia e proprietário de meio de hospedagem)	A4
Sexo: Masculino Faixa etária: Acima de 45 anos Grau de escolaridade: Ensino médio Ocupação atual: Técnico auxiliar de fibra ótica Vínculo com o turismo: Condutor do PARNASO	A5
Sexo: Masculino Idade: Entre 30 e 45 anos Grau de escolaridade: Superior incompleto Ocupação atual: Guia de turismo local Vínculo com o turismo: Sim	A6
Sexo: Feminino Idade: Entre 18 e 29 anos Grau de escolaridade: Ensino fundamental II Ocupação atual: Comerciante Vínculo com o turismo: Trabalha indiretamente mas gostaria de trabalhar mais com o turismo local.	A7
Sexo: Feminino Idade: Entre 30 e 45 anos Grau de escolaridade: Superior completo Ocupação atual: Educação/professora Vínculo com o turismo: Ainda não.	A8

Sexo: Masculino Idade: Entre 30 e 45 anos Grau de escolaridade: Superior completo Ocupação atual: Educação/professor Vínculo com o turismo: Não trabalha mas tem interesse.	A9
Sexo: Masculino Idade: Entre 30 e 45 anos Grau de escolaridade: Ensino fundamental II Ocupação atual: Motorista Vínculo com o turismo: Indiretamente mas tem interesse em trabalhar como condutor e motorista de transporte turístico.	A10
Sexo: Masculino Idade: Acima de 45 anos Grau de escolaridade: Ensino fundamental I Ocupação atual: Agricultor Vínculo com o turismo: Não mas tem interesse.	A11
Sexo: Masculino Idade: Acima de 45 anos Grau de escolaridade: Ensino médio Ocupação atual: Pedreiro/condutor Vínculo com o turismo: Não mas tem interesse.	A12
Sexo: Feminino Idade: Acima de 45 anos Grau de escolaridade: Ensino fundamental I Ocupação atual: Agricultora Vínculo com o turismo: Não mas tem interesse.	A13
Sexo: Feminino Idade: Acima de 45 anos Grau de escolaridade: Ensino médio Ocupação atual: Agricultora e membro de associação local Vínculo com o turismo: Sim e com interesse para trabalhar mais diretamente com o turismo na localidade.	A14
Sexo: Masculino Idade: Acima de 45 anos Grau de escolaridade: Ensino fundamental II Ocupação atual: Comerciante Vínculo com o turismo: Sim, indiretamente.	A15
Sexo: Masculino Idade: Acima de 45 anos Grau de escolaridade: Superior completo Ocupação atual: Comerciante Vínculo com o turismo: Condutor local	A16

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Além dos moradores locais de Magé, foram entrevistados também os interlocutores da gestão pública municipal e do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, conforme o Quadro 6, a seguir:

QUADRO 6 – O perfil dos interlocutores da gestão pública municipal de Magé e do PARNASO

Perfil do entrevistado	Código
Sexo: Masculino Idade: Acima de 45 anos Grau de escolaridade: Terceiro grau completo com pós-graduações. Ocupação atual: Secretário de Esporte, Turismo, Lazer e Terceira Idade. Tempo no cargo: Desde abril de 2017.	B1
Sexo: Feminino Faixa etária: Acima de 45 anos Grau de escolaridade: Tecnóloga em gestão ambiental Ocupação atual: Diretora de Meio Ambiente na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Magé. Tempo no cargo: Desde 2009.	B2
Sexo: Feminino Faixa etária: Acima de 45 anos Grau de escolaridade: Superior completo com pós-graduação. Ocupação atual: Secretária de Educação e Cultura Tempo no cargo: Desde janeiro de 2017.	B3
Sexo: Masculino Faixa etária: Entre 30 e 45 anos Grau de escolaridade: Superior completo Ocupação atual: Chefe do Parque Nacional da Serra dos Órgãos Tempo no cargo: Desde 2011.	C1

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

No total foram realizadas vinte entrevistas semiestruturadas, envolvendo dezesseis (16) moradores locais, três (3) gestores municipais do município de Magé e um (1) interlocutor da gestão do PARNASO.

Durante a pesquisa de campo, as entrevistas foram transcritas, tendo sido o seu conteúdo fundamental para responder ao objetivo da tese, abrangendo as informações acerca dos atores locais e suas percepções sobre o tema em foco, os projetos em andamento e demais informações pertinentes ao tema da pesquisa (MINAYO, 2010). Nesse momento, foi também realizado o registro fotográfico, enfatizados na tese, bem como foi assegurado o registro das impressões durante a pesquisa, através da utilização do caderno de campo. Para muitos antropólogos, este representa uma ferramenta essencial para o trabalho do pesquisador, auxiliando na reflexão, na formulação de hipóteses, no direcionamento da pesquisa, portanto, pode ser comparado a um guia (impresso ou virtual) que acompanhará toda a trajetória da pesquisa (ALENCAR, 1999).

3.1.7) Sistematização e análise das informações obtidas

Após os levantamentos de campo, foi iniciada a fase de sistematização e análise das informações obtidas. As entrevistas gravadas e transcritas, na íntegra foram, posteriormente, revistas e interpretadas com base em uma adaptação da *Análise de Conteúdo*, visando decodificar o conteúdo das mensagens contidas nas entrevistas. Isto porque, de acordo com MINAYO (2007), a análise de conteúdo permite caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos. A autora comenta ainda que, por este método de análise, os pesquisadores procuram a compreensão dos significados no contexto das falas de seus entrevistados, no entanto, buscam ir além da descrição da mensagem, para atingir uma interpretação mais profunda dos temas abordados na pesquisa.

Essa etapa contou com o auxílio do *software ATLAS.ti*, complementando os dados já trabalhados pelo mesmo *software* na fase do referencial bibliográfico e documental. Desta maneira, o banco de dados obtido através da pesquisa bibliográfica e documental (sistematizado no *ATLAS.ti*), deu suporte ao processo de análise qualitativa de dados que dispõe de vantagens em relação a técnicas antigas empregadas na análise de conteúdo.

O *software* foi desenvolvido pela *Scientific Software Development*, na Universidade Técnica de Berlim (Alemanha). A sigla ATLAS significa *Archivfuer Technik, Lebenswelt und Alltagssprache* e a tradução livre pode ser interpretada como “arquivo para tecnologia, o mundo e a linguagem cotidiana”, enquanto que *Text Interpretation* forma a sigla “TI”, em português, “interpretação de texto” (FRIESE, 2014, 2013, 2012).

Esse *software*, projetado principalmente para análise qualitativa, faz parte do grupo de programas chamado *Computer-Assisted/Aided Qualitative Data Analysis Software* (CAQDAS). Com a utilização deste programa, é possível gerenciar e analisar grandes volumes de dados textuais, organizados em diferentes arquivos (*Word, rich text, pdf, ...*), registrando e acompanhando comentários, notas, análises preliminares, entre outras aplicações. Segundo Lee e Fielding (1996, 1991) e Mangabeira et al (2001), foi somente a partir da década de 1980 que os primeiros programas começaram a ser utilizados nas pesquisas acadêmicas (WEITZMAN; MILES, 1995).

Com o uso do programa, pode-se visualizar novas perspectivas interpretativas, possibilitando também a codificação e o armazenamento de documentos (no caso desta pesquisa) em uma base de dados que pode ser recuperada e consultada a qualquer momento da pesquisa, sendo ainda possível realizar algumas análises parciais da pesquisa, podendo

salvar cada resultado encontrado. Além disso, o *ATLAS.ti* permite, ainda, codificar e analisar outros tipos de formatos como imagens, vídeos, áudios exibidos ou não em sítios, desde que em linguagem HTML (BERNARD; RYAN, 2010). Dessa maneira, trabalha-se com a possibilidade de realizar diferentes tipos de análise de dados textuais, desde as mais simples, como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude). O *software* organiza a distribuição do vocabulário de maneira compreensível e visualmente clara (análise de similitude e nuvem de palavras), conforme comentado por Camargo e Justo (2013) e Queiroz et al (2011).

Com o suporte do *software*, o pesquisador pode organizar as suas anotações e comentários, gerar relatórios, memorandos, dispor os dados em tabelas e matrizes, entre outras possibilidades de trabalho. Os principais elementos interligados ao *ATLAS.ti* e que compõem um projeto, denominado unidade hermenêutica, são: os documentos primários (P-Docs), as citações (*quotes*), os códigos (*codes*) e as notas (*memos*). A união desses elementos origina “teias” de análise que foram utilizadas para ilustrar as relações que foram levantadas pelo pesquisador. No caso específico desta tese, os códigos (ou palavras-chaves) foram identificados a partir dos temas principais da pesquisa (turismo, cultura, natureza, políticas públicas, turismo de base comunitária) com base no referencial teórico adotado (CONILH B, 2012).

No entanto, é importante se partir do princípio de que nenhum programa de análise de dados qualitativos pode, por si só, é capaz de fornecer resultados para o pesquisador. Esses programas auxiliam nas tarefas de análise, tornando-a mais eficaz e realizada em menos tempo. Mas, é válido destacar que estes programas exigem um grande envolvimento do pesquisador, potencializando os resultados da pesquisa, com o a ampliação do alcance e da profundidade das análises.

Por todos os motivos mencionados anteriormente, o uso do CADQAS vem sendo cada vez mais frequente na academia, não apenas para análises textuais mas também para processar fontes de dados que incluam imagens, áudio e vídeos e, em alguns programas, o georreferenciamento, como uma das possibilidades disponíveis no *software Atlas.ti*. Com isto, a utilização desse programa, foi também possível otimizar a análise da pesquisa nas suas diversas etapas: fundamentação teórica, coleta de dados, análise e dos resultados. E, para esta

tese, especificamente, foi utilizada a versão 7.5.4 do *software* cuja versão disponibiliza recursos que, enquanto ferramenta de computador, tem dois níveis de aplicação:

- Nível textual, que compreende as atividades básicas de segmentação de textos e codificação, requerendo, anteriormente, uma seleção de categorias e subcategorias;
- Nível conceitual, que envolve a análise dos itens selecionados, estabelecendo as relações entre eles por *famílias*, redes conceituais ou *networks*.

Nesse sentido, o *ATLAS.ti* pode ser comparado a um programa "construtor de teorias", (ou de teias) conforme mencionado por Valles (1999: 397), baseado na *Grounded Theory* (GLASER, 1978), juntamente com outros *softwares* para a análise qualitativa como (*NVivo*, *Nudist*, *Ethnograph*, *AnSWR*, *HyperRESEARCH*, *winMAX*, *MAXQDA*, *Transana*, *RQDA*, *Coding Analysis Toolkit - CAT*, *TAMS Analyser*, ...), ultrapassando a função de codificador de texto para um programa capaz de elaborar diversas teorias, através das redes semânticas.

Para Bandeira-de-Mello e Cunha (2003), este programa possibilita ainda:

a auditoria, pelos leitores, necessária para verificar a validade e confiabilidade dos resultados. A auditoria é possível por meio da análise de dois relatórios gerados pelo *ATLAS.ti*. O primeiro mostra o histórico do processo de análise e de codificação, através da listagem, por ordem de data de criação de todos os elementos que culminaram com a versão final da teoria substantiva. O segundo relatório, mais denso, contém a descrição e comentários dos elementos da teoria, principalmente comentários de códigos e as notas de análise na íntegra. (BANDEIRA-DE-MELLO; CUNHA, 2003, p. 6).

Atualmente, estão disponíveis para o uso mais de vinte programas de computador projetados para auxiliar pesquisadores na análise de dados qualitativos. Esses programas abrem novas perspectivas para a pesquisa acadêmica, inclusive com a possibilidade de georreferenciamento integrado com *Google Earth* no campo da pesquisa científica, o que pode resultar em novas possibilidades para essa tese.

4. TURISMOS, NATUREZAS E CULTURAS: OS FIOS CONDUTORES PARA A CONFECÇÃO DA TRAMA

No capítulo anterior, buscou-se descrever o percurso metodológico que orientou o desenvolvimento da tese na tentativa de se buscar atingir ao objetivo proposto. Neste capítulo, pretende-se interpretar os fios que se entrelaçam na configuração da “trama” de significados que representa o turismo em suas interfaces com as noções de naturezas e culturas para, em seguida, investigar quais os desafios para a construção de iniciativas de *Turismo de Base Comunitária* nos Caminhos da Serra do Mar, com foco prioritário no município de Magé. Para tal, é preciso tecer algumas considerações a respeito de como estas noções foram sendo construídas e reformuladas ao longo do tempo.

4.1 O PRIMEIRO FIO CONDUTOR: OS TURISMOS

Turismo é um conceito plural com definições tão diversas quanto seus usos e contextos. No entanto, compreender o turismo enquanto um fenômeno socioeconômico ainda é um movimento relativamente recente, por alguns dos argumentos já defendidos nesta tese. No âmbito da academia, vem existindo há alguns anos um amplo debate sobre o que é exatamente o turismo e quais os elementos que o compõem. Esses debates vêm gerando inúmeros balizamentos conceituais e, cada um deles destaca diferentes aspectos sobre o tema em foco. Com isto, ainda não parece existir uma definição consensual do que é *turismo*, conforme citação, a seguir:

O turismo representa um fenômeno contemporâneo complexo, associado a inúmeras dimensões econômicas, sociais, ambientais éticas, políticas e simbólicas. Fenômeno este que implica, por pressuposto para a sua interpretação, uma leitura teórica multidimensional e, por consequência interdisciplinar, mediada por uma perspectiva política crítica (IRVING, LIMA e MORAES, 2016, p. 37).

Assim, alguns autores defendem ser fundamental que se crie um balizamento conceitual como ponto de referência para orientar políticas públicas de turismo e trabalhar as estatísticas do turismo em sua amplitude.

Alguns autores referências internacionais no debate, interpretam o turismo como fenômeno, entre eles, Kaspar (1976), Figuerola (1985), Burkart e Medlik (1981), Tribe (1997, 2006), Mathieson e Wall (1982) ou Papadopoulos (1986). Por sua vez, para alguns pesquisadores, “o turismo não é nem um fenômeno nem mesmo um simples setor industrial”. Isto porque o turismo abrangeria o comportamento humano, o uso de recursos e a interação com outras pessoas, outras economias e outros ambientes (BULL, 1995). Como se pode observar, essa discussão parece estar longe de terminar.

No âmbito do campo acadêmico, o estudo do turismo foi intensificado durante o período entre as duas grandes guerras mundiais. Durante esse período, economistas europeus começaram a publicar os primeiros trabalhos sobre o tema, com destaque, para a chamada *Escola de Berlim* com autores como Glucksmann, Schwink e Bormann, conforme a sistematização no Quadro 7, a seguir:

QUADRO 7 – Síntese cronológica sobre a base conceitual relativa ao turismo

Autoria/ano	Definição sobre turismo
Dicionário Inglês Oxford (1881)	“Teoria e prática de viajar por prazer”.
Herman von Schullern zu Schattenhofen (1911)	“Conceito que compreende todos os processos, especialmente econômicos, que se manifestam na afluência, permanência e regresso do turista, dentro e fora de um determinado território”.
Robert Glucksmann (1929)	“Superação do espaço por pessoas que afluem a um lugar onde não possuem residência fixa”.
Schwink (1929)	“Movimento de pessoas que abandonam temporariamente o lugar da sua residência permanente por qualquer motivo relacionado com o espírito, o seu corpo ou a sua profissão”.
Artur Bormann (1930)	“Conjunto de viagens cujo o objetivo é o prazer, motivos comerciais ou profissionais, e durante os quais a ausência da residência habitual é temporária”.
Josef Stradner (1930)	“Tráfego de viajantes de luxo que visitam lugares fora de residência fixa e procuram apenas a satisfação de uma necessidade de luxo”.
Morgenroth (1930)	“Tráfego de pessoas que se afastam temporariamente do seu lugar fixo de residência para outro lugar com o objetivo de satisfazer as suas necessidades vitais e de cultura ou para levar a cabo desejos de diversa índole, unicamente como consumidores e de bens econômicos e culturais”.
Glücksmann (1935)	“Soma das relações existentes entre pessoas que se encontram passageiramente num local de estadia e os seus habitantes”.
Comitê de Estatística da Liga das Nações (1937)	“Viagem durante 24 horas ou mais por qualquer país que não aquele da sua residência habitual”.

Fonte: Adaptado pelo autor (2019) com base na literatura especializada.

Tendo como inspiração o quadro anterior, é possível observar que desde as primeiras publicações sobre o turismo, que se tem conhecimento, este já era compreendido e analisado sob duas vertentes interpretativas: a econômica também conhecida como *fremdenindustrie*¹² e, a social ou *fremdenverkehr*¹³, como expresso nos estudos turísticos na Alemanha, um dos primeiros países a investigar academicamente esta temática (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2012; PANOSSO NETTO; JÄGER, 2015). Panosso Netto (2011) explica que foi, somente em 1942, com o trabalho intitulado *Grundriss der allgemeinen fremdenverkehrslehre*¹⁴, publicado por dois professores pioneiros da pesquisa em turismo da Universidade de Berna, Hunziker e Krapf, que estas duas vertentes interpretativas surgiram. Além disto, os referidos autores também defendiam o turismo enquanto “a soma dos fenômenos e de relações que surgem das viagens e das estâncias dos não residentes, desde que não estejam ligados a uma residência permanente nem a uma atividade remunerada” (HUNZIKER & KRAPF, 1942, p. 12).

Dessa maneira, por muitos anos essa noção foi aceita, inclusive pela *Association Internationale d'Experts Scientifiques du Tourisme*, a AIEST, uma das mais antigas instituições sobre estudos turísticos do mundo. E, apesar de ser alvo de críticas por muitos autores por, entre outros motivos, não contemplar o turismo doméstico, por exemplo, Panosso Netto (2011) explica que foi importante para entender o turismo enquanto fenômeno social e econômico, conforme pode ser observado a seguir em um argumento do autor:

Nesse estudo, seus autores deixaram claro que o turismo é um fenômeno socioeconômico, e não apenas social ou apenas econômico. Pela literatura levantada, identificou-se que foram eles os primeiros autores a fazer essa observação. Também é evidente, no livro em questão, que, por ser um fenômeno, o turismo deve ser estudado pelas mais diferentes disciplinas científicas. Uma clara proposta de multidisciplinaridade nos estudos turísticos, e isso já em 1942 (PANOSSO NETTO, 2011, p. 58-59).

E desde então, ao longo de quase oito décadas, diversos pensadores passaram a definir e defender a noção do turismo enquanto um fenômeno socioeconômico complexo, procurando explorar todas as facetas que esse fenômeno pode englobar para que fosse possível melhor estudá-lo. Isto porque, conforme mencionado no capítulo anterior, como os

¹² “Indústria de forasteiros” (PANOSSO NETTO, 2011, p. 58).

¹³ “Tráfego de forasteiros” (PANOSSO NETTO, 2011, p. 58).

¹⁴ “Tratado de uma teoria geral de turismo” (PANOSSO NETTO, 2011, p. 58).

primeiros estudiosos não eram formados em cursos de turismo (pois não existiam), as primeiras definições propostas eram orientadas por múltiplas visões sobre o tema a partir do enfoque de inúmeras áreas do conhecimento.

E apenas em 1945, a *Organização das Nações Unidas* (ONU) adotou uma definição para o turismo como sendo uma “viagem superior a 24 horas e até 1 ano por qualquer país que não aquele da sua residência habitual”. Nesta definição, a noção de turismo é interpretada, a partir da dimensão do processo espacial, demonstrando clara importância concedida à superação das distâncias geográficas, em virtude do avanço dos transportes em todo o mundo.

Posteriormente, em 1963, durante a *Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais*, ocorrida em Roma, foram adotadas diversas recomendações sobre a definição dos termos “visitante” e “turista” para fins das estatísticas internacionais, segundo a *Organização Mundial do Turismo*¹⁵ (OMT). E uma dessas recomendações incidiu, exatamente, sobre a definição de turismo até hoje difundida, nos seguintes termos:

atividade desenvolvida por uma pessoa que visita um país diferente daquele de sua residência habitual, com fins distintos do de exercer uma ocupação remunerada, e por um período de tempo de pelo menos 24 horas (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O TURISMO E AS VIAGENS INTERNACIONAIS, 1963).

Essa definição, na origem, contemplava somente o turismo internacional, restringindo qualquer possibilidade ou vínculo remunerado durante a viagem e mantendo a condição de permanência mínima de 24h (ou mais) para a viagem.

Em 1977, Jafari, definiu o turismo como “o estudo do homem longe do seu habitat, e da indústria que responde às suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria têm no meio de acolhimento sob o ponto de vista sociocultural, econômico e físico”. (JAFARI, 1977, p. 6).

Em 1979, a *British Tourism Society* adaptou uma definição baseada nos estudos de Burkart e Medlik (1974) e propôs como balizamento, o turismo enquanto atividade relacionada aos “deslocamentos curtos e temporais das pessoas para destinos fora do lugar de residência e de trabalho e as atividades empreendidas durante a estadia nesses destinos”. E assim, a noção de turismo passou a compreender também o turismo doméstico.

¹⁵ Informação do site da OMT, recuperado em 13 de junho de 2016.

Mathieson e Wall (1982), por sua vez, propuseram uma definição muito próxima à anterior. Para esses autores, o turismo:

É o movimento provisório das pessoas, por períodos inferiores a um ano, para destinos fora do lugar de residência e de trabalho, as atividades empreendidas durante a estadia e as facilidades que são criadas para satisfazer as necessidades dos turistas (MATHIESON AND WALL, 1982, p. 8).

Aqui, destacou-se o caráter temporário da atividade turística com a expressão “período inferior a um ano”. Os autores também introduziram duas importantes inovações no debate: de um lado, a perspectiva da oferta quando mencionam as “facilidades criadas” e; de outro, o fundamento de que em toda a atividade turística deve satisfazer as necessidades dos turistas/clientes.

Mas no início da década de 1990, uma proposta conceitual do que deveria ser turismo merece atenção especial. Isto porque esta proposta trazia em seu escopo o entendimento social do turismo, quando menciona que o “o turismo é uma parte da recreação que envolve viajar para um destino ou comunidade menos familiar, por um período de curto prazo, a fim de satisfazer uma necessidade do consumidor por uma combinação de atividades” (GILBERT, 1990, p. 2). Esta noção de turismo proposta por Gilbert tem vários méritos. Isto porque o autor insere o turismo no contexto global e defende a necessidade de se viajar para fora do local de residência e de trabalho e traz também uma reflexão sobre a motivação da viagem.

No entanto, na tentativa de solucionar as dissonâncias terminológicas, os dirigentes da *Organização Mundial do Turismo* priorizaram, nesta cronologia, encontrar uma linguagem comum que pudesse facilitar a coleta de informações no setor turístico, em nível mundial. Com isto, foi durante a década de 1990 que a OMT “empreendeu várias iniciativas no intuito de enfrentar e resolver esses problemas, que se alastravam pesadamente” (PAKMAN, 2014, p. 10). Entre algumas destas iniciativas, a OMT organizou em 1991, no Canadá, a *Conferência Internacional sobre Estatísticas de Viagens e Turismo*. A *Conferência de Ottawa*, como também ficou conhecida, definiu o turismo como “as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens a e estadias em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista lazer, negócios ou outros motivos” (WTO, 1991, p. 1).

Nesta cronologia, em 1994, a *Organização Mundial do Turismo* definiu o turismo como sendo o conjunto de “atividades que as pessoas realizam durante as suas viagens e permanência em lugares distintos do seu entorno habitual, por um período consecutivo de tempo inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros” (WTO, 1994). E, a partir de então, temas como a inclusão do turismo doméstico, bem como, a motivação da viagem, a duração, o limite de tempo e a localização passaram a fazer parte da noção de turismo. Mas do que isso, essa definição foi baseada em três dimensões que distinguem o turismo de outras formas de viagens: o movimento, o tempo e a motivação da viagem. Com efeito, esta noção de turismo adotada pela OMT, segundo Sancho (2008), pode ser compreendida pelas seguintes características:

- Introdução de possíveis motivadores da viagem como "lazer, negócios e outros";
- Destinação de um grande período para a viagem (até um ano), quando comparado ao tempo normal de vistos de viagem para o turismo (três meses);
- Delimitação da atividade antes e durante o período de permanência;
- Localização da atividade turística como a atividade "fora do seu ambiente habitual" (SANCHO, 2008, p. 46).

Essa definição vem sendo utilizada, desde então pela OMT e também pelas principais instituições de turismo em todo o mundo. Mas, ao final da década de 1990, uma atualização foi adotada com relação aos motivos da viagem/estadia que não mais poderiam envolver as atividades remuneradas, conforme expresso a seguir:

O turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens a e estadias em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista lazer, negócios ou outros motivos não relacionados ao exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado. (ONU/OMT, 1999, p. 5).

Desde então, essa definição vem servindo como parâmetro para a interpretação do turismo principalmente fundamentadas na motivação, na origem dos visitantes, nas possibilidades de acomodação e nas alternativas de transporte até os destinos a serem visitados.

Entretanto, mesmo reconhecendo a importância desta instituição e dessa definição para o setor, não se pode desconsiderar a sua leitura reducionista. Isto porque a referida

definição não aborda a experiência turística e do próprio encontro entre turistas e moradores locais como essenciais ao processo, como defendido nesta tese.

Em relação ao encontro defendido anteriormente, Irving (2008; 2009) defende esse “encontro entre identidades, no sentido de compartilhamento e aprendizagem mútua” é “condição essencial” para que ocorra o turismo, tornando-se assim uma experiência que vai além do viés econômico. A autora sinaliza ainda que, para que a experiência do encontro se materialize, é importante que moradores locais e turistas atuem “simultaneamente como agentes, sujeitos e objetos no processo” (IRVING, 2009, p. 117) ou ainda interpretando este encontro como uma “troca subjetiva entre ‘quem chega’ e ‘quem está’ no lugar turístico” (IRVING, 2009, p. 117).

Por sua vez, Bauman menciona que o turismo “é uma busca consciente e sistemática da experiência da diferença e da novidade” (BAUMAN, 2007, p. 29). E é esta diferença que desperta o intercâmbio entre turistas e moradores locais, proporcionando a experiência turística (URRY, 1990, 2007).

Esse encontro, aqui compreendido como a interação entre turistas e moradores locais, é descrito por alguns antropólogos, como Wainberg (2003), como um tipo de encontro intercultural¹⁶, embora sob diferentes gradações que pode até mesmo representar a motivação principal da viagem. Desta forma, uma viagem em busca do desconhecido e do diverso pode ter importância para o intercâmbio cultural (UNESCO, 1997) e para o fortalecimento de uma teia de “relações sociais entre um fluxo de sentidos, assim como de pessoas e mercadorias” por todo o mundo (HANNERZ, 1997, p. 238).

Ainda segundo Hannerz, o fenômeno turístico tem um alcance geográfico global capaz de ultrapassar fronteiras e possibilitar encontros interculturais, significativamente singulares. Isto porque a curiosidade e o desejo de fazer contato com o “outro”¹⁷ estão no coração do fenômeno turístico. E neste sentido, Dencker (2004) afirma que “faz parte da

¹⁶ De uma forma bastante resumida, para a Antropologia Comunicativa, o encontro intercultural ocorre quando duas culturas são equivalentes em “poder e influência”, para que qualquer uma delas possa tomar a iniciativa de estabelecer com a outra um encontro intercultural e para que ambas possam ser objetos de saber e de avaliação (ROUANET, 1990).

¹⁷ O conceito de “outro” será entendido da forma pela qual foi descrito por Todorov: “posso conceber os outros como uma abstração, como uma instância da configuração psíquica de todo o indivíduo, como o Outro, outro ou outrem em relação a mim. Ou então como um grupo social concreto ao qual nós não pertencemos. (...) Escolhi esta problemática do outro exterior, de modo um pouco arbitrário, e porque não podemos falar de tudo ao mesmo tempo, para começar uma pesquisa que nunca poderá ser concluída” (TODOROV, 2011, p. 3-4).

condição humana interagir com o outro, trocar emoções, compartilhar sonhos, esperanças, tristezas, aflições, reconhecer e ser reconhecido pelo outro” (2004, p. 189).

Essa curiosidade inspirada na diferença, ao mesmo tempo em que pode despertar receio ou medo, pode também provocar o desejo em conhecer o “outro”, o estranho e “esta relação pode ser fecunda na medida em que o estranho revela outro mundo ou dimensões escondidas da realidade que não vemos” (BOFF, 2005, p. 125). E após passado o momento de estranheza, o autor menciona que o “outro” deixa de ser estranho, mas não de ser diferente, e “mesmo diferente, um membro da comunidade”. Com isso, Boff (2005) interpreta a hospitalidade como o ato de “acolher o estranho assim como se apresenta sem logo querer enquadrá-lo nos esquemas válidos para a nossa comunidade” (Ibidem, p. 125).

E entre as diversas maneiras de entrar em contato com o diferente, “o outro”, Serrano (2001), afirma que as viagens possibilitam experiências reais de encontro, de descoberta do “outro”, proporcionando sentimentos que estão além do mundo real. Isto porque, segundo esta autora, todas as “formas de sociedade, compreendendo tribos e clãs, nações e nacionalidades, colônias e impérios, trabalham e retrabalham a viagem, seja como modo de descobrir o ‘outro’, seja como modo de descobrir o ‘eu’” (IANNI, 2000, p. 12), conferindo também uma viagem espiritual em busca do autoconhecimento.

Um outra autora, Vitule (2003), discorre também sobre este duplo significado das viagens. Para a referida autora, as viagens podem ser imaginadas como

uma aventura: a aventura da descoberta do desconhecido, do diferente (...), pensar a viagem da perspectiva da diferença nos parece ser um caminho apropriado para tratar a questão da cultura. Viajar significa abrir-se para o mundo, conhecer novos lugares, pessoas e modos de vida (VITULE, 2003, p. 21).

Por sua vez, segundo Santana (2009), uma viagem não implica necessariamente turismo, muito embora seja parte desse. Isto porque, o turismo seria

Uma manifestação de sua época, de uma realidade socioeconômica e histórica em geral, e aproximar-se de sua cronologia obriga a identificar suas origens, mas não pelo vínculo imediato e direto com o deslocamento nem tampouco com a viagem para aproveitar o tempo de lazer. (...) O turismo, tal qual o entendemos hoje, origina-se pela curiosidade, pelos esnobismo, pela enfermidade e pela busca de climas diferentes (nem sempre melhores), mas consegue estabelecer-se quando alguns empreendedores começam a cobrar

um serviço que não apenas facilita o deslocamento, mas também o ameniza com atividades específicas (SANTANA, 2009, págs. 25 e 27).

Assim, ao se viajar, muito além do simples deslocamento a um lugar distinto do cotidiano, é possível entrar em contato com outras culturas, passar a conhecer uma multiplicidade de ritos, manifestações culturais, gestuais, organizações sociais, entre outros elementos que compõem a própria diversidade cultural, conforme defende a autora:

A viagem põe o viajante em contato mais direto com a diversidade: outras geografias, outras populações, outros costumes. A viagem, no concreto e no imaginário, traz para o universo do viajante o inusitado, o estranho, o diferente. É necessário que se reconheça a diversidade para que se compreenda a sociedade (VITULE, 2003, p. 24).

Nesse sentido, somente quando se percebe o “outro” e se vive a experiência da “diversidade cultural” será possível compreender o turismo enquanto uma “via possível de encontro na natureza e na diversidade” entre “protagonistas potenciais de um processo pulsante de transformação social e interculturalidade” (IRVING, LIMA e MORAES, 2016, p. 40).

É importante aqui considerar também o significado das relações entre anfitriões e visitantes, como trocas ritualísticas segundo Mauss (2008). Para ele, alguns grupos sociais desenvolvem um tipo de intercâmbio de prestações e de contraprestações, intituladas de “prestações totais”, caracterizadas pela “oferenda de presentes, voluntária, livre e gratuita e, simultaneamente, interessada e obrigatória” (SALLES; SALES, 2012, p. 20). Esses rituais consideram os laços sociais como uma premissa para o desenvolvimento socioeconômico e para uma sociedade mais comprometida com o “outro”, onde anfitrião e visitante são protagonistas do encontro. Mauss (2008a, 2008b, 2003), por meio da Teoria da Dádiva, defende que o mais importante é que a vida social se constitua por um constante dar-e-receber, o que originaria o sentido de dádiva, segundo o autor. Assim, o objetivo da dádiva seria “produzir um sentimento de amizade entre as duas pessoas envolvidas” (MAUSS, 2003, p. 211). E para que ocorra a dádiva, é preciso que exista a incerteza, porque o ato de dar e receber não se baseia na igualdade ou equivalência, pois a retribuição não é o objetivo, nesta relação.

Assim, por esta via de análise, no âmbito do turismo, quando se estabelece uma relação entre anfitrião e visitante ocorre uma real possibilidade de encontro, ou seja, o

visitante pode vir a se tornar, em algum momento futuro, um anfitrião potencial. Isto pode ocorrer porque:

"dar e receber" implica não só uma troca material mas também uma troca espiritual, uma comunicação entre almas. É nesse sentido que a Antropologia de Mauss é uma sociologia do símbolo, da comunicação; é ainda nesse sentido ontológico que toda troca pressupõe, em maior ou menor grau, certa alienabilidade. Ao dar, dou sempre algo de mim mesmo. Ao aceitar, o recebedor aceita algo do doador. Ele deixa, ainda que momentaneamente, de ser um outro; a dádiva aproxima-os, torna-os semelhantes. A etnografia da troca dá ainda um novo sentido às etiquetas sociais. Por mais que estas variem, elas sempre reiteram que, para dar algo adequadamente, devo colocar-me um pouco no lugar do outro (por exemplo, de meu hóspede), entender, em maior ou menor grau, como este, recebendo algo de mim, recebe a mim mesmo (como seu anfitrião), (LANNA, 2000, p. 1).

Além do mais, ainda segundo Mauss, misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e, assim, as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam, precisamente, o contrato e a troca (MAUSS, 2003, p. 212).

Importante destacar também, ao se analisar a relação entre turistas e moradores locais, que estes papéis não são fixos, o que pode resultar em novas relações complexas e interpretações variadas, conforme explica Santana (2009):

Um ator que hoje interpreta seu papel no cenário do turismo como local, indígena ou residente, em um futuro próximo poderá atuar como trabalhador da mesma área turística ou outra e, a acumulação de capital, vir a ser posteriormente turista ou cliente potencial do sistema. Ou, ainda mais simples, coloca-se a possibilidade de um residente que consome em seu território os produtos implementados para o turista (SANTANA, 2009, p. 59).

Trazendo a discussão para o campo do turismo, Tomillo Noguero (2010, 2013) menciona que as trocas, em se pensando a hospitalidade, seriam também uma condição essencial para o desenvolvimento de uma iniciativa de turismo local, em bases sustentáveis.

No entanto, é importante considerar que o turismo é também causa de conflitos culturais, em função do encontro com o "exótico", o nativo que vive em um lugar ainda distante e diferente. E para Gessner e Schade (1990), de forma distinta ao discurso do turismo enquanto um "veículo para a paz mundial" (UNESCO, 1997), este encontro intercultural pode também intensificar uma "situação já complexa e exacerbada por ambiguidades, falta de

atenção e ou desentendimento dos *standards* de comportamento cultural, de língua ou de dimensão relacional como privacidade e *status*” (p. 258).

Bauman (2001) menciona ainda, em alguns casos, a impossibilidade do encontro ao mencionar que, apenas o ato de ver, ouvir e falar com o outro não pode ser caracterizado como um verdadeiro encontro, mas uma relação mercantil entre cliente (turista) e contratado (morador local), conforme enfatizam Pimentel et al (2007). O autor conclui seu pensamento ao afirmar que, enquanto não houver um sentido de dádiva, não será possível acontecer o encontro. E, Krippendorf (2009) chegou até mesmo a afirmar que “as relações entre turistas e os autóctones são de tal porte que as oportunidades de se estabelecer contatos humanos verdadeiros são mais fracas do que nunca” (KRIPPENDORF, 2009, p. 83). Mas não se pode negligenciar que, segundo Irving (2009) esses atores locais

se encontram frequentemente marginalizadas em sua própria estória, embora ávidas por melhorias de qualidade de vida. Para elas, a possibilidade do real do encontro tende a parecer uma abstração em um primeiro momento. Mas é nesta potencialidade do real encontro que se materializa a relação local-global e que se estabelece uma nova dinâmica de resgate de identidades e inovação. Assim, o encontro é também processo, descoberta, crítica e reinvenção de uma nova realidade (IRVING, 2009, p. 118-119).

Neste caso, segundo Van Der Bergue (1984, 1994), o desencontro pode se originar, entre outros motivos, pela diferença entre a “vida extraordinária do turista com a vida normal e cotidiana do anfitrião”. Ainda de acordo com este autor, não há um “impacto zero” no turismo. E, mesmo se considerando os impactos socioeconômicos, culturais e/ou ambiental, o “turismo não é tão ruim quanto muitas pessoas imaginam, mas é muito mais interessante e complexo do que julgamentos simples e categóricos podem capturar” (VAN DER BERGUE, 1994, p. 17).

A partir dessa breve discussão, é possível perceber que as noções de turismo podem ser construídas de acordo com diferentes perspectivas e disciplinas. E, sendo assim, é possível afirmar que não parece haver uma definição universal sobre o que é o turismo (e nem se almeja chegar a uma única visão sobre tal fenômeno). Entretanto, após a interpretação de algumas noções que norteiam o significado do turismo, principalmente na perspectiva contemporânea, parece evidente que o fenômeno turístico vem sendo configurado pelo comportamento que media a vida dos indivíduos em sociedade e é por esses transformado.

4.2 O SEGUNDO FIO CONDUTOR: AS NATUREZAS

Antes de abordar as distintas noções da literatura é fundamental se refletir sobre a crise civilizatória. Após uma leitura rápida dos jornais impressos e revistas, de navegar pela internet ou acompanhar os noticiários do rádio e televisão, é possível perceber os tempos de crise que exigem da sociedade uma rápida adaptação, com respostas imediatas e ações coletivas para o enfrentamento de um contexto de caos que ilustra a crise. É neste panorama, ainda é preciso considerar as catástrofes naturais, as mudanças climáticas, os efeitos negativos da globalização e do atual modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo próprio homem, notadamente, quando analisado que “o ambiente e os recursos naturais constituem a base material para qualquer forma de desenvolvimento econômico” (LEFF, 2009, p. 205).

Neste contexto, Pádua (2005) ilustra que durante toda a história da humanidade já ocorreram inúmeros casos do que o autor intitula “colapso social e civilizatório”, estes, ainda segundo o autor, responsáveis pela destruição ambiental de regiões como a desertificação do sul do Iraque e do norte da Líbia (Ibidem, p. 177).

Assim, as questões relativas à preservação da natureza em todas as suas facetas, o enfrentamento do problema do aquecimento global e o acesso e apropriação dos recursos naturais no mundo estão na ordem do dia. Ou seja, a discussão sobre tais temas envolve diversos campos do conhecimento, os quais precisam dialogar.

Especificamente no caso da crise ambiental, Parreira e Alimonda (2005) profetizam que esta será o mais “trágico desafio” do século XXI para toda a humanidade, de escala global à local. E, ainda segundo estes autores, a crise ambiental poderá ser melhor observada na América Latina, isto porque seria o local,

onde convivemos desde o começo da nossa história com o “imperialismo ecológico” e a injustiça ambiental, e onde nem temos conseguido conviver com níveis dignos de vida para a grande maioria das populações dos nossos países. Nossa história é feita de projetos que nos englobam, de caminhos truncados, de diálogos de surdos (PARREIRA; ALIMONDA, pág. 12, 2005).

Da mesma maneira, essa visão histórica é partilhada também pela compreensão de outro autor latino-americano, Arturo Escobar. Para este, desde do final do século XX a dissociação sociedade-natureza permanece como uma questão não resolvida,

em qualquer ordem social ou epistemológica moderna. Com isso eu me refiro não somente à inabilidade dos povos modernos em encontrar meios para lidar com a natureza sem destruí-la, mas também ao fato de que as respostas dadas por formas modernas de conhecimento para “a questão da natureza” – das ciências naturais às ciências humanas – provaram-se insuficientes para a tarefa, apesar do avanço reconhecível que parece ter sido dado nas últimas décadas (ESCOBAR, 2005a, p. 18).

Paralelamente à crise ambiental, é evidente a crise no sistema socioeconômico mundial, caracterizada pelos efeitos de uma sociedade do consumo, o que reitera a desigualdade social e despolitiza as questões de ordem ambiental, social e cultural, principalmente devido aos processos de exclusão social, comum ao processo de globalização contemporâneo e a outros problemas de ordem social (YAZBEK, 2001; ESCOBAR, 2005a, 2005b).

Nesse contexto, o mercado de consumo passa a criar outras “necessidades” e, principalmente, expectativas. E, ao criar essas necessidades, o homem passa a fazer parte de uma teia de consumo dominada não apenas por interesses políticos e econômicos, mas também por interesses sociais que resultam em uma certa monetarização do ser humano e, assim, “a vida digna perde seus conteúdos sociais e éticos para tornar-se mercadoria” (TREIN, 2007, p. 118). Neste raciocínio, as ordens social e ambiental passam a ser dominadas por uma intencionalidade de mercado, visando lucro indiscriminado que, por consequência, gera danos ambientais e sociais inimagináveis.

A partir do pensamento de Trein (2007), a exploração do ambiente natural está relacionada diretamente à exploração do ser humano, justamente porque não é possível fazer esta dissociação. Pedrosa (2007), por sua vez, complementa este pensamento, ao afirmar que a relação de dominação que “o homem estabelece com a natureza caracteriza o protótipo da relação, também de dominação, que os homens estabelecem entre si” (Ibidem, p. 91). E, assim, um pequeno grupo da aldeia global passa a controlar o poder (econômico e político), estabelecendo necessidades, controlando e direcionando o modo de produção, aumentando a exploração e a desigualdade social, entre outros danos sociais que se refletem, também, no ambiente natural.

Outro autor que discute sobre este tema é Kapra quando este menciona que as inquietações com o ambiente natural passaram a adquirir relevância e

defrontamo-nos com toda uma série de problemas globais que estão danificando a biosfera e a vida humana de uma maneira alarmante, e que

pode logo se tornar irreversível (...) Quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes (CAPRA, 2002, p. 14).

Todos esses problemas, interligados também como uma teia, estão sendo entendidos como crise planetária ou ainda civilizatória, conforme menciona Morin (1988). Mas esta trama representa um emaranhado de fios soltos e desconexos. Mas é assim entendida por Morin e Kern (2003):

uma crise se manifesta pelo crescimento e até mesmo a generalização das incertezas, por rupturas de regulações ou *feedback* negativos (os quais anulam os desvios), por desenvolvimento de *feedback* positivos (crescimentos descontrolados), pelo crescimento dos perigos e das oportunidades (perigos de regressão ou de morte, oportunidades de encontrar a solução ou salvação (MORIN e KERN, 2003, p. 93).

E a partir da noção de crise, o referido autor chama a atenção para a condição atual (e grave) pela qual a sobrevivência do homem vem atravessando.

No debate teórico sobre o tema, autores como Gorz (1978), Morin e Kern (2003), Vasconcelos (2002), Hall (2003), Leff (2009), entre outros, comentam que essa crise nunca esteve tão intensa como nas últimas cinco décadas. Recessão, colapso na indústria petrolífera, crise alimentar, marginalização, pobreza, redução dos salários, desemprego, degradação ambiental, alimentos transgênicos, aquecimento global, buraco na camada de ozônio e esgotamento dos recursos naturais essenciais para a sobrevivência humana são alguns dos problemas que ilustram as múltiplas crises da contemporaneidade. Mas a crise econômica não é uma novidade em si mesma, em seu permanente ciclo de expansão-contradição. O que se percebe verdadeiramente como novidade, nas últimas décadas, é a crise ambiental que se aprofunda em função do atual modelo de desenvolvimento econômico.

Diante deste cenário, o homem conectado às redes virtuais, navega pelo ciberespaço, diminuindo as distâncias físicas, “liquidificando” as relações e atropelando o tempo em busca do desenvolvimento socioeconômico e da sua própria evolução. E, apesar de todo esse suposto avanço, esse homem contemporâneo vive, cada vez mais, angustiada, diante do cenário atual e multifacetado, à margem da própria sociedade da qual faz parte e ajuda (ou deveria) a construir.

Dessa maneira, a atual crise não é apenas ambiental, tampouco apenas social, é uma crise planetária, que ilustra claramente que o atual modo de vida em sociedade precisa ser

revisto com urgência (MORIN e KERN, 2003). Para tal, é importante (re)considerar o modelo de desenvolvimento e de crescimento econômico vigente e refletir sobre a relação estabelecida entre o homem e a natureza.

Esse atual momento no qual vive a humanidade, segundo Vasconcelos (2002), pode ser considerado como um “momento complexo”, marcado por transformações drásticas e irreversíveis. Sendo assim, vive-se um momento de intensa necessidade de se buscar novas formas de interpretar e vivenciar o mundo. E muitos problemas identificados estão sendo relacionados direta e/ou indiretamente ao aquecimento global, à extinção de espécies, à crise do petróleo, à crise demográfica ou populacional, à crise alimentar, à crise energética, à escassez de recursos naturais do planeta, à própria crise de identidade pela qual vive a humanidade, entre outras tensões de dimensões social, econômica, cultural, ambiental, que afetam fundamentalmente a sobrevivência do homem no Planeta Terra. Além disso, autores como Gorz já chamavam a atenção, na década de 1970, para a questão do acúmulo de capital, do padrão de consumo ocidental, da Revolução Tecnológica e de outras mudanças culturais que afetavam a sobrevivência do homem. Segundo o autor:

Com todas as características clássicas de uma crise de superacumulação, a crise atual apresenta também novos aspectos que, salvo raras exceções, os marxistas não chegaram a prever, e responder: crise da relação dos indivíduos com o econômico; crise do trabalho; crise nas nossas relações com a natureza; com o corpo, com o outro sexo, com a sociedade, com os filhos, com a história; crise da vida urbana, do habitat, da medicina, da escola, da ciência (GORZ, 1978, p.10).

Para melhor compreender todas essas crises, Morin e Kern (2003) defendem a ideia de uma policrise, pois, na verdade, haveria um conjunto de crises que teceriam uma rede de conflitos, angústias e tensões sociais que estariam, segundo esses autores, caracterizando a crise contemporânea, separando em polos distintos o homem e a natureza.

Leff (2006) estabelece a relação entre as questões ambientais, a crise atual, a crítica da racionalidade moderna e, seus postulados sobre a economia e a cultura. Ainda para o referido autor, a crise ambiental ultrapassou o mero conflito que implica na perda dos recursos naturais, gerando uma perda de existência, não só em termos materiais mas também como o próprio sentido da vida. Para o autor:

A problemática ambiental emerge como uma crise de civilização: da cultura ocidental; da racionalidade da modernidade; da economia do mundo

globalizado.não é uma catástrofe ecológica nem um simples desequilíbrio da economia. É a própria desarticulação do mundo ao qual conduz a coisificação do ser e a superexploração da natureza (LEFF, p. 15, 2006)

Martinez (2006), assim como Leff (2006, 2009), defende também a iminência dessa crise humanitária e o seu rebatimento direto com a concepção de natureza que o homem vem adotando ao longo das décadas. Ou seja, cada vez mais, sociedade e natureza estão sendo concebidos em polos distintos e distantes: o homem como o criador e soberano com suas necessidades e desejos e, a natureza interpretada como fonte ilimitada de recursos para o seu criador ou entendida como selvagem e intocada (DIEGUES, 2008; BERNARDES; FERREIRA, 2009).

Para Hall (2003), essa separação sociedade-natureza ficou ainda mais evidente a partir da globalização e com o acelerado crescimento econômico das grandes metrópoles ocidentais. E assim, nas últimas décadas, autores como Irving, (2010), Martinez (2006), Trein (2007), Pedrosa (2007), entre outros, estão se dedicando a romper com esta visão de mundo que separa hierarquicamente natureza e sociedade, uma vez que, para esses autores, é importante desfazer a noção da natureza dissociada do homem, que vem se configurando há séculos.

De acordo com Giuliani (1998), apesar de a noção dicotômica natureza/sociedade ter sido fortalecida durante a Revolução Industrial, esta cisão foi sendo construída ao longo dos séculos XVI e XVII, período em que o confronto entre a sociedade e a natureza passou a se intensificar, devido à tentativa humana de dominação absoluta, inclusive simbólica da natureza. Ainda segundo o autor, o ser humano passou a ser compreendido como

dono da natureza, mesmo sem ter a certeza de poder dominar a sua própria natureza animal (...), a civilização era o que permitiria o domínio do homem sobre a natureza e sobre si mesmo, era a humanização da natureza (GIULIANI, 1998, p. 155).

A necessidade de domínio sobre si e sobre a natureza está em sintonia com o que Ehrenfeld (1992) denominou de “arrogância do humanismo”, pelo fato de o homem não se enxergar como parte da natureza, mas sim como o seu dominador. Horkheimer e Adorno (1997) vão além dessa leitura. Para esses autores, o ser humano sente a necessidade de domínio para reprimir o próprio homem, pois “o que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para controlar completamente a ela e aos homens” (HOKHEIMER &

ADORNO, 1997, p. 20). Mas segundo Morin (2011), é necessário abandonar esta face do homem dominador e

destinado a se tornar dominador, destinado a se tornar senhor e mestre da natureza, segundo a formulação de Descartes. Devemos rejeitar esse humanismo arrogante, porque sabemos, de agora em diante, que qualquer vontade de dominar a natureza degrada, não apenas essa natureza, mas também nossa humanidade, inseparavelmente ligada a ela, que depende dela ainda mais do que ela de nós (MORIN, 2011, p. 22).

Nesse embate sociedade-natureza, Leff (2006) menciona que a natureza, cada vez mais, vem “reivindicando” seus direitos e, atualmente, na condição de “natureza objeto”, vem se voltando contra os sujeitos (os homens) que a dominam. Segundo Pedrosa (2007), essa condição de “natureza objeto” resulta também em negação e esquecimento da natureza pelo homem. E, acentuando esta (des)conexão, a ciência também a trata como um objeto. Pedrosa (2007) explica ainda que, para a ciência, tanto a natureza como o homem são abordados como objetos. Essa noção seria característica da sociedade de consumo que percebe a natureza sem valor e reduzida à matéria-prima para atender ao consumismo.

Capra (2002), por sua vez, considera que “a natureza é vista como uma teia interconexa de relações, na qual a identificação de padrões específicos como sendo ‘objetos’, depende do observador humano e do processo do conhecimento” (Ibidem, p. 39). Na mesma linha de raciocínio, Martinez (2007) coloca que a interação entre ser humano e natureza, sob o sistema de mercado, implicou que ambos fossem manuseados como mercadorias e bens produzidos para a venda, mediante salários e aluguéis.

Com base nesse breve contexto, natureza é percebida como exterior ao homem e esta percepção foi sendo construída ao longo dos séculos, ganhando força em acontecimentos históricos, como a Revolução Industrial e o desenvolvimento tecnológico e científico, que reforçaram o significado de natureza apenas como meio para suprir as necessidades do homem.

O modelo de desenvolvimento contemporâneo reforça este distanciamento entre sociedade e natureza, na medida em que traduz a noção de ambiente natural como recurso econômico, e não mais como um espaço em que a cultura, a natureza e a sociedade são indissociáveis (LOUREIRO, 2004). Acselrad (2004) defende ser impossível separar o homem do seu ambiente natural porque as práticas sociais, os usos e sentidos atribuídos à natureza

ocorrem em espaços geográficos e conectam-se através das águas, solo e atmosfera. Assim, a sociedade se reproduz por processos socioecológicos, formando um complexo indissociável.

Ademais, na sociedade contemporânea, assiste-se a uma banalização dos valores, e o que mais importa são os fins e não os meios para se conquistar as atuais necessidades do homem. O indivíduo passa, assim, a ser valorizado pelo que tem e não mais pelo que é, como age, pelos seus princípios.

Bauman (2001) discute, neste debate, o que denomina de modernidade líquida, na qual as relações são instáveis, incertas e passageiras, os valores morais tornam-se cada vez mais questionáveis e a identidade fragmentada. Para este autor, não é apenas entre sociedade e natureza que se observa uma relação frágil e fluida. Na verdade, diante do que chamou de “modernidade líquida”, a relação entre os homens também se caracteriza pela fragilidade e pela fluidez nas relações sociais. Com isto, os valores morais passam a ser questionados a todo momento, fragmentando elos, laços, redes e teias entre os homens e entre os grupos. E assim, o cenário atual é de constante fragmentação e incertezas, sendo a globalização a mais evidente representação deste processo, principalmente, no mundo ocidental.

No âmbito da globalização e de seus efeitos, é relevante frisar que, cada vez mais, estudiosos sobre esta temática compreendem que apesar dos problemas serem globais, é no cenário local que estes poderão ser solucionados e/ou mitiga-los. Autores como Leff (2009) defendem que “é no espaço do município e da comunidade que a sustentabilidade dos processos produtivos passa pela gestão democrática dos recursos ambientais” (Ibidem, p. 341).

Segundo autores como Gonçalves (2005), essa cisão entre natureza e sociedade é resultado direto do pensamento dominante no mundo ocidental. Dessa maneira, ao longo do tempo, a noção ocidental de natureza passou a ser compreendida como fonte inesgotável de recursos naturais, servindo de fonte para a produção capitalista, além disto, servindo ao próprio homem. Em complemento a este argumento, Morin (1988) considera que a

A natureza não é desordem, passividade, meio amorfo: é uma totalidade complexa (...) o homem não é uma entidade isolada em relação a essa totalidade complexa: é um sistema aberto, com relação de autonomia/dependência organizadora no seio de um ecossistema (Ibidem, p. 11).

Morin complementa o seu pensamento afirmando que “a sociedade hominídea (...) constitui a sua economia organizando e “tecnologizando” as suas duas *praxis* ecológicas da

caça e da colheita, que se transformam em práticas econômicas” (MORIN, 1988, p. 69). E Morin acentua que o ponto principal de diferença entre o homem e os demais animais é a cultura, pelo fato desta ter um “papel civilizador”.

4.2.1 O *religare* e os fios necessários para formar o tecido de reconexão com a natureza

O debate sobre as naturezas é bastante extenso e inclui também questões filosóficas, religiosas e éticas. Neste sentido, Ehrenfeld (1993) e Thomas (2010), entre outros autores, defendem que esta dicotomia sociedade e natureza tem origem nos pressupostos das religiões judaico-cristãs. Para esses autores, o Cristianismo, que explica o homem como imagem e semelhança de Deus, confere a este mesmo homem frente à natureza e, concedendo o paraíso para a obra-prima do Criador. Com isto, se inicia, simbolicamente, uma hierarquia no processo de cisão entre homem e natureza. E segundo Unger (1991), coube exatamente as religiões a tarefa de “desencantamento do mundo natural” (UNGER, 1991, p. 139), uma vez que a religião e os religiosos despovoaram a natureza dos deuses, do simbólico, dos mitos, reduzindo-a ao estrato de objeto.

No entanto e, por ironia, o atual líder da Igreja Católica Apostólica Romana, o Papa Francisco¹⁸ destacou em sua *Carta Encíclica Laudato Si’ - Sobre o cuidado da casa comum* (2015) o papel desempenhado pela Igreja na busca pela harmonia entre o homem e a natureza e mencionou o seu impacto para com todos os seres da “Criação Divina”.

E para Francisco, durante as últimas seis décadas, a Igreja foi marcada por uma profunda reflexão sobre os danos social, espiritual, cultural e ambiental que o homem vem causando à “casa comum” ou ao Planeta Terra, chamado também pelo Papa Francisco como a “nossa irmã”. E se pode perceber que, também no âmbito das religiões este debate se reconstrói. Desde o Papa São João XXIII (1958-1963), passando pelo Papa e beato Paulo VI (1963-1978), pelo atuante Papa São João Paulo II (1978-2005) até Bento XVI (2005-2013) todos trouxeram em seus pronunciamentos e nos *Documentos Pontifícios*¹⁹ a busca pela relação harmoniosa entre todas as criaturas. E todos, segundo Papa Francisco, vem

¹⁸ O Papa, antes Cardeal Bergoglio, revelou sua preocupação com esse aspecto da fé cristã ao escolher seu nome papal, referenciando a São Francisco de Assis, um santo católico considerado patrono dos animais e do meio ambiente, e autor do “Cântico das Criaturas”, em que ele chama os elementos da natureza de irmãos. Ao adotar o nome de Francisco (primeiro Papa a se chamar assim), ele parece indicar que uma das premissas de seu pontificado será resgatar a figura do homem como parte e maior protetor da “Criação”.

¹⁹ Ou *Encíclicas Sociais* que tratam de temas diversos inerentes à doutrina social da Igreja Católica (DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS, Sítio do Vaticano). Mais informações: http://www.vatican.va/offices/papal_docs_list_po.html.

absorvendo “a reflexão de inúmeros cientistas, filósofos, teólogos e organizações sociais que enriquecem o pensamento da Igreja sobre estas questões” (p. 8).

Aqui, vale a pena destacar dois pontos para essa discussão. As temáticas ambiental e da crise civilizatória passaram a ser um dos temas prioritários para a Igreja Católica, na opinião do seu atual líder, no final da década de 1950, mesmo período em que também passaram a ser tema central dos eventos internacionais, o que parece demonstrar não apenas a sua relevância para quase todas as organizações e instituições internacionais, mas também para a aproximação entre Religião e Ciência.

Também no plano das religiões, outro líder religioso cristão, Bartolomeu I, atual Patriarca de Constantinopla e bispo principal da Igreja Cristã Ortodoxa, conhecido como o “patriarca verde” pelo movimento ambientalista internacional, vem atraindo a atenção de religiosos e conquistando a empatia de cientistas e da sociedade civil ao proferir discursos nos quais menciona a necessidade de se repensar o papel do homem como um “algoz” do Planeta Terra e também a importância do arrependimento pessoal de cada indivíduo “pelo mal que estamos fazendo ao planeta”. Para ele, a Igreja

não permanece impassível ou indiferente com a destruição contínua e diária do ambiente natural, resultante da ganância humana e lucros inúteis, que por sua vez implica num desvio essencial da face do Senhor e resulta em uma conseqüente turbulência na natureza e em uma fratura da sua coroa, ou seja, da existência humana, cuja própria sobrevivência está ameaçada (BARTOLOMEU, 2014, p. 1)²⁰.

Ainda segundo o Patriarca, não é possível negar o progresso significativo que o homem vem vivendo ao longo das últimas décadas em relação à conservação da natureza “especialmente através de uma constante sensibilização da consciência pública, utilização de medidas de precaução e restrição, criação de programas sustentáveis” (BARTOLOMEU, 2014, p. 2). No entanto, somente atitudes isoladas não estão sendo suficientes para “evitar o caminho destrutivo do mundo”, esclarece o líder ortodoxo. E para enfrentar os problemas contemporâneos são necessárias ações coletivas que alcancem as causas e não apenas os problemas. Para tal, ainda segundo o Patriarca, é preciso criar e fortalecer parcerias institucionais de âmbito local e mundial que lutem pelo mesmo ideal, o bem do Planeta Terra.

²⁰ Trecho da mensagem de Sua Santidade o Patriarca Ecumênico Bartolomeu I, para o início do ano novo eclesiástico: Dia de Oração pela Proteção do Meio Ambiente (Prot. nº 0907).

No entanto, o próprio Patriarca Bartolomeu reconhece que somente isto não é suficiente para enfrentar a crise porque

a exploração ilimitada e insaciável dos recursos naturais da criação, que constitui a principal causa da destruição do meio ambiente natural, é - de acordo com o testemunho da teologia, da ciência e das artes - o resultado da queda do homem, isto é, da nossa desobediência ao mandamento do Senhor e da não conformação com a vontade de Deus (BARTOLOMEU, 2014, p. 2).

Outra liderança religiosa, Tenzin Gyatso, prêmio Nobel da Paz em 1989 e, mais conhecido pelo título de uma linhagem de líderes religiosos da *Escola Gelug* do budismo tibetano (e líder oficial do governo tibetano em exílio), o Dalai Lama, reforça esse discurso não apenas para se repensar a maneira pela qual o homem vem explorando o ambiente natural. Ele enfatiza que para a sobrevivência do ser humano é essencial que ele esteja em compartilhamento com outros porque sem a companhia de outros homens, não haverá a possibilidade de sobreviver. Da mesma maneira, o homem precisa da natureza para subsistir. Mas não basta apenas o contato direto com ele. Para Dalai Lama, é importante que haja a proximidade espiritual, que flua a natureza gentil do ser humano perante o próximo, seja este um outro homem ou a própria natureza. Portanto,

Creio profundamente que os seres humanos são basicamente de natureza delicada e também penso que a atitude humana com o nosso meio ambiente deveria ser delicada. Consequentemente acredito que não somente devemos manter um relacionamento delicado e não violento com outros companheiros humanos, mas também é muito importante estender esse tipo de atitude ao meio ambiente. Eu penso, moralmente falando, que nós podemos pensar assim e nós todos devemos nos preocupar com o nosso meio ambiente. (DALAI LAMA, 2000, s/p)²¹.

Assim, Dalai Lama transcende em seu pensamento a reflexão sobre a relação sociedade-natureza. Pois, para ele, esta não representa apenas uma questão moral ou ética, mas a própria sobrevivência da espécie humana, e não somente desta geração, mas das que estão por vir. Esta se articula, de maneira clara, à noção de desenvolvimento sustentável propagada mundialmente após o Relatório *Brundtland* (1987)²². O líder tibetano menciona

²¹ Transcrição de um discurso em 4 de fevereiro de 1992, em Nova Delhi, Índia.

²² O Relatório *Brundtland*, também conhecido como *Nosso Futuro Comum* (*Our Common Future*), foi elaborado pela *Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*, em 1987. O referido documento trouxe

ainda que, de acordo com os valores contemporâneos de desenvolvimento econômico e de progresso, o mundo tende a sofrer sérios danos que atingirão diretamente os cinco elementos básicos que compõem o planeta: a terra, o ar, o fogo, a água e o vácuo (ou espaço). Por todas estas razões, é preciso resgatar o equilíbrio de cada um, pois, dessa maneira, se poderá mudar a relação com o outro e, somente assim, evitar uma crise maior, com consequências igualmente mais graves, destaca Dalai Lama e complementa,

Se nós explorarmos o meio ambiente de maneira extrema, hoje nós podemos ganhar algum benefício, mas em longo prazo nós sofreremos e outras gerações sofrerão. Assim quando o meio ambiente muda, as circunstâncias climáticas também mudam. Quando a mudança é dramática, estruturas econômicas e muitas outras coisas também mudam, até mesmo nosso corpo físico. Portanto, desse ponto de vista, esta não é somente uma questão de sobrevivência individual (LAMA, 2000, pág. 15).

Com esse direcionamento, o Dalai Lama busca personificar valores éticos e espirituais do mundo contemporâneo: a resistência à tirania, a crítica ao capitalismo (como o Papa), o amor pelos animais, o compromisso para com a natureza.

Assim, para o Budismo e suas inúmeras variantes, a natureza humana é composta de tudo o que é comum a todos os seres vivos. Para esta corrente filosófica (ou religiosa, para alguns), a relação estabelecida entre o homem e a natureza é um reflexo da que esse mesmo homem tem com o próximo. Essa relação sensível e espiritual que os budistas estabelecem com o ambiente natural vem sendo representada, ao longo dos séculos, pela Flor de Lótus, que simboliza para o Budismo e seus seguidores, a sabedoria e o esclarecimento necessário para a harmonia entre o homem e a natureza.

Ainda considerando as abordagens religiosas aqui nesta reflexão sobre a relação sociedade e natureza, é interessante mencionar que tanto budistas como cristãos buscam a espiritualidade a partir da (re)aproximação com a natureza. Mas há diferenças clássicas para cada uma dessas religiões. Nos ensinamentos judaico-cristãos, Deus criou a Terra e a natureza como um lugar sagrado. No budismo, por sua vez, o respeito à natureza tem como objetivo alcançar a iluminação. No entanto, muito embora existam diferenças sobre a ideia de natureza, estas religiões reconhecem que a paz somente poderá ser alcançada com a religião com a natureza, pois é ali que ela se encontra.

para o cenário mundial a discussão sobre a noção de desenvolvimento sustentável conhecida e replicada em todo o mundo, conforme poderá ser observada no Capítulo V desta tese.

E assim, enquanto o “religare” permanece no campo teórico, inúmeros povos recorrem a divindades espirituais em busca de proteção de desastres naturais e da própria ação humana contra a natureza. Na América Latina, por exemplo, *Pachamama* vem se destacando como protetora da natureza contra as ações do homem, principalmente como defensora dos povos indígenas que vivem, em tese, uma relação mais harmoniosa com a “Mãe Terra”. E assim, segundo a mitologia, esta divindade inca seria responsável por alimentar e proteger estes povos, permanecendo como uma guardiã da terra, sempre atenta para mandar trovões e tormentas quando o homem desrespeita a natureza e os povos que desta fazem parte e convivem harmoniosamente (TOLENTINO; OLIVEIRA, 2015; ZAFFARONI, 2010).

Nessa discussão, é sempre relevante considerar que, em termos etimológicos, a palavra religião vem do latim *religare* que significa “reunir, relacionar-se”, ou seja, reconectar o homem ao divino, ao espiritual. Paralelamente, a reconexão (ou *religare*) entre homem e as naturezas vem sendo amplamente defendida por autores como Descola (2011), Guattari (2011, 2008, 2002, 1993), Guattari e Rolnik (2000), Morin e Kern (2003), Moscovici (1977, 2002, 2007), Morin (2011) e Irving (2014) como alternativa à atual crise civilizatória do homem contemporâneo.

Diante desse breve contexto, a necessidade de homens e naturezas serem pensados a partir de uma perspectiva integrada, como defendem D’ávila Neto e Maciel (1992), assim como os demais pensadores sintetizados neste capítulo. Para as autoras, as naturezas não podem ser consideradas isoladamente, mas sim como um dado da cultura, ou seja, como “um processo de interação sociocultural, gerado pelo homem, e a natureza” (D’ÁVILA NETO & MACIEL, 1992, p. 72). E quaisquer ações de desenvolvimento que importem na preservação ou modificação do ambiente não podem ser conduzidas sem se considerar o homem que o habita e sua dinâmica cultural.

É importante também que se reflita sobre as relações entre a sociedade e conhecimento. Isto porque o paradigma da ciência moderna se fortaleceu a partir da fragmentação do conhecimento com alto nível de especialização e, segundo a premissa máxima de “conhecer para controlar”, o que justificaria o olhar controlador do homem também sobre a natureza. E o paradigma moderno vem se formando a partir do postulado do separar, reduzir e dominar e diante da crise civilizatória vivenciada pelo homem e gerada, em grande parte, pelas promessas de desenvolvimento, a própria ciência moderna passa também a

ser questionada em seu mais elementar fundamento, ou seja, o domínio da natureza pelo homem.

Contribuindo para esse raciocínio, Pedrosa (2007) aponta que o homem e as naturezas não podem ser fragmentados ou separados. As naturezas não podem ser subdivididas, não havendo, portanto, uma natureza humana descolada de outras naturezas. Desta forma, o homem não pode ser entendido desconectado das naturezas. E, enquanto estas forem objeto das ciências naturais e, a sociedade das ciências sociais, entendimento não será possível.

Assim, parafraseando Moscovici quando este escreveu que “a natureza não tem nada de verde nem de cinza, que ela representa, na verdade, uma paleta infinita de cores” (MOSCOVICI, 2007, p. 7) é possível considerar que esta pluralidade também se percebe ao analisar as múltiplas noções de natureza, aqui defendidas nesta tese.

4.3 O TERCEIRO FIO CONDUTOR: AS CULTURAS

Durante este capítulo, vem se buscando também compreender a atual crise civilizatória. Esta é caracterizada por tempos de incertezas, mudanças de paradigmas aos quais se somam os problemas ambientais e os efeitos da globalização. Estes foram amplamente discutidos por autores como Leff (2009) ao defender que

Os processos de degradação ecológica, desintegração cultural e iniquidade social gerados nesse processo converteram-se num custo econômico e político do projeto de globalização. Na perspectiva da sustentabilidade e de uma racionalidade ambiental, as diversidades ecológica e cultural apareceram não só como princípios éticos e como valores não mercantilizáveis, mas como verdadeiros potenciais produtivos que integram um sistema de recursos naturais, culturais e tecnológicos, capazes de reorientar a produção para a satisfação das necessidades básicas das populações (Ibidem, p. 99).

Desta forma, o homem, assim como o que ele produz, está inserido na natureza em contraponto a ideia de oposição do humano ao mundo natural. Assim, a imposição de um possível dualismo natureza/cultura não se concebe ou não deveria ser concebida como uma problemática contemporânea.

Com base nesses antecedentes, a partir deste subcapítulo se busca, além do exercício de investigar a evolução histórica de cultura, considerar algumas das noções de culturas (também no plural) para tecer as relações possíveis entre estas, as naturezas e os turismos.

Na antropologia, a noção de cultura não se restringe à aquisição de competência em uma determinada área do conhecimento, muito menos a um modo de vida ou ainda ao desenvolvimento especial em um campo artístico e intelectual. E neste campo de conhecimento, a noção de cultura é muito abrangente e transcende essas compreensões. Por esse motivo, cultura pode ser escrita no plural, *culturas*, como também se justifica pelo uso do plural *naturezas*.

São inúmeras as noções antropológicas sobre cultura e estas são muito abrangentes, conforme pode ser observado nos estudos de dois dos mais influentes antropólogos contemporâneos, Kroeber e Kluckhohn (1952). Ainda na década de 1950, esses autores pesquisaram mais de cem definições sobre cultura, o que demonstra a complexidade para se definir tal palavra.

Segundo Cuche (2002, p.11), “desde seu aparecimento, no século XVIII, a ideia moderna de cultura vem suscitando constantes e acirrados debates”. Isto porque, conforme mencionado por Siqueira e Siqueira (2017), “a dificuldade de se chegar a um consenso acerca da noção de cultura é uma das principais características da própria cultura” (Ibdem, p. 16).

Sendo assim, antes mesmo da consolidação das Ciências Sociais como campo de conhecimento constituído na arena científica, a noção de cultura já era discutida, por exemplo, nos estudos de Locke, Turgot e Rousseau. Inicialmente, segundo Eagleton (2011), a noção de cultura “denotava um processo completamente material, que foi depois metaforicamente transferido para questões do espírito” (EAGLETON, 2011, p.10).

Mas para uma melhor contextualização do debate proposto, se busca, a seguir, uma rápida incursão nesse campo de estudos para que se possa balizar que percepção de cultura que norteia essa investigação. Mas é importante enfatizar que uma parte considerável dessa embarçada diversidade semântica resulta da própria evolução histórica do termo.

O termo “cultura” é proveniente do latim *cultus*, que, por sua vez, se origina da raiz semântica *colere*, que pode expressar diversos significados como cultivar, habitar, proteger e honrar com veneração ou ainda o cuidado dispensado ao campo (WILLIAMS, 2007), ao gado (ALVES, 2010) e que, segundo Eagleton (2011, p. 10), pode significar “qualquer coisa, desde cultivar e habitar a adorar e proteger”. Essa diversidade de significados, na opinião de Eliot (2011, p. 3), na origem pode ter contribuído para alguns equívocos quanto ao emprego da palavra cultura. E para Eliot, quanto mais uma palavra for utilizada, mesmo que equivocadamente, mais será estudada e será objeto de estudo de vários autores em diferentes áreas do conhecimento. Sendo assim, o significado do termo cultura tem variado, ao longo dos tempos, o que pode explicar também a dificuldade em se conceituá-lo, demonstrando, em razão disso, a inexorável ambiguidade do conceito de cultura. E essa ambiguidade provém nem tanto da maneira como as pessoas definem a cultura mas da incompatibilidade das numerosas linhas de pensamento que se reuniram historicamente sob o mesmo termo” (BAUMAN, 2012, p. 83).

No entanto, ao longo dos séculos, o termo “cultura” vem sendo reinterpretado. E, somente a partir do final do século XX, este passou a estar associado ao sentido mais figurado, conforme menciona o autor:

numa metáfora ao cuidado para o desenvolvimento agrícola, a palavra passa a designar também o esforço despendido para o desenvolvimento das

faculdades humanas. Em consequência, as obras artísticas e as práticas que sustentam este desenvolvimento passam a representar a própria cultura (WILLIAMS, 2007, p. 37).

Desse momento em diante, a expressão “cultura” passou a assumir sentidos variados, de maneira que Cuche (2002) alerta que “sob as divergências semânticas sobre a justa definição a ser dada à palavra, dissimulam-se desacordos sociais e nacionais” (2002, p.12).

Mas para avançar na discussão aqui proposta, é importante entender que o debate e a evolução do significado de *cultura* tiveram a França e a Alemanha como os seus principais expoentes. Estes dois países marcaram a formação das duas concepções de cultura que se encontram na base dos estudos das Ciências Sociais, atualmente. Segundo Cuche, no pensamento iluminista francês, a noção de cultura era interpretada como “a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história” (CUCHE, 2002, p.21).

Por outro lado, de acordo com a concepção alemã, cultura era compreendida como “um conjunto de características artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação, considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade” (CUCHE, 2002, p.28). Esta percepção originou, assim, o conceito particularista da cultura para significar a consolidação de diferenças nacionais, conforme destacou Alves (2010):

Foram inicialmente os alemães que desenvolveram concepções como o de “gênio nacional” e “espírito do povo” para se referirem às singularidades ou especificidades culturais de uma comunidade. Daí, expressões do tipo “cultura alemã”, “cultura brasileira” etc. tal concepção estará na raiz dos conceitos de “nação”, “nacionalismo” e “nacionalidade” (ALVES, 2010, p.32).

Entretanto, foi apenas em 1871 que o antropólogo inglês Edward Tylor, em uma das suas obras mais famosas, *Primitive Culture*, sintetizou um conceito de cultura que, até os dias atuais, é considerado como um importante marco teórico para tal noção. Para ele, cultura é “a totalidade complexa que inclui os conhecimentos, as crenças, as artes, as leis, a moral, o costume, e qualquer outra capacidade ou hábito adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade²³” (TYLOR, 1871, p.1).

A noção de cultura proposta por Tylor representou um marco nas Ciências Sociais e, particularmente, na Antropologia. Esta noção influenciou também toda uma geração de

²³ Tradução de LARAIA (2001).

pesquisadores ao longo dos anos como Franz Boas, Ruth Benedict, Margaret Mead, Alfred Kroeber, Ralph Linton, Clyde Kluckhohn, George Murdock, Bronislaw Malinowski, Alfred Reginald Radcliffe-Brown, Edward Evans-Pritchard, Max Gluckman, Edmund Leach, Richard Thurnwald, Claude Lévi-Strauss e Clifford Geertz. Todos esses nomes, apesar de inúmeras críticas às suas abordagens, reconhecem a importância do autor de *Primitive Culture* para a formulação e desenvolvimento da noção de cultura, ao longo dos séculos.

Com isso, foi a partir deste enunciado clássico de Tylor que os antropólogos passaram a revisar e elaborar outros conceitos de cultura. A definição de Tylor descritiva e completa perdurou por anos como referência no debate, em boa parte graças à sua precisão, mas também ao seu racionalismo. Mas com o advento do Iluminismo, o termo *cultura* foi perdendo o sentido de cultivar, habitar e proteger (de sua raiz semântica) e se aproximando do sentido de cultura *mentis*, isto é, sendo mais compreendida pelo cultivo da mente. A partir dessa concepção, passou a orientar o debate do homem como um ser racional e o único capaz de desenvolver os seus conhecimentos usando a sua vontade e o intelecto.

Segundo alguns autores, entre eles o próprio Tylor (1871), foi ainda durante o século XVIII que se fez oposição entre as noções de cultura e de natureza. E o referido autor comenta que, em 1798, o *Dictionnaire* incluiu um sentido de cultura que estigmatiza o “espírito natural” da palavra cultura.

Paralelamente, a terminologia *kultur* passou também a ser utilizada na Alemanha, por volta do século XVII, com conotação aproximada à francesa. E, por volta do século seguinte, o termo passou a ser também bastante utilizado pela burguesia alemã (CUCHE, 2002).

Durante o final do século XVIII e o início do século XIX, a noção alemã de cultura serviu para diferenciar a “classe educada” formada pelos nobres civilizados, dos plebeus e “incultos” homens comuns. E assim, já no início do século XIX, os dois termos, cultura e civilização, eram empregados quase como sinônimos, especialmente nas línguas inglesa e francesa (THOMPSON, 2002). Mas ao longo do tempo, o sentido de cultura foi se transformando até envolver significados diversos que, muitas vezes, se perderam ou se bifurcaram, passando a representar até mesmo antônimos entre si.

Aqui, não se pretende fazer um relato cronológico minucioso e muito menos interpretar todos os conceitos de cultura discutidos em quase duzentos anos de debates e pesquisas. Mesmo porque a noção de cultura é, conforme já mencionado, dinamicamente

transformada e reinterpretada segundo o momento histórico e a ênfase de cada área de pesquisa (LIMA, 2014).

E segundo Eliot (2011), atualmente “estamos encurralados entre noções de cultura demasiadamente amplas para serem úteis e desconfortavelmente rígidas, sendo a nossa necessidade mais urgente avançar para além delas” (ELIOT, 2011, p. 51 e 52). Sendo assim, a proposta, a partir daqui, é contextualizar apenas algumas nuances neste debate para que seja possível um melhor entendimento da abordagem proposta nesta tese.

Assim, para que se possa transitar no terreno híbrido do campo da cultura, como uma primeira leitura é necessário situar esta noção segundo alguns estudiosos de referência, retornando ao seu significado, ou melhor, aos significados de cultura, como bem coloca Geertz (1993) para o qual não é possível mencionar cultura, mas sim culturas.

Nesse debate, o autor retoma a abordagem de Max Weber ao afirmar que:

O conceito de cultura que eu defendo, e cuja utilidade os ensaios abaixo tentam demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo estas teias e sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 1993, p.15).

A noção de cultura defendida por Geertz parece não priorizar os aspectos materiais, evidenciando apenas os aspectos imateriais da cultura, o ser humano como um animal refém das teias de significados que ele mesmo teceu. Isto é, a noção de cultura é compreendida como um tecido ou um texto que precisa ser decifrado, interpretado em toda a sua complexidade.

Nesta lógica, portanto, a noção de cultura é interpretada de maneira dinâmica enquanto tema interpretativo, em busca de significados. Assim, compreender a noção de cultura é também compreender um código de símbolos compartilhados pelos membros dessa cultura. Geertz considera que a cultura busca interpretações e, a interpretação de um texto cultural é sempre uma tarefa difícil e vagarosa.

De maneira mais simplificada, Santos (2006) define cultura como tudo aquilo que “caracteriza a existência social de um povo ou nação, ou então de grupos no interior de uma sociedade” (2006, p. 24).

Por sua vez, a partir de uma expressão mais erudita, Jean-Pierre Warnier conceitua cultura como a “totalidade complexa que compreende as capacidades e hábitos adquiridos

pelo homem enquanto membro da sociedade” (WARNIER, 1999, p.10). Sob um ponto de vista semelhante, Morin (2001) entende cultura como sendo constituída pelo “conjunto de saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social” (MORIN, 2001, p. 56).

Mas, apesar dessas leituras, como discutido por Bauman (2012), na contemporaneidade, a noção de “cultura” tende a ser frequentemente vaga e ambígua. E em certo sentido esta é entendida como um tipo de “mosaico”, conforme defende Alves (2010). No entanto, no sentido de orientar uma análise mais objetiva, em 1982, foi proposta pela UNESCO e, posteriormente, cunhada pela *Conferência Mundial sobre Políticas Culturais* (MONDIACULT), uma noção de cultura para a qual essa,

deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (MONDIACULT, 1982).

Esta não é uma definição consensual principalmente entre alguns pesquisadores que a descrevem como demasiadamente ampla, como comentou Rubim (2010). E segundo Eliot (2011), esta não é apenas uma descrição ampla. Na verdade, ainda segundo o referido autor, cultura “não é apenas a soma de diversas atividades, mas um modo de vida” (ELIOT, 2011, p. 45).

Segundo Hofstede (1983), cada cultura apresenta o que se poderia chamar de características visíveis e invisíveis. As visíveis seriam a raça, a religião, a língua, o artesanato, e os comportamentos que identificam um povo e que, ao mesmo tempo o diferenciam de outros fariam parte das características invisíveis. Ainda segundo o autor, tais características estariam intimamente relacionadas. Neste ponto, é importante mencionar que alguns autores como Eliot (2011), Rubim (2010) e o próprio Hofstede (1983) salientam a importância de, antes de quaisquer tentativas de se definir cultura, é central entender que “nenhuma cultura surgiu ou se desenvolveu a não ser acompanhada por uma religião: de acordo com o ponto de vista do observador, a cultura aparecerá como o produto da religião, ou a religião como o produto da cultura” (ELIOT, 2011, p. 15 e 16). Rubim (2010) também explica que somente na modernidade, a noção de “cultura” conseguiu romper com a “religião” (assim como também

com a política), passando a se constituir em um campo social com relativa autonomia. Assim, “a cultura transborda e inunda todo o social tornando-se uma dimensão transversal imanente à vida contemporânea” (RUBIM, 2010, p.10).

Esse modo de vida defendido por Eliot (2011) parece ser mais esmiuçado por Lewis (2000), para quem a noção de cultura é entendida como “um conjunto de valores, tradições, costumes e formas de vida de um grupo específico de pessoas, os quais variam de acordo com as características ambientais, envolvendo as geográficas, as climáticas, as sociais e culturais, as econômicas, legais, políticas e tecnológicas” (LEWIS, 2000, p. 27 e 28).

Já para Leff (2009), a noção de cultura defendida é aquela em que esta é compreendida enquanto,

As formas de organização simbólica do gênero humano, remete a um conjunto de valores, formações ideológicas e sistemas de significação, que orientam o desenvolvimento técnico e as práticas produtivas, e que definem os diversos estilos de vida das populações humanas no processo de assimilação e transformação da natureza (Ibidem, p. 124).

Uma das ideias sobre a noção de cultura de Eagleton (2011) trata justamente da relevância dos valores para a identidade de um determinado grupo. Desta forma, segundo o referido autor, “a cultura pode ser resumida como o complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico” (EAGLETON, 2011, p. 54). Com isso, os autores argumentam que todas essas características e valores terminam influenciando e formando a cultura local, fazendo desta única. E, por este motivo, não haveria uma cultura superior ou inferior, mas apenas culturas diferentes.

Não se pode ignorar, no entanto, que, para Santos (2006), o termo “cultura” está associado a vários sentidos comuns, podendo estar vinculado “à educação, estudo, formação, manifestações artísticas consagradas e meios de comunicação, além de festas tradicionais, hábitos e crenças de determinada sociedade”. Todavia, duas principais concepções de cultura são apontadas pelo autor. A primeira diz respeito à “todos os aspectos de uma realidade social. Assim, cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação, ou então de grupos no interior de uma sociedade” (SANTOS, 2006, p. 25). Na segunda abordagem, ela estaria associada ao conhecimento e ideias, à erudição.

De acordo com esse último ponto de vista, o entendimento sobre o termo “cultura” estaria relacionado ao domínio de conhecimento (SANTOS, 2006, p. 26). Assim, o termo

envolve o conjunto de características associadas a uma determinada sociedade que pode ser analisado sob muitas escalas. Por exemplo, não seria um equívoco se referir a uma “cultura brasileira”, representada pela hospitalidade, pela diversidade religiosa, pela música, entre outros elementos identitários. Paralelamente, o acarajé, o chimarrão, a tapioca, o tacacá e a feijoada carioca também podem ser reconhecidos como elementos culturais do país. No entanto, esses símbolos identitários não traduzem a totalidade da complexidade cultural do país (LIMA, 2014).

Por esta razão, ao se interpretar a dinâmica de composição dos fenômenos culturais, seria mais indicada uma referência “às culturas”, no plural, tamanha tende a ser a diversidade envolvida neste debate. Com esta inspiração, Guattari (1993) a define segundo três categorias: “cultura-valor”, “cultura-alma coletiva” e “cultura-mercadoria”. Muito embora não caiba aqui detalhar cada uma dessas categorias cumpre esclarecer os sentidos que justificam este argumento. Segundo o autor:

A palavra cultura teve vários sentidos no decorrer da História: seu sentido mais antigo é o que aparece na expressão "cultivar o espírito". Vou designá-la "sentido A" e "Cultura-valor", por corresponder a um julgamento de valor que determina quem tem cultura, e quem não tem: ou se pertence a meios cultos ou se pertence a meios incultos... Vou designá-lo "sentido B". É a "Cultura alma-coletiva", sinônimo de civilização.... Essa é uma cultura muito democrática: qualquer um pode reivindicar sua identidade cultural... O terceiro núcleo semântico corresponde à cultura de massa e eu o chamaria de "cultura-mercadoria". Aí já não há julgamentos de valor, nem territórios coletivos da cultura mais ou menos secretos, como nos outros sentidos. Cultura são todos os bens: todos os equipamentos, todas as pessoas, todas as referências teóricas e ideológicas relativas a esse funcionamento, enfim, tudo que contribui para a produção de objetos semióticos (livros, filmes, etc.), difundidos num mercado determinado de circulação monetária ou estatal (GUATTARI, 1993, p.17).

Segundo essa abordagem, parece clara a ideia de que esses três sentidos se expressam de maneira simultânea e funcionam e/ou operam de maneira complementar, em termos de “núcleos semânticos”. No entanto, atualmente são comuns expressões como “cultura política”, “cultura popular”, “cultura da moda”, “cultura de massa” e, nas inúmeras referências ao termo, cabe considerar que são diferentes dos conceitos de cultura, no plural.

Para Rubim (2010), todas essas noções de cultura “sugerem, com suas diferenças conceituais e teóricas, que a cultura assume um lugar cada dia mais significativo na conformação da singular sociabilidade que caracteriza a contemporaneidade” (RUBIM, 2010,

p. 9). Kramersch (1998) reafirma o pensamento de Rubim ao mencionar que “cultura é um conceito essencialmente plural” (KRAMSCH, 1998). E essa noção de pluralidade vem sendo defendida por autores como Abbud, (1998), Bauman (1999), Castells (1999), Fridman (2000), Soares (2001), Hall (2003), Cesnik & Beltrame (2005), Certeau (2012), para os quais as culturas estão cada vez mais inter-relacionadas devido às conexões globais (CASTELLS, 1999, p. 19) e em constante reconfiguração e transformação, em razão dos avanços das comunicações, da informática e os próprios efeitos da globalização.

Partindo dessa breve reflexão, é possível afirmar não apenas a importância de se compreender as várias noções de culturas como também as percepções sobre diversidade cultural.

Compreendida enquanto indispensável para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável, a noção de diversidade cultural vem sendo defendida pelo UNESCO como uma força motriz tanto para o desenvolvimento intelectual, moral, emocional e espiritual, como também econômico. Ao mesmo tempo, o reconhecimento da diversidade cultural - em particular através do uso inovador das tecnologias da informação e comunicação, as chamadas TIC – tendem a favorecer o diálogo entre civilizações e culturas, o respeito e a compreensão mútua.

Assim, a promoção da diversidade cultural - a "herança comum da humanidade", de acordo com a *Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural* (2001) vem se configurando como um dos temas contemporâneos mais relevantes no contexto global e, por isso, tende a ser central no mandato da Organização das Nações Unidas.

A diversidade cultural, assim como a própria noção de diversidade, vem emergindo como uma das preocupações fundamentais na da contemporaneidade, em conjunto com a diversidade biológica e a crise civilizatória.

Alguns autores utilizam a noção de diversidade cultural para significar a variedade de sociedades humanas ou culturas em uma região específica, ou no mundo como um todo. Por esta via, aprender sobre outras culturas (e vivenciá-las) contribui para a compreensão de novas perspectivas, dissipando estereótipos preconceituosos sobre quaisquer divergências culturais.

E assim, estudiosos das mais variadas áreas do conhecimento defendem o debate sobre diversidade cultural seja tema prioritário no cenário mundial, visto que, cada vez mais, o homem vem ultrapassando as fronteiras geográficas e virtuais, com o passar dos anos.

Além disso, o reconhecimento da diversidade cultural pode contribuir para o respeito às "formas de ser" do outro, de modo que, ao interagir com os outros, constrói-se pontes para a confiança, o respeito e a compreensão entre os povos.

No contexto atual da globalização, da crise civilizatória, do crescimento dos movimentos migratórios e da urbanização, do avanço global do sistema tecnológico e da informação, o desafio de promover as identidades culturais e o diálogo intercultural assume uma nova e urgência importância na sociedade contemporânea.

De acordo com Bouchard (2011), Bouchard e Taylor (2008), a abordagem interculturalista enfatiza a coesão social e a integração através de valores comunitários, bem como o respeito às diferenças e à diversidade cultural (2008, p. 19-20, 118-121). A prática interculturalista se fundamenta no apoio ao diálogo em resposta ao desafio das tendências de auto-segregação das culturas. O interculturalismo, por pressuposto, transcende a simples aceitação de um fato multicultural de diferentes culturas existentes em uma sociedade.

A filósofa Nussbaum (2007, 2011) descreve o interculturalismo como "o reconhecimento das necessidades humanas comuns entre culturas e de dissonância e diálogo crítico dentro das culturas". E, para a autora, os interculturalistas "rejeitam a reivindicação de políticas identitárias de que apenas os membros de um grupo particular têm a capacidade de compreender a perspectiva desse grupo". Rattansi (2011) argumenta ainda que o interculturalismo oferece uma maneira de coexistência mais frutífera do que o multiculturalismo convencional, com relação a diferentes grupos étnicos, proporcionando uma atmosfera que encoraja uma melhor compreensão inter-étnica e a civilidade.

É importante considerar também que o interculturalismo surgiu como resposta às críticas e às políticas existentes de multiculturalismo, as quais não foram capazes de criar a inclusão de diferentes culturas em uma sociedade, mas dividiram-na, legitimando a segregação de comunidades alvos de discriminação, as quais se isolaram, acentuando ainda mais a sua especificidade. A interculturalidade, ao contrário, pressupõe o reconhecimento de diferenças e semelhanças entre culturas²⁴.

Aqui também cabe ressaltar que o interculturalismo tem apoiadores e opositores entre os que endossam o multiculturalismo. Gerald Delanty entende o interculturalismo como

²⁴ A UNESCO, agência da ONU, declarou, em 2005, durante a *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* o apoio à interculturalidade, demonstrando, claramente, a importância desta para proteger e promover a diversidade das expressões culturais entre os povos (UNESCO, 2005).

capaz de incorporar o multiculturalismo. Nussbaum (2011, 2014) interpreta o interculturalismo como distinto do multiculturalismo e observa que vários pesquisadores do campo das humanidades aprovam o interculturalismo porque consideram o multiculturalismo como "associado ao relativismo e à política de identidade".

Autores como Semprini (1997), Yeğenoğlu (2005), Song, S. (2010, 2008), Rattansi (2011), Wright e Bloemraad (2012), Gomasca (2013), Song, M. (2014) preconizam que o discurso sobre a interculturalidade se fundamenta na necessidade de colocar em diálogo as várias culturas, se baseia também no reconhecimento de que é preciso estabelecer novos conhecimentos e novas culturas através deste diálogo. Nesse sentido, segundo Barboza e Abrantes (2010) “na realidade, o eixo central deste argumento é a possibilidade de construção de culturas mestiças, a partir do diálogo ou mesmo do conflito, já que uma das marcas da cultura é a pluralidade” (Ibidem, s/p).

É importante frisar que, à primeira vista, as diferenças entre multiculturalismo e interculturalismo podem parecer irreconciliáveis. Entretanto, é preciso se ter em mente que há diferentes abordagens multiculturais e, entre essas, há até mesmo uma que se aproxima, de certa maneira, da abordagem interculturalista. Parekh (2000, 2006) explica que o multiculturalismo dialógico²⁵ procura identificar os princípios e estruturas institucionais que são necessários para o diálogo intercultural. E assim, pode-se afirmar que o multiculturalismo dialógico, de fato, compartilha alguns caminhos defendidos para o interculturalismo.

Barrett (2013) compartilha também essa linha conceitual com Parekh ao afirmar que a abordagem interculturalista não pode ser compreendida como uma mera ruptura com a multiculturalidade. Neste caso, a noção de multiculturalismo é entendida como uma forma de ideologia que postula que todas as culturas e civilizações tem igual valor e devem ser tratadas e promovidas, igualmente, dentro de uma mesma nação.

O interculturalismo também pode ser compreendido enquanto uma ideologia política, assim como pode ocorrer com o multiculturalismo. No entanto, em contraste com esta última abordagem, o principal objetivo do interculturalismo é desenvolver uma cultura cívica comum, baseada nos valores de liberdade, da diversidade e dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que incentiva o encontro, a interação entre os variados grupos sociais que convivem em um mesmo território. Dessa maneira, nele se defende a democracia e o pleno

²⁵ Assegura o bem-estar de todos os grupos culturais através do diálogo entre diferentes grupos culturais. Este “encontro” deve operar tanto em arenas políticas como não políticas como foco unificador e princípio da sociedade (PAREKH, 2000).

respeito aos direitos humanos universais (enquanto que a abordagem multiculturalista não reconhece, explicitamente, essa exigência).

Segundo Meer e Modood (2012), o interculturalismo promove direitos individuais para todos, sem discriminação. Isto significa, em particular, que a todos é concedido o direito às diferenças e que estas possam ser praticadas, publicamente. Entretanto, ressalva-se que é dever de todos aderir à mesma Constituição (direitos e deveres) do país de residência, sem exceção. Assim sendo, não é legalmente aceito, ao menos no plano teórico, que as diferenças culturais sirvam de argumento para reduzir os direitos de determinados grupos.

Essa abordagem conduz a uma ética de tolerância máxima para as escolhas pessoais e de tolerância mínima para os sistemas totalitários e teocráticos que podem, como é possível observar no cenário geopolítico atual, minar os próprios alicerces de uma sociedade democrática de direito. Mas, em tempos de conflitos, terrorismos e extremismos, como delimitar a linha tênue que separa as identidades culturais da segurança nacional de um determinado país?²⁶

Outros dois autores que antecederam esta linha de raciocínio foram Hussain e Bagguley (2005). Para eles, durante a década de 1980, no Reino Unido, foi possível perceber que políticas multiculturais mitigaram o processo de integração dos diferentes grupos culturais de uma mesma região.

O pressuposto implícito neste caso é o de que, a partir de algumas ações nitidamente de inspiração multicultural, ocorreu um certo “desmoronamento” da coesão entre grupos culturalmente diferentes (e minoritários) que foram, gradativamente, limitados aos espaços sociais comuns aos seus iguais, reduzindo a interação entre demais grupos culturais e aumentando as possibilidades de conflitos sociais (MEER; MODOOD, 2012; KYMLICKA, 2012; WERBNER, 2012; LENTIN; TITLEY, 2011). Verbunt acrescenta que o desconhecimento entre culturas pode desencadear conflitos que precisam ser evitados, “a ignorância da cultura do outro demanda, por vezes, conflitos entre o país de origem e a sociedade de acolhimento, cria o risco de um erro significativo” (VERBUNT, 2011b, p. 118).

Nesse sentido, Verbunt (2011a) argumenta que, quanto mais se conhecem as culturas, mais os mal-entendidos podem ser evitados. Desta forma, trabalhar a competência intercultural parece ser uma das respostas para se conhecer o outro, diminuir o

²⁶ Segundo Keval (2014), há algumas hipóteses de que muitas das ações terroristas ocorridas no mundo contemporâneo possuem, entre suas motivações, responder a determinadas abordagens multiculturalistas.

desconhecimento, o estranhamento e minimizar as possibilidades de choques culturais e conflitos sociais, muito comuns, na atualidade²⁷.

Por todas as razões mencionadas, discorrer sobre as noções de culturas e seus rebatimentos não é tarefa fácil, o que remete a reflexão ao ditado popular na comunidade científica, que menciona haver tantas definições de cultura quanto antropólogos. Eagleton (2011) afirmou, certa vez, que a palavra cultura pode ser considerada como um dos vocábulos mais complexos da língua inglesa, sendo que o termo que é, por vezes, considerado como seu oposto – natureza – é ainda mais o mais complexo de todos.

E, assim, com base nessa leitura polissêmica dos conceitos envolvidos de turismo, natureza e cultura é importante, também, entender como algumas das principais diretrizes internacionais, nessa conexão, estão sendo construídas no plano internacional.

²⁷ No atual momento histórico, a condição das comunidades muçulmanas que vivem em países europeus vem sendo tema de discussões entre especialistas de diversas áreas. Para a grande maioria desses estudiosos, a relação entre imigrantes e locais pode intensificar problemas internos e desencadear uma ameaça para a segurança nacional de países como a França, por exemplo. E assim, este vem sendo um debate que se desenrola a partir de um pano de fundo que é a crítica dirigida às abordagens multiculturais e fazem parte de algumas ideologias que reforçam a noção de raça, da identidade e da cultura (todas no singular) e que intensifica também o medo pelo “outro” (MEER, 2014; BURNETT, 2013; GOMARASCA, 2013; CANTLE, 2012; KUNDNANI, 2012; MEER; MODOOD, 2012; ANTHIAS, 2010, 2012). Mas à medida que as formulações sobre as noções de culturas, de múltiplas identidades se intensificam nos círculos sociais e acadêmicos, intensificam-se também as complexidades envolvidas nessa discussão, muito também devido ao crescimento do nacionalismo da extrema-direita pelo mundo, inclusive no Brasil.

5. TENDÊNCIAS GLOBAIS PARA INTERPRETAR O TBC NA ATUALIDADE

Esse capítulo se inicia com a revisão de algumas das principais diretrizes internacionais que vem orientando as discussões de turismo, de proteção da natureza e de cultura desde a década de 1940. Isso porque, conforme anteriormente mencionado, o turismo vem se resignificando, também, a partir dos debates contemporâneos que estão orientando os movimentos sociais e ambientais, no plano internacional. Com isso, esse exercício tem como objetivo a identificação de possíveis conexões e lacunas entre o turismo, a natureza e a cultura, foco prioritário para essa tese.

Para essa cronologia histórica foi realizada, inicialmente, a sistematização dos principais documentos norteadores internacionais que possam indicar algumas conexões e lacunas entre turismo, natureza e cultura, no âmbito das políticas públicas internacionais. Esses documentos podem ser observados, no Quadro 8, a seguir:

QUADRO 8 – Síntese dos documentos internacionais (1945/2015)

Carta das Nações Unidas (ONU, 1945)	Esse documento orientava a criação de agências especializadas e organizações para lidar com questões específicas e de interesse da própria ONU.
Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948)	A partir desse documento, marco na história dos direitos humanos universais, fica estabelecido, como norma, a proteção universal dos direitos humanos.
Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos (ONU, 1966a)	O adotado pela Resolução n. 2.200-A (XXI) da Assembleia Geral da ONU, no dia 19 de dezembro de 1966, esse pacto constitui um conjunto de direitos mais abrangentes que a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, entrando em vigor somente em 1976. No Brasil, foi aprovado por meio do Decreto Legislativo, n. 226, de 12 de dezembro de 1991.
Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o PIDESC (ONU, 1966b)	Esse tratado multilateral foi adotado em 16 de dezembro de 1966, estabelecido pela Resolução 2.200 - A (XXI) da Assembleia Geral ONU, entrando em vigor em 3 de janeiro de 1976. O pacto estabelece que seus membros devam trabalhar para a concessão de direitos sociais, culturais e econômicos para as pessoas físicas, incluindo os direitos de trabalho, de educação e de saúde para todos.
Relatório Founex para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FOUNEX, 1971)	Esse relatório expõe os principais desafios e sugere propostas futuras para a proteção da natureza, principalmente dos países do Sul, chamados também de países em desenvolvimento. Para isso, destacam-se os impactos negativos causados pelos padrões de produção e consumo dos países desenvolvidos. Os resultados deste relatório são determinantes para a participação das lideranças dos países em desenvolvimento na <i>Conferência de Estocolmo</i> de 1992.
Limites do Crescimento (MEADOWS; MEADOWS; RANDERS, 1972)	Esse é um relatório não técnico resultado de projeções de cenários futuros, através de programas de computador, que alertam sobre os riscos eminentes das taxas de crescimento econômico e populacional, principalmente a partir do ano de 2100. No entanto, para evitar esse cenário, seria preciso alcançar um estado de equilíbrio global a partir de um modelo de vida mais simples e com limitações em relação aos bens produzidos.
Declaração de Estocolmo (ONU, 1972)	Esse documento tem como objetivo a proteção do patrimônio natural e cultural do planeta, tanto das degradações provocadas pelo tempo como as geradas pelo próprio homem. Os estados-membros contribuíram na confecção de um inventário dos bens que formavam o seu patrimônio cultural e natural. E assim, teve-se início a lista de sítios culturais e naturais de valor excepcional para a humanidade, a chamada <i>Lista do Patrimônio Mundial</i> .
Protocolo The Nordic Environmental Protection Convention (STOCKHOLM, 1974)	Esse protocolo é considerado, ainda na atualidade, um dos mais importantes documentos europeus para a cooperação internacional no campo ambiental. Entre os temas abordados, destaca-se a necessidade de repensar o papel das fronteiras nacionais que terminam dificultando a cooperação internacional para a proteção ambiental, principalmente em casos de grandes desastres ambientais.

Recomendação sobre a Participação dos Povos na Vida Cultural (UNESCO, 1976)	Essa recomendação orienta que o acesso à cultura represente oportunidades concretas para todos os povos, através da criação de condições socioeconômicas para o livre acesso de informações, formação, conhecimento e compreensão cultural. Além disso, estabelece duas dimensões da participação na vida cultural: a dimensão ativa, que pode ser traduzida como o direito à livre criação; e a dimensão passiva, compreendida como direito à fruição das produções culturais existentes.
Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial (WTO, 1980)	De acordo com essa declaração, o turismo passa a ser interpretado, para além da esfera meramente econômica, como “uma atividade essencial” para a vida de todos os povos e nações, ressignificando a noção de turismo a partir da perspectiva marcadamente social. Assim, o turismo começa a ser compreendido, também, como uma via capaz de contribuir para a paz mundial.
Estratégia Mundial de Conservação (IUCN, 1980)	Essa publicação foi considerada como o primeiro documento internacional sobre a conservação dos recursos naturais, produzido em cooperação entre representantes do setor privado, público e da sociedade civil. E em seu texto destaca-se a mensagem que a humanidade existe em função da natureza e só terá futuro a menos que esta seja conservada. Para isso, será preciso repensar sobre o modo de produção vigente sem desconsiderar a pobreza e a miséria de centenas de milhões de pessoas em todo o mundo.
Documento Acapulco sobre os Direitos de Férias (WTO, 1982).	Nesse documento, o turismo é interpretado como uma alternativa para promover o desenvolvimento social, econômico e cultural dos povos, além de auxiliar para o entendimento entre as nações. Nessa perspectiva, ratifica-se a noção de turismo como via capaz de promover a paz mundial, mencionada durante a Conferência de Manila.
Declaração de Sofia (WTO, 1985).	Essa declaração deu continuidade a linha de pensamento adotada durante a <i>Conferência de Manila</i> , ao enfatizar a dimensão social do turismo, reconhecendo o seu papel para propiciar a melhoria da qualidade de vida de todos os povos, em todas as nações. Além disso, foi enfatizada a importância do turismo em serviço da paz e da compreensão mundial. A partir dessa declaração, foram adotados dois importantes documentos: a <i>Carta do Turismo</i> e o <i>Código do Turista</i> .
Relatório Brundtland (Comissão Brundtland, 1987)	O Relatório destaca os riscos do uso excessivo dos recursos naturais do planeta, apontando para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes. Esse documento faz parte de uma série de iniciativas que reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento.
Declaração de Tamanrasset (WTO, 1989)	A <i>Declaração de Tamanrasset</i> , documento originado a partir do seminário de mesmo nome, reafirmou a noção de turismo responsável, defendendo os interesses das populações locais e promovendo a conservação dos recursos naturais e culturais das localidades visitadas. Nesse documento, a natureza é interpretada como patrimônio essencial para o desenvolvimento do turismo, em bases sustentáveis.

Declaração de Haia sobre Turismo (OMT, 1989)	A Declaração é entendida como um instrumento de cooperação internacional e de aproximação entre as pessoas e como via para o desenvolvimento individual e coletivo. Os princípios incluídos abrangem questões relativas aos temas sociais, econômicos, de proteção da natureza, da educação, do direito, do lazer e da cooperação internacional. As recomendações fornecem propostas específicas relacionadas aos princípios contidos nesse documento.
oConferência de Ottawa (WTO, 1991)	Nessa conferência é definida que o turismo é compreendido como “as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens a e estadias em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista lazer, negócios ou outros motivos”.
Agenda 21 (ONU, 1992)	Um dos resultados da <i>Rio-92</i> , a <i>Agenda 21</i> pode ser entendido como um instrumento de planejamento de ação abrangente, podendo ser replicado em países, cidades, organizações, escolas. E que, no âmbito do turismo, propôs a promoção do ecoturismo para gerar oportunidades de renda e trabalho sem causar danos ao ambiente natural e às populações locais e/ou tradicionais.
Declaração de Lanzarote (OMT, 1995)	O turismo é entendido como via de aproximação entre os povos, promovendo os laços sociais e, conseqüentemente, a paz mundial, o respeito pela diversidade cultural e pelos diferentes modos de vida. É interessante destacar que a <i>Declaração de Lanzarote</i> foi a primeira declaração da OMT publicada após a <i>Rio-92</i> e internalizou no seu texto os princípios da <i>Agenda 21</i> .
Código de Ética Mundial para o Turismo (OMT, 1999)	Este <i>Código</i> é considerado um marco de referência para o desenvolvimento e a sustentabilidade do turismo, em todo o mundo, e passou a inspirar futuras declarações e documentos internacionais, nas décadas seguintes. Aqui, o turismo é interpretado como uma via capaz de promover o desenvolvimento do turismo, contribuir para a expansão econômica, a compreensão internacional, a paz e a prosperidade das nações, sem distinções de gênero, língua ou religião.
Declaração do Milênio (ONU, 2000)	Em setembro de 2000, 191 nações firmaram um compromisso para combater a extrema pobreza, a fome e outros males da sociedade. Esse compromisso se concretizou nos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que deveriam ser alcançados até 2015. Em setembro de 2010, o mundo renovou o compromisso para acelerar o progresso em direção ao cumprimento desses objetivos.
Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002)	Essa declaração intensifica o debate sobre as múltiplas abordagens sobre cultura, os direitos humanos, a solidariedade internacional, reiterando o compromisso da UNESCO como instância de referência e de articulação entre os Estados, a sociedade e o setor privado, com o objetivo de elaborar conceitos e políticas em favor dessa diversidade.

<p><i>Declaração de Ecoturismo de Quebec</i> (PNUMA, OMT, 2002)</p>	<p>Em 41 recomendações, essa declaração orienta o desenvolvimento do turismo a partir do planejamento participativo, de um processo de certificação voluntária, com práticas de mínimo impacto e a implantação de estratégias que aumentem os benefícios das populações locais/tradicionais. A leitura do documento destaca o ecoturismo como estratégico para o desenvolvimento sustentável, elencando os papéis e as responsabilidades que cada setor, público ou privado, deve assumir.</p>
<p>Crítérios Globais para o Turismo Sustentável (CGTS, 2008)</p>	<p>O objetivo principal desse documento é divulgar o entendimento sobre as práticas sustentáveis para o planejamento e o desenvolvimento do turismo com base nos compromissos de sustentabilidade, das potencialidades dos benefícios econômicos e sociais para as populações locais, da redução dos impactos negativos sobre a dimensão cultural dos destinos e sobre o patrimônio ambiental e cultural. O alívio à pobreza e a sustentabilidade ambiental, incluindo as mudanças climáticas, são algumas das principais questões transversais abordadas por esses critérios.</p>
<p>O Futuro que Queremos (UN, 2012)</p>	<p>Nesse documento são apresentados os principais resultados das discussões internacionais da <i>Rio+20</i> como a economia verde, a erradicação da pobreza e, a estrutura institucional para o “desenvolvimento sustentável”. Além disto, é enfatizada a necessidade de preservação do patrimônio natural e cultural e a promoção e valorização da cultura local. Em relação ao turismo, este é mencionado entre algumas questões transversais listadas no <i>O Futuro que Queremos</i>, precisamente, no que se refere ao turismo sustentável.</p>
<p>Relatório Mundial da UNESCO: Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural (UNESCO, 2013)</p>	<p>Nesse relatório é descrito a cronologia histórica das noções de diversidade cultural que, em alguns contextos, proporciona o intercâmbio, em outros, pode gerar conflito. Nessa perspectiva, defende-se que a diversidade não pode ser concebida como uma ameaça, mas sim, como um traço benéfico para todas as nações. Isso sem desconsiderar as complexidades que a “diferença” possa ocasionar em algumas relações e/ou povos do mundo.</p>
<p>Declaração de Hangzhou (UNESCO, 2013)</p>	<p>Essa declaração tem como objetivo principal integrar a cultura nas estratégias de desenvolvimento sustentável, através de uma nova agenda global para o desenvolvimento sustentável. Assim, pretende-se solucionar alguns dos desafios de desenvolvimento do mundo contemporâneo, como a busca por sustentabilidade ambiental, o combate à miséria e a busca por inclusão social.</p>
<p>Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015 (ONU, 2015)</p>	<p>Esse documento reflete os novos desafios de desenvolvimento identificados durante a <i>Rio+20</i>. Isto porque, os <i>Objetivos de Desenvolvimento do Milênio</i> (ODM), estabelecidos pela comunidade internacional no ano 2000, tinham 2015 como prazo de cumprimento das metas. E sendo assim, foi elaborada em 2015 uma nova agenda global para o desenvolvimento, como uma oportunidade para se repensar e cumprir o que não foi alcançado pelos ODMs.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Para que se possa melhor contextualizar o processo de ressignificação do turismo nos últimos anos, essa breve retrospectiva se inicia em 1945, ano de criação da *Organização das Nações Unidas* (ONU), fundada durante a *Conferência sobre Organização Internacional*, ocorrida em São Francisco (EUA), de 25 de abril a 26 de junho de 1945. Essa Conferência substituiu a *Sociedade das Nações*, dissolvida no mesmo ano²⁸. E, assim, representantes de 50 países²⁹ (excluindo-se aqueles que haviam feito parte das denominadas "potências do Eixo": Alemanha, Japão e Itália) presentes à Conferência sobre Organização Internacional assinaram a *Carta das Nações Unidas* (ONU, 1945), em junho de 1945, que entrou em vigor em outubro do mesmo ano, em conjunto, com a fundação da ONU. O documento consiste de um preâmbulo e 111 artigos divididos em 19 capítulos que tinham como principais vertentes:

a implantação da nova ordem jurídica internacional: (i) um sistema de manutenção da paz e da segurança internacionais, visando “preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra”; e (ii) o desenvolvimento de interdependências produtivas entre todos os Estados nos mais variados campos das relações internacionais (ONU, 1945).

Inicialmente, o principal objetivo da ONU era impedir outro conflito como a Segunda Guerra Mundial. Com o tempo, esses objetivos foram ampliados para a manutenção da paz mundial, para a garantia dos Direitos Humanos, para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e dos laços entre os países membros.

A *Carta das Nações Unidas* já trazia em seu texto a necessidade de se criar agências especializadas e organizações para lidar com questões específicas e de interesse da própria ONU. Desse modo, algumas agências especializadas foram criadas como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1946; a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em 1945; a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1948; o Banco Mundial, em 1945; o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1945; a Organização das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura (UNESCO), em 1946; e a Organização Mundial do Turismo (OMT), em 1974, essas duas últimas, focos centrais para a

²⁸ A Sociedade das Nações ou Liga das Nações surgiu em 1919, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), sob princípios semelhantes aos da ONU (manter a paz, a segurança e a cooperação entre as nações), mas demonstrou pouca influência internacional por não conseguir impedir conflitos de grande dimensão como a Guerra da Manchúria (Japão e China), a Guerra Civil Espanhola e a deflagração da Segunda Guerra Mundial (GARCIA, 2005, 2008).

²⁹ A *Carta das Nações Unidas* foi incorporada à legislação brasileira por meio do Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945, assinado pelo presidente Getúlio Vargas (GARCIA, 2005, 2008).

construção da tese. Embora, não se pretende aqui um detalhamento do sistema de funcionamento de cada agência e/ou organização signatária da ONU, busca-se nessa breve retrospectiva a contextualização de possíveis conexões entre turismo, natureza e cultura, no âmbito das políticas públicas internacionais.

Um marco fundamental nessa síntese sobre as tendências globais na ressignificação recente do turismo se refere a *Carta das Nações Unidas* que enfatiza a relevância da cultura para a garantia da liberdade, dos direitos humanos e da própria paz entre os países signatários.

Seguindo a cronologia das tendências globais em termos de pactos e compromissos, em 1947, dois anos após a fundação da ONU, foi criada, também, a *União Internacional para Conservação da Natureza*, UICN (ou IUCN³⁰, em francês, segunda língua oficial da organização). A UICN sediada na Suíça, com representações em 161 países e mais de 1050 ONGs, totalizando mais de 16.100 especialistas, em todo o mundo, divididos nas seis comissões³¹, foi criada com o objetivo de proteger, conservar os recursos naturais.

E um ano depois da criação da UICN, em 1948, foi adotada³² a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH), documento marco global que estabelece como compromisso global a proteção universal dos direitos humanos. Através dele, o direito cultural é entendido como indispensável à dignidade e ao livre desenvolvimento do ser humano (Art. 22, ONU, 1948, p. 5). E, em seu Art. 27, se estabelece que “todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade” (ONU, 1948, p. 6).

Ainda nessa retrospectiva, no começo da década de 1950, mais exatamente, no dia 5 de dezembro de 1952, a cidade de Londres (Inglaterra) foi palco do que os estudiosos

³⁰ *Union internationale pour la conservation de la nature* ou *International Union for Conservation of Nature*, em inglês.

³¹ Os especialistas voluntários estão organizados em seis comitês dedicados à sobrevivência da espécie, direito ambiental, áreas protegidas, ambientais, políticas sociais e económicas, de gestão dos ecossistemas, e educação e comunicação. Fonte: <https://www.iucn.org/es/secretaria/comisiones>.

³² Este importante documento foi proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, através da Resolução 217 A (III).

chamaram o *Grande Nevoeiro* ou *Great Smog* (aglutinação entre *fog*³³ e *smoke*), que resultou em consequências diretas na vida diária de milhares de londrinos³⁴.

Na ocasião, os níveis de poluição do ar registrados atingiram índices superiores aos observados, na atualidade. Episódios como o ocorrido em Londres e os que se sucederam desempenharam importante papel para motivar pesquisas sobre a poluição do ar e sobre a legislação ambiental no Reino Unido, nos Estados Unidos, entre outros países, ainda na década de 1950. Como consequência, em 1956, o Parlamento Britânico aprovou nova legislação regulando a emissão de poluentes no país, influenciando ações com este objetivo em outras cidades do mundo.

E, particularmente, durante a década de 1960, os movimentos ambientalistas³⁵ começaram a se destacar, globalmente, inicialmente nos EUA e na Europa e, gradativamente, foram se expandindo na esfera internacional. Segundo Souza (2013, p. 24), enquanto, por um lado, surgiram na “Europa os primeiros coletivos, públicos e privados, voltados para a conservação da natureza em temas específicos, por outro o movimento moderno de parques nacionais nasceu, inquestionavelmente, nos EUA”. Mas não é possível identificar um único marco para o movimento ambientalista, mas sim inúmeros movimentos que foram surgindo em lugares e tempos diversos por motivos descritos, principalmente contra o modelo de crescimento econômico vigente e suas consequências, conforme enfatizam Irving e Oliveira (2012):

Em verdade, as consequências devastadoras das duas Grandes Guerras Mundiais; o reconhecimento dos trágicos efeitos das bombas atômicas lançadas pelos Estados Unidos da América, em agosto de 1945, sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, no Japão; os recorrentes acidentes e registros e danos resultantes de poluição e/ou contaminação aquática e atmosférica; além do empobrecimento progressivo da população mundial, a partir de um determinado momento começaram a ser percebidos como graves sinais de alerta sobre a falência deste modelo de desenvolvimento,

³³ *Fog*, no idioma inglês, significa uma névoa densa formada quando uma massa de ar muito úmida é resfriada perto da superfície (SAMET; GRUSKIN, 2015; DAVIS; BELL; FLETCHER, 2003).

³⁴ Este fenômeno causado pelo agravamento da poluição do ar permaneceu sobre Londres durante quatro dias, o suficiente para registrar a morte de mais de 4.000 pessoas no período e influenciar o número de óbitos por mais de dois anos (SAMET; GRUSKIN, 2015; DAVIS; BELL; FLETCHER, 2003).

³⁵ Durante a década de 1960 cidadãos do mundo se organizaram em movimentos ambientais com posições diferentes: o movimento preservacionista cuja luta era, exclusivamente, a preservação das espécies em perigo de extinção, enquanto que o movimento conservacionista defendia a conservação dos *habitat* das espécies ameaçadas de extinção e destacava o uso sustentável dos proveitos dos ecossistemas para as populações humanas.

centrado basicamente na industrialização, na produção e no consumo (IRVING; OLIVEIRA, 2012, p. 26-27).

Mas neste cenário global, o movimento ambiental passou a se destacar, como força política, da compreensão das ameaças e dos danos ambientais causados pela industrialização em grande escala e suas consequências, no plano global.

E assim, autores como Rachel Louis Carson, com o livro *Primavera Silenciosa* (1962), tiveram grande importância no discurso sobre a fragilidade planetária e, a necessidade de se buscar novos caminhos para o desenvolvimento social e econômico do planeta. O livro de Carson, para muitos pesquisadores, “acendeu a chama do movimento ambiental”. Isso porque, de acordo com a autora:

Na medida em que o homem avança, no seu anunciado objetivo de conquistar a Natureza, ele vem escrevendo uma sequência deprimente de destruições; as destruições não são dirigidas apenas contra a Terra que ele habita, mas também contra a vida que compartilha o Globo com ele. [...] De conformidade com a filosofia que agora parece que guia os nossos destinos, nada deve interferir na trajetória seguida pelo Homem, quando ele se acha armado da mangueira de pulverização ou de borrifo. As vítimas incidentais desta cruzada contra os insetos não são levadas em linha de conta (CARSON, 2010, p. 95).

O alerta de Rachel Carson desencadeou também vários debates internacionais sobre “o uso de pesticidas químicos, a responsabilidade da ciência e os limites do progresso tecnológico” (LEAR, 2010, p. 11). Para alguns autores, como Boada (2003), muitos eventos, desde então, foram influenciados, em grande parte, pela publicação de Carson (*Silent Spring*, título original) e, em parte, também, pelos informes do *Clube de Roma* (a partir de 1968), que questionava o modelo de produção e desenvolvimento econômico da época, que desconsiderava os efeitos nocivos dos agentes químicos (herbicidas, inseticidas, entre outras substâncias químicas) para o “bem-estar” social. Buey (2009), ao escrever sobre a crise civilizatória e comentar sobre as publicações de Carson, entre outros cientistas e ativistas, da época, comenta que ter sido após os ensaios da autora,

que um número maior de pessoas passou a ter conhecimento de uma das contradições do sistema capitalista em sua fase mais avançada, baseada, fundamentalmente, no uso intensivo de petróleo e da energia elétrica e do uso abusivo dos recursos naturais, enquanto uma parcela significativa da população mundial passa fome e falta-lhe a energia básica para sobreviver (BUEY, 2009, p. 44).

Buey, um dos mais expoentes filósofos contemporâneos, analisou ainda alguns dos principais movimentos sociais e alternativos nas décadas de 1960 e 1970, acompanhando, de perto, o surgimento do movimento ambiental com relação aos temas como igualdade e diversidade cultural e direitos humanos.

Mas nesta breve sequência histórica, o ano de 1966 ficou marcado como o ano em que foram firmados os *Pactos Universais de Direitos Humanos*, adotados pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, com o objetivo principal de intensificar a necessidade de respeito aos direitos fundamentais do ser humano que não estavam sendo cumpridos desde a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948). Com isso, a ONU adotou dois tratados internacionais, o *Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos* e, o *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*. No âmbito do debate sobre a cultura, o *Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos* fazia três menções diretas à cultura, ao estabelecer que deveriam ser criadas as condições necessárias para que cada ser humano pudesse “gozar de seus direitos econômicos, sociais e culturais” (ONU, 1966a, p. 1), condição para que se pudesse assegurar livremente “o desenvolvimento econômico, social e cultural” de cada ser humano (Artigo 1º, ONU, 1966a). E, em seu Artigo 27, no documento se afirmava que as minorias étnicas, religiosas ou linguísticas não poderão ser “privadas do direito de ter, conjuntamente com outros membros de seu grupo, sua própria vida cultural, de professar e praticar sua própria religião e usar sua própria língua” (ONU, 1966a, p. 9).

No referido documento há ainda duas menções sobre a preocupação com a natureza. Inicialmente, no Artigo 1º, para consecução dos objetivos deste pacto, determinava-se que “todos os povos podem dispor livremente de suas riquezas e de seus recursos naturais, sem prejuízo das obrigações decorrentes da cooperação econômica internacional” (ONU, 1966a, p. 1). E, no Artigo 47, do mesmo documento, ficava estabelecido que nenhuma disposição do *Pacto* poderia ser interpretada “em detrimento do direito inerente a todos os povos de desfrutar e utilizar livremente suas riquezas e seus recursos naturais” (ONUa, 1966, p. 15).

Em relação ao *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*, a noção de cultura era tratada, na década de 1960, como prioridade para a vida do ser humano, sendo, portanto, fundamental que se respeitasse a liberdade e o desenvolvimento cultural, que fossem assegurados os direitos culturais e a promoção das culturas. Além disso, o *Pacto* reconhecia que os benefícios devem resultar “do encorajamento e do desenvolvimento dos

contatos internacionais e da cooperação no domínio da ciência e da cultura” (ONU, 1966b, p. 6).

Ainda no referido documento, é possível encontrar três menções diretas referentes ao direito de acesso e uso da natureza, quando se defende a valorização dos recursos naturais (Artigo 11º), ao promover o melhoramento de todos os aspectos de higiene do meio ambiente e da higiene industrial” (ONU, 1966b, p. 4). E, no Artigo 25º, do texto oficial, quando se acorda que “nenhuma disposição do presente *Pacto* será interpretada como atentando contra o direito inerente a todos os povos de gozar e a usufruir plena e livremente das suas riquezas e recursos naturais” (ONU, 1966b, p. 8).

É interessante notar que tanto o *Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos* como o *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* não trazem em seus textos menção direta ao turismo, mesmo diante da importância socioeconômica que o setor turístico já vinha conquistando à época, entre os países ditos desenvolvidos. Mas no ano seguinte, em 1967, as Nações Unidas proclamam o *Ano Internacional do Turismo* (AIT), com base no tema *Turismo, passaporte para a paz*. Um dos objetivos dessa medida foi debater a relação (complexa) entre turismo e paz naquele momento histórico, quando aconteciam inúmeros conflitos territoriais e religiosos, entre outros, que assolavam o mundo. Assim, defendia-se que o turismo poderia representar uma via possível para a reconciliação de povos e nações, ao contribuir, em tese, para a diminuição das diferenças política, econômica, social e cultural no mundo.

Em resposta ao contexto global, um ano depois do estabelecimento do Ano Internacional do Turismo, no âmbito da ONU, em 1968, foi fundado o Clube de Roma, cuja missão era “agir como um catalisador de mudanças globais” (IRVING; OLIVEIRA, 2012) e, ainda de acordo com as autoras, esse era um grupo formado por “cientistas renomados e altos funcionários de agências governamentais” com o objetivo “de discutir a crise da humanidade” (IRVING; OLIVEIRA, 2012, p. 27).

Nesse mesmo ano, o biólogo norte-americano Paul Erlich publicou *The Population Bomb*. Neste livro, Erlich chamou a atenção para os conflitos gerados, ao longo das últimas décadas, devido ao uso ilimitado da natureza e o crescimento excessivo da população mundial. O autor alertou, assim, para os riscos de fome em massa que estaria por acontecer, segundo a sua previsão nas décadas de 1970 e 1980 devido, principalmente, à superpopulação

da Terra, assim como os conflitos internacionais, com consequências evidentes nos planos social, econômico, étnico, cultural e ambiental³⁶.

Por todas estas razões, nos últimos anos da década de 1960, a discussão ambiental (e, o próprio sentido de esgotamento da natureza) passou a despertar o interesse de diversos pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento, grupos da sociedade civil em muitos países do mundo. Mas foi somente na década seguinte que essa temática passou a ser, gradativamente, institucionalizada e passou a envolver importantes lideranças mundiais, através de conferências internacionais promovidas pela ONU para promover o debate internacional sobre o tema do desenvolvimento e seus efeitos no planeta.

Mas antes de se pretender abordar esses eventos, vale ressaltar que, no plano internacional, em 1970, no âmbito do turismo, um importante marco mereceu o destaque internacional. Foi nesse ano que a *Organização Mundial do Turismo* (OMT) foi criada como organização internacional como desdobramento da antiga *União Internacional dos Organismos Oficiais do Turismo* (UIOOT). A partir da sua criação e da publicação do seu Estatuto, a OMT estabeleceu como seu objetivo principal (Artigo 3º), a promoção e o desenvolvimento do turismo, de acordo com o seguinte enunciado:

com vista a contribuir para a expansão econômica, a compreensão internacional, a paz, a prosperidade, bem como para o respeito universal e a observância dos direitos e liberdades humanas fundamentais, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. A Organização tomará todas as medidas necessárias para atingir este objetivo (OMT, 1970, p. 1).

Nesse Estatuto inicial da OMT, a organização se propunha a destinar atenção especial aos interesses dos países em vias de desenvolvimento, no domínio do turismo. Para tal, a OMT reiterou, na ocasião, a importância da cooperação com as Nações Unidas e as suas agências especializadas, bem como a participação no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento³⁷.

³⁶ Desde o seu lançamento, *A Bomba Populacional* (título em português) vem sendo alvo de críticas em todo o mundo pelo tom alarmista e pelas previsões imprecisas, como defendem alguns críticos e cientistas. No entanto, o autor defende que o maior erro do livro foi, na verdade, o seu tom “demasiadamente otimista em relação ao futuro”. De uma maneira ou de outra, *A Bomba Populacional* contribuiu para alertar sobre a crise civilizatória, intensificando o debate para tal questão (EHRlich & EHRlich, 2009, p. 65).

³⁷ Nessa época, a OMT ainda não era uma agência especializada das Nações Unidas, o que só aconteceu em 2003, conforme poderá ser observado posteriormente, ainda neste capítulo.

Mas no plano do debate sobre proteção da natureza, o ano de 1971 ficou marcado pela *Conferência de Founex*, na Suíça, e pela publicação do *Relatório Founex para o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, que tinha entre seus objetivos principais a integração entre as estratégias globais dirigidas ao desenvolvimento e aos compromissos ambientais. Um trecho deste documento, em especial, se destacou como uma mensagem para o mundo: “se a preocupação com o meio ambiente humano reforça o compromisso com o desenvolvimento, também precisa reforçar o compromisso com a ajuda internacional” (FOUNEX, 1971).

Este evento agregou um painel de especialistas que apoiaram a ideia de se programar um fórum, de âmbito internacional, para se discutir a temática ambiental, a crise global que se instaurava à época, entre outras questões delicadas, principalmente aquelas decorrentes do embate entre desenvolvimento e proteção da natureza. Além disso, o documento serviu de base para os debates que antecederam a *Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano* (ou *Conferência de Estocolmo*), ocorrida em Estocolmo (Suécia), em 1972, um marco no debate sobre desenvolvimento, no plano global.

Mas antes desta *Conferência*, um marco global nesse debate, os membros do Clube de Roma publicaram o documento intitulado *Limites do Crescimento*. Nesta publicação, Meadows & Meadows, Randers e Behrens III alertaram para o que poderia ser descrito como uma “colisão para a catástrofe humana”, caso as taxas de crescimento, o uso dos recursos naturais e a produção industrial não fossem repensados em novas bases. Esse alerta foi resultado da projeção de cenários futuros realizada por computador, com base em diferentes parâmetros de crescimento da época.

Nesse sentido, para Irving:

Foi a partir do reconhecimento dos efeitos perversos desse processo, que o notório Clube de Roma publicou, em 1972, o Relatório *Limites do Crescimento*, que trouxe para o debate o alerta sobre o risco de esgotamento da natureza, associado à tendência de explosão demográfica e ao aumento contínuo da produção industrial associada às demandas de crescimento econômico (IRVING, 2014, p. 19)

E, sob impacto do relatório do *Clube de Roma* e ainda dos movimentos ambientalistas da década de 1960, a ONU realizou a *Conferência de Estocolmo*, que ficou marcada como o primeiro grande evento, em plano global, para discutir as questões do desenvolvimento, em suas interfaces com as questões ambientais associadas. Este foi assim, um marco para as políticas ambientais, no plano internacional. Mas, para Irving:

a *Conferência*, embora tenha passado a compor a literatura do debate ambiental subsequente, teve um impacto principalmente simbólico na reflexão crítica sobre desenvolvimento, naquele momento. Ainda assim, a partir dela, se passou a exigir, nos anos seguintes, no âmbito das Nações Unidas, uma ação formal e de longo prazo com esse objetivo (IRVING, 2014, p. 21).

Nessa Conferência, foi pactuada a *Declaração de Estocolmo*, documento com 26 princípios relativos ao desenvolvimento e às salvaguardas para a proteção do ambiente natural. Mas ainda no ano de 1972, a UNESCO adotou a *Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural*³⁸, cujo objetivo foi a proteção do patrimônio, das degradações provocadas tanto pelo tempo como pelo próprio homem.

Esta *Convenção* convidava os estados-membros a apresentarem um inventário dos bens que compunham o seu patrimônio cultural e natural. E assim, teve-se início ao processo de listagem dos sítios culturais e naturais de valor excepcional para a humanidade, a chamada *Lista do Patrimônio Mundial*.

Ainda durante a década de 1970, considerando o modelo de desenvolvimento praticado até então, que desconsiderava os limites da base de recursos naturais, a questão cultural passou a influenciar também o debate em curso, como pode ser ilustrado pela realização da *Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais*, realizado em Veneza, em 1970. Vale ressaltar também que essa *Conferência* foi precedida pela publicação intitulada *Cultural policy: A preliminary study*, de 1969, o primeiro volume da coleção *Studies and documents on cultural policies*, editada durante a década de 1970 e que continha inúmeros relatórios sobre o “estado da arte” da política cultural de parte dos países-membros em todos os continentes (GIRARD, 1972).

E assim, a partir da *Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais* (1970) a discussão referente à temática cultural passou a ocupar, também, o centro da agenda política internacional.

³⁸ A Convenção contém 38 artigos divididos em oito partes: I. Definição do Patrimônio Cultural e Natural; II. Proteção Nacional e Proteção Internacional do Patrimônio Cultural e Natural; III. Comitê Intergovernamental para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural; IV. Fundo para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural; V. Condições e Disposições para a Assistência Internacional; VI. Programas Educacionais; VII. Relatórios; E VIII. Cláusulas finais.

Foi durante esse evento que se mencionou, pela primeira vez, a terminologia “desenvolvimento cultural” e dimensão cultural para o desenvolvimento. Além disso, as discussões propostas nessa *Conferência* estabeleceram a necessidade de uma maior responsabilidade governamental para o desenvolvimento cultural nos países-membros das Nações Unidas. Naquela oportunidade, foi acordado o princípio de que todos os países membros deveriam ter uma política cultural, embora algumas nações tenham manifestado o receio de que, com isso, a criação artística poderia ser sufocada sob o peso da burocracia que poderia ser gerada no processo. Enquanto isso, por sua vez, alguns governos defendiam a necessidade de se definir objetivos e resultados comuns para a elaboração de um modelo de política cultural nacional.

Mas embora, à época, tenha sido uma discussão apenas incipiente, após a *Conferência* de 1970, a UNESCO organizou uma série de outras conferências internacionais pelos cinco continentes, o que culminou com um encontro científico, realizado, no México (1982). Essas conferências trouxeram para o centro do debate internacional a temática da cultura e das políticas culturais, intensificando o reconhecimento deste como campo fundamental para um modelo de desenvolvimento mais integral, defendido desde as primeiras conferências internacionais das Nações Unidas.

A primeira dessas conferências ocorreu em 1972, a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais Europeias (EUROCULT), na cidade de Helsinki, que resultou em uma análise das tendências sobre as discussões da temática cultural entre os países europeus. O objetivo deste evento, assim como das outras conferências realizadas em outros continentes, foi desenvolver os temas propostos em Veneza, ou seja, o desenvolvimento cultural e o direito à cultura, a relação entre cultura e natureza, o papel e o lugar do artista, a formação de gestores culturais e, a cooperação internacional com este objetivo. Desse encontro, foi elaborado um documento oficial que enfatizou a necessidade de se construir um conceito amplo de cultura, visando à promoção da democracia cultural e estabelecendo que “as políticas culturais devam ir além da democratização da cultura herdada, nacional ou internacional, e promover democracia cultural, em que todos podem não só receber, mas também participar e agir” (UNESCO, EUROCULT, 1972).

A EUROCULT 1972, como ficou mais conhecida, teve uma importante participação do setor cultural europeu, que contribuiu para a investigação dos caminhos para novas perspectivas culturais e de políticas culturais, inclusive no que tange aos questionamentos

relacionados à descentralização das políticas culturais e ao retorno econômico que estas podem proporcionar para as populações tradicionais e/ou locais³⁹.

Ainda na mesma cronologia, em 1972, mas no âmbito do debate ambiental, e como recomendação da *Conferência de Estocolmo*, foi criado o *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* (PNUMA), sendo essa uma agência signatária das Nações Unidas para tratar das questões ambientais, através do direcionamento de ações internacionais⁴⁰.

Após a criação do PNUMA, intensificou-se o discurso oficial de que as nações membro da ONU precisavam trabalhar, em conjunto, para tratarem das questões ambientais, a partir do pressuposto que um ambiente saudável é essencial para a prosperidade, a longo prazo. E, pela primeira vez, os governos dos países membros da ONU, em sua maioria, reconheceram que a tecnologia e o modelo de desenvolvimento vigente poderiam gerar impactos devastadores para o planeta⁴¹. E, com este reconhecimento, as temáticas ambiental e cultural, em articulação, passaram a ganhar destaque no cenário mundial.

No campo cultural, o ano de 1973 ficou marcado pela *Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais na Ásia* ou ASIACULT. Este evento foi realizado na Indonésia, na cidade de Yogyakarta. Na ocasião, especialistas e gestores públicos dos governos de toda a região da Ásia e do Pacífico se reuniram para discutir os objetivos econômicos e sociais a partir de um contexto cultural mais amplo, reafirmando a importância de valores capazes de promover o desenvolvimento do ser humano. Um dos principais temas debatidos tratou da necessidade de que as identidades culturais (abordadas como individuais) considerassem outras culturas distintas. E, assim, a *Conferência de Yogyakarta* possibilitou uma importante interface entre cultura e turismo ao estabelecer que “o turismo deveria ser visto como via para a preservação do patrimônio nacional” (UNESCO, 1973).

Enquanto as conferências sobre cultura estavam acontecendo em diferentes partes do mundo, na década de 1970, no campo ambiental, importantes eventos e acontecimentos foram

³⁹ Alguns pontos discutidos, durante a EURO CULT 1972, como a conciliação entre o pluralismo e a unidade nacional, já fora objeto de apreciação pelos governantes europeus, no que parece sinalizar algumas das questões que viriam a ser, amplamente, discutidas quando da organização da União Europeia (1993).

⁴⁰ Para isso, especificamente, esta agência conta, atualmente, com um fórum único (e especializado) que orienta ações que visam elaborar e fortalecer a legislação ambiental nos países signatários da ONU, inspirando políticas públicas internacionais que garantam a qualidade de vida dos povos e nações sem afetar o bem-estar das gerações futuras.

⁴¹ Atualmente o PNUMA trabalha em seis prioridades transversais: 1) Alterações climáticas; 2) Desastres e conflitos; 3) Gestão de ecossistemas; 4) Governança ambiental; 5) Substâncias nocivas e resíduos perigosos; e 6) Eficiência dos recursos.

também realizados no mesmo período. Em 1974, Mario Molina e Frank Sherwood Rowland publicaram na *Revista Nature*, uma das mais importantes do mundo no campo acadêmico, que os clorofluorcarbonos (CFCs) estavam no centro da destruição da camada de ozônio, após a sua decomposição na luz solar, liberando átomos de cloro⁴². Importante mencionar que até a década de 1970, os CFCs eram comumente utilizados na fabricação de diversos produtos, no entanto, com o uso mais frequente nos aerossóis (perfumes, inseticidas), como líquidos refrigerantes em geladeiras e aparelhos de ar-condicionado, e como gases expansores para a produção de polímeros na forma de espumas. Esses produtos foram mundialmente utilizados, até então, pelo setor industrial pelo fato de não terem odor, não serem tóxicos e não serem inflamáveis. Entretanto, o estudo de Molina e Sherwood comprovou que, após a sua utilização (ou vazamento), os CFCs eram lançados na atmosfera, causando o que ficou conhecido como “o buraco na camada de ozônio”. A descoberta de Molina e Rowland surpreendeu o mundo, principalmente após ser confirmada por outros cientistas de renome, principalmente no *British Antarctic Survey*⁴³, em 1986. Esta pesquisa foi fundamental para a elaboração do *Protocolo de Montreal* (1987), que proibiu o CFC em todo o mundo. E em 1995, os dois cientistas recebem o Prêmio Nobel de Química pela descoberta.

Também em 1974 ocorreu a *Nordic Environmental Protection Convention* (NEPC), quando foi assinado o *Protocolo The Nordic Environmental Protection Convention*, considerado um dos mais importantes documentos europeus para a cooperação internacional no campo ambiental, sendo esse mencionado como um “modelo de acordo” internacional, já que, entre os principais objetivos do *Protocolo* (de mesmo nome) assinado durante o encontro, foi eliminar as fronteiras nacionais que impedem a cooperação internacional para a proteção ambiental, principalmente em casos de grandes desastres ambientais (KOESTER, 1980).

Enquanto isso, no plano cultural, em 1975 foi realizada mais uma edição da *Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais*, desta vez, na África. Realizada na cidade de Acra (Gana), a *AFRICACULT 1975*, também organizada pela UNESCO e com a cooperação do governo de Gana e da Organização da Unidade Africana (OUA), teve a

⁴² Estes átomos convertem o ozônio em oxigênio e podem atacar outras moléculas de ozônio. E, sendo assim, um único átomo pode destruir milhões de moléculas de ozônio antes de ser neutralizado.

⁴³ A *British Antarctic Survey* (BAS) é um dos mais importantes grupos de pesquisa internacional e interdisciplinar nas regiões polares. É, atualmente, baseada em Cambridge, na Antártica e no Ártico. O principal objetivo deste grupo é desenvolver pesquisas que utilizem as regiões polares como campo para estudos para melhor compreender a evolução do planeta e do impacto do homem neste. Mais informações: www.bas.ac.uk.

participação de delegados de trinta estados-membros africanos, observadores de países africanos vizinhos e de outros continentes.

A AFRICACULT 1975 foi também considerada como um marco, no que se refere à evolução da noção de cultura e de desenvolvimento cultural, não apenas no continente africano, mas para a reflexão geral sobre a dimensão cultural no desenvolvimento em todo o mundo. Em relação às recomendações, deste evento, algumas se destacaram no contexto do debate em curso, como a luta pela afirmação das identidades culturais, considerada como ato libertador e essencial para o reconhecimento da igualdade e dignidade entre os povos e culturas africanas e, a necessidade de se compreender as diversidades culturais como vias de equilíbrio e união entre os povos.

Ainda no âmbito da cultura, no plano global, a UNESCO elaborou, em 1976, o documento *Recomendação sobre a Participação dos Povos na Vida Cultural* (UNESCO, 1976), onde se estabelece que o acesso à cultura represente a garantia de oportunidades concretas para todos os povos, através da criação de condições socioeconômicas para o livre acesso de informações, formação, conhecimento e compreensão cultural. A UNESCO, nesse documento, estabeleceu o acesso à cultura a partir da afirmação da oportunidade à livre criação cultural (para gestores e artistas), de uma maneira geral e, o direito à livre fruição cultural (para que todas as pessoas possam usufruir da produção cultural e dos bens culturais que desejarem). E assim, o acesso à vida cultural passou a ser compreendido como um direito fundamental de todos para a construção das conexões sociais e culturais essenciais para a coexistência harmoniosa e igualitária entre os povos dos países-membros.

Neste breve sequenciamento dos marcos globais, dois anos depois, em 1978, a questão cultural é mais uma vez tema central nos eventos internacionais no plano do Sistema das Nações Unidas. Nesse ano foi realizada a *Conferência Intergovernamental sobre as Políticas Culturais na América Latina e Caribe*, em Bogotá. Neste momento, o discurso sobre as identidades culturais foi reforçado como base para a vida, sendo, portanto, fundamental se reconhecer o passado cultural de cada povo e se investir no futuro e no desenvolvimento cultural da América Latina, Caribe e dos demais países-membros das Nações Unidas. Durante esta *Conferência*, foi recomendado à comunidade internacional que se preservasse e propagasse as identidades culturais de diferentes dos povos, sobretudo das minorias culturais e demográficas (UNESCO, 1978).

Com base no desdobramento dos eventos organizados pela UNESCO, a década de 1970 pode ser compreendida como fundamental para as discussões sobre o tema da cultura e o reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento, principalmente tendo em vista o modelo de desenvolvimento econômico (insustentável), vigente. Dessa maneira, os documentos oriundos dos encontros internacionais organizados pela UNESCO, desde então, passaram a conduzir a compreensão de cultura como meio para a melhoria da condição de vida e do bem-estar social, e como contribuição essencial para o desenvolvimento integral do ser humano.

Ainda considerando o processo histórico de orientação das políticas culturais propostas pela UNESCO, é importante mencionar que, a partir da década de 1970, o ambiente natural, no sentido patrimonial, passou a ser, gradualmente, incorporado às discussões oficiais das Nações Unidas. Em Helsinque (EUROCULT, 1972), foram abordadas, por exemplo, as interações entre cultura, educação, populações tradicionais e natureza. Em Accra (AFRICACULT, 1975), foram reconhecidas as relações orgânicas entre as políticas culturais e de proteção da natureza.

Nesse movimento progressivo de articulação entre desenvolvimento, natureza e cultura, na década de 1980, alguns marcos trouxeram, também, para a cena internacional, as temáticas do turismo da proteção da natureza. E assim, em 1980, foi realizada a *Conferência Mundial do Turismo*, nas Filipinas. Importante mencionar que, nesse momento, segundo Molina (2003), os avanços tecnológicos e dos transportes impulsionaram o desenvolvimento turístico que, até então, era compreendido apenas como uma atividade elitista.

E assim de prática originalmente elitista, o turismo passou a ser, progressivamente, interpretado, durante os anos de 1980, segundo uma perspectiva de democratização do acesso, com o aumento do tempo livre associado à valorização do lazer, o que fomentou viagens para além dos territórios nacionais, ampliando o alcance internacional do debate.

Sendo assim, vários destinos passaram a se tornar mais acessíveis a um número crescente de pessoas mas sem que fosse clara a preocupação com a conservação ambiental e/ou a valorização cultural das populações receptoras. Com relação a esse momento, passou a ocorrer a banalização das férias pagas, que possibilitaram à maioria das pessoas aceder a padrões de vida e consumo até então inimagináveis. E as práticas turísticas então vigentes, caracterizadas pela massificação, passaram a ser compreendidas, por alguns, como prejudiciais para os destinos e as populações receptoras, por estarem frequentemente

associadas à descaracterização cultural (TOMAZZONI, 2009), entre outros impactos sociais e ambientais (LIMA, 2014).

A transição entre o enfoque predominantemente “padronizado” para o “personalizado” no turismo, dentre outros motivos, foi consagrada pela *Conferência Mundial do Turismo*, em 1980, conforme mencionado anteriormente. Essa foi a primeira conferência internacional promovida pela *Organização Mundial do Turismo* (OMT). Nela, o turismo foi interpretado como “uma atividade essencial da vida das nações”. Além disso, o documento originado nesta conferência, a *Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial*, ressignificou a noção de turismo, a partir da perspectiva marcadamente social, desde o parágrafo inicial, ao afirmar que o turismo transcende a esfera puramente econômica. E assim, o objetivo no referido documento se estabelece que:

Esclarecer a natureza autêntica do turismo em todos os seus aspectos e a função que o turismo está destinado a desempenhar em um mundo dinâmico, objeto de mudanças profundas, e para examinar também as responsabilidades dos Estados no desenvolvimento e a expansão do turismo nas sociedades modernas, em sua qualidade de atividade que transcende o domínio puramente econômico das nações e dos povos (OMT, 1980, p. 1).

Assim, para além da sua importância econômica, o turismo mundial passou a ser interpretado em seu papel para a paz e segurança mundial a partir de esforços conjuntos de todos os Estados para a redução da tensão internacional, e para o fomento à cooperação internacional e o respeito entre os povos. A articulação entre turismo e paz abriria, naquela ocasião, a possibilidade de se intensificar o turismo entre os países e a promoção da própria paz entre os povos.

Na *Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial*, há várias menções diretas à cultura, principalmente quando se defende a relação entre cultura e turismo, visto que o “turismo adquiriu, além de suas conhecidas dimensões quantitativas, uma dimensão cultural e moral de que é necessário favorecer e proteger contra os desajustes negativos, devido aos fatores econômicos” (WTO, 1980, p. 4). Mas apesar desta conexão, ainda se percebe, no texto, a noção de cultura abordada como uma potencialidade para a atratividade turística, pela lógica do mercado. Por sua vez, ao longo do texto, percebe-se a preocupação com a conservação do patrimônio natural e cultural, essencial à atividade turística, conforme ilustrado no extrato, a seguir:

A satisfação das necessidades turísticas não deve constituir uma ameaça para os interesses sociais e econômicos das populações das regiões turísticas, para o meio ambiente, especialmente para os recursos naturais, atração essencial do turismo, nem para os lugares históricos e culturais (OMT, 1980, p. 4).

Essa declaração gerou importantes reflexões que inspiraram, progressivamente, o objetivo de:

(...) a proteção e preservação do ambiente, da estrutura ecológica e do patrimônio natural, histórico e cultural do país; e a utilização otimizada dos recursos turísticos existentes ou potenciais, compreendendo especialmente o conjunto do patrimônio cultural, artístico, histórico e espiritual, afirmando o princípio da autenticidade e evitando a sua deformação e/ou a falsificação (FÚSTER, 1991, p. 960).

Através desses objetivos, se passou a considerar, em planejamento, a questão social e, a institucionalização desta nova orientação do turismo internacional, com particular ênfase ao desenvolvimento do turismo e da cultura nos países tradicionalmente emissores.

Essa nova tendência do turismo mundial não está expressa unicamente pela adoção das recém-criadas expressões, para a época, como “novas formas de turismo” ou NFT e/ou “Turismo Alternativo” (TA). Muito mais do que isso, essas expressões representaram o início de uma preocupação com a preservação patrimonial natural e também cultural e também com a qualidade de vida das populações receptoras (IRVING; AZEVEDO; LIMA, 2018; LIMA, 2014).

Importante mencionar ainda que no ano de 1980, o dia 27 de setembro passou a ser reconhecido como o *Dia Mundial do Turismo*. Esta data comemorativa coincide com o aniversário de aprovação dos *Estatutos da Organização Mundial do Turismo*, em 27 de setembro de 1970. E, além disso, coincide, também, com o fim da alta temporada no hemisfério norte e início da temporada turística no hemisfério sul, momento em que milhões de pessoas estão viajando ao redor do mundo, de acordo com o sítio da OMT.

O fato é que, após a realização da *Conferência Mundial do Turismo*, em 1980, proliferaram reuniões e encontros científicos de âmbito internacional organizados pela OMT. Esses eventos tinham como objetivo principal a elaboração de documentos oficiais, tais como declarações de intenções, códigos de conduta e relatórios reguladores da atividade e da prática turística (LIMA, 2014).

No plano ambiental, ainda em 1980, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) publicou o documento intitulado *Estratégia Mundial de Conservação* (ou

World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development, WCS, no título original, em inglês) em colaboração com a *World Wide Found for Nature* (WWF) e, o *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* (PNUMA).

Essa publicação foi considerada como o primeiro documento internacional sobre a conservação dos recursos naturais, produzido em cooperação entre representantes de governos, ONGs, e demais especialistas que auxiliaram na sua construção. E em seu texto destaca-se a mensagem que a humanidade existe em função da natureza e não terá futuro a menos que esta seja conservada. Além disto, a conservação da natureza não poderá ser alcançada sem a redução da miséria e da pobreza das centenas de milhares de pessoas em todo o mundo. O documento se destaca, ainda, por trazer, de maneira pioneira em seu texto, a expressão desenvolvimento sustentável, expressão esta que ficará mundialmente conhecida no *Relatório Brundtland*, alguns anos depois. Ainda segundo esse documento publicado pela IUCN, a noção de desenvolvimento sustentável está diretamente associada ao cuidado com a Terra. E, somente com a garantia da integridade dos ecossistemas e da diversidade genética que o futuro do ser humano na Terra estará garantido.

Muitos autores mencionam mesmo que a noção de desenvolvimento sustentável surgiu, pela primeira vez, oficialmente, neste documento (WCS). Muito embora, na *World Conservation Strategy*, a noção de desenvolvimento sustentável se aproxima da noção de sustentabilidade ecológica⁴⁴; enquanto que, no texto do *Relatório Brundtland* (1987), alguns anos depois, a noção de desenvolvimento sustentável se aproxima mais menção às necessidades humanas.

Na breve cronologia aqui apresentada, no ano de 1982, no âmbito da cultura, acontece também a *Conferência Mundial sobre Políticas Culturais*, a MONDIACULT, encerrando o ciclo de debates sobre as políticas culturais organizados pela UNESCO. Esta Conferência ocorreu na Cidade do México e contou com mais de 150 representantes de estados-membros da UNESCO, e teve como objetivos avaliar o conhecimento e a experiência adquirida nas políticas e práticas culturais desde a Conferência de Veneza, em 1970, para a promoção e a investigação sobre os problemas fundamentais da cultura no mundo contemporâneo. Além disso, o evento buscou formular novas diretrizes para promover o

⁴⁴ Desde a publicação da WCS, muitos países têm elaborado estratégias nacionais de conservação da natureza, influenciando, posteriormente, o documento intitulado *Nosso Futuro Comum* e lançou as bases da natureza para definir o princípio do desenvolvimento sustentável.

desenvolvimento cultural através de projetos comuns e da cooperação internacional, no plano da cultura.

Nesta conferência, foi salientado que a noção de identidade cultural compreende, por suposto, a defesa das tradições, da história e dos valores morais, éticos e espirituais herdados das gerações passadas. Nesse momento, defendeu-se que os valores culturais na contemporaneidade são tão valiosos quanto os do passado, o que reforça a importância da participação dos atores locais, efetivamente, na elaboração e no desenvolvimento de políticas culturais, em todas as esferas governamentais.

Entretanto, um dos principais resultados da MONDIACULT, talvez o mais marcante, foi a noção de cultura, divulgada conforme mencionado anteriormente, a partir de então, como:

o conjunto dos traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos, que caracterizam a sociedade ou um grupo social. Além das artes e das letras, engloba modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 1982, p. 03).

Com base nesta inspiração e trazendo o debate para o contexto brasileiro, Calabre (2005, p.2) discute que as políticas culturais podem ser caracterizadas como um “conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura”.

Foi também na MONDIACULT (México, 1982) que se enriqueceu o debate sobre o conceito de cultura adotado pela UNESCO. No entanto, muito além da formulação desse conceito, foi nesta conferência que se aprofundou também o debate, de maneira ampla, sobre a relação entre cultura e desenvolvimento local. E, segundo Sempere (2012, p.4), uma das principais reflexões da MONDIACULT foi que “só se pode assegurar um desenvolvimento equilibrado mediante a integração dos fatores culturais”.

Ainda em 1982, aconteceu também a *Reunião Mundial de Turismo*, em Acapulco (México), que gerou o *Documento Acapulco sobre os Direitos de Férias* (WTO, 1982), que partiu da interpretação do turismo como “fator incentivador sociocultural e econômico (...) um instrumento válido para promover o desenvolvimento econômico e a compreensão entre os povos” (OMT, 1982, p. 1). Além disso, a noção de turismo foi reafirmada como via possível para promoção da paz e do conhecimento entre os povos.

Ainda no campo do turismo, em 1985 foi realizada a *VI Assembleia Geral da OMT*, na cidade de Sofia (Bulgária), que resultou na *Declaração de Sofia* (WTO, 1985), que gerou

dois textos fundamentais para as políticas públicas globais, no plano setorial: a *Carta do Turismo* e o *Código do Turista*. A *Declaração de Sofia* seguiu, explicitamente, a linha adotada em Manila, ao enfatizar a dimensão social do turismo, reconhecendo o seu papel para propiciar a melhoria da qualidade de vida de todos os povos. Além disso, foi enfatizada a importância do turismo em serviço da paz e da compreensão mundial.

No que se refere à *Carta do Turismo*, o conteúdo do documento visa despertar a atenção de todos para a promoção do turismo, com base no direito fundamental ao descanso e o desfrute de tempo livre. E, assim, se pensou a viagem para lugares turísticos “assegurando ao mesmo tempo, com a sua atitude e comportamento, o respeito ao ambiente natural e cultural visitado” (Art. 5). Em todo o documento, percebe-se, claramente, a compreensão do turismo como fenômeno social, e também está expressa a necessidade de se valorizar e conservar os recursos naturais e culturais das localidades visitadas. Reforça-se também a necessidade do planejamento e desenvolvimento do turismo com o compromisso de promover a inserção de jovens, idosos e pessoas com deficiência.

Em relação ao segundo documento adotado durante a *VI Assembleia Geral*, o *Código do Turista*, esse reafirma os direitos e deveres que devem reger o comportamento do turista, sob o princípio da compreensão e das relações amistosas entre homens e mulheres, nos planos nacional e internacional, contribuindo assim para a manutenção da paz. Nesse caso, mais uma vez, o turismo é interpretado como via para a promoção da inclusão social e construção da paz, através da justiça social e dos direitos humanos (OMT, 1985).

Paralelamente a esse movimento no plano do turismo, o debate sobre as questões ambientais ganha cada vez maior visibilidade no cenário internacional e, após a avaliação dos dez anos da *Conferência de Estocolmo*, Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e ex-Primeira Ministra da Noruega passou a chefiar a *Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Essa comissão, criada em 1983, tinha como objetivo promover audiências em todo o mundo e produzir um resultado formal das discussões, em curso, que pudesse orientar as ações da ONU, no futuro.

O documento final desses estudos recebeu o título de *Relatório Brundtland*, traduzido em português como *Nosso Futuro Comum* (1987). Neste documento se propõe a noção de desenvolvimento sustentável considerada como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (UN, 2012, p. 46). Além disto, a UNESCO passou a defender e propagar a

noção de diversidade cultural como inspiradora de uma “política imperativa frente às tendências de homogeneização trazidas pela globalização” (WERTHEIN, 2003, p. 14). As amplas recomendações contidas nesse relatório levaram à realização da *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*, a Rio 92, que colocou o tema ambiental diretamente na agenda pública, de uma maneira inovadora no plano global de políticas públicas.

Mas antes da realização da referida conferência, entre os anos 1988 e 1997, a questão cultural passou a representar, também, uma preocupação mundial, principalmente quando a UNESCO propôs, nesse período, o *Decênio Mundial para o Desenvolvimento Cultural*, celebrado em todo o mundo. Entre as propostas no *Programa de Ação do Decênio*, quatro objetivos principais nortearam a proposta de considerar a dimensão cultural no desenvolvimento econômico, afirmar e enriquecer as identidades culturais, ampliar a participação social na vida cultural, e promover a cooperação cultural internacional. Em seu parágrafo 19, no documento fica estabelecido que:

O objetivo das propostas é enfrentar os grandes desafios globais apresentados na virada do século. Essas propostas são também destinadas a sensibilizar todos os agentes estratégicos para o desenvolvimento econômico, social e cultural, nos níveis nacional e internacional, abordam também sobre a importância da cultura na vida dos povos e para o desenvolvimento das nações, bem como o papel da cooperação cultural internacional que serve como fator de enriquecimento e a compreensão mútua entre os povos (UNESCO, 1997, p.3).

No referido documento está expresso que “todas as formas de desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento humano, estão determinadas em última instância por fatores culturais”.

No âmbito do turismo, particularmente, ao final da década de 1980, mais precisamente em 1989, foi também realizado o *Seminário de Tamanrasset*, na Argélia, que trouxe a questão do turismo alternativo para o centro das discussões deste evento organizado pelo OMT. A *Declaração de Tamanrasset*, documento originado a partir da *Conferência*, reafirmou a noção de turismo responsável, defendendo os interesses das populações locais e promovendo a conservação dos recursos naturais e culturais das localidades visitadas.

Naquele mesmo ano, realizou-se, também, a *Conferência Inter-Parlamentar do Turismo* (1989), organizada, conjuntamente com a *União Inter-Parlamentar* quando se

adotou a *Declaração de Haia sobre Turismo*. Nessa Conferência, a noção de turismo foi interpretada como um “fenômeno da vida cotidiana”, uma atividade essencial para a vida do ser humano e, uma importante forma para uso do tempo livre e uma via capaz de proporcionar a relação entre as pessoas (visitantes e autóctones), ou seja, para proporcionar o encontro.

Entre os princípios da *Declaração de Haia* e, na busca pela interface entre turismo, natureza e cultura, nessa declaração se defende a integração destas três dimensões como condição essencial para o desenvolvimento do turismo. Além disto, se menciona que a “gestão racional” do turismo pode contribuir, significativamente, para a proteção e a melhoria do ambiente natural e do patrimônio cultural, bem como da melhoria da qualidade de vida de visitantes e visitados (FERREIRA, 2013).

Por sua vez, no campo das políticas públicas de proteção da natureza, o período entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990 foi considerado como preparatório para a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, conhecida também como *RIO-92*. Segundo Oliveira e Irving (2015), a *Rio-92* buscou,

fortalecer o conceito de desenvolvimento sustentável propagado mais amplamente desde 1987, pelo relatório *Nosso futuro comum*. Para a concretização dessa nova concepção de desenvolvimento, foram formalizadas algumas medidas de grande relevância, acompanhadas atentamente pelas ONGS ambientalistas e pelos movimentos sociais, entre outros segmentos da sociedade civil que participaram dos debates, por meio de um Fórum paralelo, de forma sem precedentes em uma Conferência da ONU (OLIVEIRA& IRVING, 2015, p. 05).

Nesse contexto, a participação de vários segmentos sociais e das lideranças políticas internacionais na *Rio-92*, não iniciou somente o debate oficial no plano das Nações Unidas sobre as questões ambientais. A *Conferência* trouxe também para a cena principal, questões referentes à diversidade cultural que, posteriormente, passaram a fazer parte do debate global, no âmbito da *Convenção sobre Diversidade Biológica* (CDB) e da *Convenção do Clima* da ONU, tratados internacionais, de referência neste debate, estabelecidos durante a *Rio-92*.

Entre as instituições presentes na *Rio-92* estava a *Organização Mundial do Turismo* que, através dos seus representantes legais, participou da elaboração de propostas para o turismo no documento intitulado *Agenda 21* (UNEP, 2003; ONU, 1992), um dos resultados da *Conferência*. Este documento representa, na verdade, um instrumento de planejamento de

ação abrangente. E, no âmbito do turismo, enfatizou a promoção do ecoturismo como via para a geração de oportunidades de renda e trabalho nas zonas rurais, sem causar danos ao ambiente natural e às populações locais e/ou tradicionais.

Mas é importante mencionar que desde a *Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial* (WTO, 1980), a noção de desenvolvimento sustentável, em sentido amplo, passou também a ser internalizada nos principais documentos e declarações da *Organização Mundial do Turismo*.

Em 1995, por exemplo, logo após a Rio 92, na ilha de Lanzarote (Espanha), na primeira *Conferência Mundial sobre Turismo Sustentável*⁴⁵, que teve a *Carta do Turismo Sustentável* (ou *Declaração de Lanzarote*) como o principal resultado deste encontro, essa noção passou a ser claramente internalizada nas políticas setoriais no plano global. Foi durante este evento que a noção de turismo sustentável foi, efetivamente, internalizada nos documentos oficiais da OMT, através da *Carta de Lanzarote*.

No texto oficial, o turismo é compreendido como via de aproximação entre os povos, promovendo os laços sociais e, conseqüentemente, a paz mundial, o respeito pela diversidade cultural e que sintetiza um plano de ação para o turismo sustentável a ser desenvolvido por todos os países signatários. É interessante destacar ainda nesse contexto que, a *Declaração de Lanzarote* foi a primeira declaração da OMT publicada após a *Rio-92* e internalizou no respectivo documento os princípios da *Agenda 21*. Este documento indica um plano de ação para o turismo sustentável a ser desenvolvido por todos os países signatários (UNWTO, 2012).

No campo da cultura, por sua vez, como resultado do *Decênio Mundial para o Desenvolvimento Cultural*, foi proposta, em 1998, a *Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento* (Estocolmo). Nesse evento, os princípios fundamentais para a relação entre cultura e “desenvolvimento sustentável” e, o papel da cultura em uma sociedade cada vez mais globalizada foram os principais temas discutidos. Foi nesse momento, também, que se iniciou o diálogo sobre o respeito à liberdade cultural. Nesse contexto, o *Plano de Ação sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento*, alguns princípios também foram estabelecidos, entre os quais:

⁴⁵ Esse evento foi realizado sob a responsabilidade da UNESCO, do *Programa do Homem e a Biosfera* (MaB), do *Centro do Patrimônio Mundial* e demais organizações internacionais, tais como a OMT, a *Comissão Europeia* e as *Nações Unidas*.

harmonia entre a cultura e o desenvolvimento, o respeito das identidades culturais, a tolerância pelas diferenças culturais em um marco de valores democráticos pluralistas, de equidade socioeconômica e de respeito à unidade territorial e pela soberania nacional, são alguns dos requisitos necessários para uma paz duradoura e justa (UNESCO, 1998, p.5).

Enquanto isto, no âmbito do turismo, um outro documento, o *Código de Ética Mundial para o Turismo* trouxe também o tema da paz como objetivo a ser alcançado pelo desenvolvimento do turismo. Esse foi elaborado no final do ano de 1999, no Chile, e teve como objetivo promover o desenvolvimento do turismo, contribuir para a expansão econômica, a compreensão internacional, a paz e a prosperidade das nações, sem distinções de gênero, língua ou religião.

O turismo, no documento, é interpretado como “atividade geralmente associada ao descanso, a diversão, ao esporte e ao acesso a cultura e a natureza, deve conceber-se e praticar-se como um meio privilegiado de desenvolvimento individual e coletivo” (OMT, 1999, pág. 04). Desta maneira, nele há menções que relacionam diretamente turismo, natureza e cultura, principalmente no que se refere à proteção das identidades culturais e à promoção do turismo de natureza e do ecoturismo, desde que garantida a conservação dos recursos naturais e os valores locais das populações visitadas.

Este *Código* é considerado como um marco de referência para o desenvolvimento e a sustentabilidade do turismo em todo o mundo e passou a inspirar, desde então, inúmeras declarações e documentos internacionais, na década seguinte.

No início dos anos 2000 com a aprovação dos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (ODM) que surgem da *Declaração do Milênio*, adotada pelos 191 estados membros da ONU, durante a *Cúpula do Milênio das Nações Unidas*, o foco da discussão com relação à questão do desenvolvimento é redirecionado, por sua vez, para o compromisso mundial de combate à pobreza e à fome.

Na *Declaração do Milênio das Nações Unidas*⁴⁶ há menções claras sobre as temáticas da natureza e da cultura. No que se refere à questão cultural, o documento reafirma o compromisso pela paz justa e duradoura em todo o mundo, através da “cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário” (ONU, 2000, p. 2). No trecho específico referente aos *Valores e Princípios*,

⁴⁶ Adotada pela *Assembleia Geral das Nações Unidas* através da resolução 55/2, de 8 de Setembro de 2000, por ocasião da *Cimeira do Milênio*.

preconiza-se a tolerância à diversidade de crenças, culturas e línguas, ratificando a promoção plena dos direitos culturais para todas as pessoas, em todos os países. No que tange à questão ambiental, ressalta-se o compromisso com o respeito pela natureza, através de uma gestão prudente dos recursos naturais, “de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável” (ONU, 2000, p. 3). Além disso, defende-se a necessidade de se intensificar a cooperação entre os países para reduzir e minimizar os efeitos das catástrofes naturais e daquelas provocadas pelos seres humanos. No que se refere ao turismo, propriamente dito, no entanto, não há menção específica no documento.

Vale lembrar, nessa cronologia que, no plano internacional, o debate sobre a cultura se fortalece em 2001, quando foi elaborada a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Neste documento, em seu artigo 1º, intitulado “Diversidade Cultural: patrimônio comum da humanidade” é enfatizado o processo de transformação da cultura por meio da reafirmação de múltiplas identidades. No texto está expresso ser “a diversidade cultural tão importante para o homem como a diversidade biológica é para a natureza”.

Nesse sentido, de acordo com Assunção (2003), a multiplicidade de identidade precisa coexistir e ser resguardada, por meio de políticas públicas de cultura “as quais devem estabelecer o respeito mútuo e os direitos de cada povo e comunidade cultural” (ASSUNÇÃO, 2003, p.89).

Assim, a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* intensificou o debate sobre a noção de cultura, os direitos humanos, a solidariedade internacional, reiterando o compromisso da UNESCO como instância de referência e de articulação entre os Estados, a sociedade e o setor privado, com o objetivo de elaborar conceitos e políticas em favor da diversidade cultural.

Sobre esse tema, diversos trabalhos acadêmicos estão despertando a atenção para o fato de que poucas são as medidas efetivas e/ou políticas destinadas à proteção e promoção da diversidade de expressões culturais, bem como da liberdade dos indivíduos de se expressarem culturalmente. Mas os países que ratificaram a *Convenção* têm, por obrigação, promover em seus territórios, a criação de um ambiente que encoraje os indivíduos e os grupos sociais a criarem, produzirem, disseminarem, distribuírem e acessarem suas expressões culturais, considerando-se as circunstâncias e necessidades especiais de mulheres e demais grupos sociais, como minorias e populações indígenas, bem como aceder a outras expressões culturais dentro de seu território e de outras nações.

Nesse movimento internacional, no plano do turismo, em 2002, foi pactuada no Canadá, a *Declaração de Ecoturismo de Quebec*. Nesta *Declaração* se destaca a relação entre o ecoturismo e os princípios do turismo sustentável. E tanto a *Declaração* como os documentos seguintes norteadores do debate sobre turismo sustentável, na leitura de Rocha Brito (2004) “legitimaram o surgimento de novas formas de turismo” distintas, portanto, daquelas predominantes (ROCHA BRITO, 2004, p.109).

Essa nova tendência para o turismo mundial não está expressa unicamente pela adoção de expressões como “turismo alternativo”. Muito mais do que isto, essas expressões representaram, simbolicamente, o início da preocupação com a preservação patrimonial (natural e cultural) e, também, dos modos de vida das populações receptoras (LIMA, 2014) que ganham, cada vez mais, destaque na década de 2000, no Âmbito das políticas públicas globais.

Neste contexto, a OMT (2002) passou a definir e divulgar o turismo sustentável, no início da década de 2000, como aquele que:

- Faz o uso mais eficiente possível dos recursos naturais, garantindo a manutenção dos processos ecológicos e ajudando a conservar o patrimônio natural e a biodiversidade de cada local;
- Respeita a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, conservando suas construções, sua herança cultural e suas tradições, além de contribuir para o entendimento intercultural e a tolerância;
- Garante a viabilidade das operações econômicas, provendo benefícios socioeconômicos para todos os *stakeholders* de maneira justa e bem distribuída, incluindo empregos estáveis e oportunidades de salários, rendimentos e prestação de serviços sociais para a comunidade anfitriã, colaborando com a redução da pobreza;
- Conta com a participação de todos os *stakeholders* e de uma liderança política forte para garantir que a sustentabilidade faça parte de um processo contínuo, com constante monitoramento de impactos, tomando medidas de prevenção e correção sempre que necessário; e,
- Mantém alto nível de satisfação do turista e garante que a experiência da viagem faça sentido e inclua a preocupação dos mesmos com a promoção das práticas do turismo sustentável.

Desta maneira, a OMT, por meio dos documentos norteadores de políticas públicas, passou a divulgar as diretrizes de sustentabilidade aplicáveis ao turismo, com base na incorporação das dimensões ambiental, econômica e sociocultural.

E, na perspectiva cultural, na mesma década, em 2003, foi aprovada pela Conferência Geral da UNESCO a *Convenção para Salvar o Patrimônio Cultural Imaterial*, reconhecendo a necessidade de se promover ações para sensibilizar as manifestações culturais que, até então, não eram contempladas por um documento legal. Com isto, os usos e costumes tradicionais, as representações culturais, as expressões, os conhecimentos e as técnicas tradicionais, e, em alguns casos, grupos e/ou indivíduos foram reconhecidos como parte integrante do patrimônio cultural de uma nação. Este patrimônio intangível pode ser definido pelas tradições orais, artes cênicas, práticas sociais, rituais, eventos festivos, conhecimentos e práticas sobre a natureza e o universo, e conhecimentos e técnicas artesanais tradicionais. E, desse pacto, os países signatários acordaram em adotar uma política destinada à proteger o patrimônio cultural imaterial.

Enquanto isto, o mundo assiste (em tempo real) e contabiliza os danos causados pelo *tsunami*, na Ásia, no final de 2004, e do furacão Katrina, em 2005, no Golfo do México (Estados Unidos), entre outros eventos climáticos. E, a opinião pública se torna, também, mais atenta à questão climática e seus efeitos na sociedade global.

E, sendo assim, após décadas de negligência com relação à finitude dos recursos naturais do planeta, o sentido da crise planetária passou, também, a influenciar as prioridades em políticas públicas. Com isto, um dos grandes desafios, neste plano passou a ser estimular mudanças de atitudes e de comportamentos, principalmente na sociedade ocidental. Para isto, a *Assembleia Geral das Nações Unidas* declarou 2005-2014 como a *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*, com base no reconhecimento da importância ambiental e nos princípios de sustentabilidade para o desenvolvimento global.

Neste cenário, a dimensão cultural vem influenciando de forma determinante a maneira como as agências internacionais estão abordando as questões relacionadas ao “desenvolvimento sustentável”, que vem reconhecendo que os valores, as práticas culturais e as identidades exercem papel fundamental na seleção das orientações e dos compromissos comuns. E, no que se refere às novas responsabilidades do ser humano, neste novo contexto, alguns pressupostos passaram a orientar o debate global e segundo a UNESCO (2005) esses poderiam ser assim sistematizados:

- O reconhecimento da diversidade: a riqueza da experiência humana em diversos contextos físicos e socioculturais do mundo;
- O respeito e a tolerância em relação às diferenças: quando o contato com os outros se torna enriquecedor, estimulante e suscita reflexão;
- O reconhecimento dos valores em um debate aberto, com o compromisso do diálogo;
- A integração, tanto na vida privada quanto na vida institucional, de valores de respeito e dignidade inerente ao desenvolvimento sustentável;
- O fortalecimento da capacidade humana em todos os aspectos relativos ao desenvolvimento sustentável;
- O uso do conhecimento dos povos indígenas locais sobre flora e fauna e também práticas de agricultura sustentável, uso da água;
- O incentivo ao apoio às práticas e tradições que contribuam para a sustentabilidade – incluindo aspectos como a prevenção ao excessivo êxodo rural;
- O reconhecimento e no trabalho com enfoque ambiental, social e do mundo que se referem especificamente a uma cultura em vez de ignorá-los ou destruí-los, conscientemente ou inadvertidamente, em nome do desenvolvimento;
- A utilização de modelos locais de comunicação, incluindo o uso e desenvolvimento das línguas locais, como vetores de interação e de identidade cultural (UNESCO, 2005).

Desta maneira, essas questões passaram a estar no cerne dos documentos e encontros oficiais organizados pelas *Nações Unidas*, em especial, pela UNESCO na década de 2000.

Neste sentido, ainda em 2005, a UNESCO adota a *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Esta convenção foi baseada na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e na *Declaração do Milênio das Nações Unidas* (2000) e em outros instrumentos internacionais, visando estimular um cenário favorável, no qual a diversidade das expressões culturais possa ser afirmada e renovada por todos os povos. Além disto, a *Convenção* visa, também, fortalecer a criação, a produção/difusão, o acesso e o usufruto das expressões, das atividades, dos bens e dos serviços culturais em todo o mundo. E o vínculo entre desenvolvimento e cultura, já expresso em documentos anteriores é, mais uma vez, reafirmado nesta convenção⁴⁷. Por sua vez, este é considerado como o primeiro

⁴⁷ É válido também destacar que a partir do debate e dos acordos firmados no âmbito da *Convenção*, foi originado o *Fundo Internacional para a Diversidade Cultural*, um fundo de doação voluntária, para promover “o

instrumento jurídico no qual a conexão entre cultura e desenvolvimento é considerada como central, a partir da reafirmação do papel da cultura para o desenvolvimento.

Com base na noção de turismo sustentável defendida e amplamente divulgada pela *Organização Mundial do Turismo*, em 2008 foram ainda definidos os *Critérios Globais para o Turismo Sustentável*, a partir do consenso de mais de trinta organizações mundiais especializadas nesta temática e que vem trabalhando com o objetivo de ampliar o entendimento sobre as práticas sustentáveis para o desenvolvimento do turismo. A ideia, nesse caso, tem sido influenciar toda a cadeia de valor com relação a essas novas formas de interpretação do turismo, desde os fornecedores até o consumidor final, passando pelos empreendimentos, operadoras e agências de viagem.

Desta maneira, os *Critérios Globais para o Turismo Sustentável* representam uma resposta aos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*, sendo administrados pelo *Conselho de Turismo Sustentável* ou *The Partnership for Global Sustainable Tourism Criteria (GSTC)*, em inglês. O alívio à pobreza e a sustentabilidade ambiental, incluindo o combate às mudanças climáticas, são algumas das principais questões transversais abordadas nesse documento que estabelece alguns critérios para o desenvolvimento do turismo:

1. Demonstrar uma gestão sustentável, que incluía estratégias para o desenvolvimento sustentável do turismo, considerando as mudanças climáticas, a segurança do turismo, entre outros quesitos;
2. Maximizar os benefícios sociais e econômicos para as populações locais (incluindo benefícios econômicos, oportunidades de emprego local e princípios do comércio justo, para citar alguns exemplos) e minimizar os impactos negativos;
3. Maximizar os benefícios para moradores locais, visitantes e o patrimônio cultural visando a minimizar os impactos negativos e apoiar a conservação da biodiversidade;
4. Maximizar os benefícios para o ambiente natural e minimizar os impactos negativos, dentro do qual são mencionados: a avaliação da situação dos recursos naturais, a proteção dos ecossistemas, a gestão ambiental, a conservação da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens (GSTC, 2008).

desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza nos países em desenvolvimento” através de projetos que incentivam a emergência de um setor cultural dinâmico e acessível a todos.

Desta maneira, os *Crítérios Globais para o Turismo Sustentável* estão baseados nestes quatro pilares, que exigem um planejamento efetivo do setor com base nos compromissos de sustentabilidade, nas potencialidades dos benefícios econômicos e sociais para as populações locais, na redução dos impactos negativos sobre a dinâmica cultural dos destinos e sobre o patrimônio ambiental e cultural (OHE, 2008, 2010).

Estes pilares refletem no plano operacional de planejamento turístico, padrões de certificação, indicadores, e critérios de melhores práticas e diferentes condutas e programas em todo o mundo. Assim, a partir de então, foram propostos indicadores potenciais e mais de 4.500 critérios e 60 padrões de certificação de sustentabilidade, avaliados por mais de mil especialistas de vários países do mundo que consideram, para tal, a sua viabilidade e relevância, bem como a sua aplicabilidade em uma gama de destinos turísticos selecionados em diversos locais pelo mundo (GSTC, 2008). Com isto, espera-se que esses critérios e indicadores de sustentabilidade tornem a prática do turismo mais sustentável para o mercado, não só em nível internacional, mas também localmente.

Ainda sobre os marcos globais, 2010 é escolhido como o *Ano Internacional da Biodiversidade* pela *Assembleia Geral das Nações Unidas*, com o objetivo de “aumentar a consciência sobre a importância da preservação da biodiversidade em todo o mundo” reafirmando, assim, a necessidade dos Estados-Membros agirem rapidamente para se evitar a perda de biodiversidade em todo o mundo (ONU, 2010).

No plano da relação entre biodiversidade e a cultura, algumas referências das políticas públicas globais atribuem importância essencial para essa conexão, como pode ser ilustrado no trecho do documento, a seguir:

A contribuição da biodiversidade em sua vida, além de ser prática, física, orgânica e utilitária, é também cultural. A biodiversidade do mundo natural tem sido uma fonte constante de inspiração ao longo da história da humanidade. Tem o seu nascedouro em tradições e na forma com que foram apropriados pelas sociedades, incorporando-se aos serviços básicos, sobre o qual foram sendo construídos o comércio e a economia (ONU, 2010, p. 8).

Isso porque, a extinção de algumas espécies “icônicas e simbólicas” implica, segundo o documento, em uma tragédia também cultural, visto que prejudica a própria sobrevivência do ser humano no planeta Terra que, em 2011 atingiu uma população de 7 bilhões de pessoas.

As *Nações Unidas* vêm alertando também, nos últimos anos, para inúmeros desafios a serem enfrentados pela sociedade contemporânea, como a redução dos impactos do desenvolvimento sobre a diversidade e que tendem a se tornar mais complexos, à medida em que a população mundial cresce e necessita de serviços vitais básicos para a sua sobrevivência. Ao mesmo tempo, vem se tornando ainda mais sérios os desafios a serem enfrentados globalmente para a para redução da desigualdade e para a ampliação do acesso à educação, à saúde e à cultura, para que se possa garantir o crescimento sustentável.

Foi neste contexto que, em 2012, no Rio de Janeiro ocorreu a *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável*. A *Rio+20*, como ficou mais conhecida essa conferência e que segundo Irving, teve o objetivo de

avaliar avanços e retrocessos em relação aos compromissos assumidos desde 1992 para se alcançar o denominado “desenvolvimento sustentável”. O objetivo dessa Conferência foi avaliar os progressos obtidos desde a Rio-92 e identificar as lacunas a serem equacionadas para solucionar os principais desafios globais (IRVING, 2014, p. 16).

O documento final da *Rio+20*, com o título *O Futuro que Queremos*, sintetiza os resultados das discussões internacionais sobre os principais temas da *Conferência*: a economia verde no contexto do “desenvolvimento sustentável”, a erradicação da pobreza e, a estrutura institucional para o “desenvolvimento sustentável”. No texto oficial da conferência, a biodiversidade e a cultura são compreendidas como essenciais para “o enriquecimento da humanidade e a proteção do sistema de suporte à vida da Terra” (UN, 2012, p. 04), enfatizando a importância das dimensões cultural e ambiental para o “desenvolvimento sustentável”.

Além disto, o referido documento enfatiza a necessidade de preservação do patrimônio natural e cultural e a promoção e valorização da cultura local, no que tange à agricultura sustentável. E, se reconhece a “diversidade natural e cultural do mundo e (...) que todas as culturas e civilizações podem contribuir para o desenvolvimento sustentável” (UN, 2012, p. 9).

Em relação ao turismo propriamente dito, esse é mencionado entre dezenas de questões transversais listadas no documento *O Futuro que Queremos*, precisamente, no que se refere ao turismo sustentável, uma vez que nesse dispositivo se interpreta “um turismo bem concebido e bem gerenciado pode trazer uma contribuição significativa para as três dimensões do desenvolvimento sustentável” (UN, 2012, p. 27). A prática do turismo sustentável deve

ser, ainda na concepção do documento, apoiada, principalmente, pela capacitação profissional. Isto porque será através do conhecimento adquirido que se poderá promover

a consciência ambiental, conservar e proteger o meio ambiente, respeita a fauna, a flora, a biodiversidade, os ecossistemas e a diversidade cultural, e melhora o bem-estar e o sustento das comunidades locais, apoiando as suas economias locais e o ambiente natural como um todo (UN, 2012, p. 27).

Da mesma forma, preconiza-se o vínculo entre o turismo e outros setores da economia, o que poderia proporcionar a criação de novos empregos e oportunidades no âmbito do turismo sustentável, nele incluídos, como o ecoturismo e o turismo cultural. No documento se estabelece que seja possível incluir,

a criação de pequenas e médias empresas e facilitar o acesso ao financiamento, nomeadamente através de iniciativas de microcrédito para os pobres, os povos indígenas e comunidades locais em áreas com alto potencial para o ecoturismo (UN, 2012, p. 27).

Nesse sentido, o documento destaca, ainda, a importância de se estabelecer, sempre que necessário, diretrizes e regulamentos apropriados, de acordo com as prioridades nacionais, e uma legislação para promover e apoiar o turismo sustentável.

No âmbito da interface entre turismo, natureza e cultura, o documento *O Futuro que Queremos* pode ser interpretado como uma renovação do compromisso de diálogo no campo das políticas públicas nacionais e internacionais, principalmente, por meio da avaliação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento concedido aos referidos temas.

Mas, a *Rio+20* representou também, segundo Irving,

um momento de tensão e polêmica no debate sobre o desenvolvimento. E o documento resultante dessa conferência, *O futuro que queremos*, parece expressar as contradições desse momento, com a promessa de que os países-membros da ONU se reuniram em 2015 para definir, a partir de então, os denominados “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (IRVING, 2014, p. 30).

Nessa mesma época, em 2013, foi publicado também o *Relatório Mundial da UNESCO: Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural*. Nesse documento se realiza uma leitura histórica das diversas noções de diversidade cultural. O relatório menciona

que longe de representar uma ameaça, a diversidade cultural pode ser benéfica para todas as nações (UNESCO, 2013). Com essa afirmação, os objetivos do *Relatório* estão, a seguir, transcritos:

- Analisar a diversidade cultural em todas as suas facetas, esforçando-se por expor a complexidade dos processos, ao passo que identifica um fio condutor principal entre a multiplicidade de possíveis interpretações;
- Reafirmar a importância da diversidade cultural nos diferentes domínios de intervenção (línguas, educação, comunicação e criatividade) que, à margem das suas funções intrínsecas, se revelam essenciais para a salvaguarda e para a promoção da diversidade cultural;
- Convencer os decisores e as diferentes partes intervenientes sobre a importância em investir na diversidade cultural como dimensão essencial do diálogo intercultural, pois ela pode renovar a nossa percepção sobre o desenvolvimento sustentável, garantir o exercício eficaz das liberdades e dos direitos humanos e fortalecer a coesão social e a governança democrática (UNESCO, 2013, p. 1).

Importante mencionar ainda que este *Relatório* contou com a colaboração de especialistas de vários países do mundo, para os quais, em conformidade com os princípios da UNESCO, “é cada vez mais aceite que existem vínculos entre a biodiversidade e a diversidade cultural, mesmo que ambas tenham evoluído de maneira distinta” (UNESCO, 2013, p. 26).

Ainda considerando a relação entre diversidade cultural e natural fica claro, na leitura desse texto oficial, que a diversidade cultural, por mais que seja fundamental na busca de soluções para os desafios socioambientais contemporâneos, vem sendo, constantemente, subvalorizada.

No que tange ao campo do turismo, o *Relatório Mundial da UNESCO*, compreende o turismo como fenômeno capaz de contribuir para difundir amplamente as diversidades culturais e promover o diálogo intercultural, conforme mencionado a seguir:

O turismo pode contribuir para promover a compreensão cultural, situar os outros no seu entorno natural e conferir maior profundidade histórica às outras culturas. E se outras comunidades se associam ao projeto, esse fato

também pode acentuar o sentimento de autoestima e contribuir para o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2013, p. 22).

É interessante observar também que nesse mesmo ano (2013), e também no âmbito da UNESCO, foi aprovada durante o *Congresso Internacional de Hangzhou*, realizada na República Popular da China, a *Declaração de Hangzhou*, cujo objetivo principal foi situar a cultura no centro das políticas de desenvolvimento sustentável e, assim, buscar solucionar alguns dos desafios de desenvolvimento do mundo contemporâneo, como a busca por sustentabilidade ambiental, o combate à miséria e a busca por inclusão social.

A *Declaração de Hangzhou* representou um passo fundamental para integrar a cultura nas estratégias em curso, através da elaboração de uma nova agenda global para o desenvolvimento sustentável. As recomendações desse documento estão sintetizadas, a seguir:

- Integrar a cultura em todas as políticas e programas de desenvolvimento, como igual medida com os direitos humanos, a igualdade e a sustentabilidade;
- Mobilizar a cultura e a compreensão mútua para promover a paz e a reconciliação dos povos;
- Assegurar os direitos culturais para todos e promover o desenvolvimento social inclusivo;
- Utilizar a cultura para reduzir a pobreza e assegurar um desenvolvimento econômico inclusivo;
- Apoiar-se na cultura para promover a sustentabilidade ambiental;
- Fortalecer a resiliência às catástrofes e lutar contra a mudança climática pela cultura;
- Valorizar, salvaguardar e transmitir a cultura para as futuras gerações;
- Valer-se da cultura como recurso para realizar um desenvolvimento e uma gestão sustentável das zonas urbanas;
- Apoiar-se na cultura para favorecer modelos de cooperação inovadores e sustentáveis (UNESCO, 2013).

Com estas recomendações, a UNESCO reafirmou o compromisso dos países signatários para integrar a cultura em todas as políticas e planos de desenvolvimento, promovendo o desenvolvimento cultural, garantindo os direitos culturais de todos para

promover o desenvolvimento social inclusivo. Além disto, em grande parte do documento é possível se perceber as interfaces expressas entre as noções de cultura e natureza em seus rebatimentos nos discursos oficiais de políticas públicas.

Ainda mencionando o conteúdo desse documento, o turismo sustentável é interpretado como um “poderoso subsetor econômico”, capaz de gerar empregos verdes, estimular o desenvolvimento local e encorajar a criatividade. Ao mesmo tempo e contraditoriamente, é compreendido como uma “indústria responsável, sensível à cultura e sustentável”, assim como “indústria do lazer”, e no sentido de contribuir “para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades, promovendo as trocas interculturais e gerando recursos para a salvaguarda do patrimônio material e imaterial” (UNESCO, 2013, p. 4).

Em 2015, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável, internalizada na *Declaração de Hangzhou*, foi retomada durante as negociações que resultaram na *Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015*, que refletiu sobre os novos desafios para o desenvolvimento, identificados ainda durante a *Rio+20*. Isto porque, os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (ODM), estabelecidos pela comunidade internacional no ano 2000, tinham 2015 como horizonte para o cumprimento das metas estabelecidas no âmbito das Nações Unidas. E sendo assim, foi elaborada em 2015 uma nova agenda global para o desenvolvimento, como uma oportunidade para se repensar e cumprir o que não foi alcançado pelos ODMs.

Essa nova pactuada em 2015 passou a envolver 17 *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* com 169 metas indivisíveis. Segundo esse documento oficial, “nunca antes os líderes mundiais comprometeram-se a uma ação comum e um esforço via uma agenda política tão ampla e universal”. Entre os objetivos e metas estabelecidos na ocasião está expresso o comprometimento em se promover a compreensão intercultural e uma cultura de paz entre os povos. Além disto, há o reconhecimento da diversidade natural e cultural do mundo e “que todas as culturas e civilizações podem contribuir para, e constituem elementos cruciais de desenvolvimento sustentável” (ONU, 2015, p. 12), reafirmando a cultura como pilar para o desenvolvimento.

No âmbito do turismo, entre os seus objetivos, o documento estabelece a formulação e implementação de políticas para a promoção do turismo sustentável, que venha a gerar empregos e promover a cultura e os produtos locais nas localidades visitadas. Recomenda-se,

também, o desenvolvimento e a implementação de ferramentas capazes de contribuir para monitorar os impactos positivos e negativos do turismo, aumentando as possibilidades de sucesso das iniciativas de turismo, em bases sustentáveis, em todo o mundo. Importante mencionar ainda que este tema esteve no centro das discussões estabelecidas pela ONU, em 2017, o *Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento*.

Mas, com base nos documentos mais recentes aqui sintetizados, é possível perceber o reconhecimento da interface entre turismo, natureza e cultura, também no plano das políticas públicas setoriais de turismo.

E, a afirmação da diversidade cultural, do compromisso de conservação da natureza e do desenvolvimento turístico, em bases sustentáveis, algumas das premissas conceituais do *Turismo de Base Comunitária*, vem sendo, progressivamente, internalizadas em políticas públicas, a partir das propostas e compromissos com esses objetivos nas resoluções internacionais.

6. AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UMA LEITURA CRÍTICA NA INTERFACE TURISMO, NATUREZA E CULTURA

Em razão das tendências de expansão no plano global e de sua potencialidade para o desenvolvimento do país, o setor turístico vem sendo, cada vez mais, reconhecido, pelo poder público, como uma via possível para a inclusão social e para o desenvolvimento econômico. E, em função disso, o compromisso de planejamento vem sendo, progressivamente, internalizado em políticas públicas. Neste caso, diversas ações vêm sendo delineadas para que se possa também obter os benefícios esperados com relação aos compromissos de preservação histórica, cultural e natural das localidades turísticas e para que sejam geradas condições para a melhoria dos serviços e equipamentos para o desenvolvimento do setor, e para o bem-estar das populações locais e visitantes nos lugares turísticos.

No caso brasileiro, especificamente o compromisso de preservação do patrimônio cultural e natural tende a ser ainda mais relevante, em virtude da extensão continental do país e de sua biodiversidade, sendo o Brasil reconhecido também por sua diversidade cultural. No entanto, o país está também associado a significativos níveis de desigualdades sociais e passivos importantes, em termos de concentração de renda, impactos ambientais e culturais negativos para as localidades onde o turismo se desenvolve. Sendo assim, e com base nas noções de participação social, empoderamento e conservação da biodiversidade, várias iniciativas de turismo vêm sendo então propostas na tentativa de se delinear uma ação para o setor que possa conciliar a conservação do patrimônio natural e cultural com o desenvolvimento turístico, em bases sustentáveis (LIMA, 2014).

Neste subcapítulo, pretende-se contextualizar e analisar algumas das políticas públicas de turismo, proteção da natureza e cultura no Brasil, tendo em vista riscos e potencialidades para o desenvolvimento de projetos de *Turismo de Base Comunitária* no país. Para tal, a análise pretendida se construiu a partir de uma retrospectiva histórica para interpretar como estas políticas estão sendo delineadas no Brasil e de que maneira estes temas se articulam no plano do discurso oficial. Para isso, foram mapeados os principais documentos norteadores de turismo, proteção da natureza e de cultura, do país. O resultado dessa sistematização pode ser observado no Quadro 9, a seguir:

QUADRO 9 – Síntese dos documentos norteadores nacionais de turismo, proteção da natureza e cultura (1975/2018)

Política Nacional de Cultura (BRASIL, 1975)	Essa vem sendo reconhecida como a primeira iniciativa para a implementação de uma política para o setor no país. Em seu texto, já se afirma a necessidade de apoio e incentivo às iniciativas culturais individuais e/ou dos mais diversos grupos sociais. Além disso, orienta a necessidade de se zelar pelo patrimônio cultural do país e sem a intervenção do Estado. É possível também perceber que a cultura nacional é pensada a partir de suas particularidades e diversidades locais.
Lei 6.513 (BRASIL, 1977)	Essa lei dispõe sobre a criação de <i>Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico</i> , dos bens de valor cultural e natural no país, a partir da promoção, da elaboração e do desenvolvimento de ações que gerem o desenvolvimento das áreas com elevado potencial turístico. É considerada como um dos primeiros marcos legais das políticas públicas nacionais a esboçar a tentativa de integração entre as ações dirigidas ao turismo, à proteção da natureza e à cultura, no Brasil.
Decreto 448 (BRASIL, 1992b)	Estabeleceu a <i>Política Nacional de Turismo</i> , que objetivou ordenar as ações do setor público visando à diversificação de produtos turísticos, à geração de empregos e ao aumento do fluxo de turistas nacionais e estrangeiros no Brasil. Além disto, regulamentou a Lei nº 8.181 e lançou o <i>PLANTUR - Plano Nacional de Turismo (1992-1994)</i> .
Lei nº. 9.985 (SNUC, 2000)	A partir dessa lei foi instituído um sistema de unidades de conservação no país, dividido em dois grandes grupos: proteção integral e uso sustentável. Dessa forma, o SNUC objetiva a conservação da natureza no Brasil, especificamente, fornecendo mecanismos legais às esferas governamentais federal, estadual e municipal e à iniciativa privada para a criação, implementação e a gestão, no país, das unidades de conservação.
Plano Nacional de Turismo 2003-2007 (BRASIL, 2003)	Nesse Plano, privilegiam-se ações que promovam e ajudem a comercializar o turismo nacional, ressaltando o compromisso de desenvolvimento econômico, da redução das desigualdades sociais e da utilização sustentável dos recursos naturais e culturais do país. A partir do PNT 2003/2007 o turismo passou a ser interpretado como uma via possível para a valorização e para a conservação do patrimônio natural e cultural do país.
Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (BRASIL, 2006).	O PNAP foi elaborado em resposta os compromissos nacionais assumidos pelo Brasil com relação às áreas protegidas, começando pela <i>Convenção sobre a Diversidade Biológica</i> das Nações Unidas. A CDB reconhece e afirma a importância das áreas protegidas para a conservação da biodiversidade, para o uso sustentável dos recursos naturais e para a redução da pobreza.

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007)	Através dessa política busca-se promover o reconhecimento e a preservação dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase na garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. Entre os PCTs do Brasil, estão os povos indígenas, os quilombolas, as comunidades tradicionais de matriz africana ou de terreiro, os extrativistas, os ribeirinhos, os caboclos, os pescadores artesanais, os pomeranos, entre outros grupos sociais.
Plano Nacional de Turismo 2007-2010: Uma Viagem de inclusão (BRASIL, 2007)	Este plano buscou dar continuidade ao processo de gestão descentralizada para o setor de turismo nacional e ampliar o entendimento do turismo como fator de desenvolvimento socioeconômico do país. Assim, repetia-se o discurso do plano anterior (<i>PNT 2003/2007</i>) visando estimular a prática do turismo para prover empregos, desenvolvimento e inclusão social.
Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010)	O PNC representa um estatuto legal dos direitos culturais, estabelecendo princípios, objetivos, ações e metas para o desenvolvimento cultural, em nível municipal, estadual e nacional. Trata-se do primeiro planejamento de longo prazo (válido por dez anos) do Estado brasileiro para a área cultural e, portanto, representa um marco importante para o setor. O PNC, que faz parte do Sistema Nacional de Cultura (SNC), sendo, atualmente, o norteador da política cultural nacional.
Plano Nacional de Turismo: O turismo fazendo muito mais pelo Brasil 2013-2016 (BRASIL, 2013)	Este documento estabelece metas extremamente audaciosas e até mesmo otimistas para o período que se caracteriza pela realização de grandes eventos internacionais no país. Segundo o texto, esses eventos devem contribuir para a valorização, a conservação e a promoção do patrimônio natural e cultural do país e para o desenvolvimento socioeconômico do país. Entretanto, não são claros os impactos decorrentes deste aumento projetado para o setor na base natural e cultural a ser afetada, no país.
Plano Nacional de Turismo 2018-2022 (BRASIL, 2018)	O objetivo principal desse Plano é fortalecer o processo de regionalização do país, investindo na melhoria da qualidade e competitividade do setor, no país. Para isso, as metas traçadas tratam da criação de dois milhões de novos empregos, do crescimento do número de turistas nacionais e internacionais e da ampliação da receita cambial gerada pelo setor. No <i>Plano</i> , enfatiza-se ainda a ampliação do debate sobre o desenvolvimento e da promoção de um turismo mais sustentável para o país.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Para a análise pretendida, optou-se, como ponto de partida dos antecedentes relevantes, pelo final da década de 1930 e, mais precisamente o ano de 1938, quando foi promulgado e regulamentado o Decreto-Lei nº 406. Este decreto dispôs sobre o funcionamento das agências de turismo, além de abordar temas referentes à entrada e à saída de estrangeiros, bem como à sua classificação, à concessão de vistos consulares, aos serviços de hospedagem, às licenças de imigração, entre outros tópicos (DIAS, 2003). O primeiro diploma legal que incidiu, oficialmente, sobre o turismo no Brasil. Esse decreto e os instrumentos legais publicados até 1966 teceram o eixo das diretrizes governamentais para o setor. No entanto, estes não representaram, efetivamente, o que poderia ser interpretado como uma estratégia de ação pública (DIAS, 2008). Isto porque, entre os anos de 1940 e os primeiros anos da década de 1960, para alguns autores como Dias (2008) e Rubim (2007), apenas algumas ações públicas pontuais foram efetivadas, em particular, no campo de debate sobre patrimônio.

Por sua vez, no campo das políticas públicas da natureza, em 1932, foi realizada a primeira *Conferência Brasileira de Proteção à Natureza*⁴⁸, com o apoio e patrocínio do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Organizada pela *Sociedade dos Amigos das Árvores*, o evento contou com o apoio de diversas instituições da sociedade civil e da gestão pública e refletiu o pensamento da época sobre a questão ambiental no país. Segundo Franco (2002), esse pensamento foi liderado, praticamente, por um grupo formado por intelectuais, cientistas e funcionários públicos que aspirava que o Estado implementasse políticas relacionadas à conservação do patrimônio natural brasileiro (FRANCO, 2002, p. 79).

No âmbito da cultura, foi também a partir da década de 1930 que se começou a pensar na elaboração de políticas específicas para o setor. E o primeiro sinal de intervenção do Estado foi marcado pela criação do *Ministério da Educação e Saúde*⁴⁹, em 1930. E, ironicamente, com a implantação deste Ministério, a sociedade brasileira presenciou as

⁴⁸ A Convenção foi realizada entre 8 e 15 de abril de 1934 e contou com o apoio da Academia Brasileira de Ciências, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, o Instituto Histórico de Ouro Preto, a Associação Brasileira de Educação, a Associação Brasileira de Farmacêuticos, o Instituto Nacional de Música, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a Liga Brasileira de Higiene Mental, a Sociedade de Amigos de Alberto Torres, o Tijuca Tennis Club, a Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro e a Sociedade Fluminense de Medicina Cirúrgica (FRANCO, 2002, p. 79).

⁴⁹ O então Chefe do Governo Provisório, Gustavo Capanema (1934-1945), deixou a cultura sob a chancela do *Ministério da Educação e Saúde*, criado em 1930.

primeiras tentativas de formulação e implantação de uma política cultural no país, mesmo com a esperada resistência da ditadura Vargas, em função do contexto político à época⁵⁰.

No entanto, por mais que a década de 1930 possa estar associada aos primeiros indícios relacionados ao delineamento destas políticas setoriais, foi somente a partir da década de 1960, que se pode afirmar que estas políticas passaram, efetivamente, a mobilizar a agenda governamental. Assim, entre as décadas de 1930 a 1950, alguns autores destacam apenas ações da esfera pública pontuais, em particular, na área de patrimônio, mas “nada que possa ser tomado como uma efetiva política cultural”, conforme explica Rubim (2007, p.103).

No âmbito do turismo, é pertinente destacar um importante antecedente em políticas públicas que esteve na origem dos importantes desdobramentos observados a partir de 1966, no plano da normatização para o setor turístico no país. Isto porque ainda no Estado Novo, em 1958, foi instituída a *Comissão Brasileira de Turismo* (COMBRATUR). Consolidada pelo Decreto nº 44.863/58 (BRASIL, 1958) e vinculada diretamente à Presidência da República como um órgão consultivo para o setor, a *COMBRATUR* teve a função de coordenar as atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno e ao afluxo de estrangeiros, além de pesquisar e supervisionar as medidas relacionadas com a movimentação dos turistas no país.

Tomando-se por base estas funções, parece possível afirmar que, pela primeira vez no país, as atividades outorgadas a um órgão do turismo passaram a transcender as funções meramente dirigidas à regulação e fiscalização de agências de viagem e turismo passando também a orientar as estratégias e ações públicas para o desenvolvimento e melhoria da infraestrutura turística do país. E assim, o processo de planejamento turístico, anteriormente difuso e pontual passou a ser gradualmente estabelecido no âmbito da ação governamental.

Em relação às políticas da natureza, a década de 1960 marcou o início da edição de normas legais com referências às questões ambientais propriamente ditas, passando a enfatizar a importância do ambiente natural e social. Posteriormente, em 1964, é criado o *Estatuto da Terra*, através da Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, considerado por SILVA (2013, p. 7) como “a primeira grande resposta normativa aos dilemas identificados pela organização da propriedade rural” daquele momento histórico.

⁵⁰ Naquele momento, Capanema obteve apoios importantes para tal como o de Candido Portinari, Carlos Drummond de Andrade e Oscar Niemeyer, entre outros importantes expoentes das artes brasileiras (RUBIM, 2007).

Neste período, um importante avanço ocorreu com relação à questão ambiental, com foco nos dispositivos para a proteção da natureza. Em 1965, o Congresso Nacional aprovou o *Código Florestal*, através da Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Este documento determinava a proteção de florestas nativas e definia como áreas de preservação permanente (onde a conservação da vegetação nativa é obrigatória) uma faixa de trinta a quinhentos metros nas margens de rios, lagos e reservatórios, além de topos de morro, encostas com declividade superior a 45 graus e acima de 1.800 metros de altitude. Também exigia que propriedades rurais da região Sudeste do país preservassem 20% da cobertura arbórea, devendo tal reserva ser averbada em cartório de registro de imóveis. O Código Florestal de 1965 foi considerado um avanço para a sua época e uma tentativa para solucionar os problemas e tensões sociais no meio rural (SILVA, 2013, p. 84) e constitui um marco para as políticas de proteção da natureza até os dias atuais.

No âmbito do turismo, dois importantes progressos foram observados para o setor em 1966, relacionados aos desdobramentos do Decreto-Lei 55⁵¹ (BRASIL, 1966). O primeiro foi a criação, em 1966, do *Conselho Nacional de Turismo* (CNTur), órgão colegiado formado por organizações públicas e privadas, com a função de organizar o setor turístico no país.

O segundo avanço no período se referiu à criação da *Empresa Brasileira de Turismo*, EMBRATUR. Vinculada ao então *Ministério da Indústria e do Comércio*, a EMBRATUR foi criada com a natureza de empresa pública e com a “finalidade de incrementar o desenvolvimento da indústria de turismo e executar no âmbito nacional as diretrizes que lhes forem traçadas pelo governo” (BRASIL, 1966). Por meio deste Decreto-Lei foi reafirmada a noção de valor atribuída à dimensão cultural como essencial para a formulação do que viria a se tornar, no futuro, uma política nacional do turismo. E foi a partir deste momento que a abordagem sobre cultura passou a estar inserida, efetivamente, no contexto da promoção turística do país (LIMA, 2014). A criação destes dois órgãos marcou o período de regulamentação jurídica do turismo no Brasil, de acordo com Cruz (2002).

⁵¹ O Decreto-lei 55/66 implantou o Sistema Nacional de Turismo, criou CNTur e a EMBRATUR, com a função de organizar e estimular o turismo brasileiro, seguindo as diretrizes traçadas pelo CNTur; esse estímulo ao turismo foi otimizado com a criação de fundos para o financiamento de projetos de desenvolvimento turístico como o FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo, implantado em 1971 e o Fiset – Fundo de Investimento Setorial de Turismo, criado em 1974.

Ainda em 1966, no plano da cultura, ocorreu a criação do *Conselho Federal de Cultura*⁵² (CFC), um órgão colegiado. Este marco tem um significado importante para esta política setorial, uma vez que o CFC foi estabelecido com a atribuição de institucionalizar a área da cultura no campo da administração pública. Com este dispositivo, passou a ser fundamental a criação de secretarias e conselhos de cultura em todo o país. E com esse objetivo, o papel do *CFC* passou a transcender a mera função de um órgão de aconselhamento do *Ministério da Educação e Cultura*⁵³. A ideia, neste caso seria que, com a formação deste Conselho, projetos próprios da área cultural passassem a ser executados para além da função do órgão governamental de elaborar e aprovar a futura política nacional de cultura para o Brasil (CALABRE, 2008, p. 04). Desta maneira, tanto o CNC pode ser entendido como um antecedente importante para o posterior surgimento do *Ministério da Cultura*, em 1985, um marco na gestão pública na década de 1980.

No entanto, e ironicamente, o país começava a viver à época, uma fase que ficou conhecida como a mais brutal para o setor da cultura, a ditadura militar, principalmente entre 1968 e 1974. Durante este período, uma forte censura incidiu nos meios de comunicação e inúmeras prisões, casos de exílio e desaparecimentos de cidadãos em circunstâncias diversas foram recorrentes no país. Este contexto teve, evidentemente, um impacto marcante sobre o delineamento e a implementação das políticas públicas dirigidas ao setor de cultura. Este período foi descrito por Rubim (2007) como:

Época de vazio cultural, apenas contrariado por projetos culturais e estéticas marginais, marcado pela imposição crescente de uma cultura midiática controlada e reprodutora da ideologia oficial, mas tecnicamente sofisticada, em especial em seu olhar televisivo (RUBIM, 2007, p.106)

Esse “vazio cultural”, comentado pelo autor, foi, no entanto, gradualmente, sendo modificado em função do contexto de elaboração da *Política Nacional de Cultura de 1975* ou *PNC 1975* (BRASIL, 1975). Na verdade, esta foi, talvez, a primeira iniciativa para a implementação de uma política para o setor no país. No seu texto introdutório, já se afirmava a necessidade de apoio e incentivo às “iniciativas culturais de indivíduos e grupos sociais e a

⁵² Através do Decreto-Lei 74/66 e do Decreto n°. 60.237, de 17 de fevereiro de 1967.

⁵³ Importante mencionar que o CFC foi criado em substituição ao antigo Conselho Nacional de Cultura (CNC) estabelecido em 1938, através do Decreto-Lei n° 526, que tinha apenas a função de aconselhamento. Para Rubim (2007) e Calabre (2008), este movimento representou um importante avanço no que diz respeito ao setor da cultura no país.

necessidade de se zelar pelo patrimônio cultural da Nação, sem intervenção do Estado, para dirigir a cultura” (BRASIL, 1975, pág. 04). Além disso, o referido documento concebia a cultura nacional, a partir de suas peculiaridades, “notadamente as que decorrem do sincretismo alcançado no Brasil a partir das fontes principais de nossa civilização - a indígena, a europeia e a negra” (BRASIL, 1975, pág. 04). Assim, através deste dispositivo de políticas públicas se buscou expressar o reconhecimento e a promoção da história e da valorização da diversidade cultural do país.

Nesta direção, em 1977, foi aprovada a *Lei 6.513* (BRASIL, 1977), que dispõe sobre a criação de *Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico*, dos bens de valor cultural e natural e estabelece outros encaminhamentos. Essa lei pode ser considerada como um dos primeiros marcos legais das políticas públicas nacionais a esboçar a tentativa de integração entre as ações dirigidas ao turismo, à proteção da natureza e à cultura. Através deste dispositivo legal, pretendia-se assim promover a elaboração e execução de programas que gerassem o desenvolvimento das áreas com elevado potencial turístico, tendo como premissas a preservação e a valorização do patrimônio cultural do país, através de condutas responsáveis de uso e ocupação do solo.

No referido texto, há ainda alusões claras ao que se denominou como de “interesse turístico”, relativo às reservas e estações ecológicas, as áreas destinadas à proteção dos recursos naturais renováveis, assim como às manifestações culturais e bens culturais do país. Além disso, nesta lei está claramente expressa a preocupação com os impactos negativos que a atividade turística pode causar aos bens naturais e culturais considerados como de interesse para o setor histórico nacional. Sendo assim, esta foi uma iniciativa governamental que buscou delinear uma possível conexão entre turismo, natureza e cultura, além de ter ressaltado a necessidade de preservação dos bens naturais e culturais como pressuposto para as ações propostas.

A *Lei 6.513* pode ser interpretada como um reflexo direto da *Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* da UNESCO (1972), aprovada cinco anos antes. Isso porque, mesmo não incidindo diretamente sobre o turismo e tendo sido criada para outros fins, esta convenção internacional, relacionada à proteção dos bens naturais e culturais, terminou por influenciar o planejamento do setor turístico no país. Além disso, a relação entre a *Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* e as estratégias de planejamento e

gestão do turismo foi estreitada a partir da percepção de que, na prática do turismo, sempre foram utilizados os atrativos naturais e culturais como elementos motivacionais e indutores.

E, nesse exercício retrospectivo é importante também lembrar que apesar do clima de instabilidade pelo qual passava o setor da cultura no período, em função dos anos da ditadura militar no país, a questão do patrimônio cultural passou a ser, cada vez mais incorporada a este debate no contexto internacional, em função das ações da UNESCO e dos demais dispositivos de orientação de políticas públicas globais, em discussão no plano das Nações Unidas. E, sendo assim, entre 1970 e o começo da década de 1980 ocorreram assim inúmeras conferências internacionais com enfoque em cultura, entre as quais, a *Conferência de Veneza sobre Políticas Culturais*, (1970), a *Conferência sobre Políticas Culturais para a América Latina e o Caribe* (1978), na cidade de Bogotá e, a *Conferência Mundial sobre Políticas Culturais* (1982), na cidade do México, como anteriormente mencionado. Enquanto isso, o Brasil vivia os primeiros anos de abertura política (1979-1985), com o final do Regime Militar e o início do processo de redemocratização. Esse período foi também marcado por uma importante crise econômica, acelerada pela dívida externa do país, os altos índices de desemprego e pelos movimentos populares que reivindicavam as eleições diretas, conforme será contextualizado posteriormente (LIMA; IRVING; MUZZI, 2017).

Mas, com o final da ditadura militar no país, houve um período de abertura política também no âmbito da cultura. Isto porque durante o governo de José Sarney (1985-1990) foi criado o *Ministério da Cultura* (MinC), através do *Decreto 91.144*, de 15 de março de 1985 (BRASIL,1985), iniciativa essa que passou a reconhecer a autonomia e a importância do setor, até então tratado em sua articulação com a educação.

De acordo com esse decreto, a criação do MinC ocorreu devido a um processo de mobilização substancial no país “tanto com os assuntos educacionais quanto com os assuntos culturais” E ainda segundo esse decreto, os temas ligados à cultura “nunca puderam ser objeto de uma política mais consistente” (BRASIL, 1985). Neste caso, está expresso, no decreto, que a “atual situação do país não pode mais prescindir de uma política nacional de cultura, consistente com os novos tempos e com o desenvolvimento já alcançado pelo País”. A partir deste momento, o setor da cultura passou a ter maior autonomia, uma vez que passou a ser

atribuição de um órgão governamental especificamente criado com este compromisso, ainda que este processo não tenha sido tão fluido como descreve Calabre⁵⁴:

Logo de início o Ministério enfrentou muitos problemas, tanto de ordem financeira como administrativa. Faltava pessoal para cuidar do conjunto de atribuições que cabem a um Ministério, recursos financeiros para a manutenção dos programas existentes e até mesmo espaço físico para a acomodação da nova estrutura. Ocorreu também um processo de substituição contínua na chefia da pasta (CALABRE, 2007b, p. 6).

Mas neste breve sequenciamento histórico, é importante também destacar, ainda no final da década de 1980, a promulgação da nova *Constituição da República Federativa do Brasil*, em 1988. E, mais especificamente, no Artigo 180, Cap. I, do título VII da Constituição, que trata da *Ordem Econômica da Constituição Federal*, o turismo passa a receber maior destaque, em termos de políticas públicas nacionais, o que pode ser ilustrado na transcrição, a seguir de um trecho deste documento que estabelece que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (BRASIL, 1988). Sendo assim, a Constituição representou um marco fundamental neste debate e passou a gerar mudanças que iriam influenciar, em seguida, os dispositivos jurídicos e políticos para o setor.

No plano da cultura, no Art. 215 da Constituição, é garantido o direito à cultura e o “pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional”, sendo de responsabilidade de o Estado apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais nacionais. Mas apesar disso, o que se percebe é que a noção de cultura no texto constitucional se traduz principalmente pela lógica do mercado, sendo associada, em algumas passagens da *Carta Magna*, à “produto” e “valor”. Com isso, esta noção passou a ser associada, gradativamente, à noção de “produto de mercado” nas políticas setoriais, como oportunidade para investimentos e para o desenvolvimento econômico do país.

O início da década de 1990 ficou marcado pela substituição do então *Ministério da Cultura*, criado em 1985, por uma mera *Secretaria de Cultura*⁵⁵, no plano das

⁵⁴ Estes problemas mencionados pela autora parecem persistir até os dias atuais, conforme poderá ser observado posteriormente.

⁵⁵ Em 1990, por meio da Lei 8.028, de 12 de abril, o MinC foi transformado em Secretaria da Cultura, diretamente vinculada à Presidência da República, situação que foi revertida pouco mais de dois anos depois, pela Lei 8.490, de 19 de novembro de 1992 (MinC).

institucionalidades na gestão pública, o que pode ser entendido como um real retrocesso para o setor da cultura no país. Esta mudança na hierarquia institucional foi decorrente das ações e escolhas do governo Collor⁵⁶ que também ficou conhecido como responsável pela “mais drástica intervenção do Estado na economia, com bloqueio de recursos privados, substituição de moeda, indexação de taxas, congelamento de preços e salários” no país (FERREIRA, 2009, p. 138). E assim, também o campo da cultura foi marcado, no período, por um dos momentos mais inexpressivos da história do país.

Por sua vez, no âmbito de políticas públicas de turismo, o cenário parecia mais próspero, na mesma época. Para ilustrar esta afirmação pode ser mencionado o *Decreto-Lei 8.181* (BRASIL, 1991) que transformou a *EMBRATUR* em *Instituto Brasileiro de Turismo*. A mudança de uma empresa pública para a condição de um instituto, com maior abrangência e escopo de atuação, contribuiu para assegurar também à *EMBRATUR*, a missão de “formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Turismo”. Sendo assim, ironicamente, enquanto o setor da cultura era marcado por um segundo vazio cultural e um retrocesso em seu alcance institucional, parece ter ocorrido, no mesmo momento, o fortalecimento do setor turístico, no plano da gestão pública.

No campo das políticas públicas de proteção da natureza, este período foi um preparatório para a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, conhecida também como *Rio-92*, conforme mencionado anteriormente.

A participação de vários segmentos sociais e das lideranças políticas nacionais e internacionais na *Rio-92*, não apenas iniciou oficialmente o debate sobre as questões ambientais, mas possibilitou a discussão sobre questões referentes à diversidade cultural e, posteriormente, a temática do turismo passou a fazer parte do debate global no âmbito da *Convenção sobre Diversidade Biológica* (CDB) e da *Convenção do Clima da ONU*, tratados internacionais estabelecidos durante a *Rio-92*. Foi também durante esta Conferência que a Secretaria do Meio Ambiente foi transformada em *Ministério do Meio Ambiente* (MMA), através da Lei n.º. 8.490, de 19 de novembro de 1992. E assim, este Ministério é criado em

⁵⁶ A Sexta República Brasileira teve início no dia 15 de março de 1985 à atualidade. Este período iniciou-se com a posse de José Sarney (Partido PMDB), após o óbito de Tancredo Neves (do mesmo partido), antes de tomar posse. Em 1990, assume Fernando Collor (PRN) que permaneceu no governo até 29 de dezembro de 1992. Nessa mesma data, assume Itamar Franco (PRN), permanecendo no governo até o início de 1995. Fernando Henrique Cardoso (PSDB) governou o país de 1995 a 2003. No mesmo ano, assume Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que permaneceu no cargo até janeiro de 2011. Dilma Rousseff (PT) assumiu o governo no dia 1º de janeiro de 2011, presidenta em exercício (Ver www.brasil.gov.br/governo Publicado em 03 de Setembro de 2013).

decorrência da pressão social e do movimento ambientalista que ganhou força durante a *Rio-92* e após o evento, com a sua repercussão internacional. A consolidação do MMA, em 1992, como um órgão de autarquia maior, estruturado legalmente não significou, no entanto, a configuração, à época de, uma política ambiental, embora possa ser compreendida como um importante avanço para o setor.

Ainda em 1992, com base no entendimento do turismo como veículo de desenvolvimento nacional, o governo brasileiro lançou o *Plano Nacional de Turismo* (PLANTUR), por meio do *Decreto 448* (BRASIL, 1992b), que tinha por objetivo o desenvolvimento do turismo como “fonte de renda nacional”. Neste documento, há seis referências claras ao termo *cultura*, que incidem sobre a necessidade de valorização e preservação do patrimônio cultural (Art. 2º, inciso I); o estímulo ao “aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais (...)” (Art. 3º, inciso VI); o incentivo à “criação e implantação de equipamentos destinados a atividades de expressão cultural (...)” (Art. 3º, inciso VII); a utilização dos serviços das representações culturais do Brasil, no exterior para promoção turística (Art. 10); o dever em firmar parcerias entre as instâncias públicas e a gestão dos parques nacionais, bens patrimoniais e culturais com valor turístico, com a *EMBRATUR* (Art. 12). Com isto, pretendia-se ordenar as ações do setor público, visando à diversificação de produtos turísticos, à geração de empregos e ao aumento do fluxo de turistas nacionais e estrangeiros no Brasil. Neste contexto, a cultura passou a ser interpretada como potencialidade ou como insumo para o desenvolvimento turístico nacional (LIMA, 2014).

É importante destacar ainda, citando o *PLANTUR*, que no decreto que o estabeleceu foi concedida à *EMBRATUR* a atribuição de criar o *Conselho Consultivo de Turismo* (CONTUR), com a finalidade de cooperar com o *Instituto Brasileiro de Turismo* na formulação da *Política Nacional de Turismo* e também nas “soluções para os diversos aspectos institucionais, estruturais e conjunturais, tanto no que diz respeito ao Poder Público, quanto à iniciativa privada” (BRASIL, 1992b). Além dessas, outras medidas foram também estabelecidas por este instrumento com relação às configurações do Conselho, entre elas, o compromisso de inclusão e de participação de representantes de bens patrimoniais, culturais e ambientais na formulação da futura *Política Nacional de Turismo*. Sendo assim, no *PLANTUR-1992* já se buscava a discussão e a implementação de políticas intersetoriais, principalmente, através da integração dos setores envolvidos com a ação cultural e turística no

país. Mas, na prática, o plano não saiu da teoria⁵⁷, conforme discutido por Dias (2008). E mais uma vez as intencionalidades dos discursos oficiais não se concretizaram na *práxis* da gestão pública.

No âmbito das políticas de cultura, por sua vez, durante o governo de Itamar Franco (1992-1995) um dos primeiros atos do governo foi a publicação da *Lei nº 8.490*, de 19 de novembro de 1992 (BRASIL, 1992a), que dispôs sobre a organização da Presidência da República e da estruturação dos ministérios e, entre eles, o *Ministério da Cultura* (MinC). O *MinC* foi, assim, ironicamente reestabelecido sete anos depois de sua desativação, com as funções de planejar, coordenar e supervisionar as atividades culturais no país; formular e executar a política cultural; e proteger o patrimônio histórico e cultural brasileiro. (FERREIRA, 2009).

Retomando a temática do turismo, em 1994, dois relevantes documentos para as políticas públicas de turismo, no país, foram lançados: o *Programa Nacional de Municipalização do Turismo* (PNMT) e as *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo* (EMBRATUR/IBAMA, 1994). Sob a coordenação do então Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, o PNMT foi planejado e executado pela EMBRATUR de acordo com a adoção de uma metodologia orientada da Organização Mundial do Turismo, adaptada ao cenário nacional. Dessa forma, esse plano foi elaborado com o objetivo de descentralizar o planejamento e a gestão do turismo nos municípios com potencial turístico, representando, assim, um novo modelo de gestão que, no plano teórico, seria mais simplificado, integrado e participativo, capaz de gerar maior eficiência e eficácia para o setor.

De acordo com Cruz (2002), com o PNMT procurou-se assegurar o planejamento participativo e a gestão local do turismo. Para isso, delegou aos dirigentes municipais a responsabilidade pelo desenvolvimento das localidades turísticas em seu território. Por outro lado, o Governo Federal passou a assumir o papel de organizador e orientador no processo de tomada de decisões. Esse programa foi definido também de acordo com o cenário político nacional daquela época, que se encaminhava para a descentralização das políticas sociais brasileiras. Sobre a criação do PNMT, BENI (2006) argumenta que:

⁵⁷ Segundo CRUZ (2002), um dos principais motivos para a não implementação do PLANTUR foi devido ao fato do plano preceder à Política Nacional de Turismo, somente implementada em 1996. Assim, o PLANTUR deveria vir como consequência para efetivar a política e não o contrário.

o objetivo principal de melhorar o produto turístico brasileiro por meio da conscientização dos municípios e de seus habitantes acerca dos benefícios econômicos que o turismo poderia aportar, bem como da descentralização das atividades de planejamento (BENI, 2006, p. 26).

O segundo documento, mencionado anteriormente, trata-se do intitulado *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo* que estabelece os conceitos vinculados ao segmento de ecoturismo, no país, assim como a definição dos critérios de exploração sustentável do potencial constituído pelos recursos naturais e valores culturais. As *Diretrizes* foram elaboradas em 1994 por um Grupo de Trabalho Interministerial, integrado por representantes dos então Ministérios da Indústria, do Comércio e do Turismo, do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - MMA, além do IBAMA e da EMBRATUR. A partir de então, o ecoturismo passou a ser interpretado como o "segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas" (EMBRATUR/IBAMA, 1994).

A despeito das finalidades dos dois documentos, com o tempo, percebeu-se que, na prática, o rumo destas propostas terminou sendo desvirtuado, uma vez que as políticas públicas expandidas sob a égide do ideário neoliberal tendem, em geral, à criação de produtos turísticos destinados ao grande mercado, embora outros valores sejam expressos em seu discurso (BENI, 2006).

Posteriormente, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) ocorreu, no plano da cultura, a implantação efetiva da *Lei Rouanet*⁵⁸, por meio do *Decreto n.º 1.494*, de 17 de maio de 1995 (BRASIL, 1995). Essa lei, em conjunto com a *Lei do Audiovisual*⁵⁹ (BRASIL, 1993), passou a contribuir para “o processo da conformação de uma nova política, mais voltada para as leis de mercado, na qual o Ministério tinha cada vez menos poder de interferência”, conforme a análise de Calabre (2007a: 95). Com isso, os projetos

⁵⁸ A Lei de Incentivo à Cultura, popularmente chamada de *Lei Rouanet*, é conhecida principalmente por sua política de incentivos fiscais. Esse mecanismo possibilita que cidadãos (pessoa física) e empresas (pessoa jurídica) apliquem parte do Imposto de Renda devido em ações culturais. Assim, além de ter benefícios fiscais sobre o valor do incentivo, esses apoiadores fortalecem iniciativas culturais que não se enquadram em programas do *Ministério da Cultura* (MinC). Este decreto foi revogado pelo Decreto no 5.761, de 27 de abril de 2006. Extraído do sítio <http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/11/lei-rouanet>, em 28 de outubro de 2015.

⁵⁹ A Lei do Audiovisual foi criada em 1993, possibilitando aos contribuintes deduzirem do Imposto de Renda os valores de investimentos feitos em obras audiovisuais cinematográficas de produção independente (Lei do Audiovisual, 8.685/93).

culturais passaram a ser interpretados, progressivamente, como “produtos de mercado” ou como oportunidades para investimentos e desenvolvimento econômico para o país. E, por esta via, segundo Cruz (2012),

o Estado se abstém das suas responsabilidades com o setor e repassa-as para o mercado. Em decorrência deste mercado que está se estabelecendo começaram a ser criados, nos âmbito estadual e municipal, secretarias e outros órgãos específicos - como as fundações - para tratar dos assuntos do setor cultural. (CRUZ, 2012, p. 18).

Nesse mesmo período, compreendido entre os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), as leis de incentivos fiscais para financiar a cultura tornaram-se prioridade no país. Mas apesar deste movimento, na opinião de Rubim (2007), “a predominância desta lógica de financiamento corrói o poder de intervenção do Estado nas políticas culturais e potencializa a intervenção do mercado, sem, entretanto, a contrapartida do uso de recursos privados” (RUBIM, 2007, pág. 108-109). E assim, apesar da consolidação da lógica dos incentivos para a cultura, durante o período de governo do FHC, foi publicada pelo MinC uma única brochura, em 1995, intitulada *Cultura é um bom negócio*, o que reafirma a ideologia predominante para o setor, dirigido pela perspectiva do mercado e também ilustra as prioridades governamentais com este objetivo.

Ainda no governo FHC, no plano ambiental, com foco específico nos dispositivos de proteção da natureza, em 18 de julho de 2000, a Lei nº. 9.985 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e com isso, as determinadas tipologias de APs, as unidades de conservação (UC) foram definidas como

o espaço territorial com limites definidos, que possuam características naturais relevantes e importantes recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com objetivos de conservação, legalmente instituído pelo Poder Público e sob regime especial de administração, apropriadas à sua proteção, e as divide em duas categorias, as Unidades de Proteção Integral e as de Uso Sustentável, esta permite o uso direto de seus recursos naturais, ou seja, a exploração sustentável, social e economicamente viável dos recursos ambientais (SNUC, 2000).

No SNUC (2000), as referências ao *turismo* incidem sobre a potencialidade de desenvolvimento de atividades de turismo ecológico no interior dos parques nacionais (Art. 11) e, a promoção do turismo ecológico nas áreas onde o uso sustentável é permitido (Art. 4º,

inciso XII). Também se ressalta a importância de parcerias para apoiar e cooperar no planejamento e gestão de atividades de turismo ecológico nessas áreas (Art. 5º, inciso IV). Além disso, é mencionada a possibilidade de visitação com finalidade turística nas áreas categorizadas como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Em relação à cultura, no mesmo documento, as citações encontradas incidem sobre dois objetivos específicos do SNUC. O primeiro objetivo é o de proteção das características relevantes de natureza nas UCs, conforme consta no Art. 4, inciso VII; o segundo objetivo remete à necessidade de se respeitar e valorizar o conhecimento e a cultura das populações tradicionais, promovendo-as social e economicamente (Artigo 4, inciso XIII). Além disso, há outras referências vinculadas ao respeito das características culturais nas UCs, no referido instrumento de políticas públicas. Este é o caso do que trata da manutenção dos atributos culturais das populações tradicionais e/ou locais nas Áreas de Proteção Ambiental (Artigo 15); da proteção dos meios de vida e da cultura das populações locais em Reservas Extrativistas (Artigo 18); da garantia das condições e dos meios necessários para a satisfação das necessidades materiais, sociais e culturais das populações tradicionais que, porventura, residem nas unidades de conservação de proteção integral (Artigo 28, Parágrafo único). O Artigo 50 trata sobre a inclusão dos aspectos socioculturais no *Cadastro Nacional das Unidades de Conservação*. Com isto, pretendia-se catalogar, valorizar e proteger também os recursos culturais, necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando o seu conhecimento e sua cultura, ao mesmo tempo em que se assegura à proteção e/ou o uso sustentável dos recursos naturais encontrados nas unidades de conservação.

No plano das políticas públicas de turismo, com o fim do governo FHC e o início do governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) foi criado o *Ministério do Turismo* (MTur), por meio da *Medida Provisória nº 103*, de 1º de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003a), que dispôs sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Esta medida provisória, posteriormente convertida na *Lei nº 10.683*, de 28 de maio de 2003 (BRASIL, 2003c), teve o objetivo de criar o MTur, atribuindo ao mesmo, a responsabilidade pela divulgação e aprimoramento do turismo nacional. Este ato representou um marco institucional relevante para uma mudança de visão do Governo Federal dirigida ao setor, uma vez que este passou a ser entendido como prioritário no plano governamental.

O MTur foi composto, na origem, por outros três importantes órgãos: a Secretaria de Políticas de Turismo, a Secretaria de Programas de Desenvolvimento e o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR). Com a criação do MTur, a EMBRATUR teve suas atribuições restritas à promoção, divulgação e apoio da comercialização dos produtos e serviços turísticos brasileiros no exterior. Dessa forma, todas as outras competências foram transferidas para o novo ministério (DIAS, 2003, p. 140). Especificamente no caso do PNMT, este foi suprimido como programa e absorvido como projeto pelo *Programa Roteiros do Brasil*, compondo parte do *Macroprograma de Estruturação e Diversificação da Oferta Turística do Plano Nacional do Turismo*, lançado em abril de 2003.

No mesmo ano foi lançado, também, o *Plano Nacional de Turismo (PNT): Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007* (BRASIL, 2003b), um instrumento de políticas públicas para a promoção, o marketing e o apoio à comercialização do produto turístico brasileiro no mundo, ressaltando o compromisso de desenvolvimento econômico, da redução das desigualdades sociais e da utilização sustentável dos recursos naturais e culturais do país (LIMA, 2014).

Além disso, a principal particularidade do *PNT 2003-2007* foi este ter sido lançado no mesmo momento em que o Governo Federal criou o *Ministério do Turismo*, passando esta instância a funcionar como articuladora do “processo de integração dos mais diversos segmentos do setor turístico” (BRASIL, 2003b). Sendo assim, no plano do turismo, o arcabouço legal e as institucionalidades associadas passaram a ser fortalecidas, a partir do discurso da época, que reafirmava a importância econômica do setor, em virtude do reconhecimento do potencial turístico (diversidade natural e cultural) do país, a ser explorado economicamente.

De acordo com este documento, o turismo, pela natureza das atividades envolvidas (e pelo reconhecimento da dinâmica potencial de crescimento para setor), passou a ser apontado como um dos segmentos da economia nacional que mais poderia atender “de forma completa e de maneira rápida os desafios colocados, considerando a capacidade do setor em interferir nas desigualdades regionais”. E ainda, de acordo com o *PNT 2003-2007*, os princípios orientadores de todos os programas, projetos e ações, em turismo, a partir de então, teriam como vetores a redução das desigualdades regionais e sociais, a geração e distribuição de renda, a geração de emprego e ocupação e o equilíbrio do balanço de pagamentos (BRASIL, 2003b, p. 4). Com essa perspectiva, seria possível, em tese, acelerar o

desenvolvimento do país, a partir da geração de oportunidades e recursos para a economia nacional, em função dos benefícios potenciais advindos do turismo.

Ainda em seu texto introdutório, o *PNT 2003-2007* é apresentado como “proposta de construção coletiva de um plano com uma visão compartilhada” (BRASIL, 2003b, pág. 06). E o turismo passa a ter, segundo este entendimento, um papel decisivo para a geração de oportunidades de emprego e renda, assim como também para a “utilização sustentável de nossos recursos naturais e culturais”, a partir da promessa de que, dessa maneira, haveria um “desenvolvimento consequente e equilibrado em todo território nacional” (BRASIL, 2003b, p. 6).

Assim, através do *PNT 2003-2007*, o governo brasileiro passou a interpretar o turismo como uma via possível para a valorização e conservação do patrimônio nacional (nesse, entendidos natureza e cultura), com base na proposta de desenvolvimento de “novos produtos turísticos” fundamentados no tripé: regionalidade, genuinidade e identidade cultural do país sem desconsiderar, contudo, os impactos ambientais, econômicos, sociais, políticos e culturais gerados pelo setor. Assim, também, por esta via, foi dado destaque à importância dos processos de planejamento e gestão para orientar e disciplinar o setor, com a finalidade de acelerar o seu desenvolvimento nas três esferas do governo. E, segundo Sancho e Irving (2010), as diretrizes, proposições e objetivos do *PNT* “podem ser considerados inovadores, uma vez que congregaram, de maneira inédita, temas como (...) a conservação e preservação do patrimônio histórico-cultural”, entre outros (*Ibidem*, p. 110).

Mas é válido mencionar que nesse mesmo período (2003), o PNMT foi interrompido, institucionalmente, sob a justificativa de que toda a estrutura governamental de gestão do setor turístico deveria ser revista e reformulada, com o objetivo de atender às novas diretrizes governamentais e aos objetivos e metas do novo *Plano Nacional de Turismo 2003-2007*, que foi baseado, principalmente, no *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil*, lançado em 2004.

De certa forma, o *PNT 2003-2007* representou uma continuidade aos planos anteriores mas de uma maneira mais “lapidada”, conforme explicou a autora:

(...) vários deles (programas de turismo) estão sendo reformulados para atender as novas estratégias como, por exemplo, o PRODETUR, que agora vai alcançar a região sudeste, Goiás e o Distrito Federal. O programa Clube da Melhor Idade deverá ser mais estimulado através de parcerias mais intensas com o setor privado na operação dos serviços, principalmente na questão da promoção. O PNMT já está passando por uma revisão e fará parte

do Programa de Regionalização com a criação dos roteiros integrados (SOLHA, 2004, p. 76).

Mas não se pode esquecer que o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT –, instituído durante o governo Fernando Henrique Cardoso, incentivou as ações municipais, promovendo as especificidades locais dos municípios. E essas especificidades também estavam expressas no *Programa de Regionalização do Turismo* do governo Lula. Esse programa reforçou a perspectiva de descentralização da política nacional de turismo, atribuindo maiores responsabilidades aos estados e municípios, o que certamente alterou, substancialmente, o entendimento do turismo no Brasil. No entanto, a limitação das ações dirigidas à integração política entre as três esferas do governo, assim como o fato de que alguns municípios isolados geograficamente dos grandes centros não conseguirem por em prática o plano, além de ausência de informações específicas para gerenciar a atividade foram motivos relevantes que contribuíram para o processo de descontinuidade do PNMT.

Ainda citando o *PNT 2003-2007*, a partir de análise deste documento, é possível também já se perceber, na política setorial, a interpretação de natureza e cultura como fatores de indução para atrair, cada vez mais, turistas nacionais e internacionais para o país. E o texto do documento reafirma, também, que, até então, os “produtos” turísticos disponíveis não contemplavam, ainda de forma satisfatória, a diversidade regional do país, havendo assim um grande potencial ainda a ser explorado no futuro, principalmente no interior do país. Por esta razão, o documento considera também “a urgente necessidade de encontrar alternativas de desenvolvimento local e regional” (BRASIL, 2003b, p. 31). Ou seja, o reconhecimento desta urgência se baseou no entendimento da ainda limitada oferta e diversidade de “produtos turísticos”, estes concentrados em poucas regiões brasileiras e sem ainda envolver a variedade de atrativos naturais e culturais potencialmente identificados com este fim. Assim, o desafio à época era estruturar e ampliar essa oferta, com base em novas alternativas que considerassem a diversidade natural e cultural e contemplassem todas as regiões do país. E, para isso, se contaria com o apoio e a participação dos governos estaduais e de parceiros estratégicos do setor privado, uma vez que o governo federal não teria condições, por si só, de executar as metas estabelecidas pelo *PNT 2003-2007*. Sendo assim, foi proposto um modelo de gestão descentralizada para incentivar a comunicação entre todos os atores envolvidos, para incrementar a qualidade e a competitividade do turismo brasileiro, com a intenção de

transformar o Brasil em um dos principais mercados competitivos para o turismo no mundo (LIMA, 2014).

Mas, apesar deste documento ter sido considerado, de certa forma, inovador na articulação entre os dois setores, a integração entre as políticas de turismo e de cultura, à época, era ainda entendida como objetivo a ser alcançado, no futuro. Esse panorama começou a ser modificado durante o Governo Lula (2003-2010) quando o modelo de gestão governamental adotado passou a se caracterizar pelo maior controle do Estado. A partir de então, uma iniciativa pontual do governo culminou com o processo de elaboração do que viria a se tornar, no futuro, o *Plano Nacional de Cultura (PNC)*, em 2003⁶⁰. E, logo após concluído, este documento foi disponibilizado à sociedade para debate. Após a fase de audiências em 2005, as resoluções deliberadas na *1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC)*⁶¹ formaram a base para a elaboração das diretrizes do projeto de lei que deu origem ao futuro *Plano Nacional de Cultura*, então enviado ao Congresso Nacional no ano seguinte, conforme será detalhado a seguir.

Ainda durante o governo Lula e como uma resposta do Estado aos compromissos internacionais e domésticos assumidos pelo país com relação às áreas protegidas⁶², em 13 de abril de 2006, foi aprovado o *Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)* com o objetivo de “orientar as ações que se desenvolverão para o estabelecimento de um sistema abrangente de áreas protegidas “ecologicamente representativo, efetivamente manejado, integrado a áreas terrestres e marinhas mais amplas, até 2015” (BRASIL, 2006). O *Plano*, instituído através do Decreto 5.758, foi resultado de uma sucessão de encontros e discussões com a sociedade brasileira, abrangendo atores estratégicos em todo o país. Em seu texto há 26 princípios, 20 diretrizes norteadoras e 4 eixos temáticos que, segundo Irving e Matos, evidenciam

com clareza a mudança de foco em políticas públicas, no sentido de um olhar convergente para a interpretação da relação natureza e sociedade, a partir da compreensão de que não é mais possível continuar a pensar estratégias de conservação da natureza dissociadas da dinâmica

⁶⁰ Destaca-se o termo *processo de elaboração* do *PNC* porque, na verdade, foi o começo de uma ação de longo prazo no plano cultural.

⁶¹ A primeira Conferência Nacional de Cultura (Brasília, 2005) teve como tema central a interação do Estado e da sociedade na construção da política pública de cultura.

⁶² Destacando-se a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e a Política Nacional da Biodiversidade (PNB) de 2002. O PNAP visava atender também os objetivos trazidos pelo Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas da CDB, aprovado em 2004 durante a COP7.

socioeconômica regional, considerando a realidade de um país caracterizado por fortes desigualdades sociais (IRVING & MATOS, 2006, p. 93-94).

O PNAP não faz menção direta ao termo *turismo*, ficando apenas tácito em seu Artigo 2º, Parágrafo III que a implementação do referido plano será coordenada por comissão instituída no âmbito do MMA e “contará com a participação e colaboração de representantes dos governos federal (...)” (BRASIL, 2006). Neste caso, subentende-se a participação de um representante também do MTur na Comissão Coordenadora do *Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas*, sendo que esta deve funcionar como instância colegiada consultiva para orientar, acompanhar e apoiar o processo de implementação do PNAP.

Por sua vez, é possível encontrar mais de uma dezena de citações diretas ao termo *cultura* em todo o texto do PNAP. Essas citações são observadas no terceiro, sétimo, oitavo e vigésimo primeiro princípios norteadores do plano. Estas citações tratam da valorização dos aspectos culturais da conservação da natureza (Princípio III); do reconhecimento das áreas protegidas como um dos instrumentos eficazes para a conservação da diversidade sociocultural (Princípio VII); da importância e da complementariedade de todas as categorias de UC e demais áreas protegidas na conservação da diversidade sociocultural (Princípio VIII); e, da consideração do “equilíbrio de gênero, geração, cultura e etnia na gestão das áreas protegidas” (Princípio XXI).

Em relação às suas diretrizes, no *Plano*, há uma menção ao termo *cultura* quando no documento se busca esclarecer que para que ocorra a criação de novas UCs será preciso considerar, entre outros fatores, as interfaces entre a diversidade biológica e a diversidade sociocultural da localidade em questão (Diretriz VIII). Em seu objetivo geral, no PNAP é possível encontrar ainda outra menção ao termo *cultura* que incide sobre a importância de se manter a estrutura e a função ecológica e sociocultural das UCs. Com isto, o PNAP coloca entre os seus princípios o compromisso com as populações indígenas, os quilombolas em território nacional.

O mesmo documento contempla quatro eixos temáticos. Entre esses, dois abordam aspectos que estão relacionadas à cultura. No Eixo *Governança, Participação, Equidade e Repartição de Custos e Benefícios*, é mencionada a importância da avaliação dos efeitos socioeconômicos e culturais resultantes da criação e da implantação de UCs, particularmente “para povos indígenas, comunidades locais e quilombolas” e criação de mecanismos para mitigá-los ou potencializá-los (Estratégia “i”, do Objetivo 4.1). Também se enfatiza a

“manutenção de mecanismos de compensação, juntamente com outros setores do governo, para as populações tradicionais submetidos a perdas econômicas, sociais e culturais com a criação e implementação de UCs e zonas de exclusão de pesca” (Estratégia “j”, do Objetivo 4.1). Da mesma forma, se enfatiza o estabelecimento e o fortalecimento de mecanismos de participação que possam ampliar a inclusão da diversidade sociocultural na gestão das UCs (Estratégia “b”, do Objetivo 4.2).

No Eixo *Avaliação e Monitoramento*, a questão cultural aparece em três citações. Na primeira, se aborda a necessidade de se estimular e fomentar estudos que contribuam para a conservação da diversidade biológica e sociocultural, auxiliando o estabelecimento e gestão da UC (Objetivo específico “c”, do Objetivo Geral 6.4). A segunda citação incide sobre a necessidade de se promover pesquisas interdisciplinares para “melhorar a compreensão de aspectos ecológicos, sociais, culturais e econômicos das UCs, inclusive métodos e técnicas para a avaliação de bens e serviços” (Objetivo Específico *d*, do Objetivo Geral 6.4). A última citação à cultura aborda a importância do incentivo aos estudos que aprimorem os conhecimentos sobre a distribuição, situação atual e tendências da diversidade biológica e sociocultural das UCs (Estratégia *h*, do Objetivo Geral 6.4).

É importante ressaltar ainda que o PNAP abrange, além das unidades de conservação, também as terras indígenas e as terras de quilombos. Desta forma, terras indígenas e quilombolas passam a ser reconhecidas também como “áreas naturais definidas geograficamente, regulamentadas, administradas e/ou manejadas com objetivos de conservação e uso sustentável da biodiversidade” (PNAP, 2006). E assim, através da implementação do Plano, além da conservação dos ecossistemas e da biodiversidade, se pretende salvaguardar os modos de vida e a cultura das populações tradicionais, essenciais para a própria existência dessas populações. Além disso, o Plano visou também evidenciar o papel das áreas protegidas para a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais e/ou locais e o combate à pobreza.

No sentido de assegurar os compromissos mencionados, um ano após o decreto que instituiu o PNAP, foi estabelecida a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. A PNPCT, como também é chamada, foi instituída pelo Decreto n°. 6.040, em 7 de fevereiro de 2007, uma ação do Governo Federal com o objetivo claro de,

promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos

seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (BRASIL, 2007).

De acordo com o Decreto que instituiu esta Política se definiu como pressuposto ações coordenadas de forma intersetorial e integrada, sendo de competência da *Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais* (CNPCT)⁶³ liderar a implementação desta Política.

Dividida em seis artigos, entre princípios gerais e objetivos específicos, há várias citações ao termo *cultura* no texto da PNPCT, menções essas que incidem, basicamente, sobre o reconhecimento da diversidade cultural no país, considerando as suas especificidades e a necessidade de preservação dos direitos culturais das populações tradicionais.

Entre os princípios que devem orientar ações da PNPCT, em seu Parágrafo 1º, Inciso I, trata da necessidade de se reconhecer, valorizar e respeitar “a diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais”. Outras citações à cultura também podem ser encontradas no documento aqui analisado, as quais incidem sobre a “segurança alimentar e nutricional como direito dos povos e comunidades tradicionais (...), tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural” (Inciso III); a “pluralidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas” (Inciso VI); a “contribuição para a formação de uma sensibilização coletiva por parte dos órgãos públicos sobre a importância dos direitos humanos, econômicos, culturais, ambientais e do controle social para a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais” (Inciso XII); e a “preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica” (Inciso XIV).

Em relação os objetivos específicos do PNPCT, três dos dezessete incisos fazem referência direta ao termo *cultura*. E, entre essas referências, a primeira trata da garantia “aos povos e comunidades tradicionais de seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica” (Art. 3º, Inciso I).

⁶³ A comissão criada através do Decreto de 13 de julho de 2006 é composta por quinze representantes de órgãos e entidades da administração pública federal e quinze representantes de organizações não-governamentais e é presidida pelo representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Dentre os membros da sociedade civil da CNPCT estão representantes dos povos faxinalenses, povos de cultura cigana, povos indígenas, quilombolas, catadoras de mangaba, quebradeiras de coco-de-babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retireiros do araguaia e comunidades de fundo de pasto (Ver www.mma.gov.br)

A segunda menção aborda o compromisso com a implantação de infraestrutura “adequada às realidades socioculturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais” (Art. 3º, Inciso III) e a garantia “aos povos e comunidades tradicionais ao acesso aos serviços de saúde de qualidade e adequados às suas características socioculturais, suas demandas, com ênfase nas concepções e práticas da medicina tradicional” (Art. 3º, Inciso VII). Este dispositivo de políticas públicas ilustra, de maneira clara, alguns desafios ainda a serem enfrentados no âmbito das políticas de proteção da natureza, no país.

A última referência ao termo *cultura* encontrada no documento trata da elaboração dos *Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais* que “poderão ser estabelecidos com base em parâmetros ambientais, (...), étnico-socioculturais e deverão ser elaborados com a participação equitativa dos representantes de órgãos governamentais e dos povos e comunidades tradicionais envolvidos” (Art. 5º, Inciso I). No entanto, não existe nenhuma diretriz sobre como equacionar os desafios presentes.

É importante destacar ainda que a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*, assim como o *Plano Nacional de Áreas Protegidas*, ao menos no campo do discurso, representam marcos importantes para a proteção e salvaguarda da diversidade biológica e cultural e para a manutenção das populações tradicionais.

Paralelamente, com base neste recorte temporal e nas premissas anteriormente discutidas, enquanto o *Plano Nacional de Cultura 2010-2020* encontrava-se ainda em fase de elaboração, em 2007, no campo do turismo, o Governo Federal publicou o *Plano Nacional de Turismo 2007/2010 - Uma Viagem de Inclusão*. Este plano buscou dar continuidade ao processo de gestão descentralizada para o setor e ampliar o entendimento do turismo como fator de desenvolvimento socioeconômico do país. Assim, repetia-se o discurso do plano anterior (*PNT 2003/2007*) visando estimular a prática do turismo para prover empregos, desenvolvimento e inclusão social. E, desta maneira, as metas estabelecidas para o turismo no quadriênio 2007-2010 traduziam, notadamente, “a concepção dada ao turismo, qual seja, de instrumento de crescimento econômico e, portanto, essencialmente quantitativo” (VILANI, 2012, p.68).

Enquanto isto, no âmbito das políticas setoriais de cultura, em dezembro de 2010, através da *Lei nº. 12.343* (BRASIL, 2010) foi instituído o *Plano Nacional de Cultura (PNC 2010-2020)*. A mesma lei estabelece o compromisso de criação do *Sistema Nacional de*

Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), tendo entre os seus objetivos, monitorar o *Plano Nacional de Cultura*, por meio da coleta, sistematização e interpretação de dados, no âmbito da política setorial de cultura.

Com a duração de dez anos, em capítulo referente às diretrizes, estratégias e ações, o *PNC 2010-2020* traz dezenove menções ao termo *turismo*. E sob esta perspectiva, na seção destinada às *Propostas de Diretrizes e Ações*, se menciona a importância atribuída à articulação das ações do MinC e do MTur, se reconhecendo também o papel de representantes da sociedade civil e do empresariado na elaboração e implementação da política intersetorial de cultura e turismo e estabelecendo modelos de financiamento e gestão compartilhada e em rede (BRASIL, 2010).

O PNC foi elaborado com cinco capítulos, 14 diretrizes, 36 estratégias e 275 ações para pensar o papel do Estado e a participação social no setor cultural do país. Nos dois primeiros capítulos é apresentada a introdução ao documento e é descrito o processo de elaboração desta política. O terceiro capítulo foi reservado aos valores e definições que orientaram o Plano. O quarto aborda o diagnóstico e os desafios para a implementação das políticas culturais no Brasil e, o quinto e último capítulo enfatiza as estratégias gerais do Plano Nacional de Cultura. Destaca-se ainda as 53 metas prioritárias previstas neste Plano. No capítulo referente às diretrizes, estratégias e ações do PNC 2010/2020, há quase duas dezenas de menções ao termo *turismo* mas poucas referências ao termo *natureza*.

E sob esta perspectiva, o turismo é mencionado em quatro itens do capítulo inicial. E, entre estas menções, ressalta-se a importância de articulação entre os principais atores institucionais, “representantes da sociedade civil e do empresariado na elaboração e implementação da política intersetorial de cultura e turismo, estabelecendo modelos de financiamento e gestão compartilhada e em rede” (BRASIL, 2010).

Ainda de acordo com o PNC 2010-2020, a necessidade de inter-relação entre cultura e turismo é defendida, no discurso do documento. Para tanto, se menciona ser necessário promover programas integrados que mapeiem o potencial cultural e turístico do país, fortalecendo a promoção e a divulgação do turismo nacional, incentivando a criação de programas informativos para que os turistas passem a conhecer e difundir a importância do patrimônio cultural brasileiro.

No campo da interface entre cultura e natureza, no PNC essa relação é abordada na terceira diretriz que estabelece os *Valores e Conceitos* orientadores do documento. Nessa

diretriz se aborda, especificamente, como as relações com “o meio ambiente fazem parte dos repertórios e das escolhas culturais” e assim,

A natureza é indissociável da cultura: integra-se fundamentalmente e de forma provedora, a uma série de formas de vida, identidades, imaginários e manifestações simbólicas das populações brasileiras. É o que nos ensina a cultura dos povos indígenas e o que deve ser um princípio organizador das políticas de cultura no Brasil (PNC, 2010, p. 28).

Desta maneira e nessa diretriz, é necessário integrar e valorizar as diversas culturas e tecnologias ao uso sustentável “das florestas e dos conhecimentos associados à experiência dos povos que nelas habitam” (PNC, 2010, p. 28).

No capítulo reservado às *Diretrizes Gerais para o PNC*, em sua primeira diretriz⁶⁴, no trecho que aborda o financiamento das instituições e mecanismos de integração, item 2.14, é mencionada a necessidade de se “abrir editais conjuntos dos órgãos de cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente, desenvolvimento e comunicações”, entre outros pontos. Com isto, pretende-se fomentar os estudos intersetoriais, abordando de maneira mais ampla problemas e situações complexas como as questões relacionadas aos recursos culturais e naturais do país. (PNC, 2010, p. 61).

Um outro item a relacionar natureza e cultura é o 1.10, da Primeira Diretriz do PNC 2010-2020. Esse trata da regulamentação e da obrigatoriedade de elaboração de relatórios de impacto sociocultural, “antecedendo as intervenções públicas e privadas de relevância em áreas urbanas e rurais” e, assim, espera-se preservar o patrimônio cultural material, imaterial e natural do país. (PNC, 2010, p. 65). Além disto, o seu item 1.9, busca garantir “as condições materiais e socioambientais necessárias à produção, reprodução e transmissão de bens culturais de natureza imaterial” (PNC, 2010, p. 72).

Ainda considerando as *Diretrizes Gerais do PNC*, a quinta e última diretriz, que visa *consolidar os sistemas de participação social na gestão das políticas culturais*, propõe a criação de um sistema de gestão compartilhada e em rede para as políticas de cultura intersetoriais relacionadas à educação, à ciência e tecnologia, ao turismo, ao meio ambiente e às demais áreas da gestão pública, de modo a ampliar a participação social no monitoramento,

⁶⁴ As cinco diretrizes do PNC são: 1.Fortalecer a ação do Estado no planejamento e execução das políticas culturais; 2. Proteger e valorizar a diversidade artística e cultural brasileira; 3.Universalizar o acesso dos brasileiros à fruição e produção cultural; 4.Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável; e 5.Consolidar os sistemas de participação social na gestão das políticas culturais (PNC, 2010).

avaliação e revisão de programas, projetos e ações, de acordo com o item 1.15 do documento analisado (PNC, 2010, p. 87).

Um outro elemento relevante a ser considerado na análise proposta é que o PNC 2010-2020 foi redigido (após consulta pública e aprovação pelo Governo Federal) considerando cinquenta e três (53) metas prioritárias para o avanço do setor cultural no país. Estas metas tendem a ser o reflexo do cenário desejado pela população brasileira para a cultura, considerando o horizonte de 2020. Desta maneira, as proposições e os desafios do PNC 2010-2020 estão sistematizados em cinco capítulos e um anexo contendo as diretrizes, estratégias e ações do plano, que discutem o papel do Estado e o compromisso de participação social no processo de proteção e promoção da diversidade artística e cultural do Brasil.

Considerando a questão orientadora na reflexão desta tese, duas⁶⁵ das cinquenta e três metas do atual *PNC* fazem referência direta ao setor turístico. Com relação à primeira delas, no âmbito do turismo, a mais abrangente, na Meta nº 10, se projeta o “aumento em 15% do impacto dos aspectos culturais na média nacional de competitividade dos destinos turísticos brasileiros” (MINC, 2012, p. 33). Segundo essa meta, a base cultural do país é entendida como essencial para a competitividade do turismo brasileiro, no plano global. No entanto se reconhece, no próprio documento que esse potencial ainda não está sendo bem promovido e divulgado. E, a intenção, neste caso, é o fortalecimento dos compromissos estabelecidos pela cooperação firmada entre o *Ministério da Cultura* e o *Ministério do Turismo* (por meio do *Termo de Cooperação Técnica nº 007/2007*), que busca a “identificação, ordenamento, promoção e fortalecimento da relação entre cultura e turismo no Brasil, por meio da reformulação e execução de políticas, planos, programas e outras iniciativas” (MINC, 2012, p. 33). Esta meta tende, assim, a se traduzir em uma ação essencial em planejamento, por expressar, claramente, a necessidade de uma articulação interinstitucional estratégica para a integração entre as políticas públicas de cultura e turismo no país (LIMA, 2014).

No mesmo documento, na *Meta 35*, o turismo é mencionado como um dos temas a serem abordados nos programas de capacitação dirigidos aos gestores de instituições e equipamentos culturais. O objetivo, neste caso, é que os gestores de instituições e equipamentos culturais possam receber qualificação permanente, não apenas para o pleno

⁶⁵ Meta 10) Aumento em 15% do impacto dos aspectos culturais na média nacional de competitividade dos destinos turísticos brasileiros; e Meta 35) Gestores capacitados em 100% das instituições e equipamentos culturais apoiados pelo *Ministério da Cultura*.

exercício de suas funções mas também para que seja aprimorada a qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes nas ações dirigidas ao turismo. Desta forma, o processo de capacitação, pela leitura deste documento, deve abordar diversos temas e, entre eles, o turismo, para que estes profissionais passem então a atuar como multiplicadores das práticas culturais, possibilitando a disseminação do conhecimento adquirido para um maior número de instituições e visando à melhoria da qualidade do serviço prestado aos turistas e a população, em geral.

Quanto às metas que fazem menção à natureza, destaca-se a de número 4. Essa meta refere-se à criação e aprovação de instrumentos legais com o objetivo de proteger e valorizar os conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais, considerando “a interação com a natureza” como um dos elementos fundamentais para “o sentimento de identidade e continuidade dos povos” (PNC, 2010, p. 22).

No âmbito do turismo, por sua vez, foi lançado, em abril de 2013, o *Plano Nacional de Turismo 2013-2016: O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil*. Este documento estabelece metas extremamente audaciosas e até mesmo otimistas para o período que se caracteriza pela realização de grandes eventos internacionais⁶⁶. Uma dessas metas, por exemplo, visa elevar o país à condição de terceira maior economia turística mundial, até o ano de 2022. No entanto, essa parece ser uma meta extremamente irrealista, quando considerado que, para que esta seja cumprida, seria necessária a projeção estimada de um aumento de 11,87% para o desenvolvimento do setor turístico, para o período passado, entre 2013 e 2016, ritmo que representa quase o dobro do observado entre 2007 e 2010, que foi de apenas 6,53%. Além disso, não são claros os impactos decorrentes deste aumento projetado para o setor na base natural e cultural a ser afetada, no país. E esta preocupação não está explicitamente expressa no documento em questão.

No mais, o PNT 2013-2016 foi elaborado considerando sete capítulos, divididos em *Diagnóstico, Diretrizes, Visão de Futuro, Objetivos Estratégicos, Metas, Ações e Agenda Estratégica do Turismo*. Este plano estabelece quatorze referências ao termo *cultura* e sete à natureza. No documento em questão, a temática da cultura é mencionada no diagnóstico sobre competitividade, assim como também nos objetivos estratégicos e, mais especificamente, no terceiro objetivo, que visa incentivar o brasileiro a viajar pelo país. Nesse ponto, o *PNT 2013-*

⁶⁶ A Conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 (2012), seguida da realização da Copa das Confederações (2013), da Jornada Mundial da Juventude (2013), da Copa do Mundo FIFA 2014 e da organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

2016 aborda a tendência de expansão do mercado, em decorrência do crescimento do poder aquisitivo da classe “C”, que passou a viajar mais nos últimos anos. É interessante notar, no texto do documento a intenção de inserir a cultura de viajar “na cesta de consumo da população brasileira” (BRASIL, 2013, p. 44). Esta menção parece reforçar a leitura do turismo pela lógica de mercado e também a percepção de inclusão pela perspectiva do consumo. Por esta via de análise, a cultura seria interpretada como atrativo para consumo no mercado de viagens, como tem sido a leitura de políticas públicas setoriais até o momento.

Por sua vez, no campo da interface entre turismo e natureza, no âmbito do PNT 2013-2016, a mensagem de abertura deste Plano destaca o potencial turístico no qual o país precisa investir, com ênfase nos parques nacionais abertos à visitação, mas se destaca, também, que o país nunca teve uma política de turismo dirigida às áreas protegidas. Para tal, segundo o documento, pretende-se trabalhar em parceria com o MMA e assim, “realizar uma visão na qual a natureza do Brasil poderá ser conhecida – e conservada – por todos, com geração de renda para as populações que habitam o entorno dos parques” (PNT, 2013, p. 3). No entanto, a partir de uma leitura mais atenta do documento constitucional é possível verificar que não há menções de como será essa parceria com o MMA e como o turismo deve ser desenvolvido trabalhado nas UCs.

Nessa mesma temática, o terceiro objetivo estratégico, do referido documento, visa incentivar o brasileiro a viajar pelo país, integrando e valorizando as suas riquezas naturais, “para a difusão de um turismo qualificado, diversificado e sustentável” (PNT, 2013, p. 33). No sexto objetivo estratégico do PNT trata do apoio à realização de eventos para o desenvolvimento turístico. Ainda de acordo com o documento, esses eventos devem contribuir para a valorização, conservação e promoção do patrimônio cultural, natural e social do país, “baseados no princípio da sustentabilidade” (PNT, 2013, p. 46).

Em continuidade a essa breve cronologia histórica, em 2018, após uma lacuna de dois anos, considerando o período de vigência do PNT 2013/2016, o Ministério do Turismo lançou o atual *PNT 2018-2022: Mais emprego e renda para o Brasil* (MTUR, 2013), o atual documento norteador de política pública de turismo.

Nesse documento estabelecem-se diretrizes e estratégias nacionais, tendo como um dos objetivos principais o ordenamento de “ações do setor público orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo” (MTUR, 2018, p. 15). Nessa perspectiva, para que esses objetivos sejam atingidos, no período desse

quadriênio, são elaboradas quatro metas principais para o desenvolvimento do turismo nacional. São elas:

Meta 1: aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros de 6,5 para 12 milhões;

Meta 2: aumentar a receita gerada pelos visitantes internacionais de US\$ 6,5 para US\$ 19 bilhões;

Meta 3: ampliar de 60 para 100 milhões o número de brasileiros viajando pelo país;

Meta 4: ampliar de 7 para 9 milhões o número de empregos no turismo (MTUR, 2018).

Da mesma forma que no plano anterior, as metas estabelecidas para esse quadriênio parecem ser, igualmente, audaciosas, “projetadas para um cenário de extremo otimismo para o setor do turismo no país, o que parece não ser ainda o caso da conjuntura econômica e política em curso no país”, segundo Lima, Irving e Oliveira (2019).

Além dessas metas gerais, o *Plano* estipula ainda quatro diretrizes que, unidas, buscam atingir o fortalecimento do processo de regionalização, a melhoria da qualidade e competitividade do setor, o incentivo à inovação e a promoção da sustentabilidade.

Através da regionalização do turismo, o *PNT 2018/2022* propõe dar continuidade ao processo de gestão descentralizada para o setor, reforçando o entendimento do turismo enquanto via capaz de promover o desenvolvimento socioeconômico do país. É válido ressaltar que regionalização foi um dos temas contemplados em todos os planos nacionais de turismo, desde a criação do MTur (2003), tornando-se uma diretriz central para o desenvolvimento do turismo, no país. Isso pode ser traduzido, ao menos no plano teórico, como a importância concedida à dinâmica regional e local em planejamento turístico e, assim, ao fortalecimento do ator local para o desenvolvimento do turismo.

A segunda diretriz desse *Plano* trata da melhoria da qualidade e competitividade no turismo nacional, a partir da elaboração e da execução de políticas públicas dirigidas à melhoria do desempenho do país, nesse setor. Para tal, será necessária a abertura para o mercado internacional, setor em que o país ainda encontra-se ainda em desvantagem. Além disso, será preciso também ampliar os investimentos para a melhoria da infraestrutura aérea, portuária e terrestre, da melhoria da segurança pública e da implementação de novos negócios para o setor. Essas medidas, ainda segundo o *Plano*, fundamentais para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do país, através do setor do turismo, fazendo com que o

país ocupe uma posição de destaque entre os principais destinos turísticos internacionais até o ano de 2022, o que se configura como uma meta bastante ousada para o país.

A terceira diretriz principal do atual plano nacional de turismo *incentivo à inovação* é descrita como fundamental para o desenvolvimento, a “competividade e a sobrevivência econômica do turismo” (MTUR, 2018, p. 57). Nesse sentido, a interpretação dessa diretriz sugere que as práticas do turismo estejam, cada vez mais, associadas às novas tecnologias de informação e da comunicação para ampliar as oportunidades de negócios no setor capazes de gerar mais receitas, contribuindo para a redução de custos e otimização do tempo. Ao mesmo tempo, o setor estará acompanhando as mudanças no cenário global e se atualizando para atender as demandas de um novo consumidor.

A quarta e última diretriz, aborda a promoção da sustentabilidade no turismo. E, de acordo com segundo Lima e Irving (2018: 204 e 205), essa promoção é compreendida pela “necessidade de ampliar o debate sobre o desenvolvimento e a promoção de um turismo mais sustentável que venha a gerar transformação no setor”. Com isso, espera-se favorecer a “promoção perene e transversal da sustentabilidade no turismo, respeitando todos os seus aspectos” (MTUR, 2018, p. 59), preservando não apenas os recursos naturais, mas também os recursos culturais e a integridade das populações local e/ou tradicionais das localidades visitadas.

Ao analisar, mesmo que brevemente, o *PNT 2018-2022*, é válido ressaltar que a efetividade dessas metas e diretrizes para o desenvolvimento do turismo nacional dependerão, principalmente, de um cenário de estabilidade política e econômica com uma garantia mínima de continuidade, no plano institucional. E o momento atual parece sugerir incertezas nesse sentido, isso em virtude de potenciais riscos de descontinuidade na atual conjuntura nacional.

Assim, de acordo com o que foi analisado, parece possível afirmar que, historicamente, as políticas nacionais de turismo, natureza e cultura pouco têm “dialogado”, embora alguns avanços possam ser reconhecidos nos últimos anos, com este objetivo, pelo menos no plano do discurso oficial de políticas públicas setoriais. Isto porque, dos documentos aqui analisados, a relação explícita entre turismo, natureza e cultura parece expressa, com clareza, apenas no *Plano Nacional de Turismo 2013-2016*, no *Plano Nacional de Turismo 2018/2022* e no *Plano Nacional de Cultura 2010-2020*.

É relevante destacar ainda que, no atual *PNC 2010-2020* há uma citação direta relacionada a esta interface entre turismo, natureza e cultura. Essa menção trata da

necessidade de se criar um sistema de gestão compartilhada e “em rede para as políticas de cultura relacionadas à educação à ciência e tecnologia, ao turismo, ao meio ambiente, à previdência e às demais áreas, de modo a ampliar a participação social no monitoramento, avaliação e revisão de programas, projetos e ações” (PNC, 2010, pág. 87).

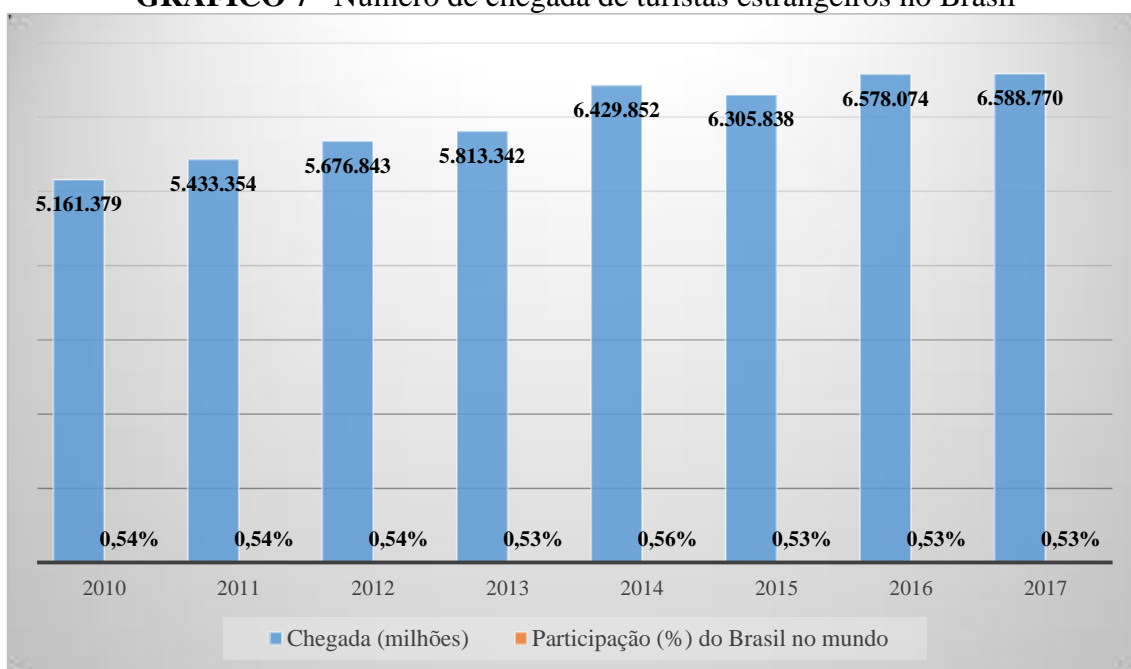
Com base nos documentos aqui analisados, é certo ainda que tem havido, entre os Ministérios do Turismo, do Meio Ambiente e da Cultura, algum nível de articulação a partir da década de 1960, segundo a análise realizada. Mas conforme anteriormente discutido, os movimentos neste sentido vêm sendo caracterizados por ações pontuais e descontínuas. E, embora a intencionalidade para a integração intersetorial esteja expressa, principalmente nos textos oficiais recentes, a conexão entre as políticas públicas de turismo, natureza e cultura se expressa apenas como intencionalidade. Ainda assim, foi possível encontrar alguns “fios” que entrelaçam o turismo, a natureza e a cultura. E para ilustrar essa inter-relação, o fomento e apoio a projetos para o desenvolvimento de iniciativas de turismo de base comunitária (TBC) no país, representando uma alternativa para o desenvolvimento socioeconômico, fundamentado na valorização da cultura local e na conservação da natureza.

Ainda no plano nacional, é válido ressaltar que o setor vem se desenvolvendo, gradativamente, de acordo com os dados estatísticos do movimento turístico no país que estão descritos, a seguir.

6.1 O TURISMO NO BRASIL PARA SE PENSAR O TBC

No plano nacional, como se poderia esperar, as estatísticas do setor do turismo são mais modestas que as demonstradas anteriormente, no plano internacional. De acordo com os dados do *Anuário Estatístico de Turismo – 2018*, publicação oficial do *Ministério do Turismo* (MTur), o país recebeu 6.588.770 estrangeiros, conforme pode ser observado no Gráfico 7, a seguir:

GRÁFICO 7– Número de chegada de turistas estrangeiros no Brasil

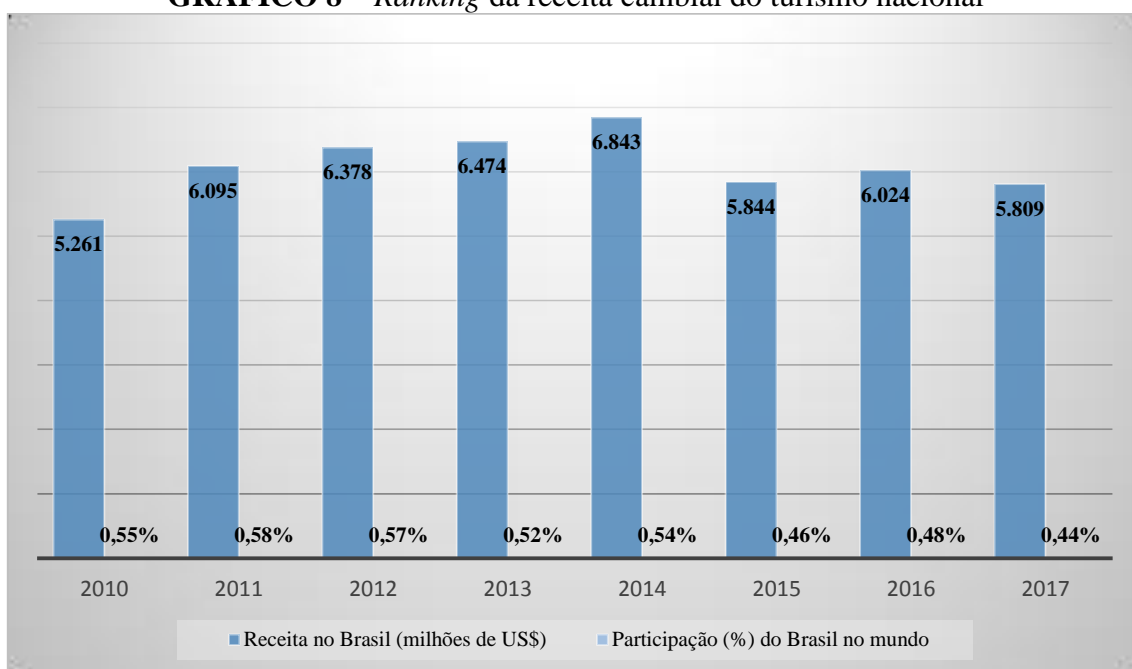


Fonte: Elaborado pelo autor com base em MTUR (2018).

As estatísticas nacionais indicam também que o número de visitantes estrangeiros vem apresentando um modesto crescimento, ao longo dessa década, estabilizando na marca dos seis milhões de chegadas internacionais, o que o afasta do *ranking* dos países mais visitados em todo o mundo, conforme descrito anteriormente.

Nesse mesmo período, a França, o mais visitado, recebeu, em 2017, 86,9 milhões de turistas contra os seis milhões de visitantes do Brasil, no mesmo ano. Isso demonstra o longo caminho a ser trilhado para se atingir as principais metas para o setor turístico nas políticas setoriais, que é de aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros de 6,5 para 12 milhões, até 2022, de acordo com o atual *Plano Nacional de Turismo 2018-2022* (MTUR, 2018). Isto porque o país não consegue atingir as duas casas decimais, no *ranking* mundial da receita cambial gerada pela chegada de turistas estrangeiros no país, como pode ser observado no Gráfico 8, a seguir:

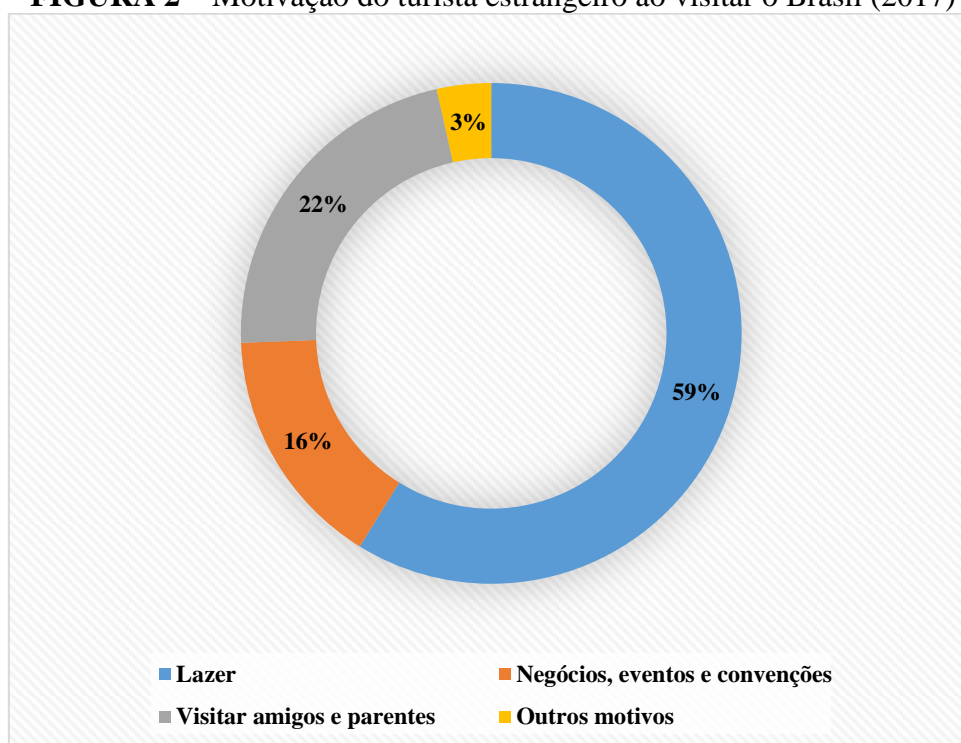
GRÁFICO 8 – Ranking da receita cambial do turismo nacional



Fonte: Elaborado pelo autor com base em UNWTO (2018) e MTur (2018).

No entanto, apesar da limitada representatividade do Brasil no cenário do turismo internacional, o número de turistas estrangeiros e as receitas turísticas do setor têm crescido, anualmente. Neste sentido, é relevante observar as principais motivações dos turistas estrangeiros que visitam o país, pelas mesmas razões apontadas anteriormente, quando analisado o cenário mundial. No caso do cenário nacional, as informações estão detalhadas na Figura 2, seguinte:

FIGURA 2 – Motivação do turista estrangeiro ao visitar o Brasil (2017)

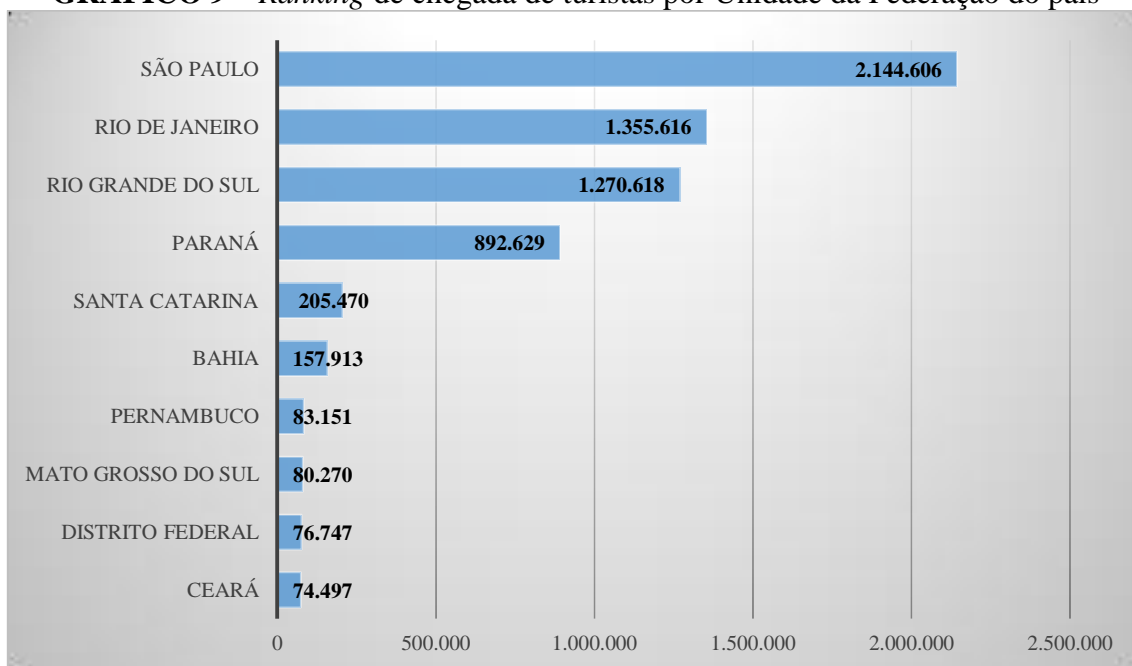


Fonte: Elaborado pelo autor com base em MTur(2018).

A partir da interpretação da figura anterior observa-se que a ampla maioria dos turistas estrangeiros que visitam o Brasil tem como principal motivação desfrutar os momentos de lazer, estes relacionados diretamente com o clima tropical, a extensão costeira, a diversidade natural e cultural do país, segundo os dados estatísticos divulgados no mais recente *Anuário Estatístico de Turismo* (MTUR, 2018).

Ainda de acordo com essa publicação, o fluxo de chegadas de turistas, não residentes no Brasil, nas dez primeiras Unidades da Federação (UF) do país, pode ser observado no Gráfico 9, a seguir:

GRÁFICO 9 – *Ranking* de chegada de turistas por Unidade da Federação do país

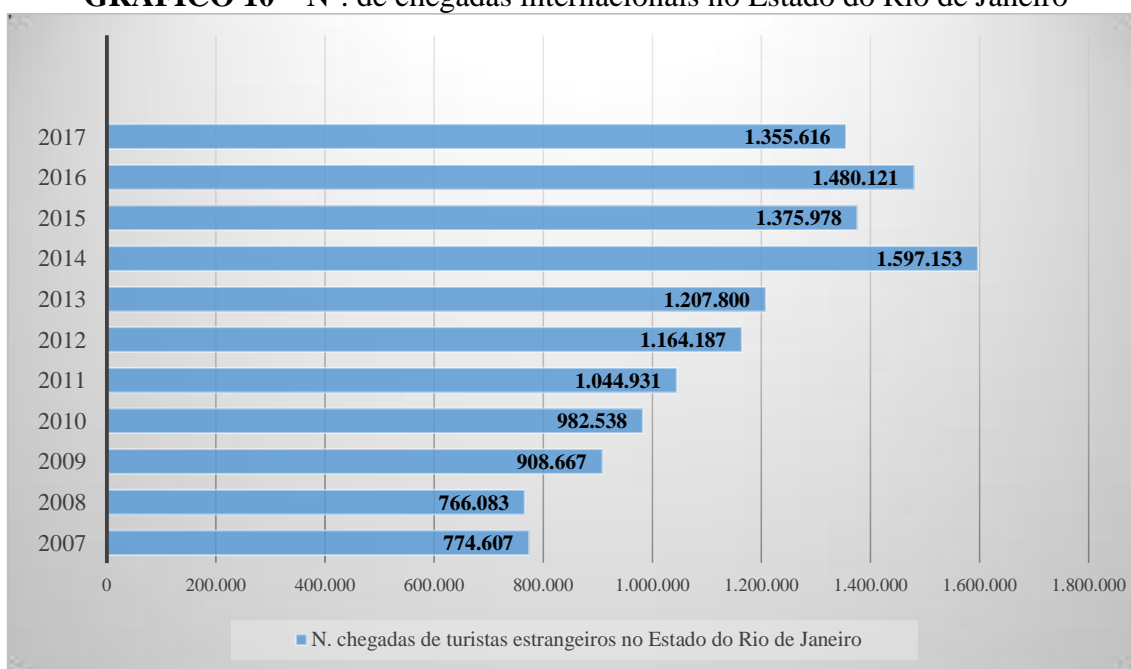


Fonte: Elaborado pelo autor com base no MTUR (2018).

Ainda no plano nacional, o Estado de São Paulo vem conquistando gradativamente o título de principal portão de entrada no país, superando o estado fluminense que há muitos anos recebia este título. Em 2017, por exemplo, o número de turistas estrangeiros que desembarcaram no Rio de Janeiro foi de 1.355.616 turistas contra 2.144.606 no Estado de São Paulo. Isso se deve ao fato de essas duas metrópoles constituírem passagem obrigatória para a maioria dos turistas estrangeiros que visitam o Brasil, mesmo que outras cidades brasileiras sejam servidas por voos diretos vindos do exterior, como é caso de Recife, Salvador e Fortaleza, no Nordeste, de Brasília, no Distrito Federal, e de Foz do Iguaçu, no Paraná (MTUR, 2018). Ainda assim, os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo continuam sendo os destinos mais procurados por turistas estrangeiros.

Especificamente no caso do Estado do Rio de Janeiro, os dados estatísticos mais recentes indicam que o número de chegadas internacionais vem demonstrando uma oscilação modesta, desde o início da década de 2010, conforme pode ser observado no Gráfico 10, a seguir:

GRÁFICO 10 – N.º. de chegadas internacionais no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado pelo autor com base em MTUR (2018).

Nos últimos anos, o Estado do Rio de Janeiro vem registrando um número de desembarque de turistas estrangeiros muito inferior as projeções realizadas pelo próprio Ministério do Turismo, materializadas nos últimos quatro Planos Nacionais de Turismo (PNT 2003-2007; PNT 2007-2010; PNT 2013-2016; PNT 2018-2022).

Ao considerar este período histórico, é relevante destacar que a capital fluminense vem recebendo, desde 2007, importantes eventos internacionais como a 25ª edição dos Jogos Pan-Americanos de 2007, a *Conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento Sustentável – Rio+20* (2012), seguida da realização da *Copa das Confederações* (2013), da *Jornada Mundial da Juventude* (2013), assim como a realização de megaeventos como a *Copa do Mundo FIFA 2014* e os Jogos Olímpicos de Verão e Paralímpicos, *Rio 2016*, eventos de grande visibilidade internacional e que, em tese, atrairia um maior número de turistas para o Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, a leitura que se faz parece indicar que as metas estabelecidas nos últimos anos com relação ao aumento do número de turistas internacionais não foram cumpridas ainda, demonstrando que há muito a ser feito no plano da gestão para melhorar estes números.

Diante da posição do país no cenário internacional é importante ressaltar o papel do turismo interno (ou doméstico), pois é o que tem registrado as maiores contribuições para o

setor. Nesse aspecto, apesar das estatísticas nem sempre favoráveis, o turismo interno vem sendo interpretado, no âmbito das políticas públicas, como uma oportunidade para o fortalecimento do setor e para o seu reconhecimento como um importante vetor de desenvolvimento socioeconômico local. Isto porque, o turismo, embora represente um fenômeno global, se manifesta no próprio local e, explicitamente, envolve a construção do lugar. Assim, o desenvolvimento do turismo não apenas transforma o lugar, mas também pode gerar oportunidades e benefícios econômicos para as populações locais, se planejado segundo valores éticos (LIMA, 2014).

E, em busca da interface entre turismo, natureza e cultura, se defende nesta tese, as experiências turísticas denominadas como *Turismo de Base Comunitária* ou TBC, em sintonia com as transformações sociais, culturais, econômicas e naturais que influenciam as motivações e expectativas do viajante e dos anfitriões. E, além disso, proporciona o encontro entre esses atores. Tais experiências serão discutidas no próximo capítulo.

7. O CONTEXTO DO TBC DO PLANO GLOBAL AOS CAMINHOS DA SERRA DO MAR

Para uma melhor compreensão deste tema, este capítulo se inicia com uma breve descrição dos antecedentes que inspiram o surgimento da primeira definição do *Turismo de Base Comunitária*, TBC, (ou *Community-Based Tourism*, CBT) e traz para o debate o contexto histórico no Brasil e no mundo, a partir de algumas referências nacionais e internacionais. Em seguida, pretende-se trazer para esta discussão os principais objetivos, desafios e obstáculos das primeiras iniciativas de TBC no Brasil e no mundo.

7.1 OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS PARA SE COMPREENDER O TBC NO MUNDO

Em capítulos anteriores, foram apresentadas algumas reflexões sobre as noções de turismo, natureza e de cultura e a importância do turismo como fenômeno contemporâneo. E pela perspectiva defendida nesta tese, é necessário se pensar no turismo, em planejamento, como uma alternativa transformadora, e como via de resgate das tradições locais. Por essa via, o turismo poderia funcionar como uma força motriz dirigida ao compromisso social do desenvolvimento (LIMA, 2014).

Avançar nesta direção, no entanto, requer, em um primeiro momento, o resgate da reflexão crítica sobre os impactos indesejáveis resultantes do desenvolvimento turístico nas últimas décadas. Mas até a década de 1980, os estudos relacionados à temática turística centravam-se, prioritariamente em sua dimensão econômica na perspectiva econômica, colocando em segundo plano as questões socioambientais, culturais e econômicas.

Mas a partir do reconhecimento do problema e, em resposta aos impactos negativos, dele recorrentes, durante a década de 1980, a noção de turismo sustentável passou a ser incorporada à reflexão sendo compreendida como

O turismo que leva à gestão de todos os recursos, de forma que as necessidades econômicas e sociais possam ser satisfeitas mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e sistemas de suporte de vida (OMT, 1999, p.19).

Da mesma maneira, o compromisso de redução da pobreza e as preocupações ambientais marcaram a década de 1980 e estiveram no centro do debate sobre o

desenvolvimento do turismo, desde então, com grande ênfase ao direito das populações locais no planejamento do setor (LIMA, 2014).

Ainda durante a década de 1980 foi realizada a *Conferência de Manila* (1980), nas Filipinas, a primeira conferência internacional da *Organização Mundial do Turismo* (OMT) sobre turismo que orientou a discussão internacional sobre o reconhecimento do turismo como um fenômeno social. Além disto, essa *Conferência* representou a origem do debate ambiental no turismo.

A partir de então, temas como turismo sustentável e a discussão sobre os limites do ambiente ganharam mais espaço no debate social. Foi também a partir desta conferência que se passou a discutir um conjunto de pressupostos conceituais que estavam na base da relação entre turista, populações tradicionais e agentes de desenvolvimento turístico (LIMA, 2014).

Após a realização da *Conferência de Manila*, ocorreu a realização de diversos encontros nacionais e internacionais de caráter acadêmico e também, dirigidas ao planejamento do setor turístico.

Através dessas iniciativas, os atores envolvidos começaram também a privilegiar a dimensão local no debate. O turismo passou a ser entendido, simultaneamente, como prática responsável e sustentável (JOAQUIM, 1997). E a noção de sustentabilidade turística passou a ser defendida, considerando as necessidades do presente sem o comprometimento das necessidades das gerações futuras. Esta abordagem pressupõe ainda, por parte do visitante, o respeito e a valorização das características de ambiente natural e cultural, dimensões estas que são defendidas também por Irving *et al* (2005):

Promover e praticar turismo, de base sustentável, requer assim, um novo olhar sobre os problemas sociais, a diversidade cultural, e a dinâmica ambiental dos destinos, diante de uma economia globalizada e sujeita a nuances de imprevisibilidade, ditadas por um mercado que transcende as peculiaridades locais e/ou as especificidades de um destino turístico (IRVING *et al*, 2005, p. 2).

Por essa via, o desenvolvimento turístico, em bases sustentáveis busca empregar os recursos locais, normalmente geridos pelas populações de acolhimento; privilegia o contato direto e autêntico entre os locais e o visitante, valorizando o entendimento entre os atores envolvidos (RUSCHMANN, 2010; JOAQUIM 1997; DAVIDSON, 1992).

Com este pressuposto, a noção de sustentabilidade turística vem sendo, progressivamente, incorporada à reflexão, por via de três níveis de análise: o ecológico, o

sociocultural e o econômico (WTO, 1993). Assim, vem sendo reafirmado o compromisso de autonomia das populações locais, preservando-se a cultura e os valores de origem, reforçando a identidade local e, salvaguardando o desenvolvimento econômico.

Sendo assim, as práticas turísticas designadas como “responsáveis” e/ou “sustentáveis” associam o desenvolvimento à promoção do local, a partir da integração entre a dimensão natural e a humana (LIMA, 2014).

Com base em noções centrais participação social, empoderamento, conservação da biodiversidade e, valorização cultural, muitas iniciativas de turismo em bases sustentáveis estão sendo propostas, globalmente, na tentativa de se delinear uma ação para o setor que possa conciliar a conservação do patrimônio natural e cultural com o desenvolvimento do turismo. Dessa forma, muitas experiências vêm ocorrendo no mundo com este objetivo e, entre elas, o denominado Turismo de Base Comunitária⁶⁷ ou TBC.

7.1.1 A origem do *Turismo de Base Comunitária* no plano internacional

Em âmbito mundial, as pesquisas de Murphy (1985) e, posteriormente de Krippendorf (1982, 1987), podem ser consideradas como pioneiras, nesta reflexão, por dirigirem o debate sobre o turismo para as populações locais, focando nos problemas e nos benefícios do desenvolvimento turístico em bases sustentáveis, no centro das discussões internacionais (REZENDE, 2012). Tal abordagem pode ser explicada pela influência do movimento ambientalista que impulsionou as reflexões acerca do que muitos autores chamaram, na origem, de turismo sustentado.

Murphy explica que, o turismo como dependente da hospitalidade local, torna-se obrigatório que, em planejamento, se considere os anseios das populações locais.

O próprio termo *Community-Based Tourism* foi originalmente criado por Murphy (1985), que destacou a importância da população local no turismo. Para o autor, o turismo de base comunitária seria “a união de povos e lugares, o que cria o seu próprio caráter distinto e estimula a sobrevivência em um mundo de negócios cada vez mais impessoal” (1985, p. 96). Assim, o TBC representaria, para Murphy, uma conexão entre os moradores e o lugar de origem, procurando formas para lidar com o fenômeno da globalização e seus efeitos locais (glocal).

⁶⁷ *Community-Based Tourism* ou (CBT), em inglês; *tourisme communautaire*, em francês; ou ainda *turismo comunitario*, em espanhol.

Na publicação *Tourism: A Community Approach*, Murphy descreve as suas pesquisas realizadas nas localidades de British Columbia e Yukon, ambas no Canadá, ainda na década de 1980. Através dessas pesquisas, o autor procurou estabelecer o papel fundamental das populações locais para o processo de tomada de decisões em planejamento turístico nessas localidades. E Murphy defendeu o turismo comunitário explicando que a “comunidade refere-se, muito amplamente, a um grupo de pessoas que vive em um espaço definido, e os visitantes interagem com a população e a paisagem locais para vivenciar uma experiência de turismo” (MURPHY, 1985, p. 188).

A partir de então, o reconhecimento de que as populações locais poderiam se beneficiar, de alguma maneira, com o desenvolvimento do turismo vem despertando o interesse de muitos estudiosos sobre o tema, gerando inúmeros trabalhos na literatura especializada no mundo.

Murphy, assim, foi o primeiro autor a enfatizar, entre outros aspectos, a necessidade de adequação do desenvolvimento turístico às necessidades dos atores locais. E assim, com base nesta premissa, estudos posteriores vem, gradualmente, considerando outros princípios como norteadores à noção de TBC, como a valorização dos recursos naturais e culturais, os ganhos e impactos com o turismo nas localidades receptoras, entre outros temas, conforme o Quadro 10 que sintetiza algumas dessas leituras de referência no plano internacional:

QUADRO 10 – Síntese das principais noções de TBC no plano internacional

AUTOR/ANO	DEFINIÇÃO
MURPHY (1985)	A união de povos e lugares, o que cria o seu próprio caráter distinto e estimula a sobrevivência em um mundo de negócios cada vez mais impessoal.
WOODLEY (1993)	A abordagem comunitária do desenvolvimento turístico é um pré-requisito para a sustentabilidade.

BROHMAN (1996)	O desenvolvimento do turismo de base comunitária procuraria fortalecer as instituições destinadas a aumentar a participação local e promover o bem-estar econômico, social e cultural da maioria da população. Pretende-se igualmente procurar uma abordagem equilibrada e harmoniosa do desenvolvimento que ponha em evidência considerações como a compatibilidade de várias formas de desenvolvimento com outras componentes da economia local; A qualidade do desenvolvimento, tanto cultural como ambiental; E as necessidades, interesses e potencialidades divergentes da comunidade e de seus habitantes.
HALL (1996)	O turismo de base comunitária (TBC) está baseado na participação da comunidade anfitriã no planejamento e na manutenção do desenvolvimento do turismo, a fim de criar uma indústria mais sustentável.
SHORES (1999)	O TBC é uma abordagem integrada ao turismo que incorpora atenção aos impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos do turismo.
MANN (2000)	O TBC representaria o turismo em que pequenas comunidades locais - tipicamente aldeias rurais - se beneficiam e estão envolvidas no processo de gestão e tomada de decisões.
WOODWARD (2000)	O desenvolvimento do TBC, orientado para a comunidade, visa dar voz às partes interessadas, envolvê-las na identificação de suas próprias necessidades e na tomada de decisões, encorajá-las a assumir responsabilidade e mobilizar a maioria dos atores em uma determinada comunidade para participar de um determinado projeto de TBC. As implicações desta abordagem são múltiplas. Espera-se que contribua para o desenvolvimento local, incentive a boa governança e fortaleça a sociedade civil.
ROZEMEIJER (2001)	O TBC seria como uma iniciativa de turismo de propriedade de uma determinada comunidade ou de comunidades, ou ainda funciona através parcerias com o setor privado, com participação comunitária equitativa, como meio de usar os recursos naturais de forma sustentável para melhorar o padrão de vida local, de forma economicamente mais viável.
MADER (2002)	Quando se fala de turismo comunitário, a imagem mais comum tende a ser a de uma aldeia rural distante. Embora seja uma noção romântica de limitar a definição de um povoado rural, o conceito de comunidade pode ser facilmente associado às populações urbanas e aos projetos de TBC nos centros urbanos.
HÄUSLER & STRASDAS (2003)	O TBC é uma forma de turismo em que um número significativo de moradores locais tem controle substancial sobre a iniciativa de turismo, assim como, do seu desenvolvimento e gestão. A maior parte dos benefícios permanece na localidade.
SUANSRI (2003)	O TBC considera a sustentabilidade ambiental, social e cultural, que é gerida e detida pela própria comunidade, para a comunidade, com o objetivo de aumentar a consciência dos visitantes para estas questões e divulgar os modos de vida locais.

DIXEY (2005)	É o turismo que é totalmente gerido pela comunidade e promove a maximização dos benefícios. Os moradores locais são responsáveis pela sua gestão e pelo objetivo de aumentar os benefícios para a comunidade local.
MANYARA & JONES (2007)	Os projetos de TBC podem ser definidos como iniciativas de turismo sustentável, nos quais a comunidade local está plenamente envolvida em todo o seu desenvolvimento e gestão e são os principais beneficiários do desenvolvimento comunitário.
LOPEZ-GÚZMAN & SANCHEZ CAÑIZARES (2009)	Turismo comunitário é uma atividade que se baseia na criação de produtos turísticos sob o princípio básico da participação da comunidade local.
GOODWIN & SANTILLI (2009)	Turismo que se destina a desenvolver os benefícios para as comunidades e que é de propriedade e/ou gerido por moradores locais.
ASKER, BORONYAK, CARRARD & PADDON (2010)	O TBC é, em geral, de pequena escala e está envolvido entre o visitante e o morador local, a comunidade que acolhe, particularmente é mais adequada às áreas rurais. O TBC é comumente compreendido como sendo de propriedade dos moradores locais e administrado para a comunidade. É uma forma de turismo "local", favorecendo os fornecedores de serviços locais, centrado na interpretação da cultura local e do ambiente natural da comunidade local.
KIBICHO (2010)	O TBC envolve o desenvolvimento de habilidades e melhoria de renda entre as comunidades locais.
ZAPATA <i>et al</i> (2011)	Qualquer estrutura de organização local que trabalhe no planejamento e na gestão de serviços da comunidade e realize a distribuição dos benefícios resultantes da receita local do turismo.
SALAZAR (2011)	Turismo sustentável que prioriza as comunidades locais e o planejando do desenvolvimento do turismo local.
CASAS JURADOS <i>et al.</i> (2012)	Turismo comunitário se refere ao turismo que é baseado na comunidade local" e que visa reduzir os impactos negativos e estimular os impactos positivos do turismo na natureza.
CRUZ BLAZCO (2012)	Ponte entre a rentabilidade econômica, a conservação da natureza e o respeito sociocultural.
LUCCHETTI & FONT (2013)	O TBC se refere ao turismo que envolve a participação da comunidade local e visa gerar benefícios para os moradores locais, no mundo em desenvolvimento, permitindo que os turistas visitem essas comunidades e aprendam sobre sua cultura e seu ambiente natural.

BUTLER, CURRAN & O’GORMAN (2013)	O TBC é uma abordagem que envolve a comunidade anfitriã no planejamento e desenvolvimento do turismo.
LALAYAN (2014)	O TBC é a forma de turismo organizada, planejada, desenvolvida e comercializada com um elevado nível de participação direta da(s) comunidade(s) local(is) onde são desenvolvidos e consumidos os principais produtos e serviços turísticos. Parte significativa dos rendimentos gerados pelas vendas desses produtos e serviços permanecem na(s) comunidade(s), sob a forma de rendimentos diretos e contribuições para o orçamento comunitário e/ou para o fundo de turismo comunitário.
ELLIS & SHERIDAN (2014)	O TBC aplica os objetivos do turismo sustentável, combinado com uma ênfase no engajamento e desenvolvimento da comunidade anfitriã.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Apesar das especificidades das definições anteriores e destas traduzirem contextos diferentes baseados em realidades temporais, culturais, políticas, socioeconômicas diversas, algumas características comuns parecem emergir dessas leituras no que se refere às premissas, aos objetivos e aos desafios para o desenvolvimento de projetos de turismo de base comunitária no mundo. Com base no quadro anterior, são comuns: a menção à relação entre visitante e morador local, a participação local e a autogestão (envolvimento dos moradores locais em todas as etapas do planejamento, execução e comercialização de um produto turístico), a promoção do bem-estar social, econômico e cultural dos moradores locais, entre outras características. E estas premissas são também observadas nas observadas nas definições nacionais de TBC, como será discutido posteriormente.

Assim, conforme já comentado, foi durante a década de 1980 que autores como o próprio Murphy (1985, 1988) defendiam uma nova alternativa de turismo, com expectativas de fortalecimento das localidades onde se desenvolve, e com a intensa participação e gestão local, e benefícios econômicos para os moradores, de acordo com Weaver (2010, p. 206). Ainda segundo esse autor, a noção de um turismo alternativo representaria a adoção de um modelo de desenvolvimento “de baixo para cima”, com ênfase nas questões socioambientais no planejamento turístico das localidades receptoras.

Assim, conforme explica Sharpley (2009), o processo de desenvolvimento deveria ser inspirado nas necessidades dos atores locais, ao invés de imposto e executado de maneira exógena. Com isto, muitos pesquisadores, na década de 1980, defendiam o processo de

descentralização, a participação social e a tomada de decisões pela ótica dos moradores locais, em destaque, a participação das mulheres no planejamento e na gestão das iniciativas de TBC.

Na década de 1990, se passou a enfatizar, essencialmente, a necessidade da maior participação dos moradores locais para o desenvolvimento das iniciativas de TBC, provavelmente a partir do reconhecimento dos problemas dos projetos em desenvolvimento, no plano global. E, a partir de então, uma série de guias e manuais sobre *Community-Based Tourism* passou a ser publicada, entre eles, o *Community Based Sustainable Tourism Handbook* (manual) foi lançado em 1998 por Urquico, tendo como objetivo principal esclarecer como elaborar, gerenciar e comercializar projetos de TBC. E, posteriormente, como distribuir a renda gerada entre os moradores envolvidos. Entre as finalidades do guia, havia também a preocupação em demonstrar a importância da participação local para o sucesso dessas iniciativas. E assim como o guia, outras publicações e trabalhos acadêmicos passaram a tratar desta temática, deste então, ilustrando, já naquela época, a dificuldade de gerenciamento dos projetos em andamento. Para Brohman (1996) e Hatton (1999), a noção de TBC, à época, se buscava na premissa de envolvimento das populações locais nos referidos projetos turísticos.

Ainda considerando as definições sistematizadas no quadro anterior, durante a década de 2000, o enfoque principal sobre o TBC não mudou muito. Isto porque a importância da participação social continuou surgindo nas distintas propostas como uma das premissas fundamentais para o desenvolvimento das iniciativas de TBC. No entanto, durante essa década, o discurso dos benefícios econômicos para os atores locais passou a ganhar destaque nas definições e nos trabalhos acadêmicos, com este enfoque.

Nesta última década, as questões ambiental e cultural passaram a ser mais evidentes no turismo, sempre a partir da ênfase no envolvimento dos atores locais para o sucesso das iniciativas de TBC no mundo. Da mesma maneira, os impactos resultantes do turismo passaram a ser considerados por muitos pesquisadores, principalmente quando analisados os impactos negativos da atividade turística na localidade e, o bem-estar e a qualidade de vida das populações locais (PARK; PHANDANOUVONG; KIM, 2018, PARK et al, 2015, PARK et al, 2012).

E assim como a própria noção de *Community-Based Tourism*, é possível observar uma evolução nos objetivos principais dos projetos de TBC em execução a partir dos das referências internacionais, conforme pode ser observado a seguir, no Quadro 11:

QUADRO 11 – Síntese dos objetivos do TBC entre as décadas de 1980 e 2010

DÉCADAS/AUTORES	OBJETIVOS DO TBC
Década de 1980 (MURPHY, 1985)	Incentivar o “espírito” participativo dos moradores locais.
Década de 1990 (Simmons, 1994; Swarbrooke, 1999)	Ampliar a participação local; Incentivar a participação dos <i>stakeholders</i> .
Década de 2000 (Mitchell & Reid, 2001; Rozemeijer, 2001; Halstead, 2003; Häusler & Strasdas, 2003; Tosun, 2005; Choi & Sirakaya, 2006; Lianbin & Kaibang, 2008; Simpson, 2008; Goodwin & Santilli, 2009)	Promover e ampliar a participação comunitária; Ampliar a distribuição de empregos para os atores locais; Gerar renda e emprego; Agregar valor ao produto turístico local; Promover um maior desenvolvimento social; Aumentar a consciência do local e do visitante para a conservação ambiental; Promover a proteção de áreas naturais; Focar na sustentabilidade; Beneficiar a comunidade local; Distribuir coletivamente os benefícios econômico, ambiental e sociocultural entre os locais; Favorecer o empoderamento local.
Década de 2010 (Aref, Redzuan & Gill, 2010; Sebele, 2010; Byrd & Gustke, 2011; Hatton, 2012; Tasci, Semrad & Yilmaz, 2013; Lucchetti & Font, 2013)	Promover a participação local; Envolver o ator local; Incentivar a participação local; Gerar benefícios econômicos; Conservar o patrimônio natural e cultural; Envolver-se em atividades socialmente sustentáveis; Garantir a proteção e a melhoria da qualidade de vida local; Gerar benefícios para as comunidades locais; Valorizar e resgatar a cultura e o ambiente local.

Fonte: Organizado pelo autor.

Como é possível apreender, das pesquisas até então analisadas, em geral, as iniciativas de TBC estão associadas a objetivos semelhantes como geração de emprego e renda para os moradores locais, desenvolvimento turístico em bases sustentáveis, o compromisso para salvaguardar o patrimônio cultural e proteger o patrimônio natural, ao mesmo tempo em que se vincula à noção de bem-estar das populações locais. Assim, turismo comunitário e as modalidades associadas em termos de valores norteadores são

compreendidos com base em um conjunto de princípios que caracterizam uma proposta alternativa ao turismo atual.

7.1.2 Sobre potencialidades e obstáculos ao TBC no plano internacional

Autores como Kontogeorgopoulos et al (2015, 2014), Holladay e Powell (2013), Asker, Boronyak, Carrard e Paddon (2010) e Go (1998) são reconhecidos, internacionalmente, por trabalhos que avaliam positivamente, os resultados de grande parte dos projetos de TBC no mundo. E, para estes, é preciso “acreditar” e investir nas potencialidades naturais e nas especificidades de cada localidade receptora. Da mesma maneira, Mulugeta (2012, 2011) avalia, positivamente, grande parte das iniciativas de TBC pesquisadas no mundo, mencionando-as como fundamentais para a conservação da biodiversidade devido, entre outros fatores, ao potencial para gerar receita sustentável e criar incentivos para a manutenção dos recursos naturais.

Para esses autores, iniciativas como estas estão contribuindo, favoravelmente, para a qualidade de vida das populações locais e/ou tradicionais, auxiliando na gestão dos recursos próprios, possibilitando a criação de novos postos de trabalho, aumento da renda, valorização cultural e resgate da identidade local. Além disso, os empreendimentos locais, segundo os autores, estão contribuindo positivamente para a conservação dos recursos naturais, para a diminuição dos danos ambientais e, especialmente, para o desenvolvimento de iniciativas de ecoturismo.

E segundo os pesquisadores anteriormente mencionados, alguns dos resultados das experiências de *Community-Based Tourism* no mundo já foram identificados e podem ser resumidos a seguir:

- ✓ Apoio ao desenvolvimento socioeconômico da localidade através da diversificação do emprego;
- ✓ Sustentabilidade econômica;
- ✓ Recuperação da identidade local;
- ✓ Estímulo ou desenvolvimento de lideranças locais;
- ✓ Respeito e incentivo à participação equitativa da população local;
- ✓ É ecologicamente sustentável, minimizando o impacto sobre o ambiente natural;
- ✓ Conserva os patrimônios naturais e culturais;
- ✓ Preserva a biodiversidade;

- ✓ Educa visitantes sobre a cultura e a natureza locais;
- ✓ Desenvolve boas práticas locais;
- ✓ Capacita para a gestão do empreendimento turístico;
- ✓ Proporciona uma experiência turística de qualidade e segura para todos os indivíduos envolvidos (e não apenas para o visitante);
- ✓ Contribui para a criação de políticas estratégicas nos diferentes níveis governamentais para a promoção de iniciativas semelhantes;
- ✓ Aprendizagem pelo bom exemplo.

Segundo o trabalho os autores, os projetos catalogados e analisados também vêm demonstrando o que mais desperta o interesse para a visita nessas áreas. Desta maneira, no mundo, é possível conhecer quais as principais motivações que os turistas têm para visitarem essas iniciativas no mundo. E o resultado desta avaliação está sistematizado a seguir:

- diversidade natural (praias, montanhas, campos, zona rural);
- diversidade cultural (locais com riquezas culturais, tradições e história, incluindo festivais, comida local e vestimentas, lendas);
- localização e proximidade com os centros turísticos e/ou outras iniciativas turísticas;
- acessibilidade (distância das principais cidades, serviço aéreo, estradas, serviços de comunicação, internet);
- pessoas capacitadas/conhecimento, tecnologia (conhecimento local de plantas e animais, atrativos culturais locais);
- reconhecimento nacional ou internacional do produto ou destino turístico.

Mas apesar dos resultados avaliados anteriormente, são evidentes as dificuldades para se encontrar estudos sobre as contribuições das iniciativas de TBC no mundo, o que se deve, entre outros fatores, à ausência de mecanismos e/ou processos de avaliação dessas iniciativas e, até mesmo à falta de monitoramento por parte das próprias instituições de fomento, conforme comenta Goodwin e Santilli (2009). Mas apesar destas dificuldades, autores como Mitchell e Ashley (2010) e Walter (2013) mencionam que resultados significativos podem ser observados quando considerados os benefícios social, econômico,

ambiental e cultural para os moradores locais que desenvolvem empreendimentos turísticos de TBC (GRYBOVYCH; HAFERMANN, 2010).

Mas, vale ressaltar que mesmo os autores com percepção otimistas sobre essas iniciativas não subestimam os desafios e os impactos associados aos projetos de *Community-Based Tourism*, particularmente, no caso daqueles, planejados e executados de maneira a oferecer soluções rápidas para a localidade, sem recursos e/ou capacidade para tal (GUNN, 1994).

Com base na revisão da literatura internacional, é possível observar, também, que as iniciativas de *Community-Based Tourism* estão confrontadas com uma série de desafios e obstáculos a serem transpostos para a implementação, promoção e continuidade dessas ações no mundo (HAN; WU; HUANG; YANG, 2014). E, entre os principais desafios comentados pelos autores, no plano internacional, destaca-se a necessidade de participação ativa dos moradores locais como fundamental para o sucesso das iniciativas de TBC, conforme sugerido a seguir:

A ideia do turismo de base comunitária postula coletivamente que os moradores locais devam manter o controle no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo, envolvendo-se na definição de uma visão turística e no desenvolvimento de metas e estratégias. Eles também precisam participar na implementação de estratégias, bem como na operação da infraestrutura turística, dos serviços turísticos para garantir uma gestão mais eficaz dos recursos locais e uma melhor distribuição dos benefícios do desenvolvimento do turismo. Apesar dessa noção, as comunidades locais, raramente, participam de atividades de desenvolvimento do turismo e muitas vezes experimentam uma participação muito limitada ou uma completa exclusão do processo de tomada de decisão. Esta situação caracteriza-se, particularmente, nos países em desenvolvimento. Isto acontece devido as limitações estruturais, operacionais e culturais das comunidades anfitriãs que, raramente, ultrapassa a simples consulta e intercâmbio de informações (KIM; PARK; PHANDANOUVONG, 2014, p. 2).

Assim, para grande parte das referências consultadas, uma das premissas fundamentais para o desenvolvimento turístico em bases sustentáveis é que a população local esteja envolvida diretamente, em todas as etapas do projeto turístico, estabelecendo as metas e estratégias segundo as particularidades de cada região, participando da gestão eficaz dos recursos e da distribuição dos possíveis benefícios econômicos provenientes da atividade turística.

Outros autores como Choi e Sirakaya (2006), Hasan e Islam (2015) enfatizam também a necessidade da participação ativa dos moradores locais para o desenvolvimento

turístico. E, para eles, as iniciativas planejadas e geridas pelos locais, tendem a gerar maiores benefícios e sua permanência na própria localidade.

Um outro desafio, para tal, segundo os autores pesquisados, refere-se à heterogeneidade de cada população e das localidades envolvidas. Isto porque é preciso considerar as diferenças existentes em cada iniciativa, contemplando a complexidade em relação ao grau de interação das pessoas envolvidas com suas características de classe, de gênero, escolhas religiosas, entre outras especificidades que possam existir em cada localidade receptora (GEBEYAW, 2011).

Por sua vez, autores como Scheyvens (1999, 2002) alertam que é preciso desmistificar a visão idealizada expressa na base conceitual sobre o TBC, para que se possa compreender a prática dessas iniciativas e seus desafios cotidianos.

Scheyvens (2002) identificou ainda outras barreiras que dificultam o sucesso das iniciativas de TBC no mundo, como a limitação ou escassez de recursos financeiros e de capacitação, a vulnerabilidade à exploração exógena e a dificuldade de integração das iniciativas propostas com o *trade* turístico, fatores que dificultam o sucesso dessas iniciativas.

Para Timothy (2002), as barreiras para implementação dos projetos de TBC, principalmente nos países em desenvolvimento, estão relacionadas à dificuldade de acessibilidade de informações (troca de experiência) e, também, aos obstáculos encontrados para a existência de cooperação/parcerias por parte dos atores envolvidos.

Ainda sobre as barreiras para o desenvolvimento de projetos de TBC, Ndlovu e Rogerson (2004), Goodwin e Santilli (2009), Elliott e Sumba (2011), Gebeyaw (2011), Marzuki (2011), Tohidy (2011), Tolkach, King e Pearlman (2013, 2012), Iorio e Corsale (2014), Phommavong e Sörensson (2014), Tolkach e King (2015) enfatizam que o número de obstáculos dessas iniciativas é “infinitamente maior” em comparação ao sucesso de qualquer iniciativa de TBC no mundo e, em particular, nos países em desenvolvimento. Algumas dessas barreiras foram listadas pelos autores e estão resumidas, a seguir:

- A baixa demanda;
- A marginalização das mulheres e das minorias na tomada de decisões dos projetos locais;
- Difícil acessibilidade (áreas remotas);
- Dificuldade de acesso à informação;
- Baixa capacitação profissional;

- Pouco conhecimento sobre planejamento e gestão de atividades turísticas;
- Baixa capacidade de comercialização dos produtos/serviços turísticos locais;
- Escassez de parcerias e de cooperativas para garantir o sucesso das iniciativas;
- Falta de apoio financeiro/apoio governamental;
- Ausência de lideranças locais;
- Baixo envolvimento e consenso dos atores locais;
- Falta de monitoramento dos projetos em execução;
- Falta de consenso nos critérios dos resultados das iniciativas de CBT por parte do setor privado, público e ONGs;
- Dificuldade na prestação de contas no que se refere à responsabilidade e performance dos projetos;
- Infraestrutura turística insuficiente;
- Insegurança;
- A perda de terras agrícolas, dos bens natural e cultural locais, importantes para a experiência turística;
- Altas expectativas em torno das receitas e lucros que podem ser gerados pelo turismo comunitário, especialmente nos estágios iniciais de um novo negócio;
- O assédio dos visitantes;
- Atitude negativa em relação ao turismo;
- Falta de motivação para o trabalho com o turismo;
- Dependência elevada de financiamento dos doadores, especialmente na fase inicial de implementação e promoção dos projetos.

Além disso, alguns autores como Goodwin e Santilli (2009) questionam se projetos de TBC, mesmo com o fomento do setor público, privado e/ou de ONGs, beneficiariam “verdadeiramente” a população local envolvida.

É importante considerar, também, os impactos sociais perversos que algumas iniciativas de TBC podem gerar em uma determinada localidade, os custos sociais, como alguns pesquisadores discutem. Entre esses danos estariam o turismo sexual, a introdução e/ou potencialização do tráfico de drogas, da prostituição, entre outras possibilidades de danos sociais que um projeto de TBC mal elaborado e/ou implementado pode acarretar em uma dada localidade receptora. Por isso, muitos dos autores mencionados destacam a necessidade

de esclarecer que o Turismo de Base Comunitária não pode ser compreendido como uma panaceia para o desenvolvimento de uma região, sem que sejam considerados os desafios, e os problemas locais e os obstáculos a serem enfrentados.

7.2 O CONTEXTO DO *TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA* NO BRASIL

A discussão de TBC neste capítulo tem o foco específico na leitura do tema a partir da literatura nacional. Assim, se pretende resgatar, além da base conceitual que orienta as iniciativas no país, o caminho histórico das iniciativas de TBC, centrando-se na análise das potencialidades, desafios e obstáculos desses projetos no cenário nacional. Se pretende também, traçar o debate para o Estado do Rio de Janeiro, em função do recorte espacial selecionado para a tese.

7.2.1 O aporte teórico sobre TBC no Brasil

Nas últimas duas décadas, os projetos de TBC vêm sendo implementados, de maneira mais evidente, em países em desenvolvimento, entre estes, o Brasil e a grande maioria dos países da América Latina.

No Brasil, de acordo com o caderno de turismo do Ministério do Turismo, *Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária*, as experiências de TBC foram iniciadas em meados da década de 1990, em grande parte, através de iniciativas de ONGs e da academia. Essas eram “organizadas independentemente de ações públicas (...) por meio de organizações não governamentais e pesquisadores do tema” (BRASIL, 2010, p. 12).

De uma maneira geral, os projetos de TBC vêm sendo implementados em todas as regiões do país, mas vem se multiplicando, com maior intensidade em regiões de inserção das áreas protegidas e nas zonas rurais do país que, segundo Burgos e Mertens (2015, p. 62), “em sua maioria, albergam comunidades com poucas perspectivas econômicas”.

O turismo tende a ser interpretado nacionalmente como fator de desenvolvimento regional e elemento catalisador das economias locais. Mas, para além dos benefícios econômicos e sociais que pode gerar, se reconhece na literatura, que o turismo causa também impactos negativos nos planos ambiental e/ou cultural. E, por esta razão, se reconhece na literatura, a necessidade de planejamento para o aprimoramento das ações previstas.

Segundo Irving (2009, p. 108), em sua fase inicial, o TBC no Brasil “trazia em sua expressão um sentido marginal, periférico e até mesmo romântico, diante das perspectivas de um mercado globalizado e ávido por estatísticas e receitas”. No entanto com o surgimento de novas iniciativas de TBC no país e, a ampliação do debate sobre o tema, foram sendo delineados alguns balizamentos para aprimorar o enquadramento conceitual a ele dirigido. E assim, muito embora não se tenha uma definição amplamente aceita sobre o que é considerado como TBC, algumas perspectivas teóricas orientam o debate nacional sobre o tema Isso se deve ao fato de as iniciativas de TBC se efetivarem de acordo com a realidade local (BURSZTYN, 2005).

Para o Ministério do Turismo (MTur), as inúmeras vertentes conceituais sobre o TBC são resultantes, entre outras razões, do alto grau de heterogeneidade das experiências envolvidas, assim como também da perspectiva política e/ou ideológica da instituição não governamental responsável por organizar e viabilizar a experiência. Desta maneira, “o desenho da política pública para TBC foi norteado por alguns conceitos defendidos por instituições reconhecidas como pioneiras na organização da atividade turística de base comunitária” (MTUR, 2010, p. 15). Mas não parece haver ainda uma perspectiva consensual a respeito, no plano teórico (LIMA, 2014).

Com vistas a contextualizar a questão e, para orientar a presente pesquisa, a seguir, no Quadro 12, estão apresentadas algumas das definições de TBC reconhecidas na literatura nacional especializada:

QUADRO 12 – Síntese das noções de TBC no Brasil

AUTOR/ANO	DEFINIÇÃO
PINHEIRO (2007, p. 483)	(...) mais que um simples tipo de atividade turística praticada pelos visitantes, representa um modelo de gerenciamento turístico de caráter, sobretudo, inclusivo e que tem como desdobramento desse aspecto o oferecimento de produtos diferenciados.
ARAÚJO & GELBCKE (2008, p. 365)	O turismo comunitário não é apenas uma atividade produtiva, mas procura ressaltar o papel fundamental da ética e da cooperação nas relações sociais. Valoriza os recursos específicos de um território e procura estabelecer relações de comunicação/informação com agentes externos, entre eles e os visitantes. Considera, portanto, a existência de uma relação dialética entre os turistas e a comunidade receptora.

MALDONADO (2009, p. 31)	Por Turismo Comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida.
CORIOLANO <i>et al.</i> , (2009, p.282)	O turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo.
IRVING (2009, p. 112)	Aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que, por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização.
BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO (2009, p. 86).	O turismo alternativo de base comunitária busca se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar. Não se trata, apenas, de percorrer toras exóticas, diferenciadas daquelas do turismo de massa. Trata-se de outro modo de vista e hospitalidade, diferenciado em relação ao turismo massificado, ainda que porventura se dirija a um mesmo destino.
SAMPAIO <i>et al.</i> (2011, p. 27)	Apresenta-se como estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade, organizado associativamente em territórios, como arranjos socioprodutivo e político de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços.

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Ao analisar a base conceitual sobre o TBC no plano nacional é importante, também, enfatizar a importância atribuída às dimensões cultural e ambiental, no debate teórico. Sampaio *et al.* (2011) ilustram muito bem esta particularidade ao considerarem o TBC como uma “proposta institucional” que mantém os modos de vida tradicionais e contribui para a conservação da biodiversidade local. Coriolano *et al* (2009), mencionam,

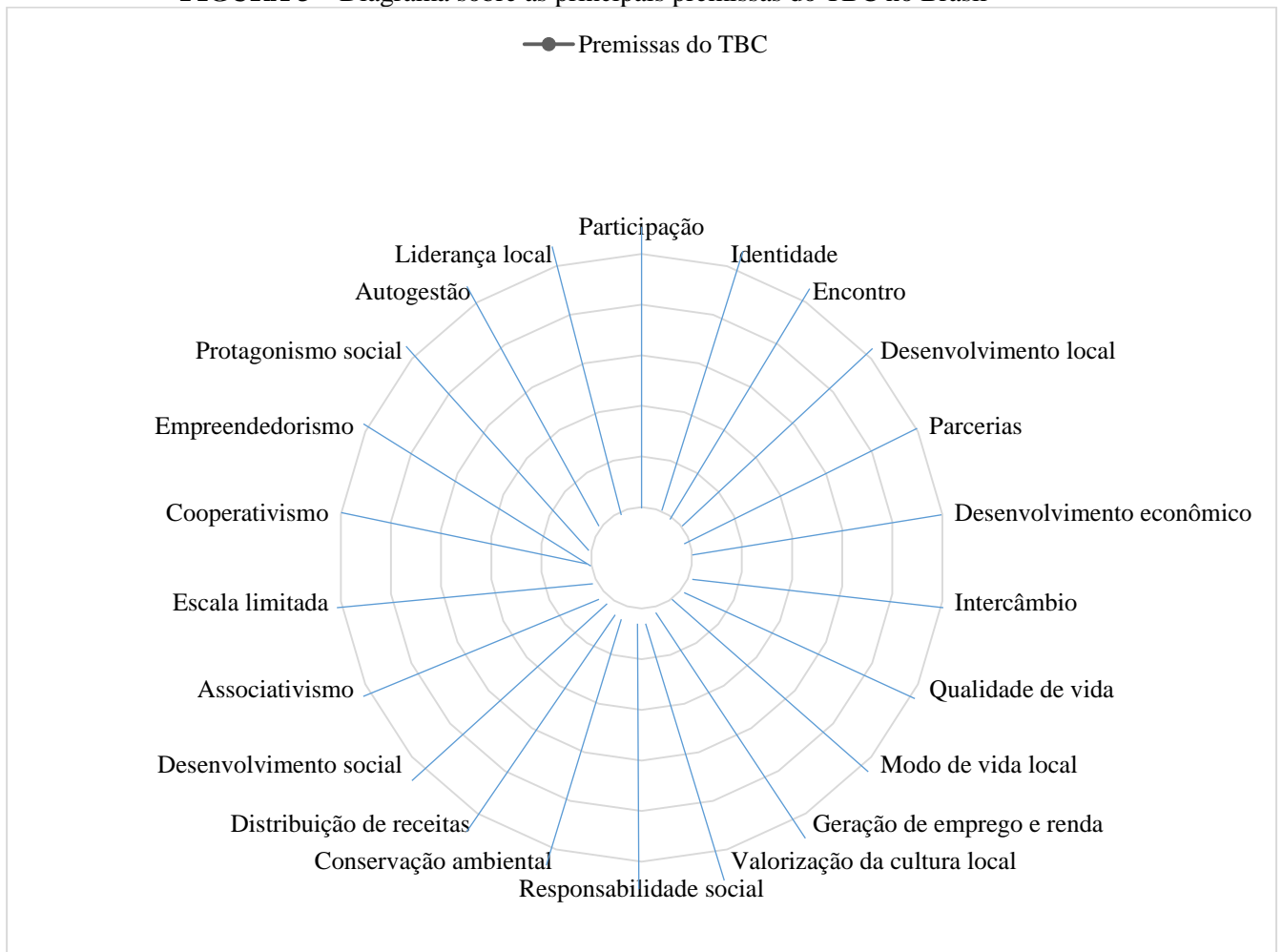
também, os denominados “arranjos produtivos locais”⁶⁸ (APL) como elementos fundamentais para esta modalidade de turismo.

Outros autores, como Irving (2009) e Bursztyn *et al.* (2009), evidenciam, também, o compromisso para a valorização da identidade cultural como um componente essencial dessa proposta de turismo, assim como também o estabelecimento de uma relação dialogal entre visitantes e visitados. E, “nesse modo relacional, nem os anfitriões são submissos aos turistas, nem os turistas fazem dos hospedeiros meros objetos de instrumentalização consumista” (BURSZTYN *et al.*, 2009, p. 86).

Perante o exposto, pode-se afirmar que a proposta de turismo de base comunitária, no caso brasileiro, se fundamenta na valorização dos aspectos culturais, históricos, ambientais e sociais de um determinado lugar turístico, destacando-se a maneira de viver da população local, suas manifestações culturais e seu papel no protagonismo da iniciativa proposta. E, especificamente, para esta tese, além do debate teórico, pretendeu-se realizar uma análise qualitativa do referencial bibliográfico disponíveis sobre o tema o que possibilitou a projeção das principais premissas do turismo de base comunitária no Brasil, conforme sistematização apresentada na Figura 3, a seguir:

⁶⁸ “Os APLs podem ser caracterizados como instituições capazes de deflagrar processos de integração territorial baseados num esforço de harmonização entre dinâmicas de cooperação e de competição – ou seja, mediante arranjos institucionais dotados de competitividade sistêmica. Mantendo o foco num setor específico da dinâmica desenvolvimentista, os APLs diferem dos *clusters* pelo fato de aglutinarem as micros e pequenas empresas e estimularem o incremento da endogenia nas práticas de desenvolvimento integrado” (SAMPAIO; MANTOVANELI; PELLIN, 2004, p. 6).

FIGURA 3 – Diagrama sobre as principais premissas do TBC no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor, com a utilização do Atlas.ti

A Figura anterior ilustra as características principais do Turismo de Base Comunitária no Brasil, a partir da análise da literatura e dos documentos de referência disponíveis. Alguns elementos se destacam na análise realizada: a participação dos atores locais, a valorização da cultura e da identidade local e do encontro entre turistas e autóctones.

Mas cabe ressaltar que a discussão sobre o TBC é ainda incipiente em pesquisa no Brasil e o que se observa na literatura nacional é um esforço para a construção coletiva dessa proposta, envolvendo organizações não governamentais, gestão pública e academia, na tentativa de fazer com que as iniciativas de TBC possam ser consolidadas segundo princípios éticos.

7.2.2 O “estado da arte” dos projetos de TBC no Brasil

Ainda analisando o caso brasileiro, uma das primeiras iniciativas visando ao fomento de iniciativas de turismo de base comunitária, em território nacional aconteceu através da publicação do edital do Ministério do Turismo (Chamada Pública MTur nº. 001/2008⁶⁹), uma iniciativa com efeito direto para o fortalecimento de práticas de planejamento turístico do país, em bases sustentáveis. E, nesse contexto, com o lançamento do referido edital, se propôs a apoiar iniciativas e projetos de turismo nas cinco regiões brasileiras.

O lançamento desse edital foi tema de muitos estudos, dentre eles o de Bursztyn *et al.* (2009) e Sancho e Irving (2010), que reafirmaram a importância dessa iniciativa como a materialização do apoio oficial do governo federal aos projetos de turismo de base comunitária. Todavia, segundo os mesmos autores, o edital se constituiu em uma iniciativa pontual e, apesar de possuir uma “perspectiva inovadora não alcança, ainda, centralidade em políticas públicas, e não está internalizado em diretrizes estratégicas de governo” (SANCHO; IRVING, 2010, p. 53).

Após o financiamento e conclusão dos 43 projetos fomentados pelo MTur⁷⁰, uma instituição foi contratada pelo MTur, ainda em 2010, para avaliar os resultados desses projetos apoiados em todo o Brasil, mas este trabalho não foi ainda concluído até o presente momento, conforme mencionado por Lima (2014) e análise posterior. Dessa maneira, não há ainda qualquer relatório oficial capaz de dimensionar a efetividade das ações executadas no âmbito de cada projeto de turismo de base comunitária.

Nesse sentido, segundo os dados sistematizados por Lima (2014), na pesquisa bibliográfica e documental realizada, apenas uma publicação intitulada *Dinâmica e Diversidade Turismo de Base Comunitária: Desafio para a formulação de política pública* (BRASIL, 2010)⁷¹ foi encontrada. Esta publicação teve como objetivo de apresentar uma síntese sobre a trajetória do MTur para o fomento de iniciativas de TBC, considerando-se a importância do desenvolvimento local do turismo e “a oportunidade de promover a inserção

⁶⁹ O referido edital tratava da seleção e fomento de propostas de TBC no país, através de cinco linhas temáticas: apoio à produção associada ao turismo; Apoio à qualificação profissional; Apoio ao planejamento estratégico e organização comunitária; Apoio à promoção e à comercialização e Apoio às ações de fomento às práticas de economia solidária.

⁷⁰ Ver Lima (2014).

⁷¹ Acesso:

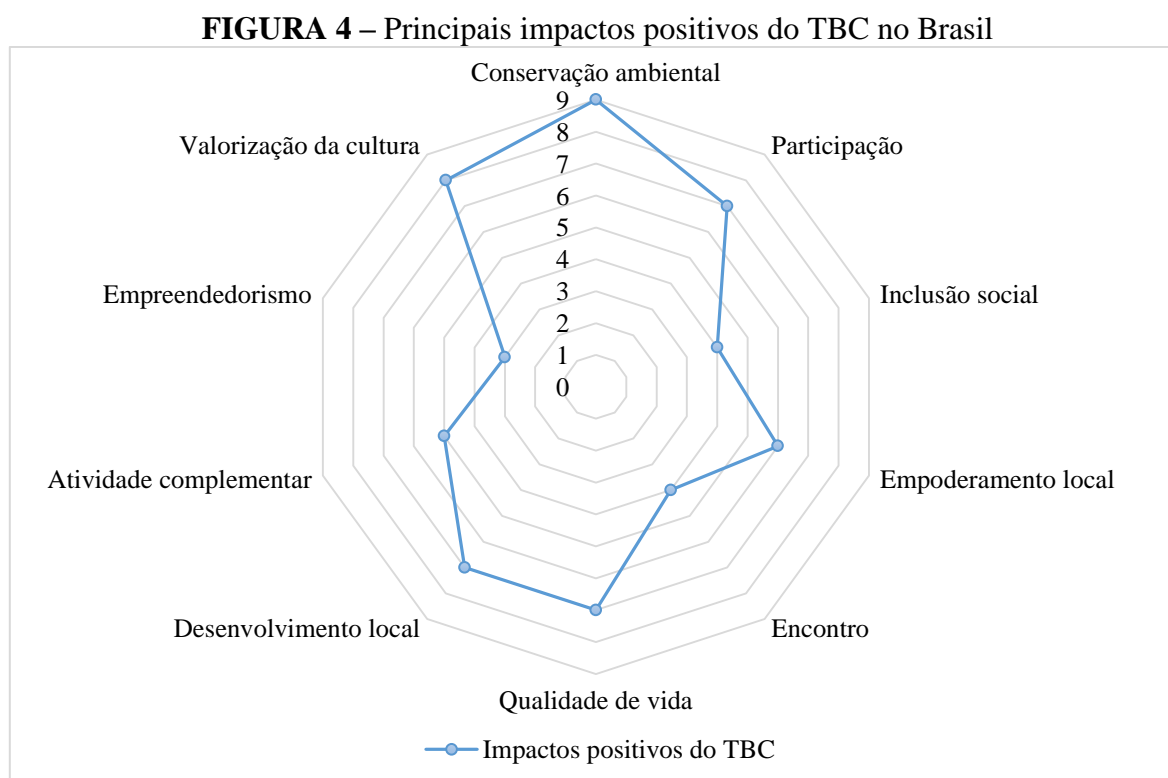
http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Caderno_MTur_alta_res.pdf

de atores sociais e econômicos que assumam papel ativo na organização da oferta de produtos e serviços em destinos turísticos” (BRASIL, 2010).

No entanto, o que se percebe da leitura deste documento é que este se configura como um registro ainda superficial dos projetos selecionados e, a sistematização dos procedimentos adotados pelo ministério para a sua implementação. Mas não uma avaliação oficial do MTur sobre todo o processo de apoio às iniciativas de TBC no país (LIMA, 2014).

Pelas razões expostas, não parece ter havido ainda uma avaliação criteriosa dos projetos aprovados pelo MTur, muito menos uma leitura mais criteriosa, sobre de que forma estas iniciativas estão, de fato, vinculadas aos compromissos do TBC.

Por todas as razões mencionadas, em âmbito nacional, o *Turismo de Base Comunitária* ainda é pouco conhecido pela sociedade e pouco desenvolvido no Brasil, apesar das potencialidades para tal e dos principais resultados de iniciativas de TBC, resultados estes, identificados na pesquisa bibliográfica e documental e, resumidos pedagogicamente, a seguir, na Figura 4:



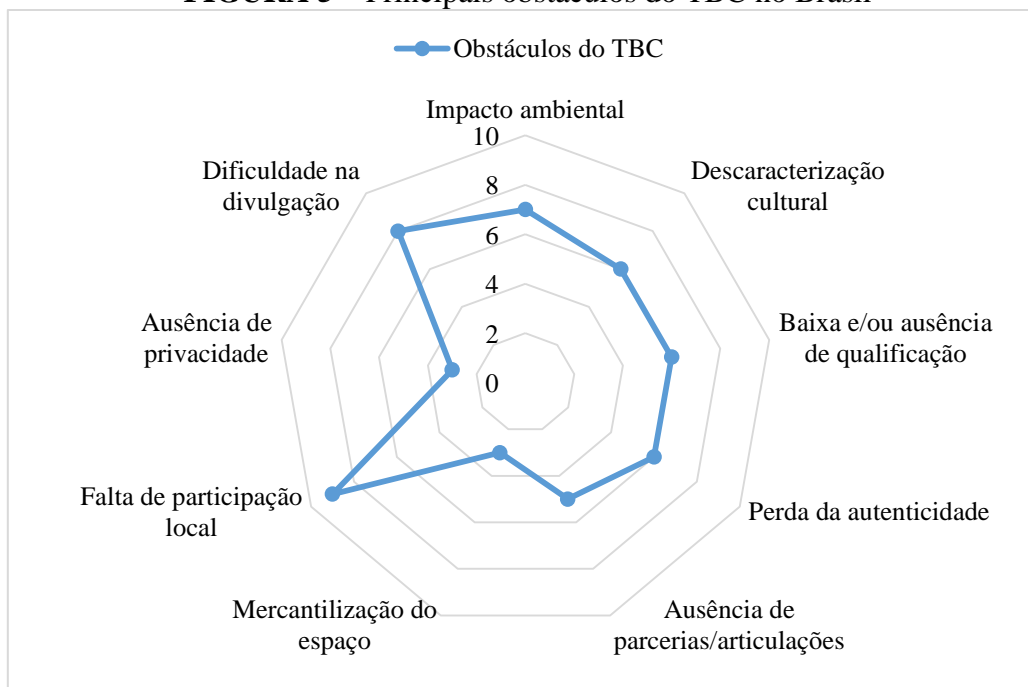
Fonte: Elaborado pelo autor com o Atlas.ti

Pela análise realizada, é possível afirmar que, apesar dos inúmeros problemas reconhecidos no processo de implementação dos projetos de TBC, alguns avanços decorrentes dessas iniciativas como a valorização da cultura, o movimento de empoderamento local, melhoria da qualidade de vida da população local, inclusão social e a conservação dos recursos naturais. Assim, apesar de algumas limitações dos projetos de TBC, com base na literatura nacional consultada, pode-se afirmar que tem sido considerável o número de iniciativas que relacionam a prática do turismo com o compromisso de desenvolvimento local e a conservação dos recursos naturais e culturais.

Por sua vez e, mesmo diante do potencial gerador de benefícios, as experiências nacionais mais consolidadas deparam-se com obstáculos como visibilidade insuficiente, ausência de apoio governamental e de um processo formal de avaliação. Com isso, segundo Lima (2014), não é possível mensurar a efetividade e a eficácia de tais iniciativas, com resultados apenas parciais de projetos isolados em andamento todo o país.

E, assim, com base na literatura consultada, os principais obstáculos para o desenvolvimento de iniciativas de turismo de base comunitária no Brasil estão sistematizados na Figura 5, a seguir:

FIGURA 5 – Principais obstáculos do TBC no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor com auxílio do *software Atlas.ti*

Com base na Figura anterior, problemas já mencionados como os impactos (cultural e ambiental) negativos e a dificuldade na divulgação e na comercialização dos projetos de TBC no Brasil, também foram mencionados por Lima (2014) como um dos principais problemas identificados nos projetos selecionados pelo edital do MTur, em todo o país.

É fato que o TBC integra as perspectivas da sustentabilidade turística. No entanto, é importante considerar que isto, por si, não o torna sustentável, uma vez que o discurso da sustentabilidade vem sendo, frequentemente, apropriado com base em julgamentos subjetivos, imprecisos, sem referência a padrões ou critérios específicos, principalmente no campo do turismo, tema prioritário desta tese.

Além disto, a escassez nos investimentos na divulgação dos projetos tende a gerar também um atraso considerável em relação à sua absorção pelo mercado turístico, caracterizado pelo seu dinamismo nos processos de negociação e comercialização. O que pressupõe um planejamento criterioso e eficiente de divulgação das iniciativas de TBC em desenvolvimento. Isso porque, ainda segundo Lima (2014),

apesar da crescente demanda por roteiros especializados em TBC, os turistas com esse perfil não compram suas viagens no mercado convencional, mas, principalmente, através da propaganda “boca-a-boca”, das informações disponibilizadas em ambiente *web* e nas redes sociais (LIMA, 2014, p. 155).

Diante dos obstáculos aqui sistematizados, de acordo com a literatura consultada, ainda há muitas lacunas a serem investigadas, no âmbito nacional sobre as iniciativas de TBC no país. Entretanto, ainda com base na literatura pesquisada, no caso específico da participação dos atores locais, esta parece ser uma das premissas fundamentais para o sucesso dos projetos de TBC e que deverá ser considerada no planejamento e na gestão dessas iniciativas futuras no Brasil.

8. ESTUDO DE CASO: OS CAMINHOS DA SERRA DO MAR – DECODIFICANDO AS TEIAS DO TBC EM MAGÉ

Inicialmente, o circuito *Caminhos da Serra do Mar*⁷² foi idealizado para valorizar a região da serra fluminense e, no futuro, fazer uma ligação com a zona costeira do Estado do Rio de Janeiro, conectando, assim, a diversidade natural às dinâmicas socioculturais dessas regiões pulsantes em termos de planejamento turístico no Estado do Rio de Janeiro. Além disso, um outro objetivo para o planejamento e execução dos *Caminhos* é favorecer a conservação da Serra do Mar e ordenar os espaços protegidos, integrando uma parcela das unidades de conservação do mosaico, a partir do uso público dessas áreas como estratégia de conservação da biodiversidade (ICMbio).

O projeto lançado em 2012 pelo *Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade* (ICMbio) representa uma proposta governamental ainda em fase de concepção e que deverá envolver uma trilha de longa duração, com mais de 170 km, que percorrerá algumas das unidades de conservação do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense, entre elas, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, localizado nas regiões turísticas da *Baixada Verde* e da *Serra Verde Imperial*.

Para os *Caminhos da Serra do Mar* se prevê espaços para a prática de montanhismo, caminhadas, contemplação, recreação, lazer, estimulando assim, o desenvolvimento do turismo ecológico, em bases sustentáveis. Com isso, o uso público ordenado dessa região com fins turísticos passa a representar, em tese, uma estratégia de conservação para as áreas protegidas no Estado do Rio de Janeiro, na integração entre a serra e o mar, e poderá servir de modelo para outras regiões do país. Mas especificamente, no âmbito do turismo, esse projeto poderá ser estrategicamente fundamental para a conexão entre a serra e o mar, concedendo uma maior visibilidade a toda uma dinâmica socioambiental única no Estado do Rio de Janeiro. Isso porque a diversidade de paisagens naturais e culturais pode transformar aquela região, entre a serra e o mar, em um ponto focal (e um diferencial) para o planejamento turístico do Rio de Janeiro.

⁷² Esse capítulo foi construído com base na literatura especializada e com informações obtidas durante a etapa de pesquisa de campo, entre essas, com informações pessoais fornecidas pelo gestor do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e um dos principais idealizadores dos *Caminhos*. É interessante ressaltar que esse é um projeto ainda em construção e, portanto, foi necessário levantar dados e sistematizá-los. Nesse sentido, o esforço dessa tese foi, justamente, mapear essas informações disponíveis para, posteriormente, realizar a contextualização dos *Caminhos*, assim como também a importância do município de Magé para o êxito dessa iniciativa.

Nesse sentido, o projeto *Caminhos da Serra do Mar* será desenvolvido a partir da identificação de núcleos, de acordo com o planejamento das UCs envolvidas. O primeiro núcleo já implementado se refere à região da Serra dos Órgãos, envolvendo o parque nacional de mesmo nome (PARNASO), com 68 km de caminhada percorridos em seis dias. Este trajeto é realizado pelas cidades de Magé, Petrópolis e Teresópolis (na Serra Verde Imperial). O segundo núcleo de planejamento será a região dos Três Picos, ainda sem data para implementação. Esse núcleo ligará a cidade de Teresópolis a Nova Friburgo, envolvendo o Parque Estadual dos Três Picos (PETP). Além disso, o projeto inicial define o Parque Estadual da Costa do Sol (PECS) como o extremo do circuito associado à zona costeira fluminense, unindo-se a Trilha Transcarioca. A meta inicial dos idealizadores do projeto era de abrir um núcleo por ano, o que parece não ter sido contemplado até o momento final da pesquisa de campo, uma vez que apenas o núcleo localizado no PARNASO foi disponibilizado aos visitantes.

Os trechos dos *Caminhos* inseridos no Parque Nacional da Serra dos Órgãos podem ser conferidos na Figura 6 disponível, a seguir:

Os *Caminhos da Serra do Mar* estão inseridos na cadeia montanhosa denominada de Serra do Mar, uma faixa que se estende por aproximadamente 1.500 quilômetros, em sentido leste/sul, desde o Estado do Rio de Janeiro até o norte do Estado de Santa Catarina, abrigando os principais remanescentes da Mata Atlântica do país.

A importância da Serra do Mar é reconhecida nacional e internacionalmente pelo fato dessa compor o “Corredor Ecológico da Serra do Mar”, definido no âmbito da competência do *Ministério do Meio Ambiente* e como “Reserva da Biosfera da Mata Atlântica”, no âmbito da UNESCO. A Serra do Mar foi também tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT)⁷³ do Estado de São Paulo, devido ao seu valor geológico e à sua diversidade de fauna e flora.

Além dos *Caminhos da Serra do Mar*, um outro projeto também em execução na região é o *Desenvolvimento do Turismo no roteiro integrado Rio Serra Mar*, coordenado e desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE). Esse projeto contempla a promoção e a geração de renda de forma sustentável, através da qualificação dos produtos turísticos, fortalecendo a cadeia produtiva do turismo na estrada denominada Serra Mar, que liga as regiões turísticas da Costa do Sol e da Serra Verde Imperial, no Estado do Rio de Janeiro. Entre seus objetivos, esse projeto prevê a criação de um roteiro promocional integrado entre essas duas regiões turísticas, com o município de Niterói (região metropolitana do Rio de Janeiro). O projeto se dirige a fomentar os pequenos negócios da cadeia produtiva do turismo (meios de hospedagem, agências de turismo, transportadoras turísticas, bares, restaurantes, serviços, etc.) de dez municípios do Estado do Rio de Janeiro: Niterói, Casimiro de Abreu, Armação de Búzios, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Macaé, Rio das Ostras, Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo (SEBRAE, 2016) mas nele não se menciona o município de Magé, foco prioritário da presente tese.

Esses encaminhamentos reafirmam, de alguma maneira, com a perspectiva do *Ministério do Turismo* de “destinos indutores”⁷⁴ para o desenvolvimento turístico regional,

⁷³ O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico tem a função de proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural no Estado de São Paulo. Nessa categoria se encaixam bens móveis, imóveis, edificações, monumentos, bairros, núcleos históricos, áreas naturais, bens imateriais, dentre outros (Ver: <http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.3ece191cddb97673b47b5f572308ca0/?vgnnextoid=84fc343c80f37210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&vgnnextchannel=84fc343c80f37210VgnVCM1000002e03c80aRCRD>).

⁷⁴ De acordo com o Ministério do Turismo, o Brasil possui 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional que envolvem diretamente 584 municípios. A região Sudeste conta com 11 dos 65 destinos turísticos indutores do desenvolvimento turístico regional (17% do total).

para o qual o turismo no Rio de Janeiro se configura a partir de cinco destinos indutores: a cidade do Rio de Janeiro, Armação de Búzios (Costa do Sol), Petrópolis (Serra Verde Imperial), Angra dos Reis e Paraty (na região turística da Costa Verde).

Por sua vez, com essa estratégia de indução turística, busca-se reafirmar as prioridades em planejamento turístico e em ações governamentais que contribuam para minimizar os impactos desse processo nos ecossistemas já vulneráveis e, também, sobre as dinâmicas das populações locais.

Com base neste breve contexto, já foram disponibilizados aos visitantes seis trechos dos *Caminhos da Serra do Mar*, todos inseridos no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, conforme mencionado anteriormente. São eles:

a) O *Caminho do Ouro*, iniciado em Vila Inhomirim/Raiz da Serra que possui cinco quilômetros de extensão, sendo considerado um percurso de dificuldade média, realizada em aproximadamente três horas de percurso. Para ilustrar esse primeiro trecho, foi realizado o registro do início do percurso, em Vila Inhomirim, conforme as Figuras 7 e, posteriormente com o detalhe nas pedras do *Caminho do Ouro* (Figura 8) erguido por escravos.

FIGURA 7 – Marco inicial do *Caminho do Ouro*



Fonte: Marcelo Lima (2016)

FIGURA 8 – Detalhe nas pedras do *Caminho do Ouro* erguido por escravos, em Vila Inhomirim/Magé



Fonte: Marcelo Lima (2016)

Nesse primeiro trecho já se percebe a presença de residências (Figura 9) e de moradores locais que trabalham direta e/ou indiretamente com o turismo, através da venda de alimentos e bebidas (Figura 10), como pode ser observado nas Figuras 9 e 10, a seguir:

FIGURA 9 – Registro de residências ao longo do *Caminho do Ouro*



Fonte: Autor (2016)

FIGURA 10 – Comércio local no início do *Caminho do Ouro*



Fonte: Autor (2016)

FIGURA 11 – Imagem do trecho inicial do *Caminho do Ouro*



Fonte: Autor (2016)

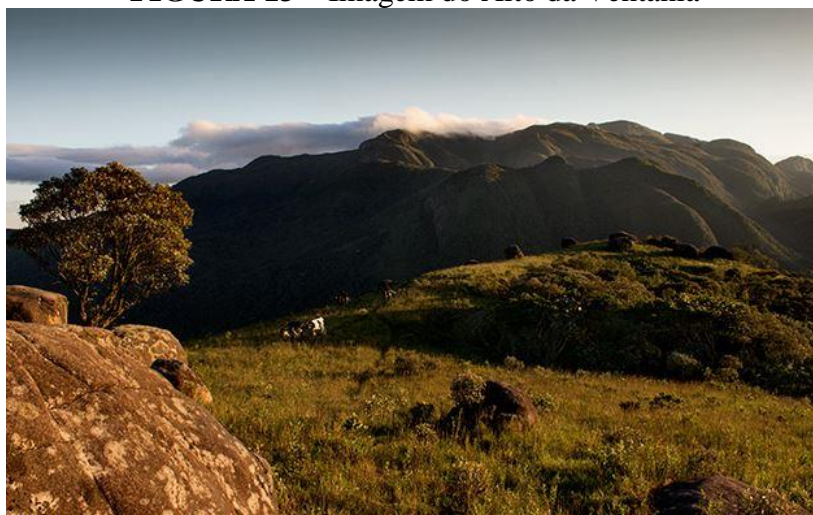
FIGURA 12 – Imagem do *Caminho do Ouro*



Fonte: Autor (2016)

b) O segundo trecho é denominado *Travessia Cobiçado x Ventania* e fica localizado na Serra da Estrela, no interior do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Essa é uma travessia com aproximadamente doze quilômetros, sendo percorrida em aproximadamente em sete horas, podendo também se acampar no Alto da Ventania (Figura 13) e se desfrutar do nascer do sol.

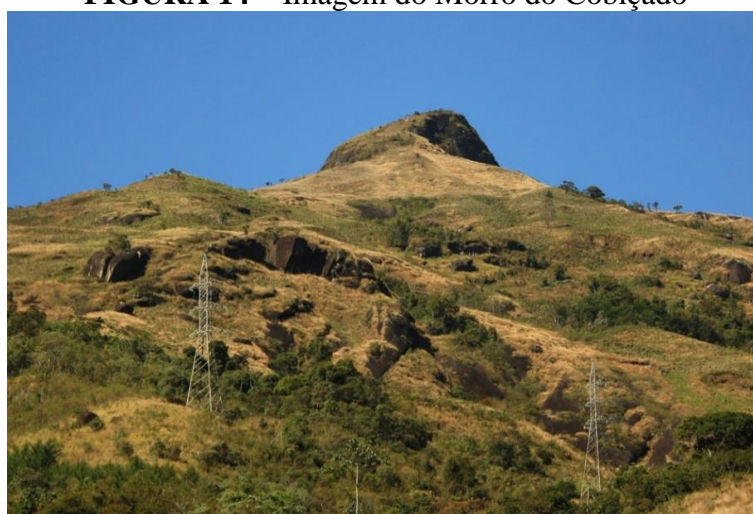
FIGURA 13 – Imagem do Alto da Ventania



Fonte: Viagens & Andanças

Além desse atrativo, é possível contemplar a Serra do Mar, os picos do Cobiçado (Figura 14), dos Vândalos, do Diabo e do Tridente (ICMBIO, 2019). Essa é considerada uma trilha de categoria pesada, podendo ser percorrida no bairro rural de Caxambu, em Petrópolis, ou ainda pela Rua Pedro Ivo, no Morin. Nessa direção já se percebe o processo de ocupação e especulação imobiliária desordenada, uma situação recorrente ao longo da Serra do Mar.

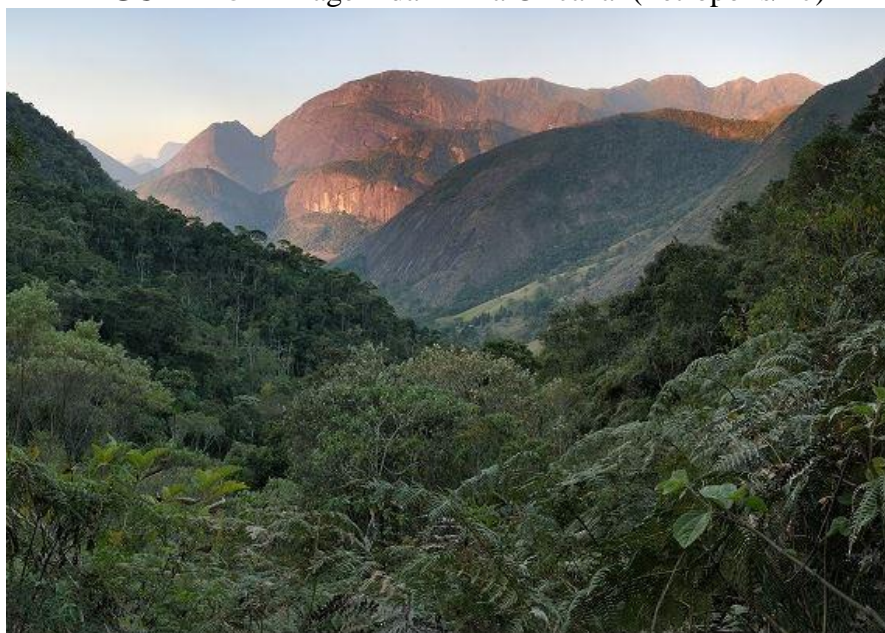
FIGURA 14 – Imagem do Morro do Cobiçado



Fonte: Viagens & Andanças

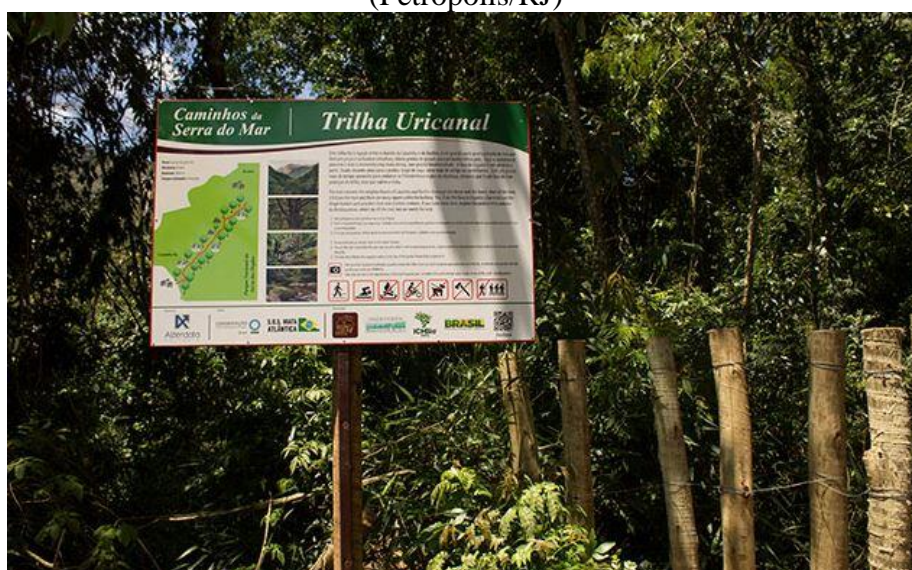
c) O terceiro trecho é conhecido como *Trilha Uricanal* (Figura 15). Esse trecho está localizado na Estrada Caxambu, Petrópolis (RJ), fazendo a ligação entre os bairros do Caxambu e do Bonfim (Figura 16), no entorno da área protegida e envolve seis quilômetros de extensão, sendo essa considerada uma trilha leve superior, com tempo estimado de percurso de três horas.

FIGURA 15 – Imagem da Trilha Uricanal (Petrópolis/RJ)



Fonte: ICMBio

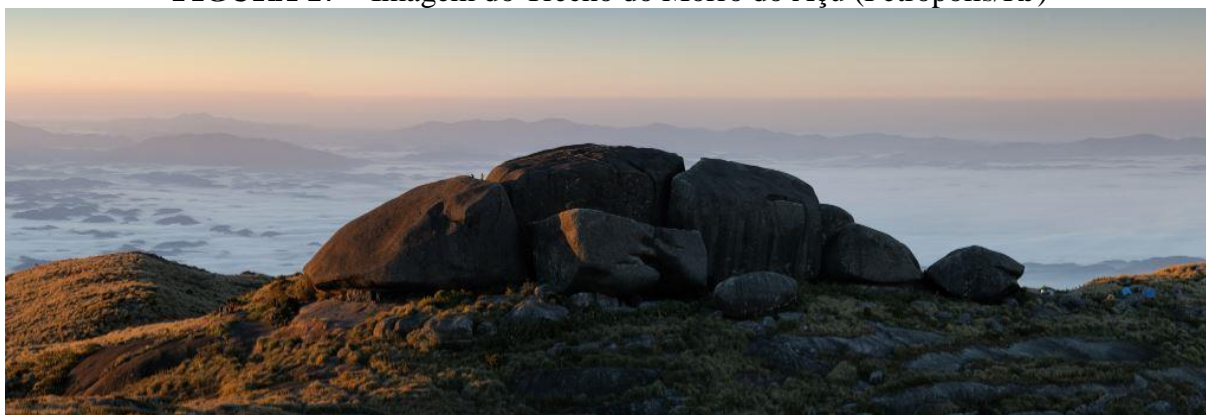
FIGURA 16 – Início do terceiro trecho (Trilha Uricanal), no sentido Caxambu x Bonfim (Petrópolis/RJ)



Fonte: Autor (2018)

d) O quarto trecho é denominado *Morro do Açú* (Figura 17) e tem oito quilômetros de extensão, com alto grau de dificuldade e com o tempo estimado de aproximadamente seis horas, apenas para o trajeto em um único sentido⁷⁵. Ao longo da trilha, é possível observar inúmeros poços, cachoeiras e mirantes.

FIGURA 17 – Imagem do Trecho do Morro do Açú (Petrópolis/RJ)

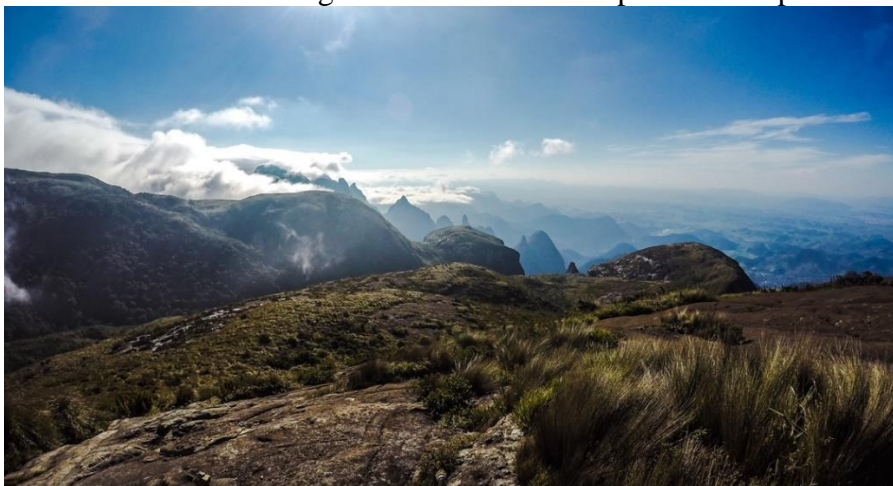


Fonte: ICMBio (2018)

e) A *Travessia Petrópolis-Teresópolis* (Figura 18) é o quinto e o mais conhecido trecho dos *Caminhos da Serra do Mar*. Esse trecho é reconhecido, também, como uma das mais belas travessias do país, em virtude do complexo paisagístico composto por diversos segmentos da Serra dos Órgãos. Esse trecho tem nove quilômetros, sendo realizado em aproximadamente oito horas de caminhada com alto nível de dificuldade, segundo a categorização padrão de trilhas. Caso o trecho seja percorrido em boas condições meteorológicas, é possível contemplar a Baía de Guanabara, o Morro do Corcovado, o Pão de Açúcar e, a Pedra da Gávea, atrativos turísticos relevantes localizados na cidade do Rio de Janeiro.

⁷⁵ É nesse trecho que o caminhante poderá vislumbrar um dos pontos culminantes do Parque, os Castelos do Açú. É um ponto de pernoite em abrigos de montanha ou em área de camping (ICMBIO, 2018).

FIGURA 18 – Imagem da Travessia Petrópolis-Teresópolis



Fonte: ICMBio

f) O sexto trecho dos *Caminhos da Serra do Mar* é denominado *Pedra do Sino* (Figura 19), localizado entre os municípios de Guapimirim e de Teresópolis, também no Estado do Rio de Janeiro. Essa última etapa do circuito envolve onze quilômetros, sendo o percurso nesse trajeto categorizado como uma trilha de dificuldade média e com estimativa para ser concluída em cinco horas, em um único sentido. A Pedra do Sino é considerada como o ponto mais elevado da Serra dos Órgãos, no cume de mesmo nome. Em dias de inverno, as temperaturas nessa região podem atingir 0° C, sendo, portanto, comum se observar uma fina camada de gelo sobre a vegetação pela manhã, o que torna a experiência ímpar no contexto do Estado do Rio de Janeiro.

FIGURA 19 – Imagem da Pedra do Sino entre os municípios de Guapimirim e Teresópolis



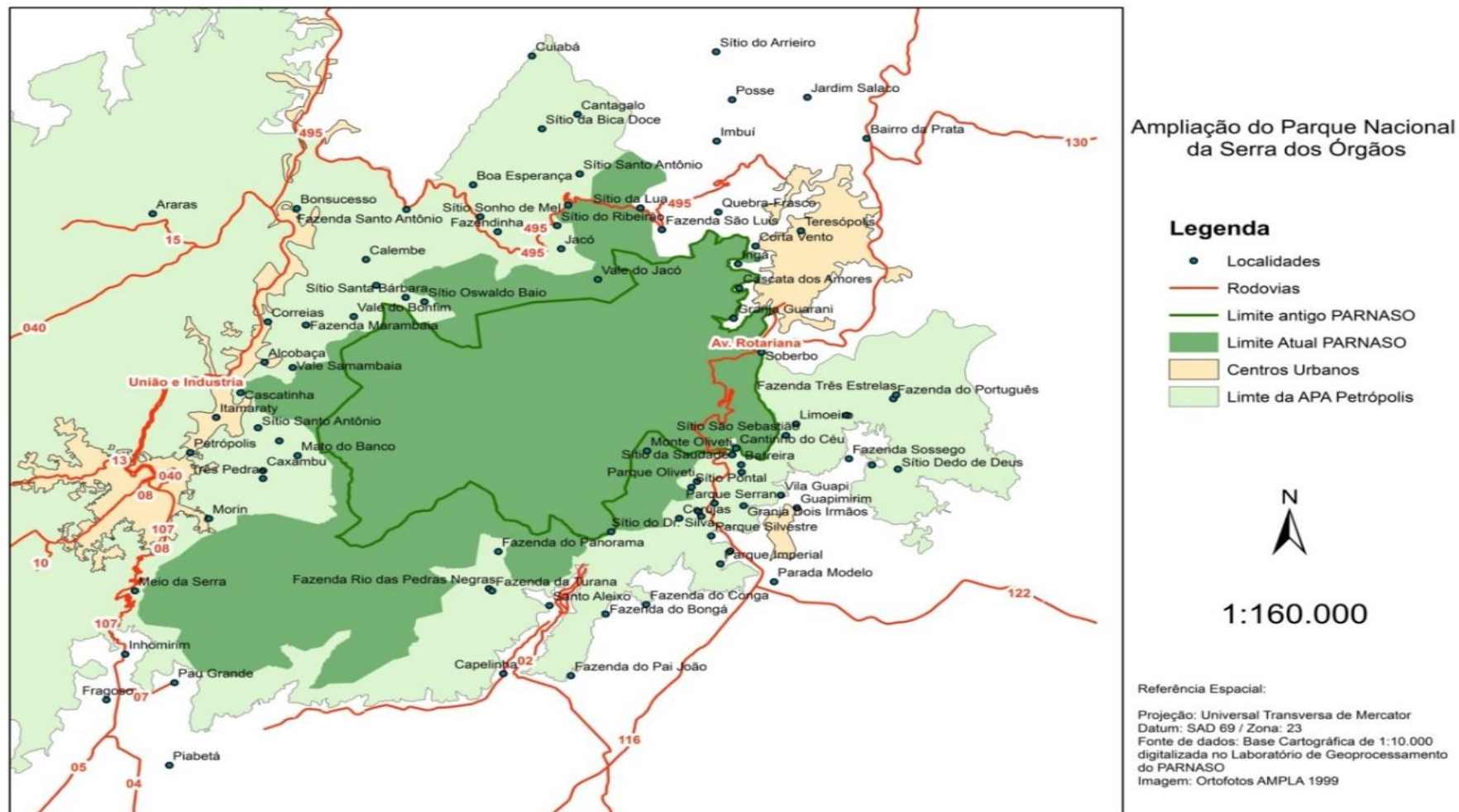
Fonte: ICMBio (2018)

Esses trechos ilustram uma parcela da diversidade natural e da dinâmica sociocultural dos *Caminhos da Serra do Mar* que tem em Raiz da Serra (Magé/RJ) o seu ponto inicial e percorre trechos do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, que se constitui em uma reserva florestal estratégica de grande potencial turístico, representando um atrativo especial para o excursionismo, a prática de montanhismo e outros esportes de natureza.

Criado pelo Decreto Lei nº 1.822 de 30 de novembro de 1939, o Parque Nacional Serra dos Órgãos (PARNASO) localiza-se ao norte da Baía de Guanabara, entre as cidades de Petrópolis e Teresópolis, na região serrana do estado, e Magé e Guapimirim, na região metropolitana do RJ. O parque fica localizado a 86 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro. A área desta UC compõe o setor Fluminense da Serra do Mar, denominado como Serra dos Órgãos, o que justifica o seu próprio nome (CORRÊA, MUSSI, IRVING e CASTRO, 2013).

Mas o parque teve os seus limites redefinidos pelo Decreto Federal 90.023/1984 e, em 2008, através do Decreto s/nº de 13 de setembro de 2008, a área do parque passou de 10.653 hectares para 20.020, 5400 hectares, assegurando a proteção de uma área 88% maior do que a original (ICMBIO, 2008; CORRÊA, MUSSI, IRVING e CASTRO, 2013), conforme ilustrado na Figura 20, a seguir:

FIGURA 20 – Representação geográfica do PARNASO



Fonte: ICMBio (2013)

Mesmo diante de inúmeros problemas relacionados ao crescimento populacional dos municípios limítrofes ao parque, como a especulação imobiliária, o uso desordenado em algumas áreas, a atividade turística e a pressão crescente de utilização dos recursos naturais, a geografia acidentada e sinuosa da Serra do Mar permite que a área onde o parque se encontra seja uma das mais bem protegidas do Estado do Rio de Janeiro, com matas secundárias bem evoluídas e alguns trechos de vegetação primária, classificada como Floresta Tropical Fluvial Atlântica, rica em fauna e flora (ICMBio, 2008; CORRÊA, MUSSI, IRVING e CASTRO, 2013). Mas diante deste cenário, evidencia-se uma forte tensão entre as ações de proteção da natureza e aquelas dirigidas ao desenvolvimento socioeconômico regional.

Sua importância ecológica está expressa pela grande diversidade de habitats, proporcionada pela variação no clima, pelos diferentes tipos de solo, formações geológicas e formações vegetacionais, resultando em uma alta diversidade biológica. Com isso, diversas espécies endêmicas e outras ameaçadas de extinção ocorrem no parque (ICMBio, 2008). Além disso, a hidrografia da região é de fundamental importância para o contexto ecológico local, uma vez que PARNASO protege nascentes das duas principais bacias fluminenses (Bacia da Baía de Guanabara e Bacia do Rio Paraíba do Sul), cujos rios abastecem os municípios do entorno (CORRÊA, 2009; CORRÊA, MUSSI, IRVING e CASTRO, 2013). O parque protege florestas de encostas e campos de altitude que variam entre 80 m de altitude e 2.275 m, na Pedra do Sino, ponto culminante da Serra dos Órgãos (ICMBIO, 2008).

O PARNASO e sua zona de amortecimento situam-se no domínio da Mata Atlântica, reconhecida como Reserva da Biosfera pela UNESCO, ocupando posição central no Corredor Ecológico da Serra do Mar, que abrange o Estado do Rio de Janeiro, o sudeste de Minas Gerais, a Serra do Mar de São Paulo e o norte do Paraná. Além disso, esta é uma Unidade de Conservação (UC) estratégica do Mosaico de Áreas Protegidas da Mata Atlântica Central Fluminense, composto por 24 UC, sendo cinco delas federais, sete estaduais, oito municipais e quatro particulares.

Além disso, esta unidade de conservação ocupa posição central no Corredor Ecológico da Serra do Mar, que abrange o Estado do Rio de Janeiro, o sudeste de Minas Gerais, parte de São Paulo e o norte do Paraná. Este corredor circunda as duas maiores metrópoles do Brasil englobando, no total, 449 municípios, 65 UCs de Proteção Integral e 100 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (ICMBIO, 2008).

Segundo Corrêa, Mussi, Irving e Castro (2013) o parque representa uma das UC do

país com maior número de pesquisas registradas no Brasil. Entretanto, ainda segundo os autores anteriormente mencionados, a maioria dessas pesquisas é na área das ciências naturais e poucas são as pesquisas sociais ali registradas, o que reafirma, uma vez mais, a importância de pesquisas capazes de articular as ciências da natureza com aquelas de cunho social, nestas considerando os temas do turismo e da cultura.

O PARNASO, com suas especificidades, possui elevada importância global pela sua relevância em termos de biodiversidade da Mata Atlântica, o que reforça a necessidade de planejamento turístico, sendo ainda o PARNASO, segundo La Rovere, Irving e Lima (2015) um dos mais visitados do Estado, juntamente com o Parque Nacional da Tijuca (PNT):

representam ícones para o ecoturismo nacional. Além disso, o Parque Estadual da Costa do Sol situa-se na região de maior atratividade turística do Estado do Rio de Janeiro e também sob forte influência do pré-sal e da indústria do petróleo e toda a cadeia envolvida. Assim, o turismo tende a se desenvolver em áreas de alta vulnerabilidade ambiental mas também caracterizadas por elevados níveis de tensão social (LA ROVERE; IRVING; LIMA, 2015, p.221-222).

Dessa forma, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos tem sua importância reconhecida tanto pela biodiversidade e patrimônio cultural que abriga como também por sua beleza cênica e pela experiência vivencial que pode proporcionar aos visitantes da área protegida. Sendo assim, por todas essas razões, é considerado um dos principais parques nacionais brasileiros, localizado em uma região de elevada biodiversidade com um importante legado histórico-cultural, ainda pouco conhecido, como é o caso de Magé, como poderá ser observado, a seguir.

8.1 OS CONTEXTOS HISTÓRICO-CULTURAL E AMBIENTAL DE MAGÉ E A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO.

O município de Magé foi fundado no dia 09 de junho de 1565, ou seja, tem 453 anos de fundação que ilustram parte da história do Brasil. Isto porque não só a cidade do Rio de Janeiro como também os municípios próximos à Baía de Guanabara, como é o caso de Magé, se desenvolveram a partir da chegada da Família Imperial Portuguesa e de sua comitiva real. E assim, para atender as novas demandas advindas da Família Imperial, algumas cidades fluminenses passaram a receber os primeiros investimentos em infraestrutura do país. Petrópolis, por exemplo, foi uma das primeiras cidades do país a ter iluminação elétrica nas

ruas. E, no rio Inhomirim, em Magé, circulou a primeira linha regular de navegação a vapor, estabelecida pela companhia Nitheroy e Inhomirim (SANTOS, 1957). Um dos trechos do rio Inhomirim pode ser observado, a seguir:

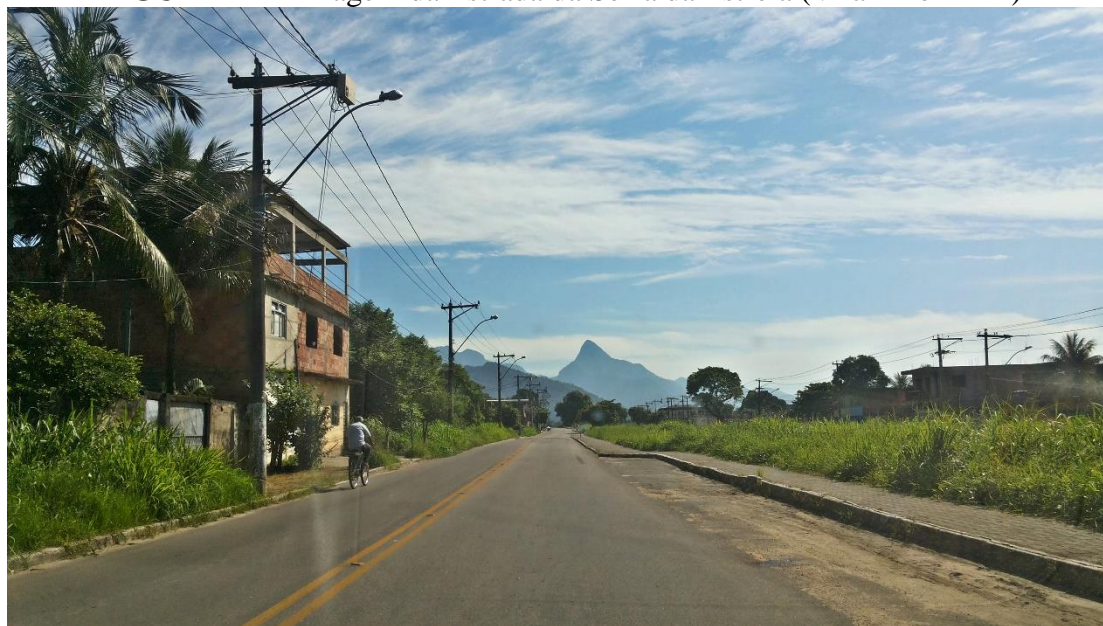
FIGURA 21 – Imagem do Rio Inhomirim no município de Magé (RJ)



FONTE: Autor (2016).

O distrito de Santo Aleixo, em Magé, recebeu ainda a primeira indústria de tecidos da América do Sul, a Fábrica Imperial, posteriormente, denominada de Fábrica Esther. Da mesma foram, a Estrada Normal da Serra da Estrela (FIGURAS 22 e 23) foi a primeira rodovia em área de montanha do país (1837) e possui ainda trechos transitáveis. À época, era o principal ponto de ligação para as cidades mineiras, tendo uma relevante importância econômica por ser uma importante rota de mercadorias. Além disso, servia de acesso às carruagens reais, uma vez que o *Caminho Novo* era apenas para tropas de mulas e aventureiros.

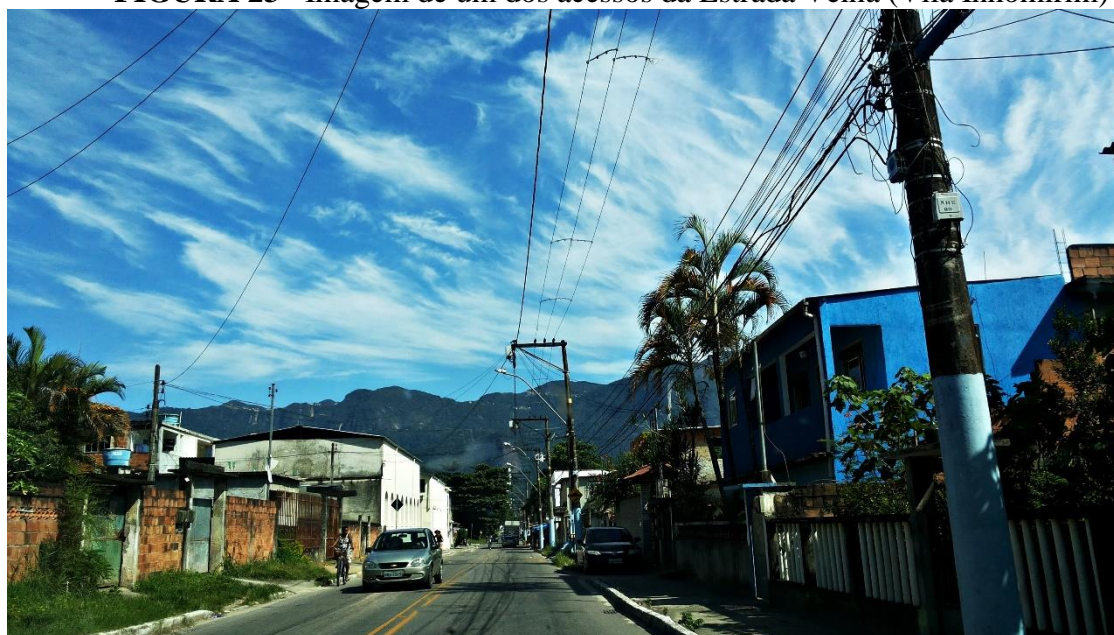
FIGURA 22 – Imagem da Estrada da Serra da Estrela (Vila Inhomirim)



Fonte: Autor (2015)

Atualmente, a Estrada Normal da Serra da Estrela continua servindo a muitos moradores da região como uma das principais vias de acesso em Vila Inhomirim/Raiz da Serra, destacando-se também pela crescente ocupação imobiliária, como observado, a seguir, na Figura 23:

FIGURA 23– Imagem de um dos acessos da Estrada Velha (Vila Inhomirim)



Fonte: Autor (2015)

Um outro ponto relevante com relação a história do município é a localidade de Raiz da Serra/Vila Inhomirim, ponto inicial da locomotiva que partia da estação ferromarítima de Guia de Pacobaíba em direção à cidade de Petrópolis, registrada nas Figuras 24 e 25, a seguir:

FIGURA 24 – Imagem da Estação Guia de Pacobaíba (Magé/RJ)



Fonte: Autor (2019)

Em 1882, foi inaugurada a Estrada de Ferro do Príncipe Grão-Pará, em direção à Serra da Estrela, em sistema de cremalheira. E, nesse processo histórico de desenvolvimento regional, durante a década de 1920, a Rio-Petrópolis tornou-se a primeira rodovia asfaltada do país.

FIGURA 25 – Imagem da Estação Guia de Pacobaíba e da réplica da locomotiva (Magé/RJ)



Fonte: Autor (2019)

Por iniciativa de um dos maiores empreendedores do Brasil no séc. XIX, Irineu Evangelista de Souza (1813-1889), a primeira ferrovia do país foi construída ligando o Porto Mauá (junto à vila de Estrela e situado aos fundos da Baía de Guanabara) à localidade de Raiz da Serra, em direção à cidade de Petrópolis, conforme ilustração, a seguir:

FIGURA 26 – Imagem da placa informativa do IPHAN na antiga Estação Guia de Pacobaíba (Magé/RJ)



Fonte: Autor (2019)

Com a inauguração da Imperial Companhia de Navegação e, a Estrada de Ferro de Petrópolis, no início dos anos de 1850, esse empresário tornou-se o Barão de Mauá, título atribuído em decorrência do nome do porto que se situava ao lado do terminal da ferrovia. Mas, nos dias atuais, tanto a Estrada de Ferro quanto o Porto estão desativados, apesar de sua importância histórica conforme ilustrado pela Figura 27, a seguir:

FIGURA 27 – Imagem das ruínas do Porto da Estrela, em Magé (RJ)



Autor (2018)

Fonte:

E, atualmente, os trilhos da Estrada de Ferro foram extraídos para outros fins ou estão enterrados. O que se observa são apenas algumas placas de trânsito, que sinalizam a existência da Estrada de Ferro, conforme a Figura 28, a seguir:

FIGURA 28 – Imagem de placa de sinalização da Estrada de Ferro Mauá



A importante relação entre a cidade de Magé e o transporte ferroviário pode ser observada, ainda, através de alguns monumentos e símbolos do município que fazem menção aos trens, como observado em algumas praças públicas (Figura 29), ali encontradas:

FIGURA 29 – Imagem do monumento em uma das praças públicas de Magé



Fonte: Autor (2017)

Essa relação histórico-cultural com o início do transporte ferroviário no Brasil tende a representar um relevante potencial para o desenvolvimento do turismo regional, em função da diversidade paisagística e cultural marcada por trechos e ferrovias históricas, como a primeira Estrada de Ferro do Brasil e a Estação Guia de Pacobaíba, essa, citada em obra literária de Machado de Assis, *Memorial de Aires*, entre outros trechos de relevante beleza cênica como a Parada Santa Dalila (Figura 30), entre o trecho Saracuruna/Visconde de Itaboraí.

FIGURA 30 – Imagem da Parada Santa Dalila – Linha Saracuruna/Visconde de Itaboraí



Fonte: Autor (2017)

Atualmente, o acesso à cidade de Magé se efetua por duas linhas de trem metropolitano, operado pela SuperVia, a partir da Estação Saracuruna (Figura 31). A primeira linha liga essa estação ao município de Guapimirim, com dezenove estações mas apenas quinze estão em funcionamento, com intervalos de até duas horas.

FIGURA 31 – Imagem da Estação Saracuruna no município de Duque de Caxias (RJ)



Fonte: Autor (2018)

A segunda linha de trem parte de Saracuruna, no município de Duque de Caxias e percorre sete estações até a localidade de Vila do Inhomirim, sendo esse o ponto final desse tronco do ramal Saracuruna de itinerário férreo.

Apesar da elevada demanda de passageiros, esse trecho atende a um número limitado de passageiros, em função da baixa velocidade operacional, em média de 25 km/h, e do intervalo prolongado entre as composições que chega a ser superior a 1 hora, entre Saracuruna e a Estação de Vila Inhomirim, ilustrada na Figura 32, a seguir:

FIGURA 32 – Imagem da Estação final Vila de Inhomirim/Raiz da Serra



Fonte: Autor (2018)

É no ponto final da Estação Vila Inhomirim onde estão concentradas algumas das principais unidades comerciais, o terminal de ônibus coletivos, escolas, templos religiosos e, alguns dos atrativos histórico-culturais do município como a Bica da Rainha, localizada no início do caminho histórico, conforme ilustrada na Figura 33, a seguir:

FIGURA 33 – Imagem da Bica da Rainha



Fonte: Autor (2015)

O trecho entre as estações Fragoso e Piabetá (Figura 34), por sua vez, inaugurado em 1854, é considerado o mais antigo trecho ferroviário ainda em funcionamento no Brasil. Esse trecho, em conjunto com aquele que liga as estações de Fragoso e de Vila Inhomirim pertenceu à primeira ferrovia do país, que foi a Estrada de Ferro Mauá.

FIGURA 34 – Imagem de uma das passagens de trem Fragoso-Piabetá



Fonte: Autor (2018)

É válido ainda ressaltar que além do sistema férreo, o município de Magé possui uma malha rodoviária que abrange as BRs 493, 116, 101 e 040. Além dessas, a rodovia RJ 107, que cruza o município, liga o município de Duque de Caxias à Petrópolis, passando pelos bairros de Jardim Nazareno, Fragoso, Vila Inhomirim e Meio da Serra.

Como pode ser observado, pelas imagens anteriores, Magé teve um papel importante na história do Rio de Janeiro, assim como do próprio país, notadamente durante o Período Imperial. E Magé se destacou na perspectiva histórica, também, como uma importante cidade portuária, com dois dos principais portos do país, à época. Assim, foi favorecido na região, o transporte de mercadorias, a locomoção da Família Real, de súditos da corte, de comerciantes e de cidadãos da cidade serrana de Petrópolis para o centro do Rio de Janeiro, então capital do Império.

Um outro ponto que vale a pena ser destacado na história do município na época da mineração do Brasil, é que, devido à sua localização geográfica, o transporte de metais preciosos para as Minas Gerais acontecia de forma intensa, ressaltando a importância histórica

do município. Da mesma forma, outro marco histórico-cultural de Magé se refere a uma das unidades da *Indústria de Material Bélico do Brasil*, a IMBEL, antiga *Fábrica da Estrela* (Figura 35), localizada na Vila Inhomirim e ainda em atividade, atualmente vinculada ao Ministério da Defesa:

FIGURA 35 – Imagem da Vila Operária IMBEL



Fonte: Autor (2015)

No plano das potencialidades municipais, ainda em Magé, mais precisamente em Pau Grande, outros atrativos histórico-culturais representam importantes elementos do patrimônio municipal para o uso turístico, como a Capela de Sant'Ana (Figura 36) que foi construída por volta do ano 1737 e tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural em 1989.

FIGURA 36 – Imagem da Capela de Sant’Ana, em Pau Grande, no município de Magé



Fonte: Autor (2018)

Além dessa capela, o município conta com outras construções religiosas de relevante importância para a história local, como a Igreja de Nossa Senhora da Piedade (Figura 37), padroeira da cidade. Essa igreja foi fundada em 1750. E, o Largo da Matriz, onde está localizada, foi cenário de uma das batalhas da chamada Segunda Revolta da Armada, em 1893, quando oficiais da Marinha se rebelaram contra o governo do marechal Floriano Peixoto, em um sangrento enfrentamento.

FIGURA 37 – Imagem da Igreja de Nossa Senhora da Piedade (Magé, RJ)



Fonte: Autor (2018)

No plano das potencialidades turísticas do município, o agroturismo representa uma modalidade que possibilita o contato de turistas com o modo de vida das localidades rurais do município, e neste ambiente, em particular, destacam-se as plantações orgânicas, um diferencial com relação ao cultivo tradicional que possibilita o beneficiamento de produtos *in natura*, transformando-os para que possam ser oferecidos ao turista, sob a forma de conservas, embutidos, produtos lácteos, refeições, entre outras possibilidades, no sentido de valorização da produção local.

Em termos de potencialidade do município para o uso turístico, além de todo o patrimônio histórico-cultural, mais recentemente, a localidade de Pau Grande, pertencente ao distrito de Vila Inhomirim, também em Magé ganhou visibilidade nacional e internacional por ter sido a cidade natal de um dos esportistas mais emblemáticos do Brasil, considerado como um dos melhores jogadores de futebol de todos os tempos: Manuel Francisco dos Santos ou, simplesmente, o Mané Garrincha. Nesse caso, a casa onde o jogador nasceu e morou (Figura 38), o campo onde começou a jogar futebol, entre pontos da localidade representam atrativos potenciais para o município, no futuro.

FIGURA 38 – Imagem da casa onde teria morado Mané Garrincha (Pau Grande, Magé/RJ)



Com relação à importância do patrimônio natural municipal para o Estado, o município de Magé possui a única área de restinga da Baía de Guanabara, abrigando uma parcela da Mata Atlântica intacta, além de importantes áreas de manguezais. E, atualmente, entre os municípios que compõem a área total do *Parque Nacional da Serra dos Órgãos*, Magé se destaca como o segundo município com maior área inserida nessa unidade de conservação, representando, aproximadamente, 35% do território do parque⁷⁶ (Figura 39), um dos ícones da biodiversidade fluminense.

⁷⁶ O município que abriga a maior área da Unidade de Conservação é Petrópolis, com 39,8% de seu território na área do Parque, seguido de Magé (com 35,0%) e Guapimirim, (com 15,8%). Teresópolis é o município com a menor área inserida no Parque, 9,3%. Com base em IRVING *et al*, 2016 com base em SIG-PARNASO – Sistema de Informações Geográficas PARNASO.

FIGURA 39 – Vista panorâmica do PARNASO no município de Magé (RJ)



Fonte: Autor (2018)

Além do PARNASO, o território de Magé também abrange 16,75% da *Área de Proteção Ambiental da Região Serrana de Petrópolis*, ou apenas *APA Petrópolis*, parte do *Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Serra da Estrela* (REVISEST), criado em 2017, que visa a proteção das populações silvestres de animais e plantas nativas da Mata Atlântica, ameaçadas de extinção na região da Serra da Estrela. E, do *Parque Natural Municipal Barão de Mauá*, criado em 2012, ocupando quase totalmente pelo ecossistema manguezal. Essa última área protegida vem sendo, ao longo dos últimos anos, fortemente impactada pela remoção da vegetação nativa e pela coleta do caranguejo, e, além de sofrer com as consequências do despejo do esgoto doméstico e do lixo trazido pelas marés da Baía de Guanabara (VIEIRA, 2015).

No plano dos impactos ambientais que ameaçam o patrimônio (natural e cultural) municipal, o derramamento de óleo constitui um problema recorrente, como aquele ocorrido em 2000 que atingiu os manguezais, afetando a dinâmica de espécies da flora e fauna da região, como também as populações locais que viviam dos recursos naturais provenientes da

Baía de Guanabara⁷⁷. E, mais recentemente, o acidente ocorrido em dezembro de 2018, em virtude de uma tentativa de furto em um oleoduto culminou no vazamento de aproximadamente sessenta mil litros de óleo, que terminaram escoando em direção à Baía de Guanabara. Esse acidente ambiental terminou por afetar uma importante região preservada de manguezal e aconteceu durante o período de reprodução dos caranguejos, prejudicando várias famílias locais, que sobreviviam da coleta do caranguejo e da pesca artesanal.

Tendo em vista esse breve contexto natural e histórico-cultural sobre Magé, parece ser possível perceber a potencialidade desse município para a estratégia de desenvolvimento de novas iniciativas de *Turismo de Base Comunitária* no Estado do Rio de Janeiro. Muito embora essa seja ainda uma proposta muito recente no âmbito das políticas públicas nacionais e essa é, justamente, com essa intenção que a tese busca interpretar a percepção local sobre o TBC para ampliar esse debate.

No âmbito do planejamento turístico estadual, Magé compõe, desde agosto de 2017, a região turística da Baixada Verde, na qual se insere também parte do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Essa região era denominada, anteriormente, de Baixada Fluminense⁷⁸ e além de Magé, os municípios de Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, Mesquita, Japeri, Queimados, Seropédica, São João de Meriti, Belford Roxo também compõem, atualmente, a Baixada Verde.

A *Baixada Verde* está localizada na faixa central do Estado do Rio de Janeiro, entre as regiões turísticas da Costa Verde e da Serra Verde Imperial, sendo uma área reconhecida por ser um importante corredor ecológico da Mata Atlântica. Além disso, essa região se destaca pela presença de extensas áreas naturais preservadas entre parques, estações ecológicas e reservas ambientais, que somadas ao rico acervo histórico-cultural municipal, representam um importante potencial turístico para todo o Estado do Rio de Janeiro. Essa é também uma região próxima ao centro metropolitano da cidade do Rio de Janeiro, cortado por rodovias importantes, o que pode facilitar o acesso dos visitantes a esses municípios.

⁷⁷ No dia 18 de janeiro de 2000, em virtude do rompimento de um duto da Petrobrás que ligava a Refinaria Duque de Caxias (Reduc) ao terminal Ilha d'Água, na Ilha do Governador, vazaram aproximadamente 1,3 milhão de litros de óleo cru, lançados diretamente na baía de Guanabara. A mancha de óleo se estendeu por uma faixa superior a 50 quilômetros quadrados, atingindo o manguezal da área de proteção ambiental de Guapimirim e diversas praias que são banhadas pela baía. Esse acidente ambiental terminou afetando diversas espécies da fauna e flora, além de provocar graves prejuízos de ordem social e econômica às populações locais, que tiravam o seu sustento das atividades ligadas aos recursos hídricos da baía (ORTIZ, 2014).

⁷⁸ Essa alteração na nomenclatura oficial da região resultou da percepção de que mais de 10% do território da Baixada Fluminense é conservado, dos atuais 36,27% de toda a área preservada no Estado do Rio de Janeiro.

A nova nomenclatura adotada para essa região turística fez parte da atualização mais recente do Ministério do Turismo, em 2017, que excluiu dois municípios e incluiu mais vinte no novo mapa turístico do Rio de Janeiro, totalizando doze regiões turísticas⁷⁹ (MTUR, 2019). Assim, de acordo com a classificação⁸⁰ do Ministério do Turismo, os municípios que fazem parte da *Baixada Verde*, segundo o Quadro 13:

QUADRO 13 – Classificação do MTur dos municípios da *Baixada Verde*

Municípios da Baixada Verde	Categorização dos municípios
Belford Roxo	D
Duque de Caxias	B
Japeri	D
Magé	C
Mesquita	D
Nilópolis	C
Nova Iguaçu	C
Queimados	D
São João de Meriti	B
Seropédica	D

Fonte: Quadro elaborado pelo autor de acordo com o MTur (2019)

Com isso, os municípios que apresentaram médias semelhantes, nas quatro variáveis analisadas, foram reunidos em uma mesma categoria. No caso de Magé, o município foi classificado na categoria de prioridade C.

Segundo o Ministério do Turismo, quarenta e cinco municípios fluminenses estão inseridos nas categorias A, B e C, que são descritas como as que apresentam maior fluxo de turistas nacionais e de estrangeiros. Os quarenta e seis municípios restantes estão concentrados nas categorias D e E. Nesses dois casos, os municípios ainda não apresentam fluxo turístico, necessitando ainda de apoio e fomento para a infraestrutura turística, geração de emprego e de estabelecimentos de hospedagem e agências de turismo (MTUR, 2016).

⁷⁹ Em todo o país, foram listados 3.285 municípios em 328 regiões turísticas, um crescimento exponencial em relação ao Mapa de 2016, quando foram registradas 2.175 cidades em 291 regiões (MTUR, 2019).

⁸⁰ De acordo com o Ministério do Turismo (MTUR, 2017) para a classificação que integra o Mapa do Turismo Brasileiro, foi utilizada a análise de cluster (agrupamento) por meio de quatro variáveis que estão diretamente associadas à economia do turismo. São elas: o número de ocupações formais no setor de hospedagem, informação extraída da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/Ministério da Economia⁸⁰); do número de estabelecimentos e empregos formais no setor de hospedagem (RAIS/Ministério da Economia); da estimativa do fluxo turístico doméstico (Estudo da Demanda Doméstica da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE/MTur); e, por último, da estimativa do fluxo turístico internacional (Estudo da Demanda Internacional – FIPE/MTur).

Magé se destaca pela paisagem natural da região o manguezal, um dos últimos remanescentes dos manguezais da Baía da Guanabara, com grande potencial para o desenvolvimento do ecoturismo. A região é também conhecida por ser o berço do montanhismo nacional e possui a travessia mais famosa do país, a Petrópolis-Teresópolis, no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (TURISRIO, 2019).

Pelas razões anteriormente expostas, a região turística *Baixada Verde* oferece inúmeras oportunidades para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao ecoturismo, turismo rural, turismo cultural e turismo de natureza, devido ao potencial histórico e cultural, principalmente do município de Magé.

No que se refere aos aspectos culturais, segundo o *Mapa de Cultura do Estado do Rio de Janeiro*⁸¹, a região *Baixada Verde* possui 273 manifestações culturais registradas, o que demonstra a importância cultural e histórica dessa região para o desenvolvimento do turismo local, em bases sustentáveis. Entre essas manifestações foram mapeados o patrimônio imaterial, o patrimônio material, os principais eventos na agenda fixa de cada município, espaços culturais, pessoas importantes para cada localidade e demais atrações culturais.

Dando continuidade a contextualização de Magé, será descrita, a seguir, a dinâmica socioeconômica desse município, foco prioritário dessa tese, no âmbito dos *Caminhos da Serra do Mar*.

Distante aproximadamente cinquenta quilômetros ao norte da capital fluminense, Magé é um dos municípios da denominada região da Baixada Fluminense, situado ao norte da capital, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. No plano demográfico, a sua população foi estimada em 243.657 habitantes, em 2018, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE CIDADES 2018), conforme o Quadro 14. Nesse quadro estão também sistematizados os principais dados para a dinâmica socioeconômica de Magé:

⁸¹ Acesso em <http://mapadecultura.rj.gov.br/>.

QUADRO 14 – Dados básicos da dinâmica socioeconômica de Magé

População estimada para 2018	243.657 pessoas
População no último censo	227.322 pessoas
População residente feminina	116.746 (51,36%)
População residente masculina	110.576 (48,645%)
População urbana	215.236 (94,68%)
População rural	12.086 (5,32%)
Densidade demográfica	585,13 hab/km ²
Área da unidade territorial ⁸²	390,775 km ²
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,709
PIB per capita ⁸³	15.607,47 R\$
Salário médio mensal dos trabalhadores formais ⁸⁴	1,8 salário mínimo
Pessoal ocupado ⁸⁵	28.399 pessoas
População ocupada ⁸⁶	12%
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo	38,2%
Renda per capita	567,59 R\$
Estabelecimentos de Saúde SUS ⁸⁷	78 estabelecimentos
Esgotamento sanitário adequado (2010)	63,2%
Arborização de vias públicas (2010)	54,1%
Urbanização de vias públicas (2010)	24,5%

Fonte: IBGE Cidades (2018).

No plano da dinâmica demográfica fluminense, Magé representa o 11º município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o último censo (2010) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE CIDADES, 2018). Em 2016, o salário médio mensal no município era de 1.8 salário mínimo. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total é de apenas 12% da população empregada e em comparação com os outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, o município de Magé ocupa a 55º posição entre os 92 municípios do Estado com o maior percentual de pessoas

⁸² Área estimada para o ano de 2018, de acordo com o IBGE Cidades (2018).

⁸³ Considerando o ano de 2016, de acordo com o IBGE (2018) em parceria com órgão estadual de Estatística e Secretarias Estaduais de Governo.

⁸⁴ Salário médio mensal dos trabalhadores formais em Magé para o ano 2016, segundo o Cadastro Central de Empresas 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

⁸⁵ Ano base 2016. Informação do IBGE Cidades (2018) com base no Cadastro Central de Empresas 2016.

⁸⁶ IBGE, Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) 2016 (data de referência: 31/12/2016), IBGE, Estimativa da população 2016 (data de referência: 1/7/2016).

⁸⁷ Em 2009, segundo o IBGE Cidades, consultado em 2019. Para maiores informações <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/mage/panorama>

ocupadas em relação a população total. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tem 38.2% da população nessas condições.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do município, em 2010, era de 0,709, o que insere esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799), de acordo com o IBGE (IBGE CIDADES, 2018). Nesse contexto, muito embora o Censo 2010 (IBGE) seja ainda referência oficial sobre o município, mesmo considerando que os dados produzidos são de 2010 e, evidentemente, essa dinâmica já tenha sido alterada, existem outras referências como o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil que analisam, também, informações importantes como o IDHM dos municípios brasileiros. Nesse caso, conforme esse Atlas, o IDHM é medido por três indicadores: a longevidade, a renda e a educação do município. No caso de Magé, o indicador que mais contribuiu para o IDHM do município foi a longevidade, com índice de 0,832, seguido da renda, com índice de 0,685, e da educação, com índice de 0,626. Com esse índice global de IDHM, Magé vem ocupando a 1638^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD BRASIL, 2010). Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul, em São Paulo) e o menor é 0,418 (Melgaço, no Pará).

Outro dado relevante para contextualizar o município de Magé foi que entre os anos de 2000 e 2010, a população de Magé cresceu a uma taxa média anual de 1%, enquanto no Brasil o valor médio foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 94,18% para 94,68%.

No que se refere à questão da infraestrutura básica, Magé apresenta 63.2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 54.1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 24.5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio), de acordo com o PNUD Brasil (2010).

Com relação a arrecadação do ICMS Ecológico⁸⁸ para o município, o Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (INEA) estima o valor, aproximado, de 5.4 milhões de reais, recebidos em 2017. Ainda segundo o INEA, esse valor decorre das variáveis utilizadas no cálculo do Índice Final de Conservação Ambiental como a destinação do lixo, o tratamento de esgoto, os mananciais de abastecimento, a remediação de vazadouros,

⁸⁸ Criado para impactar positivamente a qualidade ambiental dos municípios, o ICMS Ecológico é um mecanismo tributário que garante às prefeituras que investem em conservação ambiental uma fatia maior do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) repassado a elas (INEA, 2017).

a coleta seletiva/reciclagem, a coleta de óleo comestível e as áreas ocupadas por unidades de conservação da natureza. Com isso, em 2017, Magé ocupou o sexto lugar entre os municípios fluminenses que mais arrecadaram ICMS Ecológico (INEA, 2017).

No que se refere ao mapa cultural do município, nesse englobando os pontos de cultura⁸⁹, os espaços culturais, a agenda fixa e o patrimônio material e imaterial, Magé apresenta vinte e quatro manifestações culturais mapeadas, de acordo com as informações da *Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa* (2018). No entanto, esse número parece não representar, ainda, toda dimensão cultural do município, segundo a pesquisa de campo e a literatura especializada.

Com base nestas descrições, será apresentada, a seguir, os principais resultados dessa tese para responder aos objetivos propostos e à questão norteadora da pesquisa.

⁸⁹ Os *Pontos de Cultura* são uma ação do Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura (MinC), que, desde 2007, atua em parceria com os governos estaduais e municipais, apoiando iniciativas culturais da sociedade civil. Em todo o Estado são 196 pontos catalogados pela Secretaria Estadual de Cultura (MAPA DE CULTURA RJ, 2018).

9. TECENDO A REDE DE CONEXÕES: O TBC EM MAGÉ

Nesse capítulo serão analisadas as entrevistas realizadas com os mageenses, com os interlocutores da Secretaria Municipal de Turismo, de Meio Ambiente e de Cultura do município de Magé e com o gestor do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Além disso, pretende-se, também, investigar como a interface entre turismo, natureza e cultura vem sendo abordada no âmbito do Conselho Municipal de Turismo, o COMTUR Magé, uma instância participativa relacionada ao turismo, em Magé.

9.1 O SIGNIFICADO DE TURISMO, NATUREZA E CULTURA PELA PERSPECTIVA DOS MORADORES DE MAGÉ

Para interpretar como o TBC vem sendo compreendido em Magé, conforme a metodologia discutida, foram realizadas entrevistas (APÊNDICE B) com os moradores do município, previamente mapeados durante a etapa de observação do campo e, também, identificados através da técnica *snowball* ou *snowball sampling*, segundo a orientação de Etikan, Alkassim e Abubakar (2015) que, no Brasil, ficou mais conhecida como “amostragem bola de neve”. E, sendo assim, a partir da seleção dos primeiros entrevistados, identificados no campo, outros mageenses passaram a ser identificados e assim sucessivamente, até se chegar a um recorte que, mesmo reduzido, da população de Magé, fosse capaz de contribuir para a leitura do objeto estudado.

A realização dessas entrevistas teve como objetivo levantar, sob a ótica local, os significados de turismo, natureza e cultura no entorno do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no município de Magé. Além disso, foi investigado o significado dessa UC para os moradores de Magé para, posteriormente, se buscar identificar alguns dos principais obstáculos e desafios a serem enfrentados para a implementação do *Turismo de Base Comunitária*, em Magé. Dessa maneira, para a interpretação dos temas em foco, a percepção dos atores locais foi analisada a partir de cinco eixos principais:

- a) Os significados atribuídos de turismo, natureza e cultura;
- b) O contexto atual do turismo em Magé;
- c) O contexto de proteção da natureza em Magé;
- d) O contexto da expressão cultural no município de Magé;
- e) Recomendações para o desenvolvimento do TBC em Magé

Com essa intenção, a síntese das informações obtidas está apresentada, a seguir, por eixo interpretativo.

a) Os significados atribuídos de turismo, natureza e cultura

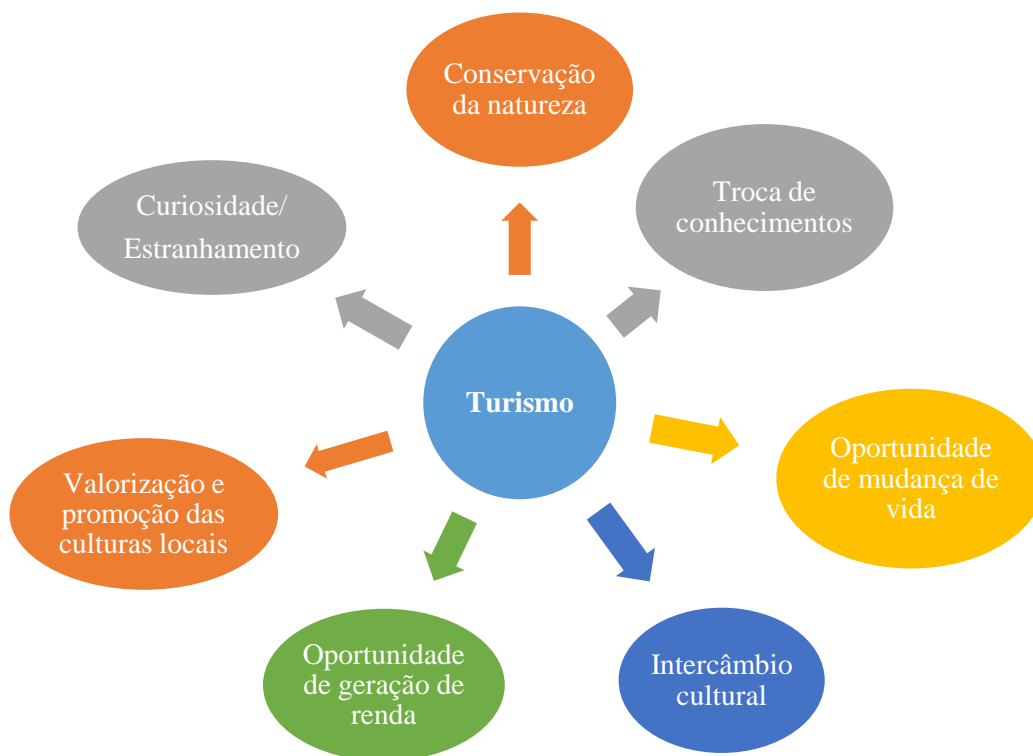
A história do município de Magé vem sendo contada localmente, ao longo dos anos, a partir da sua importância histórico-cultural, que começou a ser escrita em torno da bacia do Rio Inhomirim, passando pelo trecho inicial de uma das estradas coloniais mais movimentadas à época, a Variante do Caminho Novo para Minas Gerais; sem que se possa esquecer, nesse contexto, da famosa Estrada de Ferro Mauá (1882), implantada pelo barão de mesmo nome. Além disso, não se pode deixar de registrar, nesse resgate histórico sobre o município, a Fazenda Mandioca, pertencente ao diplomata e naturalista Barão Langsdorff, a fábrica de pólvoras que abasteceu a Força Armada Nacional durante a Guerra do Paraguai e, um dos maiores parques têxteis já existentes no país, local onde aconteceram as primeiras revoltas de operários brasileiros de inspiração anarquista, além de ser essa a terra natal de um dos maiores jogadores de futebol do mundo, Mané Garrincha, conforme já comentado anteriormente.

Contudo, o município também é conhecido pelas belezas naturais que abriga, com destaque para uma das últimas reservas de Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro, sendo ainda recortado por manguezais, rios, cachoeiras, montanhas e pela própria Baía de Guanabara. Além disso, a partir de 1996, o município passou a ser “recortado” pela BR 116, de importância logística nacional para o transporte de carga, que se somou aos já existentes quatro ramais ferroviários, sendo um deles a Estrada de Ferro Mauá, atualmente desativada e que cortava, no passado, longitudinalmente a bacia do rio Inhomirim (PERNAMBUCO, 2014).

Entretanto, a história recente do município vem sendo narrada pelos mageenses, a partir de um claro sentimento de abandono e esse vem sendo internalizado, cada vez mais, como uma zona periférica em relação à capital e às cidades próximas. Mas apesar desse panorama atual, muitos mageenses ainda ressaltam, em seus relatos, o potencial histórico-cultural do município e a sua beleza cênica. Essa é uma das leituras que se repete, ao longo das entrevistas com alguns moradores de Magé. Nessa perspectiva, o turismo vem sendo interpretado também de diversas maneiras, seja como via potencial para a de geração de renda, seja pela possibilidade do intercâmbio cultural, que pode inspirar conforme menciona

Wainberg (1999; 2003; 2005). E, de forma pedagógica, a síntese de percepções dos moradores locais sobre o turismo pode ser sistematizada conforme a Figura 40, a seguir:

FIGURA 40 – Representação dos significados de turismo pela perspectiva local



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do exercício com o ATLAS.ti (2019).

Considerando o universo dos depoimentos obtidos na pesquisa, embora sejam múltiplas as leituras possíveis sobre essa prática, uma boa parte dos depoimentos relaciona o turismo à sua potencialidade como uma via para se promover a valorização dos recursos naturais e culturais, através do intercâmbio de experiências entre visitantes e visitados e da curiosidade com relação ao “outro” no intercâmbio proporcionado na experiência turística. Uma parcela dos entrevistados destaca, ainda, a possibilidade de geração de renda e de novas oportunidades econômicas para o município como benefícios potenciais do turismo como ilustrado no depoimento, a seguir:

O turismo representa a oportunidade de mudar de vida... de recomeçar. O turismo pode gerar uma renda extra, movimentar o município... Isso pode ajudar a todos os moradores que desejem trabalhar diretamente ou indiretamente com o turismo (Interlocutor A10).

Dessa forma, o turismo é entendido como uma alternativa potencial para o processo de geração de renda mas, também, para o empoderamento da população local, de acordo com o depoimento seguinte:

Turismo é a exploração da localidade, né? Dos benefícios é... como que eu vou explicar... os benefícios saudáveis à nossa vontade, ao nosso querer. Acho que turismo envolve tudo isso aí, a exploração das terras da região para trazer renda e benefícios (Interlocutor A15).

E essa mesma visão sobre o turismo é partilhada também por um outro morador que entende o turismo como:

uma máquina avassaladora capaz de transpor barreiras e obstáculos que aproxima cada vez mais o ser humano, o contato com a natureza e fazendo ainda o intercâmbio cultural entre as sociedades (Interlocutor A6).

Ao mesmo tempo, o turismo é interpretado como uma via capaz de aproximar as pessoas, valorizando os aspectos culturais e ambientais da localidade, conforme ressalta uma das entrevistadas:

O turismo é uma fonte de ideias em lugares que você menos espera que você possa encontrar ‘nada’ e você ter beleza, você tem informação, você ter uma fauna, você tem cultura... Um lugar que não tenha nada você tornar aquilo turístico, porque às vezes as pessoas que moram na localidade, como eu, por exemplo, que moro numa localidade totalmente diferente, eles vêm, eu ‘tô’ passeando nesse local, e as pessoas vêm e dizem que tem uma pedra e que em tal lugar essa pedra era histórica, aí eu chego nesse lugar e procuro e ninguém sabe me informar, eu me informando sobre isso, já estou fazendo uma parte de turismo (Interlocutora A13).

Para a maioria dos entrevistados, no entanto, a noção de turismo é entendida principalmente como um caminho para se vivenciar experiências, de conhecer outras culturas e não propriamente como via para o desenvolvimento local, conforme ilustrado no depoimento a seguir:

O turismo para mim é a busca de conhecimento de novas culturas, de novas sociedades, de novas maneiras de viver, novas comunidades. É a busca de conhecimento, na verdade (Interlocutor A5).

Mas para além de sua importância em termos de conhecimento, conforme mencionado na citação anterior, o turismo é entendido a partir da curiosidade que gera, do estranhamento em relação ao “outro”, conforme já discutido por autores como Vitule (2003),

Dencker (2004) e Santana (2009). Esse sentimento de estranhamento está expresso na narrativa, a seguir:

Eu acho que o turismo pra mim é e a diversificação de um olhar em busca de um horizonte diferente, sabe, alguém, alguma coisa que te faça vislumbrar uma coisa que você não está acostumado no seu cotidiano, entendeu? Eu vejo o turismo por esse lado, você buscar uma outra imagem, o desconhecido, uma outra coisa que você não vivencia no dia a dia, eu vejo turismo por este lado, pela curiosidade, pelas culturas, pela possibilidade de conhecimento... (Interlocutor A2).

O depoimento anterior decodifica, assim, o turismo como uma via capaz de expandir o conhecimento, de despertar a curiosidade para o “novo”, mesmo acontecendo na própria localidade de residência desse entrevistado. Nesse sentido, pode ser compreendido, ainda que, indiretamente, como uma via para a educação e para a cidadania, tendo em vista a possibilidade de gerar a interação entre visitantes/turistas e moradores locais, o que pode contribuir para despertar, em tese, sentimentos, emoções e curiosidades pelo próprio cotidiano local.

Quando questionados sobre o que entendem por natureza, esses mesmos atores a interpretam, prioritariamente, como indissociável do ser humano. E, como no caso anterior, todas as respostas obtidas foram sistematizadas por meio do *ATLAS.ti*, e estão expressas na representação esquemática da Figura 41, a seguir:

FIGURA 41 – Representação esquemática com relação à percepção sobre natureza pela perspectiva local



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A partir da interpretação da figura anterior, parece ser possível apreender o sentido de natureza como indissociável do cotidiano local, ilustrada no depoimento, a seguir:

Natureza é algo que envolve ser humano, estamos todos envolvidos nesse ambiente natural e as ações entre nós e ela e no entorno dela que são geradas, e também as possíveis gerações de resultados, né? Que são deixados como legado ou que se pensa para o futuro (Interlocutor A11).

Essa percepção tende a reafirmar a leitura de Acselrad (2004), entre outros autores, que reafirmam a indissociabilidade entre o ser humano e natureza. Para outros entrevistados, o significado de natureza se aproxima ao do próprio sentido de existência do ser humano, sendo essa descrita, também, a partir do reconhecimento da importância das belezas naturais, ainda desconhecidas do município, conforme a seguinte citação:

Natureza é vida. Natureza é tudo! E aqui ela é exuberante embora dentro do Estado do Rio de Janeiro, nós temos a maior concentração de serras e montanhas ainda mesmo... até mesmo não trilhadas, caminhos

desconhecidos que eu vou dar exemplo a Pedra do Itacolombi, no II Distrito... Tem muita coisa bacana para se descobrir aqui, nós temos flora e fauna aqui que são catalogadas e sendo a maior questão de pássaros do Estado do Rio de Janeiro.... As várias quedas d'água da região e de toda a Baixada Verde se... cachoeira tão exuberante quanto a nossa Véu da Noiva quanto a de Monjolos... E vou citar também... Nós temos também algo de muito importante aqui... Já que eu pertenço ao conselho de TBC da APA Guapimirim, a importância do azul, que a gente precisa até então muita preocupação com o verde, mas o azul também é primordial para a sustentação dos nossos municípios vizinhos e também Magé (Interlocutor A6).

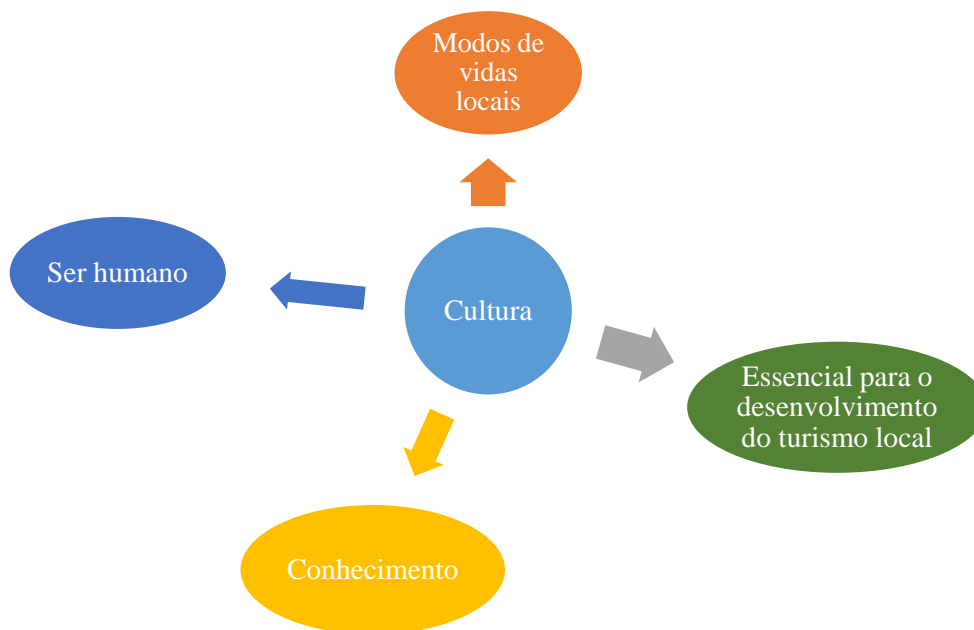
Além de entender a natureza como a própria vida, o entrevistado mencionado ressalta ainda a importância do verde (vegetação) e do azul (água), tanto em Magé como nos demais municípios da denominada *Região Turística Baixada Verde*, para o desenvolvimento local, em bases sustentáveis.

Além disso, o mesmo entrevistado evidencia a preocupação com possíveis danos ambientais que o processo de visitação pode vir a gerar nesses ambientes naturais, principalmente durante a alta estação, assim como também com relação aos desastres e/ou crimes ambientais no município, como aquele acontecido recentemente em dezembro de 2018⁹⁰.

Um outro eixo de reflexão apreendido nas entrevistas refere-se a compreensão do significado de cultura, aqui considerada como uma premissa central para o desenvolvimento do turismo, em bases sustentáveis, no município de Magé. Com esse objetivo foi também investigado como os moradores locais compreendem a noção de cultura. Para o melhor entendimento das informações obtidas na pesquisa, a síntese da percepção local sobre cultura com base no exercício de categorização empreendido por meio do ATLAS.ti está apresentada na Figura 42, a seguir:

⁹⁰ No dia 8 de dezembro de 2018 o rompimento de um oleoduto no município de Magé provocou o vazamento de pelo menos sessenta mil litros de óleo no Rio Estrela e na baía de Guanabara (RJ).

FIGURA 42 – Representação esquemática dos significados de cultura pela perspectiva local



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Com base na figura anterior, é possível se perceber a importância localmente atribuída à questão cultural para o desenvolvimento turístico de Magé. Mas é importante destacar também um certo desconforto quando os moradores locais são convidados a definir cultura. Mesmo assim, a noção de cultura é compreendida, localmente, segundo diferentes nuances, conforme pode ser observado no depoimento a seguir:

É todo conhecimento de uma pessoa, é a cultura que ela tem. Acho que não existe uma cultura superior ou inferior à outra, é a cultura que a pessoa tem, é aquela, o conjunto de conhecimentos que ela possui, é a cultura que ela tem (Interlocutor A4).

Com base nesse depoimento anterior, assim como nos demais obtidos na pesquisa, parece evidente a dificuldade na definição de cultura:

Pra mim o que é cultura... Cultura pra mim é tudo que a localidade conserva por muito tempo e tem a oferecer, entendeu? Que é preservado. Que é sempre constante. Pra mim é isso (Interlocutor A1).

Mas são inúmeras e distintas as nuances envolvidas na definição de cultura, como ilustrado, a seguir:

(...) meu Deus do céu! Maria, me ajuda! E agora, o que... que é cultura... o meu pensar, o que que é cultura... Na realidade cultura aqui não existe (...) não, eu digo assim, cultura aqui não existe em termos de suporte, de espaços culturais, não existe (...) então, aqui eu vejo assim, não existe cultura. Existem os culturais, os cultos, como eu tento, ela tenta, a Eunice tenta, a gente busca fazer cultura. Mas, se você não tiver suporte não tiver inviabilidade, tem certas coisas que é difícil você caminhar sozinho, entendeu? Eu né, no meu caso, eu vejo por esse lado, mas eu acho que não é impossível um dia a gente conseguir chegar a um ideal, a um espaço cultural (Interlocutor A2).

De acordo com esse depoimento, assim como ao longo de algumas das entrevistas realizadas, a compreensão de cultura se relaciona diretamente à abordagem das políticas culturais. Mas, por sua vez, a leitura local sobre cultura parece ser bem mais ampla:

(...) desde a maneira de viver de uma comunidade, de uma família e a maneira com que eles encaram o dia a dia, os problemas, as suas... sustentação, a sua maneira de ter o lazer... que a religião, tradição, envolve a vida do cidadão... perante ao meio ambiente, à própria comunidade... entendeu? (Interlocutor A5)

Diante da citação anterior e dos demais depoimentos obtidos na pesquisa, algumas pistas (fios) que tecem a definição de cultura emergem em sintonia com as premissas da *Conferência Mundial sobre Políticas Públicas (MONDIACULT, 1982)* realizada no âmbito da UNESCO. Nesse caso, a interpretação de cultura se constitui a partir do reconhecimento do conjunto de traços simbólicos (materiais, espirituais, afetivos, intelectuais) que caracterizam um determinado grupo social e, mais precisamente, o modo de vida do povo mageense.

b) O contexto atual do turismo em Magé

No bloco anterior, buscou-se refletir sobre os diferentes significados de turismo, cultura e natureza, a partir da percepção dos mageenses. Nesse bloco analítico, se busca apresentar, mesmo brevemente, o contexto atual do turismo em Magé por meio da perspectiva dos moradores desse município. Nesse sentido, a maioria dos entrevistados destaca a importância do turismo para o desenvolvimento socioeconômico do município, como pode ser percebido na seguinte narrativa:

A possibilidade de melhoria socioeconômica, da renda, melhoria da comunidade em termos de infraestrutura, no geral, na infraestrutura como

segurança, educação, saúde, é... acredito que essa possibilidade 'tá' inserida dentro desse contexto (Interlocutor A5).

Essa leitura sobre o turismo no município é compartilhada, também, por outros moradores, como é o caso de uma das entrevistadas da pesquisa, a seguir, que entende o turismo em Magé como:

um leque grande de possibilidades e de oportunidades para todos, para todos que querem trabalhar, digo, que desejem trabalhar para o bem da nossa cidade. Aqui, por exemplo, o turismo fornece muitas oportunidades de trabalho, de renda para muitas famílias, mas é preciso fazer ainda muita coisa, principalmente de cima para baixo. É preciso que o governo faça a sua parte para que possamos fazer a nossa e mostrar para todo mundo o potencial que Magé tem, já teve e tem muito ainda a oferecer (Interlocutora A8).

A concepção do turismo no município como uma via possível para o desenvolvimento econômico local, através da geração de emprego e/ou renda, é também enfatizada por um outro morador de Magé, conforme expresso na citação a seguir:

Bom, eu acho que essa coisa da positividade no turismo (...) a comunidade, quando ela é muito visitada, ela também tem que criar um suporte pra poder receber essas pessoas, porque senão fica aquela coisa muito vaga. As pessoas, às vezes, vêm até a nossa comunidade, vê que tem o potencial turístico grande, um potencial não explorado, acaba deixando brecha para que outras pessoas de fora venham abraçar essa ideia, porque a própria comunidade não tem incentivo, não tem alguém que indique, não tem alguém que influencia. Porque eu acho que tudo vem da influência, tudo vem de uma dica. Por exemplo, eu conheço pessoas que tinham uma casa com sala, quarto, cozinha e banheiro e transformaram parte de sua casa em um comércio. Então, quer dizer, eu acho que é mais ou menos por aí, você tem a sua particularidade, mas você também tem dentro daquela sua particularidade uma parte comercial que vai te ajudar, vai contribuir em alguma coisa, entendeu? Eu acho que é mais ou menos por aí (Interlocutor A9).

Mas apesar dessa compreensão do turismo como via possível para a geração de renda do município, o que se percebe, efetivamente, pelos dados obtidos que poucos são os moradores de Magé que estão, atualmente, trabalhando com turismo. Com isso, muito há ainda a ser considerado para que o turismo (em Magé) possa se tornar, efetivamente, uma via para a geração de renda, emprego e, conseqüentemente, para a inclusão social, como defendido nos discursos oficiais dos documentos norteadores de políticas públicas de turismo no Brasil e, mais, recentemente, no atual *PNT 2018-2022*.

Sendo assim, uma boa parcela dos entrevistados destaca como vantagem do turismo, o empoderamento da população local no processo de desenvolvimento sociocultural, conforme observado no depoimento, a seguir:

O positivo no turismo aqui é que podemos resgatar coisas antepassadas de nossa família, de famílias anteriores que moraram... Igual aqui a nossa localidade, ela é histórica, porque é a primeira serra do Brasil, então tem muita coisa pra poder se passar e a gente aprender, mostrar e conhecer também com os que estão vindo, com os que já estão aqui, com os que já se foram, né? Através de foto, através de conhecimento, através de procura, do contato, de estarmos conhecendo, procurarmos também pessoas que queiram se integrar né, assim nessa parte (Interlocutora A3).

De maneira semelhante, a possibilidade de se conhecer novas culturas, de interagir com outras pessoas é reafirmada, também, por outros mageenses como um benefício potencial do turismo. Assim, um aspecto positivo associado ao turismo é, justamente, a possibilidade do encontro entre visitantes e visitados. Dessa forma, o turismo, ao menos em tese, contribuiria não apenas para o progresso econômico mas, também, para o desenvolvimento social e cultural dos mageenses, como pode ser ilustrado no depoimento, a seguir:

Bom, eu acho que traz benefícios à sociedade, porque vêm pessoas de perto, vem pessoa de longe para ver a história local. Até estrangeiros, né? Eu acho que soma um pouco à localidade. Soma um pouco não, soma bastante, aumenta a troca, experiência, não só financeiramente, como, principalmente, culturalmente também, né? (Interlocutor A1).

Essa percepção ressalta, mesmo que indiretamente, a leitura do turismo como uma via possível para a promoção e preservação da cultura local, a partir da motivação eventual do visitante em vivenciar a experiência turística fundamentada no contexto das culturas de Magé.

A partir desse ponto de vista e, apesar dos benefícios potenciais identificados, alguns impactos negativos resultantes do desenvolvimento do turismo no município foram também mencionados nos depoimentos obtidos na pesquisa. De acordo com a percepção de alguns dos moradores entrevistados, alguns impactos negativos do turismo em Magé já parecem evidentes em seu cotidiano, como ilustrado no depoimento a seguir:

O turista que vem com o intuito de conhecer o local, a natureza, raríssimas vezes ele causa algum dano. Mas o turista ou melhor, um banhista que vem só pela cachoeira e faz o que quer, termina causando algum dano. Se houvesse algum projeto, alguma forma da Prefeitura receber e conscientizar

sobre o local onde está... ele só vem para tomar banho da cachoeira. Ele vai montar a churrasqueira dentro da cachoeira, não vai recolher o lixo, vai jogar a latinha dentro d'água, catam plantas, jogam pedras em animais silvestres, tudo isso. Mas só acontece porque ele não recebeu nenhuma informação sobre o local. E isso é a maioria (Interlocutor A16).

Segundo esse entrevistado (assim como observado também em outras entrevistas e, em algumas conversas informais) parte dos problemas identificados resulta da condição do planejamento turístico deficiente por parte do poder público local. A mesma opinião é compartilhada por uma outra moradora do município:

O negativo pro turismo é, em nossa localidade, ocasionado principalmente por parte dos governantes. Eles não cuidam, deixam a cidade suja, não cuidam, não tem limpeza local, não tem essa parte de ambientação, de vir dar uma olhada... de ver o que 'tá' precisando mesmo. Isso termina afetando o turismo, né? (Interlocutora A7)

Além dos danos ambientais resultantes do turismo, outros problemas podem vir a prejudicar a experiência turística no município de acordo com a percepção local. Segundo alguns dos entrevistados, a exploração de “produtos e/ou serviços” locais para turistas e visitantes, vem se constituindo como um real problema para o turismo local. Isso porque, de acordo com alguns entrevistados, já se percebe a tentativa de alguns comerciantes e/ou de prestadores de serviços de se “aproveitarem” dos benefícios econômicos que o turismo vem gerando, conforme o depoimento a seguir:

(...) a exploração econômica do turismo em relação à visão de faturamento, é... algumas agências, algumas pessoas que se aproveitam do turismo pra... visando simplesmente o faturamento, não visa a cultura local, não visa o ambiente, a história, não se preocupam em passar a informação corretamente, a maneira de como preservar aquela cultura, aquele ambiente, é a visão única e exclusiva de faturar, esquecendo da parte que é o cuidar daquele evento, daquele ponto turístico (Interlocutor A5).

Por sua vez, na visão de um outro entrevistado, um dos aspectos negativos do turismo seria a “exploração” de moradores locais por alguns turistas, como pode ser melhor observado no depoimento a seguir:

O que pode ser negativo no turismo? Eu vejo assim, a negatividade no turismo é quando as pessoas usam de má fé, quando as pessoas usam as comunidades, as pessoas usam 'os' caiçaras, usam os moradores de uma forma ilícita para tirar proveito de uma coisa que, na realidade, não é dele,

não é dele, no caso, né? (...) Então eu acho essa parte aí, a parte da negatividade de turismo, porque isso existe, entendeu? Isso existe, as pessoas se aproveitam, usam de má fé de determinados moradores, principalmente em vilas e comunidades pequenas, em que as pessoas não têm formação, não têm conhecimento, aí chega aquele cara que é mais informado, aquele cara que é mais estudado, e tenta tirar proveito disso, entendeu? Isso é a parte que eu acho negativa do turismo (Interlocutor A2).

Diante do conteúdo dos dois últimos depoimentos transcritos, percebe-se que algumas relações entre visitantes e moradores pode dificultar a possibilidade de uma real experiência do encontro entre visitantes/turistas e os moradores locais. Nesta tese, em particular, o encontro é mencionado como condição essencial para que possa, de fato, ocorrer o turismo, em bases sustentáveis, conforme defendido por autores como Serrano (2001), Wainberg (2003; 2005) e Irving (2008; 2009). Sem a verdadeira experiência turística e a possibilidade do real encontro, o turismo seria apenas uma atividade econômica e poderia ser excludente, como vem ocorrendo no turismo contemporâneo.

Wainberg (1999) em sua leitura, transcende esse argumento ao afirmar que essa relação (visitantes/turistas e moradores) pode se caracterizar em um encontro intercultural e, a despeito da gradação possível, constituir-se como a motivação principal da viagem. E assim, nessa tese, o turismo se caracteriza pelo intercâmbio de culturas, da interação entre visitantes e locais. Para tal, é necessário que aconteça a troca de conhecimentos, o compartilhamento de experiências, o diálogo, a vivência com questões a serem consideradas em planejamento de projetos de *Turismo de Base Comunitária*.

Um outro problema mencionado pelos mageenses se refere exatamente à ausência do poder público local, no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo, o que termina gerando um sentimento de descrédito de alguns moradores com relação à ação governamental, como pode ser observado, a seguir:

No momento, o turismo ainda não representa quase nada, 'tá'? É bem pouquinho. O município nunca deu nenhuma atenção a essa atividade, nunca. Então a gente recebe alguns turistas, mas isso também sem o conhecimento do município (Interlocutor A4).

Mas essa não parece ser uma opinião comum entre os entrevistados que, de maneira geral, consideram o turismo como relevante para o município. A gestão pública municipal, por sua vez, tem sido bastante criticada em razão da negligência relacionada ao turismo no município:

Eles não fazem nada, nadinha, viu? O que temos aqui é o que vamos conquistando aos pouquinhos... Se chega alguém aqui para visitar nós, é porque foi por indicação. Foi um vizinho, foi um parente que indicou, que falou que ali tem um poço, uma cachoeira bonita, que tem o trem... Isso tudo aí... mas não é porque os governantes fazem algo, não! É porque o povo mesmo que fala... (Interlocutora A14).

O depoimento anterior traduz a opinião de muitos entrevistados que acreditam ser a gestão do turismo no município um dos principais problemas atuais a ser enfrentado em Magé. Da mesma maneira, esses moradores comentam que os gestores municipais tendem a se defender dessa crítica afirmando ser a carência de recursos financeiros para a ação governamental, no município, e não a ausência do poder público. No entanto, independentemente do motivo para tal contexto, o fato é que o atual panorama da gestão pública com relação ao turismo parece caminhar em sentido contrário ao discurso institucionalizado pelo *Ministério do Turismo*, que defende o estímulo e o fomento ao planejamento do turismo também em âmbito municipal, promovendo o desenvolvimento de políticas de turismo que tenham o atual PNT 2018-2022 como documento norteador.

Neste contexto, parece apropriado comentar que, ao longo das últimas décadas, as políticas públicas de turismo estão sendo elaboradas e defendidas, em âmbito global, como estratégia para a melhoria da qualidade de vida das localidades onde o turismo vem se desenvolvendo. No caso brasileiro, especificamente, o modelo de descentralização vem sendo pautado nos últimos anos, principalmente, a partir da criação do *Ministério do Turismo*, em 2003, o que demonstra que o entendimento sobre as políticas públicas de turismo ainda é uma realidade bastante recente e, por isso, merece ser mais discutida tanto pela sociedade civil como pela academia. Mesmo assim, o que se percebe, na prática, é a ausência e/ou carência de planejamento turístico que oriente as prioridades, metas e objetivos para o êxito do turismo nacional.

c) O contexto de proteção da natureza em Magé

Para esse bloco, procurou-se apreender a opinião dos mageenses sobre o atual contexto de proteção da natureza no município, ressaltando-se os principais desafios e potencialidades para a conservação da biodiversidade regional.

Nesse sentido, alguns outros elementos foram considerados na análise, como a existência (ou não) de projetos que priorizem a conservação dos recursos naturais e como esses recursos estão sendo utilizados para o desenvolvimento do turismo na região, segundo

os moradores locais aqui entrevistados. Além disso, procurou-se também identificar qual o significado do Parque Nacional da Serra dos Órgãos para os moradores de Magé, visto que essa unidade de conservação é de fundamental importância para a conservação da biodiversidade no Estado do Rio de Janeiro e representa, atualmente, um importante polo para o turismo da *Região Turística da Baixada Verde*.

Para iniciar essa análise buscou-se investigar como os moradores de Magé percebem a natureza na localidade. Na totalidade das entrevistas, a proteção da natureza é defendida com ênfase, como ilustrado no depoimento, a seguir:

Aí eu vou falar um pouquinho diferente para que o turista tenha a consciência da importância da preservação da natureza, que 'é' os serviços ambientais prestados pela natureza. Essa água que nós temos aqui, essas cachoeiras, a importância disso aqui para o ser humano no geral... Magé é considerada o pulmão da baía da Guanabara... Agora com a emancipação do município de Guapimirim, que também já é considerado, eu gostaria de passar para o turista a importância de preservar toda essa água, para garantir um serviço ambiental de qualidade, gratuito, que vai atender a todos, não só da nossa comunidade, mas do estado inteiro (Interlocutora A7).

A valorização da natureza para o cotidiano de Magé também é enfatizada no depoimento seguinte, em termos de seu significado como atrativo potencial para o turismo regional,

Toda a nossa natureza... porque ela é uma natureza ainda muito pura, as águas, a nossa água é muito pura ainda. O ar ainda é muito puro. Por mais que tenha fábrica, o ar ainda é maravilhoso, a nossa água. A nossa água, você 'tá' sentada aqui e tá escutando o barulhinho dela (Interlocutora A3).

Nesse contexto, a fauna local é também mencionada, assim como parte da beleza cênica do município, com destaque para a cachoeira Véu de Noiva, citada algumas vezes nos depoimentos obtidos como a maior cachoeira do Estado do Rio de Janeiro, embora ainda desconhecida da maioria dos visitantes que acessam a região:

A cachoeira Véu de Noiva, que é a maior cachoeira do Estado, não oficial, e a fauna que temos aqui. Temos o mico-leão-dourado, o miqui, que é o maior macaco brasileiro. Bem, enfim, toda essa parte natural, da vegetação, dos animais (Interlocutor A4).

Apesar do reconhecimento da importância da natureza de Magé nos depoimentos são mencionados, alguns dos impactos negativos decorrentes do processo local de

desenvolvimento ocasionados pelos próprios moradores do município, como as construções no entorno de algumas das cachoeiras e, a degradação das matas do entorno, como ilustrada na citação seguinte:

Os principais recursos naturais, ali, seriam as cachoeiras, que na realidade não são muito aconselhadas ao uso, ao uso pra banho, devido à quantidade de construções que existem no entorno, do lixo, do corte ilegal das árvores. Eles poluem muito. (...) A floresta, Mata Atlântica em si, entendeu, a parte cênica do lugar, como beleza natural, porque tem muita coisa ali que está intacta ainda em termos de mata (Interlocutor A2).

Assim, entre as preocupações dos mageenses, se menciona o avanço do desmatamento e, a degradação das áreas preservadas, além da especulação imobiliária. Esses problemas são mencionados de maneira recorrente nas conversas informais realizadas na etapa da pesquisa de campo e, mais precisamente, durante algumas das entrevistas, conforme ilustrado, a seguir:

Existe a beleza, a possibilidade de pegar água lá, de ver que a coisa ‘tá’ legal, ‘tá’ bonita e observar também que aquilo ali ‘tá’ sendo utilizado de maneira desorganizada e a própria população vai ser prejudicada. Nós temos muitas plantas que são comercializadas lá embaixo e se não tiver um controle hoje, controlando o acesso, os moradores, já não existiria mais. Aqui nós temos o que sobrou da Mata Atlântica que vai influenciar no clima, no Rio, em Copacabana, no Leblon, a importância da Mata Atlântica, a sua preservação... E depois mostrar a biodiversidade que aqui tem, a fauna, a flora, o que nós precisamos resgatar para que isso continue, porque isso, preservar, ser preservado... Então, coisas... que não são privilegiadas em alguns momentos... (Interlocutor A5)

Diante dos problemas relatados anteriormente, procurou-se investigar se haveria algum lugar cujo acesso deveria ser evitado, considerando potenciais impactos ambientais ou, até mesmo, questões de segurança. Em quase todos os depoimentos obtidos são identificadas localidades que deveriam ser evitadas, segundo os entrevistados, em virtude de questões como o acúmulo de lixo, por exemplo, em Raiz da Serra, conforme ilustrado a seguir:

É a região mais baixa aqui de Magé, principalmente em Raiz da Serra, onde estão as vilas de casas... Aqui as casas que estão às margens do rio, eles lançam o esgoto no rio, então aqui embaixo, onde tem a concentração das casas, fica mais complicado (Interlocutor A12).

Essa é uma opinião compartilhada, também, por outros moradores que ressaltam o problema do lixo, principalmente, no entorno das cachoeiras, como expresso na narrativa a seguir:

Dependendo, tem algumas partes das cachoeiras que não ‘faz’ a limpeza e, quando chove muito, ela vem trazendo todo o lixo de Petrópolis. Então é mais cachoeira quando chove, o resto tudo pode visitar (Interlocutor A8).

Ainda segundo os entrevistados, além da poluição causada pelos próprios moradores, alguns visitantes contribuem, complementarmente, para os impactos negativos advindos do turismo, notadamente, com relação ao lixo em áreas no entorno de nascentes e de cachoeiras, o que se agrava, até mesmo pela falta de fiscalização, conforme mencionado, a seguir:

Infelizmente tem pessoas que não têm consciência e poluem mesmo, entendeu? (...) Tem gente que vem acampar aí, ficam semanas, meses. Teve um rapaz que veio aí e ficou cinco meses direto acampado e sem infraestrutura para isso, né? (Interlocutor A1).

Diante dos relatos anteriores, parece ser possível afirmar que a prática do turismo já resulta em alguns danos ambientais na dinâmica do município. E alguns desses danos, ainda segundo os entrevistados, estariam relacionados ao próprio fluxo de turistas/visitantes, principalmente durante os finais de semana e na temporada de férias (alta estação). Na leitura dos mageenses, o aumento de visitantes termina agravando o acúmulo de lixo depositado irregularmente em vários trechos de cachoeiras, das trilhas e demais áreas de visitação turística no município. Esse problema se articula a outros já registrados na pesquisa como o desmatamento, a degradação urbana, a poluição sonora, entre outros impactos negativos descritos pelos entrevistados durante a pesquisa de campo. Esse panorama atual, quando associado aos obstáculos recorrentes na gestão pública como a falta de investimentos em obras de infraestrutura básica (saneamento, luz, água, serviço de coleta de lixo) tende também a impactar, negativamente, o próprio desenvolvimento do turismo em Magé.

Assim, para minimizar tais problemas, o reconhecimento da importância de planejamento do turismo, em bases sustentáveis, vem se expressando como uma via possível para mitigar os danos eventuais, direta e/ou indiretamente, causados pelo avanço do turismo.

Nessa perspectiva, buscou-se também levantar informações sobre eventuais projetos ou programas em execução pela gestão pública, que visem a conservação da natureza no

município. Mas, de acordo com uma boa parcela dos entrevistados, não há qualquer ação governamental com esse objetivo em Magé, conforme o depoimento, a seguir:

Nada. Nada, nada. Nem um trabalho é feito aqui para preservação, para manutenção. Os moradores não recebem, nunca receberam, por parte do poder público, curso, nada nesse sentido. Então, eles próprios não têm conhecimento do local onde eles estão, do que precisam fazer para preservar o ambiente (Interlocutora A8).

Essa opinião é também compartilhada por um outro depoimento obtido, a seguir:

Nada. Nada, assim, porque eu faço a minha parte como moradora. Mas assim, as outras pessoas que poderiam fazer não fazem nada, que é mais os órgãos públicos. (...) Fazem do jeito que é conveniente a eles, mas nada que pudesse melhorar a situação (Interlocutora A3).

Essa leitura sobre o contexto local reflete também o sentimento de outros mageenses que estão trabalhando na tentativa de manter ruas e bairros limpos, auxiliando, também, na fiscalização de áreas naturais do município. Vale ressaltar, porém, que essas são iniciativas individuais e pontuais, ou seja, não caracterizam um movimento coletivo de maior envergadura e, muito menos, uma ação governamental, como ressaltado por alguns dos entrevistados. De acordo com os depoimentos obtidos durante as entrevistas e das conversas informais, apenas poucos moradores de Magé se preocupam, efetivamente, com a limpeza das áreas comuns do município ou com a proteção da natureza, o que está ilustrado no depoimento, a seguir:

Só particularmente, assim... Existe um processo de monitoramento, mas é um monitoramento pessoal, um monitoramento comunitário. Alguém da comunidade que via alguma parte errada, via alguém praticando atos ilícitos e denuncia. Porque a parte governamental que eu digo, município, ela é meio displicente, haja visto que, na entrada do primeiro trecho [do Caminho do Ouro, em Raiz da Serra (Magé)], existe uma lixeira. Você percebeu isso, né? (...) As pessoas têm, vamos colocar aí, meia consciência. Elas descem das suas casas, das suas residências pelo caminho, e depositam o lixo ali. Aí as pessoas dizem assim: “É melhor depositar ali do que largar em meio aos caminhos”. Então eles têm meia consciência, porque se juntassem todos eles e reivindicassem... (Interlocutor A2).

E, ainda nessa perspectiva, somente nas últimas duas ou três décadas representantes da gestão pública municipal passaram a demonstrar algum interesse nas ações de proteção do ambiente natural. Entretanto, a história do município parece indicar que não ter havido

continuidade nesse tipo de ação governamental e, sendo assim, o município vem sofrendo, historicamente, com os danos ambientais resultantes do processo de desenvolvimento em seu território, como expresso no depoimento, a seguir:

Existem algumas ações realizadas pelo governo municipal... No finalzinho da década de 80, ou melhor, de 90, foi instituída a área de preservação ambiental no município, isso já visando a expansão do parque. Então, a partir do entorno deveria ser criada a área de preservação ambiental. Não tem intervenção nenhuma do Estado, não se tem equipe nenhuma monitorando aqui, a não ser a equipe do PARNASO, que faz vistoria, manutenção, e até mesmo de fiscalização e apreensão de crimes, das pessoas que fazem crimes ambientais... Existe a atuação do ICMBio; em relação ao governo, não, nós temos nenhum conhecimento de projetos... (Interlocutor A15).

Nesse sentido, a atual gestão do Parque Nacional da Serra dos Órgãos foi também mencionada como um dos poucos atores estratégicos localmente a se preocupar, efetivamente, com a conservação da biodiversidade e que desenvolve algum tipo de ação com esse propósito, na localidade:

É só o parque mesmo. E a gente tenta conscientizar as pessoas. Tenta, porque ser humano é coisa complicada, né? (...) Pessoal daqui mesmo evita poluir e tal... quem polui são as pessoas que vêm de fora (Interlocutor A12).

No entanto, até o momento de conclusão da etapa de campo, não havia conhecimento sobre eventuais diretrizes para a conservação da biodiversidade, segundo a percepção dos mageenses entrevistados. Segundo eles, o que se percebe são algumas propostas isoladas de fiscalização, como a *Operação Verão*⁹¹ e demais ações com esse objetivo realizadas pela gestão do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Assim, projetos de educação ambiental que tenham como público-alvo os estudantes da rede pública de ensino do município seriam caminhos desejáveis para a sensibilização da sociedade mageense, conforme o depoimento, a seguir:

Até mesmo dentro das escolas, eu creio que a educação dentro do município, voltada pra educação ambiental, ainda não é enfática no quesito de... realmente proteger a natureza, educação ambiental deveria ser feita, tanto nas escolas, nas salas de aula, o “bê-a-bá” e o pessoal aprendendo o que

⁹¹ Esse é um projeto de fiscalização municipal ocorrido sempre na alta estação e nas áreas próximas às cachoeiras de Magé.

fazer, como fazer mais também na prática, uma vez que nós temos este município, tão vasto em termos ambientais, ‘poderia ser feito’ visitas técnicas com as crianças, adolescentes, todo o contexto educacional do município para que se haja preocupação e um interesse maior pela proteção ambiental (Interlocutor A6).

Essa proposta se fundamenta na importância ambiental de Magé, município que possui uma relevante área de restinga da Baía de Guanabara e trechos estratégicos para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e manguezais. Além disso, como anteriormente mencionado, parte do território do município está inserida no PARNASO, um parque emblemático para o Estado do Rio de Janeiro, em virtude do fluxo de visitação e por representar um ícone para a proteção da Mata Atlântica, em ambiente serrano, o que justificaria a necessidade de elaboração e difusão de diretrizes turísticas estratégicas que priorizem à conservação da biodiversidade e, ao mesmo tempo, que possibilitem o desenvolvimento da região.

Ainda refletindo sobre a gestão do PARNASO, e apesar de seu reconhecimento como estratégico em benefício da conservação do município, essa não é uma opinião unânime, muito pelo contrário. Isso porque, são claramente divergentes as leituras sobre o parque, que pode ilustrar os desafios a serem enfrentados para a sua gestão. E, para um dos entrevistados da pesquisa, o referido parque não tem significado algum para muitos dos moradores do seu entorno. Essa afirmação é ilustrada no depoimento a seguir:

Atualmente (o Parque) não representa nada. Ele não tem nenhuma influência aqui. Nem estudo, nada. Nem preservação eles fazem, nada. (...) eles têm conhecimento de construções, de caçadores. Eles sabem disso, mas não há nenhuma interferência deles aqui. Talvez porque eles não possuam sede aqui. Aqui é o maior acesso tanto de turistas, de animais, de entrada. Aqui já, segundo pesquisa, já houve uma das ligações com Minas Gerais, foi pouco usada devido à dificuldade do terreno, então ficou perdido, tem a sede de uma fazenda. Tem o segundo engenho do país e ‘tá’ tudo abandonado. O pouco que sobrou nós estamos tentando preservar (Interlocutor A4).

Ainda quando considerado o significado do Parque, na opinião de um dos entrevistados, esse está associada à imagem de uma estratégia fiscalizadora da gestão pública, segundo o relato a seguir:

Eu acho que não é legal porque eles [o Parque] não têm acesso a tudo, fica um pouco escondido até dos caçadores, até da exploração de madeira, entendeu? (...) Eles vêm esporadicamente. Tipo assim, vamos botar no ano,

umas cinco vezes, no máximo, dez. (...) o motivo é sempre para fiscalizar... Fiscalização. Sempre fiscalização. Eles nunca vêm, é... Não dão ponto sem nó, não. Vem pra fiscalizar mesmo, pra dar uma olhada na região. Eles já vieram aqui... Eles foram até muito gentis. Aí explicaram o que podia e o que não podia. Não pode cortar árvore... Ah, um monte de coisa. Mas isso aí eu já até sei, né? Só que aqui venta muito, e até com o passar do tempo... tem árvore aqui que tem mais de cem anos. (...) E tem uma época que ela vai chegar e cair. Aí, quando acontece de uma árvore cair por natureza, eu até peço a ele (ao pai), para tirar foto. Porque Deus me livre, tira foto, imagina se os outros falam que eu 'tô' cortando, desmatando? (Interlocutor A1).

Essa visão é compartilhada também por outros moradores que entendem a gestão do PARNASO apenas a partir de seu caráter punitivo, conforme ilustrado a seguir:

Raramente eles chegam junto... Na verdade, estão aqui só para proibir mesmo. Não pode isso, não pode aquilo. Olham tudo, chegam quietos e vão logo querendo punir. Moro aqui desde que nasci e não tenho direito a nada, de plantar, de entrar na mata, 'tá' difícil e parece que... parece que a sensação é de que vai piorar cada vez mais. Essa é a impressão que temos. Não acho que precise ser assim, sabe? Eles poderiam vir conversar com a gente, explicar o porquê disso, o porquê daquilo. Assim, nós poderíamos aprender com eles e eles conosco, sabe? Acredito que é isso aí, isso aí... não pode é ficar cada um para o seu lado, sabe? Se nos unirmos, isso aqui vai ficar ainda melhor! (Interlocutora A14)

Esses dois depoimentos anteriores parecem traduzir a discussão sobre os conflitos em áreas protegidas decorrentes também da dicotomia sociedade-natureza. Neste caso específico, o que se percebe é um contexto de tensões sociais entre os moradores de Magé e a gestão do PARNASO, o que reafirma os argumentos de autores de referência nessa temática, como Leff (2006) e Diegues (2008).

Nessa perspectiva, são recorrentes os conflitos socioambientais, muitos resultantes dos diversos interesses do jogo, o que favorece disputa pela apropriação e pela gestão das áreas protegidas no município.

Uma outra parcela dos entrevistados da pesquisa parece também desconhecer a existência do próprio PARNASO e/ou não possuem opinião formada a respeito, como pode ser observado no relato, a seguir:

O Parque eu ainda não conheci. É... não sei... Já 'veio' vários amigos e os rapazes que passam aqui e falam muito sobre o Parque. Eu subo muito as serras, mas infelizmente eu ainda não conheci o parque em si, o trabalho do parque. Eu vejo aqui, o Parque daqui... à rua da minha casa que eu vejo o pessoal trazendo pessoas pra estudos, vem de vez em quando e faz uma

limpeza... Assim que eu tenho como saber como que é o parque. Mas ir ao Parque, conhecer, saber todo o trabalho das pessoas, como que é os órgãos, tudo direitinho, infelizmente eu não tenho esse conhecimento (Interlocutora A3).

O desconhecimento de alguns moradores locais sobre a existência do PARNASO representa um dos principais desafios a serem enfrentados pela atual gestão do Parque⁹². Entretanto, mesmo diante da complexa relação entre os moradores do município e a gestão do PARNASO, é possível perceber inúmeras percepções distintas a respeito. Isso porque, de acordo com um dos entrevistados, o Parque tem inúmeros significados positivos e, sendo assim, é possível a construção de uma relação harmoniosa entre a gestão da área protegida e os moradores do entorno:

O parque é o meu mundo, o parque é a minha válvula de escape, o parque pra mim é cultura, é esporte, é lazer, é conhecimento, é aprendizado... Na realidade, eu não sei te dizer, assim, resumir em palavras o que é o parque pra mim, sabe? O parque pra mim é O parque, entendeu? É onde eu consigo... eu não sei te explicar... onde eu consigo crescer, criar, aprender, entendeu? Contribuir... Eu acho que é mais ou menos por aí. Eu não tenho, assim, uma palavra exata pra definir o que é o parque por mim. Pra mim, o que é o parque, pra mim... O parque pra mim é o tudo daquilo que eu ainda quero aprender, sabe? (Interlocutor A2)

Essa relação harmoniosa entre os moradores de Magé e a gestão do PARNASO ainda não se configura como uma realidade para a maioria dos mageenses, de acordo com a leitura das entrevistas e das conversas informais realizadas durante a fase de pesquisa de campo. Todavia, alguns entrevistados reconhecem a importância do PARNASO e percebem nele uma possibilidade para o desenvolvimento do turismo local, em bases sustentáveis:

O parque representa a porta de entrada para a melhoria dessa situação natural e histórica da nossa região e a porta de entrada pra grandes projetos e grandes oportunidades para a comunidade (Interlocutor A5).

E, assim, são inúmeras as leituras sobre o PARNASO, pela perspectiva local. E, com base nos depoimentos obtidos é também possível identificar algumas propostas em curso que, embora limitadas e pontuais parecem repercutir, efetivamente, para a conservação da natureza de Magé. Mas, em relação à gestão pública, nas últimas três décadas, a questão ambiental

⁹² Um desafio não apenas para esse parque, mas também para as outras UCs dessa mesma categoria no Estado do Rio de Janeiro.

parece ter sido desconsiderada pelos principais atores públicos do município. Nesse período, o que vem se observando são ações descontínuas como o projeto *Operação Verão*, já mencionado anteriormente, e que parecem não trazer soluções efetivas para os principais problemas da região. Além disso, a inexistência de diretrizes claras para a resolução desses problemas e a condição deficiente de serviços básicos, como saneamento, coleta de lixo e segurança, somadas ao crescente número de visitantes em determinadas épocas do ano, vem agravando os problemas ambientais e tendem ainda a impactar, negativamente, o desenvolvimento do próprio turismo no município.

d) O contexto cultural do município de Magé

Além do patrimônio natural que caracteriza Magé, não se pode negligenciar o contexto histórico-cultural desse município e a sua importância para o Estado do Rio de Janeiro. Assim, a partir desse quarto eixo investigativo, pretende-se interpretar como se expressa o atual contexto da cultura em Magé.

Assim, procurou-se investigar o que os mageenses gostariam de mostrar aos “de fora”, e se há alguma manifestação cultural que representa as identidades dos mageenses para os visitantes e, também quais as propostas e/ou ações governamentais, em pauta, que possam fomentar essas iniciativas locais. Esse tema constituiu, nessa tese, um dos fios que podem contribuir para tecer o *Turismo de Base Comunitária* no município.

Com relação ao que os mageenses gostariam de mostrar aos visitantes sobre as culturas locais de Magé, todos os entrevistados consideram essencial que a dimensão cultural do município seja internalizada nas iniciativas futuras de TBC. E apesar de certa desconfiança diante das incertezas que o tema inspira, ao serem questionados sobre a cultura local, todos os entrevistados listaram atrativos potenciais relacionados diretamente ao Período Imperial da história do Brasil, conforme expresso em um dos depoimentos da pesquisa:

gostaria de mostrar para o turista, dentro da nossa comunidade, que é esse Período Imperial que aconteceu muita coisa em Raiz da Serra [Magé], inclusive essa fábrica de farinha, engenho de farinha, existe registro... não digo fotográfico, mas na época eram quadros que as pessoas desenhavam e é parte da história que vale a pena resgatar... Ainda hoje existem alguns quadros. Um amigo já me mostrou um livro onde tinha algum pesquisador, se não me engano é alemão, que desembarcou na baía de Guanabara e foi registrando tudo através de quadros e eu consegui identificar algum relevo de Fragoso e aqui em Raiz da Serra algumas coisas, consegui identificar alguns registros (Interlocutor A5).

Além disso, alguns antigos pontos histórico-culturais que marcaram a história da localidade também são lembrados por alguns mageenses, conforme depoimento a seguir:

Então, acho que seria interessante conhecer (...) as igrejas centenárias, as casas de fazendas, ruínas. Nós tivemos aqui o primeiro hotel do país, foi aqui, o primeiro cassino do país foi aqui. Hoje nós temos as ruínas do hotel e do cassino. As igrejas mais antigas do Estado são aqui. A primeira estrada de ferro foi aqui, a primeira estrada pavimentada foi aqui, então tudo isso seria interessante para o turista conhecer. É importante destacar que a primeira região procurada para o turismo foi aqui, quando o pessoal vinha de barco até a Raiz da Serra e eles subiam até a Fazenda do Padre Correia, o que hoje é Petrópolis (Interlocutor A4).

Os depoimentos anteriores resgatam, mesmo que brevemente, alguns momentos da história do município que foram também registrados através de desenhos e pinturas por desbravadores estrangeiros, notadamente europeus, que chegaram ao país durante o período colonial brasileiro. Algumas das obras citadas são, supostamente, de artistas como o pintor austríaco Thomas Ender, que retratou, entre pontos do município, a *Fazenda Mandioca*, o local de residência, em Magé, do Barão Langsdorff, médico, naturalista e explorador etnógrafo, até hoje reconhecido como um dos pais da exploração nos trópicos.

Entretanto, de acordo com um dos moradores, até o momento, segundo a leitura local, não se tem conhecimento de ações governamentais que visem recuperar e promover parte do patrimônio histórico-cultural do município,

Muito das histórias que sabemos sobre a nossa cidade nós terminamos... nós temos através dos nossos avós, dos moradores mais antigos. Eles que nos contam o que aconteceu por aqui. Acho, assim, que deveria, que a nossa história deveria ser mais contada nas escolas e que tivéssemos museus aqui contando toda essa riqueza de saberes, da nossa cultura. Por aqui já passou muita gente importante, nesse chão já pisou muita gente importante, tem muita história, mas que 'tá' se perdendo, sabe? Ou só quem tem acesso à internet, por exemplo, é que fica sabendo das coisas. Isso deveria mudar. O morador é que deveria ser o primeiro a contar a sua história para quem vem de fora, e não o contrário! O poder público poderia fazer alguma coisa sobre isso, mas termina não fazendo nada ou investindo em outras coisas que não fazem sentido... (Interlocutora A14)

A aparente desinformação e/ou desinteresse com a cultura local, mencionado pela entrevistada anterior, parece refletir a realidade que tem caracterizado a gestão cultural das cidades de pequeno porte no Brasil, como é o caso de Magé, nos últimos anos. Assim, refletir

sobre o desenvolvimento cultural é também uma urgência realidade pulsante no atual momento do país, e representando, assim, um desafio para os mageenses.

Nesse contexto, é importante enfatizar que alguns desses desafios são complexos, principalmente com relação aos problemas sociais e econômicos enfrentados no cotidiano do município. No entanto, caso a gestão cultural do município se constitua efetivamente em prioridade, muitos benefícios poderão resultar no próprio desenvolvimento social, econômico e turístico do município, com a conseqüente valorização das identidades locais e do sentido de pertencimento ao lugar, essenciais para o turismo, em bases sustentáveis no município.

Para isso, os próprios documentos norteadores para as políticas públicas setoriais, como aqueles publicados pela UNESCO e, no âmbito nacional, pelo *Ministério da Cultura*, traduzem algumas pistas para a superação desses desafios. Nesse caso, o atual *Plano Nacional de Cultura 2010/2020* reafirma que os gestores públicos precisam ultrapassar algumas fronteiras impostas à gestão cultural, ultrapassando o viés puramente econômico. Ao contrário desse viés, a motivação trazida por esses documentos é que as políticas públicas de cultura precisam ser pensadas e executadas com base em três dimensões interdependentes: a simbólica, a cidadã e a econômica, e devem ser articuladas com outras políticas públicas setoriais.

Além disso, em face da restrição de recursos e da dificuldade de integração das políticas públicas setoriais, traço histórico das políticas culturais no país, o grande desafio para o município de Magé parece ser o de elaborar, instituir e monitorar um *Plano Municipal de Cultura* que possibilite, verdadeiramente, a integração de Magé aos demais municípios limítrofes e/ou pertencentes à *Região Turística da Baixada Verde*.

Mas os depoimentos anteriores fazem referência direta apenas à cultura material, o que pode ser explicado pelo reconhecimento coletivo da importância histórica da região. No entanto, os bens da cultura imaterial não foram mencionados ou por não terem sido lembrados como relevantes ou por não serem compreendidos e valorizados enquanto cultura. E a cultural imaterial é considerada como um dos elementos mais significativos de uma determinada localidade, conforme defendido por autores como Geertz (1993), além de estar na base de alguns dos documentos de referência publicados pela própria UNESCO, que reconhece a importância de ações que promovam e salvaguardem o patrimônio cultural material e imaterial. Isso porque os bens da cultura imaterial podem fornecer subsídios para o próprio

sentimento de pertencimento ao lugar e, para a valorização cultural, fundamentais para as iniciativas de turismo que visam conectar os turismos, as naturezas e as culturas locais.

Mas como mencionado anteriormente, não houve na pesquisa, menção referente à cultura imaterial de Magé. Diante disso, e dada a sua importância para a projeção do turismo na localidade, os entrevistados foram questionados sobre quais as festas e os eventos, de uma maneira geral, que aconteciam no município e que consideram importante para a promoção da cultura local. Na opinião de todos os entrevistados, as comemorações que se destacam no contexto do município são as festas religiosas e as festas julinas, como mencionado, a seguir:

No período de julho acontecem muitas festas julinas aqui. Tanto nas igrejas católicas... até mesmo as igrejas evangélicas estão criando as suas. E tem as festas não ligadas às igrejas que também acontecem em alguns terrenos, alguns roçados. As pessoas começam a se juntar. Assim, nós temos também a Festa de Sant'Ana, a padroeira de Pau Grande; a de Santo Aleixo, que acontece na capela e tem as outras (...) Nossa Senhora Aparecida, em Piabetá, e algumas outras que não vou lembrar o nome dos santos, são a de Suruí, a de Magé, a de Mauá, todas festas católicas (Interlocutor A4).

A festa da padroeira de Pau Grande foi também lembrada por alguns que destacam a sua importância não apenas para os mageenses mas também, para os residentes dos municípios próximos, como ilustrado, a seguir:

A festa ainda existe mas em proporção menor, o que leva hoje as pessoas a ir é o encontro da própria comunidade, porque durante a semana de comemoração existe música, palestras, encontro de diversas comunidades do município e o tradicional almoço que a gente marca cara, não tem como, vem familiares de outros estados, deixam para visitarem os seus familiares de Magé e vai todo mundo para o salão da igreja almoçar... A festa acontece no final de julho, e aí nos encontramos todos por lá, ficamos para a missa e depois da missa já tem o almoço, e depois começa a quermesse e a comunidade toda coloca seus produtos para venderem. Então tem esse encontro dos que mantêm a tradição da Festa de Santana, é esse encontro da família, de toda a comunidade (Interlocutor A16).

Mas segundo o mesmo depoimento, foi preciso que houvesse um investimento direto por parte dos organizadores da festa para que esta não perdesse as características de uma quermesse, e que se expressasse uma festa local para celebrar a Santa Padroeira e uma oportunidade de confraternização para que moradores possam estar juntos, entre seus familiares e amigos como descreve um dos entrevistados:

A festa da Padroeira praticamente teve que ter uma intervenção da Igreja [Católica] para voltar a ser o que era antes, porque a festa tinha se transformado em uma feira, pois durante uma semana Pau Grande ficava praticamente intransitável, então a Igreja teve que fazer com que a festa voltasse a ser o que era antes. (...) Antes da grande divulgação da festa, da comercialização, era praticamente uma feira durante a semana inteira, tinha o uso de drogas, aumentava a violência, então a Igreja resolveu resgatar o que era a festa anteriormente e então a igreja resolveu trazer o que era a festa antes, que era a família e, com certeza, a comunidade em peso apoiou a decisão da Igreja e hoje nós temos o que a festa preza, que é a família em torno da Igreja (Interlocutor A5).

A descaracterização dessa manifestação local, conforme discutido, representa uma preocupação e esse problema parece ter sido causado, entre outros fatores, pela divulgação massiva do evento que, nem sempre ocorre a favor da população local, de acordo com a interpretação do entrevistado anterior. Com isso, a espetacularização da festa que, ao ser descaracterizada, ganha um outro sentido, na medida em que os locais são preteridos e outros elementos exógenos à cultura local passam a influenciar a festa como os diferentes tipos de culinária, danças e atrações que não compõem o repertório cultural de Magé. Isso termina por gerar um sentimento de rejeição ao que é exógeno por parte dos moradores e, também, o distanciamento dos moradores mais idosos por esses entenderem que a sua cultura está sendo descaracterizada e banalizada. Além disso, como mencionado no depoimento anterior, essa espetacularização das manifestações locais pode contribuir para o surgimento de situações de significativo descontrole social, aumento da criminalidade (e/ou da sensação de insegurança), uso excessivo de bebidas alcoólicas e consumo de drogas, entre outros problemas.

Além disso, diante desse contexto, a própria população local tende a responsabilizar o turismo pelos impactos gerados no cotidiano do município, o que pode potencializar conflitos nas relações sociais entre turistas/visitantes e moradores locais, como discutido por Canclini (2005) e Urry (2007) e ilustrado pelo seguinte trecho de uma das entrevistadas na pesquisa:

Não é só na festa de Sant'Ana que temos problemas, tem outras festas que estão perdendo suas tradições, que estão virando apenas um show. Isso não pode. Muitas delas já perderam a essência, o que representavam. Muita gente daqui mesmo nem sabe o porquê de estarmos comemorando uma festa! Isso é culpa também da administração pública, que termina apenas se preocupando em atrair mais e mais pessoas para a cidade, movimentando o comércio local... O problema é que como não se tem planejamento, vem toda gente, vem gente que não tá nem aí com o que a festa representa, que vem só para bagunçar, para beber, para brigar. Isso termina gerando muito conflito

entre os de fora e os daqui, sabe? 'Tá' certo que vem muita família, muitos familiares, turistas de outros municípios, mas também vem gente atrás de bagunça e de outros interesses... (Interlocutor A9).

No decorrer das entrevistas e das conversas informais durante a etapa de campo, foi possível perceber, também, que uma parcela dos entrevistados, mesmo cientes desse processo progressivo de descaracterização de algumas manifestações culturais em Magé, parece ainda em estado de perplexidade e inércia diante desses processos. Como consequência, parece evidente um sentimento de conformismo pela maneira pela qual essas manifestações culturais estão sendo apropriadas, principalmente no caso da Festa de Sant'Ana, como registrado pelo entrevistado anterior. E, sendo assim, essa festa religiosa e tradicional vem se caracterizando apenas como uma oportunidade de lazer e como caminho para o incremento do comércio local, em virtude da visibilidade da festa que resulta de sua espetacularização.

Assim, um passo importante para a transformação desse cenário preocupante seria, talvez, que os moradores de Magé pudessem se (re)apropriar dessas manifestações populares, reconhecendo a sua relevância para a salvaguarda do seu patrimônio cultural. Além disso, estarão contribuindo para uma gestão mais participativa, inclusive para possíveis projetos turísticos que possam acontecer, como verificado durante as entrevistas.

Nesse sentido, é importante enfatizar que essas manifestações culturais, apesar de terem a sua origem em um passado longínquo, não podem ser entendidas como imutáveis, conforme defendido por autores como Bauman (1999), Castells (1999), Certeau (2012), ao contrário, é preciso considerar nessa dinâmica as transformações que podem surgir com o tempo, desde que essas estejam em sintonia com elementos genuínos da base cultural reconhecidos pela população local.

No que tange à gestão pública, por sua vez, de acordo com os mageenses entrevistados, parece existir claro um certo distanciamento do poder público municipal do debate cultural, notadamente no que se refere ao processo de mercantilização de algumas manifestações culturais do município, em atendimento aos interesses mercadológicos e políticos e, em detrimento dos interesses e anseios de artistas e moradores de Magé.

É importante ainda ressaltar, no caso da espetacularização das manifestações culturais, que a cultura venha a ser interpretada apenas como uma via para a promoção do turismo local, sem ponderar que esse processo pode gerar a apropriação, a descaracterização

ou até mesmo perdas irreversíveis dessas manifestações culturais, a partir do estreitamento das relações com o turismo.

Mas além dessas manifestações culturais apresentadas, outras festas locais foram mencionadas como de relevância para o resgate e a promoção da cultura local e segundo os mageenses, deveriam ser consideradas no âmbito da gestão pública municipal. Entre esses eventos se destacam a Festa da Mandioca, realizada em Conceição de Suruí, nos meses de junho e julho, e a Folia de Reis, no final de dezembro e início de janeiro de cada ano. Essa última, apesar do limitado apoio institucional, ainda se mantém viva na localidade, como pode ser observado na narrativa, a seguir:

(...) Ainda existem... São as quermesses das igrejas onde temos o tradicional pastel, a Folia de Reis ainda existe... Nesse período de dezembro de 2015 para janeiro de 2016, nós tivemos aqui um único grupo que estava visitando as casas e fazendo a folia. Mas existe um trabalho junto à Fundação de Educação e Cultura de Magé que promove o encontro de Folia dos Reis dentro do nosso município a cada ano... Aí vem grupos de Folia dos Reis de diversas cidades para cá (Interlocutor A5).

Mas, a dificuldade para obtenção de apoio institucional e financeiro é reconhecida como um dos principais problemas enfrentados tanto pelos que estão envolvidos diretamente na gestão cultural de Magé quanto pela população local, a que mais sofre com a ausência de apoio e de incentivo (público e privado) para o resgate e a promoção das manifestações culturais do município. Ainda sobre esse tema, todos os entrevistados, abordados pela pesquisa, relatam que algumas festas e eventos culturais deixaram de acontecer no município como consequência da falta de apoio, como a tradicional festa de aniversário da Fábrica de Pólvora, que reunia anualmente, em suas instalações, os moradores de Vila Inhomirim, no distrito de Magé, e de localidades vizinhas, para um dia de intensa confraternização.

De acordo com os entrevistados, esses eventos deixaram de ocorrer em decorrência da falta de recursos e apoio público e privado. Com isso, atualmente, a tradicional festa da Fábrica de Pólvora permanece apenas no imaginário dos moradores mais antigos da localidade. Da mesma maneira, outros eventos, como o Carnaval, estão sendo esquecidos, gradualmente, enquanto outros já não acontecem mais, como explica o entrevistado a seguir:

Os eventos que nós tínhamos, mas que com o tempo, devido às crises do próprio município, assim como do Brasil, foram tirados do calendário do município, eram os campeonatos de vôlei, de futebol entre escolas, entre

bairros. Nós tínhamos muito disso aqui, mas infelizmente foram apagando com o passar do tempo (Interlocutor A5).

Um outro tema complementar referente à dinâmica cultural de Magé diz respeito ao questionamento sobre a existência de um “produto” que possa expressar as identidades do povo mageense e que possa ser adquirido por visitantes e turistas durante a experiência no município. De forma unânime, os entrevistados abordados pela pesquisa consideraram que não há um produto local que os represente. Dessa forma, os relatos obtidos sugerem a confecção de “panos de prato” ou o artesanato em madeira como expressões da cultura local mas não do que poderão ser entendido como saber tradicional, conforme ilustrado, a seguir:

Tem algumas pessoas que fazem artesanato. Artes também, pessoas que fazem pintura à tela. Os artesanatos são variados, madeiras, cipó, tecido. Essas pessoas se encontram em uma feira que acontece aos sábados em Piabetá. Ali, pode encontrar muitos produtos de comida. Ali, dá para encontrar bastante produto, sim. Os artesãos são individuais. Não tem nada que agrupe eles. Uma peculiaridade interessante é que aqui em cima tem uma comunidade do Santo Daime para onde chega gente de muitos lugares do estado e de outros (Interlocutor A4).

Essa é também uma visão compartilhada por outros entrevistados que já trabalham de alguma maneira com turismo ou pretendem trabalhar, seja abrindo uma área de *camping*, ou algum tipo de hospedagem ou ainda fornecendo alimentação para visitantes e turistas:

A minha mãe faz uns ‘artesanatozinho’. Pintura de quadro, pintura de pano, tricô... faz essas coisas todinhas. A gente também vai estar agora oferecendo alimentação, até assim, comida feita na lenha. É uma delícia... (Interlocutor A1)

Mas para além da produção de artesanato e da possibilidade de oferta de refeições para os visitantes, a agricultura orgânica (e derivados) vem sendo considerada como outra via possível para dinamizar o comércio local, segundo o depoimento de um dos mageenses:

Ainda não. A ideia, a ideia era agricultura orgânica. (...) Olha, antigamente se vendia muito aipim, palmito, essas coisas que ‘era’ local. Mas agora eu não sei se o pessoal ‘tá’ plantando. Então tinha muita coisa assim, goiaba... Ah, as pessoas vendiam de porta em porta. Antigamente as pessoas vendiam assim. Até hoje o pessoal do outro lado, tanto do Pé de Gancho quanto do Manoel Gambá, que o irmão vende aipim que é plantado em casa (Interlocutor A2).

Essa leitura é compartilhada por um outro morador de Magé que menciona a possibilidade de se trabalhar com algum produto agrícola no seu cotidiano (ou talvez com o próprio processo como um todo), conforme relatado a seguir:

É, nós vamos ter que comentar a parte de agricultura da região, que é uma região agrícola, a nossa região... Nós temos aqui várias possibilidades de produtos agrícolas, frutas, orgânicos, ‘bastante’ frutas e derivados, como a menina faz a tapioca aqui, os outros... os outros doces, mas ‘existe’ essas possibilidades de oferecer isso, mas primeiro, volto a comentar, tem que fomentar isso aí. Como produto local, ainda não tem... (Interlocutor A5)

De maneira geral, os dois depoimentos anteriores parecem sintetizar o discurso institucional do *Ministério do Turismo*, que prioriza a promoção e o desenvolvimento do turismo rural⁹³ no país (MTUR, 2010). Isso porque, ao mesmo tempo em que esse busca suprir uma necessidade do produtor rural em diversificar a sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos possibilita, complementarmente, a oportunidade de se receber visitantes que, em sua maioria, residem em centros urbanos afastados da área rural. Com isso, novas possibilidades de integração do campo (natureza) com a cidade são enfatizadas, assim como também são induzidos novos modos de vida, tradições e costumes locais nas zonas rurais.

No caso de Magé, especificamente, identificada por uma significativa zona rural, o incremento do turismo em áreas rurais poderá contribuir, potencialmente, para o desenvolvimento socioeconômico do município e, mais precisamente, dos agricultores locais, que poderão vender seus produtos e ofertar seus serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento aos visitantes dispostos a viverem uma experiência turística em ambiente rural. Dessa forma, além do turismo proporcionar renda alternativa para o produtor rural, pode, igualmente, em tese, contribuir para a redução do êxodo rural, comum em áreas rurais no município de Magé. Entretanto, o que se percebe, segundo os depoimentos obtidos, é que pouco ou quase nada tem sido feito com esse propósito, considerando a gestão pública do município.

⁹³ De acordo com o MTur (2010), o turismo rural também é conhecido por turismo no espaço rural, turismo na natureza, turismo de interior, de granja, de aldeia, alternativo, endógeno, verde, campestre, sertanejo, agroecoturismo, ecoagroturismo, agroecológico, dentre outras terminologias possíveis e adotadas pela academia, pelo setor público e privado.

Com base nessa breve análise, percebe-se que apesar de não existir um “produto” característico da localidade que possa ser comercializado na região, parece haver, segundo o discurso dos mageenses entrevistados, um interesse coletivo para tal direcionamento.

Por outro lado, devido à existência de uma extensa área rural no entorno de Magé, é possível encontrar ali um número considerável de agricultores familiares, inclusive que já se organizam em associações e que podem contribuir, de alguma forma, para o desenvolvimento turístico do município, em bases sustentáveis, seja através da venda de produtos orgânicos, da visita a estas localidades ou do fornecimento de refeições e alojamentos, por exemplo. Iniciativas turísticas dessa natureza, em tese, contribuiriam para a articulação entre turismo, natureza e cultura em termos de políticas públicas setoriais no município de Magé e, através do fomento a novas iniciativas de *Turismo de Base Comunitária*. Para isso, foram pensadas algumas recomendações para o desenvolvimento dessas iniciativas, tema do quinto, e último, eixo de investigação.

e) Recomendações para o desenvolvimento do TBC em Magé

Neste último eixo de investigação, buscou-se refletir sobre como os moradores de Magé desejariam que o turismo fosse ali desenvolvido e o que ainda precisaria ser considerado, pelos diferentes atores estratégicos locais, para que o turismo venha a ser, efetivamente, uma via para a melhoria da qualidade de vida dos mageenses. Além disso, se pretendeu investigar qual o perfil ideal de turista para a localidade, se os mageenses desejariam participar de uma iniciativa de TBC e qual a mensagem que gostariam de deixar para os visitantes futuros.

Nesse caso, pela ótica local, seria preciso, inicialmente, que fosse realizado um diagnóstico (leia-se “inventariação da oferta turística”) em Magé, que identificasse potenciais atrativos naturais e culturais locais para, posteriormente, se planejar o turismo nesse município, conforme depoimento, a seguir:

O que nós precisamos inicialmente é... tentar descobrir, tentar organizar tudo o que já temos de bom para mostrar ao visitante que vem pra cá. Assim, saber o que já existe para atender a esse turista. É preciso fazer um tipo de diagnóstico que diga tudo o que já existe e o que pode ser utilizado em prol do turismo aqui, aqui em Magé. Acho que isso seria o ponto principal, inicial. Depois, sabendo de tudo que já possuímos e o que pode ser ainda aproveitado, poderemos, todos nós... Poderemos pensar em um turismo que

nos atenda, que seja bom primeiro para nós, e sendo bom para nós, vai ser bom para quem vem pra cá (Interlocutor A16).

A opinião desse entrevistado expressa, de maneira clara a importância atribuída à realização do inventário turístico para o desenvolvimento local. Isso porque, a partir do inventário, será possível o delineamento de subsídios para a análise do turismo local, como, por exemplo, a identificação e registro dos principais atrativos turísticos (e potencialidades), registrar os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura de apoio ao turismo no município. Essas informações poderiam servir de base para o planejamento, a gestão e a promoção do turismo em Magé, identificando prioridades de investimento e desafios a serem superados, incentivando o desenvolvimento de iniciativas turísticas, em bases sustentáveis em toda a região.

Esse tende a representar um passo importante para o desenvolvimento do turismo local que vem sendo concretizado, segundo alguns entrevistados, em virtude da parceria entre a Secretaria de Turismo de Magé e, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), iniciada em maio de 2018 e ainda em curso, de acordo com informações obtidas no âmbito da própria Secretaria Municipal de Turismo do município.

Além de conclusão do inventário turístico, alguns moradores mencionaram a necessidade de o poder público investir na recuperação e na organização da infraestrutura básica da cidade, o que iria atender moradores e visitantes, conforme depoimento a seguir:

A gente tem essa esperança de melhorar a nossa saúde pra melhorar a nossa escolaridade, a gente tem essa esperança. Eu acho que isso melhorando já vai ser um bom início para o turismo deslanchar aqui em Magé (Interlocutor A1).

Mas é importante destacar que esses são setores da administração pública essenciais para o desenvolvimento de Magé e que se encontram, ainda segundo os entrevistados, abandonados pelo poder público, conforme a opinião expressa do próximo depoimento:

Na realidade o governo em si, ele se lixa muito pra parte turística, a parte de turismo mesmo, em si. Se ele investisse no Turismo... Pra você ter uma ideia, a gente tem, igual ela 'tava' falando, a gente tem "N" recursos, "N" lugares aqui que podem ser explorados culturalmente, historicamente, naturalmente, ecologicamente... A gente tem uma infinidade, você viu, né? 'Tá' ali a antiga estação de trem, a igreja... não sei se aquela igreja ali é do Bonfim, tudo histórico, tem a Nossa Senhora da Piedade, tem a do Bonfim,

tem São Nicolau, tem uma infinidade de coisas aqui, entendeu? Poderia ter investimento... (Interlocutor A2)

No plano das recomendações para o desenvolvimento do turismo, algumas das questões identificadas na pesquisa estão associadas, direta e/ou indiretamente, à segurança, bem como a sensação de insegurança na cidade, o que pode se representar um real obstáculo para o sucesso do turismo local, conforme relato a seguir:

É investir na parte do turismo, na divulgação, no morador, do local, da localidade onde se encontra o atrativo, preparar essas pessoas para receberem os turistas, de forma segura, né? Eu penso que divulgar o local e dar uma segurança, a segurança 'tá' inclusa no preparo do local, né? Acho que é isso (Interlocutor A4).

A questão da segurança pública, assim como a conseqüente sensação de insegurança no município, além de interferir diretamente no cotidiano social dos mageenses, influencia, mesmo que indiretamente, a motivação dos potenciais turistas/visitantes. Nesse sentido, a segurança pública constitui um tema fundamental para a promoção e o desenvolvimento do turismo. E no caso específico de Magé, município reconhecidamente considerado como um dos mais violentos do Estado do Rio de Janeiro, essa pode ser uma questão central a ser considerada em planejamento turístico no presente e no futuro.

No entanto, na percepção dos entrevistados, a segurança parece não ser ainda um tema prioritário para a atual gestão pública, principalmente quando associada ao turismo. Esse é, portanto, um problema real a ser enfrentado para o incremento do turismo no município. Esse panorama traduz, claramente, também a necessidade de articulação entre as políticas públicas de turismo e de segurança pública, fundamental para a qualidade de vida de locais e visitantes.

Além da questão da segurança, a participação dos moradores de Magé foi um outro tema amplamente abordado nas entrevistas. Isso porque a participação dos atores locais no processo decisório representa uma premissa para o desenvolvimento do turismo, em bases sustentáveis, em Magé. Para tal, a população local deve ser entendida como estratégica para impedir algumas práticas comuns no município que, além de causarem danos sociais, econômicos, ambientais e culturais, terminam por inviabilizar o próprio turismo no município, conforme ilustrado no trecho de um dos entrevistados, a seguir:

Eu acho que... se eu for falar em tudo, Magé, Vila Inhomirim, eu acho que, antes de qualquer coisa, os locais turísticos, eles precisam ser preparados primeiro para receber o turista, como aqui. Deveria ter sido 'feito' a remoção de casas para dar acesso do turista à cachoeira, porque a cachoeira 'tá' praticamente toda cercada, e esse acesso tem que ser feito de maneira adequada. A trilha tem que ser preparada, sinalizada. Algumas pessoas têm que ser preparadas para servir de guia. Sem contar com a parte que tem que melhorar a coleta de lixo, que é péssima, a segurança, a organização na época de verão aqui, essa cachoeira fica tão cheia de gente que os carros são colocados em qualquer local, poucos vão para o estacionamento. A rua fica tomada de carros (Interlocutor A4).

Essa é uma visão compartilhada também por outros mageenses, conforme ilustrado no seguinte depoimento:

Com a localidade, a sustentabilidade, com seriedade, com sustentabilidade, com informação, com aprendizado, e fundamentalmente, com sensibilização da localidade, porque o turista ele vem e vai, a localidade fica. Os governantes precisam cuidar da cidade, se sensibilizarem com a questão da poluição, da segurança, da ordem, porque se a localidade se sensibilizar com o fato, com o cuidado da cidade, com certeza ela vai fazer com que a localidade melhore para chamar a atenção do turismo, pra que esse turismo seja constante. Eu acho que é mais ou menos por aí, entendeu? (...) Então, eu acho que é mais ou menos, o turismo comunitário, ele vai muito ao encontro da criatividade da comunidade (Interlocutor A2).

A participação local no processo decisório foi também considerada como uma das condições essenciais para o desenvolvimento turístico de Magé. Além disso a parceria e o fomento à integração das três esferas do governo foram colocadas em destaque, nas entrevistas, assim como a necessidade de apoio das instituições federais para as iniciativas locais, como ilustrado, a seguir:

Que esse desenvolvimento fosse feito com a comunidade, um turismo que trouxesse benefícios diretos para os seus atores, no caso, a comunidade e o meio ambiente, tá? E teria que trazer benefícios para esses dois atores com cuidado com a segurança, saúde, com a natureza do lugar e tivesse apoio do *Ministério do Turismo*, do *Ministério do Meio Ambiente*, do próprio *IPHAN*, que poderia trazer projetos para cá e que poderia fomentar essa parceria. O nosso potencial histórico é muito forte e, quando você associa esse potencial histórico ao meio ambiente, isso é um fator muito rico para o turismo, o fator histórico e ambiental são dois fatores que potencializam muito a possibilidade de sucesso de qualquer projeto de turismo. Assim, eu gostaria que esses projetos viessem para a comunidade com esse sentido (Interlocutor A5).

Entretanto, muitos entrevistados concordam que parece existir ainda, por parte de alguns mageenses, um certo desinteresse e/ou desconhecimento sobre as potencialidades turísticas do município e sobre a riqueza histórico-cultural e natural de Magé:

A inserção deles (moradores) no projeto... a história mesmo da comunidade, dos valores, do potencial turístico e ecológico. A partir do momento que eles tomarem conhecimento disso e das intenções dos projetos, para que o morador possa explicar a sua história, ele precisa conhecer a história da comunidade onde mora (Interlocutor A5).

Essa é uma opinião compartilhada também por outros entrevistados, como pode ser apreendido no depoimento, a seguir,

O povo ainda é meio arredio. ‘Tá’ todo mundo aí em volta, mas ninguém se interessa. Eu sou curiosa e gosto de ter conhecimento. Falta conhecimento. Não é porque você parou de estudar que você não possa chegar no último grau que você possa querer estar. Então é isso que falta nas pessoas: você querer. Eu quero, eu vim, e nunca imaginei que eu pudesse estar aqui agora, mas eu não desanimei. Eu vou até o fim, eu vou até onde eu puder ir com vocês (Interlocutora A3).

Além da falta de conhecimento e/ou de interesse sobre a história e a natureza local, um problema reconhecido pelos entrevistados seria a necessidade não apenas de difundir para a população local a potencialidade turística e a importância histórica da região mas também convidá-la a conhecer e valorizar o ambiente em que vive:

Acho que elas precisam aprender que elas são capazes de fazer, enxergar as belezas daqui, valorizar mesmo, mas não tem quem contribua com direção, com o aprendizado (...), talvez falte liderança... (Interlocutor A2)

A valorização da cultura local e a conservação da natureza são também algumas das premissas centrais do *Turismo de Base Comunitária*, conforme discutidos por autores como Araújo e Gelbcke (2008) e Bursztyn *et al.* (2009), entre outros. Essas premissas estão condicionadas pelo protagonismo local, mencionado também pelos entrevistados como essencial para o implemento de iniciativas de *Turismo de Base Comunitária* em Magé, na articulação entre natureza e cultura.

Outro elemento reconhecido como condicionante para o desenvolvimento do turismo no município diz respeito à divulgação de Magé para os demais municípios do Estado do Rio de Janeiro. Para os mageenses que já trabalham, de alguma maneira, com o turismo, a falta de

divulgação sobre as potencialidades locais dificulta a vinda de novos visitantes e a consolidação do turismo:

A divulgação, pois não existe divulgação do turismo em Magé. Tem que ter a mídia, é fundamental a mídia para informar o que Magé possui e os moradores podem ajudar nisso também. Mas para que isso aconteça, é preciso 'tá' preparado para que o turista chegue, ter segurança, organizar a cidade, o turismo na cidade para atrair mais visitantes (Interlocutor A4).

Em síntese, os depoimentos anteriores ressaltaram, fundamentalmente, a importância da participação dos moradores de Magé no planejamento e na execução de propostas que beneficiem diretamente e indiretamente a gestão cultural e natural na localidade. Entretanto, esses atores sugerem, também, uma maior atenção do poder público com relação aos principais problemas enfrentados, atualmente, no município como a questão da segurança e o ordenamento público, que terminam por impactar negativamente diversos setores da economia, entre esses, o turismo. Ao mesmo tempo, alguns entrevistados destacam problemas relacionados ao excesso de burocracia da gestão pública, o que dificulta o êxito de ações no sentido de sanar e/ou mitigar esses problemas. A falta de interesse de uma grande parcela dos mageenses na resolução dos problemas locais é também mencionada como um obstáculo a ser transposto,

Eu, por ser guia de turismo, já entendo por parte da gestão pública, muita burocracia, em termos de governo, na gestão de um para outro, as coisas mudam muito. Se você não é amigo, não é conhecido de um dos tais da política... partidária, você não tem como ter acesso à política pública e... Contudo, um outro fator também que é terrível trabalhar dentro do próprio turismo é você fazer um máximo de esforço para mostrar para o próprio cidadão o valor que ele tem e tirar o pragmatismo que eles têm em relação que aqui nunca vai crescer, que sempre foi assim e assim vai continuar. É difícil trabalhar com pessoas que estão pensando de forma negativa. Eu procuro sempre ter o olhar positivo, sem falar na falta de diálogo entre os governantes e a comunidade, entre os moradores... (Interlocutor A6)

O depoimento anterior ilustra complementarmente alguns outros problemas mencionados também por uma boa parcela dos entrevistados e impressões durante as conversas informais realizadas durante a pesquisa de campo. O primeiro desses problemas se refere à burocracia da gestão pública municipal, que inviabiliza parcerias e ações governamentais para o desenvolvimento do turismo municipal. Destaca-se ainda a carência e/ou ausência do diálogo entre os atores estratégicos, o que, por si só, inibe a promoção do turismo local. E, enfatiza-se, complementarmente, a urgência em se abordar esses temas com

maior investimento, na tentativa de desburocratizar e dinamizar o processo de gestão do turismo no município, notadamente, no plano intersetorial. Esse movimento poderia resultar em condições mínimas para o diálogo, entre os atores estratégicos locais, e, conseqüentemente, para se canalizar recursos prioritários para o desenvolvimento do turismo, bem como do município como um todo.

De acordo com os entrevistados, alguns dos recursos disponíveis poderiam ser investidos em publicidade (através de iniciativas da gestão pública), em capacitação profissional dos moradores que trabalham ou que desejem trabalhar com o turismo em Magé, em apoio e ao empoderamento das instituições não governamentais locais, essenciais quando se vislumbra o desenvolvimento turístico em toda a região, segundo expresso no depoimento, a seguir:

Vamos pensar em relação a um futuro imediato e que pode ser feito amanhã... O apoio das instituições não governamentais da comunidade em relação aos seus projetos. Essas instituições, elas visam esses... esse fortalecimento do turismo, essa fomentação do turismo ecológico e cultural da nossa região, mas eles ficam limitados por não terem recursos (Interlocutor A5).

Mas, a participação efetiva do poder público no processo é reconhecida como necessária para que a cultura (e, conseqüentemente, o turismo) se desenvolva na localidade, como é também ilustrado no depoimento seguinte:

Essa oportunidade dos órgãos públicos e de vocês chegando agora de também estar oferecendo à gente essa oportunidade que 'tá' sendo superbacana e de mostrar outros meios de várias coisas que eu não tinha noção (...) Hoje, pra mim, eu jamais ia pensar na vida de estar sendo entrevistada. É um passo muito grande, é uma oportunidade maravilhosa de ficar guardada na história, a história do turismo na minha vida! Você é um turista, você 'tá' chegando pra mim e eu 'tô' aqui pra você, na minha localidade, então são essas coisas. A gente poder fazer essa integração, e outras pessoas que possam participar, os empresários, o governo. E mesmo com a crise, não é por causa dela que a gente não pode dar um pulinho ali, respirar um ar novo (Interlocutora A3).

Essa opinião é também compartilhada por outros moradores de Magé que ressaltam a importância de uma maior participação da gestão pública local nas estratégias dirigidas ao turismo municipal, como pode ser observado a seguir:

O importante mesmo é atenção do poder público ao turismo local. Tendo a participação deles e eles trazendo oficinas na área de turismo, fazendo um preparo dos locais de visitação, preparando esses locais para receber o turista e, depois disso, a divulgação de toda essa parte turística é o que precisa ser feito (Interlocutor A4).

A necessidade de divulgação dos atrativos turísticos de Magé também foi mencionada por alguns entrevistados que entendem ser essa uma condição fundamental para o turismo no município:

Divulgação. (...) Acho que precisa chegar pessoas. Eu acho que não precisa ser quantidade, mas se tiver um ritmo de pessoas vindo sempre, vai melhorar. Se vem umas pessoas com regularidade, a gente vai tentar comportar, e se ficar acessível pra elas, vai ficar também pra outras pessoas (Interlocutora A7).

Ainda segundo a mesma interlocutora da pesquisa, o desenvolvimento turístico deverá ocorrer paralelamente ao crescimento da demanda turística naquela localidade. Isso porque “ninguém vai ficar dando murro em ponta de faca. Até porque a nossa classe social é menos provida, a gente não é rico” (Interlocutora A7). E para tal, ainda segundo um dos entrevistados, seria importante a parceria entre todos os envolvidos, principalmente com o poder público local:

O que falta é comunicação dos órgãos públicos, porque eles não trazem nada. Divulgação, publicidade. É igual... eu ‘tava’ falando, o pessoal passa aqui e me pergunta assim: “qual período que eu vou atravessar daqui pra lá?”, e eu respondo “não sei”. Porque se eu tiver um cartaz daqui, um mapa dentro do meu trabalho, ou até aqui eu vou estar dando informação, divulgação, publicidade, até na internet, ter um espaço que tenha acesso, pra que as pessoas possam vir ver, às vezes tá sem celular e um lugar pra ligar. O carro quebrou... aí um lugar de apoio no geral. Então o turismo aqui eu acho muito pobre, ele é muito pobre. E não só em Raiz da Serra. É no município de Magé, porque eu não vejo. (...) Então acho que é o que falta (Interlocutora A3).

Da mesma maneira, o turismo naquela região precisa ser melhor divulgado para que possa se consolidar, no futuro, conforme a opinião de um dos entrevistados da pesquisa:

Pra que o turismo se desenvolva dentro da minha comunidade, levando em consideração a situação característica do município, o que vai fazer o turismo alavancar dentro da comunidade... e num período longo, não, num período rápido, é... você qualificar a comunidade com informações em

relação ao potencial turístico da comunidade. A nossa comunidade não conhece a nossa história. A nossa comunidade não conhece o nosso ambiente. E a nossa comunidade não tem a visão de que isso pode ser explorado de maneira econômica e conservacionista. Então acredito que a partir do momento que conseguirmos o trabalho de divulgação, de conhecimento de possibilidade dentro da comunidade, acredito que o turismo irá se desenvolver até mesmo sem a ajuda do governo. É claro que nós teremos que contar... o empoderamento das informações, o empoderamento da divulgação e da comunidade é que vão fazer com que o turismo decole (Interlocutor A5).

A leitura dos depoimentos anteriores indica que há ainda muito a ser realizado para que o turismo no município de Magé se torne uma realidade. E, a ausência do poder público é um dos motivos principais que dificulta esse movimento. Assim, algumas propostas são mencionadas no intuito de se buscar promover o turismo na localidade. Entre essas, se menciona a necessidade de divulgação da história e da cultura local para sua valorização, conforme expressa o depoimento da interlocutora, a seguir:

O conhecimento dentro da própria comunidade é um trabalho de conscientização de corpo a corpo, boca a boca. É uma visita a uma igreja hoje, a visita a uma escola amanhã, a visita a um grupo familiar grande. Então você vai naquele núcleo familiar, bate um papo a respeito do que 'tá' acontecendo, de um projeto que 'tá' chegando, que vai ter. Então essa ferramenta é a mais eficaz que pode ser usada dentro da região, da comunidade para que se obtenha um resultado bem positivo, no sentido bem próximo. A ferramenta do agente comunitário, empoderado do conhecimento para ser compartilhado para a comunidade (Interlocutora A8).

A mesma opinião é ainda compartilhada por outros moradores de Magé. Segundo um dos entrevistados, além da importância de se (re)descobrir a história e a cultura local, é fundamental que se invista em pesquisas na região com o objetivo de resgatar e tornar público todo este conhecimento. Alguns entrevistados mencionaram, também, a necessidade de elaboração de projetos que valorizem os bens culturais do município. Assim, investimentos poderiam ser atraídos para a região, e que poderia também contribuir para o resgate das identidades locais, conforme a narrativa do entrevistado a seguir:

E que 'tá' me trazendo, assim, resgatando em mim uma coisa que hoje (...) 'tá' me trazendo, assim, um modo de pensar e querer aumentar a possibilidade de as pessoas quererem pensar melhor pelo local, quererem mudar a vida, quererem ser mais do que um grão de areia. Não só na parte financeira, porque ajuda também a localidade, mas também a questão do conhecimento (Interlocutora A3).

A preocupação com as identidades locais e a preservação dos valores de origem dos mageenses, na salvaguarda do desenvolvimento econômico, pode ser também observado no depoimento, a seguir:

Quando você começa a fazer turismo dentro da sua comunidade, você “desmarginaliza” a sua comunidade. Porque as pessoas veem o pobre à margem da miséria, o favelado, esse tipo de visão assim. Então, quando você chega numa comunidade e que as pessoas estão acostumadas a ver que só tem pobre, mas é aquele pobre que faz uma compota, um excelente doce, faz um bordado, faz uma excelente comida, um queijo, sabe? A hospitalidade... Com o turismo, você contribui para a valorização das pessoas. Você faz com que pessoas valorizem pessoas, entendeu? (...) Quando escrevo um projeto, os meus projetos são uma construção compartilhada em soluções locais. A gente junta com as pessoas da comunidade para ver qual é o seu problema, porque nem todo problema de uma comunidade é o da outra, com certeza. Então é mais ou menos por aí (Interlocutor A2).

Assim, espera-se despertar o interesse sobre a localidade onde se vive e, possivelmente, a valorização da história e da cultura local, conforme o depoimento a seguir:

O conhecimento. O povo daqui não tem conhecimento nenhum do que se tem aqui. O povo mageense não conhece nada disso. Esse conhecimento pode começar dentro das escolas, mas não só falar e continuar distante, falar e levar para conhecer de perto, além de desenvolver pesquisas nessas áreas. Mas essas pesquisas precisam ser feitas por moradores, assim como trazer grandes universidades, mas também é importante que os moradores façam juntos essas pesquisas (Interlocutor A16).

No âmbito específico de ações para a proteção da natureza, ao serem questionados sobre o que seria importante com relação a esse objetivo, uma parcela considerável dos entrevistados respondeu reafirmando a importância do conhecimento e de ações para a conservação da biodiversidade, não apenas para o turista, mas principalmente para a própria população local:

É você ter o conhecimento, a sensibilidade de ver que você depende dela tão quanto ela depende de você. Porque as pessoas acham que... eu vejo assim, preservar o meio ambiente pra mim é preservar a vida, porque se você adocece, você não tem como cuidar do meio ambiente. E se você ‘tá’ entre um meio ambiente adoecido, com certeza você vai adoecer também. (...) E quando o ser humano se conscientizar, se conscientizar, porque aí é um ser humano consciente. A gente tenta sensibilizar e as pessoas se conscientizam. Quando o ser humano se conscientizar de que ele precisa do meio ambiente para sua própria vivência, talvez ele consiga pensar de uma forma diferente. Acho muito assim: pra preservar, as pessoas têm que se conscientizar da vontade de fazer a coisa acontecer em prol de si mesmo (Interlocutor A2).

Essa necessidade de se reconhecer, conhecer a história, a natureza e a cultura da região pode também ser percebida na narrativa de outros entrevistados, como o exemplo, a seguir:

É o conhecimento. Ele é sempre o mais importante. Conhecendo, você preserva. Utilizaremos os instrumentos como a educação, a escola, alguns trabalhos com as comunidades. E esses trabalhos não podem só ser teóricos (Interlocutor A9).

De acordo esse depoimento, a educação dentro e fora da escola pode contribuir para a aquisição do conhecimento e, para a valorização do patrimônio natural e cultural de Magé e região do entorno. Além disso, pode contribuir para a formação do cidadão e a melhoria da qualidade de vida no próprio município, conforme o relato, a seguir:

A educação. Porque se eu chegar na sua casa, eu tenho que observar o que você faz na sua casa. Eu não vou chegar com sapato todo sujo de lama e entrar na sua casa adentro, eu vou deixar ele na porta e vou entrar descalça na sua casa, se você tiver um chinelinho de dedo e me oferecer eu vou usar, se não, da mesma forma. Então a conscientização tem que ser do ser humano, se não ‘vim’ de mim, se não ‘vim’ de você, como que eu vou conseguir limpar e deixar as coisas organizadas? Principalmente aqui os moradores, a gente tem que ser mais um pelo outro, falar: “poxa, não joga lixo aí” e a pessoa não ficar com raiva. Pode não te atrapalhar hoje, mas pode atrapalhar amanhã. Por causa do lixo ali (no início do trajeto para o Caminho do Ouro), eu tive dengue, eles tiveram Zika, então é ter essa consciência (Interlocutora A3).

Ainda considerando a temática da educação como uma das recomendações essenciais para o desenvolvimento de iniciativas de *Turismo de Base Comunitária*, em Magé, buscou-se investigar na pesquisa como a academia poderia contribuir para o êxito de iniciativas turísticas principalmente nos *Caminhos da Serra do Mar*. Segundo todos os entrevistados, a academia tem muito a contribuir para o sucesso do TBC em Magé, conforme pode ser exemplificado no depoimento a seguir:

Eu vejo da seguinte forma (...) é muito mais fácil você detectar um problema fora dele do que dentro dele. Aí a universidade pode contribuir? Pode. Pouco? Mais ou menos? Muito? Pode contribuir muito, porque você tem um olhar externo. É muito mais fácil você ver as dificuldades do entorno do que quem ‘tá’ dentro dele. É como você salvar um afogado. Ele ‘tá’ ali desesperado porque ‘tá’ morrendo, mas se você é o salva-vidas, você sabe como chegar, como abordar. Então tem essa visibilidade, tem essa vivência, então eu acho que (...) vocês estão em um conjunto voltado numa mesma direção. (...) Então vocês precisam ver o problema, a questão, o isso, o

aquilo, e fazer um mix daquilo tudo e dizer que: “olha, gente, eu acho que se nós fizermos assim, assim e assim, a gente vai conseguir chegar aqui”. Então, acho que as universidades, as faculdades, entendeu, contribuem muito com essa contextualidade (Interlocutor A2).

Para um dos entrevistados, as pesquisas poderão trazer resultados importantes para o desenvolvimento turístico da região, seja com relação às questões culturais como ambientais:

Trazendo para gente esse conhecimento, nos ajudando nisso, pesquisando em tudo isso (...) tanto na parte histórica quanto na parte ambiental, que não recebe nenhum estudo de pesquisa, até mesmo sobre algumas espécies como o mico-leão-dourado, que, oficialmente, não existe em Magé, mas que nós vemos aqui (Interlocutor A9).

As opiniões transcritas ilustram o papel da academia enquanto ator também estratégico para o desenvolvimento de pesquisas em apoio às iniciativas de *Turismo de Base Comunitária* em Magé. E, o intercâmbio de conhecimentos entre a academia e os moradores pode gerar benefício para ambas as partes envolvidas:

O ator universidade pode ajudar... Na verdade, não vai ser a universidade que vai ajudar a comunidade. Na verdade, o que vai acontecer, na realidade, é que vai existir uma troca de conhecimentos, de culturas, de informações, uma troca onde as duas partes vão ser beneficiadas. Acredito que, na parte de informação... da qualificação para a comunidade, meios de pesquisa, meios de você ter... material informativo ao seu alcance para que você possa buscar mais conhecimento, tanto em relação à história da comunidade quanto ao meio ambiente... Eu acho que é o papel que vai fazer muita diferença é esse. Empoderar mais o conhecimento, os atores da comunidade (Interlocutor A5).

Dessa forma, além de poder contribuir para o desenvolvimento dessas iniciativas turísticas, pesquisadores e estudantes das universidades podem também adquirir novos conhecimentos a partir da dinâmica e do conhecimento local e desenvolver novas habilidades e competências para a concepção e implementação de projetos futuros.

Para além da relação com a academia, um outro aspecto do cotidiano do município foi investigado durante a pesquisa de campo, trata-se da identificação dos atores estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Magé. Nesse caso, foi mencionado, mais uma vez, quase que por unanimidade, o morador local como principal ator para iniciar o movimento dirigido ao TBC:

Primeiramente a própria comunidade, porque eu acho que é da comunidade que você vai conseguir criar alguma coisa que se torne um atrativo, (...) como às vezes o pessoal fala “minhoca da terra”, é com a liderança comunitária, é com ‘o’ caiçara... é juntar esse povo, é juntar essa tribo, e ver o que ela sabe desenvolver, entendeu, pra poder você divulgar. Eu acho mais ou menos assim (Interlocutor A2).

Da mesma maneira, para a entrevistada a seguir, o mageense seria o ator mais indicado para o desenvolvimento do turismo municipal, em bases sustentáveis. E, para tal, é importante desenvolver um interesse coletivo para tal direcionamento, conforme ilustrado no depoimento, a seguir:

Olha, eu acho que tem que ser a pessoa que quer essa mudança no local, que pense pelo coletivo. Eu não estou me candidatando, mas eu me sinto uma delas, porque eu adoro viajar, eu gosto de respirar novos, eu gosto de ver coisas novas, eu gosto de chegar em cidade que seja de interior ou que seja cidade grande e esteja tudo limpinho e receba muito bem, então, acho que as pessoas, mesmo aqui da localidade que não estejam fazendo nada e que possam se abrir a essa oportunidade. (...) E se tiver uma pessoa específica que ela tenha o amor pela localidade, não um amor por ser absoluto do tipo “eu fui a escolhida”, não, eu tenho que ser a escolhida e eu tenho que amar mesmo o que eu faço. Eu gosto do turismo? Então não é só pra ‘mim’ ter nome e só pelo nome, porque “eu quero, eu sou, eu sou o máximo e eu sei tudo da região”, não, eu quero porque eu amo, porque eu sou raiz e eu quero ver isso aqui crescer, isso aqui melhor, pros meus, pros seus e pros outros que vão chegar (Interlocutora A14).

Além da participação dos mageenses para o desenvolvimento do turismo no município, um outro entrevistado menciona ser importante também a formação de parcerias entre os diversos atores estratégicos, como o poder público e a iniciativa privada para o desenvolvimento do turismo no município, conforme mencionado no depoimento, a seguir:

Nós moradores, o poder público, de repente algumas empresas convidadas para poder patrocinar para ter o dinheiro dessas empresas. Empresas, segurança e a parte também de saúde... ambulância, alguma coisa assim que tem que ficar disponível (Interlocutor A4).

Com isso, reforça-se o anseio dos entrevistados de formar parcerias, intensificar a participação local, o resgate e a valorização da cultura local e da conservação ambiental. Esses anseios estariam em conformidade com as premissas centrais do *Turismo de Base Comunitária*, e que foram mencionados no corpo teórico dessa tese.

Essa demanda pela participação local, nos processos decisórios envolve ainda a percepção dos moradores do município enquanto empreendedores, que trabalham ou podem trabalhar nas mais diversas atividades relacionadas à hospedagem, alimentação, condução de turistas, entre outras atividades como pode ser observado no depoimento, a seguir:

Já estou aí! (Risos) Eu tenho um ponto bom na subidinha aqui que o pessoal faz a caminhada, né? Então é divulgar essa parte que eu fico muito preocupada em dia de sol, pessoal às vezes não vem com a roupa adequada, não vem com calçado adequado e aqui, por ser mato, pode ter cobra, então eu gostaria de ter panfletos, ter um mapa, as sacolinhas de lixo, um lugar pra parte de internet, celular, eu gostaria de participar nessa parte assim, fazer uma integração mesmo, pois eu acho que me ajudaria e ajudaria as pessoas, né? Eu acho legal. Por exemplo, você veio e ‘tá’ querendo ligar seu telefone e você não pode, de repente você ‘tá’ esperando um amigo que ‘tá’ vindo pra poder subir, aí você pode ‘vim’ na internet e falar com ele. E fazer parte desse movimento, de repente fazer faculdade de turismo, né? (Interlocutora A3).

Além do interesse em trabalhar com o turismo, há também o desejo expresso de qualificação para se qualificar profissional. Assim, espera-se ampliar a capacidade de se receber melhor o turista que visitará o município, conforme observado no depoimento seguinte:

Gostaria, sim, que venha a usar pessoas da localidade, que não traga gente de fora, a não ser, é claro, o palestrante, o técnico que venha para poder trazer conhecimento. Um projeto para capacitação, mas também organização para resolver tudo isso. Organizar o morador, preparar, conscientizar, preparar a área do morador. Infelizmente muitas das coisas que os moradores fazem é por falta de conhecimento. Não se pensar em megaprojetos, gastar fortunas, nada disso. Alguma coisa que venha a organizar o turismo já faria uma diferença e grande (Interlocutor A4).

Além do desejo expresso para se trabalhar com o turismo no município, os depoimentos obtidos na pesquisa traduzem ainda observa-se a preocupação em garantir que, cada vez mais, a população local venha a se beneficiar com o turismo no município. Mas, muito além da expectativa de geração de renda e emprego, esse movimento pode influenciar de alguma maneira ações dirigidas ao resgate das identidades locais, o que por sua vez, tende a influenciar a consolidação do sentimento de pertencimento, fazendo com que mais moradores venham a permanecer no próprio município, segundo argumento também defendido por Choi e Sirakaya (2006), Hasan e Islam (2015). Além disso, a participação

efetiva da população nas ações dirigidas ao TBC constitui uma das premissas para que ocorra o sucesso desses projetos.

Ainda com relação ao desenvolvimento do turismo em Magé, buscou-se investigar, complementarmente na pesquisa de campo, qual o perfil desejado do turista, uma reflexão importante a ser considerada no planejamento do turismo local, em bases sustentáveis. Isso porque, ao conhecer esse turista que irá visitar (ou que já visita o município), considerando suas expectativas e motivações, amplia-se a possibilidade de êxito do turismo no município, no direcionamento de ações voltadas ao perfil de turista que se pretende atingir.

Nesse contexto, a partir da análise das entrevistas, parece claro que o ecoturista demonstra ser o perfil do ecoturista os entrevistados, conforme ilustrado em um dos depoimentos:

O turista que eu gostaria que viesse a minha localidade, ou do entorno, é o turista consciente, que realmente vem fazer turismo, porque ‘existe’ turistas e turistas. O que ‘é’ turistas e turistas? Existe o turista que vem pra fazer turismo, contemplar a natureza, saborear das belezas cênicas... e existe o turista baderneiro, existe o turista anarquista, existe turista predador. Não é esse turista que eu quero na minha comunidade nem no entorno, entendeu? Às vezes, quando você vê aí proibição de entrar um ônibus em determinados locais, cachoeiras, praias, por quê? Porque ali vem um ônibus com 50 pessoas. Infelizmente tem 5 pessoas no meio daquelas cinquenta ali que vandaliza tudo, e aí acaba o quê? Quarenta e cinco pagando o pato. Esse tipo de gente eu não quero, entendeu? Não, porque nós vemos 10 cabeças aí, mas os caras são o capeta, mas vai pagar direitinho. Mas o que que adianta pagar direitinho e, quando eles forem embora, as coisas ficarem ‘tudo depredado’? Aí, daquele dinheiro que eles me pagaram, vou ter que reconstituir tudo aquilo que eles... então isso pra mim, isso não me vale, entendeu? Isso não me vale. Vale aquele turista que vem humildemente, simplesmente, dizendo: “olha não tenho muito, tenho pouco, mas quero contribuir, quero ajudar a preservar, eu quero voltar aqui amanhã”, então é esse tipo de turista que eu quero. É o turista conservacionista, um turista que seja preservador (Interlocutor A2).

É importante destacar ainda que alguns entrevistados frisaram que, independentemente do perfil/tipo de turista que gostariam de receber em sua localidade, o mais importante seria que os turistas contribuíssem direta e/ou indiretamente para a conservação da biodiversidade do município e respeitem o modo de vida local:

Olha só, eu acho que, acontece muitas vezes que a gente diz que queremos que venha o turista que tem dinheiro. Mas é preciso se pensar que o turista que não tem dinheiro termina ficando sem lugar. Acho que cachoeira é um lugar que pode vir qualquer turista. Aqui não é o caso de cobrar taxa de entrada, mas eu acho que tem que ter uma guarita para controlar a entrada e

informar o que pode entrar e o que não pode entrar, como caixa de cerveja, de repente dá uma sacola para trazer o lixo de volta, algum panfleto, alguma informação para se ter um controle dessa forma. E alguém circulando dentro da cachoeira e, qualquer coisa que ele veja que é inadequada, ele tem que chamar a pessoa e tentar resolver. Caso necessário, tem que ter uma polícia para que seja resolvido de imediato. Então, eu acho que qualquer turista é bem-vindo (Interlocutor A4).

Com base nos depoimentos obtidos, todos os visitantes deveriam ter livre acesso ao município de Magé, podendo usufruir do patrimônio natural e cultural nessa localidade. Mas, para isso, turistas e visitantes precisam respeitar e conservar esse patrimônio. Como consequência, o planejamento do turismo deveria apoiar ações para a proteção do patrimônio natural e cultural da região. Dessa forma, visitantes e locais poderiam visitar os atrativos do município sem oferecer riscos nem para esses espaços nem para a segurança dos usuários.

Em complementação ao perfil de visitantes, o último ponto abordado na pesquisa de campo discorreu sobre a mensagem que os mageenses gostariam de compartilhar com o visitante/turista. E, nesse sentido, houve unanimidade nas respostas obtidas: “Sejam bem-vindos!” ou ainda: “nos ajudem a preservar, pois isso também é seu e divirtam-se. Acho que é bem simples” (Interlocutor A4).

E assim, por todas as informações obtidas na pesquisa de campo, parece evidente a necessidade de se investir em projetos e pesquisas que identifiquem e avaliem o perfil e o número de visitantes, a capacidade de suporte de carga dos principais atrativos turísticos para que essa destinação continue a receber visitantes, sem que sejam alteradas as características socioculturais e ambientais do município. Com isso, tendem a ser potencializadas as chances de desenvolvimento do turismo nesse município, em bases sustentáveis, e sem o risco de degradação do patrimônio natural e cultural, nos *Caminhos da Serra do Mar*.

Com isso, a partir da leitura dos depoimentos, o turismo em Magé é entendido como fundamental para o desenvolvimento local e sustentável do município e, no caso específico do TBC, esse é interpretado como uma das principais alternativas para a geração de renda, de empoderamento local, além do desenvolvimento cultural, social, político e econômico de Magé.

9.2 O SIGNIFICADO DE TURISMO, NATUREZA E CULTURA PELA PERSPECTIVA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Para a realização dessa etapa metodológica, foram realizadas entrevistas com os interlocutores institucionais da *Secretaria Municipal de Esporte, Turismo, Lazer e Terceira Idade*, da *Secretaria Municipal de Educação e Cultura* e da *Secretaria Municipal de Meio Ambiente* de Magé. Essas entrevistas estão contempladas em três blocos pelos quais pretende-se interpretar os diversos significados de turismo, natureza e cultura que orientam os discursos da gestão pública municipal. Além disso, busca-se também diagnosticar o contexto do turismo, da proteção da natureza e da cultura no município de Magé para que se possa pensar o TBC nos *Caminhos da Serra do Mar*.

9.2.1 A leitura do turismo, natureza e cultura pela perspectiva da Secretaria Municipal de Turismo

O roteiro de entrevista dirigido ao interlocutor institucional da *Secretaria de Esporte, Turismo, Lazer e Terceira Idade* de Magé encontra-se disponibilizado no Apêndice D e se baseou em quatro eixos principais de análise. Foram eles:

- a) A leitura dos significados atribuídos ao turismo, à natureza e à cultura pela perspectiva do secretário de turismo de Magé;
- b) Avaliando o contexto atual do turismo no município de Magé;
- c) Projetando o TBC no município;
- d) Identificando possíveis interfaces entre as políticas públicas setoriais de turismo, proteção da natureza e cultura em Magé.

- a) A leitura dos significados atribuídos ao turismo, à natureza e à cultura pela perspectiva do secretário de turismo de Magé

No sentido de responder aos objetivos propostos, inicialmente, foi realizada entrevista com o secretário da *Secretaria de Esporte, Turismo, Lazer e Terceira Idade de Magé* para interpretar como o turismo vem sendo compreendido pela gestão pública municipal. Segundo o interlocutor institucional, o turismo vem sendo interpretado como uma

via fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de Magé. Dessa forma, sendo esse entendido como,

um instrumento de fundamental importância, não só para o município mas para os munícipes e para as pessoas que visitam no sentido de poder aproveitar no âmbito do turismo natural, cultural, religioso...e, de ruínas. O turismo é uma parte que agrega conhecimentos, desperta a curiosidade e também, de uma forma geral, envolve e... a sociedade com o crescimento social e econômico (Interlocutor B1).

De acordo com a leitura desse depoimento, ressalta-se a importância do turismo como uma via possível para o desenvolvimento socioeconômico de Magé, ressaltando o discurso institucional do atual *Plano Nacional de Turismo 2018/2022* que sinaliza o turismo como um eixo estratégico para o progresso social e econômico do país. Entretanto, de acordo com o esse documento oficial, é necessário ainda avançar em diversas frentes para que esse setor possa, efetivamente, apreender todo o potencial almejado e sair do “gargalo histórico” que se encontra, a julgar pela cronologia histórica das políticas públicas de turismo no país.

Ainda sobre a menção anterior, é interessante destacar que essa “curiosidade” – inspirada na diferença pode ser interpretada como intrínseca ao fenômeno do turismo, de acordo com autores como Santana (2009), Dencker (2004) e Hannerz (1997, 1996, 1992, 1991). Segundo esses autores, essa curiosidade se dá por diversos motivos, como por exemplo, pelas diferenças existentes na geografia de um lugar, no clima, na diversidade natural e cultural de uma determinada localidade. Nesse caso, em especial, sobre a curiosidade despertada pelo patrimônio natural e cultural de Magé.

No que tange ao significado de cultura, o interlocutor menciona ser essa uma dimensão fundamental para o turismo. Para ele, essa relação pode ser ilustrada a partir da história de vida do morador mais ilustre de Magé, o jogador e ídolo do futebol nacional (e internacional), Mané Garrincha, que ainda hoje atrai turistas para visitarem a cidade onde o ídolo nasceu. Outro exemplo mencionado pelo referido interlocutor se refere aos quilombos localizados no município que proporcionam uma experiência turística intensa de viés cultural,

É uma coisa muito cultural aqui... É a visitação dos quilombos, mas pouco tem de divulgação, de mostrar eles, e também melhor falará a secretária de *Educação e Cultura*, a respeito disso, né? Existe a *Fundação Cultural* aqui em Magé e lá você pode obter melhores informações a respeito disso. Eles trabalham em cima da cultura e também do turismo (Interlocutor B1).

Segundo o interlocutor, aqui, a interface entre turismo e cultura se mostra também evidente através da história do *Quilombo Maria Conga*⁹⁴, reconhecido em 2007, pela *Fundação Palmares/Ministério da Cultura*, como uma autêntica comunidade remanescente de quilombo. No entanto, não há ainda estudos que discorram sobre o número de visitantes nesse quilombo. Ao contrário, segundo algumas notícias⁹⁵ publicadas pela imprensa fluminense, esse quilombo e seus moradores vêm resistindo contra o abandono do poder público, uma vez que são notórios os problemas de saneamento básico, segurança, carência de escolas, de saúde pública, entre outros serviços essenciais para essa população tradicional e que poderiam atender, também, o visitante nessa localidade de relevada importância histórico-cultural.

Ainda segundo o interlocutor, uma outra ilustração que reforça (ou reforçaria) a conexão entre turismo e cultura é a *Folia de Reis*⁹⁶, manifestação folclórica, católica, popular e tradicional brasileira muito festejada também em Magé, mas que vem sendo cada vez mais esquecida no município,

Assim, quando não se há incentivo, vai passando a ficar no esquecimento. Vou te dar um outro exemplo que você me fez lembrar aqui e agora. É...que tá um pouco no esquecimento...Eu passei por quatro grupos, no dia da comemoração e aquilo me chamou bastante atenção. São os grupos de Folia de Reis. Piabetá tem três grupos de Folia de Reis que não deixam a tradição de fora de jeito nenhum. Eu tava passando, parei para assistir, conversei com eles a respeito, no dia, e me despertou atenção...é uma pena que a cultura é

⁹⁴ O *Quilombo Maria Conga* faz parte da *Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro* e conta com um centro cultural criado para preservar a história de seus descendentes. Fundado por Maria Conga, reconhecida pela luta da liberdade foi declarada, oficialmente, em 1988, heroína de Magé durante as festividades do centenário da Abolição no Brasil (Fonte: Mapa de Cultura do ERJ, 2018). De acordo com matéria no sítio da Prefeitura de Magé, publicada no dia 11/04/2017, Maria Conga nasceu na África, em 1792, vindo para o Brasil aos oito anos, junto com a família, num navio negreiro. Logo em seguida, foi separada dos pais e acabou vendida para um senhor de engenho, em Salvador, onde recebeu o nome de Maria da Conceição. Até conquistar a liberdade, aos 35 anos, foi vendida outras duas vezes. Quando se tornou livre, fundou um quilombo em Magé para proteger os refugiados (Fonte: <http://mage.rj.gov.br/primeiro-quilombo-da-baixada-comemora-10-anos-de-certificacao/>).

⁹⁵ Ver: <https://extra.globo.com/noticias/rio/unico-quilombo-reconhecido-na-baixada-luta-para-sair-do-esquecimento-3274861.html>; <https://extra.globo.com/noticias/rio/nos-129-anos-da-lei-aurea-quilombo-em-mage-simbolo-de-resistencia-discute-politicas-para-negro-21335559.html>

⁹⁶ Folia de Reis, Reisado ou Festa de Santos Reis é uma manifestação comemorativa da festa religiosa da Epifania do Senhor ou Teofonia, caracterizada por celebrar a Adoração dos Magos ao nascimento de Jesus Cristo. A origem da folia de reis está associada a uma tradição cristã portuguesa e espanhola que foi trazida para o Brasil, provavelmente no século XIX. Segundo Marinho (2015), “a Folia de reis é um ritual que encena a viagem dos Reis Magos em visita ao Menino Jesus recém-nascido. O espetáculo e seus personagens definem a Folia de Reis e mostram a adaptação das passagens bíblicas nas festas e manifestações populares presentes nas culturas mestiças, que combinam elementos variados, gerando novos textos, altamente complexos e criativos” (Ibidem, p. 09).

em outra secretaria mas eu estou disposto a somar valores para levar a secretária [de Cultura] e ter um crescimento sobre isto (Interlocutor B1).

Além da carência de investimento por parte da gestão pública para resgatar valores culturais locais, percebida a partir da leitura dos depoimentos anteriores, uma outra questão, abordada aqui, procurou identificar se alguma manifestação cultural do município foi ou vem sendo afetada, negativamente, pela visitação turística. Neste sentido, de acordo com o interlocutor da *Secretaria de Turismo* de Magé, um dos casos mais notórios na cidade, trata-se da Festa de Sant'Ana, comemoração católica que, em virtude do crescimento no número de participantes, passou a ser reconhecida como um dos maiores eventos artísticos do município,

Então, assim, aqui temos as tradicionais religiosas, Festa de Sant'Ana que aqui, onde você tá, no local aqui, em Pau Grande. É a Festa de Sant'Ana foi uma das maiores festas que o município é...existente...é você vai, vai ficar espantado com o que vou te falar mas é já chegou a ter visitação aqui de 30 mil pessoas por noite! Por noite. O pessoal de Teresópolis, Petrópolis, Duque de Caxias, Itaboraí, Niterói, todos vinham com frequência para esta, esta festa de Santana. Igualmente, para a Festa da Capela, lá em Santo Aleixo. Por um motivo alheio à vontade pública, né, é... houve algum licenciamento de produtos na festa, por exemplo, bebidas alcólicas, então como são festas religiosas, houve uma restrição à época, disso. é...então diminuiu-se muito a visitação em virtude disso. Os eventos que têm shows eles sempre agregam mais, agora passado o tempo, deu uma melhora disso, né? (Interlocutor B1).

O depoimento anterior parece ilustrar como a visitação turística e a carência de planejamento pode contribuir para a descaracterização cultural de algumas festas populares, neste caso, da Festa de Sant'Ana, uma das principais comemorações do calendário religioso e cultural de Magé. No entanto, o discurso institucional parece desconsiderar que o número crescente de participantes e o acréscimo de eventos de cunho artístico possam ter afetado, de fato, essa manifestação cultural-religiosa. Ainda para o interlocutor, por sua vez, o principal enclave nessa ilustração vem sendo a proibição da venda de bebidas alcólicas durante os festejos⁹⁷.

Essa é uma discussão polêmica e não se pretende esgotá-la em si mesma. Isso porque, intrínseco ao processo de turistificação do município, a dimensão cultural vem se constituindo em uma via fundamental para o processo de desenvolvimento do município e

⁹⁷ Vale comentar que a Igreja Católica no Brasil, através da *Confederação Nacional de Bispos do Brasil* (CCBB) orienta a não ingestão e venda de bebidas alcólicas em eventos paroquiais. No entanto, não há uma proibição, exceto quando parte de um bispo, ficando essa proibição no nível diocesano.

suas consequências (desejadas ou não). Com isto, é relevante que as estratégias para a valorização cultural considerem, em planejamento, as necessidades e as limitações do próprio município, notadamente ao que se refere ao patrimônio cultural (e natural) de Magé.

No que se refere ao significado de natureza pela perspectiva da gestão pública, essa foi interpretada, principalmente, como sinônimo de ambiente natural (e de seus fenômenos físicos). Com esse sentido, parece ser possível afirmar que a percepção de natureza é compreendida como “exterior ao homem”, discurso que vem sendo reproduzido ao longo das décadas, mas notadamente no Hemisfério Ocidental, conforme comentado por Capra (2002), Leff (2006) e Martinez (2007), Martínez (2011) entre outros estudiosos que defendem a noção de natureza como uma teia interconexa de relações entre os elementos naturais e o ser humano.

Ainda nesta temática, para o interlocutor, a relação homem-natureza só é percebida quando se refere aos impactos negativos (e predatórios) do turismo no município, principalmente, quando relacionada à visitação nas cachoeiras locais. Durante a estação de verão e as férias escolares, aumenta-se o número de visitantes em busca dos rios e cachoeiras da região e, entre essas, da mais famosa entre moradores e visitantes, a cachoeira Véu da Noiva (ou Cachoeira Grande), em Piabetá (Magé). No entanto, com a carência de infraestrutura e de fiscalização, os problemas vão se acumulando, de acordo com o depoimento, a seguir:

ainda não houve...um procedimento de combater, diretamente, o turismo predatório. Por exemplo, *Véu das Noivas* muitas, muitas é, muitos amantes da preservação ambiental, vão todo final de semana lá, como nós já fizemos campanha para isto, para poder recolher os lixos que deixam nas cachoeiras. A nossa equipe melhor vai falar, o secretário de *Meio Ambiente*, tem ido aos locais para combater exatamente os churrascos que são feitos na beira da cachoeira, é...invasões, construções inadequadas, é...resquícius de alguns pontos de, de, de acampamentos (Interlocutor B1).

Para minimizar alguns desses impactos negativos, principalmente, nas cachoeiras, o interlocutor destaca que há um projeto, coordenado pela prefeitura e que conta com o apoio das secretarias municipais, intitulado *Operação Verão*, que tem como objetivo fiscalizar as principais cachoeiras do município, durante os finais de semana, na alta estação:

Nós temos um projeto que todo ano fica por conta da Secretaria de Turismo que chama-se *Operação Verão* que é onde, efetivamente, é...os turistas

invadem o nosso município, são caravanas, ônibus, vans que vêm para fazer o *day use* (...). Para isso, o município monta uma equipe de trabalho, é que fica durante todo o período de verão, onde são feitos os indicativos, né? Como é que funciona isso? quando vem um ônibus de excursão aqui, ele tem que fazer um cadastramento prévio, que tem uma lei municipal que determina o limite, né? de ônibus para visitarem o município para não ter a dificuldade de movimentação de moradores, onde efetivamente, trabalha a secretaria de *Defesa Civil*, de *Turismo*, de *Segurança*, a *Secretaria de Saúde*, enfim, todas as secretarias se doam um pouco para poder um conjunto que a gente efetivamente, poder é...minimizar os problemas que aparecem durante essas visitas, que realmente é uma invasão do município, uma invasão no bom sentido, de querer aproveitar o que de melhor oferece a natureza no nosso município, porém isso tem consequência nós temos que minimizar o máximo, através de ações que são feitas e de prevenção (...), enfim, nós temos esta prevenção, neste sentido (Interlocutor B1).

Apesar da iniciativa mencionada anteriormente, o próprio interlocutor entende ser essa apenas uma das muitas ações ainda necessárias para minimizar os danos decorrentes do turismo no município. É válido ressaltar, ainda, que algumas dessas cachoeiras estão localizadas no entorno do PARNASO, o que intensifica a necessidade de ações como essa para a conservação do ambiente natural. Isso quando considerado que a conservação da biodiversidade é condição *sine qua non* para o desenvolvimento de iniciativas turísticas, em bases sustentáveis.

No que se refere à implementação de iniciativas de TBC nos *Caminhos da Serra do Mar*, questionou-se qual a relação possível entre turismo, natureza e cultura para o sucesso dessas iniciativas. E, nesse sentido, segundo o interlocutor,

Não há uma, uma coisa separada da outra, exatamente a cultura é que faz o atrativo do turismo. Então, não há como separar esses, esses ícones pra poder ter benefícios próprios, estão sempre em conjunto. Em relação ao turismo com a natureza, bem... a relação... ela é como se fosse unha e carne, tem que tá junto o tempo todo porque conforme esta nossa conversa aqui, a natureza ela propicia exatamente a visitação, a expectativa, né? da pessoa contextualizar aquilo que ela tem ideia que seja. Fora disso ela não tem como separar muito uma coisa da outra (Interlocutor B1).

A leitura do depoimento anterior inspira o debate de que é preciso fomentar o turismo no município em interface com o compromisso de conservação da biodiversidade e valorização da cultural local, conforme proposta amplamente defendida por autores como Baptista e Moreira (2017), Burgos e Mertens (2015), Loureiro e Gorayeb (2013), Irving (2009) e Bartholo (2009), apenas para citar alguns dos autores que discorrem sobre essa temática no país.

Com base nesse primeiro eixo se pretendeu investigar quais os significados de turismo, natureza e cultura que orientam o discurso do interlocutor da *Secretaria de Turismo* de Magé. Em continuidade, a partir do próximo eixo pretende-se investigar o contexto atual do turismo no município de Magé para, posteriormente, identificar, os principais desafios para a implementação de iniciativas de TBC nos *Caminhos da Serra do Mar*.

b) Avaliando o contexto atual do turismo no município de Magé

Nesse segundo eixo pretendeu investigar como a gestão municipal de turismo avalia o turismo em Magé. Além disso, buscou-se identificar qual o perfil dos visitantes, se existem parcerias para o aprimoramento do turismo no município e quais recomendações são necessárias para o desenvolvimento do turismo, no município.

Tendo como base esse direcionamento, inicialmente, foi indagado qual a importância do turismo para os mageenses. Segundo o interlocutor da *Secretaria de Turismo*, o contingente de moradores de Magé que trabalha diretamente e/ou indiretamente com o turismo ainda é bastante reduzido. Atualmente, esse número é composto, aproximadamente, por guias e/ou condutores de turismo e por um contingente ainda menor de empresários que trabalham no setor hoteleiro. No entanto, de acordo com o interlocutor, uma das ações governamentais planejadas pela atual secretaria é, justamente, fomentar o turismo no município para ampliar o número de mageenses que venham a trabalhar com o turismo,

promovendo uma rotatividade de pessoas do município para que isso gere é... um maior rendimento econômico e também propicie é...alavancar o turismo no seu ganho, ou seja, a maioria das pessoas que moram em nosso município, vão para fora do município para poder trabalhar e fazer seus ganhos. A gente quer implementar o turismo aqui exatamente para poder proporcionar oportunidade de trabalho para os moradores do município (Interlocutor B1).

Por sua vez, o referido interlocutor não esclarece, nesse depoimento, como e através de que medidas isso seria possível, comentando apenas ser necessário que a secretaria receba, efetivamente, investimentos financeiros para que se possa desenvolver o turismo no município, a médio e longo prazos. Outras dificuldades também foram listadas pelo interlocutor. Entre elas,

É...hoje nós estamos começando a engatinhar, né? Primeira coisa é a falta de material humano para fazer o trabalho, iniciar o trabalho. Nós começamos com quatro pessoas. Hoje, nós estamos em seis, né. Com a chegada de mais dois estudantes da parte do turismo, nós somos seis agora e seis pessoas é quase nada para um município imenso que é Magé. Magé tá dividido em seis distritos, né? São seis distritos que são como ilhas isoladas, é...o município tem... cada distrito tem uma característica diferente, então a gente precisa de um tempo pra esse levantamento, estruturação, trabalho, é...mapeamento e diretrizes a serem executadas. Então o grande problema, número um, é falta de material humano; segundo, é a estruturação de implementos de verbas para poder fazer aquilo que...é mínimo que se pretende, sinalização é..., pontos de guiamento, né? turístico, é...pontos de apoio pra indicação aos turistas, é material é...de...distribuição para poder as pessoas tomarem conhecimento sobre o que tem no município, estrutura de recepção, que é hotelaria, é...restaurantes, o básico para a gente poder ter uma estrutura, por exemplo, quando você tem uma competição de grande porte, você não tem local para alocar essas pessoas que vem para poder aproveitar este evento. Então...estas são as dificuldades principais que nós temos no município (Interlocutor B1).

Segundo o interlocutor, parte dos problemas atuais do turismo no município é devido a carência de recursos financeiros e, por ventura, de ações que fomentem o turismo, conforme depoimento, a seguir:

Então, como eu disse é...anteriormente à nossa gestão pouco foi trabalhado a pasta do turismo em nosso município. A gente tem hoje... um problema grande que a gente perdeu muito tempo em fazer estruturação para depois a gente ver as necessidades, fazendo a equação e aí sim, começar o trabalho de levantamento. É o que a gente tá fazendo agora. Fazendo primeiro... a primeira etapa que seria a...o levantamento do que se há, do que há no município de, de, de pontos turísticos e... A dificuldade que nós temos em trazer os turistas pra cá, que é um turismo receptivo, como fazer esta adequação e recursos para a gente poder fazer este trabalho (Interlocutor B1).

Assim, a carência de mão-de-obra especializada e de investimento (leia-se recursos financeiros) representam, atualmente, os principais obstáculos enfrentados para o desenvolvimento do turismo em Magé, conforme ressaltado, mais uma vez, no depoimento seguinte:

É o que estamos tentando fazer. É... a gente com pouco recurso, a gente tenta equacionar estas dificuldades é, tendo a boa vontade que é a dedicação de cada um que aqui trabalha para poder conseguir nortear o que a gente pretende...É, na verdade, a gente pretende deixar um legado...no curto prazo a gente não vai conseguir chegar ao nosso objetivo (...). Projetos a gente tem na secretaria, implementações a gente tem, boa vontade e dedicação mas

falta, exatamente, o principal que é a introdução financeira, ou seja, o implemento de orçamento e de investimentos através, que seja através de medidas políticas é... por mediações do governo federal, que a gente chamou de, como chama? O...é....as emendas, as emendas para poder fazer essa, essa, essa obtenção de recurso, seja ela por meio próprio do município através do orçamento que é feito anualmente (Interlocutor B1).

A leitura do depoimento anterior corrobora com a forma pela qual o turismo vem sendo planejado, não só nesse município, em particular, mas também no Brasil, ilustrando um pouco o processo de gestão das políticas setoriais marcado por ações descontínuas, avanços e retrocessos, idas e vindas, conforme enfatizado por Lima e Irving (2018).

Além disso, é válido ainda ressaltar a ausência do poder público no que refere à promoção das atividades e dos serviços mais básicos para o desenvolvimento socioeconômico do município. E assim, percebe-se, claramente, os contrastes entre o discurso teórico, no plano das políticas públicas de turismo, e o que vem sendo, realmente, praticado no âmbito da gestão pública, ou seja, carência de amparo político e econômico para um setor dito essencial para o desenvolvimento social e econômico do país, conforme esclarece Cruz (2017).

Pensando em como transpor alguns desses obstáculos existentes, ainda segundo o interlocutor, seria preciso fomentar parcerias entre guias e condutores de turismo, agências de turismo, empresários do setor hoteleiro que poderiam contribuir para o desenvolvimento do turismo em Magé. Da mesma forma, o interlocutor da *Secretaria de Turismo* menciona a possibilidade de formar parcerias com outras secretarias de turismo de outros municípios fluminenses, com o próprio Estado do Rio de Janeiro e com a União, através do *Ministério do Turismo*.

Quanto ao perfil do turista/visitante, não há informações precisas sobre o número de turistas, de visitantes e de excursionistas⁹⁸ que visitam o município anualmente. De acordo com o entrevistado, o que se percebe é que a maioria desse público é formada por excursionistas, ou seja, visitantes que não pernoitam no município, retornando as suas residências ao final do passeio. Assim, a maioria desses visitantes é oriunda de cidades próximas como Nilópolis, São João de Meriti, Mesquita, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Petrópolis, Teresópolis, Itaboraí, apenas para citar as localidades de origem mais frequentes. Neste sentido e ainda segundo o entrevistado, não importaria a procedência desse visitante,

⁹⁸ De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), excursionistas são todos os visitantes temporários que permaneçam menos de 24 horas no local visitado (incluindo viajantes de cruzeiros marítimos).

mas sim, que ele passe a pernoitar no município, usufruindo dos serviços de hospedagem e demais equipamentos turísticos e de infraestrutura básica encontrados no município. Mesmo esses sendo, ainda, escassos, principalmente em relação aos meios de hospedagem, conforme verificado durante a realização das entrevistas com moradores locais e das conversas informais durante a etapa de pesquisa de campo.

Para melhor atender esses visitantes, principalmente os interessados no turismo de natureza e/ou de aventura, o interlocutor da *Secretaria de Turismo* recomenda que procurem sempre contratar os serviços de profissionais locais, principalmente, dos que estão credenciados no *Cadastur*⁹⁹ pois esses além de conhecerem toda a região, são formados e atendem as exigências mínimas para o pleno exercício da atividade o que, ao menos em tese, minimizaria os danos ao ambiente e a incidência de acidentes,

Antes de poder fazer...um conhecimento da região, a orientação é que nós temos aqui é que faça com um guia turístico que esteja ele credenciado e cadastrado no *Cadastur*. Que seja, que tenha conhecimento da área onde vai e a...gente recomenda também que tome conhecimento do clima...é ...meteorológico. Aqui a *Defesa Civil* informa diariamente, as situações climáticas principalmente para quem vai fazer o turismo de natureza...é ...as cachoeiras, né? por causa das enchentes, das cabeças d'águas, das chuvas, das trompas que...descem e aí então eles têm que ficar atento a isso. Segundo ponto é não entrar em áreas que tenham...é ...algum tipo de conflito...é ...difícilmente as áreas naturais aqui tem essa, esse cerceamento mas a gente indica as áreas que não devem ser adentradas sem o conhecimento prévio (Interlocutor B1).

Essas advertências se dão, notadamente, em virtude dos problemas de segurança pública que os mageenses convivem durante anos, bem como dos moradores da Baixada Fluminense. A questão da segurança pública (e da resultante, sensação de insegurança) representa, no momento atual, um dos principais desafios do município e, certamente, precisa ser considerada nas políticas públicas do município, entre essas, do turismo, em um panorama ideal e futuro para o desenvolvimento do turismo de Magé.

⁹⁹ O *Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do MTur* (Cadastur), executado pelo Ministério do Turismo, é o sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo no Brasil, auxiliando para o monitoramento e fiscalização do setor, sendo também uma fonte de consulta para o turista nacional e internacional que buscam informações sobre serviços turísticos e profissionais, nos 26 estados e no Distrito Federal (MTUR, 2018).

c) Projetando o TBC no município

No eixo de investigação anterior, buscou-se compreender, mesmo que brevemente, o atual contexto do turismo no município de Magé, considerando os principais desafios enfrentados, nos dias atuais, para a implementação do turismo naquela localidade.

A partir desse eixo, serão discutidas algumas projeções potenciais para o desenvolvimento do turismo no município, considerando, em particular, o planejamento de estratégias que visem fomentar a criação e o desenvolvimento das iniciativas de *Turismo de Base Comunitária* nos *Caminhos da Serra do Mar*, em Magé. Para isso, o TBC é compreendido como uma possibilidade futura para a “promoção do turismo no município, em função de toda a riqueza [natural e cultural] mageense”, de acordo com o entrevistado. Para tal, é destacada a necessidade de formação, não apenas dos profissionais do turismo da região mas também da própria equipe da *Secretaria de Turismo*, de acordo com o próximo depoimento:

Então, eu sou réu confesso, não sou formado na área de turismo mas é...me interessei pela área é...procurei estudar sobre o assunto é, sempre que possível estou junto com o pessoal que é dessa área e tenho feito alguns estudos, cursos e...congressos, simpósios, para poder aprender um pouco mais sobre isso, mas juro para você que não é difícil a gente poder fazer uma conjuntura de estrutura para poder aproveitar melhor cada informação, cada novidade, cada desafio é...que a gente possa enfrentar, por exemplo, o grupo aqui nosso faz, a gente procura tá sempre ativo nos congressos, participação de seminários, mesmo fora do Rio de Janeiro. Nós tivemos na Feira Internacional, em Foz de Iguaçu. Deveremos ir este ano novamente para poder fazer exatamente este *workshop* de troca de informações e de ideias para poder trazer para o município (Interlocutor B1).

O depoimento anterior resgata a importância da formação dos profissionais, assim como da necessidade de capacitar e qualificar os profissionais que trabalham com o turismo no município. E, esse pensamento, traduz uma das principais estratégias de atuação expressa no atual PNT 2018/2022. Além disso, espera-se também fortalecer parcerias entre os agentes públicos e privados, conforme já mencionado anteriormente pelo próprio entrevistado.

Ainda nesse eixo e considerando os *Caminhos da Serra do Mar*, foi questionado se no município já existe alguma iniciativa e/ou projeto de turismo local que englobe esse circuito. Segundo o interlocutor, foram realizadas algumas reuniões informais sobre esse tema mas que não existem ainda projetos que abarquem essa proposta,

A gente tem interesse em fazer um implemento dessa junção de ideias também, que é não é novidade, é um implemento novo para o município para poder crescer na área do turismo é...a gente teve no dia do guia de turismo...[...] a gente teve uma capacitação de ideias através dessa troca de informações sobre o que era a fundamentação disso, nós temos interesse sim de fazer um estudo mais aprofundado disso e a ideia em cima disso (Interlocutor B1).

Com base no depoimento anterior, para que o projeto *Caminhos da Serra do Mar* possa vir a existir no município, será preciso o apoio institucional, principalmente, na forma de investimento financeiro e de mão-de-obra qualificada. Mesmo assim, sem o apoio almejado, algumas iniciativas já foram esboçadas, tendo como foco o *Turismo de Base Comunitária*, conforme depoimento a seguir:

A equipe da secretaria de turismo já iniciou algumas atividades nessa direção. Já fizemos contato prévio com a APA de Guapimirim que é aqui próximo, tem estabelecido o contato direto com a *Secretaria de Turismo* e através do nosso diretor de turismo aqui e a equipe, já fizeram a interação de alguns contatos prévios, participação de seminários, estão com cursos em abertos, de turismo comunitário, já fizemos a primeira, a primeira contextualização com um grupo, com os locais, e, lá na *Barbuda*, que é no I Distrito, lá na *Feital*, também no I Distrito... Então estas comunidades estão participando diretamente conosco da, das reuniões e dos cursos da APA Guapimirim para a realização de projetos futuros (Interlocutor B1).

Caso sejam efetivadas, essas ações poderiam contemplar experiências que sugerem, ao menos no plano teórico, a interface entre turismo, natureza e cultura. Esse argumento pode ser ilustrado na citação, a seguir, quando o interlocutor comenta sobre essa interface:

Turismo é natureza e é cultura. Assim, para o nosso município, principalmente, nós fazemos parte da *Baixada Verde* é...o turismo cultural e o de natureza é algo que deve ter uma maior projeção porque...vamos falar da...do Tinguá que tem as cachoeiras bonitas, vamos falar de Xerém, da Taquara, aqui bem próxima. Cachoeiras iguais às de Magé não tem. Assim, ao meu ver, né? É...eu digo pra ti que, nesse turismo ecológico, nós citamos as pessoas que fazem as trilhas para conhecer as nascentes, as cachoeiras, é...ter uma noção do que é diferença da fotografia pra a realidade, tem aí...as equipes que fazem *rapel* na cachoeira, enfim, eu acho que as cachoeiras de Magé são imbatíveis, assim como a cultura do povo daqui (Interlocutor B1).

O depoimento anterior ilustra bem a conexão, mesmo que ainda teórica, entre turismo, natureza e cultura, aqui defendido no campo teórico da tese, fornecendo caminhos

possíveis para que esse diálogo aconteça, realmente, no plano da gestão pública, tema do próximo eixo de análise.

d) Identificando possíveis interfaces entre as políticas públicas setoriais de turismo, proteção da natureza e cultura

Além de investigar possíveis interfaces entre turismo, natureza e cultura, pretende-se também interpretar quais os resultados possíveis e principais desafios para a integração das políticas públicas setoriais de turismo, de proteção da natureza e de cultura no município de Magé.

Neste contexto, inicialmente, procurou-se investigar se há e como se desenvolve, atualmente, a relação entre os representantes das secretarias de turismo, meio ambiente e cultura do município. Segundo o interlocutor,

A minha relação com o secretário do Meio Ambiente é a melhor possível. Aqui a gente tá sempre juntos, hoje mesmo a gente vai se encontrar, a gente vai debater sobre o que nós fizemos até hoje. Ele [o atual secretário de Meio Ambiente de Magé] tem uma gestão com menos tempo e nós temos aqui uma pessoa com vontade, é uma pessoa que entendeu o que o município necessita, na parte ambiental, tá dando é...a sua cara, a sua cara na secretaria, tem boas ideias, tem um planejamento excepcional (...). E eu acho que nosso entrelaçamento foi muito importante e é real. Com a *Secretaria de Cultura*, eu me esforço ao máximo, para poder estar com eles, tentando levar ideias para eles também e estou de braços abertos, aguardando aí, um retorno deles. Mas é uma via de mão e contra mão, só de ida não dá certo (Interlocutor B1).

A leitura do depoimento anterior sinaliza algumas pistas que indicam um caminho possível, mais ainda inicial, para o diálogo entre as três secretarias municipais aqui investigadas. Por sua vez, fornece também outras pistas que apontam o quanto será necessário ainda caminhar para uma provável articulação entre esses três setores e, seguramente, para a execução de ações estratégicas que orientem as diretrizes municipais das políticas públicas de turismo, de proteção da natureza e de cultura. Além disso, é válido ainda comentar que o diálogo, em si, não formaliza uma ação governamental, representando apenas uma etapa inicial para o processo de integração entre esses três setores.

Assim, retomando ao depoimento do interlocutor é possível verificar alguns indícios que podem indicar a complexidade dessa interface, conforme mencionado na declaração seguinte:

A integração é importantíssima, principalmente na parte que agrega multidões, os artesões do município, por exemplo. Nos 91 municípios do Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria... a parte dos artesões fica na *Secretaria de Turismo* e, em Magé, ainda é na *Secretaria de Cultura*. Então, as vezes, os convites, as feiras, as...vamos dizer assim, as investidas dos artesões vêm via secretário de Turismo e eu repasso e, as vezes, quando eu repasso, eles não mandam representante ou deixam de ir ao evento, não comparecem. Eu acho que isso é um prejuízo maior para a categoria dos artesões. Eu faço a minha parte que é repassar as informações. Então a gente trabalha neste sentido. Há uma dificuldade, talvez um *delay*, um “*delayzinho*” de informações aí mas não por nossa culpa. A gente faz a nossa parte (Interlocutor B1).

Parece claro que atingir essa meta não é tarefa simples uma vez que são muitos os desafios, conflitos e pressões envolvidas nas esferas governamentais e que terminam, por fim, dificultando o diálogo intersetorial no município. Da mesma forma, parece ser igualmente correto afirmar que esse é um exercício complexo que não implica apenas na justaposição ou na composição de ações pontuais mas que proporcione, efetivamente, o diálogo entre esses atores estratégicos.

Mesmo assim, o depoimento do interlocutor está em sintonia com o discurso oficial do *Ministério do Turismo* no que tange ao planejamento e à execução de ações intersetoriais. Esse discurso vem sendo, comumente, mencionado no plano das políticas públicas de turismo e, mais recentemente, transpassa pelo texto orientador do atual *Plano Nacional de Turismo 2018/2022*. Assim, considerando esse documento norteador de políticas públicas de turismo nacional, a integração entre essas pastas (e demais entidades em âmbito governamental) é interpretada como imprescindível para o progresso do turismo nas localidades onde esse se desenvolve, como é o caso do município de Magé.

Ainda em relação ao *Ministério do Turismo*, foi questionado como vem se constituindo a relação entre a *Secretaria Municipal de Turismo* e o MTur, nessa atual gestão. De acordo com o interlocutor da secretaria, já houve um primeiro contato mas que não foi possível formalizar estratégias em decorrência de alguns obstáculos legais, conforme depoimento, a seguir:

Então, a nossa primeira experiência foi a gente sentar, fazer planejamentos, porque só através de planejamentos que a gente consegue alguma coisa no *Ministério do Turismo*. E assim fizemos. Sentamos e fizemos projetos né? inserimos aí o que seria de mais urgente para a gente dar um pontapé inicial, pegamos esses projetos e fomos a Brasília, através de um deputado nosso, aqui da região. Nos levou, abriu as portas para que a gente tivesse com o

Ministério, falamos diretamente sobre implementos, sobre os projetos, né e...apresentamos esses projetos, deram ideias para a gente fazer projetos maiores lá, e nós fizemos porém nós esbarramos em um empecilho chamado CAUC¹⁰⁰ [*Cadastro Único de Convênios*]. Nosso município ainda tem uma restrição de CAUC que impede recebimento do *Governo Federal*. Os temos projetos aprovados, verbas retidas que são liberadas por causa de uma restrição do que seria o SCP é...da pessoa física, chama-se CAUC. E o prefeito tá tentando resolver este problema para poder andar com passos próprios e essa é a nossa dificuldade (Interlocutor B1).

Por esse ângulo, um dos instrumentos citados pelo interlocutor para auxiliar o diálogo das políticas intersetoriais foi a criação dos conselhos consultivos, mais especificamente, do *Conselho Municipal de Turismo* de Magé, o COMTUR. Nesse espaço muito das discussões são pertinentes à dimensão ambiental e à cultural do município e, ainda segundo o entrevistado, vem desempenhando as funções de forma satisfatória e decisiva:

O nosso COMTUR aqui atua bastante, cativo. Nós somos um dos, se não me engano, um dos únicos municípios na Baixada que tem o COMTUR, Magé é um deles. O COMTUR é o *Conselho Municipal de Turismo*, o nosso conselho é atuante, é um conselho que participa e só tem a crescer dentro do município (Interlocutor B1).

Nessa perspectiva, essa instância pode representar uma alternativa possível para o fortalecimento das relações intersetoriais mas ressaltando que, em um panorama ideal, as ações estratégicas devem ultrapassar as barreiras dessas três pastas, visando o desenvolvimento do *Turismo de Base Comunitária* no município de Magé.

¹⁰⁰ O CauC é um serviço auxiliar de informações que comprova a regularidade do ente federado ao receber recursos federais. Em caso de inadimplência, os municípios e estados ficam impedidos de celebrar convênios (transferências voluntárias) com a União. No entanto, as transferências constitucionais, como os repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Municípios (FPM), não são afetadas pelas pendências. Para outras informações: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/cauc>

9.2.2 A leitura da natureza, do turismo e da cultura pela perspectiva da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Magé.

Após realizada uma síntese do contexto atual do turismo em Magé, será tecido, mesmo que brevemente, o panorama da gestão ambiental desse município, considerando resultados e desafios da atual gestão ambiental em interface com o turismo e a cultura local.

Antes, no entanto, pretende-se interpretar os principais significados de natureza, turismo e cultura, segundo a interlocutora da Secretaria e Meio Ambiente de Magé. Assim, igualmente ao bloco anterior, o roteiro de entrevista (APÊNDICE D) foi dividido em quatro eixos de análise. São eles:

- a) A leitura dos significados atribuídos à natureza, ao turismo e à cultura pela perspectiva da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Magé;
- b) Avaliando o contexto atual da gestão ambiental em Magé;
- c) Projetando o TBC no município de Magé;
- d) Identificando possíveis interfaces entre as políticas públicas setoriais de turismo, de proteção da natureza e de cultura em Magé.

- a) A leitura dos significados atribuídos à natureza, ao turismo e à cultura pela perspectiva da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Magé

A cidade de Magé, banhada pela Baía de Guanabara, está inserida em uma área compreendida pela *Serra dos Órgãos*, tendo aproximadamente 70% de sua cobertura vegetal composta por ecossistemas do bioma da Mata Atlântica, como manguezal, restinga e floresta ombrófila densa. Assim com base nesse breve contexto, foi questionado, inicialmente, qual o significado de natureza para a interlocutora da Secretaria de Meio Ambiente de Magé. Para ela, a natureza “concede a oportunidade de viver, estando, assim, relacionada, diretamente, ao próprio ser humano” (Interlocutor A2) e que proporciona, em muitos casos,

É tudo, é o encantamento... Vários têm encantamento pela natureza, até mesmo pela riqueza do município. Infelizmente, no entanto, algumas pessoas não têm este conceito contemplativo, essa vocação mesmo de observar, de entender como é que funciona, de fazer parte, querem apenas usufruir. Você só cuida daquilo que você conhece (Interlocutora B2).

A natureza, segundo a leitura do depoimento anterior, é interpretada de forma integrada e indivisível com o ser humano. Ao mesmo tempo, a interlocutora enfatiza que esse não é um entendimento de todos, pois alguns moradores e visitantes parecem reduzir a natureza a uma categoria de recurso natural.

No que se refere ao significado de cultura, essa é assimilada a partir do “resgate histórico-cultural e da valorização do passado para melhor compreensão do presente” (Interlocutora B2). Por sua vez, a entrevistada explica que ainda há muito a ser feito para que se possa atingir essa valorização, principalmente por parte da população local que apesar de demonstrar, verbalmente, o reconhecimento pela cultura local, termina por não contribuir para o resgate e para a valorização dessa cultura, visto um dos casos mais emblemáticos que trataram do descaso dos sambaquis de Magé:

Nós acabamos de completar 453 anos, né? (9 de junho de 2018) e o município foi muito explorado, principalmente em relação as nossas culturas. Nós temos diversos sambaquis aqui... inclusive quando você pega um... é importante a divulgação disso. Ter orgulho disso... para a gente, como falamos no início, a exploração imobiliária é muito forte, invasão de terras. A grande maioria dos imóveis aqui são invasões. Tem muita invasão também em área de manguezal... (Interlocutora B2).

Apesar da importância ambiental (e cultural) dos sambaquis no entendimento do próprio processo de ocupação humana naquela região, o depoimento anterior parece indicar que fatores como a exploração imobiliária e a possível carência na fiscalização desses espaços sugerem, entre outras ações, a elaboração e o cumprimento da legislação vigente para a preservação futura dos sambaquis daquela região.

Tais ações poderiam, ao menos em tese, promover a valorização e a salvaguarda desse patrimônio arqueológico do litoral brasileiro. Esse patrimônio, aliás, vem sendo objeto de estudos interdisciplinares que avaliam a implantação de práticas alternativas de turismo, em bases sustentáveis, como uma via possível para a geração de emprego e renda para moradores de Magé que residem nas adjacências desses sítios arqueológicos. Uma maneira planejada e responsável para que o turismo não se torne, por si só, mais um agente explorador, mas sim uma via alternativa para sensibilizar visitantes e mageenses sobre o seu papel de protagonista na preservação desses sítios arqueológicos.

Ainda no âmbito do turismo, esse é interpretado pela interlocutora da *Secretaria de Meio Ambiente* como uma forma de “lazer, um momento de descontração, de observar, um

momento de contemplação dessa própria natureza” (B2). Essa contemplação condiz com algumas das principais noções de *Turismo de Base Comunitária* que poderão fornecer pistas para uma experiência turística mais plena, de apreciação dos sambaquis e da região no entorno, de observação da natureza e, por conseguinte, das culturas dessa localidade.

É válido ressaltar ainda que essa contemplação inclui atributos como a percepção, as sensações, a espiritualidade e do não utilitarismo da experiência turística que vem agregando, cada vez mais, novos adeptos pelo Brasil e pelo mundo e tem a cultura e a natureza como elementos essenciais para a sua realização. Dessa forma, o turismo é compreendido como uma via capaz de propiciar uma contemplação e uma fruição plenas do patrimônio natural, arquitetônico, paisagístico e/ou cultural de uma determinada localidade. Porém, considerando o caso do município de Magé, ainda parece ser esse turismo uma meta distante a ser alcançada, visto o exemplo dos sambaquis e o próprio contexto turístico do município. Mesmo assim, segundo a interlocutora, o diálogo entre turismo, natureza e cultura deve ser preservado:

Sem dúvida, se conversam, dialogam, inclusive a *Secretaria Municipal de Meio Ambiente* no passado recente era Turismo e Meio Ambiente, infelizmente, nós perdemos a parte turística. Isso deve ter uns quatro anos... É importante sim! (Interlocutora B2).

De acordo com a leitura do depoimento anterior, turismo, natureza e cultura, bem como a possibilidade de relacionar, no âmbito da gestão, as políticas públicas desses três setores se constitui como fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do município. Isso, no entanto, sem deixar de refletir sobre toda a complexidade envolvida para um real processo de interação setorial, considerando a maneira do “fazer política” desse município ao longo dos anos.

b) Avaliando o contexto atual da gestão ambiental em Magé

Para este eixo, buscou-se investigar, mesmo que brevemente, os principais resultados obtidos e desafios encontrados para a gestão ambiental no município de Magé, de acordo com a interlocutora da *Secretaria Municipal de Meio Ambiente*. Outras questões como a interface com a cultura e o turismo em projetos ambientais, as interlocuções possíveis entre os outros órgãos responsáveis por essa pasta nas diferentes esferas do governo (estadual e federal) e os incentivos para realização dos projetos e/ou ações estratégicas foram também abordados nesse eixo de investigação.

Assim, procurou-se, inicialmente, identificar quais os principais projetos em execução desenvolvidos pela secretaria. Segundo a interlocutora, as principais ações e projetos estão relacionados diretamente com a coordenação, a elaboração e a execução do Plano de Manejo¹⁰¹ das unidades de conservação existentes no município, conforme o depoimento seguinte:

Bom, nós temos várias ações em prática no momento. Temos quatro unidades de conservação municipais, inclusive uma delas é a APA de Suruí, que vai desde a praia de Mauá, na baía de Guanabara, até Santo Aleixo, que se encontra com o Parque. Lá, é um parque, é uma UC que foi criada apenas no documento, não tem sede, não tem gestor, inclusive nós estamos em parceria com o ICMBio através da APA Guapimirim tentando estabelecer uma parceria para elaborar o Plano de Manejo dessa APA de Suruí. Já tá bem avançado esse contato com eles e... bem, em breve, já vai estar concluído. Então já teremos duas unidades de conservação municipal com o PM, que seria o Barão de Mauá e a APA de Suruí (Interlocutora B2).

As principais ações, atualmente em prática no município de Magé, conforme a leitura do depoimento anterior, ilustram a relevância do município para a questão ambiental não apenas para o município, mas também para o Estado do Rio de Janeiro, principalmente quando analisada pela perspectiva da proteção da Mata Atlântica Fluminense, uma das biodiversidades mais ameaçadas no planeta. Além da preservação de diversas espécies da fauna e flora, a integridade ecológica desse bioma se configura importante também para o desenvolvimento de projetos socioambientais que contribuem para a inclusão social de mageenses, iniciativas essas que podem ser contempladas nos Planos de Manejo (PM), aqui considerados os principais resultados da atual gestão:

Com certeza os Planos de Manejo são os maiores resultados, porque isso para um parque é... A gente tem feito a quarta oficina com a sociedade para que estejam interessados no quadro do conselho e a participação tem sido muito boa, muito boa mesmo. Eles estão qualificados, estão entendendo como se faz uma elaboração de um plano de gestão. É aquela história “conhecer para proteger” (Interlocutora B2).

¹⁰¹ “O plano de manejo é um documento consistente, elaborado a partir de diversos estudos, incluindo diagnósticos do meio físico, biológico e social. Ele estabelece as normas, restrições para o uso, ações a serem desenvolvidas e manejo dos recursos naturais da UC, seu entorno e, quando for o caso, os corredores ecológicos a ela associados, podendo também incluir a implantação de estruturas físicas dentro da UC, visando minimizar os impactos negativos sobre a UC, garantir a manutenção dos processos ecológicos e prevenir a simplificação dos sistemas naturais” (MMA, 2018).

Esse instrumento de gestão das Unidades de Conservação (UC), desde que devidamente planejado e implementado, poderá compreender algumas das ações necessárias para a gestão e o uso sustentável dos recursos naturais comuns nessas áreas do município e do seu entorno, conciliando os diversos tipos de usos com a conservação da biodiversidade local. No entanto, essa é ainda uma realidade distante no cenário nacional, visto que aproximadamente 15% das UCs no Brasil possuem Planos de Manejo em execução e atualizados. Isso apesar de o PM se tratar de uma exigência a ser elaborada após a criação de uma unidade de conservação, com um prazo máximo de cinco anos, conforme indicação do *Ministério do Meio Ambiente* (MMA, 2018). E, mesmo diante desses resultados, a execução de tais metas se configura em um desafio para a atual gestão. Outros desafios, entretanto, ainda precisam ser considerados, como a caça ilegal, citada pela interlocutora:

Nós temos uma cultura infelizmente enraizada, que é captura de animais. A gente tem uma área de serra, muito vasta e tem a cultura de matar para comer gambá e outros animais, então isso é um grande desafio para a gente. São pessoas que oferecem algum risco para o município (Interlocutora B2).

A caça predatória em Magé vem sendo amplamente mencionada como uma das principais ameaças à fauna local em unidades de conservação, juntamente com incêndios e o desmatamento. Além da ameaça à fauna, a entrada ilegal de caçadores termina por afetar também a vegetação autóctone. Isso porque algumas pessoas terminam extraindo outros recursos naturais como madeira, devastando e realizando queimadas no município de Magé, conforme alertada pela interlocutora.

Nesse panorama, algumas intervenções vêm sendo postas em prática, mas parecem ainda sem resultados satisfatórios, principalmente, em relação à caça ilegal e à extração de madeira no município. Segundo a interlocutora, uma das principais dificuldades seja a redução do efetivo de profissionais existentes para fiscalizar todo o município, coibindo com essa prática, entendida como um problema de ordem cultural e que abastece um comércio ilegal em toda a Baixada Fluminense e adjacências, de acordo com a interlocutora.

Em continuidade aos principais desafios da gestão ambiental em Magé, a extração mineral vem sendo considerado um outro problema, em Magé, listado pela interlocutora, conforme citação, a seguir:

Um outro desafio mais técnico é o grande potencial mineral do município. Nós ficamos assustados, fizemos um levantamento de extração mineral que

tem aqui, é absurdo. Há uns dois anos atrás, foram 583 processos, claro que nem todos, alguns já estavam arquivados, mas a maioria ativo. Então é terrível... (Interlocutora B2).

A citação anterior ilustra um problema atual não apenas do município, mas também do país como um todo. Isso porque, ao longo das últimas décadas, a extração mineral foi se firmando como uma atividade capaz de gerar trabalho e fonte de renda alternativa para pequenos proprietários rurais, como é o caso de Magé. Com isso, em alguns distritos do município, em consequência da carência de emprego, muitas pessoas terminam, de maneira arbitrária e ilegal, se associando a essa atividade, que gera enorme impacto socioambiental, muitos deles irreversíveis, como vem ocorrendo na região da Baixada Fluminense.

Ainda considerando o caso de Magé, esses danos podem ser ainda mais evidentes, visto que uma das questões mais complexas dessa atividade diz respeito ao uso da água (e do seu reuso), conforme mencionado pela interlocutora. Isso porque o uso indevido da água pode vir a afetar a sociobiodiversidade do município e das localidades circunvizinhas.

É certo que, de acordo com o modelo atual de desenvolvimento econômico adotado pelo ser humano, muito dificilmente a exploração mineral deixará de ocorrer notadamente nos países em desenvolvimento como é o caso do Brasil, muito em virtude de os produtos gerados por tal atividade serem, cada vez mais, essenciais para a sociedade contemporânea. Mas algumas condutas já podem ser vislumbradas na intenção de minimizar impactos negativos dessa atividade.

Entre algumas das ações, a fiscalização nos postos de trabalho, da própria *Secretaria Municipal de Meio Ambiente* em parceria com outras instituições governamentais e do Ministério Público Federal podem, segundo a interlocutora, contribuir para reduzir os danos socioambientais dessa atividade. Além disso, em alguns países nos quais a extração mineral vem ocorrendo já se configura como uma prática comum, além da emissão da licença ambiental, a solicitação de uma licença social. Essa licença seria o resultado de um diálogo entre as mineradoras e as populações diretamente afetadas pela atividade, em questão. No entanto, essa seria uma realidade distante para países como o Brasil e, mais especificamente, para localidades como Magé, onde a fiscalização, assim como o processo de licenciamento ambiental, parece enfrentar muitos obstáculos de acordo com o depoimento anterior.

Assim, após os relatos anteriores que descrevem os principais obstáculos e desafios para o município, segundo a interlocutora da *Secretaria Municipal do Meio Ambiente*, o

cenário ideal, no campo da gestão ambiental, se daria através do respeito e do conhecimento por parte dos mageenses em relação ao ambiente natural do município,

É que a população entendesse como que funciona, ter respeito, conhecer, que a gente não é... nós estamos para orientar, sempre. Porque outro dia, eu estava falando aqui com a Guarda Ambiental, nós não temos de ser um órgão de punição, mas tem que primeiro orientar. Mas durante muito tempo foi “manda quem pode e obedece quem tem juízo”. Fazerem as pessoas entenderem, por exemplo, eu plantei uma árvore na minha casa, agora eu preciso de uma autorização do órgão ambiental para tirar? Eu ouvi isso essa semana... de um membro do Conselho de Meio Ambiente... Esse também é um grande desafio (Interlocutora B2).

A declaração anterior parece reforçar uma percepção observada durante toda a etapa de pesquisa de campo, que destacou o reconhecimento de que as relações entre alguns moradores de Magé e representantes da gestão de UCs e de órgãos ambientais como um todo são marcadas por uma série de conflitos. Isso porque alguns grupos sociais terminam associando os órgãos ambientais com instituições punitivas, sem espaço para o diálogo. De acordo com a interlocutora, em parte, esses conflitos resultam do desconhecimento de alguns moradores locais, principalmente os que residem no entorno das UCs, que desconhecem a importância desses órgãos para a preservação e a conservação ambiental, representando, assim, um dos principais desafios enfrentados pela atual gestão em Magé. Ao mesmo tempo, isso reforça um contexto histórico de intenso afastamento entre a gestão pública e a população local, em virtude de um fundamento enraizado na máxima que o governo sempre saberá o que é melhor para os moradores locais, desconsiderando assim suas culturas e as relações entre esses moradores com a natureza do lugar.

Nesse sentido, é válido ainda ressaltar que parte desses conflitos são oriundos da relação dicotômica homem-natureza, aqui já descrita com base em Irving (2010), Leff (2009), Pedrosa (2007), Trein (2007), Martinez (2006), Hall (2003) entre outros autores que mencionam essa relação como “uma questão não resolvida” e que vem sendo compreendida como a natureza exterior ao ser humano e, desse modo, essa percepção foi sendo construída ao longo dos séculos.

Do ponto de vista da gestão ambiental de Magé, os conflitos, sejam esses do tipo institucional, legal, fundiário e /ou de interesses distintos, parecem emergir de algumas questões prioritárias como o ordenamento do turismo, notadamente, durante a realização da *Operação Verão*, que visa fiscalizar e controlar o fluxo de visitantes nas principais cachoeiras

da região e também de operações oficiais (pontuais) que visam coibir a especulação imobiliária e a extração ilegal de recursos naturais no município, situações que terminam gerando inúmeras frustrações e/ou incertezas quanto a algumas atuações, por exemplo, da própria *Secretaria Municipal de Meio Ambiente*, do INEA e do ICMBio.

A partir dos depoimentos da referida entrevistada, parece ser possível perceber a necessidade do diálogo, da negociação de ações que visem a proteção da natureza, fortalecendo o princípio das unidades de conservação como um patrimônio natural que precisa ser pensado coletivamente, contribuindo para a integração entre sociedade e natureza. Caberia, no entanto, destacar que esse modelo de gestão participativa só seria possível quando existir, efetivamente, uma representatividade social.

Nessa perspectiva, os conselhos consultivos também possuiriam um papel fundamental para a consolidação de uma gestão mais participativa, podendo se transformar em espaços de governança mais democráticos. Além disso, a integração e a parceria entre os diversos setores poderiam contribuir também para uma relação mais harmoniosa entre mageenses e a gestão pública. Nesse sentido, algumas pistas sinalizam a existência de algum diálogo, conforme citação a seguir:

Com certeza. Eu vejo até com bons olhos, por exemplo, esse refúgio silvestre recém-criado pelo INEA e, a partir da criação dessa unidade, a gente tem estreitado o relacionamento com este órgão. O gestor do parque, o Eduardo, nossa, tem sido muito receptivo, ele inclusive esteve aqui, há uns quinze dias, dando informação para os nossos técnicos, falando sobre o refúgio, quais são os objetivos da UC. A parceria estadual tem sido muito boa. Em nível federal, temos o ICMBio através do PARNASO, até mesmo da APA de Guapimirim, também temos uma boa parceria. Não podemos reclamar da falta de parceria. Em relação ao PARNASO, é muito forte, até. Inclusive de ações de fiscalização... feitas conjuntamente, então, eles estão sempre se consultando, tem uma proximidade muito forte. Temos um relacionamento muito bom com eles. (Interlocutora B2).

É possível afirmar, portanto, que, no plano ambiental, já é possível perceber uma integração entre os órgãos ambientais (municipal, estadual e federal), o que contribui para o fortalecimento e concretização de ações e projetos ambientais no município de Magé, segundo a leitura do depoimento anterior. Nesse caminho, seria interessante que essa interface acontecesse também no âmbito do *Conselho de Meio Ambiente* do município, ampliando a percepção dos problemas e desafios locais, fortalecendo as parcerias em benefício da questão ambiental no município.

c) Projetando o TBC no município

Depois de analisar, sinteticamente, o contexto da gestão ambiental de Magé, neste eixo de investigação serão analisados os desafios para o desenvolvimento do *Turismo de Base Comunitária* nos *Caminhos da Serra do Mar*.

Isso posto, foi questionado, inicialmente, se essa execução seria viável, considerando a interface entre turismo, natureza e cultura, o que segundo a interlocutora seria “bastante viável” (B2), com resultados esperados:

Então, talvez o primeiro desafio seria a infraestrutura para você receber o turista. Inclusive a gente não tem hotelaria, pousadas. Sempre temos alguns pontos como em Santo Aleixo, mas não existe investimento nisso. Você pode atrair o turista, mas ele precisa se hospedar... não existe investimento. Recentemente nós fizemos a atualização do Plano Diretor e ele foi, muitas das coisas que foi bastante discutida com a população, inclusive nas audiências públicas, foi essa questão do turismo ecológico e um dos grandes desafios é exatamente onde eu vou me hospedar, que locais para visitação, mas, fora isso... (Interlocutora B2).

Dessa maneira, para essa integração seria fundamental a interface também entre as políticas setoriais de turismo, de proteção da natureza e de cultura do município, o que pode representar um panorama favorável para o desenvolvimento dos *Caminhos da Serra do Mar* e de outras iniciativas de *Turismo de Base Comunitária*, em Magé.

Nessa perspectiva, o TBC é interpretado pela interlocutora como sendo uma alternativa ao turismo contemporâneo, onde a “própria população toma posse do que está em seu entorno, se qualificar e viver daquilo” (B2). Essa percepção de TBC se aproxima das noções do TBC que vem representando uma via possível para o desenvolvimento socioeconômico local, a partir de premissas conceituais de valorização do protagonismo local e do compromisso de conservação da biodiversidade e da valorização da cultura local desse município.

Considerando a possibilidade de elaboração de projetos turísticos nos *Caminhos da Serra do Mar*, a interlocutora menciona que já foi informada sobre esse projeto, conforme depoimento a seguir:

Sim, sim. É, creio que pelo próprio Parnaso que inclusive corta Magé, ligando Petrópolis a Teresópolis, né? Não sei se agora pega também o refúgio de vida silvestre, uma unidade recém-criada pelo estado que

compreende Magé, Petrópolis e Caxias, fica exatamente ali em Inhomirim, onde tá o Imbé, Raiz da Serra. (Interlocutora B2)

Compreende-se, assim, a importância da execução desse circuito, mas enfatiza que não há ainda ação governamental em andamento que contemple os *Caminhos da Serra do Mar* por parte da *Secretaria Municipal de Meio Ambiente*. Com isso, percebe-se que há ainda muito a ser realizado para que haja, efetivamente, a interface entre as políticas públicas setoriais, tema que será melhor abordado no próximo, e último, eixo de investigação.

d) Identificando possíveis interfaces entre as políticas públicas setoriais de turismo, de proteção da natureza e de cultura em Magé

Com base nesse quarto e último eixo, buscou-se investigar, mesmo que brevemente, as interfaces possíveis entre as políticas públicas setoriais de turismo, de proteção da natureza e de cultura no município de Magé. Assim, de acordo com a interlocutora da *Secretaria Municipal de Meio Ambiente*, não há, até o momento da finalização da etapa de pesquisa de campo, ações governamentais que contemplem as secretarias de Meio Ambiente, de Turismo e de Cultura. Por sua vez, os resultados esperados contemplariam, em princípio, diversos segmentos do município e representariam um progresso para Magé, conforme o depoimento, a seguir:

Nossa, é colocar o município no eixo nacional de turismo ecológico, cultural, religioso, né? Que tem bastante... é... fazer com que o município se aproprie disso que compreende a importância que isso tem... (Interlocutora B2)

Para isso, seria necessário considerar também alguns desafios que, no caso específico de Magé, teriam início no campo político, de acordo com a interlocutora:

Primeiro é a questão de rivalidade histórica. Você tem um entra e sai de pessoas e isso não dá continuidade então até a gente... pra garantir que os projetos, que os projetos que a gente vá fazer, eles continuem, independente de quem está sentado na cadeira... o Plano Municipal de Educação Ambiental é um projeto que seja... não pode deixar realizar porque é fulano, beltrano que colocou a sua marca, então isso... nós queremos fazer e nós vamos fazer. Talvez se estas três secretarias se unirem e fizerem um plano municipal de turismo ecológico, eu acho que a gente consegue garantir a continuidade. (Interlocutora B2)

A declaração anterior parece ilustrar como algumas disputas e/ou interesses partidários podem contribuir para a paralisação de uma proposta ou todo o processo de articulação intersetorial, principalmente em decorrência da perda de poder político e/ou institucional de alguns atores estratégicos associados ao processo. Além disso, o relato ilustra claramente como a atuação política vem sendo desenvolvida no município, ao longo das últimas décadas.

Tal afirmação pode ser observada também durante a pesquisa de campo, momento esse em que foi possível perceber, mesmo que moderadamente, como algumas relações políticas se constroem naquela localidade. Em parte, pela informalidade, ou seja, são fundamentadas com base nos relacionamentos interpessoais, de amizade, e, assim, com perspectivas ínfimas de concretude e/ou durabilidade para o planejamento ou a execução de projetos, principalmente, os de cunho social.

Nesse contexto, a atuação intersetorial – juntamente com a participação da sociedade civil como partícipe –, poderia contribuir, talvez, para uma maior efetivação das propostas políticas já em andamento, bem como para que novas articulações sejam construídas, no futuro, no município, conforme a interlocutora.

Assim, considerando o contexto da gestão ambiental no município de Magé, parece ser provável afirmar que a existência de tensões (sociais e políticas) entre os interesses associados à proteção ambiental e às imposições do desenvolvimento econômico local. Além disso, vale destacar ainda toda a diversidade cultural presente no município que parece ser, também, negligenciada no âmbito das políticas públicas de cultura. Esse será um dos temas abordados no próximo bloco de entrevistas, a seguir.

9.2.3 A leitura da cultura, do turismo e da natureza pela perspectiva da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Magé

Historicamente, Magé é citada como uma cidade de grande importância para o Estado do Rio de Janeiro, assim como para o Brasil, isso porque não só a cidade do Rio de Janeiro mas também os municípios próximos à Baía de Guanabara se desenvolveram a partir da chegada da Família Imperial Portuguesa e de sua comitiva real em 1808. Com isso, Magé passou a ganhar importância pelo seu testemunho histórico e pelo patrimônio histórico-cultural, mantendo parte dessa história ainda viva.

E, para resgatar parte dessa cultura e entender como a gestão cultural vem sendo compreendida no âmbito das políticas públicas setoriais, em interface com as políticas setoriais de turismo e de proteção da natureza, foi elaborado um roteiro de entrevistas dirigido à secretaria, em exercício, da *Secretaria de Educação e Cultura* de Magé. Esse roteiro encontra-se disponibilizado no Apêndice D, sendo baseado, assim como nas entrevistas anteriores, em quatro eixos de análise:

- a) A leitura dos significados atribuídos à cultura, ao turismo e à natureza pela perspectiva da secretária de cultura de Magé;
- b) Avaliando o contexto atual da cultura no município de Magé;
- c) Projetando o TBC para o município;
- d) Identificando possíveis interfaces entre as políticas públicas setoriais de cultura, de turismo e de proteção da natureza em Magé.

- a) A leitura dos significados atribuídos à cultura, ao turismo e à natureza pela perspectiva da secretária de cultura de Magé

Conforme anteriormente comentado, o município de Magé se destaca por apresentar patrimônios culturais de elevada importância para a história do Rio de Janeiro, sobretudo durante o Império. Nesse momento histórico, Magé se configurou como uma das principais cidades portuárias do país, se destacando também por ter a primeira estrada de ferro do país, favorecendo o transporte de mercadorias e a locomoção da Família Real do centro do Rio de Janeiro até a cidade de Petrópolis. Além disso, a antiga localidade se configurou como uma

importante rota no transporte de metais preciosos, à época, como recorda a interlocutora da Secretaria de Cultura de Magé, quando perguntada sobre o que entende sobre cultura:

Olha, principalmente aqui neste município, um município com 453 anos de existência, com tantas riquezas culturais, não só paisagísticas, como riquezas históricas, eu entendo que a cultura é a raiz do nosso povo. E a gente precisa conhecer, por isso que eu luto tanto por ela aqui. Um município que tem um quilombo certificado, um município que tem igrejas seculares, também reconhecidas, que tem aí o Mané Garrincha, um dos maiores craques do futebol brasileiro, nascido aqui, com a família ainda viva aqui e o poço bento pelo Padre José de Anchieta... primeira estrada de ferro do Brasil, então é um município do qual eu me orgulho muito de lutar pela cultura. O resgate dessa raiz. Os mageenses, o mundo precisa conhecer essa história e é pra isso que a gente tá aqui (Interlocutora B3).

Aqui, o significado de cultura é traduzida pela própria origem do mageense, de seus costumes, modos de vida. Nesse sentido, percebe-se, ainda que no plano do discurso, a valorização histórico e cultural de Magé, da tentativa de resgatar algumas manifestações culturais que estariam associadas ao sentido de identidade e pertencimento dos moradores de Magé. No entanto, para esses moradores, segundo essa mesma interlocutora, a cultura é compreendida como sinônimo de lazer:

Pros moradores, eu acho que eles veem cultura ainda como lazer, como diversão, sabe? Teatro, cinema, eu acho que eles têm essa ideia que cultura é só isso. Não se apropriaram de toda essa riqueza, sabe? Ah, o município não tem um cinema, não tem um teatro, mas ele tem igrejas seculares que foram fundadas, né? Aqui nesse largo aconteceu uma revolta armada, então, isso tudo fez parte da história do Brasil, mas o povo não reconhece que isso é cultura, não tem... isso é patrimônio, não tem essa noção de pertencimento (Interlocutora B3).

A leitura do depoimento anterior ilustra a complexidade de se definir cultura, em virtude da sua abrangência, o que repercute em muitos entendimentos e conflitos, conforme mencionados por autores como Cuche (2002) e Siqueira e Siqueira (2017), que defendem que uma das principais características de se definir *cultura* seria justamente a complexidade em se chegar a um entendimento. Além disso, percebe-se também que alguns elementos simbólicos da cidade, como o patrimônio cultural, e que estão diretamente relacionados à identidade da memória coletiva de Magé, parecem não ser, ainda, contemplados pelos moradores locais, de acordo com a entrevistada.

Nessa perspectiva, em relação ao patrimônio histórico-cultural de Magé, considerando também a leitura dos documentos norteadores da UNESCO, parece ser relevante investir em políticas públicas culturais que reforcem o significado do patrimônio como uma via possível para o desenvolvimento socioeconômico de Magé. Para mais, novas ações governamentais poderiam auxiliar no resgate e na valorização dos elementos culturais da localidade, respeitando as suas memórias e os vínculos de identidade local. Assim, na visão da interlocutora, tratar do resgate cultural, da valorização e proteção do patrimônio cultural do município pode ser um exercício coletivo capaz de alterar a visão e o entendimento sobre o lugar, fortalecendo os vínculos de identidade e pertencimento local.

Outro ponto que merece destaque, ainda com base no depoimento anterior, trata da cultura como uma via possível também para o desenvolvimento socioeconômico de Magé. Para isso, segundo a interlocutora, seria necessário o investimento local em atividades culturais que proporcionem, além de emprego e renda para moradores locais, o acesso a bens e serviços culturais, como centros culturais, teatros, cinemas, shows artísticos e de música para todos os mageenses. Ações locais como essa poderiam garantir o direito à cultura, conforme defendido nas metas no atual *Plano Nacional de Cultura* (PNC 2010-2020), atual documento norteador de política cultural, entretanto não poderiam ser compreendidos apenas pelo viés mercadológico.

No que tange ao significado de turismo, a interlocutora o relaciona como uma fonte de conhecimento (cultura) e associado diretamente à dimensão ambiental, conforme pode ser observado no depoimento, a seguir:

O turismo... turismo eu acho que é o prazer, é a cultura, é o conhecer, é o conhecimento, é fonte de conhecimento. Foi o que eu te disse: tem que ser um turismo sustentável, como eu te disse que nós temos várias cachoeiras que são fonte de água potável, mas que precisam ser cuidadas. É um turismo que precisa ser sustentável, né? As pessoas visitam as cachoeiras no final de semana e enchem de lixo. Vem pra cá, fazem um verdadeiras... sabe? E quando vão embora deixam todo tipo de lixo que você imagina, então esse turismo a gente não quer. Nós queremos turismo sustentável, que você venha conhecer desfrutar do paraíso que Deus nos deu, mas que leve somente recordações e não deixe o seu lixo (Interlocutora B3).

A partir do depoimento anterior, percebe-se algumas pistas que sugerem uma possível interface entre turismo, natureza e cultura. Além disso, foi ressaltada a importância do desenvolvimento sustentável do turismo local, principalmente no que se refere à conservação ambiental, aqui registrada pelas cachoeiras da região.

Ainda sobre essas temáticas, procurou-se saber qual o significado de natureza para a interlocutora. E, segundo essa, a natureza seria “o berço de tudo, é o nosso berço. Nós dependemos dela pra tudo, pra sobreviver, pra poder se sustentar, então, a natureza é o nosso berço” (Interlocutora B3).

Após abordar os significados de cultura, turismo e natureza, procurou-se investigar quais interfaces possíveis entre turismo, natureza e cultura para, posteriormente, abordar o *Turismo de Base Comunitária*. Nesse sentido, a interlocutora demonstra ser o diálogo essencial e possível:

É possível, sim. Tem que ser, né? Porque os nossos objetivos são os mesmos. É preservação do patrimônio, é o conhecimento do local e difusão da cultura, principalmente no que fala do que tange ao meio ambiente. O município tem uma área verde vastíssima, uma riqueza muito grande ainda em água potável que precisa ser resguardada, né? Até da própria depreciação do ser humano e eu acho que o turismo tem que ‘tá’ muito antenado com isso, com a cultura e o meio ambiente também (Interlocutor B3).

Assim, com base na leitura do depoimento anterior, parece ser possível perceber, ao menos no plano teórico, a importância concedida à interface turismo, natureza e cultura, essencial para o desenvolvimento dos *Caminhos da Serra do Mar*. A abordagem da interlocutora parece também pressupor, por parte do turista, um comportamento esperado que se sustente no compromisso de conservação da biodiversidade e da valorização da cultura do município de Magé.

b) Avaliando o contexto atual da cultura no município de Magé

Em conformidade com as informações anteriormente mencionadas sobre a importância cultural de Magé para o Estado do Rio de Janeiro e para o país, pretende-se nesse segundo eixo, investigar, mesmo sinteticamente, sobre como a cultura vem sendo considerada no âmbito da gestão pública municipal. Segundo a interlocutora da *Secretaria de Cultura*:

Hoje nós temos muito ainda a fazer. Mas muita coisa já foi modificada, principalmente porque a gente tá conseguindo levar a cultura para as escolas, que é onde eu acho que a gente precisa começar, né? Então, desde a creche a gente já tá trabalhando com a cultura local, incluindo aí as atividades, visitas aos pontos turísticos, incluindo atividades de capoeira, de balé, de ginástica rítmica, psicomotricidade para que os alunos possam entender o que é hoje o município, o que o município pode oferecer e o principal de tudo: o ensino afro-brasileiro. (...) Então, nós temos aqui uma coordenação chamada

COPIED¹⁰², que é a coordenação que só trabalha o ensino afro-brasileiro aqui nas escolas, desde as creches até o nono ano. Então, você pode aqui visitar as creches que você vai ver os meus alunos entendendo, o porquê do turbante, e essa influência africana na cultura brasileira, desde a creche, tá? Eu tenho contadores de história, eu tenho as bonecas, as professoras (...) contam as histórias então eu acho que isso também conta muito (Interlocutora B3).

Segundo a leitura do depoimento da interlocutora da *Secretaria de Cultura* de Magé, parece ser possível perceber que apesar dos resultados mencionados existe ainda muito a ser contemplado para se considerar a dimensão cultural no âmbito da gestão pública municipal. Atualmente, percebe-se algumas pistas que sinalizam ações pontuais vinculadas à educação infantil nas escolas da rede pública do município. Talvez, um dos motivos dessa articulação seja porque a pasta da cultura esteja diretamente associada a pasta da educação, no município, o que, a priori, favorece o diálogo entre esses dois setores.

Outro ponto que merece ser destacado, ainda de acordo com a declaração da interlocutora, resgata a relação entre o turismo e a cultura. Aqui, percebe-se que o turismo vem sendo entendido também como uma alternativa para a valorização e promoção do patrimônio cultural local. E assim, ao menos no campo teórico, o turismo poderia contribuir para o processo de recuperação das identidades e das memórias do município. Nessa perspectiva, buscou-se identificar quais os principais resultados da atual gestão municipal em relação à cultura em Magé. E, conforme a interlocutora da secretaria, os resultados descritos são:

Hoje nós percebemos que a população mageense, principalmente os mais antigos, os mais experientes, os idosos reconhecem esse trabalho e vibram quando a gente vai ali no calçadão, no nosso *Ponto de Cultura* e quando a gente leva para ali algumas referências da cidade e as pessoas vibram com isso. Eu acho que isso já é um sinal que as pessoas estão entendendo que a cultura é a raiz, é a nossa matriz, então a gente já percebe que hoje já tem a valorização da cultura, pelo menos nas escolas, e isso aí é um ponto importante (Interlocutora B3).

¹⁰² “A Coordenação de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (COPIED) tem o compromisso de estimular a formação continuada dos profissionais de Educação, tendo em vista a implementação de políticas públicas que valorizem o conhecimento sociocultural e histórico acerca da população brasileira e a diáspora africana. O município de Magé é pioneiro na implementação da Lei 10.369/03 no Estado do Rio de Janeiro” (CANAL MAGÉ, 2018).

Com base na leitura do depoimento anterior, os resultados estão relacionados diretamente com algumas ações pontuais que ocorrem em parceria com o *Ponto de Cultura*¹⁰³ de Magé. No entanto, é importante ressaltar que, diante da importância histórico-cultural do município, ainda há muito a ser realizado. Isso se evidencia, por exemplo, durante a pesquisa de campo e das entrevistas com os próprios mageenses.

Nesse contexto, por exemplo, o antigo *Porto da Estrela*, considerado o maior porto de Magé e ponto estratégico para escoar metais preciosos para Portugal ilustra esse panorama. Atualmente, encontra-se em ruínas, sem investimentos e com um difícil acesso para visitação turística. Além desse exemplo, grande parte do acervo edificado da cidade encontra-se também abandonado. Contudo, para explicar esse cenário de abandono, a interlocutora da secretaria sinaliza a ausência de investimentos do setor público e a falta de interesse das gestões anteriores, conforme depoimento, a seguir:

Hoje o nosso principal desafio é o investimento nesse, seria revitalizar os nossos pontos históricos, principalmente, a Estrada de Ferro, que foi a primeira do Brasil e que foi completamente abandonada não só pelas gestões anteriores, mas também pelo Governo Federal. E acho que seria o ponto de partida, né? A gente tá revitalizando e criando esses polos turísticos para visitação e abrir a cidade pro mundo. Eu acho que seria o principal ponto de partida (Interlocutora B3).

A ausência de investimentos na área cultural, seja através da iniciativa pública (nas três esferas do governo) ou da iniciativa privada (leis de incentivo), parece se configurar como um dos principais desafios para o município. Apesar de não ser uma realidade exclusiva de Magé, ao longo dos anos, esse setor vem carecendo de recursos e investimentos, sobretudo para viabilizar projetos que poderiam, além de fomentar a cultura local, contribuir para minimizar alguns problemas sociais, principalmente entre jovens e crianças da periferia do município. Isso sem deixar de reforçar aqui a relevância da dimensão cultural para

¹⁰³ Pontos de Cultura são “grupos, coletivos e entidades de natureza ou finalidade cultural que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades e em redes, reconhecidos e certificados pelo Ministério da Cultura por meio dos instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva. Os Pontos e Pontões de Cultura também podem receber apoio financeiro através de editais públicos do governo federal, estados e municípios. Os instrumentos de fomento para os Pontos de Cultura podem ser prêmios, bolsas, ou o Termo de Compromisso Cultural (TCC), instrumento específico de repasse de recursos da Política Nacional de Cultura Viva. O Plano Nacional de Cultura - PNC (Lei 12.343/2010) estabelece em seu Plano de Metas o fomento de 15 mil Pontos de Cultura até 2020. Para atingir a meta, seria necessário fomentar 1.750 novos Pontos de Cultura por ano até 2020, com um investimento anual de aproximadamente 113 milhões/ano, considerando o valor de 60 mil/ano para cada Ponto de Cultura” (MINC, 2018).

impulsionar iniciativas locais de turismo, em bases sustentáveis, como no circuito dos *Caminhos da Serra do Mar*.

Assim, considerando a complexidade desse tema, pretendeu-se aspirar como a gestão cultural poderia ser desenvolvida no município. Nessa lógica, segundo a interlocutora da secretaria de cultura:

Nós gostaríamos de ter recursos para a gente poder ter aí um belo teatro para poder oferecer aí pra comunidade. ‘É’ peças teatrais, óperas, para que eles entendam que a cultura não se baseia somente em uma música ou em uma ida ao cinema. Isso é o patrimônio, né? Nós focamos muito aqui na *Casa de Cultura* nas exposições, nos artistas locais, dos poetas e isso, pra nós, já é um grande passo (Interlocutora B3).

O anseio por recursos financeiros (e apoio governamental) surge mais uma vez como fundamental para o desenvolvimento do município, segundo a interlocutora. Entre os principais atores estratégicos para fomentar a cultura no município, encontra-se o *Ministério da Cultura* e, nesse sentido, buscou-se apurar se há, atualmente, incentivo federal para o fomento de projetos culturais em Magé. Mas, segundo a mesma interlocutora, parece não haver incentivos atuais:

Por enquanto, nada, nenhum incentivo. Nós estamos aí até com equipamento do MinC que é o CEU¹⁰⁴. Nós fomos pleiteados e ele está lá embargado. A obra tá embargada, né? Então já viu que nós não temos ainda, pelo menos, com a antiga gestão, nós tivemos até um impulso com o ex-ministro. Ele esteve conosco, veio aqui, conheceu os pontos conosco, era um ministro carioca, então, talvez por isso, tinha essa afinidade. Depois da gestão dele, o MinC não nos procurou mais. Hoje o nosso ponto com a união é o IPHAN por conta da *Estrada de Ferro* porque nós assumimos um termo de compromisso de gestão. Eles são caro, o patrimônio pertence ao IPHAN, nós só estamos gerindo por conta de limpeza, segurança, pela maneira que foi encontrada em situação de completo abandono (Interlocutora B3).

O depoimento anterior parece fornecer pistas que sugerem o quanto a dimensão cultural vem sendo negligenciada, ao longo dos anos, no âmbito das políticas públicas de cultura do município. Assim, ainda sobre o diálogo existente (ou a ausência desse) no âmbito federal, a interlocutora ressalta ainda que:

¹⁰⁴ “Os *Centros de Artes e Esportes Unificados* (CEUs) são instalados em localidades em territórios de alta vulnerabilidade social em todas as regiões do país. Os Centros abrigam, em um único espaço, programas e ações culturais, esportivas, educacionais, socioassistenciais e de lazer” (MINC, 2018).

Eu só acho que a União tinha que ter mais olhar... principalmente para os financiamentos, né? Porque a gente tem vontade, a gente tem mão-de-obra, a gente tem o olhar, nós sabemos, enquanto município, ‘aonde’ a gente pode fazer, a gente precisa que a União, que tem a maior parte do poder, do recurso, olhe para o município como esse desenvolvedor do projeto e esteja aberto para o financiamento. Se a gente encontrar esse caminho, olha, pode ter certeza que nós iremos fazer um belíssimo trabalho (Interlocutora B3).

Esse cenário parece, ao menos em tese, comprometer a interface das políticas públicas setoriais de turismo, de proteção da natureza e de cultura, uma vez que há carência de planejamento e investimento no plano cultural do município, o que pode dificultar a elaboração de políticas públicas que fomentem a implementação de iniciativas futuras de TBC, foco do próximo eixo de investigação.

c) Projetando o TBC para o município de Magé

Em prosseguimento aos objetivos propostos para esta tese, buscou-se identificar, inicialmente, qual a interpretação de TBC e se a interlocutora da *Secretaria Municipal de Cultura* conhece projetos dessa natureza no município de Magé.

No que tange ao *Turismo de Base Comunitária*, a interlocutora demonstrou desconhecer o seu significado, assim como também se existem estratégias para o desenvolvimento do turismo em sua região, principalmente relacionadas aos *Caminhos da Serra do Mar*. Aqui, vale ressaltar que, embora tenha sido observado um certo desconhecimento sobre o tema, por parte da entrevistada, essa respondeu, enfaticamente que, se essas iniciativas contemplarem a população local e a sua cultura, haveria interesse, sim, para conhecer mais sobre o tema discutido e elaborar projetos que contemplem essas iniciativas, no futuro.

Ainda sobre os *Caminhos da Serra do Mar*, coordenado pela gestão do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e diante da relevância da dimensão cultural para o sucesso desse projeto, foi questionado se há alguma interlocução atual entre a *Secretaria Municipal de Cultura* de Magé e o PARNASO para o surgimento de parcerias futuras nesse circuito ou em outras ações no município. Nesse sentido, de acordo com a interlocutora,

Não, não que eu conheça. Se eu não me engano, a gente já teve até alguns projetos em parceria com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos aqui em Magé, mas em gestões anteriores. Nesta gestão, acredito que não (Interlocutora B3).

Apesar de demonstrar aparente desconhecimento sobre parcerias existentes, assim como de outros projetos que relacionem turismo, natureza e cultura em Magé, a interlocutora afirma ser “possível sim”, “é possível com prazer”, “seria um imenso prazer” (Interlocutora B3) implementar iniciativas futuras que contemplem essas três dimensões.

Com isso, os principais resultados esperados, de acordo com essa interlocutora estariam relacionados com a possibilidade de “levar o conhecimento dos pontos turísticos e a recuperação desses pontos e abrir aí pra visitação mesmo, pra conhecimento, né?” (Interlocutora B3). Mas, para isso, seria preciso, ainda segundo a entrevistada, transpor dois obstáculos já ressaltados aqui: investimento financeiro e formação de parcerias: “Eu acho que o desafio hoje é o desafio financeiro, é ter recurso, é ter parceria com recurso, vamos sentar juntos e fazer um belíssimo trabalho” (Interlocutora B3). Uma opinião que parece direcionar o discurso institucional, de acordo com os interlocutores da gestão pública entrevistados.

E, nesse movimento, procurou-se analisar o que seria necessário, no futuro, para considerar a variável ambiental e o turismo nos projetos de cultura do município. Nesse sentido, segundo a interlocutora:

Hoje, eu acho que a gente precisava ter uma articulação maior em relação a determinado patrimônio, por exemplo, vamos focar aqui no Morro do Bonfim que é uma igreja que nós temos aqui e que só tem na Bahia, então vamos fazer um turismo é ecológico nesta área e vamos fazer também um trabalho de cultura. Vamos levar o pessoal da capoeira, vamos brincar, vamos contar que é a igreja do Nosso Senhor do Bonfim, só tem na Bahia e Magé, é um município privilegiado! Sabe, eu acho que essas informações turísticas e culturais é que têm que caminhar juntas, e o meio ambiente porque ele precisa tá ali junto conosco, é a questão da sustentabilidade, do uso correto do meio ambiente, do patrimônio, da limpeza, do que a gente pode fazer em relação até mesmo com a própria vegetação local, o que é nativo, o que não é, o que só dá aqui, o que a gente pode plantar. Então são questões que as três juntas podem fazer um trabalho belíssimo, belíssimo (Interlocutora B3).

O depoimento anterior, mais uma vez, inspira as reflexões aqui já comentadas que abordam o fenômeno do turismo, em suas interfaces com a herança cultural de Magé, relacionando-os com a conservação da biodiversidade. Essas são questões que orientam o debate do TBC, conforme proposto, inicialmente, por autores como Murphy (1985), Woodley (1993), Brohman (1996) e Shores (1999) e, mais recentemente, por autores como Ellis e Sheridan (2014), Irving (2009), Sansolo e Bursztyn (2009). Além desses autores, outros

ênfatisam, também, a necessidade de integração das políticas públicas setoriais para o fomento de iniciativas do *Turismo de Base Comunitária*, tema do quarto e último eixo de investigação.

d) Identificando possíveis interfaces entre as políticas públicas setoriais de cultura, de turismo e de proteção da natureza em Magé

Considerando os antecedentes, anteriormente discutidos, que trataram da relação entre a interface do turismo, da natureza e da cultura em Magé, procurou-se investigar, nesse eixo, se há alguma ação governamental, atualmente em curso, que contemple o turismo, a natureza e a cultura no município de Magé. Segundo a interlocutora:

Sim, a secretaria de turismo tá fazendo em parceria com outros municípios e com a universidade federal, se eu não me engano, um mapeamento (um inventário) desses bens e nestes bens, e nós estamos aí, estão fazendo um mapeamento belíssimo, também com o aspecto cultural, até mesmo porque não tem como você fazer turismo que não tenha cultura no município histórico como o nosso (Interlocutora B3).

No caso apresentado pela interlocutora, o inventário turístico¹⁰⁵ vem sendo executado pela Secretaria de Turismo do município, em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Por mais que o exemplo anterior venha a se constituir em uma parceria com a academia, o diálogo entre as secretarias de turismo, de proteção da natureza e de cultura parece não acontecer para o êxito do inventariado turístico do município.

De acordo com a literatura especializada, a necessidade de cumprimento do inventário da oferta turística, bem como dos equipamentos, da infraestrutura e dos serviços essenciais no município, consiste em um importante exercício de mapeamento e de identificação para o município e precisa ocorrer em sintonia com outras secretarias municipais. Dessa forma, será possível identificar, com maior propriedade, potencialidades, obstáculos e desafios para o desenvolvimento do turismo, nesse caso em especial, da cidade de Magé. Com a participação das outras secretarias, por exemplo, essa ação poderia ampliar os resultados esperados, permitindo a análise de dados e informações socioeconômicas, auxiliar o diagnóstico dos pontos críticos e das potencialidades para o desenvolvimento do

¹⁰⁵ O inventário da Oferta Turística consiste no “levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo como instrumento-base de informações para fins de planejamento, gestão e promoção da atividade turística, possibilitando a definição de prioridades para os recursos disponíveis e o incentivo ao turismo sustentável” (MTUR, 2018).

turismo em Magé. Inclusive, vale destacar ainda que o inventário turístico é uma das metas do *Ministério do Turismo* que visa, entre outros objetivos, estimular a realização dos inventários municipais, ampliando o banco de dados do MTur, o que poderá gerar informações mais confiáveis para o planejamento e a gestão de localidades turísticas, como é o caso de Magé.

Questionada sobre a possibilidade de relacionar as políticas públicas de turismo, proteção da natureza e de cultura no município de Magé, a interlocutora afirma ser possível, destacando alguns aspectos positivos dessa integração:

Resultados? Seria a maior divulgação do patrimônio histórico do município e como eu te falei que o mais importante aí seria a questão da sustentabilidade, do turismo sustentável, né? A gente pode reservar, preservar as nossas matas nativas, nascentes de água, acho que isso aí é muito importante (Interlocutora B3).

Para alcançar esses resultados, entre outros que poderiam ocorrer a partir do diálogo intersetorial, a carência de investimento (leia-se “recursos financeiros”) é apontada, mais uma vez, como principal desafio atual, no âmbito da gestão pública, para concretizar uma possível interface entre os três setores relevantes para o desenvolvimento dos *Caminhos da Serra do Mar*, assim como de outras iniciativas turísticas de *Turismo de Base Comunitária*, no futuro, em Magé.

9.2.4 Síntese das reflexões da gestão pública municipal sobre os significados de turismo, natureza e cultura em interface com as políticas públicas setoriais

Com base na leitura dos depoimentos da gestão pública municipal, buscou-se, nesse subcapítulo, analisar algumas das convergências e divergências sobre a percepção da gestão pública sobre turismo, natureza e cultura em interface com as políticas públicas setoriais de Magé.

Nesse contexto, o turismo é compreendido como uma via possível para o desenvolvimento do município e, mais ainda, como uma alternativa potencial para o resgate da valorização cultural, da conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento socioeconômico de Magé. E assim, o turismo estaria pautado por algumas premissas do TBC, anteriormente já mencionadas no plano teórico por autores como Burstztyn (2005), Sancho (2007), Irving (2009), autores que defendem o TBC como uma alternativa de turismo aos modelos convencionais contemporâneos.

Ainda segundo os interlocutores da gestão pública, é relevante frisar também que os significados que orientam o entendimento do turismo estão pautados em premissas que incidem sobre o turismo de natureza e o turismo cultural¹⁰⁶. Entretanto, vale ainda mencionar que nenhuma dessas modalidades, anteriormente citadas, encontra-se contemplada no atual *Programa Municipal de Incentivo ao Turismo Sustentável* (no prelo), documento oficial elaborado pela Secretaria Municipal de Turismo que será publicado no *Plano Diretor de Magé*¹⁰⁷ (em processo de revisão).

No *Programa Municipal de Incentivo ao Turismo Sustentável*, documento orientador para as próximas políticas públicas de turismo nesse município, foram enfatizados quatro “segmentos” prioritários para o desenvolvimento do turismo em Magé. São eles: o ecoturismo, o turismo rural, o turismo de aventura e o *Turismo de Base Comunitária*, esse último, compreendido enquanto segmento do turismo e não como uma via alternativa para o desenvolvimento social e econômico dos mageenses, representando, ainda, uma alternativa local para o enfrentamento da dinâmica da globalização e de seus efeitos no município.

¹⁰⁶ Segundo a segmentação turística estabelecida pelo Ministério do Turismo (MTUR, 2010).

¹⁰⁷ Plano Diretor Municipal Participativo para o Desenvolvimento Sustentável de Magé – Prefeitura Municipal de Magé, 15 de dezembro de 2016, Lei Complementar n° 0006/2016.

No que tange à questão ambiental, também abordada nesta pesquisa, buscou-se também investigar quais os significados de natureza que orientam os interlocutores institucionais aqui entrevistados. Para eles, as percepções se divergem, desde o entendimento da natureza enquanto fenômeno físico e natural, e assim desassociada ao ser humano, até a noção da natureza integrada ao homem.

Em um primeiro momento, essas interpretações sobre natureza, muito embora pareçam ser apenas uma questão semântica, podem, na verdade, sugerir pistas de como a questão ambiental venha a ser trabalhada, no futuro, no plano da gestão pública municipal. Isso porque a percepção de natureza possui sentidos diversos e dinâmicos que podem implicar tanto em políticas preservacionistas quanto recair em uma visão apenas utilitarista e instrumental da natureza, isto é, reduzindo o seu papel ao fornecimento de matéria prima e produção de consumo. Além disso, essa percepção de natureza estaria relacionada ao prazer, à contemplação para o ser humano, isso através da fruição do turismo e da prática do lazer nos ambientes naturais, conforme defendido por Høyer e Næss (2001).

Nessa perspectiva, poderia ainda, promover a conservação da biodiversidade, considerando o ser humano como parte indivisível de um todo e, assim, interagindo e sendo dependente dela. Segundo essa última interpretação, entende-se que não seria possível dissociar o natural do social, assim como não se poderia dissociar o natural da cultura, conforme defendido por autores como Moscovici (1977, 1995, 2001, 2002). No entanto, o debate sobre o significado de natureza é bastante extenso, incluindo aspectos éticos, religiosos e filosóficos, que precisam ser ainda considerados nesse município.

Da mesma maneira, os significados de cultura aqui contemplados se fundiram à dimensão histórico-cultural de Magé. Por esse ângulo de interpretação, defendeu-se, unanimemente, a necessidade do resgate e da valorização da história do município.

Ainda em relação à abordagem desta pesquisa, buscou-se investigar a existência (ou não) de ações governamentais que possam sugerir um provável diálogo entre as políticas públicas setoriais de turismo, de proteção da natureza e de cultura no município de Magé, ações essas que parecem que estão sendo desconsideradas no âmbito da gestão pública. Nesse sentido, parece ser possível afirmar que pouco ainda tem sido realizado, efetivamente, que resulte em uma integração entre políticas públicas setoriais nesse município. Muito menos em iniciativas que dialoguem nesse sentido, com exceção da Operação *Verão*, uma iniciativa já em execução, mas que termina acontecendo de maneira ainda pontual. No entanto, no plano

do discurso, tanto a dimensão ambiental quanto a dimensão cultural são, profusamente, defendidas como relevante para o desenvolvimento do turismo.

Com base nessa breve reflexão, faz-se necessário reconhecer o papel do gestor municipal como o de um articulador entre os demais atores locais estratégicos (lideranças locais, moradores, setor privado, conselhos e as demais esferas públicas) na tentativa de proporcionar uma melhoria na qualidade de vida dos munícipes, assim como dos seus visitantes, através do desenvolvimento socioeconômico do município de Magé.

9.3 O SIGNIFICADO DE TURISMO, NATUREZA E CULTURA PELA PERSPECTIVA DA GESTÃO DO PARNASO

A leitura das narrativas dos interlocutores institucionais da *Secretaria Municipal de Turismo*, da *Secretaria Municipal de Cultura* e da *Secretaria Municipal de Meio Ambiente* de Magé parece indicar a existência de alguns “fios” que ainda precisam ser alinhavados. Essa parece ser uma condição central para que, posteriormente, sejam entrelaçados, possibilitando, assim, vislumbrar uma interface possível entre turismo, natureza e cultura que oriente ações, em conjunto, para o desenvolvimento do *Turismo de Base Comunitária*. Isso tende a ser fundamental ao considerar a elaboração de propostas futuras de TBC que estejam integradas ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO).

Por outro lado, nesta etapa da pesquisa, buscou-se compreender como os significados de turismo, de cultura e de natureza vêm sendo interpretados pela atual gestão do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e quais os principais desafios para a consolidação das iniciativas de TBC, nos trechos dos *Caminhos da Serra do Mar*, tendo em vista a perspectiva de integração das políticas públicas setoriais de turismo, proteção da natureza e de cultura no município de Magé.

Assim como realizado nas entrevistas com os interlocutores estratégicos da gestão pública desse município, a entrevista com o atual gestor do PARNASO foi dividida em quatro eixos de análise. São eles:

- a) Interpretando as noções de turismo, cultura e natureza;
- b) Avaliando o cenário atual do turismo no Parque;
- c) O contexto do TBC e os *Caminhos da Serra do Mar* no PARNASO;
- d) A relação entre o Parque e Magé.

Inicialmente, a partir do primeiro eixo de análise, buscou-se, mesmo que sinteticamente, investigar como a gestão do PARNASO, na figura do seu gestor, compreende as noções de turismo, de natureza e de cultura em suas possíveis interfaces para se pensar o *Turismo de Base Comunitária*.

- a) Interpretando as noções de turismo, cultura e natureza pela lógica da gestão do Parque

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos, conforme mencionado anteriormente nesta tese, possui uma relevância global devido a sua biodiversidade e por ser uma área central do

Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar, maior fragmento remanescente da Mata Atlântica do país.

Atualmente, ainda vem sendo reconhecido como o parque nacional com a maior rede de trilhas do Brasil. São mais de duzentos quilômetros de trilhas classificadas em todos os níveis de dificuldades, algumas delas compondo os *Caminhos da Serra do Mar*, cujo trecho tem início e percorre grande parte do município de Magé.

Além dos atrativos naturais presentes, retratados em sua fauna e flora, o Parque se destaca também pelos atrativos culturais, notadamente os que estão inseridos no município de Magé. Esses atrativos e potenciais atrativos vêm despertando a curiosidade de muitos turistas locais, nacionais e estrangeiros, reforçando a importância de planejamento turístico, conforme defendido por La Rovere *et al* (2015), ao mesmo tempo sem desconsiderar o compromisso de preservação das memórias e das identidades dos moradores do seu entorno.

Entretanto, antes de interpretar qual a leitura do gestor do Parque sobre o planejamento turístico, buscou-se, inicialmente, descobrir como esse interlocutor compreende turismo, natureza e cultura e, posteriormente, como essas áreas podem se relacionar, a partir de uma visão mais compartilhada e coletiva, para a construção de novas propostas de *Turismo de Base Comunitária*. Com esse intuito, o turismo é fundamentado pelo interlocutor do Parque pelo deslocamento de uma pessoa ou de um grupo de pessoas:

para ir a um determinado local, para ir curtir os atrativos naturais ou culturais ou paisagísticos de um determinado local, entendeu? Eu vejo o turismo como envolvendo o deslocamento, senão eu vejo como visitação. O Parque tem esses dois, essas duas vertentes, entendeu? Visitação seria a galera daqui da cidade quando vem visitar o Parque, eles já são daqui e vêm curtir um atrativo natural; o turismo tem que envolver esse deslocamento de uma pessoa ou de um grupo de pessoas para conhecer um determinado atrativo (Interlocutor I4).

Assim, a noção de turismo parece ser baseada, especialmente, na origem dos visitantes. Um entendimento que foi sendo construído, ao longo das décadas, e, mais recentemente, defendido e divulgado pela *Organização Mundial do Turismo*, segundo consta no corpo teórico desta tese.

No entanto, muito embora se reconheça a importância dessa organização signatária da ONU, não se pode negligenciar que essa noção vem sendo preterida por muitos autores nacionais e estrangeiros. Isso porque as noções de turismo, nas últimas décadas, foram sendo

fundamentadas, principalmente, na origem dos visitantes/turistas, nos meios de hospedagem e nas alternativas de transporte. Porém, para referências como De La Torre (1994), Gastal (2002) e Panosso Netto (2005), o turismo precisa ser entendido também como uma experiência social e turística, que pode resultar na possibilidade do encontro entre esses visitantes/turistas e os moradores locais, assim como entre esses turistas e a natureza.

Por outro lado, quando questionado sobre a percepção de natureza, o interlocutor do Parque expressa um entendimento mais amplo, compreendendo natureza como:

tudo aquilo que a gente observa que vem do natural, que já é natural sem muitas transformações. Deixa eu dar um exemplo... Natureza para mim é... é isso. É o que tá ali, o que tá na terra, que tá disponível para a gente, para a gente conhecer, usufruir, que traz o equilíbrio do corpo, da mente, da alma e que é pouco mexido pelo homem. A partir do momento que a gente transforma muito, deixa de ser natural, faz parte da natureza, mas deixa de ser natural, assim nesse sentido, entendeu? Turismo de natureza que a gente fala é o turismo em áreas naturais, em áreas pouco mexidas e pouco influenciadas, da forma como foi criada, assim que surgiu (Interlocutor I4).

Apesar de abrangente, a leitura do depoimento anterior parece sugerir uma percepção de natureza ainda fragmentada e exterior ao ser humano. Aomesmo tempo quase intocada, conforme menciona Diegues (2008), percebida a partir dos desejos e necessidades humanas, mesmo que esses sejam de cunho espiritual. Muito embora não se perceba, nessa citação, o que Ehrenfeld (1992) chamou de “arrogância do humanismo”: é importante que homens e mulheres passem, cada vez mais, a se enxergarem como parte dessa natureza e não desconectados dela, como lembra Pedrosa (2007).

Complementando esse ponto de vista, o discurso da natureza dissociável do ser humano, segundo esses autores, não deve ser reproduzido também quando se trata das noções de cultura, pois essa precisa estar em sintonia com as noções de naturezas e com a própria sociedade, conforme defendido por Loureiro (2004). E, sobre essa cultura, o interlocutor a compreende de duas maneiras:

É tipo natureza, assim, né? (risos). A cultura são... eu vejo de duas formas assim: tem a cultura de determinado local...(..) e tem a cultura no sentido mais amplo assim, de eventos culturais locais, por exemplo. É filmes, teatro... esse, esse sentido da cultura. Então, o Parque ‘tá’ mais relacionado à cultura de valorizar a cultura do entorno é... culturas do entorno, entendeu? Sem desvalorizar nenhuma delas e, sim, agregar. (...) A gente tem que aproveitar isso e trazer para dentro do Parque também expositores, artesãos da feirinha, por exemplo, convidar para vir nos eventos aqui, trazer essa

cultura para dentro do Parque, são as pessoas que estão produzindo informações daquele local pra vender para o turista e tal e integrar eles à unidade de conservação. Então, quando a gente fala de eventos culturais aqui, a gente 'tá' sempre querendo valorizar essa população, essas comunidades que têm no entorno, seja com a cultura do orgânico, a cultura da capoeira, que tem grupos de capoeira no entorno, a cultura, valorizar esse tipo de grupo. Então, a cultura para mim são as manifestações das comunidades, que elas são próprias dela, entendeu? E a gente tem que estar integrado, que o Parque tem as suas manifestações, suas formas de trabalhar integrado com a comunidade (Interlocutor I4).

A compreensão de culturas expressa pelo interlocutor destaca elementos culturais das localidades do entorno do Parque, sejam esses representados pelos modos de vida das populações ou pelos eventos culturais organizados nas cidades onde o Parque está localizado. Mas independentemente de seus significados, a leitura parece indicar a importância de ações locais que proporcionem o resgate e promovam as culturas das localidades do entorno do PARNASO.

Além disso, a interpretação do depoimento anterior sugere ainda, mesmo que indiretamente, a relação dessas culturas com as naturezas do lugar, uma conexão essencial para os mais diversos grupos sociais, conforme as premissas da presente tese, e que pode contribuir para o resgate das manifestações culturais locais. Nesse entendimento, as noções de cultura e de natureza estariam conectadas e não dissociadas como aponta Moscovici (1977, 2002, 2004) ao fazer uma crítica à visão fragmentada de mundo ocidental e da cisão entre cultura e natureza, um dos principais debates promovidos pelos estudiosos da psicossociologia e da ecologia social.

É interessante mencionar que assegurar essa (re)conexão entre natureza, sociedade e cultura pode ser entendida também como essencial para o desenvolvimento do turismo, em bases sustentáveis, nas localidades do entorno do PARNASO, segundo as principais premissas conceituais relativas ao *Turismo de Base Comunitária* mapeadas nesta tese. E isso pode ser percebido como um diferencial para a experiência turística, considerando uma maior possibilidade e qualidade no encontro de visitantes/turistas e moradores locais, preservando, assim, as culturas locais e as naturezas, como é recomendado no documento da *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*, intitulado *Culture, Tourisme, Développement* (UNESCO, 1997) e retratado também, posteriormente, na *Carta Internacional do Turismo Cultural* (UNESCO, 1999).

Dessa forma, a conexão entre turismo, natureza e cultura, além de ser percebida como possível, é vista como essencial para o desenvolvimento do turismo no PARNASO, segundo o seu gestor. Além disso, proporciona também o desenvolvimento socioeconômico das populações locais que vivem no entorno do Parque. Mas antes de se buscar entender como o TBC vem sendo desenvolvido no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, é necessário averiguar como o turismo vem sendo implementado nessa UC, tema do próximo eixo de análise.

b) Avaliando o cenário atual do turismo no PARNASO

A partir desse segundo eixo, buscou-se compreender o atual contexto do turismo no Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Nesse sentido, no que se refere à percepção do seu gestor sobre o turismo, observa-se que esse é visto como fundamental para o desenvolvimento local, embora ainda seja pouco explorado na unidade de conservação, conforme depoimento, a seguir:

Então, o turismo no PARNASO tem essas duas vertentes que eu já falei. A gente tem muita visitação de pessoas daqui da cidade e que tem o Parque como um atrativo natural, uma praia (a gente chama de praia do teresopolitano, porque é uma visitação de massa de Teresópolis que vem para se refrescar nas cachoeiras e curtir o dia no Parque) e tem as pessoas que vêm de fora, de outras regiões, de outra cidade pra conhecer o atrativo natural Parque Nacional da Serra dos Órgãos, seja para ir para a piscina, para as cachoeiras também, seja para fazer escalada, montanhismo e tal. E eu vejo o turismo incipiente assim, não 'tá' implementado, não 'tá' nos grandes roteiros de visitação, de destinos turísticos, mas tem crescido, cada vez mais, principalmente ligada à área de esportes na montanha, na área de escalada, trilhas, *trekking*, corridas de aventura... Tem algumas que a gente já faz aqui na região: trilhas de longo curso, pessoas que vêm de fora procurando esse tipo de atividade. Tem crescido bastante, mas ainda tá aquém daquilo que a gente comporta, o que a gente espera pra um parque nacional da dimensão que é o PARNASO (Interlocutor I4).

O cenário descrito pelo interlocutor parece retratar uma realidade não apenas do PARNASO, mas que parece ser comum também em outros parques pelo Brasil. Trata-se do número ainda inferior de visitantes nessas unidades de conservação, mesmo diante do potencial turístico. No caso estudado, o PARNASO recebe, anualmente, um número de visitantes ainda aquém da sua capacidade, apesar de todo o seu potencial e do que pode ainda representar para o desenvolvimento do turismo local. Sobre esse aspecto, o gestor da UC reforça que:

O PARNASO é esse local que a gente ‘tá’ falando. Ele é o ponto onde as pessoas vão relaxar, onde as pessoas vão escalar, onde as pessoas vão fazer uma trilha, vão estar em contato com a natureza, vão tomar um banho de cachoeira. Ele é o destino, as pessoas têm que saber aproveitar isso da melhor maneira é... a partir daquilo que elas têm disponibilidade ou disposição até no caso de guias e tal para fazer... aproveitar o Parque pra ser a alavanca do turismo, né? Teresópolis, por exemplo, por ter um parque nacional, um parque estadual e um parque municipal... Agora falando um pouquinho de Teresópolis, foca o turismo na feirinha, né? (risos) As pessoas que vêm para ficar o final de semana vêm para ficar em contato com a natureza e ir na feirinha, mas não para vir ao Parque ou para ter uma experiência em contato... Então o Parque tem esse papel, ele é o atrativo agora, mas as pessoas têm que estar aqui, ele pode se transformar, pode, mas vai estar sempre aqui, né? A gente espera e as pessoas do entorno têm que entender isso e captar os turistas pro Parque, trazer para dentro da unidade de conservação para ter essa experiência (Interlocutor I4).

Apesar de o Parque ser reconhecido pela sua beleza cênica, com muitas paisagens naturais, cachoeiras, poços, além de animais e plantas endêmicos ou em processo de extinção e, também, da sua importância sociocultural, esse número continua abaixo da expectativa de visitação anual. Toda essa sociobiodiversidade¹⁰⁸ pode indicar o potencial ainda a ser desenvolvido para o turismo, em bases sustentáveis, tanto para o próprio Parque como para a região do entorno, como é o caso do município de Magé.

Nesse sentido, o turismo pode ser uma via capaz de fortalecer o sentimento de pertencimento das populações locais em relação ao PARNASO. Ao mesmo tempo em que estimularia as economias locais. Diante dessa relevância, a administração da UC poderia investir mais recursos para a conservação das suas áreas e, ainda, planejar novas propostas para o Parque. O desafio, neste caso, consiste em identificar e promover ações que fomentem o turismo, em bases sustentáveis, integrando-o a essa diversidade natural e sociocultural.

Nesse sentido, para ampliar o número e diversificar o público visitante, uma das ações atuais da gestão do PARNASO, de acordo com o interlocutor, parece ser, justamente, a divulgação de novos empreendimentos no Parque, principalmente no período de alta estação e férias escolares, como observado no trecho em destaque a seguir:

Então, a gente espera que mais pessoas venham e que se distribuam mais na unidade de conservação. A gente até conversa bastante isso aqui, que esse público de verão, por exemplo, a galera que vem para curtir a piscina e a

¹⁰⁸ Esse termo vem sendo compreendido como a trama tecida com as múltiplas culturas, seus saberes e modos de vida locais, e os fios que compõem à biodiversidade local e ao uso sustentável que é concedido dos recursos naturais e culturais.

cachoeira acabam ficando muito focadas naqueles locais e... a gente ‘tá’ sempre procurando abrir outros poços, outros pontos para a galera ficar mais distribuída e acabar andando mais pelo Parque e não ficar concentrada num determinado ponto, então o que a gente espera é isso: que as pessoas usufruam mais das áreas que o Parque tem disponíveis para serem utilizadas e não fiquem em um determinado ponto porque ali já virou, tipo o Poço Verde. Todo mundo fala, “ah, o Poço Verde é lindo, lindo, lindo” e acaba indo só para o Poço Verde, mas não conhece o Poço da Capela, o Poço do Selo, da Preguiça, os outros poços da sede de Guapi, entendeu? Então, é distribuir mais esses visitantes em outras áreas do Parque que são tão bonitas quanto aquelas que viralizaram (Interlocutor I4)

A iniciativa de criação de novos atrativos e da divulgação interna dos já existentes parece ser apenas um dos desafios atuais da UC. Somados a esse, há outras prioridades que necessitam de ações conjuntas e de investimentos financeiros. No entanto esses recursos parecem ser, cada vez mais, escassos e insuficientes para prover os serviços de manutenção e de infraestrutura básica para promover e receber os visitantes e turistas já frequentes no Parque.

Sobre essa visitação, é válido ressaltar que não há registros de danos graves em alguma instalação ou localidade do Parque. O que vem se percebendo é a presença de lixo em algumas áreas de maior concentração de visitantes e, em alguns casos, de pichações, de acordo com o interlocutor entrevistado. Esses são citados como atos isolados e que não inviabilizariam o crescimento do número de visitantes no Parque.

No que se refere ao desenvolvimento do turismo no PARNASO, o gestor esclarece que todo o planejamento turístico e a execução de propostas futuras com esse objetivo estão fundamentados no atual Plano de Manejo¹⁰⁹. Esse documento técnico orienta o manejo dos recursos naturais e do uso público do Parque, contando, mais especificamente, como *Programa de Uso Público* no seu escopo, conforme ressaltado pelo gestor, no trecho em destaque a seguir:

Ali a gente coloca todas as nossas metas e objetivos da unidade de conservação, estão nesta área do uso público. Então o planejamento fica focado ali. E como a gente trabalha com concessão, nós temos uma concessionária¹¹⁰ hoje que a gente ‘tá’ em fase de renovação desse contrato de concessão que vence em 2020, é... o próprio termo de referência para

¹⁰⁹ O atual Plano de Manejo do PARNASO foi elaborado em 2008 e, atualmente, a sua atualização vem sendo discutida pela gestão do Parque.

¹¹⁰ Atualmente a Concessionária HOPE RH é a empresa responsável pelos serviços de cobrança de ingressos, estacionamento, *camping*, manutenção de trilhas e operação dos abrigos de montanha no PARNASO.

contratação de uma nova empresa para trabalhar no Parque tem sido com esse posicionamento também que a gente tem feito para ordenar o turismo no Parque, a gente tem esse termo de referência, que ali diz tudo como vai ser o trabalho da concessionária, em consequência como vai se dar o turismo aqui na unidade de conservação (Interlocutor I4).

Ainda sobre a revisão desse Plano de Manejo que, dentre outros objetivos, regula e orienta a prática do turismo no Parque, o gestor esclarece que as reuniões com a equipe de gestão e com os conselheiros já estão acontecendo e que o planejamento turístico continuará sendo um dos temas prioritários nesse documento:

Nós temos um encarte específico de planejamento do turismo e da visitação no parque nacional e daí tem sido discutido. Ali, a gente coloca as nossas metas, objetivos e até com relação a número de visitantes. Aí, no próximo ano [2020], o que a gente pensa em abrir para visitação de novos atrativos e as concessões que devem ser feitas, o que a gente vai trabalhar ou não vai trabalhar com concessão, o que não vai trabalhar com concessão, entendeu? É... isso aí, dentro desse planejamento, desse replanejamento do Plano de Manejo (Interlocutor I4).

Sobre essas parcerias público-privadas (PPP), o gestor destaca que algumas iniciativas dessa natureza precisam ser mais incentivadas por se tratar de uma cooperação capaz de auxiliar na melhoria dos serviços ofertados e da infraestrutura básica para receber os visitantes. Além disso, disponibiliza também mais tempo dedicado para a própria gestão do Parque. Assim, a equipe gestora passaria a se preocupar com outros temas, mais técnico-administrativos, comuns a uma unidade de conservação. Nesse sentido, o gestor esclarece:

É, assim... falando particularmente de mim, que sou o gestor atual do Parque, eu entendo que têm alguns tipos de serviços que devem ser concessionados mesmo, que têm coisas que a gente não deve se preocupar, que esse serviço deve estar disponível pro turista e pro visitante, que é interessante ter esse tipo de serviço. Um exemplo, pousada. É interessante ter dentro do Parque uma pousada funcionando, mas não cabe à gestão do Parque ficar responsável pelo serviço de camareira, ficar preocupado se o frigobar está abastecido, se o lençol 'tá' lavado ou não, ou até em retirar esse lençol, pegar, lavar, agendar hóspedes. Então, nisso aí, uma parceria privada é fundamental para tocar esse tipo de serviço que vai gerar um tipo de produto ou atrativo diferenciado para o visitante, entendeu? Agora tem muitas outras coisas, o cerne de um parque nacional é a conservação da biodiversidade, as pesquisas científicas, o trabalho de educação ambiental, como vai ser direcionada essa educação ambiental, o que a gente vai falar nas nossas palestras, apresentações, daí tem que ser uma coisa mais pública mesmo. Mas serviços específicos que demandem divulgação, trabalho mais específico do setor privado, acho que devem, realmente, ser concessionados.

E essa parceria é fundamental para implementar isso para ter esse tipo de atividade, porque senão a gente, realmente, não daria conta de fazer tudo com o setor público (Interlocutor I4).

O exemplo da pousada, mencionado no depoimento anterior, ilustra a dificuldade da equipe de gestão do Parque de gerir alguns projetos que, segundo o interlocutor, devem ser administrados pela iniciativa privada. Nesse caso, após funcionar por mais de dez anos, a pousada precisou encerrar suas atividades para serviços de manutenção e, até a conclusão desta etapa metodológica, o prédio encontrava-se fechado, segundo explica o gestor:

Então, é o caso da nossa pousada aqui que a gente ainda não conseguiu, a gente tem um prédio aqui dentro da sede de Teresópolis, que é a pousada do Parque e que ela funcionava muito bem, em parceria com um ente privado. Ela funcionou durante, talvez, dez, quinze anos e a gente pegou aquilo... Eu cheguei aqui e ela já estava fechada, então ela funcionou aqui até 2006, 2005. Não sei ao certo, o ano exato, só que a gente, o ICMBio, tirou do parceiro privado para fazer uma reforma, para depois concessionar e entregar novamente para o setor privado e, infelizmente, não teve essa... Como expandiu muito o número de quartos, o investimento ficou mais caro, a gente não conseguiu um parceiro privado ainda, só que é um exemplo clássico... Como a gente não conseguiu um parceiro privado para tocar aquilo, o negócio 'tá' fechado (Interlocutor I4).

Nesse contexto, o gestor reforça a importância da parceria com o setor privado, mas ressalta o cuidado e a atenção exigidos nas etapas de elaboração dos editais de concessão para que a gestão da unidade de conservação continue sob a chancela do poder público, cabendo à iniciativa privada apenas a instalação de serviços de apoio à visitação na unidade de conservação:

Então, no caso da pousada, teve uma falta de interesse no passado, né? Porque segundo o pessoal que participou das licitações, a gente estava exigindo uma contrapartida muito alta em termos de hospedagem para funcionário ou o valor era muito alto que inviabilizava o projeto, né? Então, tudo isso 'tá' sendo mudado para ser lançado novamente. Então, é um exemplo de que o prédio acabou ficando fechado, já 'tá' há treze ou catorze anos sem ninguém ocupar e aí vai acabando, porque um prédio sem uso vai acabando. E a iniciativa privada seria fundamental para ter a manutenção daquele espaço ali, desse serviço pro visitante. E por aí vai, é *camping*, é abrigo de montanha, o que hoje é concessionado eu vejo que é legal dessa forma. Assim, a gente não, o pessoal fala: "Ah, 'tá' entregando os parques para a iniciativa privada", só que eu não vejo assim, porque a gente tem total controle da concessão e a política institucional continua sendo ditada por nós e não pelo ente privado, entendeu? Ele segue as regras daquilo que a gente, a gente [ênfase] estabelece. O que tem que ter cuidado é na hora de criar os

termos de referência, de criar os editais é colocar essas regras bem claras pra ficar claro que, assim, o trabalho de educação ambiental, a sensibilização, a informação que vai ser passada para o visitante vai ser do ente público e não do privado. É mais ou menos isso (Interlocutor I4).

Assim, de acordo com o interlocutor do Parque, esse vem sendo o entendimento também de gestores de outras unidades de conservação, como também da gestão do ICMBio, conforme esclarecido no depoimento, a seguir:

Eu acho que eu estou meio que alinhado nessa diretriz nacional, agora com essa mudança de governo parece que vai ser é... Isso aí vai ser mais incrementado. Eu não sei ainda até onde eles vão, entendeu? Até onde vai chegar essa relação com ente público e o privado, o que vai ser entregue para o ente privado fazer. Só que dessa forma, como vinha sendo feita, é uma política nacional. É o que foi feito nas licitações anteriores do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, de Itatiaia, estão seguindo essa linha de entregar a parte comercial da unidade de conservação para o ente privado administrar e a parte de conservação da biodiversidade, de educação ambiental, pesquisa, proteção fica com o ente público, né? Então, essa tem sido a diretriz, não sei se vai mudar alguma coisa nesse sentido (Interlocutor I4).

Ainda discorrendo sobre essa modalidade de concessão, é relevante mencionar que essas iniciativas, aqui tomadas em sentido amplo, são diversas e devem ser concebidas à luz de cada necessidade e objetivos específicos das UCs, no caso brasileiro. Esse é um tema complexo que provoca algumas reflexões. É possível conceber uma experiência de PPP que resulte em lucro para o parceiro privado, ao mesmo tempo em que mantenha o caráter tanto ambiental quanto de lazer/entretenimento do Parque? E o que efetivamente deve ser concessionado à iniciativa privada? Essas parcerias se configurariam como concessões de serviços ou concessões de áreas? Essas parcerias representariam um obstáculo ou um atenuante para a implementação de iniciativas de TBC no Parque e em seu entorno?

A leitura dos depoimentos anteriores parece sugerir que essas parcerias estão sendo percebidas como uma alternativa para o desenvolvimento do turismo no PARNASO e, por sua vez, para o investimento em projetos e para o custeio de despesas de manutenção da infraestrutura do Parque. É válido destacar que, essa vem sendo também uma diretriz da atual gestão do Ministério do Turismo, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. Nesse sentido, vêm sendo orientadas e incentivadas a manutenção de programas e a execução de

novas parcerias entre o setor privado e a gestão dos parques nacionais com a finalidade de aumentar o número de visitantes nessas unidades de conservação.

No entanto, muito embora essa possa parecer uma alternativa instigante, no plano teórico, a sua execução pode fazer despontar alguns obstáculos e/ou resultados indesejáveis que, muitas vezes, são potencializados em decorrência dos longos prazos de concessão, como normalmente são regidos esses contratos. Isso, caso o modelo proposto se expresse inadequado ou a parceria revele problemas recorrentes e intransponíveis. No que se refere aos projetos de *Turismo de Base Comunitária*, cabe questionar até que ponto as populações locais poderão elaborar, executar e desenvolver iniciativas futuras, dessa natureza, em meio aos projetos de concessões entre o setor privado e a gestão do PARNASO? Esse é um questionamento que parece estar longe de ser respondido no âmbito da gestão pública.

Ainda sobre o *Turismo de Base Comunitária*, no próximo eixo de análise, será possível observar, ainda que sinteticamente, como experiências de TBC estão sendo aplicadas no âmbito do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e se há projeções futuras para o fomento de novas iniciativas dessa natureza.

c) O contexto do TBC e dos *Caminhos da Serra do Mar* no PARNASO

De acordo com o interlocutor entrevistado, a experiência de *Turismo de Base Comunitária* no PARNASO e em seu entorno tem sido interpretada como uma realidade atual, consubstanciada com base no SNUC (2000), que prevê o fortalecimento e a implementação de infraestrutura de uso público e de incentivo ao turismo ecológico nos parques nacionais.

Nesse sentido, um dos objetivos da atual gestão do Parque Nacional da Serra dos Órgãos é, justamente, desenvolver ações alternativas de turismo, como o TBC, que incorporem critérios ambientais e que não sejam pautadas na exploração intensiva dos recursos naturais do Parque, reconhecido nacional e internacionalmente pela sua biodiversidade e, por isso, detentor de um forte apelo turístico ainda não explorado em sua totalidade. Assim, o TBC vem sendo interpretado pela gestão do Parque como uma via capaz de proporcionar o desenvolvimento do turismo, em bases sustentáveis, desde que essa prática seja articulada com a população local:

um turismo que seja oriundo da comunidade. Assim, a comunidade quer aquilo e executa aquilo. Não é, não é a gente chegando e ditando naquela,

naquela comunidade. Então, seria despertar, faz parte do papel do poder público despertar na comunidade que ela tem o potencial turístico e que ela deve se organizar, deve não, que ela pode se organizar para receber os turistas, caso ela tenha interesse em trabalhar com isso e gerar uma renda extra e tal. Só que nunca forçada tem que ser uma coisa que eles vejam aquilo como interessante para eles e trabalhem em parceria com o destino que seja o Parque, que seja qual for o destino... É querer tentando e fazendo, produzindo os serviços turísticos necessários, uma pessoa fazer comida, outra vai vender algumas coisas, outra vai ser o guia e por aí vai, todo mundo ganha e a comunidade ganha visibilidade, ganha... estrutura e as pessoas ganham dinheiro, o Parque ganha visitante e por aí vai. Mas nada forçado, tem que ser uma coisa que eles queiram (Interlocutor I4).

Entre os pontos mencionado por esse interlocutor, há um que merece destaque nesse depoimento. Trata-se da motivação inicial das populações locais, no caso, dos moradores do entorno do PARNASO, para a criação de iniciativas de TBC. Esse é um tema complexo que vem sendo estudado desde os primeiros trabalhos acadêmicos de autores que abordaram o TBC, no mundo e que foram aqui mencionados, como Murphy (1985) e Krippendorf (2009) e, mais recentemente, por pesquisadores como Lucchetti, Font (2013) e Lalayan (2014).

Para esses autores, a elaboração, o planejamento e a execução dessas iniciativas turísticas devem surgir a partir de uma demanda local, de uma inspiração dos moradores locais, ao contrário de uma iniciativa preconizada e gerida de forma exógena, como alerta Sharpley (2009). Nesse caso, o impulso externo pode dificultar o diálogo entre moradores locais e atores estratégicos e potencializar as chances para o fracasso dessas iniciativas, como enfatiza Scheyvens (1999, 2002).

Nessa perspectiva, serão as populações locais que melhor irão lidar com as questões específicas e de interesse da própria localidade. Entretanto, ainda segundo o gestor do Parque, seria possível incentivar iniciativas dessa natureza:

Mas quando eles não querem, a gente pode dar um empurrãozinho, mas não quando eles não querem, quando é quando eles não despertaram que aquilo tem um potencial porque muitas vezes eles nasceram ali, verem aquela cachoeira e “há, pô, uma cachoeira e tal...”. Mas a pessoa que sai do Rio ou de uma grande cidade, São Paulo, e passar o final de semana em contato com a cachoeira, um barulhinho de água faz toda diferença (...). Então, às vezes, o comunitário não tem essa percepção de que aquilo dali, ele tem um potencial de receber as pessoas e de transformar as pessoas e acaba não utilizando. Então, a gente tem esse papel de dar esse empurrãozinho, mas tem que ter a vontade deles (Interlocutor I4).

Essa parece ser uma questão complexa e delicada de acordo com a análise da literatura especializada e dos documentos de referência abordados nesta tese. Isso porque, apesar da percepção do potencial turístico local, através do olhar do ator externo, é imprescindível que o turismo seja uma iniciativa desejada pelos moradores locais e não apenas que esses participem de uma parcela das muitas etapas do planejamento. Esse direcionamento externo pode comprometer o êxito de um projeto de turismo local, assim como de propostas futuras, conforme já ressaltado por Simmons (1994), Swarbrooke (1999), na década de 1990, e mais recentemente, na década de 2010, com trabalhos de Kim, Park e Phandanouvong (2014).

Para esses autores, a intenção e a efetiva participação social dos atores locais estão no cerne dos principais desafios a serem enfrentados para a execução e o êxito das propostas de TBC, no mundo. No cenário nacional, os estudos são mais recentes e ainda há uma certa carência de publicações que discorram sobre o “estado da arte” dessas iniciativas, no país. Entretanto, alguns autores nacionais já trazem esse tema como uma questão complexa e essencial para o desenvolvimento do TBC no país.

Por sua vez, sendo o turismo local um tema de interesse para a população local, o diálogo e a participação dos demais atores envolvidos (academia, gestão pública e privada) pode resultar na incorporação de novos conhecimentos, em função do aprendizado de outras competências para essas localidades do entorno do Parque.

Em sintonia com essas populações locais, o TBC pode contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das localidades do entorno do PARNASO, bem como para o resgate e valorização das culturais locais, como enfatiza o interlocutor do Parque:

tipo a gente fala de turismo de base comunitária, a gente tá falando de turismo de base comunitária, a gente tá querendo valorizar a cultura daquele determinado local, seja de pequenos agricultores, seja de agricultores, de doceiras, de... É de comida caseira, cultura... (Interlocutor I4).

E, assim, os moradores poderão desenvolver a capacidade endógena de realizar ações coletivas e em rede, uma competência que vem sendo defendida como uma premissa fundamental para o sucesso de iniciativas de TBC, ao mesmo tempo em que estarão fortalecendo o sentido de protagonismo local. E, por essa via, o planejamento do turismo local tenderá a contribuir, também, para a afirmação das identidades e para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, como ressaltado por La Rovere, Irving e Lima (2015).

Tendo em vista esse contexto, mas saindo do discurso teórico, buscou-se investigar nesta oportunidade de interlocução se já existiam experiências de TBC no PARNASO e em seu entorno. De acordo com o gestor, atualmente, o projeto *Caminhos da Serra do Mar*, idealizado em 2012, vinha sendo tratado como a única iniciativa de TBC no Parque. Segundo ele:

Os *Caminhos da Serra do Mar* é uma iniciativa que a gente tenta envolver as comunidades por onde os Caminhos passam. Ele começa em uma comunidade, entra na unidade de conservação, faz essa trilha por dentro da unidade de conservação e termina em outra comunidade do entorno. E ele já foi desenhado para que ele passasse pelas comunidades chaves, onde a gente teria mais problemas assim, ou precisava de um maior contato com os comunitários, ali temos problemas de fogo, passarinhos, caça, essas coisas assim. Então, o objetivo foi juntar o turismo, promover através do turismo uma conscientização da comunidade, eles poderiam ter uma fonte de renda com o Parque diferente daquelas que eles vinham tendo (Interlocutor I4).

Para promover o envolvimento dos moradores do entorno, a gestão do PARNASO tem realizado alguns cursos de formação específicos, conforme pode ser observado no depoimento a seguir:

Então, a gente já promoveu nessas comunidades cursos de formação de condutores, né? (...) Na semana passada [Fevereiro de 2019], atrasada, foi feito aqui um curso de formação de *Turismo de Base Comunitária* onde a gente promoveu... Foi feita uma seleção das pessoas que moravam próximas ao Parque, então tem essas iniciativas para trazer essa galera para dentro da gestão da unidade. E nesse curso foi bem interessante... Eles vão ter uma... O curso não foi presencial naquela semana, eles têm um trabalho para fazer trabalho voluntário durante um determinado período de tempo, quarenta horas de serviço voluntário para a unidade de conservação e a gente procurou direcionar os trabalhos para as comunidades onde eles moram, entendeu? Eles vão desenvolver alguma coisa na comunidade por eles já serem locais, eles desenvolverem alguma coisa ali e ajudarem nessa divulgação dos atrativos, na própria conscientização dos moradores e por aí vai (Interlocutor I4).

Além desses cursos, a gestão do Parque também vem disponibilizando para os moradores do entorno do PARNASO o curso de formação para condutores de turismo, de acordo com a procura desses moradores e da demanda dos turistas. Segundo o interlocutor, essa se constitui em mais uma iniciativa para integrar a população local ao Parque e para promover o projeto *Caminhos da Serra do Mar*, de acordo com a síntese do depoimento seguinte:

Então, a gente tem feito capacitação com os condutores. A gente tem um grupo hoje de trinta e cinco, trinta e seis condutores cadastrados e autorizados pelo Parque. A gente vê... É uma relação ótima porque são grandes parceiros nossos e sempre que a gente precisa de alguma coisa, eles que são os primeiros a oferecerem os seus serviços porque conhecem o Parque muito melhor que a gente, cada um na sua área, na sua região, na sua área de abrangência e conhecem o Parque até melhor que a gente, são os nossos condutores, são os nossos mateiros, são os nossos 'resgatistas' quando tem algum tipo de problema que identificam pra onde que o visitante pode ter se perdido e tal. (...) E essa capacitação é feita sempre que a gente vê a necessidade de visitantes questionarem que tem, que estão procurando, pela lei da oferta e da procura, assim (...). Aí, a gente promove a condução ou abre um atrativo novo, como é o caso dos *Caminhos da Serra do Mar*, aí promover uma capacitação específica para pessoas do entorno, ali dos *Caminhos da Serra do Mar*, lá da Vila Inhomirim, do Caxambu, do Bonfim para poder promover aquele local específico (Interlocutor I4).

Muito embora algumas atividades já tenham sido concluídas ou estejam em execução, a leitura dos depoimentos anteriores sugere que ainda há ações que precisam ser aprimoradas e desenvolvidas para a promoção efetiva dos *Caminhos da Serra do Mar*. O mapeamento dos atrativos potenciais (natural e cultural) dos trechos, assim como o mapeamento e sistematização dos moradores locais que já exerçam ou desejem trabalhar com o turismo, estão entre algumas dessas ações. Mas, na opinião do interlocutor, já foram dados alguns passos nessa direção, principalmente a partir de uma parceria formada com o Sebrae e, posteriormente, entre a gestão do Parque e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), conforme pode ser conferido no trecho em destaque a seguir:

Então, o trabalho que foi feito... Nós fizemos dois trabalhos específicos nos *Caminhos da Serra do Mar*. Um foi pelo SEBRAE, que fez um diagnóstico lá das comunidades. Acho que fez do Caxambu e... Acho que foi Caxambu e Vila Inhomirim também. E o trabalho da Frances [Pesquisadora do Gapis/IP/UFRJ], né? A Frances também fez um trabalho nos *Caminhos da Serra do Mar*, um trabalho de diagnóstico e tal. A equipe do Parque em si não. A gente tem incentivado pesquisadores quando vêm para trabalhar no Parque, a gente fala: "Não, temos um local que a gente precisa de informações, que nem agora com esse curso de Turismo de Base Comunitária, a gente incentivou um grupo a fazer o trabalho lá no Castelinho porque a gente quer incluir o Castelinho nos *Caminhos da Serra do Mar*. Aí vão fazer diagnóstico, vão levar alunos, crianças, adultos pra sentir o potencial, ver os usos da área... Então a gente incentiva que pessoas realizem trabalho. A gente mesmo promover esse tipo de atividade ainda não (Interlocutor I4).

Mais especificamente sobre os *Caminhos da Serra do Mar*, o gestor esclarece que essa iniciativa já foi implementada nos trechos que estão na área do PARNASO e que, anualmente, vem sendo realizada a manutenção das trilhas que estão nos limites do Parque. Entretanto, ainda serão necessários alguns esforços para executar a segunda fase do projeto que visa estendê-lo para os limites das unidades de conservação próximas ao PARNASO, conforme comenta o interlocutor:

A gente tem feito a divulgação nas redes sociais e tal, principalmente na rede do Parque. A gente não tá dando conta de... Teve uma redução drástica das pessoas da área administrativa aqui. E, assim, essa parte de divulgação, esse trabalho terminou ficando um pouco de lado, né? Mas assim, os *Caminhos* está implementado, o que a gente 'tá'... buscando como uma próxima etapa, que é fazer a ligação com outras trilhas em curso para formar as megatrilhas, né? Que tem o *Caminho da Mata Atlântica*, tem a trilha do Oiapoque ao Chuí, que é o projeto do ICMBio, das botinhas. A gente conseguiu, por exemplo, ligar, que é o próximo passo, ligar a Vila Inhomirim, que é o início dos *Caminhos da Serra do Mar*, no Parque, ligar à *Transcarioca*, no Rio de Janeiro e aí já formaria um bloco maior dessa trilha. Só que a gente tem sentido uma dificuldade maior nas áreas das unidades de conservação vizinhas porque o que estava dentro do Parque (PARNASO) a gente fez, a parte que começa lá na Vila Inhomirim, a pessoa entra na Vila Inhomirim e saí aqui em Teresópolis. Só que antes da Vila Inhomirim ela tem que... tem... a ideia seria passar pela APA ESEQ da Guanabara, que é fazer o passeio náutico ali, ligando com a *Transcarioca* e, pra cá de Teresópolis, seria o Parque Estadual dos Três Picos. Então, a gente depende um pouco da iniciativa dessas pessoas para dar continuidade ao projeto, né? Mas assim, a parte do Parque 'tá' toda implementada, é feita uma manutenção, é sinalizado e divulgado (Interlocutor I4).

Apesar de o depoimento anterior indicar alguns desafios que ainda precisam ser transpostos para o êxito desse projeto, o interlocutor enfatiza que, atualmente, o número de pessoas que já percorreu todo o trecho dos *Caminhos*, no PARNASO, ou parte dele, já demonstra o quanto esse projeto vem sendo bem-sucedido. Conforme também menciona o gestor do Parque:

Então, a gente fez um levantamento há alguns anos atrás (...) não lembro se foi em 2016 ou 2015, que a gente colocou um contador de visitantes e a gente viu que no período, lá em *Cobiçado-Ventania*, que é uma trilha intermediária, a primeira é o *Caminho do Ouro*, aí vem *Cobiçado-Ventania* e depois *Uricanal*. A gente colocou em *Cobiçado-Ventania* e a gente viu pelo período de temporada, de três meses, passaram por lá mais de mil pessoas na trilha, né? Então ele tem sido procurado, tem sido feito e a galera tá fazendo, só que como a gente só tem o controle da galera da travessia, a gente não sabe quantas pessoas estão fazendo, só fez essa amostragem para esse período. Agora, a gente tá comprando um contador desse de visitantes para instalar novamente, em definitivo, né? Então, a gente vai ter esse número

exato até para poder... como forma de divulgação e, às vezes, de conseguir recursos, de apoio para projeto e tal, mostrar que deve ‘tá’ sendo feito (Interlocutor I4).

Com base na percepção do gestor, os *Caminhos da Serra do Mar* já demonstra ser a principal iniciativa de *Turismo de Base Comunitária* do PARNASO, tornando-se, portanto, uma realidade para moradores do entorno e visitantes. Isso, notadamente, considerando apenas o percurso traçado dentro do Parque, uma vez que o projeto inicial compreende a extensão dessas trilhas para além dos limites dessa unidade de conservação.

Assim, segundo o interlocutor, o desafio atual é dar continuidade e ampliar os *Caminhos* para outras unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro, inclusive com pretensões para que toda a trilha seja percorrida até a região turística da Costa do Sol, mais precisamente na área compreendida pelo *Parque Estadual da Costa do Sol*, chegando até a cidade de Niterói, conforme pode ser observado no trecho em destaque a seguir:

Então, quando esse caminho foi idealizado lá em 2012, eu estava recém-chegado na chefia do Parque, eu participei de um curso com o Pedro Menezes sobre trilhas de longo curso, esse curso que ele tem incentivado bastante Brasil afora, a criação de trilhas de longo curso e tal, eu fui um dos incentivados dele. E lá a gente saiu com esse projetinho dos *Caminhos da Serra do Mar*. A ideia que eu tive no início assim, conversando com a equipe era ele continuar pelo *Parque Estadual dos Três Picos*, descer pela *APA Macaé de Cima*, pegando a região de Sana e tal e chegando entre Rio das Ostras e Cabo Frio, porque dá para chegar por ali e... fazer a volta, daria para passar pelo *Parque Estadual da Costa do Sol* e chegar até Niterói, pegando a *Transcarioca* pela outra ponta dela, entendeu? De Niterói. Só que aí depende muito da vontade dos outros gestores. A gente chegou a fazer algumas reuniões, eu fui pessoalmente em reunião de conselho do *Parque Estadual dos Três Picos*. O chefe da *APA de Macaé de Cima*, na época que a gente fez esse desenho, ele ‘tava’ bem envolvido, mas aí no estado teve toda essa mudança tal, então a gente acabou não tocando isso pra frente, ficou só no campo das ideias (Interlocutor I4).

Com isso, uma parte do projeto inicial continua ainda no plano teórico, notadamente a etapa que pretende integrar outras unidades de conservação do estado e, que, por consequência, uniria, de certa forma, três das regiões turísticas do Estado do Rio de Janeiro, a *Baixada Verde*, a *Serra Verde Imperial* e a *Costa do Sol*.

Essas duas últimas se identificam como “polos irradiadores” para o desenvolvimento turístico no estado, representadas pela Região Serrana e pela Região Costeira Fluminense e, ao mesmo tempo, promove-se a *Baixada Verde*, região reconhecida pela sua diversidade

natural e cultural e ainda pouco explorada turisticamente. Juntas, essas três regiões compõem um mosaico único, com culturas e cenários naturais diversos que são entrelaçados pela união da serra com o mar, um “encontro” que surpreende turistas nacionais e estrangeiros, conforme destacam as autoras Irving, Corrêa e Moraes (2011).

Entretanto, para que o projeto seja concluído integralmente, é necessário, entre outras ações, que os *Caminhos* venham a ser discutidos como um tema prioritário no âmbito dos conselhos e câmaras técnicas de turismo e das gestões das unidades de conservação descritas, anteriormente, pelo gestor do PARNASO. Esse tema deveria, inclusive, ser tratado como pauta do *Mosaico Central Fluminense*¹¹¹, na opinião do interlocutor entrevistado, em virtude de os *Caminhos* representarem uma via capaz de promover o desenvolvimento socioeconômico das populações locais e do próprio turismo nas UCs. No entanto, continua sendo uma realidade apenas do PARNASO, sem uma coordenação própria e sem a integração dos demais atores estratégicos nesse processo, conforme destacado no trecho a seguir:

Não existe uma coordenação geral para o projeto em si, não. Tem eu aqui no Parque junto com a minha equipe de monitores, a galera que montou aqui do uso público, que a gente faz no âmbito do *Parque Nacional da Serra dos Órgãos*, mas não tem, tipo, o *Mosaico Central-Fluminense* adotou esse projeto como sendo um projeto interessante então todas as unidades de conservação passarão a conversar sobre isso, não tem isso. Já foi apresentado para o Mosaico também e tal, mas eu acho que o *Mosaico* ‘tá’ meio enfraquecido, não tem feito reuniões, não tem tocado agenda, eu acredito até que isso é uma agenda muito importante pro *Mosaico* se tocasse esse projeto, né? (Interlocutor I4).

A leitura do trecho anterior parece sugerir que existe ainda um longo caminho a ser percorrido para a execução completa do projeto *Caminhos da Serra Mar*, por motivos que foram sinteticamente aqui apresentados, como a carência de profissionais, de estratégias de divulgação, de parcerias e da participação de moradores das localidades, percebida ainda como abaixo das expectativas pela gestão do PARNASO. Mesmo ponderando sobre essas dificuldades mencionadas, de acordo com o gestor da UC, os números de visitantes e de turistas que estão percorrendo os trechos dos *Caminhos* já são considerados satisfatórios. Além disso, esses visitantes e turistas não só vivenciam essa experiência de TBC, como

¹¹¹ O *Mosaico Central Fluminense* é composto pelas seguintes unidades de conservação: ESEC: Estação Ecológica; MONA: Monumento Natural; PARNA: Parque Nacional; PE: Parque Estadual; PNM: Parque Natural Municipal; REBIO: Reserva Biológica; APA: Área de Proteção Ambiental; RPPN: Reserva Particular do Patrimônio Natural (COSTA; LAMAS; FERNANDES, 2010).

também contribuem de alguma forma para a divulgação e a fiscalização dos *Caminhos*, conforme observado no depoimento do gestor, em destaque, a seguir:

O projeto dos *Caminhos* envolve também a sua proteção. A ideia dele é, justamente, combater... a gente identificou a primeira expedição que a gente fez dos *Caminhos*, a gente achou armadilha de caçador, passarineiro... O pessoal até achava: “então, você é maluco de colocar o pessoal andando por lá? Incentivar o pessoal a fazer montanhismo? Fazer trilha? Tendo esse monte de caçador!”. Mas, não, a gente viu que o turismo é uma ferramenta de proteção daquele espaço, entendeu? Então como a gente não pode estar presente o tempo todo, nós temos uma equipe reduzida. A gente acredita que o turismo é o principal, é a principal política que a gente tem usada é essa, o turismo como uma forma de proteção daqueles espaços, que além da presença dele ser uma presença também que inibe a caça, eles relatam também, pra gente, o que está acontecendo naqueles espaços. (...) Então, a gente ‘tá’ incentivando o turista para trazer essas informações pra gente e inibir essas ações também (Interlocutor I4).

Com base na interpretação desse depoimento, o turista é concebido não apenas como um ator estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do entorno do PARNASO, mas também é reconhecido como um ator fundamental para a fiscalização e a conservação ambiental dessa unidade de conservação. Isso porque esse turista passaria a denunciar ações danosas ao ambiente tanto natural quanto artificial do Parque, incluindo casos como a extração vegetal, a caça predatória, o acúmulo de lixo, as pichações nas rochas e outras formas de degradação da infraestrutura da UC. Com isso, de acordo com o interlocutor entrevistado, essa relação ilustraria uma ação efetiva de integração entre as políticas públicas de proteção da natureza e de turismo.

Com base nesse ponto de vista, o turista é reconhecido ainda como um agente multiplicador para a educação ambiental no Parque. Entretanto, é necessário refletir sobre o papel desse ator como um agente fiscalizador, ao mesmo tempo em que, a sua própria presença física naquela UC, pode repercutir em impactos negativos. Assim, é interessante considerar, no âmbito do planejamento turístico, o grau de conhecimento desse turista sobre os impactos que ele mesmo possa causar durante a sua visita ao Parque, através de suas ações, condutas e até mesmo pela forma como venha a explorar o ambiente em busca de satisfazer suas motivações pessoais. Além disso, é importante que a gestão do Parque considere os riscos que o turista possa vir a sofrer com as denúncias sobre possíveis danos ambientais percebidos nos limites do PARNASO.

Da mesma forma, no âmbito da dimensão cultural, o gestor do Parque menciona que vem sendo possível integrar ações de cunho cultural às políticas de proteção da natureza, com ênfase em iniciativas que promovam o resgate e a valorização das culturas das localidades do entorno da UC, como ilustrado no depoimento a seguir:

É possível integrar, sim, mas é a questão do pertencimento também, assim. A partir do momento que eles veem que o Parque está valorizando, eles, eu acho que eles valorizam, eu acho que é meio que uma via de mão dupla, entendeu? Se a gente valoriza a cultura de determinada comunidade, o Bonfim, por exemplo, tem todo um trabalho lá de... pequenos agricultores que durante a vida lutaram contra o Parque por estar dentro do Parque, e que isso acabou ficando na cultura deles, arraigada nas reuniões, no instinto deles de que o Parque era mal. A partir do momento em que a gente chega participando dos eventos deles, da Festa do Aipim, dando uma certa assistência e promovendo algum evento, assinando cartas de aceite de projetos para incentivo à agricultura sustentável e tal, eles participam também com a gente com a implantação da nova sede, da limpeza das trilhas, da travessia, então favorece esse intercâmbio de ações assim, o Parque ajuda a comunidade, a comunidade ajuda o Parque e, principalmente, em relação à cultura, a gente tem feito isso nas festas locais. Toda comunidade tem uma festinha local onde eles exaltam a cultura própria do seu povo e a gente participar desses eventos é bem positivo para o Parque (Interlocutor I4).

Os dois depoimentos, destacados anteriormente, ilustram como o turismo, a natureza e a cultura podem ser trabalhados no âmbito das políticas pública setoriais, tendo o *Parque Nacional da Serra dos Órgãos* como o cenário ideal para essa integração.

E ainda com base nos depoimentos anteriores e pelas impressões resultantes da observação de campo, os *Caminhos* podem se configurar como uma ação de TBC capaz de conciliar o compromisso de proteção da natureza, a geração de benefícios econômicos para as populações locais, além da valorização das culturas o protagonismo locais, algumas das premissas centrais do Turismo de Base Comunitária, de acordo com a literatura especializada. Por outro lado, essa iniciativa converge, ao menos no plano teórico, com a legislação ambiental em vigor, no país, quando outorga a prática do turismo local, em bases sustentáveis, nos parques nacionais, como é o caso do PARNASO.

Ainda por essa perspectiva, o desenvolvimento do turismo no Parque Nacional da Serra dos Órgãos pode vir a promover tanto o desenvolvimento socioeconômico do entorno desse Parque, como também construir uma relação de aproximação das populações locais com a UC. Para isso, é fundamental que a gestão do PARNASO trabalhe com os moradores locais e não distante desses. A participação desses moradores deve ser um compromisso

firmado, fortalecido e difundido durante todo esse processo, de modo que esses sejam ouvidos, empoderados e, assim, possam disputar seus espaços, reivindicar seus direitos e conhecer seus deveres. Essa é uma premissa central e condicionante para o êxito de uma proposta de *Turismo de Base Comunitária*, conforme a base teórica defendida nesta tese.

No caso específico dos moradores de Magé, esses poderão ter acesso a uma alternativa viável de turismo, seja através de hospedagens domiciliares, com a comercialização de artesanato, da gastronomia local ou como condutores das trilhas que compõem os *Caminhos da Serra do Mar*, uma vez que esse projeto tem início em Vila Inhomirim, em Magé, e percorre parte desse município. Mas para que isso aconteça, é preciso que haja oportunidade de diálogo entre todos os atores locais, uma estratégia essencial para o êxito dessa iniciativa.

Nesse sentido, no próximo eixo de análise, procurou-se investigar como vem sendo tecida a relação entre a gestão do PARNASO e os atores estratégicos de Magé para o fomento do Turismo de Base Comunitária nesse município.

d) A relação entre o Parque e Magé

Neste último eixo de análise, buscou-se observar qual a percepção da gestão do Parque Nacional da Serra dos Órgãos sobre Magé e como vêm sendo tecidas as relações entre o PARNASO, as secretarias municipais de turismo, meio ambiente e cultura e os moradores desse município.

Segundo o interlocutor, a articulação entre a gestão do PARNASO e as secretarias municipais de Magé que atuam, direta e/ou indiretamente, com o turismo, a cultura e a natureza, é entendida como fundamental para o sucesso dos *Caminhos da Serra do Mar*. Para isso, a gestão do Parque disponibiliza duas cadeiras cativas no Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, o CONPARNASO, para os representantes de todos os municípios que compõem o Parque. Entretanto, no caso de Magé, até fevereiro de 2019, nenhum representante desse município havia comparecido às reuniões do conselho, como pode ser verificado no depoimento seguinte:

O nosso principal ponto de relação, a nossa principal relação com as secretarias seria o nosso conselho, né? Todas as prefeituras do entorno têm cadeiras cativas, duas cadeiras cativas para cada prefeitura e aí é o prefeito, as secretarias que vão dizer quem que vai participar. Normalmente, participa educação e turismo ou meio ambiente e turismo. E Magé é a única prefeitura

que a gente não tem um representante, eles têm a cadeira porque é cativa, então eles até têm, indicaram pessoas para participar, mas normalmente não vêm às reuniões. Então, dos quatro municípios do nosso entorno, Guapimirim, Petrópolis, Teresópolis e Magé, Magé é o que a gente tem uma relação mais distante, assim. Pode ser pelo fato da gente não ter uma sede também, né? Porque em Petrópolis, bem ou mal, tem uma portaria. A gente ‘tá’ comprando uma sede agora, então a gente tem um diálogo com a Prefeitura sobre a implantação dessa sede e tal. Ações de até fiscalização na área dos Castelinhos, que é um foco prioritário, as ações dos *Caminhos da Serra do Mar*. A gente tem uma relação com a Prefeitura. Guapi também a gente tem uma relação muito boa com as secretarias de turismo, com a secretaria de educação e por aí vai. Teresópolis nem se fala, porque a gente ‘tá’ aqui, mas Magé a gente não tem essa relação tão próxima (Interlocutor I4).

A carência de diálogo entre a gestão do Parque e os representantes da gestão pública municipal de Magé foi percebida também durante a etapa de pesquisa de campo e nas entrevistas com os interlocutores das secretarias de turismo, meio ambiente e cultura desse município. Esse distanciamento se expressa como um desafio a ser superado, principalmente para o aprimoramento dessa comunicação e para o êxito na execução de futuros projetos.

No que tange à ausência de representantes do município no CONPARNASO, é importante reforçar que esse conselho, nesse caso, configura-se como um espaço político e um canal aberto de diálogo entre esses atores estratégicos, que pode viabilizar o incremento de novas propostas para o desenvolvimento do turismo, em bases sustentáveis no município de Magé.

Mas, para isso, segundo o interlocutor, tanto a gestão do Parque deve comparecer mais às reuniões dos conselhos municipais de turismo, meio ambiente e políticas culturais do município, como o poder executivo municipal deve indicar seus representantes para as reuniões do CONPARNASO, conforme ilustrado no depoimento a seguir:

Talvez por isso, pelo fato da... É, seria uma mão-dupla. A gente teria que estar mais presente lá, pra eles participarem com a gente. Então eu faço a mea culpa nisso. Tanto eles não vêm à reunião do Parque porque eles entendem talvez que o Parque... “Ah, o Parque só quer saber de Teresópolis, Petrópolis, Guapimirim”. Não é verdade! A gente tem uma área grande de... uma porcentagem grande do Parque que ‘tá’ em Magé. Teresópolis tem só 17 ou 18% por aí, 14%. É bem pequeno, mas é... pelo fato da nossa presença também. Então, seria uma via de mão-dupla, uma parte que a gestão ‘tá’ pecando, a gente tem que procurar mais para ser procurado também, né? E se... eles poderiam pensar da mesma forma também que aí facilitaria o contato. Mas sempre que a gente precisa de alguma coisa assim por demanda, acontece. Não é uma demanda espontânea de pensar em projetos e

ideias, ações, precisamos fazer uma fiscalização conjunta em tal região, eles mandam representantes, eles estão presentes. Mas não é aquela coisa de bate-papo de tocar um projeto, de trocar uma ideia. E... correr atrás de agenda positiva, né? (Interlocutor I4).

Um dos resultados possíveis da falta ou do escasso diálogo entre o município de Magé e a gestão do Parque pode ser constatado pela escassez de propostas que articulam a gestão do PARNASO com o município de Magé, principalmente, as ações que priorizarem o desenvolvimento do turismo local. Mas, para isso, alguns desafios precisam ser superados, como aponta o interlocutor:

A falta de diálogo. Ele tem que ser incrementado. Por exemplo... A gente não tem pernas para participar de todos os conselhos. Tem os conselhos municipais de meio ambiente, conselho municipal de políticas culturais e de turismo. Então, imagina, são quatro municípios com três conselhos que seriam prioritários, de cada município, para a gente participar, com reuniões prioritárias, aí já era, já é toda a agenda do mês. Então, o que a gente tem feito com os municípios é... a gente tem representatividade, a gente está nas reuniões, principalmente de Teresópolis e Petrópolis, a gente vai às reuniões. Mas Magé a gente pede que sempre que tem algum assunto relacionado ao Parque, que avisem para a gente com antecedência na pauta que a gente vai se fazer presente. E sempre que precisar de um apoio, a gente vai estar presente (Interlocutor I4).

Mais uma vez, a interpretação do depoimento anterior parece evidenciar a ausência de diálogo entre a administração do Parque e os representantes da gestão pública do município de Magé. Fato esse que parece demonstrar a complexidade na relação entre esses atores, o que pode significar também um desafio para a implementação do *Turismo de Base Comunitária* nas localidades do município de Magé e que fazem parte e/ou estão no entorno do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, como os *Caminhos da Serra do Mar*. Assim, um dos maiores desafios atuais, talvez, esteja em se buscar uma maior convergência entre as políticas públicas setoriais de turismo, proteção da natureza e de cultura e a gestão do PARNASO, no sentido de articular ações integradas para a elaboração, execução e desenvolvimento de iniciativas de turismo, em bases sustentáveis, no município.

Atualmente, ainda segundo o gestor do Parque, essa articulação vem ocorrendo de maneira incipiente, sendo observada em poucas ações pontuais, principalmente, entre a administração do Parque e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Magé, conforme mencionado no depoimento a seguir:

Agora, a Secretaria de Meio Ambiente teve um projeto aprovado também que vai elaborar, se não me engano, é o *Plano Diretor do Município* ou revisar o *Plano* e pediu um apoio nosso, aí a gente vai ‘tá’, porque a gente acha que é uma ação estruturante, é importante a gente ‘tá’ presente e a partir dali vão ter as políticas públicas que estarão relacionadas ao Parque, em integração ao município. Mas estar presente nas reuniões dos conselhos a gente não consegue, a gente não tem perna e nem servidor para isso. Mas essa ação específica é um projeto que você me perguntou até na pergunta anterior, se teria algum projeto que a gente participa em conjunto, até o servidor Breno Herrera que vai participar dessa elaboração. Então aí vai ser o representante do Parque nesse *Plano Diretor* (Interlocutor I4).

Essa parceria também foi ressaltada pela interlocutora da *Secretaria Municipal de Meio Ambiente* de Magé, ilustrando um exemplo de articulação entre esses atores estratégicos para a formulação de políticas públicas que visam a conservação da natureza em Magé. No que se refere ao *Plano Diretor Urbanístico e Territorial*¹¹² desse município, a gestão do PARNASO terá um papel essencial para a manutenção do ambiente natural, principalmente em virtude do crescimento urbano e da exploração imobiliária nas áreas limítrofes ao Parque.

A partir dessa parceria, o interlocutor espera também conhecer mais o município, além de aproximar a gestão do PARNASO dos representantes da secretaria de meio ambiente e dos moradores de Magé. Atualmente, essa relação vem ocorrendo, irregularmente, apenas no distrito de Santo Aleixo por ser uma área estratégica para o Parque, no município, conforme menção do interlocutor:

A nossa aproximação vem sendo mais em Santo Aleixo, porque é um entorno imediato. É uma entrada do Parque assim... tem mata por todos os lados, tem impactos como invasão, caçador, tem passarinho, tem... naturais que são os poços e construção... a gente acaba estando presente nessas comunidades para fiscalização. E eles ficam “o Ibama ‘tá’ chegando”, pra multar eles e... aí é um erro lógico. Então, é o que eu tenho conversado com a galera da educação ambiental daqui, o Marquinhos, a Bela e o Breno, principalmente, que a gente tem que fazer o nosso trabalho de base mesmo: ir nas comunidades, a gente ‘tá’ presente no *Plano de Manejo* a gente fala de dois projetos, na parte de educação ambiental, assim na parte social, que seria o *Cenário Verde*, que é o Parque recebendo os visitantes e o *Boa Vizinhança*, que é a gente indo até as comunidades mas não só, “boa vizinhança” (ênfase), não só indo para punir, mas para ensinar, para conversar, para trocar experiência e esse, às vezes, acaba ficando um pouquinho para trás, porque como tem muita demanda de escola, a gente

¹¹² O *Plano Diretor Urbanístico e Territorial* do município de Magé foi elaborado a partir da Lei Municipal nº. 1.773, de 20 de outubro de 2006 para estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento e expansão do município. Em seu Art. 6º, registra-se a importância da promoção desse desenvolvimento urbano a partir da manutenção do equilíbrio com o ambiente natural do município (*Plano Diretor Urbanístico e Territorial/2006*).

recebe e aquilo que a gente depende da gente como iniciativa e marcar e tal, muitas vezes, acaba ficando para depois. A gente tem ido só que não como deveria ser, né? Deveríamos estar mais presentes, mas para isso precisa do apoio da universidade, da academia, de voluntários de pessoas que estejam com a gente, ajudando a gente nessa missão, porque como disse somos três pessoas pra um entorno de quatro municípios e vários, várias, várias comunidades. E, muitas vezes, a gente pensa muito em começar um trabalho para não terminar, às vezes é pior (Interlocutor I4).

Para além das dificuldades descritas pelo interlocutor, nesse depoimento, é válido ressaltar a importância da parceria entre a gestão do PARNASO com a academia, através da elaboração de ações e da produção acadêmica, como uma via possível para melhor entender como acontecem e onde estão os principais conflitos, além de consolidar políticas de proteção da natureza e auxiliar no diálogo entre populações locais e a gestão do Parque. Nesse aspecto, as pesquisas de caráter socioambiental são defendidas pelo interlocutor como essenciais nesse processo:

Então, eu penso que a pesquisa socioambiental é fundamental. É fundamental, tem que acontecer, tem que ser feita, não tem tanto por falta de procura, de demanda, porque é assim, porque o Parque incentiva a realização. Acredito que hoje o Parque, o ICMBio tem incentivado esse tipo de pesquisa só que a procura, o número de profissionais ainda vê o Parque como o campus do biólogo, vamos conhecer o que tem sobre a biologia. Eu vejo fundamental para a gestão do Parque o que tem aí. (...) É interessante que a gente faça um levantamento sobre as espécies de fauna e flora, é interessante. É importante, é legal a gente saber, fazer mais por curiosidade para a gente saber que aquela espécie tá ali até para o manejo. Mas na hora que entra ações de manejo para determinadas espécies a gente precisa do social porque elas estão impactadas devido à presença humana, na região... seja pela fragmentação, pela redução dos corredores, então... a pesquisa social complementa essa curiosidade que a gente tem se uma determinada espécie ainda existe ou não. Saber se a espécie existe é importante para a gente poder passar para o social e fazer políticas nas comunidades do entorno de conservação, entendeu? E eu acho que a gente deveria 'tá' muito mais focado nisso se a gente pensa no ambiente como um todo, independente do que tem. (...) Mas se a gente trabalha o social no entorno do Parque para aquilo ali ser mantido pro conhecimento futuro, é fundamental e isso daí que tem que ser incrementado na gestão. Então, eu sempre falo com os pesquisadores, sempre que eu posso eu tento direcionar as pesquisas (Interlocutor I4).

Nesse direcionamento, Magé se configura, atualmente, como um dos temas prioritários para a gestão do Parque Nacional da Serra dos Órgãos por ser esse município o mais novo a integrar o PARNASO e, portanto, ainda a ser descoberto pela atual gestão dessa UC, de acordo com o interlocutor:

É o caso de Magé. Porque Magé a gente não ‘tá’ presente e a gente quer conhecer, a gente quer saber o que as comunidades estão fazendo, acham do Parque, porque tem um parque no quintal de casa e muitas vezes nem sabe, não sabe que é um parque nacional. Talvez, 99% dos moradores (...). Ele ‘tá’ do lado, ele faz parte, ele mora praticamente no Parque, mas acha longe. Em Petrópolis, a gente ainda tem uma presença maior. Em Caxambu, a brigada tá sempre presente lá, a equipe de educação ambiental tá lá, Marquinhos tem feito um trabalho de aproximação com os comunitários... Mas Magé a gente não tem essas iniciativas. O local de Magé que a gente está mais presente é Santo Aleixo, que tem um pouquinho maior é em Santo Aleixo. Mas mesmo assim, eles não sabem por que que de vez em quando a gente aparece por lá se o Parque fica em Teresópolis, entendeu? (Interlocutor I4).

A leitura do depoimento anterior parece sinalizar a existência de uma lacuna nos estudos e pesquisas que tenham como resultados, por exemplo, as percepções dos mageenses e da gestão pública municipal sobre o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, e os principais obstáculos e desafios existentes para a integração dessa unidade de conservação com os seus vizinhos de Magé. Percebendo-se, assim, que há também a percepção de que é necessário ampliar a abordagem social na gestão do Parque, uma vez que a maior parte da produção acadêmica tem ênfase nas ciências naturais.

Além disso, segundo o interlocutor, parece existir uma carência também em relação aos trabalhos acadêmicos de cunho socioambiental, que abordem o desenvolvimento do turismo no Parque e, mais precisamente, nos limites com o município de Magé, assim como os desafios para a integração das políticas públicas com esse objetivo. Essas pesquisas demonstram ser essenciais em termos de planejamento turístico e, também, para a consolidação de políticas de turismo, proteção da natureza e cultura. Essas, historicamente, parecem dissociadas de uma perspectiva estratégica do desenvolvimento socioeconômico no município de Magé.

Nesse contexto, as prioridades de pesquisa sugeridas pelo interlocutor do PARNASO sinalizam para a investigação dos desafios futuros enfrentados pela academia, pela gestão pública e pela sociedade, com vistas ao desenvolvimento do turismo nessa unidade de conservação e em seu entorno. Para isso, é relevante considerar as limitações e os riscos envolvidos nesse processo, tendo em vista que esses deverão ser avaliados e equacionados em políticas públicas, justificando ainda mais o esforço desta tese.

9.4 ANÁLISE SINTÉTICA DAS ATAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO, O COMTUR - MAGÉ

Esta etapa da pesquisa documental teve como enfoque as atas das reuniões do *Conselho Municipal de Turismo* de Magé, o COMTUR, possibilitando contextualizar e, complementar, a investigação sobre as possíveis interfaces de turismo, natureza e cultura a partir das discussões realizadas durante esses encontros. A esse respeito, buscou-se investigar se, e em que medida, essa instância vinha incorporando temas que relacionassem o turismo, a natureza e a cultura local na produção de políticas públicas de turismo de Magé.

Mas, antes, de partir para o detalhamento das principais questões observadas por essa via investigativa, considera-se importante apresentar, a título de contextualização, algumas informações a respeito da origem do conselho e dos seus membros.

No Brasil, os conselhos municipais de turismo foram estruturados a partir de uma recomendação do *Programa Nacional de Municipalização do Turismo* (1994), o PNMT, e, posteriormente, incentivados pelo *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil* (2004). No caso de Magé (RJ), o *Conselho Municipal de Turismo*, o COMTUR, foi criado em 15 de julho de 2010, através da Lei nº. 2058 e reestruturado em 14 de março de 2018 (Lei nº.2400/2018). Esse órgão deliberativo, consultivo, fiscalizador e de assessoramento da *Política Municipal de Turismo* do município está vinculado à *Secretaria Municipal de Esporte, Turismo, Lazer e Terceira Idade*.

Atualmente, o COMTUR é formado por doze integrantes, dos quais, seis titulares e seis suplentes representantes de órgãos públicos municipais, entidades, cooperativas, associações ou organizações locais. O Quadro 15, a seguir, apresenta a formação atual do conselho:

QUADRO 15 – Formação atual do COMTUR – Magé (Jan/2019)

Conselheiros	Instituição representada
Presidente do Conselho (PDMAFO)	Protetores e Defensores do Meio Ambiente Fonte da Onça
Vice-presidenta (representante governamental SMASDH)	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
I Secretário (representante governamental - SMETULTI)	Secretaria Municipal de Esporte, Turismo, Lazer e Terceira Idade
II Secretário (representante da sociedade civil - AMOVISA)	Associação de Moradores Vilar Santo Aleixo
Conselheira OAB/RJ	Conselho Federal da Ordem dos Advogados

	do Brasil
Conselheiro Grêmio Musical	Grêmio Musical Mageense
Conselheiro FEMAMEIA (COMAMEIA)	Federação de Associações de Moradores e Afins de Magé
Conselheira SMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Conselheiro SMG	Secretaria Municipal de Governo
Conselheiro SMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Conselheiro SMPO	Secretaria Municipal de Ordem Pública
Conselheiro-suplente	Secretaria Municipal de Governo
Conselheira-suplente OAB/RJ	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Conselheira-suplente SMETULTI	Secretaria Municipal de Esporte, Turismo, Lazer e Terceira Idade
Conselheiro CCPG Turismo	Setor privado
Conselheira-suplente Microempreendedor individual	Setor privado
Conselheiro-suplente UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Conselheiro-suplente FEMAMEIA (COMAMEIA)	Federação de Associações de Moradores e Afins de Magé
Conselheira-suplente ONG	Centro de Cultura Afro
Conselheira-suplente AMOSADA	Associação de Moradores Santa Dalila
Conselheira-suplente SMASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Conselheiro-suplente SMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Conselheira-suplente SMPO	Secretaria Municipal de Ordem Pública
Conselheira-suplente SMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Fonte: Organizado pelo autor (2019)

Conforme determinação explícita no Art. 3º O COMTUR, foi estabelecido que, a cada dois anos haja um representante dos seguintes órgãos públicos: Secretaria Municipal de Esporte, Turismo, Lazer e Terceira Idade; Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos; Secretaria Municipal de Governo; e Secretaria Municipal de Ordem Pública de Magé. Esse quadro expressa, claramente, a importância da interface entre o turismo, a natureza e a cultura, ao menos no plano teórico.

Por outro lado, a sociedade civil é representada no COMTUR, através da participação de associações de classe, do setor acadêmico, dos sindicatos, das Organizações Não-Governamentais com atuação no Turismo, Além das associações comunitárias e do *trade* turístico do município. Assim, ao todo, o Conselho é formado, em número equivalente, por representantes do governo municipal e da sociedade civil, o que indica, ao menos no plano do discurso teórico, um equilíbrio de poder e no processo deliberativo.

Compete a esses membros, de acordo com o regimento interno do COMTUR, elaborar as diretrizes básicas a serem executadas na *Política Municipal de Turismo* do município, opinar sobre os projetos de lei que se relacionem com a prática do turismo, desenvolvendo programas e/ou projetos de interesse turístico, com objetivo de fomentar o turismo local. Além disso, com esse propósito, cabe aos seus conselheiros estimular o trabalho integrado entre os serviços públicos municipais e os prestadores da iniciativa privada.

No entanto, o que se observa na prática é que as diretrizes oficiais não vêm sendo cumpridas, principalmente quando considerado o nível de participação de alguns membros de outras secretarias municipais, como é o caso da *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, cuja ausência tem sido recorrente, fato comentado e lamentado durante as reuniões do conselho. Observou-se, nesta investigação que, foi apenas na *IV Reunião Ordinária do COMTUR*, que funcionários da *Secretaria Municipal de Educação e Cultura* de Magé enviaram um memorando com a nomeação de dois funcionários para representarem esse órgão público no COMTUR. Entretanto, argumentou-se que esses funcionários não poderiam assumir o título de conselheiros por não serem funcionários diretos da SMEC, conforme normas do regimento interno. Nessa etapa da pesquisa foi identificado que, houve representação da *Secretaria Municipal de Cultura* somente na *XVII Reunião Ordinária do COMTUR*, o que sinaliza o desafio para estabelecer e fortalecer o diálogo e uma futura integração entre essas secretarias municipais.

Esse é um cenário geral do quadro formado pelos atuais conselheiros. No entanto, além desse grupo, as reuniões ordinárias recebem mensalmente a presença de representantes de outras instituições/associações locais que não formam o quadro de conselheiros oficiais. Também chamados de ouvintes ou convidados, a presença deles foi considerada constante durante todo o período de observação dessa etapa de campo, muito embora haja um rodízio nas reuniões. O Quadro 16, a seguir, apresenta a diversidade dos grupos sociais de Magé que estiveram, ao menos uma vez, nas reuniões do COMTUR:

QUADRO 16 – Segmentos/Entidades representadas durante as reuniões do COMTUR
(Mai/2017 a Mar/2019)

Instituições visitantes
Representante da AMOVISA - Associação de Moradores do Vilar Santo Aleixo
Representante da SMETULT
Representante da RCG Turismo – agência de turismo local

Representante da ADASA
Representante do Grêmio Musical Mageense
Representante da S. M. Agricultura Sustentável
Guia de turismo
AMAPE
SMAS
Fundação Langsdorff de Pesquisa e Treinamento em Agroecologia de Magé
Instituição de ensino Jardelina Dantas
ONG Não Corte Plante
ONG Pro-Trilhas
ICESA
AMAROC
AMOSADA
AFPF
Lojas Maçônicas
AMASUR
MEI
Moradores do Parque Iriri
CEPTA – Centro de Ensino, Pesquisa e Treinamento em Agroecologia de Magé

Fonte: Organizado pelo autor (2019)

No que se refere à participação desses grupos sociais nas reuniões do conselho, a mesa diretora estimula a presença de todos, concedendo o direito à voz nos temas propostos, mesmo não tendo acesso ao voto de deliberações futuras. Esse procedimento interno, além de proporcionar um espaço de debate mais democrático, tende a ampliar a diversidade dos grupos representativos do município, uma vez que incentiva a participação da população local para discutir e repensar o turismo em Magé. Mesmo assim, é válido mencionar que a presença da sociedade civil ainda é considerada escassa, visto os diversos grupos sociais, profissionais autônomos e do *trade* turístico existentes no município e que não participam ainda desses encontros.

Possivelmente, a ausência da população civil pode ser decorrente, da falta de divulgação das datas das reuniões pelos canais de comunicação locais, ou pela ausência de mais conhecimento sobre o papel do COMTUR para o desenvolvimento do turismo no município. Outras razões para tal podem ser por se tratar de uma atuação voluntária, não remunerada e não profissional, pelo sentimento de não pertencimento àquele espaço, ou ainda, devido aos conflitos existentes em virtude de algumas influências políticas e da gestão local. Tais fatores tendem a afastar alguns moradores do processo de gestão pública municipal e, mais especificamente, do debate acerca do turismo local, a partir das pautas apresentadas nas reuniões do COMTUR.

E para responder ao objetivo dessa etapa metodológica foi realizado um levantamento sobre os principais temas abordados no COMTUR, com base nas pautas das últimas dezenove reuniões ordinárias, referentes ao período compreendido entre maio de 2017 e março de 2019, conforme Quadro 17, a seguir:

QUADRO 17 – Datas e temas descritos nas atas do COMTUR (Mai/2017-Mar/2019)

Data e n.º da ata	Descrição das pautas
001/2017 (25/05/17)	Apresentação do Presidente e Conselheiros do COMTUR; Eleição da Mesa Diretora; Leitura da Proposta de Regimento Interno; Leitura da Proposta de releitura da Lei Nº 2058/2010; Leitura de Documentos Recebidos; Considerações Finais.
002/2017 (22/06/17)	Aprovação da Ata Nº 001/2017; Entrega do Regimento Interno aprovado; Leitura da Proposta de releitura da Lei Nº 2058/2010; Leitura de Documentos Recebidos; Considerações Finais.
003/2017 (27/07/17)	Aprovação da Ata Nº 002/2017; Leitura da Proposta de Releitura da Lei Nº 2058/2010; Leitura de Documentos Recebidos; Considerações Finais.
004/2017 (24/08/17)	Leitura e aprovação da Ata Nº 003/2017; Propostas de Fomento ao Turismo (Plano Diretor); Leitura de Documentos Recebidos; Considerações Finais.
005/2017 (24/09/17)	Aprovação da Ata Nº 004/2017; Propostas PPA (Plano Plurianual); Proposta de PET 2018/2020 (Plano Estratégico de Turismo); Leitura de Documentos Recebidos; Assuntos Gerais.
006/2017 (26/10/17)	Aprovação da Ata Nº 005/2017; Proposta de PET 2018/2020 (Plano Estratégico de Turismo); Leitura de Documentos Recebidos; Assuntos Gerais.
007/2017 (23/11/17)	Reunião cancelada por falta de quórum
008/2018 (25/01/18)	Aprovação da Ata Nº 006/2017 e Ata Nº 007/2017; Aprovação do Calendário das Reuniões; Reunião Ampliada de Turismo e Eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil; Leitura de Documentos Recebidos; Assuntos Gerais.
009/2018 (22/02/18)	Reunião cancelada por falta de quórum
010/2018 (22/03/18)	Reunião cancelada por falta de quórum
011/2018 (26/04/18)	Leitura e aprovação das Atas 008/2018, 009/2018 e 010/2018; Recondução dos conselheiros titulares e suplentes; Leitura de Documentos Recebidos; Leitura de Documentos Recebidos; Assuntos Gerais.
012/2018 (24/05/18)	Credenciamento; Abertura da Reunião; Plenária Setorial; Apresentação dos Eleitos; Avisos e Assuntos Gerais.
013/2018 (28/06/18)	Reunião cancelada por falta de quórum
014/2018 (26/07/18)	Reunião cancelada por falta de quórum
015/2018 (23/08/18)	Aprovação das Atas nº 012/2018, nº 013/2018 e nº 014/2018; Eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil; Apresentação dos Eleitos; Avisos e assuntos gerais; Documentos Recebidos.
016/2018 (27/09/18)	Reunião cancelada por falta de quórum
017/2018	Aprovação das Atas nº 010/2018, nº 015/2018 e nº 016/2018; Assinatura do

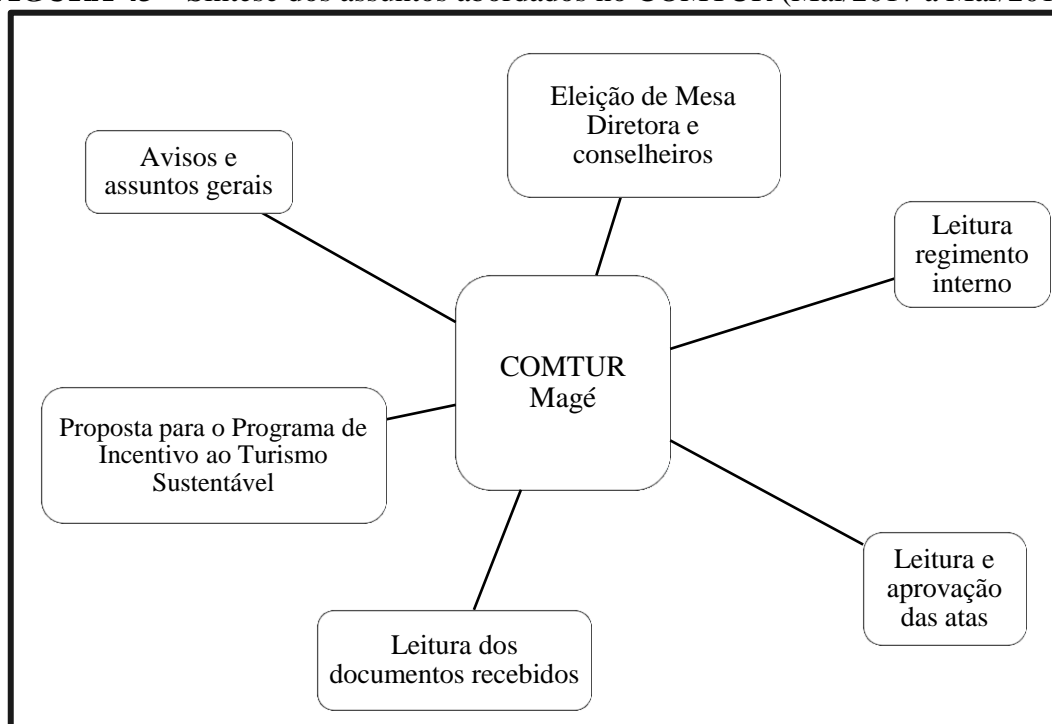
(25/10/18)	Termo de Posse - Biênio 2018-2020; Eleição da Mesa Diretora; Documentos Recebidos; Avisos e assuntos gerais.
018/2018 (22/11/18)	Aprovação da Ata nº 017/2018; Eleição da Mesa Diretora; Proposta de Programa de Incentivo ao Turismo Sustentável; Documentos Recebidos; Avisos e assuntos gerais.
019/2019 (24/01/19)	Aprovação da Ata nº 018/2018; Apresentação do Calendário das Reuniões Ordinárias; Avisos e assuntos gerais.

Fonte: Organizado pelo autor (2019)

O quadro anterior descreve as pautas abordadas durante as reuniões do COMTUR, desde o início das reuniões ordinárias. Aqui é importante ressaltar que, muito embora o conselho tenha sido instituído em 2010, foi somente em maio de 2017 que se iniciaram, efetivamente, as primeiras reuniões. Isso parece demonstrar a dificuldade para a implementação desse conselho como via possível para o compromisso de participação social no processo de formulação e monitoramento das políticas públicas de turismo de Magé, o que tenderia a fortalecer um modelo de gestão mais democrática e integrada às demandas do município.

Mas, apesar do intervalo de quase sete anos, entre a criação do COMTUR e as suas primeiras reuniões, em 2017, já foi possível sistematizar alguns dos principais temas debatidos nesses quase dois anos de andamento das atividades do conselho. Para tal, foi empregado o *ATLAS.ti, software* que auxiliou no mapeamento e sistematização das pautas das reuniões ordinárias, conforme Figura 43, a seguir:

FIGURA 43 – Síntese dos assuntos abordados no COMTUR (Mai/2017 a Mar/2019)



Fonte: Organizado pelo autor (2019)

A interpretação da figura anterior parece sugerir que, nos dois primeiros anos de existência do conselho, as pautas de interesse para o desenvolvimento do turismo local tiveram uma hierarquia inferior aos temas administrativos, ou seja, priorizaram aspectos mais operacionais como a leitura do regimento interno, a conferência e aprovação das atas e a formação de chapas para a eleição da mesa diretora, bem como dos conselheiros representantes da sociedade civil e do governo. Muito embora esses temas sejam relevantes para a implementação do COMTUR, alguns dos possíveis enfoques centrais para o desenvolvimento do turismo no município parecem que não foram tratados ainda como prioritários, conforme as competências dessa instância. Nesse sentido, a elaboração das pautas parece indicar uma provável hegemonia da SMETULT no tocante à organização e distribuição dos assuntos pautados para as reuniões do conselho, principalmente quando entendido que a presidência desse conselho esteve sob a tutela do atual secretário de turismo do município, entre maio de 2017 a dezembro de 2018. Isso, por si só, pode comprometer a garantia da discussão de temas relevantes para determinados grupos locais (com representatividade no conselho ou não), notadamente, por ser o conselho um espaço coletivo de discussão de temas importantes para o turismo local, o que, ao menos em tese, tende a

conferir mais transparência e liberdade na escolha dos assuntos abordados nas reuniões do conselho e, conseqüentemente, uma melhor restituição das resoluções tomadas no âmbito do COMTUR para os demais membros da população local.

Dentre os assuntos abordados, a proposta para elaboração do *Programa Municipal de Incentivo ao Turismo Sustentável* de Magé (2018) parece ter sido um dos poucos temas que, diretamente, foram tratados como prioridade nas reuniões do COMTUR. A elaboração e, posterior, execução desse programa é uma exigência atual do *Plano Diretor de Magé*. De acordo com esse *Plano*, o *Programa de Incentivo ao Turismo Sustentável* irá definir diretrizes para a elaboração de ações e/ou projetos essenciais ao fomento do turismo local, a partir da criação de eixos de atuação fundamentados no atual *Plano Nacional de Turismo 2018-2022*, conforme já descrito anteriormente nesta tese. Esses eixos prioritários estão fundamentados na gestão descentralizada do turismo, na elaboração da infraestrutura turística básica do município, na educação ambiental, na fiscalização e no monitoramento da visitação e da utilização de atrativos turísticos locais e, ainda, na promoção do turismo municipal. Além disso, esses são considerados temas prioritários para o desenvolvimento do turismo local, em bases sustentáveis. Vale ressaltar que, esses e outros temas do *Plano* serão descritos mais detalhadamente na etapa metodológica que tratará dos documentos norteadores de políticas públicas do município.

Mas, retomando aos principais temas debatidos nas reuniões ordinárias do COMTUR – Magé, é importante ainda destacar, quais foram os assuntos que estiveram fora da pauta oficial, com o intuito de identificar se temas que abordasse a interface turismo, natureza e cultura foram tratados nesses encontros. Isso porque, nessa tese, essa interface é defendida como essencial para o desenvolvimento do turismo local, em bases sustentáveis, em associação com as políticas públicas setoriais de cultura e proteção da natureza. Para tal, foram mapeados e sistematizados, com o auxílio do *ATLAS.ti*, todos os temas discutidos nas reuniões do COMTUR, apresentados na Figura 41, anterior, como *Avisos e assuntos gerais* e *Leitura dos documentos recebidos* e que mencionassem (direta ou indiretamente) essa interface. O resultado dessa investigação encontra-se disponibilizado no Quadro 18, seguinte:

QUADRO 18 – Síntese da interface turismo, natureza e cultura tratados no COMTUR (Mai/2017 a Mar/2019)

Temas	Interfaces possíveis	Descrição
<i>Operação Verão</i>	Natureza	Esse projeto, coordenado pela prefeitura e apoiado pelas secretarias municipais de Magé, tem como objetivo fiscalizar as principais cachoeiras do município, durante os finais de semana, no período da alta estação. Para uma parcela dos conselheiros, esse projeto termina não cumprindo o seu objetivo principal, pois só ocorre nos meses de alta estação, sendo, portanto, entendido como uma ação pontual e limitada.
Trabalho informal no turismo	Natureza e cultura	Um dos temas bastante discutidos durante as reuniões do COMTUR trata da ausência e/ou da carência de mão-de-obra qualificada nos serviços turísticos ofertados no município. Além disso, percebe-se a carência de opções de hospedagem em Magé, entendida aqui como um obstáculo para o planejamento e o desenvolvimento do turismo local.
Inventário da oferta turística	Natureza e cultura	O projeto em parceria com a UFRRJ (Campus Nova Iguaçu) vem mapeando e sistematizando os atrativos potenciais do município, serviços e equipamentos turísticos para posterior planejamento e desenvolvimento do turismo local. Foi iniciado em 2018 e, atualmente, continua em execução.
Educação ambiental	Natureza	Entre os questionamentos e sugestões, alguns conselheiros propõem que a educação ambiental possa ser uma via capaz para inibir o turismo predatório em Magé e, mais especificamente, para combater os crimes ambientais como a realização de churrascos nas cachoeiras e a retirada de animais da fauna local. Em outro momento, é mencionado que iniciativas de educação ambiental precisam ser mais incisivas e “não apenas paliativo apenas durante o verão nas cachoeiras como tem sido, porque tudo fica sujo o ano todo”.
Baixada Verde: Turismo, Lazer e Cultura	Natureza e cultura	Evento organizado pelos alunos do curso de turismo da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Campus Nova Iguaçu, para apresentar ao público da instituição, moradores da região e do entorno, o potencial turístico (natural e cultural) da região turística <i>Baixada Verde</i> .
Curso de TBC	Natureza e cultura	Divulgação do curso de <i>Turismo de Base Comunitária</i> , projeto do ICMBio, realizado no Vale das Pedrinhas, localidade da APA Guapimirim, cujo objetivo foi fortalecer e promover o turismo, a natureza e a cultura local.
Implementação do ecoturismo	Natureza e cultura	O ecoturismo, tema recorrente nas reuniões do COMTUR, é defendido por muitos conselheiros como a principal alternativa possível para o desenvolvimento do turismo em Magé. Entretanto, alguns membros desse conselho defendem que essa modalidade do turismo não vem sendo, efetivamente, discutida e, principalmente, planejada e executada no município. Um dos motivos seria a ausências de propostas concretas e da parceria entre as secretarias municipais de turismo e do meio ambiente do município.
Resgate histórico nas escolas públicas municipais e estaduais	Cultura	Outro tema abordado, durante as reuniões do conselho, trata da importância de elaborar projetos que trabalhem com a temática do turismo e da cultura local para professores e alunos da rede particular de ensino, assim como das escolas públicas da rede municipal e estadual de ensino, em Magé. Com isso, espera-se que um maior número de moradores passem a conhecer e a valorizar a história e a cultura do município e, posteriormente, elaborar projetos que contemplem o turismo pedagógico.

Programa de recuperação do trecho ferroviário Magé-Fragoso	Cultura	Divulgação para apoiar a <i>Ideia Legislativa n.º 100.143</i> ¹¹³ , que entrou em votação no dia 6 de fevereiro de 2018, no site do Senado Federal, que propõe criar o <i>Programa de recuperação do Trecho Ferroviário Mauá-Fragoso</i> . Esse projeto visa recuperar o primeiro trecho ferroviário do país, tombado pelo IPHAN (1954), essa iniciativa seria executada no âmbito do Ministério do Turismo, deve assegurar a participação da sociedade civil e a gestão compartilhada, fomentar o turismo cultural e preservar a Memória Ferroviária. A votação foi até o dia 6/6/18 tendo registrado 5.093 votos dos 20.000 necessários para a criação desse programa.
Festa do Caranguejo	Natureza e cultura	A <i>Festa do Caranguejo</i> foi uma das principais propostas discutidas para ser a “marca” da cidade de Magé. Isso porque Magé possui uma vasta área de manguezais e, por consequência, uma considerável produção de caranguejo da espécie açu, iguaria muito apreciada na gastronomia da região. Com isso, alguns conselheiros identificaram nessa festa a oportunidade para criar a identidade do município, tornando-o reconhecido no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil.
XIII Festival das Cataratas	Natureza e cultura	Informativo sobre a participação de membros da SMETULT para a promoção dos atrativos naturais e culturais de Magé. Esse evento promove o encontro entre profissionais de turismo para divulgação de destinos, produtos e serviços e para a realização de parcerias e negócios internacionais, principalmente, entre o Brasil e os demais países da América do Sul.
Política Municipal de Turismo	Natureza e cultura	Um dos principais objetivos do COMTUR é a implantação da <i>Política Municipal de Turismo</i> , que vem sendo elaborada através da Lei nº 2058/2010 que propõe, entre outras metas, promover e incentivar o turismo local como uma via possível para o desenvolvimento sustentável, social, econômico e ambiental de Magé.
I Feira cultural e turística de base comunitária	Natureza e cultura	Iniciativa organizada por moradores e produtores locais da Praia da Piedade, em Magé, com objetivo de expor, vender e divulgar os produtos locais e promover o <i>Turismo de Base Comunitária</i> na localidade. Entretanto, o evento foi adiado e não consta ainda outra data para a sua realização.

Fonte: Organizado pelo autor (2019)

¹¹³ Mais informações ver: <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaoideia?id=100143>

A leitura do quadro anterior sugere algumas pistas que podem indicar quais foram os temas mais discutidos, no âmbito do COMTUR, e que podem trazer algumas sinalizações de como a trama *turismo, natureza e cultura* vem sendo “confeccionada” em Magé, no período entre maio de 2017 a março de 2019. Vale ressaltar que esses assuntos não estavam inseridos na pauta oficial das reuniões desse conselho. Foram propostos por conselheiros ou citados a partir de documentos enviados para o endereço eletrônico do COMTUR para serem, posteriormente, lidos pelo presidente do conselho e, ao menos em tese, debatidos nas reuniões ordinárias.

Assim, entre esses temas, foram identificados a realização do inventário da oferta turística do município, da implementação da *Operação Verão* (2017/2018 e 2018/2019) e o número insuficiente de profissionais qualificados no município que trabalham direta e/ou indiretamente com o turismo. Esses foram os assuntos mais citados, entre os temas abordados durante as reuniões do COMTUR. Todavia, fundamentado na observação de campo e na leitura das atas desse conselho, parece ser possível afirmar que muitos desses temas não foram aprofundados, sendo apenas mencionados na leitura de documentos ou comentados, brevemente, por alguns conselheiros. Apesar de se configurarem como prioritários para o desenvolvimento do turismo local, além de não terem sido debatidos, os temas não voltaram a ser mencionados posteriormente, em reuniões do COMTUR. No caso específico da *Operação Verão*, observou-se que esse é um tema recorrente em algumas das reuniões organizadas pela *Secretaria Municipal de Meio Ambiente* do município, ao longo do período analisado, contando com o apoio da SMETULT. Esse é um dos exemplos reais de parceria entre as duas secretarias municipais, mas que parece não estabelecer, ainda, a conexão com o COMTUR, isso quando consideradas deliberações prováveis desse conselho para atender a uma parcela das demandas dessa operação.

Em linhas gerais, muitas dessas pautas foram sendo apenas repassadas para os conselheiros, em caráter, meramente, informativo. Essa prática sugere, até mesmo, um certo antagonismo quando analisadas as atribuições descritas no regimento interno do conselho que orienta pela ampla reflexão dos temas propostos para auxiliar na elaboração de políticas públicas de turismo do município. Do ponto de vista dos conselheiros, esse panorama tende a indicar uma lacuna em relação ao compromisso assumido por esse grupo pautado pelo fortalecimento do debate, pela formulação e avaliação de temas prioritários, além de diretrizes para o desenvolvimento do turismo local.

A interpretação dos temas descritos no quadro anterior, a partir da leitura das atas e das observações de campo, ainda sugere que possa existir uma certa carência de diálogo entre representantes da gestão pública municipal, do conselho de turismo e de demais atores da sociedade civil. Uma ilustração nesse sentido, se refere ao projeto de revitalização da antiga Estação Guia de Pacobaíba, em Magé. De acordo com informações divulgadas por membros do conselho, a atual gestão da *Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Magé* estaria executando um projeto de revitalização dessa estação ferroviária. No entanto, segundo relatos de membros da *Secretaria de Turismo*, não havia informação oficial dessa iniciativa na secretaria, ou mesmo um convite formal para que a SMETULTI viesse a ser parceira dessa iniciativa. Essa questão identificada pode vir a se configurar, talvez, em um desafio futuro para a integração de políticas públicas setoriais de turismo e cultura no município, inclusive, ao se considerar algumas das propostas debatidas, mas que não tiveram continuidade. Esse foi o caso da proposta de resgate e valorização da história e da cultura mageenses nas redes públicas e privadas de educação do município que até o final da etapa de pesquisa não foi retomado. Há ainda algumas tentativas de elaboração de projetos que contemplem vieses de educação ambiental e de ecoturismo, no município, apenas para citar alguns exemplos de iniciativas que foram mencionadas mas não tiveram continuidade no âmbito dos debates do conselho.

Outro assunto discutido nesses encontros e que merece ser abordado aqui tratou do inventariado da oferta turística do município de Magé. Executado em parceria com a UFRRJ, esse projeto poderia contar com o apoio formal e a participação dos membros dessa instância. Isso porque, a maior parcela desses conselheiros é formada por moradores locais que trazem consigo todo o conhecimento, a vivência e a representatividade da localidade onde residem, o que poderia ampliar as possibilidades de êxito do projeto, ao mesmo tempo em que agilizaria algumas etapas do processo. Sem deixar de mencionar também que a participação desses conselheiros contribuiria para a análise do diagnóstico do estado atual do turismo e das perspectivas futuras relacionadas à oferta e à demanda locais. No entanto, não parece ter havido ainda indícios de uma parceria futura, ao menos segundo os membros do COMTUR, o que reforça a importância da formação de novas alianças, entre os diversos atores estratégicos, e do fortalecimento das já existentes para o êxito de projetos dessa natureza, no município.

Ainda considerando a leitura do quadro anterior, destaca-se a participação de um grupo de funcionários da SMETULT no *Festival das Cataratas*, em 2017, uma das mais

importantes feiras de negócios e de promoção do turismo do Brasil, da Argentina e do Paraguai, países que integram a região da tríplice fronteira. A participação de membros da Secretaria foi interpretada, pelos conselheiros, como um fato relevante para a promoção do turismo local. Mas, na atual conjuntura, Magé sendo um destino, até aquele momento, não consolidado no plano municipal e estadual, a participação nesse evento aquele não tenha sido o momento mais propício à promoção nacional e internacional do município. Por outro lado, há muito a ser realizado, no plano da gestão do turismo municipal, para o planejamento integrado de ações que visem consolidar o turismo em Magé e, só posteriormente, investir em sua promoção em âmbito estadual, regional e nacional.

Nesse sentido, valeria a aplicação em recursos e esforços para organizar, promover e divulgar eventos que tenham como objetivo o resgate e a valorização do patrimônio histórico-cultural e natural de Magé, como, por exemplo, a *Feira Cultural e Turística de Base Comunitária*, uma tentativa de organização dos atores locais da Praia da Piedade que não teve êxito por diversos motivos, entre os quais, a falta de apoio institucional. Além desse, há o caso também do evento organizado pela UFRRJ, intitulado *Baixada Verde: Turismo, Lazer e Cultura*, que apesar da SMETULT ter enviado representantes, poderia ter sido mais uma oportunidade singular para a promoção do turismo em Magé e para o estabelecimento de novas parcerias intermunicipais.

Entre as prováveis parcerias, a partir da leitura do quadro anterior, é possível citar também uma possível cooperação com o ICMBio, através da participação dos conselheiros e demais interessados, no curso de *Turismo de Base Comunitária*, ocorrido na APA Guapimirim, ocasião provável para estreitar laços com uma importante instituição pública federal, na área ambiental, ao mesmo tempo em que o turismo em Magé, suas riquezas culturais e naturais seriam apresentadas para um novo público.

Sobre essas riquezas naturais e, em continuidade ao tema parceria, discutiu-se também a possibilidade de transformar o caranguejo açu, espécie nativa nos manguezais do município, assim como a *Festa do Caranguejo*, em um símbolo do município, visando reforçar as identidades de Magé e, paralelamente, salvaguardar o desenvolvimento socioeconômico das populações que residem próximo a esse ecossistema. Entretanto, não há indícios de que tenha havido um diálogo entre a SMETULT, o COMTUR e integrantes da *Secretaria Municipal de Meio Ambiente* para avaliar os possíveis impactos social, político, cultural e ambiental dessa proposta. Para isso, é importante considerar, sobretudo, nas etapas

de planejamento e gestão do turismo, ações integradas que visem o reconhecimento e o fortalecimento da identidade cultural, com ênfase no compromisso de conservação ambiental e, mais especificamente, dessa espécie, sem desconsiderar também os riscos possíveis do turismo em um ecossistema bastante vulnerável como no caso dos manguezais.

Com base nessa breve observação, parece ser possível afirmar que, muito embora os assuntos extraoficiais das reuniões do COMUTR abordem temas de interface entre o turismo, a natureza e a cultura esses são ainda tratados de maneira superficial e periférica nesse espaço de discussão coletiva. Isso porque, com base na observação de campo e nas conversas informais, a leitura das atas anteriores e a eleição da mesa diretora e dos novos conselheiros prevaleceram durante as reuniões do COMTUR. Com isso, o tempo dedicado a possíveis temas-chaves para o desenvolvimento do turismo em Magé, como a elaboração da *Política Municipal de Turismo* do município, parece ser insuficiente em virtude da prioridade concedida a outras questões inerentes ao regimento interno.

Com base na observação de campo, parece ser possível afirmar também que o modo de funcionamento do conselho, muito embora represente uma importante via para o planejamento do turismo local, não evoluiu ainda em temas prioritários para o turismo. Isso porque em pouco mais de dois anos, o principal tema de discussão foi a elaboração do *Programa Municipal de Incentivo ao Turismo Sustentável (2018)*, mas que continua ainda no plano teórico, sem esclarecimentos de como e através de quais investimentos e parcerias será executado.

Do ponto de vista dos conselheiros e, valendo-se que esse é um espaço de participação e articulação política, parece haver uma clara percepção que esse conselho não é ainda compreendido como uma instância, efetivamente, participativa. Isso porque se percebe que há uma participação ainda inexpressiva de grupos sociais menos favorecidos nesse espaço. Muito embora, uma parcela desses grupos se vê ainda representada no COMTUR na qualidade de ouvinte (também chamados de convidados), muitas vezes, mais assíduos nas reuniões que os membros titulares ou suplentes do conselho. Mesmo considerando as normas do regimento interno que limita a participação em doze conselheiros, a inclusão futura desses ouvintes poderá influenciar no caráter heterogêneo da composição do COMTUR, proporcionando um debate mais público e coletivo, estimulando o diálogo e o envolvimento social na formulação de políticas públicas de turismo.

Além disso, há um entendimento comum a respeito do não aprofundamento de alguns temas e/ou a ausência de pautas relevantes para o planejamento e incremento do turismo na localidade. Isso sugere que são ainda evidentes as demandas para o conselho e, mais precisamente, que há uma diversidade de temas que compõem o rol de ações projetadas pelos e para os conselheiros, mas que terminam ainda tratadas de maneira periférica.

Contudo, parece ser possível afirmar que o COMTUR pode vir a ser uma instância que contribua para uma real integração e elaboração de projetos turísticos que assegurem e promovam, efetivamente, o desenvolvimento do turismo, entre as metas descritas em seu regimento interno. E assim, ultrapassando o simples papel de fiscalizador e de cobrança, que parece ser papéis aquém da expectativa de conselheiros e da real possibilidade, segundo o seu regimento interno. Se, hipoteticamente, as resoluções do conselho não forem implementadas, o caráter deliberativo do COMTUR passará a valer apenas no plano teórico, ilustrando uma possível fragilidade dessa instância participativa, sobretudo ao se constatar que as demandas locais para a formulação de políticas públicas não estão sendo contempladas.

Com base no breve exposto, considera-se que, muito embora o COMTUR não congregue todos os grupos sociais de Magé, esse fórum pode vir a ser um espaço *locus* de democracia deliberativa local, com o poder de legitimar as políticas públicas de turismo, em interface com as políticas de proteção da natureza e de cultura. Mas, para avançar nesse sentido é necessário que seus membros percebam a força que possuem em relação às deliberações possíveis de serem realizadas e, ao mesmo tempo, limitando as determinações do poder executivo municipal. Isso porque, as reivindicações dos atores locais terminam sendo ainda escassas, o que fragiliza o debate e resultados futuros. Nesse tocante, recomenda-se que as demandas sejam levadas pelos conselheiros, discutidas nesse fórum e, em seguida, que todos decidam quais as prováveis prioridades, inclusive de orçamento, quando este existir, o que não parece ser ainda o caso do COMTUR Magé.

Do ponto de vista dos resultados, parece não haver ainda informações claras que possam afirmar se o COMTUR é, de fato, uma institucionalidade pública e democrática, o que resulta em algumas inquietações geradas. As deliberações desse conselho estão sendo respeitadas no âmbito da gestão pública do turismo municipal? Existe autonomia nessas deliberações? Como avaliar a interlocução entre os conselheiros e a articulação entre esses e as respectivas instituições que representam? Quais ações foram implementadas na atual gestão do COMTUR?

Para tentar esclarecer algumas dessas indagações há ainda muito trabalho a ser realizado pelos membros do conselho, em direção à participação efetiva dos atores sociais envolvidos, assim como ao debate de temas prioritários para o turismo e em relação a uma mobilização social mais ampla. Entre alguns caminhos possíveis há a necessidade de criação de novos canais interativos de comunicação entre os seus conselheiros e suas instituições representativas, os membros do poder público, das secretarias municipais e dos demais atores estratégicos locais. Esses canais poderiam disponibilizar via internet todas as informações do COMTUR, incluindo o seu regimento interno, as datas das reuniões ordinárias, pautas e as atas aprovadas, como forma de tornar todo o processo mais transparente, ampliando, assim, a possibilidade de debate mais aprofundado entre todos os atores estratégicos.

Além disso, torna-se fundamental que seus membros exerçam suas competências e, assim, intervenham no curso das políticas públicas de turismo no município. Além disso, é relevante destacar a necessidade dos conselheiros se inteirarem sobre os assuntos e ferramentas da gestão pública. Dessa forma, estarão mais aptos para analisar, formular e monitorar propostas a serem executadas, no futuro. Isso porque, mesmo o COMTUR sendo um espaço de natureza deliberativa são ainda limitados os seus resultados efetivos, conforme mencionado anteriormente. E esse cenário só poderá mais promissor quando a atual legislação for favorável a esse respeito. Caso contrário, tudo o que venha a ser proposto e deliberado, no futuro, pelos membros do conselho continuará, inevitavelmente, apenas no âmbito do discurso teórico, principalmente, no tocante às propostas de turismo, em bases sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interface entre turismo, natureza e cultura que inspira o projeto *Caminhos da Serra do Mar* constituiu a inspiração para essa tese. Nesse sentido, o objetivo principal dessa investigação acadêmica foi investigar o contexto regional e interpretar os desafios para a construção do *Turismo de Base Comunitária* nos *Caminhos da Serra do Mar*, com foco prioritário no município de Magé (RJ).

No âmbito do planejamento turístico regional, os *Caminhos da Serra do Mar* traduzem, em sua concepção original, uma perspectiva integrada entre os turismos, as naturezas e as culturas locais. Essa articulação se configura, segundo o referencial teórico adotado nessa tese, como uma inspiração para o *Turismo de Base Comunitária*, fundamentado nos compromissos de protagonismo local, inclusão social, conservação da biodiversidade e de valorização das culturas locais. Assim, além dos significados envolvidos nessa dinâmica, pretendeu-se interpretar como se articulam as políticas públicas setoriais de turismo, proteção da natureza e cultura para, posteriormente, se buscar compreender os principais desafios a serem enfrentados para o desenvolvimento futuro de iniciativas com esse enfoque, no município de Magé.

O referencial teórico adotado para compor o debate proposto sobre o TBC, apoiado na literatura especializada consultada reafirmou as premissas que orientaram essa tese como o protagonismo local, a autogestão, a geração de benefícios econômicos para as populações envolvidas, a valorização da cultura local, a proteção da natureza, a oportunidade de um real encontro entre visitantes/visitados, além do compromisso de melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações locais. Essas premissas associadas ao TBC fundamentaram, também, a interpretação dos principais desafios para a implementação do turismo, em bases sustentáveis, em Magé, no Estado do Rio de Janeiro.

No entanto, para argumentar a favor do recorte espacial adotado, se buscou justificar a escolha da tese com a questão: Por que Magé? Esse município foi selecionado como Estudo de Caso devido ao seu complexo contexto histórico-cultural, de relevante importância para o turismo no Estado do Rio de Janeiro, assim como para o Brasil. Além disso, Magé se destaca regionalmente pela riqueza de seu patrimônio natural, que representa uma importante potencialidade turística, no seu contexto fluminense, sendo o município reconhecido por

inúmeras agências governamentais e não governamentais como uma das últimas reservas da Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro.

Mas para além de sua riqueza socioambiental e cultural, o município está localizado na *Região Turística da Baixada Verde*, sujeita a inúmeros problemas relacionados à falta de segurança pública, à desigualdade social, à carência de infraestrutura básica e turística para receber os potenciais visitantes. Magé vem sendo submetida, também, nos últimos anos, a um processo de urbanização e exploração imobiliária, principalmente nas localidades limítrofes às áreas protegidas que compõem o município, como é o caso do PARNASO, uma unidade de conservação emblemática no contexto regional. Além disso, mesmo o município sendo localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, nele vem sendo agravada, nas últimas décadas, a condição de desemprego (e, por pressuposto, de geração de renda), o que faz com que muitos mageenses se desloquem para outros municípios, principalmente para a capital, em busca de novas oportunidades de inserção social. E, sendo assim, Magé, apesar da importância de seu patrimônio natural e cultural, vem sendo reconhecida na dinâmica econômica do Estado do Rio de Janeiro, periféricamente, como uma “cidade-dormitório”.

Mas, apesar disso, Magé conta, atualmente, com mais de cinco unidades de conservação, em seu território, dentre as quais, o *Parque Nacional da Serra dos Órgãos*, uma das mais conhecidas no Brasil no plano da conservação da biodiversidade e do uso turístico no contexto de Mata Atlântica. Além disso, Magé vem sendo considerado como um município prioritário para a gestão do PARNASO, por ser o segundo município com a maior área inserida nessa unidade de conservação, um ícone para o turismo do Rio de Janeiro. Além disso, não se pode deixar de mencionar que a proposta dos *Caminhos da Serra do Mar*, incide sobre uma parte importante do município de Magé, exatamente em função do reconhecimento da importância da sociobiodiversidade local e da complexidade histórico-cultural associada, que representa um potencial para o desenvolvimento do *Turismo de Base Comunitária*, no município.

Ainda no campo de debate e reflexão decorrente dessa tese, a análise realizada reafirmou serem os atores locais os protagonistas do processo e os fios essenciais da trama que representa o *Turismo de Base Comunitária*, pois esse resulta de inúmeras subjetividades sobre os turismos, as naturezas e as culturas. Essas subjetividades, muitas vezes, tendem a ser contraditórias e conflitantes, uma vez que decodificam o turismo ora como uma alternativa potencial para o desenvolvimento social e econômico de Magé (via potencial, portanto, para a

geração de emprego e renda para os mageenses), ora como um problema a ser enfrentado pelos impactos que tende a gerar.

Assim, o turismo é também entendido com certo estranhamento e desconfiança pelos moradores mais antigos e/ou residentes nas áreas rurais do município de Magé. Isso pode ser explicado, entre outros motivos, pelo fato de Magé ter sido o último município a ser incorporado ao PARNASO, onde ainda em fase de construção o “diálogo” entre a gestão pública e esses atores locais. Da mesma forma, a compreensão sobre o Parque, por parte dos mageenses, ainda oscila entre o desconhecimento e a desconfiança com relação à gestão da área protegida, em função das ações de fiscalização que tendem a gerar inúmeros problemas para alguns moradores da região. No âmbito do turismo, propriamente dito, esse “diálogo” vem acontecendo entre a gestão do Parque e os poucos mageenses que trabalham como guias ou condutores locais, enquanto que a grande maioria dos mageenses se encontra alheia ao processo de desenvolvimento turístico no município. Com isso, o turismo representa, pela perspectiva local, ainda, uma realidade distante, sendo conduzido apenas por poucos moradores, também em função da baixa demanda, mesmo apesar do potencial que a região tem a oferecer para o uso turístico, no futuro.

Por outro lado, no que se refere à potencialidade natural e cultural do município para o turismo, foi possível observar no exercício dessa tese, um movimento aparente de empoderamento local por parte dos moradores interessados em traduzi-la para o uso turístico. Nesse sentido, o projeto *Caminhos da Serra do Mar* e as iniciativas futuras de TBC, em Magé, poderiam gerar efeitos multiplicadores que, por sua vez, poderiam culminar em um sentimento de pertencimento da população local ao próprio PARNASO, o que tenderia a repercutir no processo de desenvolvimento social, cultural, político e econômico, em bases sustentáveis. Além disto, iniciativas de TBC poderiam vir a funcionar como mecanismos “dinamizadores” para a ação coletiva, colocando em evidência as potencialidades turísticas do município e, favorecendo um movimento de valorização das identidades locais. Desta maneira, o turismo poderia interferir, positivamente, na forma pela qual a população de Magé concebe o seu próprio ambiente (e nele, incluindo o PARNASO) imprimindo um diferencial ao processo, o que tenderia, também, em tese, a contribuir para a valorização da base natural e cultural do município, assim como da própria *Região Turística da Baixada Verde*.

Assim, em linhas gerais, o turismo, se desenvolvido em bases sustentáveis, poderia gerar resultados positivos para o município se os seus benefícios passarem a ser percebidos

por um número crescente de mageenses, em um horizonte de médio e longo prazos. Esses benefícios, para serem internalizados pela população local, precisariam atingir uma parcela maior da população de Magé e do seu entorno e precisariam gerar, também, melhoria efetiva nas suas condições de vida, o que ainda não parece ocorrer. Assim, é evidente a necessidade de se avançar em estratégias de políticas públicas capazes de articular turismo, proteção da natureza e valorização da cultura local no planejamento e execução de iniciativas de *Turismo de Base Comunitária*, no município de Magé.

No contexto da gestão pública, por sua vez, o significado de turismo é claramente influenciado pelo viés interpretativo do desenvolvimento socioeconômico do município, através da leitura de integração da produção local à cadeia produtiva do setor. E essa percepção tende a reafirmar as narrativas do *Ministério do Turismo*, no atual *Plano Nacional de Turismo* (PNT 2018/2022). Assim, a discussão sobre o turismo é conduzida a partir da compreensão da necessidade de integração da dinâmica local ao planejamento turístico pelo viés de produção e do mercado, ou seja, de forma operacional e funcional, o que se distancia das nuances complexas de perspectiva teórica adotada nessa tese sobre o *Turismo de Base Comunitária*, de acordo com a literatura especializada que inspirou a presente investigação.

E, segundo a leitura e a análise dos principais dispositivos de políticas públicas relacionados ao turismo nacional, as noções de cultura e de natureza continuam sendo abordadas pela perspectiva da potencialidade turística, ou seja, pela lógica estratégica do mercado. E esse viés, representa uma clara contradição em relação a algumas das premissas teoricamente associadas ao *Turismo de Base Comunitária*, discutidas nessa tese. Dessa forma, não estaria o TBC sendo reduzido, nas narrativas das políticas públicas setoriais, a uma leitura orientada pelo viés mercadológico? Essa é uma questão essencial decorrente da tese que merece uma reflexão aprofundada, no futuro, uma vez que estratégias dirigidas ao TBC precisariam ser repensadas, para Magé, no contexto da gestão pública.

Assim, com base no recorte temporal adotado para a tese e nas reflexões anteriormente sintetizadas, não se pode negligenciar que a concepção de turismo em políticas públicas vem sendo influenciada por inúmeros interesses de mercado que estão em confronto direto com muitas das premissas centrais do TBC, uma prática que se constrói, exatamente, como contraponto a essa tendência. E, essa é uma das questões que permanece sem resposta, tanto no plano de produção acadêmica como no contexto das políticas setoriais de turismo.

Ainda sobre as narrativas oficiais de políticas públicas, poucas são as ações e/ou planos previstos que possam sugerir uma eventual conexão entre as políticas públicas setoriais de turismo, de proteção da natureza e de cultura no município de Magé. E, embora algumas dessas ações governamentais estejam em execução, no município, pelas secretarias envolvidas, essas parecem ainda desarticuladas, tanto no plano estratégico como no que diz respeito às diretrizes que envolvem as políticas públicas de turismo, de proteção da natureza e de cultura. Assim, o desenvolvimento do *Turismo de Base Comunitária*, em particular, pode representar um caminho promissor, em âmbito da ação local, para que esse diálogo seja incentivado entre os principais atores institucionais envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas dirigidas ao turismo na região.

Esse tem sido, também, um tema recorrente expresso no âmbito do *Conselho Municipal de Turismo* de Magé (COMTUR). Nesse caso específico, não se observa apenas a limitação de diálogo entre os conselheiros mas, também, entre esses e os representantes do poder executivo, no plano das distintas secretarias municipais, do setor privado e da sociedade civil, de maneira geral. Superar esse obstáculo tende a representar um desafio dos mais importantes para a gestão do turismo local, na interface com os compromissos de conservação da biodiversidade e valorização cultural do município.

A questão da dinâmica do COMTUR é fundamental não apenas para o planejamento do turismo no município de Magé mas, também, no sentido de sua integração à região do entorno, com relação às questões da conservação da biodiversidade e valorização da cultura local. Além disso, esse conselho poderia ser entendido como um instrumento potencial para a difusão das questões locais e como interface de diálogo entre os atores estratégicos mas, na prática, isso parece ainda não acontecer. Isso porque, além dos diversos interesses políticos em conflito na arena do conselho e da burocracia característica da gestão pública municipal, a dificuldade na pactuação de alianças entre os atores envolvidos resulta, ironicamente, na reafirmação da lógica vigente. E nesse cenário, a voz local vem sendo cada vez mais emudecida, em um cenário político pouco promissor.

Essa dificuldade do diálogo entre os diversos atores sociais dificulta não apenas o planejamento do turismo, em bases sustentáveis, como também contribui para potencializar alguns problemas de cunhos social, político, econômico, ambiental e cultural no município. E, em um contexto de desconfiança e desmobilização social, a qualidade dos espaços formais de

reflexão e debate, conforme já ressaltado na discussão teórica da tese, tende a ser fundamental para o êxito do turismo, assim como para o cotidiano dos próprios mageenses.

Nesse contexto pulsante da realidade de Magé, a necessidade de ações estratégicas de comunicação para o incremento do diálogo entre os atores envolvidos constitui uma demanda essencial para a relação entre a gestão do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e os demais atores de Magé. Mas, no que tange à relação com o Parque, propriamente dito, esse não se resume ao único desafio a ser transposto para o turismo local, principalmente quando observadas as inúmeras situações de conflito geradas anteriormente e após o processo histórico de criação dessa unidade de conservação. E, esses conflitos se expressam, notadamente, a partir da ameaça que o parque representa para as condições locais de subsistência, o que tende a ser interpretado localmente, como um risco ao próprio cotidiano dos moradores do entorno.

Mas, não se pode negligenciar nessa reflexão que o PARNASO envolve áreas naturais vulneráveis que necessitam de muita atenção da gestão como é o caso dos remanescentes de Mata Atlântica, além daquelas associadas à relevante beleza cênica, à ocorrência de espécies de fauna e flora (endêmicas ou em extinção) e, aos elementos culturais que integram o Parque, talvez, o mais completo e complexo atrativo turístico de Magé. Entretanto, devido à carência de investimentos, às divergências políticas e/ou ao distanciamento da gestão da unidade de conservação dos moradores locais, o Parque não representa ainda, pela perspectiva dos mageenses, uma inspiração real para o desenvolvimento socioeconômico do município, em bases sustentáveis. Mas, essa área protegida poderia vir a ser um atrativo potencial para o desenvolvimento da *Região Turística da Baixada Verde*, ainda a ser descoberto e incorporado ao cotidiano de moradores, e potenciais visitantes/turistas. Com esse propósito, caberia, também, à gestão pública local, investir em acessibilidade, sinalização, infraestrutura básica e divulgação para promover o turismo, em bases sustentáveis, no interior e no entorno do Parque.

Por extensão deste argumento, é relevante destacar ainda que está em curso atualmente, o processo de renovação do contrato de concessão de serviços no PARNASO e as parcerias estabelecidas com esse objetivo, tendem a contribuir, no futuro, para incrementar o uso turístico na área protegida, muito embora possa também dificultar as experiências de TBC nessa unidade de conservação, uma vez que os interesses privados podem se sobrepôr às demandas comunitárias.

São, portanto, inúmeras as dificuldades a serem enfrentadas com o objetivo de desenvolvimento turístico no município, principalmente no que tange à busca por uma eventual harmonização entre os interesses envolvidos por parte do operador privado e aqueles associados à função primordial de conservação do patrimônio natural e cultural do Parque. E assim, consideradas as demandas locais, o PARNASO poderia representar um núcleo estratégico para a conservação da biodiversidade na *Região Turística da Baixada Verde* e para a geração de renda e emprego para os mageenses.

No plano das recomendações inspiradas por esta tese, parece clara a necessidade de projetos e pesquisas acadêmicas interdisciplinares no município, principalmente aquelas de cunho social, que tenham a temática do turismo como objeto de estudo, um tema estratégico para o desenvolvimento não apenas do município de Magé mas, também, do próprio Estado do Rio de Janeiro. Esse argumento se fortalece, notadamente, quando se considera a limitação de informação qualificada disponível sobre o município para orientar as políticas públicas de turismo, de proteção da natureza e de cultura, em sua articulação ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos, unidade de conservação com elevado potencial para o turismo, em bases sustentáveis, nos próximos anos, como anteriormente discutido.

Por todas as razões mencionadas se recomenda que os agentes públicos e privados invistam em editais capazes de fomentar a pesquisa em rede sobre a temática do turismo, na interface com os compromissos de valorização da cultura e proteção da natureza no Estado do Rio de Janeiro e que seja criado um fórum interdisciplinar de pesquisadores sobre o tema, em parceria com a gestão pública e o movimento social, para que se avance nessa direção.

Da mesma maneira, sistematizar a produção acadêmica disponível que tenha, entre seus temas principais, a discussão sobre essas conexões, em sintonia com uma leitura estratégica sobre o TBC seria um passo importante para apoiar as políticas setoriais. E, nesse caso, a produção acadêmica disponível poderia inspirar novas pesquisas que viessem a investigar o “estado da arte” com relação as iniciativas de *Turismo de Base Comunitária* no país, no sentido do fortalecimento e da consolidação dessas experiências turísticas. Além disso, esse exercício poderia contribuir, complementarmente, para o intercâmbio e a visibilidade dos grupos de pesquisa, oficialmente registrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa/CNPq, que já abordam essa temática, de forma que novos pesquisadores possam ser agregados a esse esforço comum, com o intuito de fortalecer a rede de conhecimento e pesquisa a ela dirigida.

Nesse sentido, espera-se que essa rede de pesquisadores ultrapasse as fronteiras do eixo Rio-São Paulo, tendo em vista que, uma parcela considerável de trabalhos e da produção acadêmica sobre o tema pesquisado continua concentrada na região Sudeste. Assim, reforça-se a importância do fomento às redes de colaboração científica envolvendo as demais regiões do país com esse objetivo, principalmente, em relação ao intercâmbio voltado ao turismo, na interface com a valorização da cultura e com a proteção da natureza.

Considerando o papel da gestão pública, propriamente dito, parece evidente que, para que políticas públicas dirigidas ao *Turismo de Base Comunitária* no município de Magé sejam efetivas, é importante que o diálogo entre os atores estratégicos envolvidos seja fortalecido e envolva, principalmente, a população local, atualmente, a que menos vem sendo considerada nesse processo.

E, muito além de promover diálogo entre as partes interessadas, é necessário, também, que as políticas públicas de turismo, em Magé, sejam perpassadas por diretrizes mais integradoras e que contribuam para fortalecer os intercâmbios de experiências intersetoriais, não apenas para o planejamento e a execução do turismo local mas, também, para a conservação da biodiversidade regional, para a valorização da cultural local e para a promoção de melhoria da qualidade de vida e bem-estar de mageenses e turistas que visitam o município, conforme as próprias premissas teóricas vinculadas ao TBC.

Para o diálogo e para a expressão dos interesses envolvidos no sentido de pactuação de compromissos coletivos, o COMTUR poderia vir a representar, no futuro, uma instância mais democrática, que permitisse, de fato, a expressão das vozes de atores locais envolvidos na discussão sobre os novos rumos para as políticas públicas de turismo do município. Com isso, defende-se que esses atores sejam protagonistas, de fato, da formulação dessas políticas e do encaminhamento da discussão sobre assuntos estratégicos para o desenvolvimento do turismo local, sugerindo e cobrando ações efetivas do poder público com esse direcionamento e, fomentando e avaliando parcerias público-privadas que poderiam transformar ideias em ações efetivas para o turismo e, mais ainda, para o desenvolvimento socioeconômico do município, em bases sustentáveis. Dessa forma, um dos desafios futuros a serem enfrentados pelo conselho reside na redefinição de pautas, reservando mais tempo para assuntos prioritários (e não propriamente para as questões operacionais da gestão) que expressem, realmente, a complexidade que envolve o turismo em Magé.

Ainda em relação ao COMTUR, é fundamental que as deliberações dessa instância e os temas discutidos no âmbito desse conselho sejam melhor divulgados para as instituições e/ou associações representadas pelos conselheiros, o que parece ainda não acontecer, na prática. Diante dessa dificuldade, essas instituições terminam não conhecendo as decisões tomadas e, por consequência, deixam de participar do processo, delegando apenas aos conselheiros toda e qualquer responsabilidade com relação à tomada de decisão sobre temas estratégicos para o turismo local que irão afetar o seu cotidiano. Caso esse comportamento se perpetue, o conselho poderá vir a perder sua legitimidade como arena democrática para a expressão dos diversos interesses em jogo e das demandas efetivas para o turismo no município.

Importante mencionar, ainda, que o COMTUR represente uma instância fundamental, também, para conduzir as decisões relativas ao turismo, na interface com os compromissos de proteção da natureza e valorização da cultura local nas políticas municipais, no âmbito da própria implementação da *Política Municipal de Turismo* de Magé, um dos temas atuais e prioritários para a gestão municipal.

Um outro elemento crítico que precisa ser debatido, no futuro, inclusive no âmbito do COMTUR, refere-se à relação entre a gestão do PARNASO e os demais atores locais, principalmente diante da dificuldade recorrente de comunicação. Isso porque, as ações para a difusão da informação e para o diálogo com os atores locais são essenciais para o entendimento comum sobre a dinâmica socioeconômica, ambiental e cultural associada ao Parque Nacional e, ao próprio município de Magé.

Assim, alguns direcionamentos são recomendados, nessa tese, como a priorização das ações para o uso turístico que ampliem o entendimento das dinâmicas social, econômica, ambiental e cultural de Magé. Além disso, recomenda-se a realização de encontros ou reuniões técnicas regulares, entre os atores locais envolvidos, para se debater temas relacionados à gestão do próprio Parque e do município de Magé, uma vez que a percepção geral é de que são escassas as ações com esse direcionamento, em nível local.

Ao mesmo tempo é evidente, a partir dos dados obtidos nessa tese, a demanda por investimentos em programas de comunicação mais dinâmicos que considerem um maior alcance de informações sobre os visitantes/turistas. Da mesma maneira, recomenda-se o investimento em ações possam também divulgar melhor o próprio Parque, seus atrativos e que, durante a experiência no município, os turistas possam estabelecer laços com os

mageenses. Além disso, a atual gestão do PARNASO poderia vislumbrar diversas iniciativas com esse objetivo como, por exemplo, a organização de campanhas e programas educativos que além de promoverem ações de educação ambiental, busquem incentivar a visitação nessa UC, contribuindo para o princípio de “conhecer para proteger”. Mas para tal, o Parque precisaria ser internalizado, positivamente, tanto pelo turista/visitante como pelo próprio mageense.

Ainda no plano das recomendações inspiradas pela tese, para políticas públicas, a concessão de serviços no Parque representa um tema que merece reflexão quando se considera os desafios para o desenvolvimento socioeconômico do município. A atual empresa parceira da gestão do PARNASO poderia investir em mão de obra local, além de capacitar os mageenses para trabalharem no próprio parque, e para que possam ali comercializar os produtos locais, tendo em vista a variedade de agricultores familiares em Magé. E, apesar dessa não representar, diretamente, uma ação para a implementação de TBC, poderia vir a contribuir para a indução de novas práticas para a geração de emprego e renda no município. Assim, o visitante/turista do parque contaria com uma gama maior de opções para visitar e usufruir da UC e das potencialidades do entorno. Os mageenses, por sua vez, teriam uma fonte alternativa de renda na própria relação com o PARNASO.

Como anteriormente mencionado, o PARNASO representa uma unidade de conservação com elevado potencial para práticas de turismo, recreação e lazer. Assim, o incremento de novas opções turísticas associadas ao parque poderia contribuir para ampliar o número de visitantes que, por sua vez, poderiam prolongar a estadia no município, o que aumentaria, em tese, a ocupação dos leitos e o desenvolvimento do setor hoteleiro em Magé, o que praticamente não acontece, na atualidade.

Mas para que isso ocorra, é preciso que investimentos sejam dirigidos a novas alternativas de uso público na área protegida, desde que respeitados os aspectos legais definidos no Plano de Manejo dessa unidade de conservação. Nesse sentido, o parque poderia vir a representar um polo para atividades como *birdwatching*, *insectwatching* (*observadores de pássaros e insetos*), além de observação de orquídeas, entre outras iniciativas que poderiam induzir a chegada ao município de um perfil de turista, mais sintonizados com os compromissos de conservação da biodiversidade. Importante mencionar, nessa análise, que a visitação e a contemplação da fauna e da flora em parques vêm sendo, consideradas, na atualidade, como algumas das práticas mais rentáveis em áreas protegidas no mundo. E essas

práticas tendem a proporcionar, ao menos no plano teórico, um encontro mais intenso entre visitantes e o ambiente natural, com consequências favoráveis à própria conservação da biodiversidade regional.

No caso do projeto *Caminhos da Serra do Mar*, a sensibilização dos mageenses com relação a esse circuito representaria um passo essencial para que se possa efetivá-lo como uma via potencial para inspirar o TBC, nesse município. Mas, para tanto, seria preciso que os mageenses fossem capacitados em planejamento turístico, e que se buscasse investir na divulgação desse circuito, na segurança do município, na infraestrutura básica para receber o visitante/turista, assim como na realização de campanhas educativas, entre outras iniciativas que pudessem fortalecer o TBC, sem que fossem negligenciados eventuais impactos negativos que ali poderão ocorrer como resultado da prática turística.

Mas, caberia também questionar, no plano de reflexão aqui sintetizado, até que ponto os mageenses estariam aptos a elaborar, executar e gerir, sem apoio externo, um projeto de TBC. Esta é uma questão fundamental em planejamento turístico municipal que parece estar longe de ser respondida, no plano das políticas públicas.

No que diz respeito à capacidade endógena para a realização de ações coletivas e em rede em prol do TBC, essa competência parece representar uma peça chave para o sucesso dessas iniciativas no município. Da mesma forma, a participação dos demais atores externos envolvidos (gestão pública, ONGs, academia) poderia resultar na incorporação de novos conhecimentos para as partes envolvidas, em função do aprendizado coletivo que essa dinâmica poderia proporcionar.

Além disso, é importante considerar, no futuro, a importância de ações de planejamento e implementação de novas iniciativas de turismo, em bases sustentáveis, que envolvam não apenas na compreensão da dinâmica socioeconômica do município de Magé mas, também, da *Região Turística da Baixada Verde* como um todo, que mesmo apesar do elevado potencial turístico, continua sendo considerada como uma região periférica do Estado do Rio de Janeiro, desconhecida por muitos turistas e também por cidadãos fluminenses.

No futuro, seria relevante, também, que se buscasse assegurar o desenvolvimento de uma pesquisa subsequente à tese, que pudesse investigar a percepção dos visitantes/turistas que desfrutam do PARNASO, pelo acesso do município de Magé. A percepção desse grupo de atores tende a ser determinante para que se possa compreender melhor quais os principais desafios para a implementação do *Turismo de Base Comunitária*, no município. E essa

reflexão precisa ser também considerada em etapas futuras de pesquisa, notadamente, para o êxito do projeto *Caminhos da Serra do Mar*. Além disso, seria necessário que se desenvolvesse uma simulação espacial com relação aos atrativos e aos serviços turísticos em Magé, segundo a perspectiva local, na perspectiva mais ampla do circuito turístico dos *Caminhos da Serra do Mar*, por meio de um mapa interativo com as atrações turísticas desse roteiro. Com isso, se poderia contribuir para a dinamização do turismo, em bases sustentáveis, nesse município.

De maneira geral, o contexto pesquisado ilustra, claramente, que embora Magé seja um município ainda periférico, no âmbito do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, poderia ser compreendido pela gestão pública como um município estratégico para o turismo, em bases sustentáveis. Isso porque, uma grande parcela do seu território se encontra no PARNASO, um ícone para a conservação da biodiversidade do Rio de Janeiro. Além disso, Magé abriga um patrimônio histórico-cultural de grande importância para o Estado ainda pouco conhecido. E, esse potencial, poderia ser valorizado, o que contribuiria para impulsionar o turismo na *Região Turística da Baixada Verde*, uma região periférica e sujeita a diversos problemas sociais e econômicos.

Mas a tese expressa, em tempo e espaço, uma pluralidade de percepções sobre o problema e inspira novas questões. E, em uma analogia ao pensamento de Moscovici, poderia ser compreendida como uma “paleta infinita” de sentidos, pelos quais os turismos, as naturezas e as culturas vão sendo coloridos de acordo com as singularidades de cada localidade e de cada grupo social. Da mesma forma, cada um dos inúmeros significados de turismo, natureza e cultura pode ser, igualmente ilustrado pela imagem dos fios que tecem a trama que constitui essa tese, em um tecido multicolorido de significados e subjetividades que traduzem as nuances dos desafios para o *Turismo de Base Comunitária*, em Magé.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABBUD, S. Cultura, culturas e ensino de línguas estrangeiras. **Revista interfaces**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 5, p. 45-56, out. 1998.

ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa**. Lavras: UFLA, Elaboração de Mapa Interativo em Webgis como meio de promover a atividade turística: um experimento na Rota Sede - Nova Lima (Mg), 125 p., 1999.

ALVES, P. C. Origens e constituição científica da cultura. In: ALVES, P. C. (Org.) **Cultura: múltiplas leituras**. Bauru, SP: EDUSC; Salvador: EDUFBA, 2010.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Parte II – O Método nas Ciências Sociais. In: ALVESMAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 2004, p. 109-188.

_____.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisas quantitativas e qualitativas**. São Paulo: Editora. Pioneira, 1998.

ANTHIAS, F. Intersectonal what? Social divisions, intersectonality and levels of analysis. **Ethnicities** 13(1): 3-19, 2012.

_____. Naton and Post-Naton: Natonalism, Transnatonalism and Intersectons of Belonging. In: P. Hill Collins and J. Solomos, eds., **The Sage Handbook of Race and Ethnic Studies**. London: Sage, 2010.

ARAÚJO, G. P.; GELBCKE, D. L. Turismo Comunitário: Uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. **Revista Turismo, Visão e Ação**, v. 10, n. 03, p. 357-378, 2008.

AREF, F.; REDZUAN, M.; GILL, S. S. Assessing the level of community capacity building in tourism development in local communities. **Journal of Sustainable Development**, 3 (1) March, 80–90, 2010.

ARENDDT, H. **A Condição Humana**. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 338p, 1989.

ASKER, S.; BORONYAK, L.; CARRARD, N.; PADDON, M. **Effective community based tourism: A good practice manual**. Parkwood, Qld: CRC for Sustainable Tourism Pty Ltd, 2010.

ASSUNÇÃO, P. **O Patrimônio**. São Paulo: Ed. Loyola. 2003.

ATELJEVIC, I.; PRITCHARD, A.; MORGAN, N. (Orgs). **The critical turn in tourism studies: innovative research methodologies**. Oxford: Elsevier, 2007.

BABTISTA, L.; MOREIRA, J. C. Ecoturismo de base comunitária no Parque Nacional dos Campos Gerais – PR: a ótica das comunidades de entorno. **PASOS**, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 15, n.1, p. 195-210, enero. 2017.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. *Snowball* (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: X Congresso Nacional de Educação. PUCPR: Curitiba, **Anais...** 07 a 10 de novembro de 2011.

BANDEIRA-DE-MELLO, R. Softwares em pesquisa qualitativa. In: GODOI, C. K; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

_____.; CUNHA, C. J. C. de A. Operacionalizando o método da grounded theory nas pesquisas em estratégia: técnicas e procedimentos de análise com apoio do software ATLAS.TI. **Anais do 3Es** - Encontro de Estudos em Estratégia (Anpad), Curitiba, PR, 2003.

BARBOZA, J. J.; ABRANTES, C. T. **Cultura, interculturalidade e multiculturalismo: um inventário das igualdades e diferenças teóricas na educação**. 2010. Disponível em: <https://moisespeixoto.blogspot.com/2010/11/cultura-interculturalidade-e.html> Acesso em 10 de nov. 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições70, 1. Ed. 2016. 280p.

BARRETT, M. (Ed.). **Interculturalism and Multiculturalism: Similarities and Differences**. Strasbourg: Council of Europe Publishing. 2013.

BARRETTO, M. **Prefácio**. In: Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações. SANTANA, A. São Paulo: Aleph, 2009 (Série Turismo).

BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade implicações para um turismo situado de base comunitária. In: _____.; BURSZTYN, I; SANSOLO, D.G (Orgs). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 45-54.

BARTOLOMEU I. **Mensagem de Sua Santidade o Patriarca Ecumênico BARTOLOMEU I, para o Início do Ano Novo Eclesiástico Dia de Oração pela Proteção do Meio Ambiente**, 2014.

BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. **A vida fragmentada**. Ensaio sobre a moral pós-moderna. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2007.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

- BENI, M. C. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: ALEPH, 2006.
- BERNARD, H. R.; RYAN, G. W. *Analyzing Qualitative Data: Systematic Approaches*. Los Angeles, CA: **SAGE Publications**, Inc, 2010.
- BERNARDES, J A; FERREIRA, F. P. de M. *Sociedade e Natureza*. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **A Questão Ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BOADA, M. *Medio ambiente*. In: _____; TOLEDO, V. M. **El planeta entero**, La ciencia para todos 194, Fondo de Cultura Económica, México, pp. 9-40, 2003.
- BOFF, L. **Virtudes para um outro mundo possível - Hospitalidade**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BOUCHARD, G. What is Interculturalism?. **McGill Law Journal**, 56:2, pp. 435-468. 2011.
- BOUCHARD, G.; TAYLOR, C. **Fonder l'avenir: Le temps de la conciliation**. Rapport. Québec, Gouvernement du Québec, 126 p, 2008.
- BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru/SP: Edusc, 2002.
- BOYER, M. **Histoire de L'Invention du Tourisme, XVI – XIX siècles**. n.p.: Éditions de L'Aube Essai, 2002.
- BRASIL. **Decreto no. 7.994**, de 24 de abril de 2013. Aprova o Plano Nacional de Turismo 2013– 2016: “O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil”. Brasília: Ministério do Turismo. 2013.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Lei nº 9.985**, 18 jul 2000. Brasília: MMA, 76 p.
- _____. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Cultura 2010/2020**. Brasília: MinC, 2010.
- _____. **Lei 12.343** (Lei Ordinária), de 02 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais –SNIIC e dá outras providências. Brasília: Ministério da Cultura. 2010.
- _____. Ministério do Turismo. **Chamada Pública MTur n. 001/2008** - Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/convenios_contratos/selecao_projetos/Edital_Chamada_Pxblica_de_Projetos_0012008.pdf> Acesso em: 22 mai. 2015.
- _____. **Decreto n. 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2007.

_____. **Decreto nº 5.758**, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, Brasília: Ministério de Meio Ambiente, 2006.

_____. **Lei nº 10.683**, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília: Ministério do Turismo, 2003c.

_____. **Decreto nº 7.381**, de 2 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências, 2008.

_____. **Medida Provisória nº. 103**, de 1º de janeiro de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. 2003a Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/103.htm Acesso em 06 de mar de 2016.

_____. **MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas (2003-2007)**. Brasília: Ministério do Turismo. 2003b.

_____. **Lei nº 8.685**, de 20 de julho de 1993. Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências. 1993. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8685.htm Acesso em 05 de fevereiro de 2016.

_____. **Lei nº 8.490**, de 19 de novembro de 1992. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. 1992a. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8490.htm Acesso em 05 de fevereiro de 2016.

_____. **Decreto nº 448**, de 14 de fevereiro de 1992. Regulamenta dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências. 1992b Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0448.htm Acesso em 10 de abril de 2016.

_____. **Lei nº 8.181**, de 28 de março de 1991. Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), e dá outras providências. 1991. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8181.htm Acesso em 18 de fevereiro de 2016.

_____. **Decreto nº 1.494**, de 17 de maio de 1995. Regulamenta a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece a sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1494.htm Acesso em 05 de fevereiro de 2016.

_____. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas até a Emenda Constitucional nº 91, de 2016. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 02 de abril de 2016.

_____. **Decreto 91.144**, de 14 de março de 1985. Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre

a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D91144.htm Acesso em 23 de janeiro de 2016.

_____. **Lei no 6.513**, de 20 de dezembro de 1977. Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei no 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei no 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências. 1977. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6513.htm Acesso em 22 de janeiro de 2016.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Política Nacional de Cultura**. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação. Brasília, 1975.

_____. **Decreto n. 71.971**, de 31 de janeiro de 1973. Dispõe sobre zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo e dá outras providências. Brasília, 1973.

_____. **Decreto no 60.237**, de 17 de Fevereiro de 1967. Dispõe sobre a instalação e funcionamento do Conselho Federal de Cultura. 1967. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60237-17-fevereiro-1967-400967-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 05 de janeiro de 2016.

_____. **Decreto-Lei no 55**, de 18 de novembro de 1966. Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. 1966a. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0055.htm Acesso em 05 de janeiro de 2016.

_____. **Decreto-Lei no 74**, de 21 de novembro de 1966. Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências. Vide Decreto no 91.144, de 1985. 1966b. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0074.htm Acesso em 05 de janeiro de 2016.

_____. **Decreto no. 44.863**, de 21 de novembro de 1958. Institui a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44863-21-novembro-1958-383896-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 05 de janeiro de 2016.

_____. **Decreto-Lei 406**, de 04 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 05 de janeiro de 2016.

BROHMAN, J., New Directions in Tourism for the Third World, **Annals of Tourism Research**, 23(1):48-70:60, 1996.

BRUNDTLAND, G. H. **Our Common Future** – The World Commission on Environment and Development. Oxford University, Oxford University Press, 1987.

BRUNER, E. **Culture on tour: ethnographies of travel**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

BULL, A. **The Economics of Travel and Tourism**. Melbourne: Longman, 2nd ed., 1995.

BURGOS, A.; MERTENS, F. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. In: **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural – PASOS**, Vol. 13, n.o 1, págs. 57-71, Islas Canarias, España, 2015.

BURKART, A. J.; MEDLIK, S. **Tourism: past, present and future**. Edit. Heinemann, Second edition, 1981.

_____. **Tourism: past, present and future**. Edit. Heinemann, 1974.

BURNETT, J. **Racial Violence: Facing Reality**. Institute of Race Relations. 2013. Available from: <http://www.irr.org.uk/publications/issues/racial-violence-facing-reality>. Acesso em 13 de jan 2017.

BURSZTYN, I. **Políticas Públicas de Turismo Visando a Inclusão Social**. 2005. 110 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: _____; _____; SANSOLO, D.G (Orgs). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p.76-91.

BUTLER, R.; CURRAN, R.; O’GORMAN, K.D. Pro-poor tourism in a first world urban setting: Case study of Glasgow Govan. **Int. J. Tour. Res.** 15, 443–457, 2013.

BYRD, E. T., GUSTKE, L. Using decision trees to identify tourism stakeholders, **Journal of Place Management and Development**, 4(2),148-168, 2011.

CALABRE, L. Políticas e Conselhos de Cultura no Brasil: 1967-1970. In: **IV ENECULT - ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA**. Salvador, Bahia, a 30 de maio de 2008. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br> Acesso em 13 de março de 2016.

_____. Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas. In: RUBIM, A. A. C.; CANELAS, A. A. (Eds.). **Políticas culturais no Brasil**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, p. 87–108, 2007a.

_____. Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas. In: BARBALHO, A.; RUBIM, A. A. C. (Orgs.), **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA. p.6-16, 2007b.

_____. Política cultural no Brasil: um histórico. In: CALABRE, Lia (org.) **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, p.9-21, 2005.

CAMARGO, B.; JUSTO, A. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**. 21. 513-518, 2013.

CANAL MAGÉ. Magé torna obrigatório ensino da cultura afro-brasileira e africana. **Canal Magé**, Magé (RJ), 18 de abril de 2018. Disponível em <<http://canalmage.rj.gov.br/educacao/mage-torna-obrigatorio-ensino-de-cultura-afro-brasileira-e-africana/>> Acesso em 14 de dez de 2018.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar y salir de la modernidad. Buenos Aires: Paidós, 2005.

CANTLE, T. **Interculturalism** – The New Era of Cohesion and Diversity. Palgrave Macmillan: London, 2012.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 256 p. 2002.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. Ed. Guaia, pag. 327, 2010.

CASAS JURADO, A. C.; SOLER DOMINGO, A.; JAIME PASTOR, V. “El turismo comunitario como instrumento de erradicación de la pobreza: Potencialidades para su desarrollo en Cuzco (Perú)”. **Cuadernos de Turismo**, nº 30, pp. 91-108. 2012.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, M. **A cultura no plural**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky, 7ª ed, Campinas, SP: Papius Ed. 2012.

CESNIK, F. S.; BELTRAME, P. A. **Globalização da cultura**. Barueri: Manole, 2005.

CHOI, C. H.; SIRAKAYA, E. Sustainability indicators for managing community tourism. **Tourism Management**, 27, 1274–1289, 2006.

CMMAD, COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **O Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

CNPQ. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. s/d. Disponível em <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/faq;jsessionid=8e5R7D6s-SLbACz5oCXv-HZQ.undefined?p_p_id=54_INSTANCE_39Zlb9kA3d0e&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-3&p_p_col_count=1&_54_INSTANCE_39Zlb9kA3d0e_struts_action=%2Fwiki_display%2Fview&_54_INSTANCE_39Zlb9kA3d0e_nodeName=Main&_54_INSTANCE_39Zlb9kA3d0e_title=Q3.+O+que+%C3%A9+20um+grupo+de+pesquisa+no+%C3%A2+mbito+do+Diret%C3%B3rio%3F+Como+saber+se+as+atividades+desenvolvidas+por+um+conjunto+de+pesquisadores+constituem+um+grupo+de+pesquisa%3F> Acesso em 12 dez 2018.

COHEN, E. A phenomenology of tourism experiences. **Sociology**, 13, pp. 179-201, 1979.

CONILH B, M. L. T. **Análise de Conteúdo de texto e vídeo usando Atlas Ti-QDAS**. Rio de Janeiro, 2012 (Apostila).

COOPER, C.; FLECHTER, J.; WANHILL, S.; GILBERT, D.; SHEPERED, R. **Turismo, Princípios e Práticas**. São Paulo: Artmed Editora, 2001.

CORIOLOANO, L. N. M. T. *et al.* **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: Atores e cenários em mudanças**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

CORRÊA, F. V.; MUSSI, S.; IRVING, M. A.; CASTRO, E. V. O Parque Nacional da Serra dos Órgãos: Caminhos nas montanhas. In: **Parques Nacionais no Rio de Janeiro: Desafios para uma gestão social da biodiversidade**. IRVING, M. A.; CORRÊA, V. F.; ZARATTINI, A. C. (Orgs.). 1 ed. Rio de Janeiro: Folio Digital; Letra e Imagem, 2013.

COSTA, G.; LAMAS, I.; FERNANDES, R. 2010 (Coords). **Planejamento Estratégico do Mosaico Central Fluminense**. ICMBIO/MMA, 2008. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/mosaicos/planejamento-central-fluminense.pdf>> Acesso em 12 dez 2016.

CRUZ BLASCO, M. “Turismo, identidad y reivindicación sociocultural en Chile”. Turismo y Sostenibilidad: **V Jornadas de Investigación en Turismo**, Universidad de Sevilla, Sevilla, pp. 127-147. 2012.

CRUZ, P. F. **Sistema Municipal de Cultura: Implantação do Sistema Nacional de Cultura em Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Licenciatura e Bacharelado em Teatro—Florianópolis: Universidade Estadual de Santa Catarina, 2012.

CRUZ, G.; BERBERI, A. P. C.; GUZELA, M.T. Ciência e Pesquisa: reflexões sobre a inserção do turismo e do ensino superior frente ao panorama científico. **Revista PASOS**, Vol. 6 N°1 págs. 109-116. 2008.

_____. Prefácio. In: PAES, M. T. D.; SOTRATTI, A. **Geografia, turismo e patrimônio cultural: identidades, usos e ideologias**. São Paulo: Annablume, 2017a.

CRUZ, R. de C. A. Patrimônio cultural, turismo e produção do espaço urbano: notas críticas. Apresentação oral. **III Colóquio Turismo e Cidades**, UNIRIO, 2017b.

_____. “Patrimonialização do patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. **GEOUSP: espaço e tempo**, São Paulo, v. 1, n. 31, p. 95-104, 2012.

_____. **Geografias do Turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.

_____. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2002.

CRUZ BLASCO, M. Turismo, identidad y reivindicación sociocultural en Chile. **Turismo y Sostenibilidad**: V Jornadas de Investigación en Turismo, Universidad de Sevilla: 127-147, 2012.

CUCHE, D. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

D'ÁVILA, M.; MACIEL, T. Pantanal: Um Ecodesenvolvimento Necessário. In: Maciel, T. (Org.) – **O Ambiente Inteiro**: A Contribuição Crítica da Universidade à Questão Ambiental. Rio de Janeiro: UFRJ, pág. 69-90, 1992.

DAVIDSON, D. A. **The evaluation of land resources** (2nd ed.), Harlow: Longman Scientific and Technical, 1992.

DAVIS, D.; BELL, M.; FLETCHER, T. A Look Back at the London Smog of 1952 and the Half Century Since. **Environmental health perspectives**. 110. A734-5. 10.1289/ehp.110-a734, 2003.

DE LA TORRE, O. P. **El turismo**: fenómeno social. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

DENCKER, A.F.M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura. 8ª Ed., 2004.

DESCOLA, P. Más allá de la naturaleza y de la cultura. In: MARTÍNEZ, L. M. (Ed.). **Cultura y naturaleza**. Bogotá, Jardín Botánico de Bogotá, p. 75-98, 2011.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Planejamento do Turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6º. Ed. Ampliada. – São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

DIXEY, L. **Inventory and Analysis of Community Based Tourism in Zambia**. 2005. Disponível em: <http://fsg.afre.msu.edu/zambia/resources/PROFIT%20Community%20Tourism%20Survey%20-%20Final%20CBT%20Report.pdf>. Acesso em 09 de jun de 2016.

DWYER, L. **Handbook Of Research Methods In Tourism**: Quantitative and Qualitative Approaches. Edited by Larry Dwyer, Alison Gill and Neelu Seetaram. Edward Elgar Pub 2014.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. Tradução Sandra Castello Branco; revisão técnica Cezar Mortari. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

EHRENFELD, D. **Beguining again**: people and nature in the new millenium. New York: Oxford University Press, 215 p., 1993.

_____. **A arrogância do humanismo**. São Paulo: Ed. Campus, 1992.

EHRlich, P. R.; EHRlich, A. H. The Population Bomb Revisited. In: **The Electronic Journal of Sustainable Development**, 1 (3), 2009.

ELIOT, T. S. **Notas para a definição de cultura**. Tradução de Eduardo Wolf. São Paulo: É Realizações Editora, 2011.

ELLIOTT, J.; SUMBA, D. **Conservation Enterprise** – What works, Where and for Whom? London: International Institute for Environment and Development, 2011.

ELLIS, S.; SHERIDAN, L. M. The legacy of war for community-based tourism development: Learnings from Cambodia. **Commun. Dev. J.**, 49, 129–142. 2014a.

_____. The role of resident perceptions in achieving effective community-based tourism for least developed countries. **Anatolia: An International Journal of Tourism and Hospitality Research**, 1-13, 2014b.

ERRINGTON, F.; GEWERTZ, D. Tourism and anthropology in a post-modern world. **Oceania**, 60, pp. 35-54, 1989.

ESCOBAR. A. Depois da Natureza - Passos para uma Ecologia Política Antiessencialista. In: PARREIRA, C.; ALIMONDA, H. (Orgs.). **Políticas públicas ambientais latino-americanas**. Brasília: Flacso-Brasil, Editorial Abaré, 2005a.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pósdesenvolvimento? In: Lander, E. (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. pp. 63-79, 2005b.

ETIKAN, I; ALKASSIM, R.; ABUBAKAR, S. Comparision of Snowball Sampling and Sequential Sampling Technique. **Biom Biostat Int J**, 3(1): 00055. 2015.

FERREIRA, L. A. **Análise institucional de organizações culturais**. 2009, 367p. Dissertação (Mestrado) – Administração e Desenvolvimento Empresarial, Universidade Estácio de Sá, São Paulo, 2009.

FERREIRA, H. C. H. Turismo, natureza e cultura: disputas por "Patrimônios" nos debates "Participativos" na Ilha Grande-RJ. **Ambient. soc.** [online], vol.16, n.4, pp.63-80, 2013.

FIGUEROLA, M. **Teoria Economica del Turismo**, Madrid: Alianza Editorial, 1985.

FRANCO, J. L. A. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da Identidade Nacional. **Varia História**, no. 26, pág. 77-96, Janeiro de 2002.

FRIDMAN, M. **Vertigens pós-modernas: configurações institucionais contemporâneas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

FRIESE, S. **Qualitative Data Analysis with ATLAS.ti** (2nd ed.). London: SAGE Publications Ltd, 2014.

_____. **ATLAS.ti 7 user manual**. Berlin: ATLAS.ti Scientific Software Development GmbH, 2013. Disponível em: http://www.atlasti.com/uploads/media/atlasti_v7_manual_201301.pdf Acessado em 12 ago 2015.

_____. **Qualitative data analysis with ATLAS.ti**. London: SAGE Publications Ltd, 2012.

FOUNEX REPORT. **The Founex Report on Development on Environment**. 1971. Disponível em: https://www.unedforum.org/fileadmin/files/Earth%20Summit%202012new/Publications%20and%20Reports/founex_report_on_development_and_environment_1972.pdf. Acesso em: 26 fev 2019.

FUSTER, F.L. **Teoria y técnica del turismo**. 5ed. Madrid: Nacional, v.2, 1991.

FRATUCCI, A. C.; SCHWANTES, G. X. L.; MAIA, Y. C. Estrutura da gestão pública do turismo nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. In: **Revista de Cultura e Turismo – CULTUR**, ano 08, nº. 1, pág. 140-159. Fev., 2014.

FRIDMAN, M. **Vertigens pós-modernas: configurações institucionais contemporâneas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

GARCIA, E. V. **Diplomacia Brasileira e Política Externa: Documentos Históricos (1493-2008)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. 751 p.

_____. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GASTAL, S. (Org.). Existe uma geografia do turismo? In: **Turismo: investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002.

GEERTZ, C. **The Interpretation of Cultures**. New York: Basic Books, 1993.

_____. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1992.

GEBEYAW, A. **Practice, Challenges and Opportunities of Community Based Ecotourism Development in Meket Woreda, North Wollo, Amhara Region**. (Unpublished Master of Art Dissertation). Addis Ababa: Addis Ababa University, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILBERT, D. Strategic marketing planning for national tourism. **The Tourist Review**, 1, {18}27, 1990.

GIRARD, A. **Cultural development: experience and policies**. Paris, Unesco, 1972.

GIULIANI, G. M. Sociologia e ecologia: um diálogo reconstruído. **Raízes**: revista de Ciências Sociais e Econômicas, João Pessoa, ano 17, n. 16, p. 25-40, mar. 1998.

GO, M. F. Globalization and emerging tourism and education issues. In **Global Tourism**, edited by William F. Theobald, London: Butterworth Heinemann, 2nd ed, 1998.

GLASER, B. G. Theoretical Sensitivity: Advances in the Methodology of Grounded Theory. **The Sociology Press**, California, 1978.

GLÜCKSMANN, R. Das Ziel des Forschungsinstituts für den Fremdenverkehr [The purpose of the Research Institute for Tourism]. Berlim. (Sonderdruck aus der Zeitschrift “verkehr und Bäder” nr. 23-1929. **Bäder – Verkehrs** – Verlag G. m. b. H., Berlin, SW11). 8p, 1929.

GODOI, C.K.; MATTOS, P.L. de. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; BARBOSA DA SILVA, A. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo In: GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; BARBOSA DA SILVA, A. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMARASCA, P. Multiculturalism or Hybridisation? Cultural Mixing and Politics. **Diversities** 15 (2): 67-80, 2013.

GONÇALVES, C. **Os (des)caminhos do meio ambiente** (12.^a ed.). São Paulo: Contexto, 2005.

GOODWIN, H.; SANTILLI, R. **Community-Based Tourism**: a success? ICRT & GTZ, 2009.

GORZ, A. **Ecologia e liberdade**. Lisboa, Veja, 1978.

GRYBOVYCH, O.; HAFERMANN, D. Sustainable practices of community tourism planning: lessons from a remote community. **Community Development**, 41, (3), 354-369, 2010.

GSTC. **The Partnership for Global Sustainable Tourism Criteria**. Disponível em http://www.mgrrt.gov.si/fileadmin/mgrrt.gov.si/pageuploads/turizem/Global_sustainable_tourism_criteria.pdf Acessado em 04 abril de 2016.

GUATTARI, F. **Lignes de fuite**: pour un autre monde de possibles. Paris: Éditions de L'aube, 2011.

_____. Da produção de subjetividade. In: PARENTE, A. (Org.). **Imagem máquina**: a era das tecnologias do virtual. 3ª edição. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora 34, p. 177-191, 2008.

_____. **La Philophie est essentielle à l'existence humaine**. La Tour-d'Aigues: L'Aube, 2002.

_____. **As três ecologias**. Campinas, SP: Papirus, 1993.

_____; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

GUEDES, A. "Pesquisa internacional em gestão: uma abordagem interdisciplinar com múltiplos níveis de análise" in: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em Administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.71-96, 2005.

GUNN, C. A. **Tourism Planning**. New York: Taylor and Francis, 2nd ed, 1994.

HALL, C. M. **El turismo como Ciencia Social Del La Movilidad**. Madri: Editorial Síntesis, 2014.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, C. M. **Introduction to Tourism in Australia**: Impacts, Planning and Development; Addison Wesley Longman: Melbourne, Australia, 1996.

HALSTEAD, L. **Making community-based tourism work**: An assessment of factors contributing to successful community-owned tourism development in Caprivi, Namibia. Namibia: Ministry of Environment and Tourism, 2003.

HAN, G.; WU, P.; HUANG, Y.; YANG, Z. Tourism development and the disempowerment of host residents: types and formative mechanisms. *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*, 16(5), 717-740, 2014.

HANNERZ, U. **Fluxos, Fronteiras, Híbridos**: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, vol.3, p. 7-39, 1997.

_____. 1996. **Transnational Connections**. London: Routledge.

_____. 1992. **Cultural Complexity**. New York: Columbia University Press.

_____. 1991. "Scenarios for Peripheral Cultures". In: A. D. King (ed.), **Culture, Globalization and the World-System**. London: Macmillan. pp.107-128.

HASAN, S. R.; ISLAM, M. S. Exploring bandarban through trekking trails: A new horizon for Community-based tourism Development. **European Scientific Journal**, February 2015, 11(5), 286-299, 2015.

HATTON, M. J. **The character of community-based tourism**. Community-based tourism in the Asia-Pacific, 2012.

_____. **Community-Based Tourism in the Asia Pacific**. Ontario/CTC/APEC: School of Media Studies, Humber College, 1999.

HÄUSLER N.; STRASDAS W., Z. Training manual for Community-based Tourism, In: **WEnt–Capacity Building International**, 2003.

HELL, V. **A ideia de cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HOFSTEDE, G. Cultural constraints in management theories. **Academy of Management Executive**. University of Limburg, Maastricht, Netherlands, Vol. 7, n. 1, p. 81-94, 1983.

HOLLADAY, P. D.; POWELL, R. B. Resident perceptions of social-ecological resilience and the sustainability of community-based tourism development in the Commonwealth of Dominica. **Journal of Sustainable Tourism**, 21(8), 1188-1211, 2013.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HUNZIKER, W.; KRAPP, K. **Allgemeine Fremdenverkehrslehre**. Zurich, 1942.

HUSSAIN, Y.; BAGGULEY, P. 'Citizenship, Ethnicity and Identity: British Pakistanis after the 2001 "Riots".' **Sociology**, 39 (3): 407–425, 2005.

HØYER, K. G.; NÆSS, P. Conference Tourism: A Problem for the Environment, as well as for Research?, **Journal of Sustainable Tourism**, 9:6, 451-470, 2001.

HØYER, K. G. Seven Theses on CO2-reductionism and its Interdisciplinary Counteraction. In **Interdisciplinarity and Climate Change**; Bhaskar, R., Frank, C., Høyer, K.G., Næss, P., Parker, J., Eds.; Routledge Ontological Explorations: London, UK; pp. 35–54, 2010.

IANNI, O. "A metáfora da viagem". In: _____. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 11-31. , 2000.

EMBRATUR/IBAMA. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, 1994.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades: Magé**. 2018. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/mage/panorama> Acesso em 12 dez 2018.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil em números/Brazil in figures**. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - Vol. 1 (1992-2015). - Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

ICMBIO. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Caminhos da Serra do Mar**. Ministério do Meio Ambiente/MMA, 2018. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/destaques/167-caminhos-da-serra-do-mar.html> Acesso em 14 dez 2018.

_____. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos Monitoria e Avaliação: semestre I (julho-dezembro de 2008)**. Ministério do Meio Ambiente/MMA, 2008.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013 -:Francisco). **Carta Encíclica Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Paulinas, 2015.

INEA, INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO. **ICMS Ecológico**, Assessoria Técnica de Apoio à Gestão Ambiental Municipal, AEMERJ. 2017. Disponível em: http://www.aemerj.org.br/images/download/icmsfolderfinal_JAN%202017.pdf Acesso em 13 jan 2019.

_____. INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO. **Relatório de Visitaçã**o: Contrato 009/2014 Funbio/Consortio Costa do Sol. Rio de Janeiro. Jan. 2015. (Relatório).

_____. INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO. **Parque Estadual da Costa do Sol**. Disponível em<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA_008423> Acesso em 22 de jul. de 2015. (2015a).

_____. INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO. **Diagnóstico do uso público nas Unidades de Conservação Estaduais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Fev. 2014 (Relatório).

INGOLD, T. Humanity and Animality. In: Tim Ingold (ed.), **Companion Encyclopedia of Anthropology**. Londres, Routledge, pp. 14-32, 1994.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE AND NATURAL RESOURCES. IUCN. **World Conservation Strategy: living resource conservation for sustainable development**. Gland (Suíça): IUCN, 1980. Em português: **Estratégia mundial para a conservação: a conservação dos recursos vivos para um desenvolvimento sustentado**. Tradução pela CESP da versão em espanhol. São Paulo: CESP, 1984.

IORIO, M.; CORSALE, A. Country-based tourism and networking: Viscri, Romania. **Journal of Sustainable Tourism**, 22(2), 234-255, 2014.

IRVING, M. A; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. G. (Orgs.). **Turismo**: ressignificando sustentabilidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Folio Digital, 2018. v. 1.

IRVING, M. A; CALABRE, L. (Orgs.). **Turismo, Natureza e Cultura**: interdisciplinaridade e políticas públicas. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

IRVING, M. A.; LIMA, M. A. G.; MORAES, E. A. Para ressignificar o turismo: um encontro na natureza e na diversidade?. In: IRVING, M. A; AZEVEDO, L. C. (Org.). **Turismo, Natureza e Cultura**: Diálogos Interdisciplinares e Políticas Públicas. 1ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, v. 1, p. 36-40, 2016.

IRVING, M. A; AZEVEDO, L. C.; BARTHOLO JUNIOR, R. S.; LIMA, M. A. G.; MORAES, E. A.; EGREJAS, M.; LIMA, D. R. (Orgs.) **Turismo, natureza e cultura**: interdisciplinaridade e políticas públicas. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. v. 1. 204p.

IRVING, M. A.; LIMA, M. A. G.; MORAES, E. A. Turismos, naturezas e culturas: para se pensar políticas públicas e interdisciplinaridade em pesquisa. In: IRVING, M. A.; CALABRE, L.; BARTHOLO, R.; LIMA, M. A. G. de; MORAES, E. A. de; EGREJAS, M.; LIMA, D. R. (Org.). **Turismo, natureza e cultura**: interdisciplinaridade e políticas públicas. 1ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, v. 1, p. 16-22, 2016.

IRVING, M. A. Sustentabilidade e o futuro que não queremos: polissemias, controvérsias e a construção de sociedades sustentáveis. **Sinais Sociais**, v. 9, p. 11-36, 2014.

IRVING, M. A; OLIVEIRA, E. **Sustentabilidade e Transformação Social**. 1. ed. Rio de Janeiro: SENAC, 174p, 2012.

IRVING, M. A; CORREA, F. V.; MORAES, E. A. “Cidade Maravilhosa”? Interpretando a percepção do turista sobre o Rio de Janeiro. **Caderno Virtual de Turismo** (UFRJ), v. 11, p. 427-442, 2011.

IRVING, M. A. Áreas Protegidas e Inclusão Social: uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil?. **Sinais Sociais**, v. 4, p. 122-147, 2010.

_____. Reinventando a reflexão sobre o turismo de base comunitário. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SAN SOLO, D.G (Orgs). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

_____. Ecoturismo em áreas protegidas: da natureza ao fenômeno social. In: NEIMAN, Z.; CASTILHO, N.; CASTILHO, V. (Orgs.) **Nas trilhas do ecoturismo**. São Carlos: Editora Rima, p. 1-15, 2008.

IRVING, M. A; MATOS, K. Gestão de Parques Nacionais no Brasil: projetando desafios para a Implementação do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas. **Floresta e Ambiente**, v. XIII, p. 89-96, 2006.

IRVING, M. A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A.; MELO, G. M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v.5, no. 04, 2005.

IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

ISSA, Y.; DENCKER, A. Processos de turistificação: dinâmicas de inclusão e exclusão de comunidades locais. In: **Anais do IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, 2006. Caxias do Sul, RS. Caxias do Sul: UCS.

JAFARI, J. Editor's Page. **Annals of Tourism Research**, 5(sp. issue), pp. 6-11, 1977.

JOAQUIM, G. Da Identidade à sustentabilidade ou a emergência do turismo Responsável. **Sociologia Problemas e Práticas**, nº 23. p. 71-100. 1997.

STRADNER, J. **Der Fremdenverkehrs eine volkswirtschaftliche Studie**. Graz, 1930.

KASPAR, C. Le Tourisme, objet d'un étude scientifique. **Revue du Tourisme**, 21/76, AIEST, 1976.

KEVAL, H. From 'Multiculturalism' to 'Interculturalism' – A commentary on the Impact of De-racing and De-classing the Debate. **New Diversities**, Vol. 16, No. 2, 2014.

KIBICHO, W. Community-based tourism: A factor-cluster segmentation approach. **Journal of Sustainable Tourism**, Vol. 16, No.2, pp.211-231, 2010.

KIM, S.; PARK, E.; PHANDANOUVONG, T. Barriers to local residents' participation in community-based tourism: **Lessons from Houay Kaeng village in Laos**. SHS Web of Conferences, 12, 1-8, 2014.

KIPPER, A.; SHEEHAN, M.; POLLARD, A. J. Assent Is ot Consent. **Journal of Medical Ethics**, 2012, p. 3.

KIPPER, D. J.; MARQUES, C. C.; FEIJÓ, A. (Orgs.). **Ética em Pesquisa: reflexões**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

KOESTER, V. **Nordic Countries' Legislation on the Environment with Special Emphasis on Conservation Survey**. I.U.C.N. Environmental Policy and Law Paper No. 14, Gland, Switzerland, 1980.

KONTOGEOURGOPOULOS, N.; CHURYEN, A.; DUANGSSAENG, V. Homestay tourism and the commercialization of the rural home in Thailand. **Asia Pacific Journal of Tourism Research**, 20(1), 29-50, 2015.

_____. Success factors in community-based tourism in Thailand: the role of luck, external support, and local leadership. **Tourism Planning & Development**, 11(1), 106-124, 2014.

KRAMSCH, C. **Language and culture**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.

_____. **The Holiday Makers**. Understanding the Impact of Leisure and Travel. Oxford: Butterworth Heinemann, 1987.

_____. Towards new tourism policies: The importance of environmental and sociocultural factors. **Tourism management**, 3(3), 135-148, 1982.

KROEBER, A. L. **The nature of Culture**. Chicago. University of Chicago Press, 1952.

KROEBER, A.; KLUCKHOHN, C. **Culture**: a critical review of concepts and definitions. Volume 47. Front Cover. The Museum, Civilization - 223 pages, 1952.

KUNDNANI, A. Multiculturalism and its discontents: Lef, Right and Liberal". **European Journal of Cultural Studies**, 15 (2), pp.155-66, 2012.

KYMLICKA, W. Comment on Meer and Modood. **Journal of Intercultural Studies**, 33:2, 211-216, 2012.

LA ROVERE, R. L.; IRVING, M. A.; LIMA, M. A. G. Turismo e sustentabilidade: contexto, obstáculos e potencialidades no Estado do Rio de Janeiro. In: OSORIO, M.; MELO, L. M. de; VERSIANI, M. H.; WERNECK, M. L. (Org.). **Uma Agenda para o Rio de Janeiro: estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico**. 1ed. RIO DE JANEIRO: FGV, v. 1, p. 197-227, 2015.

LA ROVERE, R. L.; PARANHOS, J. **Os Investimentos no Estado do Rio de Janeiro e seus Efeitos sobre as Micro e Pequenas Empresas**. Rio de Janeiro: IETS/SEBRAE, 2011. Disponível em <http://arquivopdf.sebrae.com.br/uf/rio-de-janeiro/sebrae-no-rio-dejaneiro/estudos-e-pesquisas/estudo.pdf>

LAINE, P. **Tourisme et Théorie du Système Général, Sensibilisation à l'Approche Systémique du Tourisme**. Aix-enProvence: Centre des Hautes Études Touristiques, 1989.

LAMA, Dalai. **Espiritualidade**. Curitiba: ASSINTEC/ SME, 2007.

_____. **Uma ética para o novo milênio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

LANNA, M. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. **Rev. Sociol. Polit.** [online]. 2000, n.14, pp.173-194. ISSN 1678-9873. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782000000100010>.

LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 14 ed. 2001.

LEAR, L. **Rachel Carson**: witness for nature. New York: Henry Holt and Company, 2010.

LEE, M.; FIELDING, N. 'Qualitative Data Analysis: Representations of a Technology: A Comment on Coffey, Holbrook and Atkinson', **Sociological Research Online** 1(4), 1996.

_____. 'Computing for Qualitative Research: Options, Problems and Potential', in N.G. Fielding and R.M. Lee (eds) **Using Computers in Qualitative Research**. London: Sage, 1991.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Educação Ambiental).

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2006.

LENTIN, A.; TITLEY, G. **The Crises of Multiculturalism: Racism in a Neoliberal Age**. London: Zed Books, 2011.

LEWIS, R. D. **When cultures collide: managing successfully across cultures**. Revised edition. London: Nicholas Brealey Publishers, 2000.

LIANBIN, Z.; KAIBANG, L. Community tourism as practiced in the mountainous Qiang region of Sichuan Province, China—a case study in Zhenghe village. **Journal of Management Science**, 5, 140–156, 2008.

LIMA, M. A. G.; IRVING, M. A. Políticas públicas de turismo no Brasil: o “estado da arte” para se pensar sustentabilidade. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J.; _____. (Orgs). **Turismo: Ressignificando sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Folio Digital :Letra e Imagem, 2018. p.181-214.

LIMA, M. A. G.; IRVING, M. A.; ABREU, M. M. Políticas Públicas de Cultura e Turismo: uma relação mal resolvida?. **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, v. 11, p. 175-202, 2017.

LIMA, M. A. G.; IRVING, M. A. O “estado da arte” dos projetos de Turismo de Base Comunitária na região turística da Costa Verde (Rio de Janeiro-Brasil). In: IRVING, M. A.; RODRIGUES, C. G. O.; RABINOVICI, A.; COSTA, H. A. (Orgs.). **Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social: Diálogos entre saberes e fazeres?**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem Editora, 2015, v. 1, p. 235-280.

LIMA, M. A. G. **Projetos de Turismo de Base Comunitária no Estado do Rio de Janeiro: Tecendo teias de significados em busca da dimensão cultural**. 2014. 300f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Programa EICOS, Instituto de Psicologia, 2014.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do Turismo**. Conceitos, Modelos e Sistemas. São Paulo: Aleph, 2012.

LÓPEZ-GUZMÁN, T.; SÁNCHEZ CAÑIZARES, S. M. “Turismo comunitario y generación de riqueza en países en vías de desarrollo. Un estudio de caso en el Salvador”. **REVESCO: Revista de Estudios Cooperativos**, nº 30, pp. 85-103, 2009.

LOUREIRO, C. F. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. **Gestão em Ação**, Salvador, v. 7, n.1, jan/abr., 2004.

LOUREIRO, C.; GORAYEB, A. O Turismo comunitário como alternativa para a preservação dos ecossistemas litorâneos: o caso da Comunidade de Curral Velho, Acaraú-CE-Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo - RTC**, Natal, v. 1, n.1, p.1-17, jul./dez. 2013.

LUCCHETTI, V.G.; FONT, X. **Community based tourism: Critical success factors**. Available online: www.icrtourism.org/wp-content/uploads/2012/03/OP27.pdf 2013. Acesso em 29 de julho de 2016.

MADER, R. **Exploring ecotourism in the Americas**. Definition (en líneas), Rocha, Uruguay. 2002

MALDONADO, C. A. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SAN SOLO, D.G (Orgs). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MANGABEIRA, W.C.; LEE, R.M.; FIELDING, N.G. Padrões de adoção, modos de uso e representações sobre tecnologia: usuários do CAQDAS no Reino Unido, em meados da década de 90. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 5, jan/jun, p. 20-57., 2001.

MANN, M. **The community tourism guide: Exciting holidays for responsible travellers**. London: Earthscan, 2000.

MANYARA, G.; JONES, E. Community-based tourism enterprises development in Kenya: Na exploration of their potential as avenues of poverty reduction. **J. Sustain. Tour**, 15, 628–644, 2007.

MARINHO, N. **Folias de reis: múltiplos territórios**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2015.

MARTÍNEZ, L. M. (Ed.). **Cultura y naturaleza**. Bogotá, Jardín Botánico de Bogotá, 2011.

MARTINEZ, P. H. **História Natural Paulista: temas, fontes, métodos**. São Paulo: SENAC, 2007.

_____. **História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, G. A. Estudo de Caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, p. 9-18, 2008.

_____. **Estudo de Caso: Uma Estratégia de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, R. A. Abordagens quantitativa e qualitativa. In: **Metodologia de Pesquisa em Engenharia de Produção e Gestão de Operações**. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

MARZUKI A. Resident attitudes towards impacts from tourism development in Langkawi Islands, Malaysia. **World Applied Sciences Journal**, 12(T&H): 25–34, 2011. Disponível e: <http://idosi.org/wasj/wasj12%28T&H%2911/4.pdf> Acesso em 4 Mai 2016.

MASCARDO, G. Tourism and community leadership in rural regions: linking mobility, entrepreneurship, tourism development and community well-being. **Tourism Planning & development**, 11(3), 354-370, 2014.

MATHIESON, A.; WALL, G. **Tourism Economic Physical and Social Impacts**. Harlow, UK: Longman, 1982.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a Dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2008a.

_____. Ensaio sobre a Dádiva: Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, p. 183-294, 2008b.

_____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo, Cosac e Naify, 2003.

MEADOWS, D. L.; MEADOWS, D. H.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. **The Limits to Growth**. New York, Universe Books, 1972.

MEER, N. **Race & Ethnicity**. London: Sage, 2014.

MEER, N.; MODOOD, T. Interculturalism, Multiculturalism or Both?. **Political Insight**, 3 (1): 30-33, 2012.

MENA-CHALCO, J. P. et al. Brazilian bibliometric coauthorship networks. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 65, n. 7, p. 1424-1445, 2014.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MINAYO, M. C. S. (Org.) et al. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GOMÉZ, C. Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). **O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz. p.117-42, 2003.

MINC. MINISTÉRIO DA CULTURA. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Apresentação de Ana de Hollanda e Sérgio Mamberti – São Paulo: Instituto Via Pública, Brasília: MinC, 2012.

_____. **MINISTÉRIO DA CULTURA. Pontos de cultura.** Disponível em : <http://www.cultura.gov.br/>, 2018. Acesso em 12 dez 2017.

MITCHELL, J.; ASHLEY, C. **Tourism and Poverty Reduction: Pathways and Prosperity;** Earthscan: London, UK, 2010.

MITCHELL, E. R.; REID, G. D. Community integration island tourism in Peru. **Annals of Tourism Research**, 28(1), 113–139, 2001.

MMA. **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano de manejo.** MMA, 2018. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo.html> Acesso em 2 dez 2018.

MOESCH, M. M.; BENI, M. C. Do discurso da ciência do turismo para a ciência do turismo. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, n. 25, 9-30p., 2016.

MOLINA, S. **O pós-turismo.** São Paulo: Aleph. (Série Turismo) 2003.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thomson, 2004.

MORIN, E. (Org.); SALMITO, A. (Org.); IRVING, M. A (Org.); PINA, M. (Org.); CASTRO, M. (Org.); FADEL, C. (Org.); VIVEIROS, A. (Org.); LOGATTO, R. (Org.). **Para um Pensamento do Sul - Diálogos com Edgar Morin.** 1. ed. Rio de Janeiro: SESC - Departamento Nacional, v. 1. 228p, 2011.

MORIN, E. Para um pensamento do sul. In: **SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. SESC. Para um pensamento do sul: diálogos com Edgar Morin.** — Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 228 p, 2011.

_____.; KERN, A. B. **Terra pátria.** Porto Alegre: Sulina, 2003.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 3.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

_____. **O paradigma perdido: a natureza humana.** 4.ed. Portugal: Publicações EuropaAmérica, 222 p. 1988.

MOSCOVICI, S. **Natureza: Para pensar a ecologia.** Rio de Janeiro: Mauad X, Instituto Gaia, 2007.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **La Representación Social: Un Concepto Perdido.** IEP - Instituto de Estudios Peruanos. Lima, Mayo del. 2002. Disponível em: www.cholonautas.edu.pe. Acesso: 23 junho de 2016.

_____. Das Representações Coletivas às Representações Sociais: Elementos para Uma História. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

_____. Prefácio. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Texto em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, p. 261-293, 1995.

_____. **Sociedade contranatura**. Lisboa: Teorema/Bertrand, 1977.

MONTEJANO, J. M. **Psicosociología del turismo**. Madrid: Editorial Síntesis, 2002.

MTUR. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mapa das regiões turísticas do Brasil**. Disponível em <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home> Acesso em 3 jan de 2019.

_____. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Anuário Estatístico de Turismo – 2016**. Brasília: Ministério do Turismo, 2016.

_____. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022**. Brasília, DF, 2018.

_____. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Anuário Estatístico de Turismo – 2018**. Volume 45, Ano Base 2017. Brasília: Ministério do Turismo, 2018.

_____. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Anuário Estatístico de Turismo – 2017**. Volume 44, Ano Base 2016. Brasília: Ministério do Turismo, 2017.

_____. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2013-2016**. Brasília, DF, 2013.

_____. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública / Ministério do Turismo**. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**. Brasília, DF, 2007.

_____. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas (2003-2007)**. Brasília: Ministério do Turismo. 2003.

MULUGETA, F. **Fundamentals of Community Based Ecotourism Development in Ethiopia**. Addis Ababa, 2012.

_____. **Community Based Ecotourism: An Approach to Biodiversity Conservation and Sustainable Development**. LAP – Lambert Academic Publishing, 2011.

MURPHY P, E. Community driven tourism planning, **Tourism Management**. 88, 96-104, Butterworth & Co, 1988.

_____. **Tourism: A community approach.** New York: Methuen, 1985.

NASH, D. **The study of tourism: anthropological and sociological beginnings.** Oxford: Elsevier, 2007.

_____. **Anthropology of tourism.** Oxford: Pergamon, 1996.

NASCIUTTI, J. C. R. Reflexões sobre o espaço da psicossociologia. In: **Documenta Eicos**, no 7, 1996.

NDLOVU, N.; ROGERSON, C. M. The local economic impacts of rural community-based tourism in Eastern Cape. In ROGERSON, C. M.; VISSER, G. (ed.). **Tourism and development issues in contemporary South Africa.** Pretoria: Africa Institute of South Africa, 436-451, 2004.

NUSSBAUM, M. C. **Educação e justiça social.** (Trad.: Graça Lami). Ramada: Edições Pedagogo, 2014.

_____. **Creating capabilities.** Te human development approach. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

_____. **Las fronteras de la justicia: consideraciones sobre la exclusión.** Barcelona: Paidós, 2007.

OHE, Y. Barrier to change in rural tourism. pp. 31-46. In: KELLER, P.; BIEGER, T. (Eds). **Managing Change in Tourism: Creating Opportunities-Overcoming Obstacles**, Berlin: Erich Schmidt Verlag, 2010.

_____. Impact of rural tourism operated by retiree farmers on multifunctionality: evidence from Chiba, Japan. **Asia Pacific Journal of Tourism Research**, 13(4), 343-356, 2008.

OLIVEIRA, R. C. Etnicidade, eticidade e globalização. In: OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do Antropólogo.** São Paulo: UNESP; 1998. p. 168-188.

OLIVEIRA, E.; IRVING, M. A. Controvérsias na agenda de proteção da biodiversidade no Brasil: o papel da mídia pela ótica da Teoria Ator-Rede. **Razón y Palabra**, v. 90, p. 1-23, 2015.

OMT. ORGANISATION MONDIALE DU TOURISME. **Concepts, Définitions et classifications pour les Statistiques du Tourisme**, Manuel Technique, Madrid, 1995.

OMT. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Porto Alegre: Bookman, 2003. 168 p.

_____. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Código Mundial de Ética do Turismo.** Santiago do Chile: OMT, 1999.

_____. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Carta do Turismo Sustentável – Declaração de Lanzarote**. Ilhas Canárias/Espanha: OMT, 1995. Disponível em: <http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/docpdf/lanzarote.pdf>. Acesso em 19 nov 2016.

_____. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Desenvolvimento do turismo sustentável**: manual para organizadores locais. Brasília: Organização Mundial do Turismo (OMT), 1994.

_____. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Estatuto da Organização Mundial do Turismo**, 1970. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Turismo/estatuto-da-organizacao-mundial-de-turismo.html> Acesso em 7 out 2016.

OMT/PNUMA. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT); PROGRAMA DE MEIO AMBIENTE DAS NAÇÕES UNIDAS (PNUMA). **Declaração de Ecoturismo de Quebec**. Quebec – Canadá: OMT; UNEP, 2002.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Ano Internacional da Biodiversidade pela Assembleia Geral das Nações Unidas**. 2010. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/ano-internacional-da-biodiversidade-e-comemorado-em-sao-paulo/> Acesso em 17 set 2016.

_____. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Edição em 25 de setembro de 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org>. Acesso em: 27 dez. 2016.

_____. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. Nova Iorque, 6-8 de Setembro de 2000. Lisbon: United Nations Information Centre, 2000.

_____. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 21**. Documento aprovado na Organização das Nações Unidas (ONU). Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>. Acesso em: 01dez 2016.

_____. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – 1972**. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/estocolmo1972.pdf>. Acesso em: 06 maio de 2016.

_____. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. CNUMAH. **Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano**. Estocolmo, 1972. Disponível em: https://apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf Acesso em: 12 jun 2016.

_____. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos**. 1966a. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20Direitos%20Civis%20e%20Pol%C3%ADticos.pdf> Acesso em 7 mai 2016.

_____. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. 1966b. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%20C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf> Acesso em 7 mai 2016.

_____. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (DUDH). 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> Acesso em 7 mai 2016.

_____. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações**. 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf> Acesso em 7 mai 2016.

ORTIZ, F. Baía de Guanabara: vazamento da Petrobras completa 14 anos. **(O)Eco**. 18 fev. 2014. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/28021-baia-de-guanabara-vazamento-da-petrobras-completa-14-anos/> Acesso em: 20 dez. 2016.

PÁDUA, J. A. Produção, consumo e sustentabilidade: O Brasil e o contexto planetário. In: PARREIRA, C.; ALIMONDA, H. (Orgs.). **Políticas públicas ambientais latino-americanas**. Brasília: Flacso-Brasil, Editorial Abaré, 2005.

PAKMAN, E. T. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico. **XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo** – Universidade do Estado do Ceará - UECE - 2014. Disponível em: Acesso em: 08 jan. 2018.

PANOSSO NETTO, A.; JÄGER, M. **Robert Glücksmann (1877–1942): founder of Berlin School of Tourism Research**, Anatolia, 2015.

PANOSSO NETTO, A.; CASTILLO NECHAR, M. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 8(1), pp.120-144, jan./mar. 2014.

PANOSSO NETTO, A., NOGUERO, F. T., JÄGER, M. Por uma visão crítica nos estudos turísticos. **Revista Turismo em Análise**. 22 (03), 2011.

PANOSSO NETTO, A. What is Tourism? Definitions, Theoretical Phases and Principles. In: John Tribe. (Org.). **Philosophical Issues in Tourism**. Londres: Channel View Publications, 2009.

_____. **Filosofia do Turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Aleph. 2005.

PAPADOPOULOS, I. The tourism phenomenon: An examination of important theories and concepts, **The Tourist Review**, Vol. 41 Issue: 3, pp.2-11, 1986.

PAREKH, B. Europe, liberalism and the 'Muslim question. In: T. Modood, A. Triandafyllidou and R. Zapata Barrero, (Eds). **Multiculturalism, Muslims and citizenship: a European approach**. London: Routledge, 2006.

_____. **Rethinking multiculturalism: cultural diversity and political theory**. London: Palgrave, 2000.

PARK, D.; LEE, K.; CHOI, H.; YOON, Y. Factors influencing social capital in rural tourism communities in South Korea. **Tourism Management**, 33, 1511-1520, 2012.

PARK, D.; NUNKOO, R.; YOON, Y. Rural residents' attitudes to tourism and the moderating effects of social capital. **Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment**, 17(1), 112-133, 2015.

PARK, E.; PHANDANOUVONG, T.; KIM, S. Evaluating participation in community-based tourism: A local perspective in Laos. **Current Issues in Tourism**. 21(2), 128-132, 2018.

PARREIRA, C.; ALIMONDA, H. (Orgs.). **Políticas públicas ambientais latino-americanas**. Brasília: Flacso-Brasil, Editorial Abaré, 2005.

PEDROSA, J. G. O capital e a natureza no pensamento crítico. In: LOUREIRO, C. F. B. **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

PERNAMBUCO, E. (Org.). **Magé**. Aqui, pela primeira vez o solo da Pátria sentiu o rodar de uma locomotiva – Barão de Mauá. Cartilha elaborada na disciplina de História da Baixada Fluminense da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, 2014

PHOMMAVONG, S.; SÖRENSSON, E. Ethnic tourism in Lao PDR: gendered divisions of labour in communitybased tourism for poverty reduction. **Current Issues in Tourism**, 17(4), 350-362, 2014.

PIMENTEL, A. B.; BARBOSA, R.; SANSOLO, D. G.; IRVING, M. A. Dádiva e hospitalidade. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 7, no. 3, 2007.

PINHEIRO, L. L. Turismo comunitário: alguns apontamentos conceituais. In: X Encontro Nacional de Turismo de Base Local – ENTBL. **Anais**, João Pessoa, 2007.

PNUD BRASIL. **Atlas do Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil**: Magé, Rio de Janeiro (RJ), PNUD BRASIL, 2010. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/2863 Acesso em 16 fev. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ. **Plano Diretor Municipal Participativo para o Desenvolvimento Sustentável de Magé** – Prefeitura Municipal de Magé, 15 de dezembro de 2016, Lei Complementar n° 0006/2016. Disponível em: <http://transparencia.mage.rj.gov.br/execucao/PLANO%20DIRETOR%20PUBLICADO.pdf> Acesso em 30 dez 2018.

_____. **Plano Diretor de Magé Plano Diretor Urbanístico e Territorial**, Lei nº 1773/2006 de 20 de outubro de 2006.

QUEIROZ, T. L. A.; CAVALCANTE, P. S. As contribuições do software Atlas.ti para a análise de relatórios de experiência escritos. **Anais do X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 7 a 10 de nov de 2011.

RATTANSI, A. **Multiculturalism: A Very Short Introduction**. Oxford University Press, 2011.

REZENDE, R. de O. Abordagens teóricas sobre o turismo comunitário. In: CORIOLANO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. (Orgs.). **Turismo, Território e Conflitos Imobiliários**. Fortaleza. EdUECE, págs. 131 – 152, 2012.

ROCHA BRITO, B. **Turismo ecológico: uma via para o desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe**. Tese de D.Sc. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, Portugal. 2004.

ROUANET, S. P. "Ética e Antropologia". In: **Estudos Avançados**, volume 4, n.º 10, setembro/ outubro, pp. 111-150, 1990.

ROZEMEIJER, N. **Community-based tourism in Botswana: The SNV experience in three community-tourism projects**. Gaborone: SNV Botswana, 2001.

RUBIM, A. A. C. Políticas Culturais no Governo Lula. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Políticas Culturais no Governo Lula**. Salvador: Editora da UFBA - EDUFBA, 2010, v. , p. 9-24.

_____. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**, São Paulo, no. 13, p. 101-113, jun. 2007.

RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. Sao Paulo: Papirus. 9a. Ed., 2010. 192p.

SALAZAR, N. Studying local-to-glocal tourism dynamics through glocal ethnography. In: C.M. Hall (Ed.), **Fieldwork in Tourism: Methods, Issues and Reflections**, Abingdon, UK and New York: Routledge, pp. 177-187, 2011.

SALDAÑA, J. **The Coding Manual for Qualitative Researchers** (2nd ed.). Los Angeles, CA: SAGE Publications Ltd, 2013.

SALLES, M. R. R.; SALES, G. A. F. de. O sistema da dádiva nas relações comunitárias e a constituição de alianças pelo trabalho tradicional. **CULTUR**, ano 06 - nº 02 - Jun/2012.

SAMET, J. M.; GRUSKIN, S. Air pollution, health, and human rights. **Lancet Respiratory Medicine**, v 3 (2), p. 98-100, 2015.

SAMPAIO, C. A. C. *et al.* Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável”, SAMPAIO, C. A. C.; HENRIQUEZ, C.; MANSUR, C. (Orgs.). **Turismo comunitário**,

solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática. Blumenau: Edifurb, pp. 23-30, 2011.

SAMPAIO, C. A. C.; MANTOVANELI JR., O; PELLIN, V. Arranjo produtivo local: estratégia para promoção do desenvolvimento sustentável. In: **II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2004, Santa Cruz do Sul (RS). Anais, Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2004.

SANCHO, A. **Turismo:** Alternativa Efetiva de Inclusão Social? Uma reflexão sobre as Políticas Públicas de Turismo no Brasil. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa EICOS/IP/UFRJ, 2007.

SANCHO, A. (Org.). **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2008.

SANCHO, A.; IRVING, M. A. Interpretando o Plano Nacional de Turismo 2003/2007 sob a ótica da Inclusão Social. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 10, n. 3, p. 103 – 120, Dez 2010.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; _____ (Orgs). **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142-161.

SANTANA, A. **Antropologia do turismo:** analogias, encontros e relações. São Paulo: Aleph, 2009 (Série Turismo).

SANTOS, B. **A gramática do tempo: por uma nova cultura política**. São Paulo: Ed. Cortes, 2006.

SANTOS, R. P. **Magé:** a terra do Dedo de Deus. Ed. do autor, 347 p., 1957.

SCHWINK. **Die Bedeutung des Fremdenverkehrs fuer die Bayerische Wirstschaft**. Berlin: Monatliche Mitteilungen des Bundes deutscher Verkehrsvereine, 1929.

SEBELE, L. Community-based tourism ventures, benefits and challenges: Khama Rhino Sanctuary Trust, Central District, Botswana. **Tourism Management**. 31, 136-146, 2010.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas. **Portal Oficial**. Disponível em < <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/rj/institucional/Turismo>> Acesso em 11 de abril de 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. **Mapa de cultura:** Magé. Disponível em <http://mapadecultura.rj.gov.br/cidade/mage> Acesso em 24 jul 2018.

SEIDL, W. **On the Importance of Scientific Research in Relation to Humanities**. Drawing a Hypothesis, Springer, 2011.

SEMPERE, A. M. **As relações entre cultura e desenvolvimento no contexto atual**. 2012, p.1-12. Disponível em:

https://campuseuroamericano.org/pdf/pt/PO_Relacoes_Cultura_Desenvolvimento_A_Martinell.pdf. Acesso 16 mar 2016.

SEMPRINI, A. **Le Multiculturalisme**. Paris: PUF, 1997.

SERRANO, C. M. T. O “produto” ecoturístico. In: ANSARAH, M. G. R. (Org.). **Turismo: como aprender – como ensinar**. São Paulo: v. 2, Editora SENAC, 2001.

SETUR-RJ, Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro. **Portal Oficial**. Disponível em <<http://www.cidadesmaravilhosas.rj.gov.br/>> Acesso em 8 de abril de 2016.

SHARPLEY, R. **Tourism Development and the Environment: Beyond Sustainability?**. Sterling: Earthscan, 2009.

SCHEYVENS, R. **Tourism for Development Empowering Community**. Harlow: Prentice Hall, 2002.

_____. **The potential for ecotourism to facilitate the empowerment of local communities in Southern Africa**. A summary report using selected case studies. New Zealand: Massey University, 1999.

SHORES, J. N. **Dealing with definitions: when is it ecotourism? And when is it not?** 1999. Disponível em: http://www.geocities.ws/shores_system/ecot/ecot_index.html Acesso em 20 mar 2016.

SIDONE, O. J. G.; HADDAD, E. A.; MENA-CHALCO, J. P. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. **TransInformação**, Campinas, 28(1):15-31, jan./abr., 2016.

SILVA, J. M. M. **Estatuto da Terra: A tramitação da primeira lei de reforma agrária brasileira no Congresso Nacional**. Trabalho de Monografia apresentado ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília para a obtenção do título de Bacharel em Sociologia. Brasília, 2013.

SIMMONS, D. G. Community participation in tourism planning. **Tourism Management**, 15, 98–108, 1994.

SIMPSON, M. C. Community Benefit Tourism Initiatives –a conceptual oxymoron? **Tourism Management**. vol. 29 1-18, 2008.

SIQUEIRA, E. D. de.; SIQUEIRA, D. da C. O. **Destaque para a garota carioca: corpo, sociabilidade e comunicação na cidade**. Porto Alegre: Sulina, 2017.

SOARES, L. E. Globalização como deslocamento de relações intraculturais. In: MENDES, C.; SOARES, L. E. (Eds.). **Pluralismo cultural, identidade e globalização**. Rio de Janeiro: Record. p. 379-409. p. 379-409, 2001.

SOLHA, K. T. **Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil**. Tese

(Doutorado em Relações públicas, propaganda e turismo) – Escola de Comunicações e Artes (ECA). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SONG, M. “Challenging culture of racial equivalence”. **British Journal of Sociology**, 65, (1): 107-129, 2014.

SONG, S. Multiculturalism. In: Zalta EN (ed.) **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2010. Available at: <http://plato.stanford.edu/archives/spr2014/entries/multiculturalism/> Acesso em 12 dez 2017.

_____. The Subject of Multiculturalism: Culture, Religion, Language, Ethnicity, Nationality, and Race? In: **New Waves in Political Philosophy**, B. de Bruin and C. Zurn (eds.), New York: Palgrave MacMillan, 2008.

_____. **Multiculturalism**. The Stanford Encyclopaedia of Philosophy (Edition), Edward N. Zalta (ed.), 2010.

SOUZA, J. V. C. **Congressos Mundiais de Parques Nacionais da UICN (1962-2003): registros e reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma para a conservação da natureza**. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília – DF, abril/2013.

STOCKHOLM. **Protocolo The Nordic Environmental Protection Convention**. 1974. Disponível em: <https://www.jus.uio.no/english/services/library/treaties/06/6-01/nordic-environmental-protection.xml> Acesso em 14 abri 2017.

SUANSRI, P. **Community Based Tourism Handbook**. Bangkok: Responsible Ecological Social Tour (REST), 2003.

SWARBROOKE, J. **Sustainable tourism management**. CABI Publishing, 1999.

TASCI, D. A. A.; SEMRAD, J. K.; YILMAZ, S. S. **Community-based tourism finding the equilibrium in Comcec context setting the pathway for the future**. Turkey: the COMCEC Coordination Office, 2013.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna** – Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TIMOTHY, D. Tourism and community development issues. In R. Sharpley & D. J. Telfer (Eds.), **Tourism and Development Concepts and Issues** (pp. 135-178), Clevedon: Channel View Publications, 2002.

TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

TOHIDY, A. F. Economic Impacts of Tourism Industry. **International Journal of Business and Management**, Vol. 6, N^o. 8; August, 2011. Disponível em: <http://www.ccsenet.org/journal/index.php/ijbm/article/download/11572/8185> and <http://www.wnyc.org/story/283448-new-york-city-beats-london-in-number-of-tourists-during-olympics/> Acesso em 6 set 2016.

TOKAR, B. **The ECOCLUB Interview with Brian Tokar**. 2009. Disponível em: <https://ecoclub.com/news/101/interview.html> Acesso em 8 agos. 2018.

TOLENTINO, Z. T.; OLIVEIRA, L. P. S. Pachamama e o direito à vida: uma reflexão na perspectiva do novo constitucionalismo latino-americano. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 12, n. 23, p. 313-335 – jan/jun, 2015.

TOLKACH, D.; KING, B. Strengthening community-based tourism in a new resource-based island nation: Why and how. **Tourism Management**, 48, 386-398, 2015.

TOLKACH, D.; KING, B.; PEARLMAN, M. An attribute-based approach to classifying community-based tourism networks. **Tourism Planning & Development**, 10 (3), 319-337, 2013.

_____. Community-based tourism in Timor-Leste: Current status and future opportunities. In: **Book of proceedings. The New Golden Age of Tourism and Hospitality**. Book 2. Pp618-632. Australia: Melbourne Convention and Exhibition Centre, 2012.

TOMAZZONI, E. L. **Turismo e desenvolvimento regional: dimensões, elementos e indicadores**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2009.

TOMILLO NOGUERO, F. La hospitalidad como condición necesaria para el desarrollo local. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. X, n. 2, p. 161-212, dez. 2013.

_____. La hospitalidade en la Antigua Grecia: de la Odisea a las Leyes (I). **Homo Viator**, 1, México, p. 212-234, 2010.

TOSUN, C. Stages in the emergence of a participatory tourism development approach in the Developing World. **Geoforum**, 36, 333–352, 2005.

TREIN, E. A contribuição do pensamento marxista à educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B. et al. **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet, p.113-134, 2007.

TRIBE, J. The Truth About Tourism. **Annals of Tourism Research**. 33(2), 360-381, 2006.

_____. The Indiscipline of Tourism. **Annals of Tourism Research**, 24, (3), 638-657, 1997.

TURISRIO, COMPANHIA DE TURISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. TURISRIO/RJ, 2019. **Atrações da Região das Serras num roteiro integrado**. Disponível em: http://www.turisrio.rj.gov.br/detalhe_noticia.asp?ident=414

TYLOR E. B. **Primitive Culture**. Londres, vol. 1, 1871. Disponibilizado em <<https://archive.org/stream/primitivculture01tylouoft#page/n17/mode/2up/search/belief>> Acesso em 11 de fev. de 2016.

UFRJ, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação. **Manual para elaboração e normalização de dissertações e teses**/Elaine Baptista de Matos Paula et al. (Orgs.), 6. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: SiBI, 2017.

UN, UNITED NATIONS. **The future we want**. Outcome document of the United Nations Conference on Sustainable Development Rio de Janeiro, Brazil, 20–22 June 2012. Resolution adopted by the General Assembly on 27 July 2012. [A/RES/66/288. 2012]. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/66/288&Lang=E>. Acesso em: 26 jun 2016.

_____. UNITED NATIONS. **Millenium Development Goals**. New York: UN, 2000.

_____. UNITED NATIONS. **Convention on Biological Diversity**. 1992b. Disponível em: <<https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-en.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

UNEP. UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Global Partnership for Sustainable Tourism (GPST)**. New York: Global Partnership for Sustainable Tourism (UNEP), 2010.

_____. UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Integrating Sustainability Into Business A Management Guide for Responsible Tour Operations**. Paris CEDEX 15, France: United Nations Environment Programme, 2005.

_____. UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Tourism and Local Agenda 21: The Role of Local Authorities in Sustainable Tourism**, International Council for Local Environmental Initiatives. Paris: United Nations Environment Program (UNEP), 2003.

UNEP/WTO. UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME; WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Making Tourism more Sustainable: A Guide for Policy Makers**. UNEP and, 2005.

UNESCO. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris, 2016. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/guidelines/>>. Acesso em: 1 set. 2017

_____. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Carta Mundial del Turismo Sostenible + 20**. Madrid: UNWTO, 2015. Disponível em: <<http://cartamundialdeturismosostenible2015.com/wp-content/uploads/2016/05/Carta-Mundial-de-Turismo-Sostenible-20.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Déclaration de Hangzhou: mettre la culture au coeur des politiques de**

développement durable, Declaración de Hangzhou: Situar la Cultura en el Centro de las Políticas de Desarrollo Sostenible, 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000221238> Acesso em 14 agos. 2016.

_____. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Relatório Mundial da UNESCO Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural.** 2013a. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_edh/relatorio_unesco_cultura.pdf Acesso em 15 maio 2016.

_____. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Strengthening the Governance of Culture to Unlock Development Opportunities.** Paris, UNESCO, 2013a.

_____. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Basic Texts of the 2005 Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions.** Paris, UNESCO, 2013b.

_____. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais,** 2005.

_____. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Impact:** The Effects of Tourism on Culture and the Environment in Asia and the Pacific: Tourism and Heritage Site Management in Luang Prabang, Lao PDR. Bangkok: UNESCO, 2004.

_____. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.** 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2013.

_____. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **World Culture Report: Cultural Diversity, Conflict and Pluralism.** Paris, UNESCO, 2000a.

_____. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **World Culture Report: Cultural Diversity, Conflict and Pluralism.** Paris, UNESCO, 2000b.

_____. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Carta Internacional do Turismo Cultural.** 1999. Disponível em: http://www.icomos.org/charters/tourism_sp.pdf >. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Conferencia intergubernamental sobre políticas culturales para el desarrollo,** Estocolmo, Suecia, 30 de marzo - 2 de abril de 1998a.

_____. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Final Report of the Intergovernmental Conference on Cultural Policies for Development: The Power of Culture**, Stockholm 30 March- 2 April. Paris, UNESCO, 1998b.

_____. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **World Culture Report: Culture, Creativity and Markets**. Paris, UNESCO, 1998c.

_____. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Culture, Tourisme, Développement: Les Enjeux du XXIème Siècle**, Table Ronde d'experts organisée à Paris. UNESCO/AIEST, Annals of Tourism Research, 1997.

_____. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Turismo cultural en América Latina y el Caribe/Encuentro Internacional sobre Turismo Cultural en América Latina y el Caribe**. Havana, 1996.

_____. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Conferencia intergubernamental sobre políticas culturales para el desarrollo**. Estocolmo, Suecia, 30 mar./2 abr. 1988.

_____. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Declaración de México sobre las Políticas Culturales (MONDIACULT)**. Ciudad de México, 1982.

_____. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaracion de Mexico sobre Políticas Culturales**. Conferencia Mundial sobre las Políticas Culturales. MONDIACULT, Mexico, D.F. 1982.

_____. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Intergovernmental Conference on Cultural Policies in Baghdad (ARABIACULT)**. Baghdad, 1981.

_____. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Intergovernmental Conference on Cultural Policies in Latin America and the Caribbean (AMERICACULT)**. Bogotá, 1978.

_____. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Recomendação sobre a Participação dos Povos na Vida Cultural**, 1976.

_____. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Intergovernmental Conference on Cultural Policies in Africa (AFRICACULT)**. Accra, 27 Oct-06 Nov, 1975.

_____. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Intergovernmental Conference on Cultural Policies in Asia (ASIACULT)**. Yogyakarta, Indonésia, 10-20 Dec, 1973.

_____. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. Paris, 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. Intergovernmental Conference on Cultural Policies in Europe (**EUROCULT**). Helsinki, 19-28 June, 1972b.

_____. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Cultural Policy, a Preliminary Study**. Paris, UNESCO. (Studies and documents on cultural policies, 1.), 1969.

_____. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Round Table Meeting on Cultural Policies** (1967: Monaco). Paris, UNESCO, 1968.

UNGER, N. M. **O encantamento do humano: ecologia e espiritualidade**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

UNWTO. WORLD TOURISM ORGANIZATION. **UNWTO Tourism Highlights – 2018 Edition**, Madrid, DOI: *018Edition*, UNWTO, Madrid, Spain. DOI: <https://doi.org/10.18111/9789284419876>. Acessado em 17 set 2018.

_____. WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Tourism Highlights - 2015 Edition**. Madrid, 2016a.

_____. WORLD TOURISM ORGANIZATION. **World Tourism Barometer**. Madrid. World Tourism Organization, 2016b.

_____. WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Tourism Towards 2030**. Tourism Towards 2030 / Global Overview - Advance edition presented at UNWTO 19th General Assembly, 10 October, Gyeongju Republic of Korea, 2011a.

_____. WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Practical Guide for the Development of Biodiversitybased Tourism Products**. Madrid: UNWTO, 2011b. Disponível em: <<http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/docpdf/practicalguideforthebiodiversity-basedtourismproducts.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Tourism and the millennium development goals**. Madrid, Spain: World Tourism Organization, 2010.

_____. WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Indicators of sustainable development for tourism destination: A guidebook**. Madrid, Spain: World Tourism Organization, 2009.

_____. WORLD TOURISM ORGANIZATION. **A Practical Guide to Tourism Destination Management**. Madrid, Spain: World Tourism Organization, 2007.

_____. **WORLD TOURISM ORGANIZATION. Indicators of sustainable development for tourism destinations.** A Guidebook. Madrid, Spain: World Tourism Organization, 2004.

URRY, J. **O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas.** São Paulo: Studio Nobel SESC, 2007.

_____. **The Tourist Gaze.** Leisure and Travel in Contemporary Societies. Sage, London, 1990.

VALLES, M. S. M. **Técnicas Qualitativas de Investigación Social: reflexión metodológica y práctica profesional.** Espãna: Editorial Síntesis. S.A, 1999.

VAN DEN BERGHE, P. L. **The quest for the other: ethnic tourism in San Cristóbal, Mexico.** Seattle: University of Washington Press, 1994.

VAN DEN BERGHE, P. L.; KEYES, C. F. **Introduction: tourism and re-created ethnicity.** *Annals of Tourism Research*, v. 11, p. 343-352, 1984.

VASCONCELOS, E. M. **Abordagens Psicossociais.** Volume 1 – história, teoria e trabalho no campo. 2ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 2009.

_____. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa.** Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.

VAUGHAN, M. B.; ARDOIN, N. M. The implication of differing tourist/resident perceptions for communitybased resource management: a Hawaiian coastal resource area study. **Journal of Sustainable Tourism**, 22(1), 50-68, 2014.

VERBUNT, G. « **Le dialogue interculturel, éléments de réflexion** », Hommes et migrations [En ligne], 1290 | 2011a, mis en ligne le 01 mars 2013, consulté le 30 septembre 2016. URL : <http://hommesmigrations.revues.org/752>; DOI : 10.4000/hommesmigrations.752.

_____. **Manuel d'initiation à l'interculturel.** Lyon: Dépôt legal, 2011b.

VIEIRA, M. A. da S. **Parque Natural Municipal Barão de Mauá - Magé-RJ: espaço pedagógico para sensibilização ambiental / Marco Antônio da Silva Vieira – 2015.**

VILANI, R. M. Interpretação da Política Nacional de Turismo à luz do princípio Constitucional de desenvolvimento sustentável. **Revista de Cultura e Turismo**, v. 2, n. 6, p. 60 – 72, jun. 2012.

VITULE, M. L. **Guia de viagem: cultura e mundo contemporâneo.** São Paulo: Unimarco, 2003.

WAINBERG, J. A. Comunicação internacional e intercultural: a luta pelo imaginário social, o temor à segregação e o caso do terrorismo. **Civitas revista de ciências sociais**, v.5, n.2, 2005 Porto Alegre. p. 275-295.

- _____. **Comunicação e Turismo** – a Indústria da Diferença. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. Cidades Como Sites de Excitação Turística. In CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Turismo Urbano**. - São Paulo: Contexto, 1999.
- WALTER, P. G. Catalysts for transformative learning in community-based ecotourism. **Current Issue in Tourism**, 1-16, 2013.
- WARNIER, J. P. **A mundialização da cultura**. Editorial Notícias. 1999.
- WEAVER, D. Community-based tourism as strategic dead-end. *Tour. Recreat. Res.* 35, 206–208, 2010.
- WEITZMAN, E.; MILES, M. **Computer Programs for Qualitative Data Analysis: An Expanded Sourcebook**. 2nd edition, 1995.
- WERBNER, P. Multiculturalism from Above and Below: Analysing a Political Discourse. **Journal of Intercultural Studies** 33:2: 197-209, 2012.
- WERTHEIN, J. **Crenças e esperanças: avanços e desafios da UNESCO no Brasil**. Brasília, DF: UNESCO, 2003.
- WIKIPARQUES. **Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense**. 2019. Disponível em: https://www.wikiparques.org/wiki/Mosaico_Mata_Atl%C3%A2ntica_Central_Fluminense Acesso em 02 jan. 2019.
- WILLIAMS, R. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.
- WOLCOTT, H. F. **Transforming Qualitative Data: Description, Analysis and Interpretation**. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, Inc, 1994.
- WOODLEY, A. Tourism and sustainable development: the community perspective. In J. G. Nelson, R. Butler, & G. Wall (Eds.), **Tourism and sustainable development: Monitoring, planning, managing** (pp. 135–147). Waterloo: University of Waterloo, Heritage Resources Centre, 1993.
- WOODWARD, M. **Regional study on community based tourism in the Caucasus**, 2000. Disponível em: <https://www.worldbank.org/> Acesso em 14 março 2016.
- WRIGHT, M.; BLOEMRAAD, I. Is there a trade-off between multiculturalism and socio-political integration? Policy regimes and immigrant incorporation in comparative perspective. **Perspective on Politics**, 10(1): 77–95, 2012.
- WTO. WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Código Ético Mundial para o Turismo**, WTO, 1999.

_____. WORLD TOURISM ORGANIZATION. WTO. 1997. **The global code of ethics for tourism**, (GCET), 1997.

_____. WORLD TOURISM ORGANIZATION. **The International Conference on Travel and Tourism Statistics**, Ottawa Conference. Ottawa, Canada, 1995a. Disponível em: <http://repository.uneca.org/bitstream/handle/10855/3921/Bib-29976.pdf?sequence=1> Acesso em 17 jul 2016.

_____. WORLD TOURISM ORGANIZATION. WTO. **Agenda 21 for the travel and tourism industry: towards environmentally sustainable development**. Madrid, 1995b.

_____. UNITED NATIONS, WORLD TOURISM ORGANIZATION. WTO. **Recommendations on Tourism Statistics**, Series M, nº 83, New York: United Nations, 1994.

_____. WORLD TOURISM ORGANIZATION. WTO. **Sustainable tourism development: guide for local planners**. 1993. 166p.

_____. WORLD TOURISM ORGANIZATION. WTO. **Establishment at Tamarassat of a International Centre for Responsible Tourism**. 1989. Disponível em: https://www.equitabletourism.org/files/fileDocuments1191_uid18.1-feb%201990-equations.pdf Acesso em 8 agos 2016.

_____. WORLD TOURISM ORGANIZATION. WTO. **Guide for local authorities on developing sustainable tourism**. Madrid, Spain: World Tourism Organization, 1988a.

_____. WORLD TOURISM ORGANIZATION. WTO. **Sustainable Tourism**. The World Tourism Organization, 1988b.

_____. WORLD TOURISM ORGANIZATION. WTO. **Tourism Bill of Rights and Tourist Code**. Madrid, 1985.

_____. WORLD TOURISM ORGANIZATION. WTO. **Acapulco Vacation Rights Document**. 1982. Disponível em: <https://www.univeur.org/cuebc/downloads/PDF%20carte/66.%20Acapulco.PDF> Acesso em 29 set 2016.

_____. WORLD TOURISM ORGANIZATION. WTO. **Manila Declaration on World Tourism**, de 10 de outubro de 1980. Disponível em: <http://www.univeur.org/cuebc/downloads/PDF%20carte/65.%20Manila.PDF> Acesso em 3 out 2016.

WU, M.; PEARCE, P. L. Asset-based community development as applied to tourism in Tibet. **Tourism Geographies: An International Journal of Tourism space, Place and Environment**, 16(3), 438-456, 2014.

YAZBEK, M. C. **Pobreza e exclusão social**: expressões da questão social. *Temporalis*, ano III, n. 3, 2001 p. 33-40.

YEĞENOĞLU, M. Cosmopolitanism and nationalism in a globalized world. **Ethnic and Racial Studies** 28(1): 103–31, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZAFFARONI, E. R. La naturaleza como persona: Pachamama y Gaia. In: **En Bolivia: Nueva Constitución Política del Estado. Conceptos elementales para su desarrollo normativo**, 109–132. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2010.

ZAPATA, M.; HALL, C.; LINDO, P.; VANDERSCHAEGHE, M. Can community-based tourism contribute to development and poverty alleviation? Lessons from Nicaragua. **Current Issues in Tourism**, 14(8): 725-749, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ANÁLISES DO DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL

Essa etapa objetivou avaliar os principais grupos de pesquisa nacionais que geram conhecimento científico sobre a interface turismo, natureza e cultura, assim como as respectivas linhas de pesquisa que mais se destacam nessa discussão teórica, segundo informações obtidas no *Diretório dos Grupos de Pesquisa/Lattes no Brasil* (DGP).

O DGP foi selecionado para essa etapa por se constituir em um espaço acadêmico no qual se encontram oficialmente representados os grupos de pesquisa vinculados a centros de pesquisa e Instituições de Ensino Superior (IES) em nível de pós-graduação no Brasil. Esse diretório mantém uma base corrente de dados atualizados regularmente pelos líderes dos grupos de pesquisa e disponibilizados pelo *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*¹¹⁴ (CNPq). As informações disponibilizadas tratam da atuação desses grupos, dos seus componentes (líderes, pesquisadores, professores convidados, estudantes e técnicos), das linhas de pesquisa em andamento e das áreas predominantes do conhecimento em que as pesquisas estão concentradas.

Desse modo, o DGP se constitui em um instrumento de fundamental importância para o registro e a divulgação do conhecimento científico no país, possibilitando, dentre outras ações, mapear os pesquisadores mais influentes em determinadas áreas do conhecimento, bem como identificar suas produções, os tipos de pesquisas já desenvolvidas e/ou em desenvolvimento na atualidade.

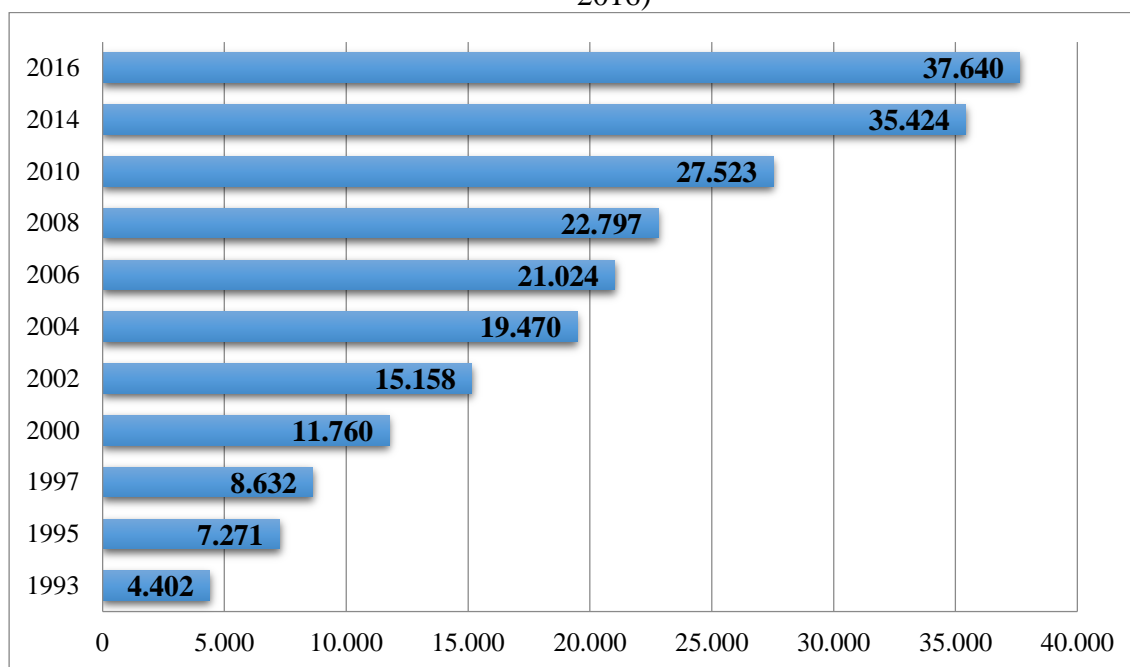
Nesse contexto, com base nas informações do *Diretório dos Grupos de Pesquisa/Lattes*, é possível observar que, nas últimas três décadas, vem ocorrendo no Brasil um expressivo crescimento na quantidade de grupos de pesquisa e de linhas de pesquisa registrados pela *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*¹¹⁵ (CAPES).

De 1993 a 2016, período que compreende o primeiro e o último censo realizado, houve uma evolução considerável nos registros do (DGP), conforme pode ser observado no Gráfico 11, a seguir.

¹¹⁴ O CNPq é um órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para incentivo à pesquisa no Brasil. Para mais informações ver: www.cnpq.br

¹¹⁵ Essa fundação vinculada ao *Ministério da Educação* que atua na expansão e na consolidação das atividades de pós-graduação *stricto sensu*, no país.

GRÁFICO 11 – Número de grupos de pesquisa registrados no *DGP no Brasil/Lattes* (1993-2016)



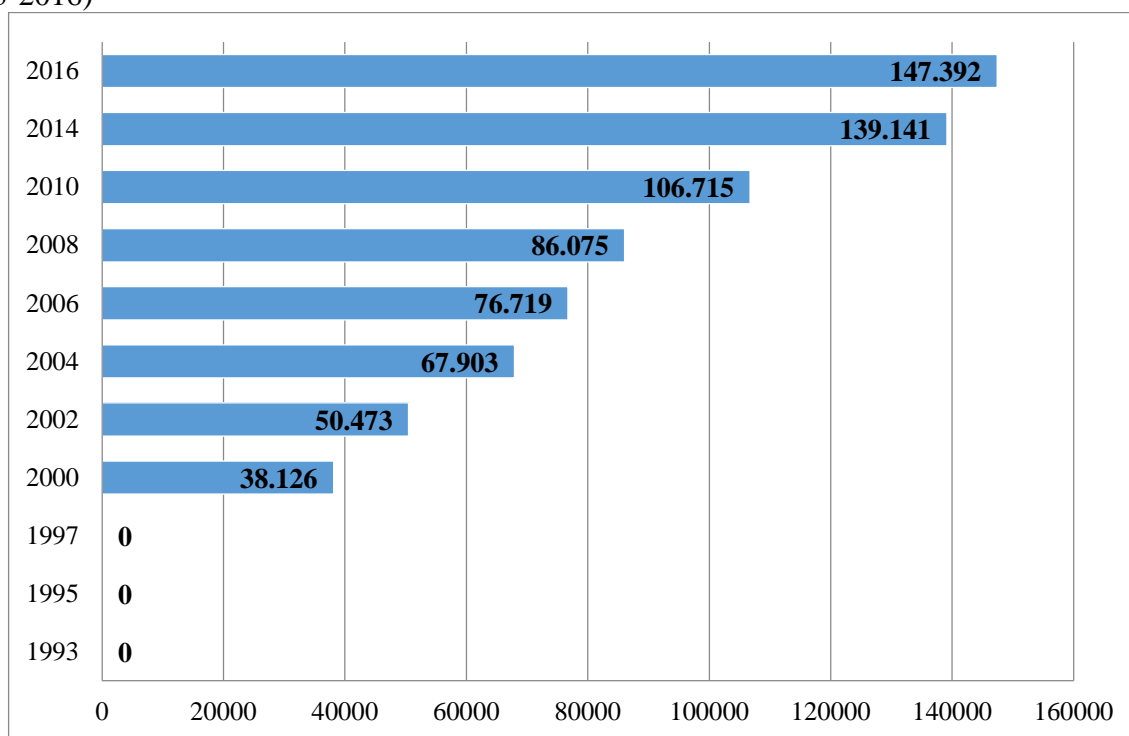
Fonte: Elaborado pelo autor com base no *DGP no Brasil/Lattes* (2019).

A partir da leitura do gráfico anterior, percebe-se que dez anos após a divulgação do primeiro censo (1993) a quantidade dos grupos de pesquisa no Brasil, registrados nessa Plataforma, praticamente triplicou. Essa evolução no número de GPs pode ser observada também no anos seguintes, quando os registros quase dobraram.

Alguns fatores podem ter contribuído para esse crescimento nesse período, tais como as crescentes facilidades no acesso à Internet, facilitando a atualização das informações e o registro dos grupos de pesquisa. Outro fato que pode ter contribuído, de igual maneira, se refere ao surgimento de novas instituições de Ensino Superior no Brasil nas últimas duas décadas, que gerou um número maior de novos grupos de pesquisa, traduzindo um crescimento contínuo no âmbito da pesquisa científica no Brasil.

Da mesma forma, é possível observar a evolução das linhas de pesquisa de acordo com os censos disponibilizados pelo *DGP/Lattes*, entre os anos de 1993 e 2016, período referente aos últimos resultados publicados, até a etapa de sistematização dos dados para esta tese. Essas estatísticas podem ser observadas no Gráfico 12, a seguir.

GRÁFICO 12 – Evolução das linhas de pesquisa registradas no *DGP no Brasil/Lattes* (1993-2016)



Fonte: Elaborado pelo autor com base no *DGP no Brasil/Lattes* (2019).

A visualização do gráfico anterior revelou um aumento significativo também quanto ao número registrado de linhas de pesquisa. Embora não tenham sido informados os dados relativos aos três primeiros anos de realização do censo (1993, 1995 e 1997), observa-se que, em dez anos de informações sistematizadas, havia mais de 65 mil linhas de pesquisa registradas no DGP, o que demonstra o crescimento de quase 100% com relação à década anterior.

Os dois gráficos anteriores parecem refletir ou podem sugerir os esforços de consolidação tanto dos grupos como das linhas de pesquisas, visando, conseqüentemente, à melhoria na produção do conhecimento científico do país, nos últimos anos, conforme as informações disponibilizadas no portal do *Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil/Lattes*, plataforma de referência em nível nacional.

Da mesma forma, essa evolução pode ser observada também em relação ao número de participantes (pesquisadores, estudantes, técnicos e colaboradores estrangeiros) envolvidos nos/vinculados aos grupos de pesquisa cadastrados. Os dados obtidos com relação a esse aspecto encontram-se descritos no Quadro 19, a seguir.

QUADRO 19 – Representação do número de participantes dos GPs no Brasil (1993-2016)

Ano / Participantes	Pesquisadores (doutores e mestres)	Estudantes	Técnicos	Colaboradores estrangeiros
1993	ND	ND	ND	ND
1995	ND	ND	ND	ND
1997	ND	ND	ND	ND
2000	48.781	59.357	16.769	ND
2002	56.891	61.872	18.380	ND
2004	77.649	102.913	22.733	ND
2006	90.320	128.969	23.159	ND
2008	104.018	160.931	24.143	ND
2010	128.892	213.433	27.484	ND
2014	180.262	307.110	10.456	3.416
2016	199.566	331.459	15.826	4.327

Fonte: Elaborado pelo autor com base no *DGP no Brasil/Lattes* (2019).

ND.: Não disponibilizado pelo *DGP no Brasil/Lattes* para esse período.

O quadro anterior ilustra a evolução dos números de participantes nos GPs nos últimos anos, nesses incluindo os doutores, mestres, estudantes, técnicos e colaboradores estrangeiros registrados no DGP. Assim, conforme o quadro anterior, verifica-se um avanço significativo no número de doutores e mestres entre 2000 e 2016, data do último censo. Nesse período, o número de pesquisadores com título de doutor ou mestre quadruplicou, o que pode sugerir um crescimento expressivo nos programas de pós-graduação no país. Igualmente, o número de estudantes também apresentou um substancial crescimento, considerando o período de 2000 a 2016. Por sua vez, o número registrado de técnicos apresentou um decréscimo, em relação aos outros censos mas que pode sinalizar, talvez, a especialização acadêmica de uma parcela desse grupo, como um dos reflexos das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico do país, ao longo dessas três últimas décadas.

Por outro lado, observa-se também a inserção de colaboradores estrangeiros, oficialmente registrados, apenas nos dois últimos censos, em número bastante inferior aos demais. Esse dado pode indicar o longo desafio, ainda, no âmbito da pesquisa nacional, para o intercâmbio com pesquisadores estrangeiros, o que pode intensificar ações de internalizações e trocas socioculturais entre as instituições nacionais e internacionais.

Mas, para além dessas informações, nessa etapa metodológica buscou-se identificar, prioritariamente, quantos e quais grupos de pesquisa vinham trabalhando com o tema turismo, natureza e cultura, em suas áreas de atuação nos grupos e/ou nas suas respectivas linhas de

pesquisa, no Brasil. Assim, foram identificados os dados sistematizados no Quadro 20, a seguir.

QUADRO 20 - Relação numérica dos GPs registrados no DGP sobre o tema turismo, natureza ou cultura

Áreas de atuação	Números de GPs	Números de LPs
Turismo e temas afins	181	886
Natureza (meio ambiente) e temas afins	106	319
Cultura e temas afins	855	2565

Fonte: Elaborado pelo autor com base no *DGP no Brasil/Lattes* (2019).

Apesar da evolução dos grupos de pesquisa, esses dados não descrevem, especificamente, a qualidade e o medidor potencial das pesquisas nos programas de pós-graduação no Brasil. Para isso, seria necessário realizar um acompanhamento das pesquisas e das produções acadêmicas de cada grupo registrado no DGP, o que ainda representa um desafio no cenário atual.

A partir desse panorama nacional, buscou-se avaliar, nessa etapa, os principais grupos nacionais que geraram conhecimento científico sobre possíveis interfaces entre turismo, natureza e cultura, no âmbito da pesquisa acadêmica nacional. Esse exercício envolveu ainda a identificação dos principais líderes dos grupos de pesquisa que mais se destacam nessa discussão teórica.

Assim, para responder ao objetivo mencionado, foi realizado o levantamento, a sistematização e a análise de dados e informações disponíveis sobre os grupos de pesquisa registrados no *DGP no Brasil/Lattes*, referentes aos resultados do último censo publicado (2016) e disponibilizados na plataforma até janeiro de 2019, momento final dessa etapa metodológica. Com isso, foram identificados sete grupos de pesquisa, cujas informações foram sistematizadas no Quadro 21, a seguir, do mais recente para o grupo de pesquisa mais antigo.

QUADRO 21 – Quadro esquemático com o resultado dos GPs levantados durante a pesquisa

Nome do GP	Instituição de ensino superior	Líder	Área predominante	Ano de formação	Situação do GP
Núcleo SINERGIA: Subjetividades, Turismo, Natureza e Cultura	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Marta de Azevedo Irving	Ciências Humanas; Psicologia	2016	Certificado
Turismo: Planejamento, Gestão e Desenvolvimento	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)	Dores Cristina Grechi	Ciências Sociais Aplicadas; Turismo	2014	Certificado
Comunidades Rurais, Desenvolvimento Local e Conservação Ambiental	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Celia Regina Tomiko Futemma	Ciências Humanas; Antropologia	2012	Não atualizado
Biodiversidade, Recursos Naturais e Culturais	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	Peter Herman May – Valeria Gonçalves da Vinha	Ciências Sociais Aplicadas; Economia	2010	Não atualizado
Ambiente, Sociedade e Turismo: interfaces e oportunidades para o desenvolvimento sustentável	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Glória Maria Widmer	Ciências Sociais Aplicadas; Turismo	2009	Em preenchimento
NEPET - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Turismo	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	Teresa Cristina de Miranda Mendonça – Isabela de Fátima Fogaça	Ciências Sociais Aplicadas; Turismo	2006	Certificado
GAPIS - Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Marta de Azevedo Irving	Ciências Humanas; Psicologia	2005	Certificado

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A leitura do quadro anterior apresenta, brevemente, os grupos de pesquisa que podem ser identificados como referências para a discussão sobre turismo em interface com as temáticas natureza e a cultura, conforme informações estruturadas no banco de dados do DGP/Lattes/CNPq.

É interessante destacar que a maioria dos GPs está registrada na região Sudeste do país, com cinco dos sete grupos identificados, o que sinaliza ainda uma concentração, notadamente, no eixo Rio-São Paulo. No cenário nacional, essa concentração parece estar relacionada, diretamente, com a localização dos campi das universidades públicas, prioritariamente, estaduais e federais do país, uma vez que essas instituições são responsáveis pela maioria da atividade científica e, por conseguinte, da produção dos grupos de pesquisa dos programas de pós-graduação.

Por um lado, fica “evidente que a distribuição regional das parcerias é condicionada pela distribuição regional de pesquisadores, universidades e institutos de pesquisa, o que explica, em larga medida” (SIDONE et al, 2016, p. 29), o predominante envolvimento da região Sudeste nas colaborações científicas do país. Embora, esses autores ainda comentem que “os principais resultados apontem para a heterogeneidade espacial da produção e colaboração científica, existem evidências de um processo de desconcentração espacial”, mesmo que de forma pausada e gradativa, ao longo dos anos, “associado à expansão das redes de colaboração e ao aumento da participação de autores das regiões cientificamente menos tradicionais, tais como Sul, Norte e Nordeste” (SIDONE et al, 2016, p. 01).

Outra questão observada é que os grupos mapeados, segundo a metodologia adotada, estão inseridos em duas grandes áreas do conhecimento, de acordo com a nomenclatura da CAPES. São elas: as Ciências Sociais Aplicadas e as Ciências Humanas que ilustram, dessa forma, as áreas onde os estudos do turismo, em interface com a natureza e a cultura, estão inseridos, no âmbito dos grupos de pesquisa dos programas de pós-graduação nacional. A predominância desses grupos de pesquisa nessas duas grandes áreas pode ser explicada pelo estudo do turismo, nas últimas décadas, ter sido orientado por leituras teóricas multidimensionais, com predominância nos campos de conhecimento da Psicologia, da Antropologia e da Economia, disciplinas que compõem as Ciências Sociais Aplicadas e as Ciências Humanas, ambas alocadas, por sua vez, no *Colégio de Humanidades*¹¹⁶. Essas áreas,

¹¹⁶ Segundo a CAPES (2019), as grandes áreas do conhecimento estão divididas em três grandes Colégios. São eles: o *Colégio de Ciências da Vida* (Grandes Áreas de Ciências da Saúde, de Ciências Biológicas e de Ciências Agrárias); o *Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar* (Grandes Áreas de Ciência Exatas e da

muito embora tenham metodologias e escopos diversos, buscam investigar questões inerentes à prática do turismo, enquanto fenômeno contemporâneo, e a sua relação com o ambiente social, econômico, político, natural e cultural.

A partir da leitura do quadro anterior, é válido ressaltar também que os grupos de pesquisa que trazem a interface turismo, natureza e cultura, como um dos temas centrais, surgiram somente a partir de 2005, o que pode sugerir que esse é ainda uma discussão recente, no âmbito da pesquisa nacional.

Por sua vez, os pesquisadores que se destacam na produção de conhecimento na pós-graduação, segundo a pesquisa realizada, são: Marta de Azevedo Irving (UFRJ), pesquisadora-líder e a única a ser citada como coordenadora em dois grupos de pesquisa; Dores Cristina Grechi (UEMS); Celia Regina Tomiko Futemma (UNICAMP); Peter Herman May e Valeria Gonçalves da Vinha (UFRRJ); além de Glória Maria Widmer (UFPE); Teresa Cristina de Miranda Mendonça e Isabela de Fátima Fogaça (UFRRJ). Esse grupo de pesquisadores se destaca pela formação e vivência com enfoque multidisciplinar e, assim, investigando o turismo em sua complexidade através de diversas perspectivas teóricas. Nesse caso, o turismo, enquanto objeto de pesquisa, passa a ser observado a partir da inserção do pesquisador envolvido, ampliando o alcance do debate.

Entretanto, antes de interpretar, mesmo que brevemente, como esses grupos compreendem o estudo do turismo e as potenciais pistas relacionadas às interfaces investigadas, considera-se importante apresentar, a título de contextualização, uma descrição desses grupos e de suas respectivas linhas de pesquisa, conforme sistematizado no Quadro 22, a seguir.

Terra, de Engenharias e Multidisciplinar); e, o *Colégio de Humanidades* (Grandes Áreas de Humanas, de Sociais Aplicadas e de Letras e Linguística e Artes).

QUADRO 22 – Síntese da descrição dos GPs e das linhas de pesquisa

Nome do GP	Descrição	Linhas de pesquisa (LP)	Objetivos da LP	Palavras-chave
<p><i>Núcleo SINERGIA: Subjetividades, Turismo, Natureza e Cultura</i></p>	<p>O turismo representa um fenômeno contemporâneo complexo, associado a inúmeras dimensões econômicas, sociais, ambientais éticas, políticas e simbólicas. Fenômeno este que implica, por pressuposto para a sua interpretação, uma leitura teórica multidimensional e, por consequência interdisciplinar, mediada por uma perspectiva psicossociológica e política crítica. No entanto e apesar disso, entendidos apenas pela via de significação do mercado, natureza e cultura são, frequentemente, apropriados e traduzidos pelo segmento turístico como "insumos" ou, em linguagem turística, como "atrativos" para alimentar o processo e as estatísticas dos distintos "segmentos", previamente formatados para atender a uma demanda induzida e ávida por novidades. Esta demanda é assim construída e realimentada com base em subjetividades, imaginários e sonhos de uma sociedade em crise, cada vez mais distante de si mesma.</p>	<p>Subjetividades, governança e Políticas Públicas de Turismo, Natureza e Cultura</p>	<p>Não preenchido.</p>	<p>Subjetividade – Governança – Políticas públicas – Turismo – Natureza – Cultura</p>
<p><i>Turismo: Planejamento, Gestão e Desenvolvimento</i></p>	<p>Não preenchido.</p>	<p>Turismo: ambiente natural, sociedade e cultura</p>	<p>Congregar pesquisadores cujo objeto de trabalho sejam assuntos que relacionem turismo e ambientes naturais; turismo e cultura e turismo e sociedade, sejam eles na esfera pública ou privada.</p>	<p>Ambiente natural – Sociedade – Cultura</p>

<p><i>Comunidades Rurais, Desenvolvimento Local e Conservação Ambiental</i></p>	<p>Não preenchido.</p>	<p>Desenvolvimento Rural e Conservação do Patrimônio Natural e Histórico-Cultural</p>	<p>Nas propriedades rurais, predominavam a prática agrícola e a criação de animais como sistemas produtivos. Mais recentemente, outras atividades não agrícolas, tais como o turismo e lazer, foram inseridas na agenda de desenvolvimento rural. O turismo é visto com um agregador das funções ambientais e de valorização dos patrimônios histórico-cultural e natural. Ademais, as comunidades rurais se caracterizam por apresentar um sistema produtivo diversificado em termos ecológicos e econômicos.</p>	<p>Comunidades rurais – Turismo – Geração de renda – Segurança alimentar – Unidade de conservação – Patrimônio cultural e natural</p>
---	------------------------	---	--	---

<p><i>Biodiversidade, Recursos Naturais e Culturais</i></p>	<p>Economia da biodiversidade e novos modelos de gestão ambiental; Estratégias de descentralização e valorização de recursos naturais e culturais; Identificação de interfaces da política ambiental com as demais políticas de governo em Policymix; Busca de mecanismos para estímulo à inovação em tecnologias cada vez mais limpas; Reflexão sobre a introdução de variáveis de adaptação à mudança climática em modelos setoriais de desenvolvimento, buscando vocações regionais; Discussão sobre o turismo inclusivo como alternativa para a conservação da biodiversidade, desenvolvimento local e valorização cultural; Manutenção de observatório de áreas protegidas no Rio de Janeiro Reflexão sobre conflitos socioambientais e inovações organizacionais sob a ótica da gestão da biodiversidade.</p>	<p>Biodiversidade, Recursos Naturais e Culturais</p>	<p>Não preenchido.</p>	<p>Biodiversidade – Recursos naturais – Turismo sustentável – Natureza e cultura – Economia do meio ambiente – Conservação</p>
---	---	--	------------------------	--

<p><i>Ambiente, Sociedade e Turismo: interfaces e oportunidades para o desenvolvimento sustentável</i></p>	<p>O grupo se propõe a contribuir com o aprofundamento dos estudos que permeiem as relações entre turismo, ambiente e sociedade, sob a ótica do desenvolvimento sustentável. Considerando-se que muitas vezes a atividade turística é entendida, além de suas reais proporções, como inequívoca, indispensável, ou até miraculosa para a alteração de quadros micro e macroeconômicos desfavoráveis, as localidades receptoras que se enquadram neste perfil acabam por empreender uma espécie de corrida desenvolvimentista que não prioriza a proteção da natureza, da cultura, ou ainda o bem-estar das comunidades envolvidas, justificando afirmações sobre o turismo como destruidor dos lugares que o fazem existir. A partir desta perspectiva, as linhas de pesquisa propostas - Turismo e Desenvolvimento Social; Turismo e Proteção do Patrimônio Natural e Cultural; Planejamento, Gestão e Novos Negócios em Turismo - funcionam como elementos que apresentam interação, integração e sinergia para a análise, discussão e prospecção de iniciativas relacionadas ao desenvolvimento turístico sustentável, especialmente no que se refere à legislação e políticas públicas relacionadas à atividade, ao planejamento turístico de localidades e empreendimentos, à identificação de alternativas de modelos de gestão e novos negócios, à formação profissional, à salvaguarda de atrativos naturais e culturais, à gestão participativa e à inserção produtiva das comunidades nos contextos turísticos vivenciados em seus territórios.</p>	<p>Turismo e a Proteção do Patrimônio Natural e Cultural</p>	<p>Realizar estudos e pesquisas relacionados à salvaguarda dos recursos naturais e elementos componentes do patrimônio cultural material e imaterial utilizados pela atividade turística, de modo a contribuir para a sua continuidade, em benefício das presentes e futuras gerações.</p>	<p>Turismo – Patrimônio Cultural – Patrimônio Natural</p>
<p><i>NEPET - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Turismo</i></p>	<p>O NEPET tem como objetivo realizar pesquisas no âmbito do Turismo, salvaguardando as diversas áreas que dialogam com metodologias participativas para subsidiar ações de planejamento e ação da sustentabilidade do Turismo, englobando natureza, cultura e sociedade como mote de discussões.</p>	<p>Turismo e Natureza: abordagem sociocultural e política</p>	<p>Esta linha busca pesquisar a complexidade e a dinâmica do fenômeno turístico em territórios associados a processos de conservação da natureza e de organização sociocultural. Analisar as práticas sociais implicadas nas políticas públicas de turismo e nas de meio ambiente, considerando os instrumentos</p>	<p>Turismo, natureza, sociedade e política – Análise ambiental – Gestão de unidades de conservação</p>

			de gestão propostos e sua relação aos processos de desenvolvimento e à problemática da sustentabilidade, na contemporaneidade.	
<i>GAPIS- Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade</i>	O Grupo de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade (GAPIS) foi instituído, oficialmente, em 2005, com a denominação original de "Governança, Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social", com o objetivo de consolidar um histórico de reflexões teóricas e projetos aplicados, relacionados à discussão sobre a relação sociedade e natureza e o tema da sustentabilidade, em vinculação com diferentes políticas públicas e práticas sociais, com perfil interdisciplinar e interinstitucional e envolve diversas instituições de ensino e pesquisa, alunos de graduação e pós graduação, interlocutores da gestão pública e do movimento social engajados na reflexão sobre o tema e em projetos, em diferentes áreas de conhecimento. Além da pesquisa, o GAPIS desenvolve também ações de extensão universitária, tendo como eixos orientadores a construção de governança democrática em políticas públicas de desenvolvimento, conservação da biodiversidade e cultura.	Políticas Públicas de Turismo, Natureza e Cultura	Discutir e avaliar, criticamente, no plano teórico e aplicado, os conflitos, as subjetividades, as institucionalidades e as interrelações entre políticas públicas de turismo, proteção da natureza e cultura no Brasil, frente aos desafios internacionais e considerando-se as perspectivas de governança democrática, inclusão social, bem-estar e qualidade de vida como eixos orientadores de reflexão e análise, tendo em vista o desafio de integração de políticas públicas no plano regional.	Turismo – Natureza – Turismo de Base Comunitária – Políticas Públicas – Cultura

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Inicialmente, é válido destacar que dos mais de 37 mil grupos de pesquisas registrados na plataforma *DGP no Brasil/Lattes* apenas sete apresentam os termos de busca turismo, natureza (ou meio ambiente) e cultura em seus títulos e/ou na descrição dos respectivos grupos como objeto central de reflexão teórica e da elaboração e execução de projetos de pesquisa e/ou extensão nessa temática.

Objetivou-se, posteriormente, com esse procedimento, traçar um breve panorama sobre como vem sendo realizada a discussão teórica sobre esses temas, no âmbito dos grupos de pesquisa de pós-graduação registrados nessa Plataforma. E, de acordo com a leitura desse quadro, o entendimento sobre a interface turismo, natureza e cultura parece ser corroborado a partir da descrição desses grupos e de suas respectivas linhas de pesquisa, sendo que em alguns, essa percepção parece ser mais clara. É o caso do *Núcleo SINERGIA: Subjetividades, Turismo, Natureza e Cultura*, grupo de pesquisa lotado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o mais novo grupo (2016) a abordar a relação entre turismo, natureza e cultura em suas pesquisas e produções acadêmicas, conforme a metodologia adotada.

Segundo a descrição desse grupo, o turismo como um fenômeno social contemporâneo e com ênfase em sua relação com outras dimensões como a cultural, a ambiental, a política, a econômica e a dimensão relacional, como condição fundamental para o desenvolvimento do turismo local, em bases sustentáveis. E assim, demonstrando clara importância concedida ao estudo do turismo pela ótica interdisciplinar, investigando-o a partir de diferentes nuances e perspectivas teóricas. Essa discussão teórica é ancorada na linha de pesquisa intitulada *Subjetividades, governança e Políticas Públicas de Turismo, Natureza e Cultura* que não apresenta ainda descrição detalhada na *Plataforma DGP*, até o fechamento dessa etapa de pesquisa.

Isto porque, como fenômeno contemporâneo, o turismo se desenvolve em sintonia com as transformações sociais, culturais, econômicas e naturais, que influenciam as motivações e expectativas do viajante e dos anfitriões.

Já no caso dos grupos de pesquisa *Turismo: Planejamento, Gestão e Desenvolvimento*, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e do grupo *Comunidades Rurais, Desenvolvimento Local e Conservação Ambiental*, lotado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) essa análise só pode ser realizada a partir da descrição das linhas de pesquisa, uma vez que não havia sido preenchido a descrição dos referidos grupos na *Plataforma*.

No primeiro caso, de acordo com a descrição da linha de pesquisa da UEMS, intitulada *Turismo: ambiente natural, sociedade e cultura*, o estudo do turismo está relacionado, diretamente, ao ambiente natural das localidades onde ele acontece, com destaque ao aspecto cultural local. Nesse caso, o foco prioritário parece ser o estudo da interface turismo, sociedade, natureza e cultura para o desenvolvimento endógeno desses locais, segundo as pistas encontradas na descrição desse grupo.

Estas são também algumas das reflexões presentes de como o turismo vem sendo estudado pelos pesquisadores da linha *Desenvolvimento Rural e Conservação do Patrimônio Natural e Histórico-Cultural*, do grupo *Comunidades Rurais, Desenvolvimento Local e Conservação Ambiental*, da UNICAMP. Com ênfase para o desenvolvimento turístico nas regiões rurais do país, a interface entre turismo, natureza e cultura parece se constituir a partir do entendimento do turismo como uma via alternativa capaz de gerar emprego e renda nas zonas rurais e, ao mesmo tempo, contribuindo para a valorização e a conservação dos patrimônios naturais e culturais das localidades onde ele acontece.

O quarto grupo de pesquisa a ser brevemente descrito é o *Biodiversidade, Recursos Naturais e Culturais*, da UFRRJ. Conforme descrição encontrada na *Plataforma DGP*, o turismo, mais precisamente, o turismo inclusivo é interpretado também como uma via alternativa para o desenvolvimento local, através da valorização e da conservação dos recursos naturais e culturais das localidades onde o turismo vem ocorrendo. Por estarem vinculados às Ciências Sociais Aplicadas, notadamente, na Economia, percebe-se algumas pistas que articulam o estudo do turismo contemporâneo à economia da biodiversidade, aos novos modelos de gestão ambiental e ao estímulo à inovação em tecnologias, entre outros temas que direcionam essa disciplina do conhecimento. E, assim, ao menos no plano teórico, essa interface pode contribuir para o amplo entendimento do fenômeno turístico, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, defendida por muitos dos autores que compõem o corpo teórico dessa tese.

Ainda destacando alguns aspectos da dimensão econômica para o entendimento do turismo em interface com a natureza e a cultura, a leitura da descrição do quinto grupo de pesquisa mapeado, *Ambiente, Sociedade e Turismo: interfaces e oportunidades para o desenvolvimento sustentável*, da UFPE, indica, claramente, a importância dessa interface para o estudo e o desenvolvimento do turismo, em sintonia com a compreensão dos grupos anteriormente mencionados. Nesse caso, em particular, os pesquisadores enfatizam os

trabalhos acadêmicos que ressaltem a dimensão social do turismo, ao mesmo tempo, destacando os impactos positivos, em detrimento de uma visão, puramente, mercadológica e, unicamente, dos impactos negativos do turismo nas localidades onde o turismo se desenvolve. Nesse mesmo entendimento, a linha de pesquisa *Turismo e a Proteção do Patrimônio Natural e Cultural*, aborda os trabalhos que priorizam o compromisso para salvaguardar o patrimônio natural e cultural das localidades turísticas, ao mesmo tempo, em que se vinculam à noção da sustentabilidade turísticas das suas populações locais.

Nesse breve caminho orientado pelos grupos de pesquisa que estudam a relação turismo, natureza e cultura, o sexto grupo a ser mapeado é o *Núcleo de Estudos e Pesquisas em Turismo* (NEPET), e o segundo grupo de pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFFRJ). De acordo com a sua descrição, são priorizados os estudos do turismo fundamentados por metodologias participativas nos mais diversos campos de conhecimento. Com isso, a interface turismo, natureza e cultura se demonstra presente em seus trabalhos e estudos acadêmicos, desse grupo, principalmente, na linha intitulada *Turismo e Natureza: abordagem sociocultural e política*. Nessa linha de pesquisa, os membros desse grupo trabalham com algumas das questões contemporâneas e inerentes do turismo em interface com a conservação da natureza e de organização sociocultural. Para isso, analisando a narrativa das políticas públicas setoriais de turismo e dos instrumentos de gestão pública do setor, fundamentados em uma reflexão interdisciplinar. Esse caráter interdisciplinar, presente nos outros grupos de pesquisa aqui mapeados, é também defendido por autores como Dencker (2004). Para qual, o estudo do turismo se constitui, prioritariamente, como um campo de pesquisa interdisciplinar. Com isso, esse e os demais grupos, aqui sistematizados, parecem compreender o turismo em sintonia com as transformações sociais, políticas, econômicas, naturais e culturais, que terminam influenciando algumas das motivações e expectativas de viajantes e moradores locais.

Sob essa perspectiva, o *GAPIS – Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade*, o segundo grupo proveniente da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nele, o turismo é interpretado também como um fenômeno social contemporâneo, orientado por estudos e pesquisas no campo interdisciplinar e institucional e, assim, não podendo ser reduzido a uma leitura predominantemente operacional. Nesse contexto, seus pesquisadores investigam o turismo, associado às reflexões sobre a relação natureza-sociedade, em suas interfaces com as questões de desenvolvimento, sustentabilidade,

conservação da biodiversidade e inclusão social. E, nessa perspectiva, o turismo é compreendido como uma via possível de inserção social. Essa discussão teórica, encontra-se mais presente na linha de pesquisa intitulada *Políticas Públicas de Turismo, Natureza e Cultura* que busca analisar, entre outros temas, as relações possíveis nas políticas públicas setoriais de turismo, de proteção da natureza e de cultura no país. Dessa forma, espera-se também contribuir para a consolidação de novas formas de construção de conhecimento sobre políticas públicas desses setores, a partir da integração entre o conhecimento acadêmico e as práticas de gestão, na esfera governamental.

Com base nesse resultado, parece ser possível sugerir que há uma carência de grupos de pesquisa da pós-graduação nacional que abordem a interface turismo, natureza e cultura como um dos temas centrais das pesquisas acadêmicas, de acordo com a metodologia adotada. Isso porque, percebe-se que o número total de GPs sistematizados que desenvolvem essa abordagem pode ser considerado ainda ínfimo em relação ao montante de grupos registrados na plataforma, nas intituladas grandes áreas do conhecimento.

É importante mencionar que esse resultado não significa que outros grupos e/ou outras linhas de pesquisa não estejam desenvolvendo estudos e/ou trabalhos acadêmicos sobre a relação turismo, natureza e cultura, mas sim, que esses sete grupos, aqui sistematizados, foram os únicos a sinalizar essa interface em suas reflexões centrais, conforme a metodologia adotada.

Nesse sentido, cabe ressaltar que muito embora outros pesquisadores abordem essa temática, no campo interdisciplinar, esse resultado pode sugerir que existe ainda uma lacuna na pesquisa acadêmica, no campo do turismo, sobre a interface turismo, natureza e cultura, um tema relevante para o desenvolvimento de iniciativas de *Turismo de Base Comunitária* no país, conforme defendido por autores como Pinheiro (2007), Irving (2009), Bursztyn *et al.* (2009), SAMPAIO *et al.* (2011), entre outros já citados nessa tese.

É importante ratificar que esse exercício acadêmico não pretendeu abarcar todo o campo teórico dos trabalhos acadêmicos e/ou das pesquisas científicas dos grupos aqui sistematizados, mas apenas mapear os grupos de pesquisa (GPs) do país, registrados no DGP, que abordam em suas produções e projetos acadêmicos a interface entre turismo, natureza e cultura, considerada essencial para o sucesso de iniciativas de Turismo de Base Comunitária, temática que perpassa esta tese.

Com isso, muito embora a interface entre turismo, natureza e cultura seja um tema relevante para o desenvolvimento do turismo local, conforme a narrativa das políticas públicas de turismo nacionais, anteriormente descritas, as produções científicas que, em tese, tendem a orientar essas políticas parecem estar ainda aquém das demandas de planejamento e implementação do turismo nacional. Isso porque, uma das pistas identificadas nessa etapa metodológica sinaliza que ainda há uma certa limitação de informação qualificada que aborde a importância dessa interface para o desenvolvimento do turismo, em bases sustentáveis.

É válido ainda destacar que esse tema vem sendo, gradualmente, internalizado no âmbito das políticas públicas setoriais do turismo nacional e essas, por sua vez, estão sendo desenvolvidas, a partir de propostas e compromissos firmados em algumas das resoluções internacionais da Organização Mundial do Turismo e da UNESCO, como já mencionadas nessa tese. Assim, parece ser possível mencionar a necessidade de um esforço dirigido para ampliar esse tema na discussão interdisciplinar acadêmica e, conseqüentemente, na produção do conhecimento científico e na elaboração de projetos dessa natureza, nos próximos anos.

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS MAGEENSES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Programa EICOS – Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/Instituto de Psicologia
Grupo de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade (GAPIS)

Identificação do entrevistado:

Nome: _____

Idade: _____

Grau de escolaridade: _____

Ocupação atual: _____

Quanto tempo mora na comunidade: _____

A percepção local sobre turismo:

O que é turismo para você?

Qual é a importância econômica do turismo aqui para a localidade?

Quantos moradores estão envolvidos com o turismo? Em quais atividades?

A sua localidade já recebe turistas/visitantes? Qual a frequência?

Qual o perfil desses visitantes?

Quais os principais resultados já obtidos com o turismo em sua comunidade?

Quais os principais problemas que estão direta e/ou indiretamente relacionados com o turismo na sua comunidade?

Existe alguma recomendação para o turista ao visitar esta localidade?

Quais os desafios encontrados para se trabalhar com o turismo? E como equacioná-los?

Como você definiria o Turismo de Base Comunitária?

Você já ouviu falar sobre o projeto *Caminhos da Serra do Mar*? Conhece alguma iniciativa de turismo que esteja inserida neste projeto?

A percepção local sobre a natureza local:

Para você o que é natureza?

Como você descreveria a natureza em sua comunidade?

Alguma área já foi afetada pelo turismo?

O que se faz aqui para proteção da natureza?

Na sua opinião qual a relação entre turismo e natureza?

A percepção local sobre cultura:

Na sua opinião o que é cultura?

Os moradores locais valorizam o potencial histórico e cultural da localidade? Por que?

Existe alguma manifestação cultural que tenha sido afetada pela visita de turistas?

Na sua opinião, qual a relação entre turismo e cultura?

E entre cultura e natureza?

Na sua opinião é possível relacionar turismo, natureza e cultura?

Recomendações para o desenvolvimento de uma nova iniciativa de TBC

Você gostaria de se envolver em projetos turísticos na localidade? Por quê? Como?

Como gostaria que o turismo fosse desenvolvido na localidade?

Quem deveria ser envolvido? Por quê? E como?

Que tipo de turista gostaria que viesse à localidade? Por quê?

Observações complementares:

Há algum outro tema que você gostaria de abordar e que não tenha sido tratado nas questões anteriores?

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O GESTOR DO PARNASO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Programa EICOS – Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/Instituto de Psicologia
Grupo de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade (GAPIS)

Identificação do entrevistado:

Nome: _____

Idade: _____

Formação acadêmica: _____

Instituição vinculada: _____

Ocupação atual: _____

Período de atuação no parque: _____

Compreendendo os significados de turismo, natureza e cultura:

Em sua concepção, como definiria turismo?

O que você entende por cultura?

Para você o que é natureza?

Como você vê a relação entre turismo, natureza e cultura?

Como você definiria o Turismo de Base Comunitária?

Conhecendo o Parque e o potencial turístico:

Qual a sua opinião sobre o turismo no parque?

Na sua opinião, o que representa a UC para o desenvolvimento do turismo e socioeconômico do município?

Quais os principais resultados e obstáculos para o desenvolvimento do turismo nesta UC?

Quais as principais recomendações para o turista ao visitar o Parque?

Existe alguma localidade que já tenha sido afetada pelo turismo?

Existe algum projeto de Turismo de Base Comunitária na UC? Qual? Onde? Que instituição coordena este projeto? Quem financia?

Projetando o turismo na UC:

Quais as atuais estratégias para o desenvolvimento do turismo no Parque?

Como deveria ser planejada e desenvolvida uma iniciativa de Turismo de Base Comunitária no parque?

Quais os principais resultados esperados de uma iniciativa turística para o parque e para a comunidade local? Quais os principais desafios?

Identificando as possíveis relações entre as políticas públicas setoriais:

Como tem sido a relação institucional entre o Parque e as secretarias de turismo, natureza e cultura de Magé?

Como você vê a possibilidade de relacionar as políticas públicas de turismo, natureza e cultura? E o que uma política pública deveria fomentar neste sentido?

Há algum projeto, programa ou ação em curso e/ou em planejamento que contemple estes três setores no Parque? Quais? Quem coordena? Como funciona?

Em sua opinião, quais são os principais desafios para a integração das políticas públicas setoriais de turismo, natureza e cultura?

Na sua opinião, quais os possíveis resultados esperados com a integração desses três setores?

Complementando a entrevista:

Há algum outro tema que você gostaria de abordar e que não tenha sido tratado nas questões anteriores?

APÊNDICE D

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O GESTOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Programa EICOS – Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/Instituto de
Psicologia
Grupo de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e
Sustentabilidade (GAPIS)

Identificação do entrevistado:

Nome: _____

Idade: _____

Formação acadêmica: _____

Instituição vinculada: _____

Ocupação atual: _____

Período de atuação no cargo: _____

Compreendendo as noções de turismo, natureza e cultura:

Em sua concepção, como definiria turismo?

O que você entende por cultura?

Para você o que é natureza?

Como você vê a relação entre turismo, natureza e cultura?

Como você definiria o Turismo de Base Comunitária?

Avaliando o turismo no município:

Qual a sua avaliação sobre o turismo no município?

Quais os principais desafios para o setor turístico neste município?

Existem estratégias para o desenvolvimento do turismo comunitário na sua região?

Há algum incentivo governamental para isso? Qual?

Atualmente, algum projeto de turismo em execução que contemple os *Caminhos da Serra do Mar*? E no futuro?

Projetando o TBC no município:

É possível implementar projetos que contemplem turismo, natureza e cultura em sua região?
Quais seriam os principais desafios? E quais os resultados esperados?

Como deveria ser o turismo de base comunitária no município?
O que seria preciso para o desenvolvimento de iniciativas de turismo comunitário em sua região?

Quais as ações prioritárias para que o município fomente iniciativas futuras de TBC?

O que precisaria mudar no futuro para considerar a variável ambiental e cultural nos projetos de turismo em seu município?

Complementando a entrevista:

Há algum outro tema que você gostaria de abordar e que não tenha sido tratado nas questões anteriores?

APÊNDICE E

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Programa EICOS – Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/Instituto de
Psicologia
Grupo de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e
Sustentabilidade (GAPIS)

Identificação do entrevistado:

Nome: _____

Idade: _____

Formação acadêmica: _____

Instituição vinculada: _____

Ocupação atual: _____

Período de atuação no cargo: _____

Compreendendo as noções de natureza:

O que você entende por natureza?

O que a natureza representa para os moradores daqui?

Existe alguma interlocução entre a secretaria de meio ambiente e o PARNASO?

Você conhece ou já ouviu falar sobre o projeto *Caminhos da Serra do Mar*?

Avaliando e projetando a natureza no município:

Qual a sua avaliação sobre a natureza no município?

Quais os principais resultados da secretaria de meio ambiente? E os principais desafios para o setor ambiental no município?

Como você gostaria que a natureza fosse desenvolvida aqui?

Há algum incentivo governamental para isso? Qual?

Investigando possíveis interfaces entre natureza, cultura e turismo:

Como você vê a relação entre natureza, turismo e cultura?

É possível implementar projetos que contemplem a natureza, o turismo e a cultura em sua região?

Quais seriam os principais desafios?

E quais os resultados esperados?

O que precisaria mudar no futuro para considerar a variável cultural e o turismo nos projetos de meio ambiente em seu município?

Atualmente, algum projeto da Secretaria de Meio Ambiente em execução que contemple os *Caminhos da Serra do Mar*? E no futuro?

Para você o que é cultura?

Em sua concepção, como definiria turismo?

Já ouviu falar em turismo de base comunitária?

Como você definiria o Turismo de Base Comunitária?

Identificando possíveis interfaces entre as políticas públicas setoriais:

Há algum projeto ou ação em curso e/ou em planejamento que contemple estes três setores no município? Quais? Quem coordena? Como funciona? Onde?

Como você vê a possibilidade de relacionar as políticas públicas de cultura, meio ambiente e turismo? E o que uma política pública deveria fomentar neste sentido?

Na sua opinião, quais os possíveis resultados esperados com a integração desses três setores?

Em sua opinião, quais são os principais desafios para a integração das políticas públicas setoriais de turismo, meio ambiente e cultura?

Complementando a entrevista:

Há algum outro tema que você gostaria de abordar e que não tenha sido tratado nas questões anteriores?

APÊNDICE F

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A GESTORA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Programa EICOS – Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/Instituto de Psicologia
Grupo de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade (GAPIS)

Identificação do entrevistado:

Nome: _____

Idade: _____

Formação acadêmica: _____

Instituição vinculada: _____

Ocupação atual: _____

Período de atuação no cargo: _____

Compreendendo os significados de cultura:

O que você entende por cultura?

O que a cultura representa para os moradores daqui?

Existe alguma interlocução entre a secretaria de cultura e o PARNASO?

Você conhece ou já ouviu falar sobre o projeto *Caminhos da Serra do Mar*?

Avaliando e projetando a cultura no município

Qual a sua avaliação sobre a cultura no município?

Quais os principais resultados da secretaria de cultura? E os principais desafios para o setor cultural no município?

Como você gostaria que a cultura fosse desenvolvida aqui?

Há algum incentivo governamental para isso? Qual?

Investigando possíveis interfaces entre cultura, natureza e turismo:

Como você vê a relação entre turismo, natureza e cultura?

É possível implementar projetos que contemplem cultura, natureza e turismo em sua região?

Quais seriam os principais desafios?

E quais os resultados esperados?

O que precisaria mudar no futuro para considerar a variável ambiental e o turismo nos projetos de cultura em seu município?

Atualmente, algum projeto de cultura em execução que contemple os *Caminhos da Serra do Mar*? E no futuro?

Para você o que é natureza?

Em sua concepção, como definiria turismo?

Já ouviu falar em turismo de base comunitária? Como você definiria o Turismo de Base Comunitária?

Identificando possíveis interfaces entre as políticas públicas setoriais

Há algum projeto ou ação em curso e/ou em planejamento que contemple estes três setores no município? Quais? Quem coordena? Como funciona? Onde?

Como você vê a possibilidade de relacionar as políticas públicas de cultura, natureza e turismo? E o que uma política pública deveria fomentar neste sentido?

Na sua opinião, quais os possíveis resultados esperados com a integração desses três setores?

Em sua opinião, quais são os principais desafios para a integração das políticas públicas setoriais de turismo, natureza e cultura?

Complementando a entrevista:

Há algum outro tema que você gostaria de abordar e que não tenha sido tratado nas questões anteriores?

APÊNDICE G

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Programa EICOS – Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/Instituto de Psicologia
Grupo de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade (GAPIS)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “*Turismos, Naturezas e Culturas, os fios que tecem os projetos de Turismo de Base Comunitária: Uma viagem pelos Caminhos da Serra do Mar*”. Desenvolvida por Marcelo A. G. de Lima, aluno de doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Programa EICOS/IP/UFRJ), sob orientação da Professora Dr. Marta de Azevedo Irving.

Esta pesquisa tem como objetivo interpretar, criticamente, os desafios para a implementação de iniciativas de Turismo de Base Comunitária nos Caminhos da Serra do Mar (RJ) pela via da ecologia social. Estes Caminhos se iniciam no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO) e percorrem até o Parque Estadual da Costa do Sol (PECS), dois parques com grande potencial de inclusão social nos Caminhos, unindo, assim, mar e montanha, ícones do Estado do Rio de Janeiro.

A sua participação é muito importante por entendermos que a sua experiência (e vivência) local é fundamental para o planejamento, gestão e desenvolvimento de projetos de turismo de base comunitária na região do entorno de parques no estado do Rio de Janeiro.

Assim, você responderá perguntas sobre turismo, natureza e cultura em sua região de moradia. A entrevista somente será gravada se houver autorização do entrevistado (a). O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora e meia. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o pesquisador e sua orientadora.

Este trabalho só será realizado com o seu consentimento e depois de esclarecidas todas as dúvidas para evitar ou minimizar qualquer risco. Como toda pesquisa envolve riscos, mesmo que mínimos, algumas perguntas podem causar constrangimentos pelo tema abordado, desconfortos pelo tempo tomado, como também alteração de opinião devido a reflexões sobre o tema.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória. Você tem a liberdade de recusar a responder perguntas específicas quando não considerar conveniente e o seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. A entrevista

poderá ser interrompida e você poderá desistir de participar a qualquer momento, sem prejuízo algum para você.

Este trabalho não trará nenhum incentivo ou recompensa financeira a você, mas considerando o seu papel enquanto morador e conhecedor das características locais de sua região, a sua colaboração é muito importante para compreender os resultados, desafios e obstáculos para o desenvolvimento de iniciativas de turismo de base comunitária nas regiões de inserção dos parques do Rio de Janeiro, de modo que se possa contribuir para a integração de políticas públicas de turismo, proteção da natureza e de cultura no estado.

Quando esta pesquisa for concluída – com previsão para o primeiro semestre de 2019 – você terá acesso aos resultados. Para isso, é importante que você informe, ao final da entrevista, um e-mail, para que possa receber o trabalho final. Pretende-se também disponibilizar os dados obtidos por meio de artigo científico e seminários/oficinas realizados após o término da tese.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo uma cópia para o pesquisador responsável e a outra para você. Todas as páginas devem ser rubricadas pelo entrevistado (a) e pelo pesquisador responsável, com ambas as assinaturas na última página.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo “*Turismos, Naturezas e Culturas, os fios que tecem os projetos de Turismo de Base Comunitária: Uma viagem pelos Caminhos da Serra do Mar*”, de maneira clara e detalhada.

Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Por isso, no dia ____ de _____ de 20____, declaro que concordo em participar desse estudo.

Nome	Assinatura	participante	Data
Nome	Assinatura	pesquisador	Data
Nome	Assinatura	testemunha	Data

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

Marcelo A. G. de Lima (Pesquisador responsável)
Universidade Federal do Rio de Janeiro Instituto de Psicologia da UFRJ/Pavilhão Nilton Campos
Av. Pasteur, 250, Praia Vermelha – Urca. Rio de Janeiro, CEP 22290-240

Telefones: (21) 3873-5348, (21) 98567-5490
E-mail: marceloaglima@gmail.com

Prof.^a Dr.^a Marta de Azevedo Irving
Orientadora da Pesquisa Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Psicologia da UFRJ/Pavilhão Nilton Campos
Av. Pasteur, 250, Praia Vermelha – Urca, Rio de Janeiro, CEP 22290-240
Telefones: (21) 3873-5349
E-mails: gapis.ufrj@gmail.com e secretariaeicos@psicologia.ufrj.br

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CEP-CFCH) da UFRJ
Prédio da Decania do CFCH – Praia Vermelha – 3º andar – Sala 30
Telefone: (21) 3938-5167
E-mail: cep.cfch@gmail.com

APÊNDICE H

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Programa EICOS – Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/Instituto de
Psicologia
Grupo de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e
Sustentabilidade (GAPIS)

Eu, _____ (nome completo), _____ (nacionalidade), _____ (estado civil) portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, AUTORIZO a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – por meio do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Inclusão Social (EICOS\P\UFRJ), a utilizar minha imagem e voz para o projeto de pesquisa “*Turismos, Naturezas e Culturas, os fios que tecem os projetos de Turismo de Base Comunitária: Uma viagem pelos Caminhos da Serra do Mar*”, sem qualquer ônus para a UFRJ, e para o Programa EICOS\IP.

Esta autorização inclui o uso de todo material criado que contenha as imagens filmadas, fotografadas e voz cujo uso ora é cedido, da forma que melhor aprover a UFRJ e ao Programa EICOS\IP, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como apresentações, palestras, exposições, material impresso, CD, DVD, rádio, televisão, bem como sua disseminação via internet, sem limitação de tempo ou número de exibições.

A presente autorização de uso de imagem se faz a título gratuito, abrangendo inclusive a licença a terceiros, de forma direta ou indireta, e está vinculada unicamente a utilização da (s) imagem (ns) identificada no presente Instrumento, as quais serão utilizadas na publicação e veiculação já citadas.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

_____, _____ de _____ de 20__.

Telefone fixo: _____

Telefone celular: _____

E-mail: _____

Assinatura: _____